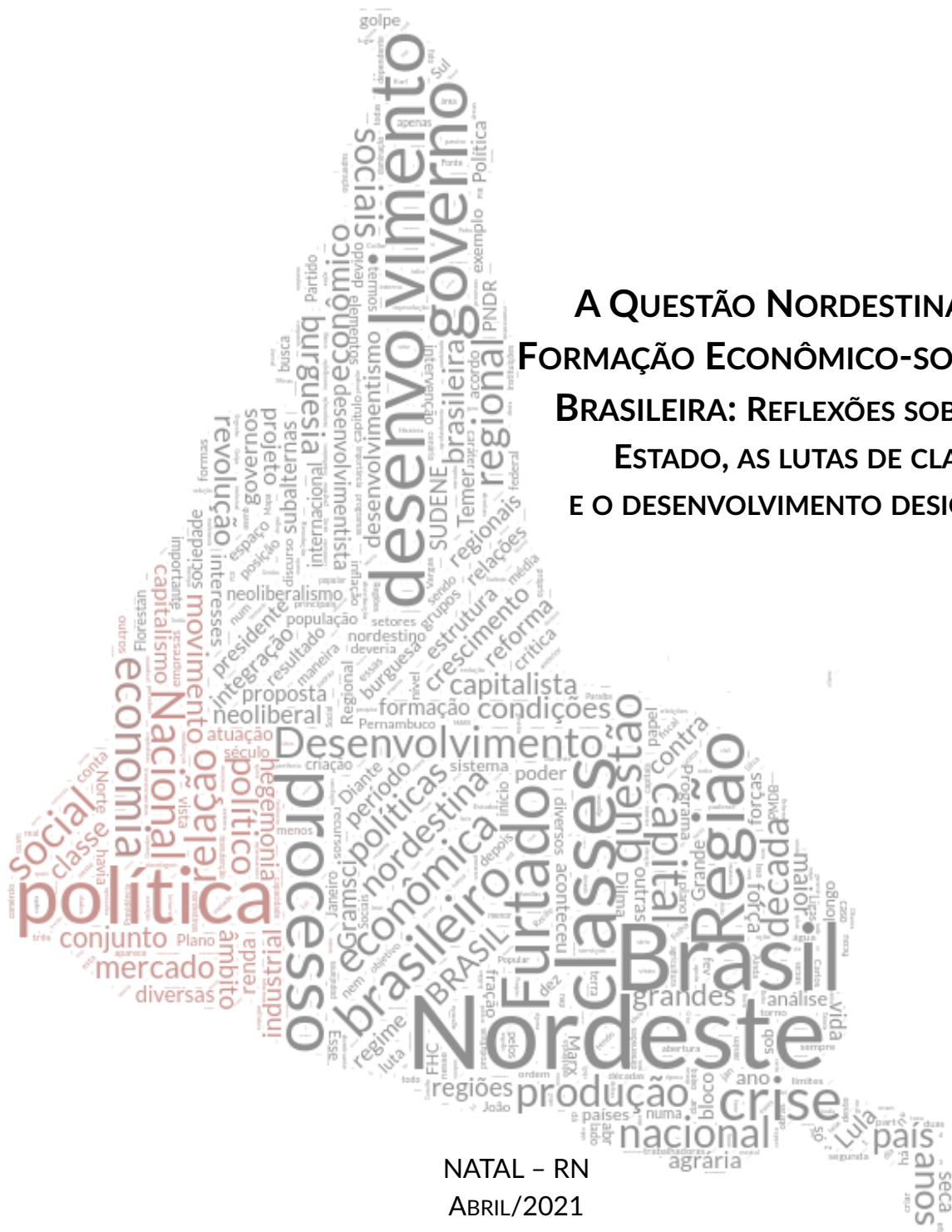


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NIVALTER AIRES DOS SANTOS

**A QUESTÃO NORDESTINA NA
FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL
BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE O
ESTADO, AS LUTAS DE CLASSES
E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL**



NATAL - RN
ABRIL/2021

NIVALTER AIRES DOS SANTOS

**A QUESTÃO NORDESTINA NA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA:
REFLEXÕES SOBRE O ESTADO, AS LUTAS DE CLASSES E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa: Estado, Governo e Sociedade, em cumprimento parcial às exigências para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. João Emanuel Evangelista (PPGCS/UFRN)

Coorientador: Prof. Dr. Robério Paulino (PPEUR/UFRN)

NATAL – RN

ABRIL/2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Santos, Nivalter Aires dos.

A Questão Nordestina na formação econômico-social brasileira: reflexões sobre o Estado, as lutas de classes e o desenvolvimento desigual / Nivalter Aires dos Santos. - 2021. 410f.: il.

Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021. Orientador: Prof. Dr. João Emanuel Evangelista. Coorientador: Prof. Dr. Robério Paulino Rodrigues.

1. Estado - Tese. 2. Lutas de Classes - Tese. 3. Desenvolvimento Desigual - Tese. 4. Questão Nordestina - Tese. I. Evangelista, João Emanuel. II. Rodrigues, Robério Paulino. III. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 316:33

NIVALTER AIRES DOS SANTOS

**A QUESTÃO NORDESTINA NA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA:
REFLEXÕES SOBRE O ESTADO, AS LUTAS DE CLASSES E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na linha de pesquisa: Estado, Governo e Sociedade, em cumprimento parcial às exigências para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Tese avaliada em: 19 de abril de 2021.

Conceito: **APROVADA**

BANCA EXAMINADORA:



Dr^a. Cláudia Maria Costa Gomes – UFPB
EXAMINADORA EXTERNA



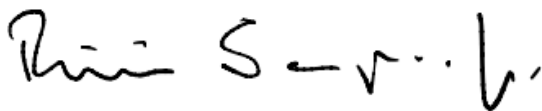
Dr. Gabriel Eduardo Vitullo – UFRN
EXAMINADOR INTERNO



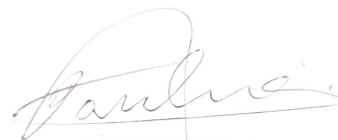
Dr. Gonzalo Adrián Rojas – UFCG
EXAMINADOR EXTERNO



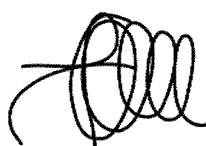
Dr. José Antonio Spineli Lindozo – UFRN
EXAMINADOR INTERNO



Dr. Plínio de Arruda Sampaio Jr. – UNICAMP
EXAMINADOR EXTERNO



Dr. Robério Paulino Rodrigues – UFRN
COORDENADOR



Dr. João Emanuel Evangelista – UFRN
ORIENTADOR

Dedico esta tese a todos os despossuídos
que historicamente batalham para garantir
sua sobrevivência diante das
adversidades da vida.

Bem como para aqueles que ambicionam a
transformação dessa situação, lutando pela
construção de um mundo sem classes,
sem explorados ou exploradores,
sem oprimidos ou opressores.

AGRADECIMENTOS

É chegado ao momento de agradecer às pessoas que, diretamente ou indiretamente, colaboraram para que esta tese pudesse existir, como tal.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais – Maria Aparecida Aires e Nivaldo Romão – que, desde muito cedo, me deram todo o suporte, material e emocional, para que eu pudesse trilhar este árido caminho que é o da produção acadêmica em Ciências Humanas, neste país.

À Nayara Aires, minha irmã caçula, que, ao enfrentar as adversidades que a vida lhe impôs, tanto tem me ensinado. Muito além do que imagina. Agradeço-lhe, além de tudo, a lição!

À Danilla Aguiar, minha companheira, de quem tive a sorte de que fossemos amigos antes de namorados e depois noivos, cúmplices e confidentes antes de imaginar que poderíamos estar junto, parceiros nas noites e nas praias muito antes do primeiro beijo. Aquela que, antes de tê-la comigo em todos os momentos, já admirava como uma referência intelectual e acadêmica. A você, meu bem, agradeço.

Ao professor Gabriel Vitullo, que me acolheu, como orientador, neste curso de doutorado, até o momento em que, pelas contingências da vida, precisou afastar-se da UFRN.

Aos professores João Emanuel e Robério Paulino que, sob condições adversas, me receberam sob sua orientação e coorientação e me deram a mais completa liberdade para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Gonzalo Rojas que, além de ter contribuído decisivamente para a construção dos aspectos fundantes deste intelectual que me tornei desde o Mestrado, é uma referência política e, especialmente, um amigo.

Ao professor José Bezerra de Araújo que, no âmbito da disciplina de *Economia do Nordeste* e depois no *Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia do Nordeste (GPNe)*, ambos no curso de Ciências Econômicas da UFCG, me fez apaixonar por este objeto de investigação.

Aos membros da banca examinadora (sob o risco de algumas repetições) – Cláudia Gomes, Gabriel Vitullo, Gonzalo Rojas, José Spinelli, Plínio de Arruda Sampaio Jr. – que dedicaram tempo precioso de suas vidas à leitura crítica deste trabalho. Destaco o agradecimento, especialmente, à professora Cláudia, que desde o exame de

projeto de mestrado, lá atrás, tem dialogado comigo e lançado luz sobre aspectos essenciais do que vieram a se tornar esta tese. Reforço o agradecimento ao professor Plínio Jr. que é uma grande referência intelectual para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao amigo e parceiro intelectual Kleiton Wagner que, gentilmente, fez a leitura deste trabalho, na reta final, e teceu comentários valiosos.

Aos encontros que Natal (RN) me proporcionou, particularmente, André Barbieri, Marie Castañeda e Italo Gimenes.

Aos mais que eficientes, sempre dispostos a ajudar, secretários do PPGCS/UFRN – Otânio Costa, Jefferson Lopes e Nicholas de Oliveira.

Aos queridos companheiros e companheiras do Praxis – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina, com os quais temos dividido excelentes momentos de discussão, compartilhado pesquisas e referências. Eduardo Martins, Janaína Freire, José Ferreira (por tabela), Joyce Aquino, Laudicéia Santana, Lucas Moura, Paula Adisi (*in memória*), Pablo Moura e Shimenny Wanderley. Sem deixar de mencionar Ronaldo Sales que, em reunião do grupo, debateu criticamente a parte metodológica deste trabalho.

Abranjo esses agradecimentos a todos aqueles que, em algum momento e de alguma forma, me ensinaram algo que se mostrou útil para a produção das discussões aqui elaboradas – aqui incluo todos os professores que tive ao longo de minha formação, os colegas de turmas e os interlocutores nos eventos acadêmicos.

Por fim à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financiou esta pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

“Por sobre o bloco agrário funciona, no Sul, um bloco intelectual que praticamente serviu até agora para impedir que as rachaduras do bloco agrário se tornassem muito perigosas e provocassem um desmoronamento. [...] O proletariado destruirá o bloco agrário meridional na medida em que conseguir, através de seu partido, organizar em formações autônomas e independentes massas cada vez mais numerosas de camponeses pobres; mas terá êxito maior ou menor nessa tarefa obrigatória conforme for capaz de desagregar o bloco intelectual que é a armadura flexível, mas enormemente resistente, no bloco agrário”
Antonio Gramsci (1987a, p. 160-165).

“Aquilo que na Itália é o Sul, isto é, exatamente, no Brasil o Nordeste”
Otto Maria Carpeaux (1966).

“O que se passa na região do Nordeste, no momento, é que esta população proletarizada não tem poder aquisitivo para adquirir os alimentos. [...] Os poucos alimentos ali produzidos são, muitas vezes, levados para os centros urbanos e para outras regiões do país, porque no sertão do Nordeste, não há quem possa comprá-los”
Josué de Castro (1965, p. 85).

“É difícil exagerar com respeito ao Nordeste do Brasil. Aí tudo escapa a explicações fáceis”
Celso Furtado (2014, p. 209).

“O pensamento dialético está para o pensamento vulgar assim como um filme está para uma fotografia imóvel. O filme não rejeita a fotografia imóvel, mas combina uma série de fotografias segundo as leis do movimento”
Leon Trotsky (2017b).

RESUMO

A tese que buscamos defender é: o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, no âmbito da formação econômico-social brasileira, produziu uma questão regional, condicionando o Nordeste a uma posição subalterna. Diante disso, objetivamos compreender a relação do Estado brasileiro com a questão nordestina, no âmbito da formação econômico-social brasileira, ao longo dos governos que vão da década de 1930 até 2018, de modo a inter-relacionar a atuação do Estado com a problemática nordestina e as lutas de classes, associando as políticas com o período em que foram propostas e com a fração burguesa que detinha a hegemonia no âmbito do bloco histórico. Tudo isso, visando compreender a razão do insucesso de uma transformação profunda e progressista da realidade nordestina ao longo desse período. Para realizar tal empreitada, propomos uma investigação a partir do movimento inerente ao objeto pesquisado – a questão nordestina –, submetendo à crítica o conjunto de discursos que foram produzidos sobre o nosso objeto de interesse, entendendo que fazem parte de uma totalidade concreta e dinâmica, possuidora de aparência e essência sobre a qual nos debruçamos. Para tal, como principal técnica de investigação, realizamos uma vasta revisão bibliográfica sobre aspectos diversos que dizem respeito ao Estado, o desenvolvimento desigual e a questão regional nos diferentes períodos que cobrem nosso recorte temporal, mobilizando o referencial teórico em favor da compreensão do movimento histórico. Além da análise bibliográfica, propomos uma investigação documental das diversas políticas produzidas pelo Estado brasileiro que direcionam a intervenção no Nordeste. Ficou claro, através da investigação, que a questão nordestina segue irresoluta, mesmo que tenha passado por um processo de transformação em seu caráter – em função das mudanças pela quais passaram as economias nacional e nordestina, a partir dos processos de integração comercial (após a década de 1930) e depois produtiva (após a década de 1950), seguida por uma desintegração produtiva (após a década de 1990) – na qual o Nordeste nunca deixou de ocupar uma posição subalterna. A dependência desta região se manifesta, justamente, nos momentos de maior turbulência econômica, social, política e climática constringendo o Estado brasileiro a intervir através de diversas formas, particularmente, através da criação de instituições ao longo das décadas – DNOCS, BNB, SUDENE, ADENE, etc. – sem nunca conseguir criar as condições para que fosse superada a distância econômica entre essa região e o Centro-Sul. Diante dessa movimentação mais geral – entre desenvolvimentismo vs. (neo)liberalismo – percebemos que a busca por “superar” ou minorar o “atraso” nordestino tem como barreira os limites do capitalismo dependente, expresso na tacanha mentalidade da burguesia periférica, da formação econômico-social brasileira. Em vista disso, reafirmamos que as diversas experiências de intervenção e abandono sistemático demonstraram a impossibilidade da atuação do Estado burguês para dar uma resposta efetiva a essa questão.

Palavras-chave: Estado. Lutas de Classes. Desenvolvimento Desigual. Questão Nordestina.

ABSTRACT

The thesis we seek to defend is that the uneven and combined development of capitalism, in the context of the Brazilian socioeconomic formations, produced a regional issue, conditioning the Brazilian Northeast to a subaltern position. We aim to understand the relationship of the Brazilian State with the Northeastern question, across governments from the 1930s to 2018, with the objective of interrelating the State's intervention with the northeastern issue and class struggles, relating the policies to the moment when they were proposed and to the factions of the bourgeoisie that held the hegemony within the scope of the historical bloc. All of this, aiming to understand the reason for the failure of a deep and progressive transformation of the Northeastern reality during this period. To do this, we propose an investigation based on the movement inherent to the object researched – the Northeastern issue –, submitting to criticism the discourse that were produced about this subject, understanding that they are part of a concrete and dynamic totality. We use, as the main research technique, a bibliographic review on the diverse elements that are related to the theme of the State, the uneven development and the regional issue in the different periods, using the theoretical framework to understand the historical movement. In addition to the bibliographic analysis, we propose a documentary investigation of the various policies produced by the Brazilian State, which aimed to direct intervention in the Northeast. It became clear, through investigation, that the Northeastern issue remains irresolute, even though it has changed – because of the changes that the national and Northeastern economies are undergoing, starting with the processes of commercial integration (after 1930s) and later productive (after 1950s), followed by a productive disintegration (after 1990s) – in which the Northeast never left its subaltern position. The dependence of this region is manifested, precisely, in the moments of greater economic, social, political and climatic turbulence, constraining the Brazilian State to intervene in several ways, through the creation of institutions in the decades – DNOCS, BNB, SUDENE, ADENE, etc. – without ever being able to create the conditions to overcome the economic distance between this region and the Center-South. In view of this more general movement – between developmentalism vs. (neo)liberalism – we understand that the search for overcoming the Northeastern backwardness has as a barrier the limits of dependent capitalism of the Brazilian socioeconomic formations, expressed in the mentality of the bourgeoisie. In view of this, we reaffirm that the various experiences of intervention and systematic abandonment clearly demonstrated the impossibility of the bourgeois State's action to give an effective answer to this issue.

Keywords: State. Class struggles. Uneven Development. Northeastern issue.

RESUMEN

La tesis que buscamos defender es: el desarrollo desigual y combinado del capitalismo, en la formación económico-social brasileña, produjo una cuestión regional, condicionando al Nordeste brasileño a una posición subordinada. Nuestro objetivo es comprender la relación del Estado brasileño con la Cuestión del Nordeste, en los gobiernos desde los '30 hasta 2018, con el objetivo de interrelacionar la intervención del Estado con el problema del Nordeste y las luchas de clases, con las políticas y el momento en que fueron propuestas y con la facción burguesa que ostentaba la hegemonía en el ámbito del bloque histórico. Esto, con la intención de comprender el motivo del fracaso de una transformación profunda y progresiva de la realidad del Nordeste durante este período. Para llevar a cabo tal emprendimiento, proponemos una investigación basada en el movimiento inherente al objeto investigado - la cuestión del Nordeste -, sometiendo a crítica el conjunto de discursos que se produjeron sobre este tema, entendiendo que son parte de una totalidad concreta y dinámica, que posee apariencia y esencia. Proponemos, como principal técnica de investigación, una revisión bibliográfica sobre los diversos elementos que se relacionan con la temática del Estado, el desarrollo desigual y la cuestión regional en los diferentes períodos, utilizando el marco teórico para comprender el movimiento histórico. Además del análisis bibliográfico, proponemos una investigación documental de las diversas políticas producidas por el Estado brasileño, que apuntaron a la intervención directa en el Nordeste. Quedó claro, a través de la investigación, que la cuestión del Nordeste permanece sin resolver, aunque se ha transformado, debido a los cambios que están experimentando las economías nacional y del Nordeste, desde los procesos de integración comercial (después de los '30) y productiva (después de los '50), y una desintegración productiva (después de los '90), en que el Nordeste nunca abandonó su posición subordinada. La dependencia de esta región se manifiesta, precisamente, en los momentos de mayor turbulencia económica, social, política y climática, obligando al Estado brasileño a intervenir de diversas formas, particularmente a través de la creación de instituciones - DNOCS, BNB, SUDENE, ADENE, etc. -, pero sin poder nunca crear las condiciones para superar la distancia económica entre esta región y el Centro-Sur. En vista de este movimiento más general, entre "desarrollismo vs. (neo) liberalismo", entendemos que la búsqueda por la superación del atraso del Nordeste tiene como barrera los límites del capitalismo dependiente, expresado en la mentalidad de la burguesía periférica, de la formación económico-social brasileña. Ante esto, reafirmamos que las diversas experiencias de intervención y abandono sistemático demostraron claramente la imposibilidad de la acción del Estado burgués para dar una respuesta efectiva a esta cuestión.

Palabras clave: Estado. Luchas de clases. Desarrollo desigual. Cuestión del Nordeste.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Desenho Esquemático do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional.....	300
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i> das Grandes Regiões (1995-2001).....	231
Gráfico 2 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i> das Grandes Regiões (2002-2016).....	310
Gráfico 3 – Taxa de Desemprego no Brasil e no Nordeste (2002-2016).....	311
Gráfico 4 – Taxa de analfabetismo da população de 15 ou mais anos de idade para Brasil e Regiões (2001-2012).....	312
Gráfico 5 – Quantidade de assentamentos criados no Brasil por região (1998-2016).....	329
Gráfico 6 – Taxa de Desocupação no Brasil e no Nordeste (2014-2018).....	356

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (1989).....	209
Mapa 2 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (1994).....	215
Mapa 3 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (1998).....	219
Mapa 4 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (2002).....	255
Mapa 5 – Eixos de Integração da IIRSA.....	268
Mapa 6 – Mapa da Tipologia – Sub-regiões Prioritárias.....	279
Mapa 7 – Sub-regiões do Nordeste.....	284
Mapa 8 – Ampliação e modernização da infraestrutura e logística no Nordeste.....	287
Mapa 9 – Integração de Bacias do Rio São Francisco.....	288
Mapa 10 – Nova Delimitação do Semiárido.....	291
Mapa 11 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (2006).....	320
Mapa 12 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (2010).....	321
Mapa 13 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (2014).....	336

LISTA DE QUADROS E TABELAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas de Caráter Neoliberais nos Governos FHC.....	222
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Renda total, percentual e <i>per capita</i> de Grandes Regiões do País (1948-1958).....	93
Tabela 2 – Participação percentual das Grandes Regiões no PIB brasileiro (1970-1985).....	177
Tabela 3 – Participação percentual das Grandes Regiões no PIB brasileiro (1985-2000).....	230
Tabela 4 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i> das Grandes Regiões (1995-2001).....	231
Tabela 5 – Comércio Brasileiro – Participação percentual por grupo de produtos.....	264
Tabela 6 – Rentabilidade sobre o patrimônio Líquido (ROE %) – 1997-2014.....	270
Tabela 7 – Participação percentual das Grandes Regiões no PIB brasileiro (2002-2016).....	307
Tabela 8 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i> das Grandes Regiões (2002-2016).....	309
Tabela 9 – Número de Famílias Assentadas (1998-2014).....	326
Tabela 10 – Quantidade de assentamentos criados no Brasil por Região (1998-2017).....	328
Tabela 11 – Rentabilidade sobre o patrimônio Líquido (ROE %) – 2007-2014.....	332
Tabela 12 – Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar, por tipos de origem dos recebimentos, segundo as Grandes Regiões – período 2008 e 2018.....	358

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-4	Ato Institucional nº 4
AI-5	Ato Institucional nº 5
AI-12	Ato Institucional nº 12
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Comitê de Articulação Federativa
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF34	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934
CF37	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937
CF46	Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946
CF67	Constituição da República Federativa do Brasil de 1967
CF88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNDR	Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional
CODENO	Conselho do Desenvolvimento do Nordeste
Conviver	Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
EC	Emenda Constitucional
EUA	Estados Unidos da América
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINOR	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDR	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
FUP	Frente Única Paulista
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
I PND	Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Terceira Internacional Comunista
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
II PNRA	II Plano Nacional de Reforma Agrária
IIRSA	Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS	Inspetoria de Obras contra as Secas

IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
JK	Juscelino Kubitschek
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MI	Ministério da Integração Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista do Brasil (até 1961)
PD	Partido Democrático
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIN	Programa de Integração Nacional
PL	Partido Liberal
PMB	Partido Municipalista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PP	Partido Popular
PPA	Programa de Aquisição de Alimentos
PPPs	Parcerias Público-Privadas
PPS	Partido Popular Socialista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional

PRODETIJR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras, e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PRP	Partido Republicano Paulista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Programa Territórios da Cidadania
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDR	Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URV	Unidade Real de Valor
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
Método de Investigação & Técnicas de Pesquisa.....	24
Método de Exposição & Apresentação.....	36
CAPÍTULO 1 – UM QUASE PREÂMBULO: HERANÇA COLONIAL DO NORDESTE.....	41
1.1 Modo de Produção e Formação Econômico-social.....	41
1.2 A Formação Colonial Brasileira e a Herança Nordestina.....	46
CAPÍTULO 2 – A ASSIM CHAMADA QUESTÃO NORDESTINA.....	55
2.1 Revolução Passiva, Estado Desenvolvimentista e Integração do Mercado Nacional.....	55
2.2 A Questão Nordestina.....	83
2.2.1 Sobre a Questão Regional – Elementos Teóricos.....	83
2.2.2 Impacto Regional da Integração do Mercado Nacional.....	88
2.2.3 No Nordeste Algodoeiro-Pecuário – As Secas.....	94
2.2.4 No Nordeste Açucareiro – As Lutas Camponesas.....	101
2.2.4.1 O Movimento Camponês em Disputa.....	106
2.3 Debates sobre a Questão Nordestina entre as décadas de 1950 e 1960.....	109
2.3.1 Celso Furtado e a Operação Nordeste.....	115
2.3.2 Antonio Callado: Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco.....	119
2.3.3 A Criação da SUDENE e sua Atuação nos Primeiros Anos.....	126
2.3.4 Callado de volta ao Nordeste: O repórter encontrou uma Revolução-piloto.....	134
2.3.5 Entre as Forças Progressistas e as Forças Reacionárias.....	137
CAPÍTULO 3 – A QUESTÃO REGIONAL DURANTE O REGIME MILITAR.....	141
3.1 Crise Orgânica e o Golpe de 1964.....	141
3.2 O Desenvolvimentismo do Regime Militar.....	146
3.2.1 Seria o Golpe uma Ruptura com o Desenvolvimentismo?.....	146
3.2.2 O Desenvolvimentismo de Delfim Netto: O “crescer” do bolo.....	150
3.2.2.1 O “Milagre” e o Crescimento do Bolo.....	155
3.2.3 II Plano Nacional de Desenvolvimento.....	159
3.2.4 Interpretações no Calor do Momento: Crescimento vs. Estagnação.....	162
3.2.5 A Crise Bateu à Porta.....	168
3.3 O Golpe, o “Mau Desenvolvimento” e o Nordeste.....	170
3.3.1 Atuação da SUDENE pós Golpe e as Políticas de Desenvolvimento Regional.....	172
3.3.2 Breve Anotação Crítica à Interpretação de Dissolução das Regiões.....	178

CAPÍTULO 4 – CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E A NOVA HEGEMONIA NEOLIBERAL....	181
4.1 A Crise de Hegemonia Desenvolvimentista.....	181
4.1.1 Constituição de 1988 e a “Nova República”.....	190
4.1.2 A Questão Nordestina diante da Crise do Desenvolvimentismo.....	194
4.2 Neoliberalismo como Nova Hegemonia.....	199
4.2.1 Consenso de Washington – uma cartilha neoliberal para a periferia.....	200
4.2.2 Década de 1990 – A construção do projeto neoliberal brasileiro.....	207
4.2.3 Questão Regional no Modelo Econômico Neoliberal Periférico.....	227
CAPÍTULO 5 – NEOLIBERALISMO, PÓS-MODERNISMO E A “INVENÇÃO DO NORDESTE”.....	237
5.1 Esboço de Crítica à Tese de Invenção do Nordeste.....	240
CAPÍTULO 6 – NEODESENVOLVIMENTISMO E QUESTÃO NORDESTINA.....	251
6.1 Crise do Neoliberalismo – O que vem a seguir?.....	251
6.2 O Neodesenvolvimentismo na Teoria e na Prática.....	257
6.3 Uma Nova Política de Desenvolvimento Regional nos Governos Petistas?.....	275
6.3.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional – 2003-2010.....	277
6.3.1.1 PNDR – Proposta Para Discussão.....	277
6.3.1.2 PDNE – Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI.....	281
6.3.1.3 Programa Conviver.....	289
6.3.1.4 Um Balanço da PNDR até 2010.....	292
6.3.2 PNDR – 2010-2015.....	297
6.3.2.1 Dificuldades da PNDR para se firmar.....	302
6.3.3 As Obras pelo Nordeste – O quanto saiu do papel?.....	303
6.3.4 Neodesenvolvimentismo no Nordeste em números.....	307
6.4 O PT, o Neodesenvolvimentismo e o Nordeste.....	314
6.5 Onde Foi Parar a Questão da Reforma Agrária?.....	325
CAPÍTULO 7 – O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA QUESTÃO NORDESTINA.....	330
7.1 Crise Orgânica, Crise do Neodesenvolvimentismo e o Golpe de 2016.....	330
7.1.1 Nos Corredores da Pequena Política.....	339
7.1.2 Uma ponte para qual futuro?.....	342
7.1.3 O que representou o Governo Temer?.....	345
7.2 Temer, o Golpe e o Nordeste.....	350
7.2.1 E a Questão Nordestina Pós-golpe?.....	355
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	361

REFERÊNCIAS.....	370
Bibliográficas.....	370
Documentais.....	394
Ficcionais, Romances e Poesia.....	399
Filmográficas e Vídeos.....	399
Jornalísticas, Sites e Blogs.....	400

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista na formação econômico-social brasileira condicionou a existência de diferenças marcantes entre regiões hegemônicas (dinâmicas, desenvolvidas ou centrais) e subalternas (atrasadas, subdesenvolvidas, periféricas ou dependentes) no âmbito de um mesmo processo de integração nacional. Desse modo, o Brasil, enquanto um país de dimensões continentais, abriga uma profunda questão regional. A desfavorável divisão regional do trabalho ao longo da história se mostra, no nível da aparência (aquilo que está às vistas), como a pobreza da região Nordeste em contraste com a riqueza do Centro-Sul.

Visando explicar a questão nordestina foram produzidos muitos estudos e muitas proposições foram feitas, desde princípios do século XX até então. Nesse sentido, a “pobreza” dessa região já foi atribuída, a depender do interlocutor, a diversas causas, como às secas periódicas; passando pelas disparidades regionais, numa abordagem dualista; leituras baseadas em supostos restos “feudais” nas relações de produção; até, numa perspectiva mais recente, às forças centrípetas do mercado.

O que não se pode negar é que o desenvolvimento desigual, com todas suas contradições inerentes, e a problemática nordestina, em suas diversas dimensões, compeliu o Estado brasileiro a intervir sobre esta região em diferentes momentos, ao longo de boa parte do século XX e início do século XXI. Entretanto, essas intervenções – quando não esbarraram em pautas clientelistas das classes localmente dirigentes no Nordeste; ou na escassez de recursos, sempre em falta para a região “atrasada” – se deram a partir da ilusão de que poderia existir uma burguesia nacional, ou fração progressista da burguesia, que pudesse ter seus interesses confundidos/atrelados com os interesses nacionais de tal forma que pudesse atuar num ciclo virtuoso de desconcentração regional, em combate simultâneo ao atraso (predominante no campo) e ao capital imperialista. Ou, de maneira análoga, que as classes dirigentes nordestinas poderiam se imbuir de um “espírito” nacional-desenvolvimentista, em oposição à mentalidade agrária “arcaica” de que dispunham.

Diante disso, a partir da correlação entre a atuação do Estado brasileiro com a questão nordestina, em vista dos constrangimentos das lutas de classes e a precariedade das condições de vida das classes trabalhadoras e subalternas, ao longo

do recorte que cobre desde a década de 1930 até 2018, a problemática que nos colocamos é: qual a razão do insucesso de uma transformação profunda e progressista da realidade nordestina através dos diversos projetos, propostas e ações que foram realizadas pelo Estado nos diversos governos, visto que, na contemporaneidade, a região segue em condição subalterna e dependente.

Intencionamos, então, examinar o conjunto de políticas aplicadas na região Nordeste, relacionando-as com o período em que foram propostas e com a fração burguesa que detinha a hegemonia no âmbito do bloco histórico. Para ilustrar, indicamos aqui dois momentos emblemáticos: o primeiro quando da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, através do protagonismo de Celso Furtado, como idealizador e seu primeiro dirigente, com um projeto desenvolvimentista, de clara hegemonia da fração capitalista industrial-produtiva oligopolista; o segundo, quando do fechamento dessa mesma instituição, em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de um projeto de corte neoliberal periférico, no qual os interesses da fração industrial eram preteridos em relação aos da fração financeira do capital, agora hegemônica. Esses exemplos ilustram o quanto as políticas de intervenção no Nordeste pelo Estado brasileiro estiveram historicamente submetidas aos interesses diretos ou indiretos da fração hegemônica do capital.

Assim, esta tese segue no sentido de inter-relacionar a atuação do Estado brasileiro com a problemática nordestina e as lutas de classes. Por isso destacamos, como hipótese central, que há uma questão regional irresoluta no Brasil – a questão nordestina. Ao dizermos isso não propomos que os problemas do Nordeste seguem sendo os mesmos de 100, 50, ou 20 anos atrás. Uma afirmação desse gênero seria anti-dialética e a-histórica. Entendemos que – pela própria dinâmica de formação econômico-social brasileira, e o avanço do capitalismo na periferia nacional que combina elementos modernos e tradicionais – o Nordeste foi relegado a uma posição subalterna, onde esses problemas se reinventam, a partir da própria dinâmica do desenvolvimento capitalista periférico e dependente.

Outra hipótese, mais de fundo, é que a relação de subalternidade da região Nordeste é resultado do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro, onde áreas dinâmicas e atrasadas convivem e constituem as

particularidades dessa formação econômico-social dependente e periférica. Não se trata de dois “Brasis”, mas de aspectos desiguais de combinações do mesmo Brasil, que no contraditório processo de desenvolvimento capitalista produziu avanço industrial em uma região, na mesma medida que aprofundou as relações de dependência em outra.

Uma hipótese complementar às anteriores é que essa posição subalterna do Nordeste, expressa pela sua economia vulnerável, e pelas péssimas condições de vida das classes subalternas, econômica e socialmente, tornam essa região dependente da intervenção do Estado brasileiro, a fim de evitar um colapso social e político. Assim, sempre que se atinge uma situação crítica, seja pelas secas recorrentes no Sertão, pelo avanço das lutas camponesas, por exemplo, o Estado intervém (criando instituições ou mobilizando recursos financeiros) quase sempre de maneira paliativa para evitar que o acirramento da luta de classes tome rumos de ruptura.

Uma última hipótese é que, a despeito do discurso da integração nacional e do desenvolvimento regional, o Estado capitalista atua no sentido de manter a relação de dependência da região economicamente mais pobre – no caso brasileiro, o Nordeste. Ou seja, o Estado burguês ao invés de criar mecanismo de superação do subdesenvolvimento e “atraso” das regiões subalternas, na verdade, aprofunda a dependência em suas diversas dimensões.

A título de justificativa ressaltamos que essa temática do Nordeste e a questão regional brasileira dispunha de grande relevância acadêmica, mas foi perdendo espaço paulatinamente ao longo da década de 1990 em diante, e atualmente está praticamente ausente dos espaços de produção e discussão acadêmica e política. Essa ausência dá-se, em grande medida, por conta dos novos tempos inaugurados pela hegemonia neoliberal que colocou em destaque outras temáticas mobilizando outras dimensões territoriais. Por isso, julgamos importante reviver este debate e atualizar as discussões, a partir de uma perspectiva nova, sobretudo com a contribuição de Antonio Gramsci, que se dedicou à análise da questão meridional italiana e nos fornece grande arsenal teórico para investigação da problemática regional.

É importante considerar, ainda, que a grande maioria dos trabalhos produzidos sobre o tema está, quase sempre, circunscrita a uma perspectiva teórica e política desenvolvimentista, sendo que uma das dimensões deste trabalho é propor uma

crítica aos limites desse projeto, e, conseqüentemente, uma crítica à economia política desenvolvimentista.

Além disso, destacamos que o despertar para esta temática surgiu a partir dos estudos desenvolvidos no *Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia do Nordeste* (GPNe), e foram aprofundados, com novas dimensões, no *Praxis – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina*, ambos na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). De modo que temos nos dedicado ao estudo do Nordeste e da questão regional brasileira desde a graduação¹ e depois no mestrado², sempre nos colocando problemas adicionais para avançar com maior profundidade sobre o entendimento dos elementos centrais desta questão.

Por isso, partimos do estudo da formação econômico-social brasileira, com destaque para a formação do Estado capitalista, relacionando-a com o tema do desenvolvimento para chegar à questão nordestina. Para explicar as particularidades da produção e reprodução do capital no Brasil e a própria divisão regional do capital e do trabalho, é essencial compreender como se reproduzem as relações de dependência da região periférica em relação à região mais dinâmica da formação econômico-social brasileira e a diferença na atuação do Estado sobre ambas.

Em vista disso, objetivamos compreender a relação do Estado brasileiro com a questão nordestina, no âmbito da formação econômico-social brasileira, a partir dos diversos períodos que compreendem desde a formação do bloco desenvolvimentista (1930-1985), cientes das contradições que marcam esse período e a recomposição conservadora do bloco em 1964, passando pela crise do desenvolvimentismo no marco da mudança do padrão de acumulação industrial periférico (durante a década de 1980) e ascensão do neoliberalismo (1990-2005), até chegar a sua variação posterior que é o neodesenvolvimentismo (2006-2016), e, por fim, a crise deste e implementação de uma agenda de aprofundamento neoliberal (2016-2018) pós-golpe institucional de 2016.

1 Em virtude da conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas, na UFCG, apresentamos uma Monografia intitulada *A Integração do Mercado Nacional e o Ciclo do Algodão na Paraíba: Impactos na Economia de Campina Grande (1910 – 1985)*, dedicada a analisar de que modo o processo de integração do mercado nacional após 1930 impactou sobre a atividade econômica do Nordeste, da Paraíba e, especialmente, da cidade de Campina Grande. Cf. Santos (2013).

2 No mestrado em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG, defendemos a dissertação *Uma Nova Política de Desenvolvimento Regional nos Governos Petistas? O Nordeste e a Questão Regional Brasileira*, com objetivo de estudar os limites da Política Nacional de Desenvolvimento Regional dos governos petistas, com o duplo interesse de avaliar o alcance da política dentro do que ela se propunha e também mostrar seus limites intrínsecos. Cf. Santos (2017).

Para isso nos propomos a investigar, junto ao conjunto da literatura existente, os elementos da formação do Estado capitalista no Brasil, no marco da formação do bloco desenvolvimentista, em consonância com a integração do mercado nacional e o impacto regional deste processo. Também buscamos identificar os elementos do desenvolvimento desigual e combinado, em suas diversas dimensões: naturais, sociais, políticos e econômicos que explicam a relação de subalternidade do Nordeste em relação ao Centro-Sul. Ainda nos propomos a criticar a economia política desenvolvimentista, no sentido de entender/apontar/superar os limites das propostas de intervenção do Estado no Nordeste. Por fim, procuramos entender, em meio a esses processos, a transformação das políticas de desenvolvimento regional aplicadas ao longo desses períodos.

Sobre a questão nordestina, optamos por não adentrar na problemática intra-regional – que diz respeito, em última instância, à concentração econômica e maior dinamismo em alguns poucos estados, entre os nove que compõe o Nordeste – não por acreditar que essa discussão esteja fora do escopo da questão regional, mas pela impossibilidade de abarcarmos, neste trabalho, de maneira precisa e consequente esse aspecto da problemática nordestina, que merece uma análise detida a parte.

A seguir, nesta introdução, apresentamos o nosso método de investigação e as técnicas de pesquisa empregadas para a construção desta tese. E, mais adiante, o nosso método de exposição juntamente com a apresentação do trabalho que construímos.

Método de Investigação & Técnicas de Pesquisa

A orientação teórico-metodológica que utilizamos para compreender a questão nordestina parte da crítica à economia política elaborada por Karl Marx, a qual complementamos com os avanços teóricos produzidos por intelectuais marxistas ao longo dos últimos 173 anos (desde a publicação do *Manifesto do Partido Comunista*). Marx, através de seus trabalhos, nos ensinou a pensar a totalidade concreta e dinâmica que é a sociedade burguesa, entretanto não disponibilizou fórmulas/formas para determinar o movimento dialético, de modo que cabe a cada pesquisador, em sua própria pesquisa, a partir do concreto, desvendar esse movimento.

É por isso que não encontramos, em Marx ou Engels, uma obra ou texto que sistematize de maneira manualesca este método. A despeito disso, é possível garimpar algumas pistas em textos dispersos, o que reforça a ideia de que o método, para Marx, é muito mais que um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um “objeto recortado” para uma investigação determinada. Tem relação, muito mais, com uma ampla apropriação do conjunto de conhecimentos acumulados no sentido de apreender não a aparência ou forma dada do “objeto”, mas sim sua estrutura e sua dinâmica e apreendê-lo como processo, criticando e revisando o conhecimento acumulado (PAULO NETTO, 2011). O sujeito-pesquisador está imerso na realidade social que precisa decifrar para poder intervir. A compreensão deve incidir, então, sobre um processo em movimento que é resultado de inúmeras determinações do próprio movimento da luta de classes (FONTES, 2008).

Quanto à formulação do seu método, Karl Marx dedicou bons anos para assentar os elementos centrais de sua análise da sociedade capitalista. A estrutura de sua teoria tem por base a filosofia alemã, o socialismo francês e a economia política inglesa, e corresponde à crítica e ao aprimoramento desses conhecimentos, como bem destacou o revolucionário russo Vladimir Lenin ([1913] 2017). Este, no que lhe concerne, recupera essa forma de análise, ao apontar para a “totalidade” como uma categoria basilar do legado de Marx e Engels, recuperando toda sua consequência revolucionária, integrando os problemas da acumulação de capital e da luta de classes como fenômenos que se condicionam reciprocamente (SAMPAIO JR., 2011).

Corroborando com esse raciocínio o economista trotskysta belga Ernest Mandel (1998) diz que os problemas econômicos – e podemos acrescentar os políticos e os sociais – ao serem analisados dialeticamente não podem ser considerados em separado uns dos outros, mas que fazem parte de uma totalidade. Até porque, como enfatizou Ludovico Silva (2012, p. 20-21), Marx não “era um economista puro, nem um sociólogo puro, nem um político puro: era um cientista social completo”. Ele propunha uma ciência social unitária da revolução, em contraposição às ciências sociais da ordem, devendo ir além de uma visão convencional, fragmentada, e de montagem artificial de um todo vivo (FERNANDES, 2012a). Dessa forma, não se trata de produzir uma reflexão a partir do pensamento, da intuição, de tipos ideais, ou mesmo de utopias, mas sim de acompanhar a luta de classes como uma totalidade histórica,

através da assimilação de dados científicos, buscando explicação para os fenômenos como tais (FERNANDES, 2009; MANDEL, 1998).

O revolucionário russo Leon Trotsky, por sua vez, ressalta que a dialética, como ciência das formas do pensamento, tenta alcançar a compreensão de processos complexos e profundos, entendendo que os acontecimentos têm existência no tempo e no espaço. E que até mesmo a própria existência é um processo ininterrupto de transformações. Ao contrário do pensamento vulgar, que se contenta com reproduções imóveis de uma realidade dinâmica, o pensamento dialético dá aos conceitos, através de correções e aproximações sucessivas, uma riqueza de conteúdo e de flexibilidade. Por isso não se pode falar sobre o capitalismo em geral, mas sobre um determinado capitalismo em um determinado estágio de desenvolvimento (TROTSKY, [1939] 2017b).

A dialética, nos dizeres de Florestan Fernandes (2012a), dá ao pesquisador a capacidade de apanhar o que é dinâmico nas formas de organização e transformação históricas, possibilitando à ciência social ser não uma mera “ciência da ordem”, mas podendo se constituir como uma “ciência da revolução em processo”. Ainda sobre o método dialético, o venezuelano Ludovico Silva (2012), no seu livro *O Estilo Literário de Marx*, acentua que este método não tem nada de uma formulação estritamente lógica, um movimento puramente abstrato ou uma super razão implicada na história, como em Hegel. Em verdade se constitui num método racional para abordar a história sob o ponto de vista da luta de classes e das relações de produção, ou seja, não se trata de explicar a história a partir de princípios ou ideias, mas, ao contrário, explicar os princípios e ideias através da história.

Esses comentários relativos à dialética nos dão pistas de como proceder diante do objeto de investigação, tratando-o não como algo estático, mas que tem sua existência em movimento, especificamente, o movimento da luta de classes e do próprio desenvolvimento desigual e combinado das relações de produção do capital. E mesmo as ideias devem ser entendidas diante da mobilidade que se opera na consciência, a partir dos arranjos e desarrajos entre classes e frações de classe. Não devemos desconsiderar, também, que a análise do movimento histórico da formação econômico-social faz parte de uma totalidade histórica concreta e integrada.

Marx (2013), no posfácio da segunda edição d'O *Capital*, enfatiza que a economia só pôde permanecer ciência enquanto a luta de classes estava latente, como se observa através do exemplo dos clássicos do pensamento econômico, especialmente Adam Smith e David Ricardo. O valor científico desses clássicos – sobretudo Ricardo – é inegável, para Marx, porque buscavam descobrir a conexão interna das relações de produção burguesas, conseguindo perceber, em alguma medida, a essência escondida por trás da aparência, reconhecendo e exprimindo algumas contradições da realidade (LÖWY, 1987). No entanto, com o avanço da luta de classes e acirramento da contradição entre capital e trabalho, o desenvolvimento dos estudos da economia política voltou-se ao interesse estrito de reprodução do capital, perdendo seu compromisso com a busca pela verdade. Restando, em seu lugar, aquilo que Marx chamou de economia vulgar.

Por outro lado, Marx (2016a) entende que a ciência histórica e social deve observar o desenvolvimento das categorias econômicas na realidade (concreto) e na mente (abstrato), de modo que essas categorias possam expressar formas e modos de existência, a fim de perceber com profundidade o funcionamento do modo capitalista de produção. Tanto que suas investigações mostraram que “as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas [...] essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades” (MARX, 2016b, p. 39). A anatomia da sociedade civil, das relações materiais da vida e, também, do Estado devem ser buscadas na crítica à economia política.

Afinal, são as relações sociais de produção que criam as relações jurídicas, ou seja, não se pode explicar uma época de transformações a partir da sua consciência ou ideologia, mas sim explicar essa consciência (ou conjunto de ideologias) a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas e relações de produção sociais. Complementando: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 2016b, p. 39). Nesse ensejo, o pesquisador deve ter claro que a consciência é formada ideologicamente, por isso deve-se buscar nos fatos concretos, nas contradições da vida material, as tendências que retratam o que ocorre devido ao

desenvolvimento da produção capitalista, ou à insuficiência desse desenvolvimento, como aponta Florestan Fernandes (2009).

No texto produzido para servir de introdução ao livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, mas que Marx optou por não publicar, encontra-se um trecho dedicado ao método da economia política, que nos fornece valiosas indicações de como proceder na pesquisa. O método científico correto, destaca, parte do concreto, visto que:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, e por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da instituição e da representação [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, apenas a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, de o reproduzir na forma de concreto pensado; porém, não é este de modo nenhum a gênese do concreto em si (MARX, 2016a, p. 65).

Assim, os conceitos e as categorias devem ser utilizados a partir do real e do concreto, em função deles e não o contrário. A pesquisa deve seguir pelo caminho de analisar a realidade, analisar a movimentação da luta de classes, e a partir dela extrair os elementos de representação do concreto, ou seja, o concreto pensado. Isso não é o mesmo que dizer que o estudo deve prender-se à aparência dos fenômenos, sem estar munido de uma grande bagagem teórica que lance luz sobre a análise; mas que a construção teórica deve estar a serviço de melhor representar o concreto, o movimento real. Ascender do singular para o geral, do concreto ao abstrato, e deste de volta ao concreto pensado, são os percursos propostos por Karl Marx. Isso significa um esforço contínuo de distinção entre o que é concreto e o que é abstrato, sem deixar de utilizar a abstração como ferramenta de entendimento e aproximação do concreto.

Com relação à distinção entre essência e aparência, Mandel (1982) reforça que, para Marx, a ciência tinha um papel a cumprir, justamente, porque esses elementos – essência e aparência – não coincidem diretamente. Além disso, a ciência não tinha o papel único de descobrir a essência das relações obscurecidas por sua aparência superficial, cabendo-lhe, também, explicar essa aparência. Em outro lugar, Mandel (1998) aponta que o método de Marx trata de penetrar mais profundamente através das diversas camadas em sucessivas aproximações da realidade, entendendo que a distinção entre essência e aparência não significa que a aparência seja menos real que

a essência, refere-se apenas à manifestação visível do fenômeno, ou seja, são níveis distintos do processo de conhecimento social. Nessa linha de raciocínio, indicamos que uma separação ou proposição de uma ruptura entre essência e aparência, apontando-os como distintos fenômenos, é tão anti-dialético quando aceitar a aparência como o real, tal qual está à vista dos observadores superficiais e empiristas, sem buscar as contradições dos fenômenos.

Falando em separação ou ruptura, a fratura, muitas vezes proposta pelo marxismo vulgar (stalinista), entre estrutura e superestrutura deve ser frontalmente combatida como anti-dialética. Ludovico Silva (2012) defende que a noção de superestrutura não passa de uma metáfora para Marx, usada em poucas ocasiões com fins estilísticos, e não se trata de uma explicação teórica, diferente, por exemplo, da teoria do mais valor, sobre a qual este pensador escreveu longamente nas páginas d'*O Capital*. Pensar a teoria marxista em termos de “superestrutura” nos obrigaria a imaginar que o mundo da ideologia estaria à parte, separado, flutuando acima da chamada estrutura social. Quando pensar dialeticamente, e a partir de uma totalidade, exige entender que a ideologia vive e se desenvolve na própria estrutura social.

Essa reflexão de Ludovico Silva, em que base (infraestrutura) e superestrutura não estão separados, mas fazem parte de uma totalidade, não parece ser excludente ou contraditória, por exemplo, em relação ao que propõe Gramsci, ao valorizar os “aspectos superestruturais” em sua análise, principalmente a dimensão política, ideológica e cultural. Entendemos que ao destacar aspectos “superestruturais”, desvaloriza a própria noção de uma separação entre base e superestrutura.

Também, Mikhail Bakhtin (2014) em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que apesar de não ter tido acesso à ampla bibliografia de Marx, publicada ao longo do século XX, como teve Ludovico Silva, deu enfoque ao debate da relação entre a infraestrutura e as superestruturas, propondo que estas têm uma relação recíproca e complexa, e propõe, acertadamente, como percurso metodológico, que não se deve separar a ideologia da realidade material do signo; nem dissociar o signo das formas concretas da comunicação social; e dessa forma não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material. Ou seja, ele segue pelo mesmo caminho da articulação dialética, ou pelo uso metodológico, e não teórico, entre estrutura e superestrutura.

Ainda sobre esse mesmo aspecto, Friedrich Engels, grande parceiro intelectual de Karl Marx, em carta a Joseph Bloch, no ano de 1890, apontando nessa trilha de raciocínio que estamos desenvolvendo, destaca que o elemento econômico, a chamada base, não é o único elemento determinante na sociedade capitalista, dizendo que:

Nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isso afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros elementos da superestrutura [...] também exercem sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação da sua forma (ENGELS, 2016a, p. 83-84).

No âmbito da “superestrutura” estariam, de acordo com Engels (2016a), as formas políticas da luta de classes e seus resultados. As condições econômicas seriam os determinantes, em última instância, sem desprezar a importância das condições políticas e mesmo culturais. Um adendo deve ser feito, quando Engels falava no aspecto econômico, muito pouco tem relação com a forma que se entende hoje, uma economia técnico-matemática voltada à manutenção e ao aprofundamento da ordem capitalista, mas enfatizava que “a economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes; estas relações estão, porém, sempre ligadas a coisas e aparecem como coisas” (ENGELS, 2016b, p. 99). Economia, no contexto em que Engels e Marx escreveram, tinha relação com a dimensão social dos fenômenos da produção e reprodução da vida material, e não por fora da dimensão social e política da sociedade.

Engels ([1895] 2012) salienta sobre a questão do método, no prefácio que fez ao livro *As Lutas de Classe na França* de Karl Marx, que devido às limitações das técnicas que tinham a disposição, muitas vezes, o método materialista ficava circunscrito aos conflitos políticos de embates de interesses das classes sociais e frações de classes, como se pode ver n’*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e n’*As Lutas de Classe na França*, por exemplo. Mas isso não significa, seria outro erro, a preponderância do político sobre o econômico. Nesse sentido, o econômico, político e social não podem e não devem ser separados, mas sim abordados como uma totalidade, no limite das técnicas disponíveis ao pesquisador.

O desafio teórico, aponta a historiadora Virgínia Fontes (2008, p. 74), consiste em não se limitar a uma análise econômica abstrata, uma ficção estatístico-

matemática que os economistas apresentam como se fosse o mundo real, no qual não há humanidade, mas cálculos de custos e benefícios. O desafio é, justamente, criticar essa “economia” insistindo na existência das relações sociais – e, portanto, da luta de classes – onde aqueles apontam unicamente números.

Leon Trotsky ([1939] 2008, p. 163) sublinha que a “luta de classes não é outra coisa que a luta pela mais-valia. Quem possui a mais-valia é o dono do Estado, tem a chave da Igreja, dos tribunais, das ciências e das artes”. Assim, economia, política, ciência, religião, cultura não estão separadas, mas fazem parte de uma totalidade, sob o auspício da propriedade privada dos meios de produção. Complementando a argumentação que temos desenvolvido, essa abordagem nos permite escapar do economicismo e do mecanicismo do marxismo vulgar, que, em grande medida, é responsável pela fratura que se propõe entre “base” e “superestrutura”.

No cerne de uma teoria marxista da criação ideológica – estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc. – percebe-se que os produtos ideológicos fazem parte de uma realidade natural ou social, como uma forma física, um signo que possui um significado que remete a algo fora de si. Os signos ideológicos não são apenas um reflexo da realidade social, mas sim um fragmento dessa realidade. Nesse sentido, a realidade do signo é objetiva, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. A consciência, como aparece nos textos de Marx, torna-se consciência somente quando se impregna de conteúdo ideológico e, conseqüentemente, somente no processo de interação social (BAKHTIN, 2014).

Estabelece-se, então, uma relação entre discurso e signo a partir de um espaço de disputa ideológica, com marcante presença da perspectiva hegemônica das classes dominantes, intimamente relacionadas à manutenção do *status quo*. Como apontaram Marx e Engels, n’A *Ideologia Alemã*:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante [...] As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Ludovico Silva se lança contra a perspectiva de que os aspectos ideológicos “refletem” a dimensão social da realidade, seguindo pelo caminho de sugerir que “nem

a ciência, nem a arte ‘refletem’ realmente nada; em troca, não seria melhor dizer que a ciência e arte expressam uma realidade que é a mesma e cada uma o faz com uma linguagem ativa e não com reflexos passivos?” (SILVA, 2012, p. 61). A ideologia como “reflexo” da realidade não passa de uma proposição passiva, uma mera fotografia da realidade, como “expressão”, por outro lado, tem uma dimensão ativa e passiva em relação dialética. Nessa mesma trilha, Bakhtin, ao falar sobre, destaca que os aspectos ideológicos “refletem” e “refratam” a realidade social, em outras palavras, “expressam”.

A ideologia como produto social expressa as relações materiais dominantes. A ciência ideológica, é, então, “a ciência posta a serviço do capital e submissa a seus ditames e necessidades” (SILVA, 2012, p. 97). É exatamente o que Florestan Fernandes chamou de “ciência da ordem”, ou Karl Marx chamou de “economia vulgar”. Todavia, uma proposta marxista de construção científica não segue pelo caminho de rejeitar o acúmulo produzido pelos chamados “ideólogos”, mas sim de propor uma crítica radical (pela raiz) a esses trabalhos, no sentido dialético de negar conservar superar (LÖWY, 1987).

Portanto, para avançar no conhecimento científico, faz-se necessária a *crítica* como aspecto fundamental na construção científica independente da sua especialidade. Aspecto que é muito bem ressaltado por Antonio Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*. Ou seja, para a formulação do pensamento científico, a crítica não deve ter um caráter eventual ou acidental, mas sim constituir-se como método de apreensão do conhecimento de caráter político e social (ALIAGA, 2017).

Tanto que, no § 15 do Caderno 11³, Gramsci nos deixa como indicação que ao fazer a crítica não devemos “escolher os adversários entre os mais estúpidos e medíocres, ou, ainda, escolher entre as opiniões dos próprios adversários as menos essenciais e as mais ocasionais” (GRAMSCI, 2015a, p. 123). Além disso, devemos ser justos com eles, de modo que “é necessário esforçar-se para compreender o que ele realmente quer dizer, e não fixar-se maliciosamente nos significados superficiais e imediatos de suas expressões” (GRAMSCI, 2015a, p. 123-124). Com isto, o que está

3 Tendo em conta as condições de produção dos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci, onde o autor nunca teve condições de sistematizar seu pensamento em formato livro acabado, vamos indicar sempre o caderno e o parágrafo (§) ao qual estamos fazendo referência, sempre mencionando, em nota de rodapé o período em que foi escrito o caderno e onde está localizado (em qual volume está o caderno e as páginas do parágrafo na edição em português). Neste caso, o caderno 11, escrito entre 1932 e 1933, encontra-se no Volume 1, e o § 15 está localizado entre as páginas 121 e 124 (GRAMSCI, 2015a).

proposto é a elevação do debate para um patamar superior – científico. Como fez Marx ao escolher David Ricardo como alvo de suas críticas, cujo resultado foi uma teoria do valor trabalho qualitativamente superior. De modo que não fez a crítica pela crítica, mas pelo avançar da ciência econômica, história e social.

Gramsci, desse modo, está interessado em apresentar-nos elementos para elaboração de um método que seja adequado às ciências sociais, entendendo que qualquer teoria social está marcada por relações de forças sociais diversas. Assim, enquanto pesquisadores sociais, devemos direcionar nossas críticas às concepções com relevância histórica, a partir da crítica aos expoentes de maior relevância (ALIAGA, 2017).

Em síntese, buscamos realizar nossa investigação a partir do movimento inerente ao objeto pesquisado. Submetendo à crítica o conjunto de discursos que foram produzidos sobre o nosso objeto de interesse, entendendo que fazem parte de uma totalidade concreta e dinâmica, possuidora de aparência e essência sobre a qual nos debruçamos. Para isso, propomos, através deste trabalho, uma resposta, dentro de um todo coerente em suas partes, ao entendimento da questão nordestina, considerando o movimento e as contradições dos processos econômicos, políticos e sociais.

Para tal, como principal técnica de investigação, realizamos uma vasta revisão bibliográfica sobre aspectos diversos que se relacionam com o Estado, as lutas de classe, o desenvolvimento desigual e a questão regional nos diferentes períodos que cobrem nosso recorte temporal, mobilizando o referencial teórico em favor da compreensão do movimento histórico. Entregamos ao leitor uma crítica radical ao volume de trabalhos produzidos sobre importantes processos vivenciados ao longo do século XX e início de XXI. A partir disso, buscamos, sempre que possível, contextualizar os debates no período em que ocorreram, numa tentativa de compreender os limites de tais discursos em diálogo com outros produzidos no mesmo período e o próprio avançar da discussão.

Quanto à questão do Estado, buscamos compreendê-la no âmbito das contradições que se expressam na formação econômico-social brasileira, a partir da investigação sobre a “revolução burguesa” no Brasil. Relacionamos as interpretações de Florestan Fernandes com as proposições do intelectual italiano Antonio Gramsci,

que, inclusive, é mobilizado em diversos momentos do texto, sobre diferentes aspectos, sendo umas das principais referências teóricas ao desenvolvimento desta tese. A partir disso, avançamos na discussão relacionando os acontecimentos historiográficos brasileiros com essa abordagem num movimento contraditório de rupturas/continuidades desde a década de 1930 até 2018 (ano escolhido para fechar nosso recorte temporal).

Sobre as lutas de classes, entendendo-as como elementos indissociáveis do desenvolvimento histórico, trazemo-las para a discussão, particularmente, nos momentos em que a agitação política e social no Brasil relaciona-se com a questão regional nordestina, como foi o caso das Ligas Camponesas, entre fins da década de 1950 e início de 1960. Desse modo, tomamos a região Nordeste como o centro de gravidade para nossa análise. Além disso, pontuamos que, ao longo do trabalho, damos grande importância para a discussão da correlação de forças a partir da análise das classes dominantes e dessas para com o Estado. Sobre esse aspecto, ainda, não consideramos que as lutas de classes dizem respeito unicamente aos momentos de maior turbulência e agitação, visto que, mesmo diante da “calmaria” os interesses conflitantes entre as classes sociais fazem com que a burguesia, em seu conjunto, atente contra interesses das classes trabalhadoras e subalternas.

No que se refere à questão nordestina e o desenvolvimento desigual e combinado, dialogamos com um amplo leque de intelectuais dos mais diversos matizes e produtores de discursos variados sobre essas questões. Destacamos, principalmente, as produções de intelectuais de autores associados ao desenvolvimentismo de alguma forma, ainda que tenham diferenças entre si, como: Josué de Castro, Albert Hirschman, Celso Furtado, Antonio Callado, Wilson Cano, Leonardo Guimarães Neto, Tânia Bacelar de Araújo e Policarpo Lima. Além de perspectivas mais críticas como as de Francisco de Oliveira e Manoel Correia de Andrade. Uma leitura pós-moderna do espaço regional, encontrada em Durval Muniz de Albuquerque Júnior. E tantos outros que escreveram, em diferentes momentos, sobre o Nordeste e a questão nordestina. Além disso, complementamos nossa análise com um conjunto de produções literárias – Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz – e filmográficas – *Cabra Marcado para Morrer* de Eduardo

Coutinho; *Parahyba, Mulher Macho* de Tizuka Yamazaki; *The Troubled Land* de Helen Jean Rogers, para citar alguns.

Há, ainda, um volume de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores do *Praxis – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina*, no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que, mesmo que sejam trabalhos de dissertações e teses de pesquisadores individuais, fazem parte do acúmulo coletivo do grupo. De modo que partimos, também, dele.

Além da análise bibliográfica, propomos uma investigação documental das diversas políticas produzidas pelo Estado brasileiro, com vistas a direcionar a intervenção no Nordeste. Consideramos legislações diversas, como as Constituições Federais (1934, 1937, 1946, 1967, e 1988), leis, decretos e atos institucionais, e destacamos, principalmente, os seguintes documentos: *O Relatório do GTDN* (BRASIL, [1959] 1967); *I Plano Diretor da SUDENE* (BRASIL, [1961] 1966a); *II Plano Diretor da SUDENE* (BRASIL, [1963] 1966b); *III Plano Diretor da SUDENE* (BRASIL, 1966c); *IV Plano Diretor da SUDENE* (BRASIL, 1968); *Projeto Nordeste* (1985), *Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural* (1985), *Política Nacional de Desenvolvimento Regional: proposta para discussão* (BRASIL, 2003); *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semi-Árido* (BRASIL, 2005); *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI* (BRASIL, 2006); *Conviver: Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido* (BRASIL, 2009); *A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós 2010* (BRASIL, 2010); *Documento de Referência: I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional* (BRASIL, 2012) e *Uma Ponte Para o Futuro* (PMDB, 2015).

Para reforçar nossa argumentação, ainda, usamos um conjunto de dados de natureza econômica e social numa análise quantitativa recorrendo à estatística descritiva. Os principais dados que usamos dizem respeito à participação percentual das Regiões no PIB brasileiro e o PIB *per capita* das Regiões. No período mais recente, quando os dados disponíveis se tornam mais abundantes, utilizamos a rentabilidade dos principais grupos capitalistas, dados sobre o comércio exterior do Brasil; nível de desemprego; taxa de analfabetismo por região; rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar por região.

Não podemos nos furtar de fazer um breve comentário sobre o contexto de produção desta tese. Nos anos de 2020 e início de 2021, últimos de desenvolvimento desta pesquisa, em virtude da pandemia da Covid-19, este pesquisador, em consonância com as recomendações científicas, foi obrigado a isolar-se e manter distanciamento social. Desse modo, acabamos perdendo completamente o acesso ao rico acervo bibliográfico que se encontra disponível na Biblioteca Central Zila Mamede, na Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, e na Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN. Por isso, privilegiamos, neste último período, produções disponíveis na *internet* como artigos, dissertações e teses em detrimento de livros. O que, inevitavelmente, cobra seu preço, através de algumas ausências, como foi o caso, por exemplo, do clássico *A Terra e o Homem do Nordeste* de Manuel Correia de Andrade, o qual não pudemos voltar a consultar para incorporá-lo a esta tese.

Método de Exposição & Apresentação

O método de investigação e de exposição são momentos distintos da pesquisa. Muitas vezes a exposição é deixada de lado pela escassez de tempo, de modo que geralmente o resultado exposto fica circunscrito a uma descrição do percurso da pesquisa. Sobre essa distinção, no posfácio à segunda edição d'*O Capital*, Marx nos diz que:

A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori (MARX, 2013, p. 90).

Nesse sentido, o método de investigação diz respeito à discussão que propomos anteriormente, sobre a pesquisa, seus métodos e técnicas. Enquanto o método de exposição deve transformar os diversos dados, discursos, relações e processos sociais que compõem o corpo da investigação, num texto inteligível e acabado capaz de expressar o movimento real do objeto em análise. Nesse sentido, como destaca Ludovico Silva (2012), a ciência só tem a ganhar se, além do rigor metodológico e crítico, for acrescida de um rigor demonstrativo e ilustrativo.

Desse modo, em complementaridade ao método de pesquisa, fazemos questão de ressaltar, neste momento, o nosso método de exposição juntamente com a apresentação da tese. No âmbito deste trabalho, há algumas camadas que se sobrepõem e se articulam na composição do texto final. De modo que buscamos associar dialeticamente os aspectos da passiva “revolução burguesa” no Brasil, as lutas de classes, a tensão (neo)liberalismo vs. (neo)desenvolvimentismo, o processo de modernização do capitalismo brasileiro, o processo de industrialização, o processo de integração (comercial e depois produtiva) dos mercados regionais, as secas, o problema agrário e, particularmente, a intervenção do Estado brasileiro sobre o Nordeste nos diferentes momentos. Tudo isso na conformação dessa questão nordestina, que nos propomos a investigar.

Portanto, em se tratando de um largo período temporal que escolhemos para a investigação da questão nordestina no Brasil, montamos o texto com capítulos que começam, quase sempre, tratando de uma profunda crise, buscando compreender seus condicionamentos e determinações, para, em seguida, avançar sobre seus desdobramentos nas várias dimensões que tocam ao Estado, ao desenvolvimento desigual e à questão regional.

Os aspectos teóricos aparecem à medida que a dinâmica do texto demanda que sejam explicadas as categorias e os conceitos que utilizamos, de modo que a teoria é mobilizada em função do objeto e não o oposto. Por conta disso, não dispomos de um capítulo especificamente teórico, visto que nosso referencial está diluído ao longo de toda a tese. Ainda assim, há uma concentração maior nos capítulos iniciais, haja vista a necessidade de explicar as escolhas teóricas que fazemos e abrir caminho para a investigação do objeto.

Nesse ensejo, a tese está dividida em sete capítulos, que abrange desde uma breve análise do período colonial até o ano de 2018, com maior ou menor grau de profundidade nos diferentes momentos a depender da demanda do próprio objeto investigado e das nossas condições de abarcar esses debates. Temos plena consciência que a escolha de realizar uma pesquisa sobre a questão nordestina a partir de uma perspectiva da totalidade histórico-social, num amplo marco temporal, nos faz perder pormenores importantes. Entretanto, buscamos captar o movimento geral, perceber o que é perene e se ressignifica diante das mudanças.

No primeiro capítulo apresentamos, como um “quase preâmbulo”, a herança colonial do Nordeste. Em meio à discussão dos conceitos de formação econômico-social, modo de produção e crítica às “teses feudais”, buscamos apresentar como se conformou o espaço econômico que veio a tornar-se o Nordeste brasileiro, a partir de suas duas dimensões básicas – o açucareiro no Litoral e o algodoeiro/pecuário no Sertão – a partir da própria dinâmica colonial e a articulação entre as classes sociais.

No segundo capítulo propomos as bases para o que entendemos por questão nordestina a partir da problemática de desenvolvimento desigual. Para isso, avançamos sobre a investigação da “revolução burguesa” no Brasil, relacionando as interpretações de Florestan Fernandes e Octávio Ianni com as proposições do intelectual italiano Antonio Gramsci, entendendo o processo como uma revolução passiva, especialmente a partir da “revolução de 1930”, quando se conforma o Estado desenvolvimentista e a integração dos mercados regionais, a partir do processo de industrialização do Centro-Sul. A partir disso, seguimos para a análise da questão nordestina, considerando, em primeiro lugar, os elementos teóricos para a interpretação do fenômeno; em seguida nos debruçamos sobre os problemas das sub-regiões nordestinas; por fim, chegamos ao amplo debate que se abriu sobre a questão em meados de 1950 e início de 1960, no qual buscamos relacionar a posição das “forças progressistas” com a atuação do Estado desenvolvimentista no Nordeste, em vista do conjunto de discursos propostos sobre a temática.

No terceiro capítulo nos debruçamos sobre a crise orgânica da década de 1960 que desembocou no golpe de 1964, frustrando grandes expectativas que se tinha sobre um conjunto de processos democratizantes simultâneos que estavam acontecendo no Nordeste, particularmente as lutas camponesas. Buscamos compreender, então, o percurso econômico adotado pelo Regime Militar, analisando os discursos dos seus ideólogos (principalmente Delfim Netto) e críticos (das mais diversas perspectivas, desde Celso Furtado; teóricos da dependência e os teóricos marxistas da dependência; Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes). E, por fim, como se deu a atuação da SUDENE após 1964, num cenário de desenvolvimentismo autoritário e de modernização conservadora.

No capítulo seguinte nos propomos a entender os determinantes da crise de hegemonia do desenvolvimentismo, no bojo de uma nova crise orgânica, considerando

os aspectos econômicos, políticos e sociais que redundaram no fim do regime ditatorial. Diante dessa crise, procuramos entender como ela se expressou no processo da Constituinte e a questão nordestina na década de 1980. No mesmo capítulo, avançamos para a análise da construção de um projeto neoliberal periférico no Brasil, em superação da crise de hegemonia. Por fim, analisamos a questão nordestina diante do novo contexto que se abre na década de 1990, na forma de abandono do conjunto de iniciativas desenvolvimentistas experimentadas desde fins da década de 1950.

No curto capítulo cinco, que aparece como um parêntese, trazemos uma crítica à proposição de “invenção do Nordeste”, que propõe uma (re)contagem da história dessa região à luz de uma abordagem pós-modernista. Essa leitura pós-moderna, em última instância, coaduna-se com o neoliberalismo, diante da crise do desenvolvimentismo, particularmente na dimensão da intervenção regional, ao atacar a própria ideia de “Nordeste”. Mesmo que essa discussão remeta à primeira metade do século XX, com Gilberto Freyre e a segunda geração modernista, optamos por trazer a discussão após o capítulo da crise de hegemonia desenvolvimentista, porque se relaciona com o novo momento intelectual inaugurado na década de 1990.

No sexto capítulo retomamos a discussão que encerra o quarto capítulo, diante da crise do neoliberalismo no raiar do novo século, considerando o panorama latino-americano, ao qual o Brasil está inserido, e um conjunto de governos que aparecem em função desse processo. No caso brasileiro, o Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao governo federal com Luiz Inácio Lula da Silva na presidência, produzindo como síntese uma espécie de neodesenvolvimentismo, acerca do qual propomos uma análise crítica. A partir disso, buscamos avaliar a política de desenvolvimento regional proposta pela gestão petista no Estado brasileiro e os resultados dessas políticas. Nos propomos a compreender, a seguir, a relação que se estabelece entre o conjunto das camadas subalternas da população nordestina e o neodesenvolvimentismo petista. Por último, trazemos para a discussão algumas considerações sobre a reforma agrária, que foi, quase sempre, a principal bandeira no âmbito da discussão sobre a questão agrária, particularmente, no Nordeste brasileiro, estando no bojo da questão nordestina.

Por fim, no sétimo capítulo, que encerra nosso recorte temporal, investigamos a questão nordestina após o golpe de 2016. Para isso nos propomos a examinar a crise que levou à deposição de Dilma Rousseff (PT) da Presidência da República e a ascensão de Michel Temer (PMDB) ao governo. E, finalmente, buscamos contextualizar a atuação do Estado brasileiro no Nordeste, durante este governo.

Ainda merece menção a escolha que fizemos no que se refere à disposição das referências bibliográficas, ao fim do trabalho. Estas foram agrupadas por blocos – bibliográficas; documentais; ficcionais, romances e poesia; filmográficas e vídeos; e jornalísticas, *sites* e *blogs* – para garantir melhor organização. Sobre as referências jornalísticas, optamos por, além de trazê-las ao fim do trabalho, apresentá-las em notas de rodapé ao invés do formato “Nome, Ano”, em grande medida porque são referências pontuais que raramente voltam a ser mencionadas em outros momentos do texto, também porque vêm acompanhadas dos respectivos endereços eletrônicos, que, por sua vez, garantem maior comodidade ao leitor que queira acessar a notícia, o *site* ou o *blog*.

Em notas de rodapé, ainda, apresentamos as personalidades que se destacam diante do contexto analisado, geralmente políticos e ministros envolvidos nos acontecimentos da história brasileira e nordestina. Dando ênfase, além dos cargos que exerceram, aos seus locais de nascimento.

Um adendo sobre as referências: ao longo do texto, quando se referem a textos históricos, ou seja, mais antigos, buscamos, na primeira vez que aparecem, indicar o ano em que foi publicada pela primeira vez, além do ano da edição que estamos usando para referenciar. Figurando como: (NOME, [ano da primeira edição], ano da edição utilizada), apenas da primeira vez, doravante utilizamos a notação indicada pela ABNT (NOME, ano da edição).

Ao fim desta introdução, esperamos que este trabalho – que o leitor tem diante de si – forneça uma importante contribuição à compreensão crítica da questão nordestina, ao tempo que proporcione elementos para reflexão sobre os meios necessários à sua transformação.

CAPÍTULO 1 – UM QUASE PREÂMBULO: HERANÇA COLONIAL DO NORDESTE

Ao longo dos últimos séculos, o capitalismo avançou de país a país, em suas sucessivas fases – comercial, industrial, financeira... –, com cada nação sendo particularmente demandada na divisão internacional do trabalho do mercado global, com diferentes graus de expressão e expansão capitalista, conforme os estágios diversos do seu desenvolvimento. Entretanto, convém chamar atenção para a discussão de que não há um percurso único a ser trilhado pelos países em direção ao modo de produção capitalista, nem tampouco em direção a sua superação, mas cada formação econômico-social experimenta esse processo com particularidades históricas⁴.

Antes de avançar para a análise da herança colonial do Nordeste brasileiro, é preciso fazer uma breve apreciação teórica sobre o par conceitual “modo de produção” e “formação econômico-social”. Para, em seguida, podermos nos debruçar sobre as particularidades da região Nordeste, diante da formação econômico-social brasileira.

1.1 Modo de Produção e Formação Econômico-social

Os conceitos de modo de produção e formação econômico-social são de grande importância, especialmente, para o exame de realidades nacionais na periferia do capitalismo – países coloniais, semicoloniais ou dependentes. Ainda que o conceito de formação econômico-social não seja amplamente desenvolvido nas obras de Marx, suscitou grandes debates no âmbito do marxismo, particularmente na segunda metade do século XX⁵. Entretanto, julgamos importante, antes de tudo, rejeitar as abordagens dos manuais da Academia de Ciências da União Soviética, em primeiro lugar; e, em segundo lugar, as concepções manualescas althusserianas. Especialmente

4 É importante deixar uma anotação estratégica quanto a luta pela superação do capitalismo. Ainda que não haja um percurso único, neste sentido, reforçamos a importância de apreender com as experiências históricas – a exemplo da Comuna de Paris de 1871 e da Revolução Russa de 1917 (antes do seu processo de degeneração) – alguns elementos fundamentais nesta luta, que passam, entre outras coisas, pela organização das massas proletárias e despossuídas com centralidade da classe trabalhadora em sua própria emancipação e a atuação consequente de um partido revolucionário.

5 Boa parte dos principais textos deste debate sobre o conceito de “formação econômico-social” foram agrupados nos *Cuadernos Pasado y Presente*, especificamente no número 39 de 1982, no qual pudemos realizar leituras sobre essa temática, nas diferentes abordagens de interpretação do marxismo – estruturalistas e historicistas.

porque o que “em Marx era uma conceitualização dialética, móvel, nos manuais se converteu em estátuas teóricas”⁶ (SILVA, 2009, p. 138, tradução nossa).

Na produção teórica de Karl Marx encontramos poucos momentos em que essa discussão aparece de maneira mais vívida. Destacamos o *Prefácio* do livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*⁷, de 1859, no qual encontramos um trecho que, numa leitura apressada, pode acabar passando despercebido: “os modos de produção asiático, antigo, feudal, e, modernamente, burguês podem ser designados como épocas progressivas da formação econômica e social” (MARX, 2016b, p. 40).

Esse breve trecho produziu acaloradas discussões. Uma primeira observação a ser feita sobre a citação é que formação econômico-social e modo de produção referem-se a coisas distintas, sendo, então, conceitos distintos. Uma segunda, diz respeito ao aspecto das “épocas progressivas”, que poderiam abrir margem para uma interpretação de simples sucessão entre os modos de produção de forma linear, seguindo uma tendência mecânica, justamente o que se busca evitar a partir de uma observação dialética.

Diante disso, Eric Hobsbawm ([1964] 1985) na introdução que fez ao livro *Formações Econômicas Pré-capitalistas* de Karl Marx, indica que não devemos entender que o autor se refere à sucessão cronológica ou à simples evolução de um sistema a partir do seu predecessor, mas sim de evolução em uma dimensão mais geral. Seguir uma análise literal seria simplificar demasiado o pensamento de Marx, ao ponto de entender que estava indicando que haveria uma escada que todas as sociedades humanas pudessem subir.

Emilio Sereni (2013), concordando com Hobsbawm, dá ênfase que uma formação econômico-social deve ser entendida através de uma concepção extraordinariamente dinâmica do devenir social contra qualquer leitura estática. E aponta que Marx – nas cartas a Vera Zasulich de 1881 – rechaça as interpretações de seu trabalho no sentido de uma linha de sucessão única e obrigatória das diversas formações sociais e épocas históricas.

6 “en Marx era una conceptualización dialéctica, móvil, en los manuales se convierte en estatua teórica” (SILVA, 2009, p. 138, na versão consultada).

7 A depender da tradução para o português, como a que se encontra na edição de 2008, deste livro, pela Editora Expressão Popular (MARX, 2008, p. 48), “formação econômico-social” pode aparecer como “formação da sociedade econômica”.

Inclusive na introdução ao livro *Luta de Classes na Rússia* – que reúne os esboços e a carta de Karl Marx a Vera Zasulich sobre a comuna rural russa e a possibilidade de transição ao socialismo – Michael Löwy diz enfaticamente que “estes escritos significam uma ruptura profunda com qualquer interpretação unilinear, evolucionista, ‘etapista’ e eurocêntrica do materialismo histórico” (LÖWY, 2013, p. 9). Justamente por conta de Marx, apesar de não ter remetido as cartas, ter pensado e dissertado sobre a possibilidade de a Rússia atingir o socialismo sem necessariamente passar pelo capitalismo, ou seja, pensando nas particularidades daquela nação.

Marx (2013) indica, no primeiro esboço, que em toda a Europa a propriedade comum já desaparecera. O que justificava que as comunas russas resistissem, ainda em escala nacional, era uma combinação de circunstâncias únicas, e se coloca favorável à ideia de sua conservação, essa particularidade do desenvolvimento histórico da Rússia. Mas essa ideia da possibilidade de transição ao socialismo na Rússia, sem passar diretamente pelo capitalismo, não é algo que Marx pensou e deixou oculto nos esboços das cartas não remetidas à Vera Zasulich. No prefácio à edição russa do *Manifesto Comunista*, de 1882, um ano depois, Marx (1998, p. 73), acompanhado por Engels, dá uma resposta ainda mais simpática a manutenção da comuna russa, ao dizer que “se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, do modo que uma complete a outra, a atual propriedade comum de terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista”. Enfatizando a dimensão permanente⁸ que a revolução deveria tomar.

Superada essa primeira discussão, podemos caminhar no sentido de entender o significado do conceito de modo de produção. Para a compreensão desse conceito há dois aspectos indissociáveis, de acordo com Janaína Freire dos Santos e Danilla Aguiar (2016), que são as forças produtivas e as relações de produção. De acordo com o indicado por Löwy et al. (2015): as forças produtivas, enquanto expressão da relação homem/natureza, compreendem as causas determinantes da capacidade de produção, incluindo os recursos naturais e a técnica empregada. As relações de produção, por

8 Revolução Permanente no sentido proposto por Marx e Engels em 1850 em sua Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas, onde apresentam que “é nossa tarefa tornar a revolução permanente até que todas as classes proprietárias em maior ou menor grau tenham sido alijadas do poder, o poder estatal tenha sido conquistado pelo proletariado e a associação dos proletários tenha avançado, não só em um país, mas em todos os países dominantes no mundo inteiro” (MARX; ENGELS, 2010, p. 64).

sua vez, expressam a relação entre os homens, possibilitando a compreensão das distintas posições ocupadas pelas classes sociais no âmbito de um mesmo processo. Ou seja, no caso do modo de produção capitalista, demonstra como a propriedade privada dos meios de produção demarca a característica fundamental da classe burguesa, enquanto sua ausência é o que define os proletários, ou seja, aquela classe que nada possui além de sua força de trabalho, por isso, são obrigados a vendê-la aos capitalistas.

Diante disso, “o modo de produção corresponde, em definição, às relações sociais historicamente travadas no processo produtivo, pelos indivíduos entre si, e as forças produtivas correspondentes a esse processo” (SANTOS; AGUIAR, 2016). A relação entre esses dois grandes conjuntos de processos – forças produtivas e relações de produção – fornece a base para entender estes grandes movimentos históricos, enquanto modos de produção. O modo de produção, enquanto conceito, remete a essas diversas épocas da história da humanidade – asiático, antigo, feudal ou burguês, como indicados por Marx – com suas características específicas. A esses diferentes modos de produção associam-se uma estrutura de classe específica em que se opõe uma classe dominante e uma classe dominada (LÖWY *et al.*, 2015).

Guy Dhoquois (1982) apresenta o modo de produção como sendo um “abstrato real”, ou seja, uma estrutura presente na realidade que pode ser descoberta cientificamente e que descreve características gerais. Podendo-se indicar quais são as classes dominantes e as dominadas e, conseqüentemente, o desenvolvimento das forças produtivas e a forma de distribuição da riqueza produzida socialmente. Ao compreendermos o modo de produção dessa forma, um abstrato real, o conceito de formação econômico-social, que é de dimensão teórica, significa uma combinação de modos de produção. Diante disso “é possível especificar na realidade mostrando sua particularidade histórica e geográfica, sua particularidade ‘regional’”⁹ (DHOQUOIS, 1982, p. 187, tradução nossa).

Podemos refinar a análise, utilizando Pierre Herzog (1982), ao destacar que formação econômico-social tem relação com a coexistência de um conjunto de formas locais de características pré-capitalistas e capitalistas – não que as formas chamadas pré-capitalistas sejam formas “velhas” – não sendo uma simples coexistência de

⁹ “es possible especificarlo en la realidad mostrando sus variantes históricas y geográficas, sus variantes ‘regionales’” (DHOQUOIS, 1982, p. 187, na versão consultada).

modos de produção, mas como uma síntese, na qual as chamadas formas pré-capitalistas adquirem novo conteúdo.

Ludovico Silva (2009) indica que entre o modo de produção e a formação econômico-social – que existem plenamente na realidade, se movimentam e se reproduzem simultaneamente do geral-único ao particular-diverso – há uma intercambialidade, que se expressa através da luta real em sua coexistência e sucessão, em que, geralmente, triunfam as formas mais progressivas, sem necessariamente extinguir as mais antigas.

É fundamental ter em mente que o processo histórico não se dá somente a partir da relação entre “forças produtivas” e “relações de produção”, mas também pela totalidade da vida material incluindo a dimensão política, ideológica e cultural. O que permite escapar a uma visão economicista, etapista e linear. Ter claro o conceito de formação econômico-social nos permite observar as especificidades, sem esquecer o panorama que é o modo de produção hegemônico e a relação dialética entre estes conceitos (SANTOS; AGUIAR, 2016).

Uma formação econômico-social é algo que atravessa várias épocas, várias formas sociais e vários modos de produção em um único processo contínuo de modificação das forças e das relações de produção (LUPORINI, 1982). Nesse sentido, uma formação econômico-social deve ser entendida como um conjunto de complexas relações que se articulam sob a hegemonia de um determinado modo de produção, entre os presentes na formação econômica da sociedade (ROJAS, 2006).

Diante do apresentado, entendemos que formação econômico-social é um conceito relacional, que só faz sentido tendo demarcado com clareza o conceito de modo de produção. E não só isso, mas que a dinâmica histórica de cada país não obedece a um ritmo único, tampouco se pode falar em capitalismo em geral sem considerar as particularidades do desenvolvimento histórico de cada nação. Essa ponderação é fundamental para termos claro que o modo de produção capitalista não pode ser encontrado no seu formato “puro” em nenhuma formação econômico-social. Ainda que tenha se tornado hegemônico mundo afora, ao ser o modo de produção principal nas diversas formações econômico-sociais, não é único e idêntico em cada país.

1.2 A Formação Colonial Brasileira e a Herança Nordestina

A partir dessa diferenciação conceitual, podemos avançar para a compreensão da colonização na formação econômico-social brasileira, ao modo de uma colônia de exploração. Este processo foi bem sintetizado por Caio Prado Jr. (2011) em sua formulação de “sentido da colonização” ao apontar que a organização econômica da colônia visava atender o mercado externo e criar condições mínimas no mercado interno para manter a “máquina” funcionando.

A estrutura colonial brasileira se desenvolveu de maneira desigual dada a posição subjugada ao comércio internacional, tendo como resultado o desenvolvimento do espaço nacional com marcantes desigualdades nos diferentes espaços regionais, a partir das variadas forças produtivas disponíveis. Na formação econômico-social brasileira estes espaços regionais se conformaram em íntima conexão com o mercado internacional, no qual as regiões foram sujeitadas a formas de exploração diversas, a depender de sua localização, categoria de solo, clima, abundância ou escassez de água, existência ou não de minérios, dentre outras.

Quanto ao caráter da colonização no Brasil, nos associamos àqueles que entendem que esta se deu de forma subjugada a uma perspectiva capitalista. Este processo aconteceu de maneira diversa ao que foi apresentado por Karl Marx (2013) no capítulo 25 d’*O Capital – A teoria moderna da colonização* – que se debruça sobre um grupo de colônias como os Estados Unidos e a Austrália. Nesse tipo de colonização as condições de trabalho permitiram ao colono enriquecer-se a si e não aos capitalistas. Nesse caso, a abundância e disponibilidade de terras a baixo preço resultou numa oferta de trabalho irregular e insuficiente, que produziu uma carestia no emprego de trabalho assalariado, estimulando a colonização por povoamento.

O Brasil, por outro lado, faz parte de um segundo grupo de colônias, como analisado, também, por Karl Marx no seu *Teorias da Mais-valia*:

Na segunda classe de colônias – *plantation* – [onde há] especulações comerciais produtoras para o mercado, encontramos a produção capitalista, ainda que apenas de maneira formal, já que [aqui] a escravidão negra excluía o trabalho assalariado, que é o fundamento da produção capitalista. São, no entanto, os capitalistas que negociam com os escravos negros. O modo de produção introduzido por eles não surge da escravidão, mas é incrusta por ela. Nesse caso, capitalista e proprietário de terras são uma única pessoa. E a existência elementar da terra contra o capital e o trabalho não opõe

resistência alguma ao investimento de capital nem, portanto, à competição entre capitais (MARX, 1980, p. 271-272, tradução nossa, grifo no original)¹⁰.

Dada essa distinção entre duas formas de colonização, o Brasil constitui um perfeito exemplo do segundo tipo, uma *plantation* capitalista, produtora de mercadorias (com valores de uso e de troca) destinadas ao mercado europeu que oferecia grandes perspectivas de lucros, devido ao alto grau de exploração e o baixo custo necessário à manutenção da vida. Basta reparar que Marx pondera que essas colônias do tipo *plantation* mesmo sendo capitalistas não as eram de maneira completa, por não disporem de relações de trabalho assalariadas, mas sim de trabalho escravo.

No início da leitura de *Formação do Brasil Contemporâneo*, logo na introdução, Caio Prado Jr. ([1942] 2011, p. 11) destaca que “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo”. Foi de acordo com este “sentido” que se organizaram os espaços regionais do Brasil, a partir do destino de fornecer açúcar, mais tarde ouro, depois, algodão, e em seguida café para o comércio mundial.

Na conformação geográfica do espaço brasileiro, observa-se que onde hoje se encontra a região Nordeste, desenvolveram-se duas formas principais de exploração: a monocultura da grande propriedade tropical no Litoral e a pecuária no Sertão.

Na primeira se estruturaram as raízes do processo de ocupação territorial do país através da empresa açucareira na franja litorânea. Ali, desenvolveu-se a produção de produtos tropicais de enorme lucratividade, que eram incompatíveis com o clima temperado da Europa. Essa grande lavoura pode ser caracterizada pela exploração em larga escala, com cada unidade produtiva dispendo de uma área extensa e, em termos de relações de produção, contando com numerosos escravos. Estabelecendo a tríade da colonização naquela área: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo.

10 “En la segunda clase de colonias – plantations – [que son] de antemano especulaciones comerciales productoras para el mercado, encontramos la producción capitalista, aunque solamente de un modo formal, ya que [aquí] la esclavitud de los negros excluye al trabajo asalariado, es decir, al fundamento de la producción capitalista. Se trata, sin embargo, de capitalistas que hacen sus negocios con esclavos negros. El modo de producción introducido por ellos no nace de la esclavitud, sino que se injerta en ella. En este caso, capitalista y terrateniente son una sola persona. Y la existencia elemental de la tierra frente al capital y [al] trabajo no opone resistencia alguna a la inversión de capital ni, por tanto, a la competencia entre capitales” (MARX, 1980, p. 271-272, na versão consultada).

Os engenhos eram organizações complexas e dispendiosas, onde se criaram verdadeiras organizações fabris devido ao conjunto de máquinas e aparelhos. Nesses engenhos, além do açúcar, produzia-se a aguardente, que tinha função de moeda de troca no escambo de escravos na África, e a rapadura que pode substituir o açúcar e foi largamente consumida em outros setores da colônia.

Dois polos de atração para a vida humana se estruturaram no litoral do Nordeste: o primeiro parte da costa oriental do Rio Grande do Norte (ainda que timidamente), passando pela Paraíba, Pernambuco até chegar ao seu limite meridional, na altura de Maceió. E o segundo corresponde ao Recôncavo Baiano, uma larga baía com mais de mil quilômetros quadrados de superfície e articulando uma zona extensa de terras férteis (PRADO JR., 2011).

A monocultura dessa grande propriedade tropical voltada ao comércio exterior insere-se nesse sentido da colonização, visto que “cultiva-se a cana como se extrai o ouro, como mais tarde se plantará algodão ou café: simples oportunidade do momento, com vistas para um mercado exterior e longínquo, um comércio instável e precário sempre” (PRADO JR., 2011, p. 82). Marcou-se, assim, a posição colonial, subalterna e dependente do Brasil no comércio internacional.

Avançando para o século XVII percebemos que a economia açucareira entrou num processo de letargia devido à concorrência com as Antilhas que se agravou, no século seguinte, em razão do aumento do preço da mão de obra escrava e a evasão desse contingente de trabalhadores escravos que migrou para a região aurífera. É fundamental que seja mencionado que o período de crise em nada mudou a estrutura produtiva do açúcar, que seguiu praticamente inalterada até o início do século XX (FURTADO, 2007).

Celso Furtado ([1959] 2007), no seu *Formação Econômica do Brasil*, indica que a economia açucareira, devido a suas características particulares de monocultura, criou um mercado consumidor relativamente grande, dando possibilidades para o surgimento de outro espaço regional, como aconteceu com a pecuária no *hinterland*¹¹ nordestino. Foi a demanda por alimentos, um fator local da costa, que impulsionou a colonização do interior. Nessa área a agricultura em grande escala era impraticável,

11 De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, *Hinterland* significa “Região ou conjunto de regiões afastadas do litoral. = INTERIOR”.

mas dispunha das condições mínimas para prosperar a pecuária e agricultura de subsistência.

Desse modo, desenvolveu-se a criação de gado para alimentar a colônia, o que possibilitou a colonização do interior nordestino. Os rebanhos foram afastados da costa, inclusive por força de lei, penetrando sertão adentro desde a Paraíba até a Bahia e também no Maranhão, em menor proporção. As condições que se encontravam naquela área não eram as mais favoráveis, em vista do aspecto climático e pouca abundância de água, no entanto, prosperou relativamente e deu condições para ocupação dessa área.

As fazendas de gado eram relativamente autônomas quanto a sua subsistência. Nelas trabalhava a figura do Vaqueiro que cuidava do rebanho bovino de fazendeiros (que viviam muitas vezes no Litoral), sendo “remunerado” sob o sistema de quarta, ou seja, de cada quatro bezerros que nasciam sob seus cuidados, um seria seu. A atividade criatória encontrava-se em permanente expansão, independente das relações de procura, o que determinou a penetração e ocupação do Sertão nordestino. Em parte, o crescimento é explicado porque essa atividade era mais atrativa para o colono descapitalizado do que as possibilidades encontradas no Litoral.

A partir disso formaram-se os principais núcleos de povoamento no interior nordestino que determinaram as mais notáveis zonas criatórias. De Pernambuco, a pecuária se estendeu ao norte ocupando a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Da Bahia o movimento dos rebanhos seguiu para o Piauí e acabou adentrando o oeste do Ceará. E, ainda, se estendeu pelo norte da Bahia adentrando o sul do Ceará, ocupando os Cariris Novos (PRADO JR., 2011).

A separação geográfica entre as atividades açucareira e pecuária fizeram surgir relações de dependência econômica dentro do próprio Nordeste. Contrariando a expectativa econômica, era a área de atividade mais rentável e de maior importância que dependia da outra. No litoral havia uma profunda escassez de alimentos supridos, em parte, pelo gado sertanejo. Mesmo que a pecuária não tenha tido forte expressão econômica foi fundamental para manutenção da monocultura da cana (FURTADO, 2007).

Posteriormente – no terceiro quartel do século XVIII – prosperou no Nordeste outra atividade agrícola, mais simples e menos dispendiosa que o açúcar, que foi o

algodão. Esta atividade tornou-se uma exceção, visto que se desenvolveu mais fortemente no interior. A rebeldia do algodão em relação à umidade foi um fator positivo para que o algodão pudesse se instalar, preferencialmente, no interior – Agreste e Sertão. A possibilidade de desenvolvimento do algodão dá-se pela demanda que se criou no mercado internacional, devido à Revolução Industrial inglesa, a partir de quando a população, antes flutuante, passou a fixar-se cada vez mais naquela área. Essa cultura abriu nova perspectiva agrícola para zonas que até então só haviam conhecido o pastoreio ou, no máximo, lavouras de subsistência (VASCONCELOS, 1980).

Após o desenvolvimento da cultura algodoeira, principalmente a partir de meados do século XIX, diante da Guerra Civil estadunidense, o Nordeste brasileiro foi chamado a substituir, ainda que brevemente, os Estados Confederados na produção de algodão. A partir daí, o algodão passou a ser consorciado com o milho e feijão, possibilitando o surgimento da figura do Agregado nas grandes fazendas, que plantava sob o regime de meia. Nessa relação de trabalho, o morador e sua família viviam num pedaço de terra, de propriedade de algum fazendeiro, submetido à obrigação de entregar-lhe metade de suas safras. O dono da terra entrava, obviamente, com a terra, e, muitas vezes, com as sementes e os cultivadores; e o meeiro com a força de trabalho, sua e de sua família. Ao fim da colheita o grande proprietário ainda se beneficiava dos restolhos da plantação que servia de abundante pasto para engordar o gado.

A economia nordestina, em seus dois aspectos principais, tendia a preservar suas características na forma original, tanto em etapas de expansão quanto de retração. O crescimento se deu em caráter unicamente extensivo, agregando mais terras e braços sem mudança de produtividade desses fatores (FURTADO, 2007).

No Litoral, onde não se produzia alimentos, nos tempos de crise, em função da redução da renda real, sofria-se, particularmente, devido à inelasticidade da oferta de alimentos e a impossibilidade financeira de comprá-los. Enquanto, no Sertão, por sua vez, se dispunha de muito pouca ou quase nada em termos de renda monetária, de modo que dependia do gado vendido no Litoral e da exportação de couro que era a única fonte de renda nos períodos de crise do setor açucareiro, o que em nada afetava a oferta de alimentos que era produzida na própria sub-região (FURTADO, 2007).

Diante do amplo território que irá compor o Nordeste, ainda podemos elencar outras produções de menor dimensão econômica que estavam dispersas pelo território: além dos produtos de uso corrente para alimentação, especialmente mandioca e milho, circulava-se aguardente, algodão e também o arroz. No caso do algodão, isso aconteceu antes mesmo de ser produzido com vista ao comércio exterior, quando a fibra tinha uso na confecção de tecidos grosseiros para vestimenta de escravos, ocupando um lugar secundário e de mínima expressão. No que se refere ao arroz, mesmo sendo consumido em larga escala no país, o grande volume de sua produção se explica, sobretudo pela exportação – o Maranhão se destacava nessa produção. Quanto à economia extrativa pode-se destacar as armações para a pesca de Baleia na Bahia, a exploração das salinas do médio São Francisco, e a produção de sal marinho em diversos pontos da costa: *Tapuitapera*, no Maranhão; *Moçó*, *Cocó* e *Mandaú*, no Ceará; *Açue Mossoró*, no Rio Grande do Norte; *Itamaracá* e *Pau Amarelo*, em Pernambuco; e *Cotinguiba*, em Sergipe (PRADO JR. 2011).

Do final do século XVII para o século XVIII, a expansão da economia nordestina se deu num processo de involução econômica. Isso significa que o setor de baixa “produtividade” (pecuária e produção de subsistência) ganhava mais importância que o setor açucareiro. Desse modo, a

[...] formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência [...] estão assim ligados a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial agrícola mais rentável de todos os tempos (FURTADO, 2007, p. 106).

A partir desse momento, a economia açucareira do Nordeste viveu em estado constante de crise por mais de três séculos, só apresentando alguma melhora quando as condições do mercado externo permitiam, mas não por realizar qualquer modificação estrutural significativa. O Nordeste foi progressivamente se transformando numa economia na qual grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. Conforme nos apresenta Celso Furtado (2007), as bases coloniais do problema nordestino são justamente as características fundiárias da colonização e a baixa produtividade, que foram a herança que o passado colonial deixou para a região.

No Brasil pós-abolição, mesmo com a substituição da mão de obra escrava, predominou a grande propriedade rural que produzia para exportação, e não se

constituiu uma classe de pequenos produtores, o que demonstra que o trabalho escravo não foi incompatível, mas “funcional” à acumulação capitalista (REIS, 1999). Essa abolição, por decreto, produziu o avanço das relações de trabalho capitalistas de maneira desigual. No Centro-Sul, por exemplo, determinou a dinâmica da economia cafeeira. Enquanto no Nordeste houve um processo de combinação das formas modernas de produção/exploração com as tradicionais. Possibilitando, então, a permanência, por longo tempo, dos Senhores de Engenho no Nordeste açucareiro e dos Coronéis no Nordeste algodoeiro-pecuário em suas respectivas posições de dominação, em combinação com uma burguesia mercantil e de uma indústria tradicional associada à cana e ao algodão.

Ao tempo em que, no Nordeste, a abolição da escravidão em pouco desestruturou as classes dominantes. No campo das classes subalternas, por outro lado, após a superação do trabalho escravo, desenvolveu-se um conjunto diverso de relações de trabalho, Nordeste afora. Estas combinações de formas de trabalho, mais tarde, pela agitação política, foram sintetizadas sob a alcunha de camponeses. Vale a pena apresentá-las, ainda que sumariamente:

Além do Vaqueiro e do Morador Agregado, já mencionados, existia no Sertão a figura do Braço Alugado, que era o mais miserável entre todos os trabalhadores sertanejos, por não dispor de acesso a nem um pedaço de terra onde pudesse trabalhar com nenhum grau de autonomia relativa, sem nenhum quintal onde pudesse criar galinhas – trabalhava, como o título sugere, alugando/vendendo sua força de trabalho dia a dia.

Quem fazia a ligação entre os dois “mundos”, entre Sertão e Litoral, era o Tropeiro, que junto aos seus burros de carga transportavam as mercadorias de um lado ao outro. Um tropeiro era responsável por cerca de cinco animais, com cada burro carregando até oito arrobas (120 kg) de mercadoria, fazendo uma média de 40 km ao dia, levando algodão e trazendo farinha, açúcar, tecido, ferragens e tudo mais que pudesse ser encontrado nas feiras das cidades médias e grandes (ARANHA, 1991).

No Litoral tornou-se bastante comum, após a abolição, o regime de Cambão, no qual os trabalhadores (foreiros) deveriam pagar uma espécie de prestação de serviços gratuitos em troca do direito de ocupação e utilização da terra. O cambão era o dia de graça dado ao fazendeiro, além do foro ou a renda. Ainda havia os trabalhadores

submetidos ao regime de Barracão, em que estes recebiam uma espécie de vale ou mesmo dinheiro, que deveriam gastar com os produtos necessários à sua sobrevivência obrigatoriamente em barracões do proprietário, em geral, com preços extorsivos.

Além desses, desenvolveu-se nas poucas cidades médias e grandes, todo um conjunto de trabalhos ligados à economia agrícola, como toda a dimensão do beneficiamento e comercialização do algodão, por exemplo, mas também uma classe trabalhadora urbana ligada ao comércio, aos serviços e a uma indústria (ainda tradicional).

Esses regimes de trabalho estimularam debates acalorados sobre a existência (ou não) de “restos feudais” no campo brasileiro, principalmente no Nordeste. Esse debate mobilizou diversos intelectuais do Partido Comunista do Brasil (PCB), em meados do século XX. De um lado estavam Nelson Werneck Sodré no seu *Formação Histórica do Brasil* [1962] e Alberto Passos Guimarães, em *Quatro Séculos de Latifúndio* [1963] que defendiam as “teses feudais”, de acordo com as indicações do VI Congresso da Terceira Internacional Comunista de 1928, já stalinizada. Em posição crítica estava Caio Prado Jr. em *A Revolução Brasileira* ([1966] 2014) e *A Questão Agrária no Brasil* ([1979] 2014), defendendo o caráter capitalista da colonização brasileira, posição com a qual concordamos e que endossamos, como já deve ter ficado claro na leitura apresentada até aqui. Nesta discussão, Caio Prado Jr. nega enfaticamente a suposta existência de um feudalismo ou semi-feudalismo no campo brasileiro, indicando, por exemplo, que mesmo nas relações de “parceria”, quando não havia pagamento em dinheiro, tratava-se de uma relação de emprego cuja remuneração dava-se *in natura*, portanto, capitalista.

Uma “segunda rodada” desse debate aconteceu entre as décadas 1970 e 1980, e deu-se sobre o caráter da colonização quando ao papel da escravidão, no qual alguns intelectuais foram no sentido de entender que havia um modo de produção escravista colonial no Brasil, rejeitando as análises que apontavam para estruturas produtivas integradas ao modo de produção capitalista, como é o caso de Jacob Gorender, no seu *O Escravidão Colonial* [1978]; Ciro Flamarion Cardoso, em *Agricultura, Escravidão e Capitalismo* [1979] e Décio Saes, em *A formação do Estado Burguês no Brasil* [1982]; por outro lado, seguindo na trilha de Caio Prado Jr., está

Antonio Carlos Mazzeo, em *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa* ([1989] 2015), defendendo que a formação econômico-social brasileira articula-se como uma particularidade capitalista, a partir de especificidades de sua gênese colonial, quanto as relações de produção e às forças produtivas.

A colonização brasileira como uma *plantation* capitalista produziu particularidades, como o não desenvolvimento de relações de trabalho assalariadas, mas sim da escravidão moderna, no primeiro momento, e dessas diversas relações de produção, principalmente após a abolição. A formação econômico-social brasileira, especialmente no Nordeste, combinou forças produtivas e relações de produção que eram subsidiárias e funcionais ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Do longo processo colonial, a herança relegada ao Nordeste foi uma estrutura fundiária marcada pela grande propriedade de baixa produtividade – tanto nas plantações açucareiras do litoral, quanto na zona algodoeiro-pecuária–, relações de trabalhos precárias baseadas na superexploração da força de trabalho e uma estrutura política clientelista, baseada no poder dos senhores de Engenho e dos Coronéis.

CAPÍTULO 2 – A ASSIM CHAMADA QUESTÃO NORDESTINA

Neste capítulo propomos as bases para a compreensão do que entendemos por questão nordestina, partimos da problemática do desenvolvimento desigual que se aprofundou em sintonia com os processos de “revolução burguesa” no Brasil como uma revolução passiva, especialmente após 1930; bem como da atuação do Estado desenvolvimentista e a integração dos mercados regionais que foi impulsionada pelo processo de industrialização do Centro-Sul. Em seguida, avançamos sobre a análise da questão nordestina propriamente, desenvolvendo os elementos teóricos para interpretação do fenômeno, as considerações sobre os problemas das sub-regiões do Nordeste, chegando ao ápice nos acalorados debates sobre a região nas décadas de 1950 e início de 1960. Por fim, buscamos traçar uma relação da atuação do Estado brasileiro no Nordeste em vista desses mesmos debates.

2.1 Revolução Passiva, Estado Desenvolvimentista e Integração do Mercado Nacional

Para entender a questão nordestina devemos passar pela análise do processo de “revolução burguesa” no Brasil, a partir da compreensão de que a transformação capitalista e a consolidação da dominação burguesa – interligada com a formação do Estado desenvolvimentista e a integração dos mercados regionais no Brasil – aconteceram sem uma revolução de fato.

Para avançar na caracterização da “revolução burguesa” no Brasil – como uma revolução sem revolução, pelo alto, ou, ainda uma revolução passiva – nos apoiamos em Florestan Fernandes ([1967] 2008b) que entende que este país passou por dois ciclos revolucionários: o primeiro, no contexto histórico da emancipação política e do desenvolvimento de um Estado nacional independente, nas primeiras décadas do século XIX; o segundo deu-se no contexto da desagregação da ordem senhorial escravista e expansão da ordem social competitiva, ou seja, nas primeiras décadas do século XX¹².

12 É importante demarcar o “ecletismo bem temperado” de Florestan Fernandes, segundo expressão de Gabriel Cohn, no que se refere à formação daquele sociólogo, por conta da incorporação de diversas abordagens para além do marxismo, particularmente weberiana. O resultado é que noções como “ordem social competitiva” e “sociedade de classes” figuram na sua linha de interpretação como sinônimos do capitalismo. Quanto a isso podemos demarcar nossa diferença, ao não conceber que “sociedade de classe” como sinônimo de capitalismo, uma vez que como

Interessa-nos, particularmente, o segundo ciclo, que tem relação com a expansão interna do capitalismo comercial e financeiro, que aconteceu através da simbiose da produção agrária exportadora e os negócios de importação e exportação. Tudo isso fortalecido pela política de um Estado nacional e pela criação de um mercado interno, principalmente, após 1930 (FERNANDES, 2008b). Esse ciclo deu-se no momento em que, ao nível internacional, o sistema capitalista estava em sua fase imperialista, seguindo o rastro da formulação de Vladimir Lenin ([1917] 2005) no seu livro *Imperialismo: Fase superior do capitalismo*.

Lenin (2005) evidenciou, no início do século XX, a presença de um conjunto de mudanças que estava acontecendo com o capitalismo de sua época em comparação com o do tempo em que Marx escreveu *O Capital*, especialmente no que se refere ao aspecto da chamada “livre concorrência”, visto que os monopólios se tornaram marcantes na nova época. Outro elemento que caracterizava o que Lenin chamou de velho capitalismo, além da “livre concorrência”, era a exportação de mercadorias. Contudo, nesta nova fase, se sobressaía a exportação de capital. Nesse ensejo, os países exportadores de capitais dividiram entre si o mundo, e quem conduziu essa partilha foi o capital financeiro. Na nova época se estabeleceram determinadas relações entre os grupos capitalistas pela partilha econômica do mundo, na mesma medida em que se estabeleceram entre os grupos políticos, em última instância entre os Estados, relações com base na partilha territorial do mesmo (LENIN, 2005).

O revolucionário russo propõe cinco traços fundamentais que marcam essa época imperialista:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 2005, p. 90).

Karl Marx e Friedrich Engels afirmaram no *Manifesto do Partido Comunista* “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2017, p. 40). Ou seja, a existência das classes precede, em muito, a existência do capitalismo. Engels pondera, em nota de rodapé à edição inglesa do Manifesto de 1888, que as classes sociais não existiram ao longo de toda história em geral, mas somente a partir da história escrita quando passou a existir, de fato, a divisão social do trabalho. Só então, a partir da cisão da sociedade em classes e da inevitável luta entre elas, é que o Estado passou a ter razão de ser e surgiu. Essa crítica que fazemos ao ecletismo de Florestan Fernandes, entretanto, não invalida a qualidade de sua interpretação, nem, tampouco, diminui sua contribuição.

Vale reforçar que essas características descritas por Lenin, ainda em 1917, são fundamentais para compreender a dinâmica de crises, guerras e revoluções, presente ao longo do século XX e início do século XXI. Ainda mais considerando que a formação econômico-social brasileira, ao qual dedicaremos esta pesquisa, está subjugada aos problemas do capitalismo dependente.

Os países de caráter colonial, semicolonial ou dependentes tiveram sua integração à dinâmica do capitalismo financeiro, nas primeiras décadas do século XX, marcadas pela rápida penetração das relações tipicamente capitalistas de produção, estimulando a expansão de suas forças produtivas, que, por sua vez, reforçaram a contradição entre a lógica de conquista do imperialismo e a aspiração de autodeterminação dos povos (SAMPAIO JR. 2011).

Diante disso, é fundamental investigar os nexos entre a exploração econômica e a dominação política que condicionam a relação entre as diferentes formações econômico-sociais que compõe o sistema capitalista mundial. Em vista disso buscamos a contradição gerada pela dinâmica capitalista, através do interesse das classes dominantes, no âmbito da formação econômico-social brasileira, mais precisamente no que se refere ao processo de “revolução burguesa” no Brasil como uma revolução passiva.

A partir dessa contextualização, inferimos que a interpretação que propõe Florestan Fernandes ([1974] 2020) no seu *Revolução Burguesa no Brasil* guarda similaridade com a formulação de revolução passiva desenvolvida pelo revolucionário italiano Antonio Gramsci, nos seus *Cadernos do Cárcere*, para análise do *Risorgimento* italiano¹³. Entendemos se tratam de análises compatíveis, guardadas as devidas distinções em relação às particularidades de cada formação econômico-social, tendo em vista que o capitalismo se desenvolveu de maneira desigual no Brasil e na Itália.

A seguir buscaremos entender a Revolução Passiva em Gramsci, para, mais adiante, perceber como podemos aproximar as análises do pensador italiano e do brasileiro, enriquecendo-as mutuamente.

13 É interessante constatar que no livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, cuja primeira edição é de 1974, Florestan Fernandes inclui entre suas referências a obra *Il Risorgimento*, umas das edições temáticas em italiano dos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci, editada por Palmiro Togliatti. Mencionando tangencialmente a interpretação da revolução burguesa na Itália como uma “revolução frustrada”.

Antonio Gramsci estava preocupado em entender a formação do Estado unitário italiano, que aconteceu de maneira distinta em relação à revolução do tipo jacobina da França, ou seja, sem mudanças radicais – processo ao qual Gramsci chamou de revolução passiva. Este autor indica, no §61 do Caderno 10¹⁴, que a burguesia italiana chegou ao poder sem grandes rupturas, através de pequenas ondas reformistas, evitando uma explosão revolucionária. A nova situação rebaixou as velhas classes da condição de “dominantes” para a posição de “governadas” sem, entretanto, eliminá-las.

No §24 do Caderno 19¹⁵, Gramsci avança na compreensão do *Risorgimento*, registrando que este aconteceu através de uma “revolução sem revolução”, ou seja, uma “revolução passiva”, quando os grandes proprietários meridionais aceitaram a hegemonia da burguesia do Norte, mantendo inalterada a estrutura fundiária e o domínio político sobre a região sul. Neste mesmo caderno, no §45¹⁶, Gramsci diferencia uma revolução ativa, como foi a francesa, de uma revolução passiva, como foi a italiana: “Na França, porém, a Revolução teve a força motriz também nas classes populares, que a impediram de se deter nas primeiras etapas, o que, ao contrário, faltou na Itália Meridional e depois em todo o Risorgimento” (GRAMSCI, 2015b, p. 117). Com isso, fica evidente que o principal elemento que diferencia uma “revolução” de uma “revolução sem revolução” é a participação ativa das classes populares no processo.

Na Itália, como indica Gramsci, no §5 do Caderno 25¹⁷, a burguesia não soube unificar em torno de si o povo. Tal egoísmo e estreiteza impediram uma revolução rápida e vigorosa como a francesa. Voltando ao § 61 do Caderno 10, já mencionado, Gramsci revela que nem todos os países tiveram as mesmas condições de fazer uma explosão revolucionária vitoriosa. A Itália, por exemplo, tinha os mesmos problemas da França do antigo regime, mas as forças sociais para realizar tal mudança eram escassas e os problemas se mantinham no nível da “pequena política”.

14 O caderno 10, escrito entre 1932 e 1935, encontra-se no Volume 1, e o § 61 entre as páginas 425 e 430 (GRAMSCI, 2015a).

15 O caderno 19, escrito entre 1934 e 1935, encontra-se no Volume 5, e o § 24 entre as páginas 62 e 86 (GRAMSCI, 2015b).

16 O caderno 19, escrito entre 1934 e 1935, encontra-se no Volume 5, o § 45 entre as páginas 116 e 117 (GRAMSCI, 2015b).

17 O caderno 25, escrito em 1934, encontra-se no Volume 5, o § 5 entre as páginas 139 e 141 (GRAMSCI, 2015b).

Uma revolução passiva acontece, então, através de uma transformação na ordem social e política, evitando irrupção revolucionária e, mais importante, tolhendo o protagonismo das classes subalternas no processo. A modernização conservadora contida na revolução passiva é conduzida pelo alto mediante reforma das estruturas e das relações de dominação através da iniciativa das classes dominantes reforçando sua continuidade na ordem hierárquica (MODONESI, 2018).

Massimo Modonesi (2018) indica que a passividade no conceito de revolução passiva deve ser entendida como aspecto da subalternidade – outra importante categoria do pensamento gramsciano. Modonesi (2010), em outro texto, aponta que a noção de subalternidade surge para dar conta da condição subjetiva de subordinação no contexto da dominação capitalista, tendo sido Gramsci o autor que, pela primeira vez, atribui densidade teórica à noção de subalternidade a partir de suas reflexões sobre a hegemonia. Devemos ter em conta que Marx não chegou a usar esta expressão, e que Engels, Lenin ou Trotsky a usaram apenas no seu sentido convencional de estratificação hierárquica. Gramsci, por sua vez, trouxe a subalternidade como característica fundamental das classes dominadas, num sentido em que a subalternidade fica contraposta à noção de hegemonia que é exercida pelas classes dominantes. A chave de interpretação está na característica relacional das categorias subalternidade e hegemonia.

A revolução passiva é entendida como um “contragolpe”, por isso subordina a existência de uma ação dos de baixo. Podendo ser entendida “como uma revolução subalternizante, de recondução à noção de subalternidade” (MODONESI, 2018, p. 101). Reforçando, nesse sentido, a posição das classes subalternas sem, entretanto, desconsiderar que a subalternidade traz consigo um aspecto passivo, de aceitação relativa da condição de subalternidade, e outro ativo, ligado a alguma forma de resistência. Tudo isso se manifesta nesse processo de transformação que surge para evitar que as massas se mantenham ativas e se tornem protagonistas, incluindo na revolução passiva aspectos reformistas que servem para induzir as classes subalternas à passividade.

Carlos Nelson Coutinho (2010) esclarece que numa revolução passiva há três processos importantes: primeiramente as classes dominantes reagem à pressão que provém das classes subalternas, ainda que estas não tenham força para promover uma

revolução do tipo jacobina, têm capacidade de impor novo comportamento às classes dominantes. Em segundo lugar, a reação das classes dominantes significa o acolhimento de uma parte das reivindicações que vem de baixo. Por fim, ao lado da conservação do domínio das velhas classes, abre-se caminho para transformações que trazem consigo novas mudanças. De modo que se enreda uma complexa relação dialética de restauração e renovação, de conservação e modernização¹⁸.

É preciso, diante dessa caracterização de Gramsci para a formação dos Estados nacionais sem processos revolucionários de ruptura, reafirmar o caráter específico que as transformações capitalistas assumem em cada realidade nacional, no âmbito de cada formação econômico-social, e a partir disso estabelecer um nexos entre o conceito de revolução passiva e a formação do capitalismo na periferia (ALIAGA, 2015). À luz dessa leitura da revolução passiva, como uma “revolução” subalternizante, podemos avançar para a compreensão do processo que aconteceu no Brasil. Relacionando-a com a elaboração de Florestan Fernandes e corroborada por Octávio Ianni.

Uma revolução burguesa, do tipo clássico, pressupõe uma feroz luta entre a burguesia e a classe dos donos de terra. Mas em terras brasileiras, devido ao tipo de colonização, o capitalista e o proprietário de terras eram um único sujeito, portanto qualquer embate em nome da modernização foi parcial. É a partir desse vínculo, que se torna inequívoco o caráter do processo de transformação do capitalismo em um sentido industrializante no século XX, evitando rupturas. Dentro dos seus limites, essa classe dirigente em transformação possui tanto uma “força selvagem” como uma “debilidade crônica” para realizar uma revolução burguesa sob o capitalismo dependente brasileiro, usando expressões de Florestan Fernandes (2020).

De maneira diversa às burguesias de outros países, que forjaram suas próprias instituições de poder e só tinham no Estado um arranjo para situações mais complicadas e específicas, a burguesia no Brasil, especialmente a partir de 1930, convergiu para o Estado e a partir dele fez sua unificação no plano político. Mesmo as muitas “associações de classe”, que surgiram ao longo das décadas, visavam o exercício

18 Trazer Carlos Nelson Coutinho para contribuir na definição de “revolução passiva” não significa que endossamos sua abordagem de “via prussiana” de interpretação da “revolução burguesa” no Brasil. Entendemos que uma leitura gramsciana, de maneira complementar à de Florestan Fernandes, contribui com mais vigor para entender os condicionamentos internos e externos deste processo.

de pressão e influência sobre o Estado, buscando orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares (FERNANDES, 2020).

Acreditamos que seja importante, nesta altura do texto, tecer alguns comentários sobre o Estado e os papéis exercidos por este. No âmbito da teoria marxista, concebe-se que o Estado surgiu com a finalidade de evitar que as classes se devorem, em vista dos interesses econômicos em colisão. Partindo das considerações de Engels (1997), Lenin (2007), Gramsci (2016), Mandel (1982) e Fernandes (2020), entendemos o Estado como “um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo nos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas colocado acima dela” (ENGELS, 1997, p. 191). O Estado serve, então, de instrumento político através do qual a classe economicamente dominante ascende, também, à posição de politicamente dominante.

Tendo em vista seu caráter de classe, o Estado se organiza territorialmente, dentro de fronteiras nacionais, criando uma série de instrumentos a fim de garantir a dominação dos “súditos”, como impostos, dívida pública, força policial, etc. No caso da sociedade burguesa, em particular, tem-se ainda a criação de uma burocracia estatal (um amplo conjunto de funcionários públicos) e de exércitos permanentes (LENIN, 2007).

O Estado, enquanto instituição, cumpre, essencialmente, três papéis na sociedade:

O primeiro é garantir a dominação da classe economicamente dominante – que no capitalismo é demarcada pela posse da propriedade privada dos meios de produção – sobre o restante da sociedade. Essa dimensão repressiva do Estado assegura a dominação de uma classe sobre o conjunto das demais classes através do exército, polícia, sistema judiciário, penitenciário, etc.

O segundo papel é o de amortecer o choque entre as classes, para garantir a reprodução da ordem vigente. Gramsci contribui, refinando essa análise, ao incluir o aspecto da hegemonia com o entendimento de que as classes dominantes atuam no sentido de fazer com que seus interesses particulares sejam “confundidos” com os interesses do conjunto da nação. De acordo com Gramsci, devemos entender que o Estado não é apenas o aparelho do governo, mas inclui ainda os aparelhos “privados” de hegemonia ou sociedade civil – que é um conjunto de práticas e instituições, como

jornais, partidos, igrejas, sindicatos, etc. Nesse sentido, no §37 do Caderno 13¹⁹, Gramsci assinala que a hegemonia, no seu exercício “normal”, é caracterizada pela combinação de força e consenso, sob um equilíbrio instável, sem que a força sobressaia demasiado ao consenso, de modo que esta força apareça, quase sempre, apoiada no consenso da maioria.

A hegemonia, nessa chave de leitura “força + consenso”, consiste na capacidade da classe dominante de dirigir e organizar o consentimento ativo ou passivo dos subalternos, produzindo uma interiorização das relações sociais de dominação como necessárias e legítimas (FONTES, 2010). Nesse ensejo, ao formular a noção de Estado Integral, Gramsci separa metodologicamente as noções de sociedade política e sociedade civil. À primeira caberia o exercício da repressão ou coerção e à segunda o consenso. Mas essa associação não pode ser mecânica, podendo a sociedade política exercer, também, o consenso, e a sociedade civil, a coerção (DAL MASO, 2019).

Sobre esse aspecto, no §17 do Caderno 13²⁰, Gramsci indica que

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas esse desenvolvimento e essa expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2016, p. 42).

O processo de dominação se dá através de uma “contínua formação e superação de equilíbrios instáveis”, como destacado na citação anterior. Nesse processo, as classes subalternas têm parte dos seus anseios atendidos, ao tempo que pelo convencimento são levadas a acreditar que os anseios da classe dominante correspondem aos interesses nacionais a serem perseguidos. Isso posto, o Estado Integral nessa chave “ditadura + hegemonia” traduz-se na garantia da dominação através da força e no amortecimento do choque entre as classes através da criação de consenso.

19 O caderno 13, escrito entre 1934-1934, encontra-se no Volume 3, o § 37 entre as páginas 94 e 109 (GRAMSCI, 2016).

20 O caderno 13, escrito entre 1934-1934, encontra-se no Volume 3, o § 17 entre as páginas 36 e 46 (GRAMSCI, 2016).

Dentro dessa dimensão, há outro aspecto aventado por Ernest Mandel (1982) que merece nossa atenção. Quando este coloca em discussão o chamado *Welfare State*²¹ dos países de capitalismo hegemônico que, em condições bastante específicas, deram uma feição mais amena à dominação capitalista, ocasionando a ilusão da possibilidade de “socialização através de redistribuição”, como sendo possível redistribuir a renda nacional no sentido de tirar do capital em favor do trabalho de forma contínua e duradoura. Trata-se de uma ilusão a ideia de que países subalternos possam projetar-se ao *status* de desenvolvidos, com vista a poder se dar ao luxo ceder esse tipo de concessões às camadas populares de forma contínua e duradoura, quando isso somente ocorre nos países centrais em conjunturas históricas muito específicas e passageiras.

Vale perceber, ainda, que um conjunto de instituições que se pintam de cores democráticas, como, por exemplo, o “parlamento”, na verdade, tem uma natureza de classe demarcada, tendo surgido pela ação da burguesia inglesa contra a violência absolutista do rei. Mesmo o “sufrágio universal”, que, ao contrário, não tem natureza burguesa, foi apropriado pela burguesia e teve seu poder relativamente esvaziado pela interferência desta classe. Mandel (1977) alerta que à medida que o sufrágio dos proprietários foi substituído pelo sufrágio universal, a natureza do Estado como instrumento de dominação de classe passou a ser menos evidente. Basta reparar que o poder do Estado não é exercido somente na dimensão do governo, através de parlamentares, presidentes e ministros, mas através de instituições que são imunes à influência do voto popular, como a burocracia estatal, ou mesmo a polícia e o judiciário. Ainda há um conjunto de regras legais que mantêm os governos atuando dentro de certa margem de controle.

Complementando esses papéis mencionados, cabe ao Estado uma terceira função, que é a de “criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante” (MANDEL, 1982, p. 333). Além de garantir a dominação de classe por um viés repressivo (força) e amortecer o choque entre as classes, através do convencimento (consenso), exerce a

21 O “Estado social” aconteceu somente em virtude de concessões “arrancadas” através de intensas lutas do proletariado em período muito específico, no pós-segunda grande guerra, e por causa da necessidade de garantir a reprodução ampliada do capitalismo, visando à reconstituição física da força de trabalho, ameaçada pela superexploração, devido à destruição em decorrência da guerra (MANDEL, 1982).

tarefa de providenciar as condições gerais para a reprodução social da ordem capitalista ao atuar diretamente na esfera da produção de mercadorias, incluindo, por exemplo,

[...] assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção efetivo (meios de transporte ou de comunicação, serviço postal etc.); assegurar os pré-requisitos gerais e sociais do mesmo processo de produção (como, por exemplo, sob o capitalismo, lei e ordem estáveis, um mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário) (MANDEL, 1982, p. 334).

Nessa função, particularmente, o Estado relaciona-se diretamente com a esfera da produção. No Brasil, caberá ao Estado desenvolvimentista o papel de impulsionador do crescimento econômico, servindo como principal agente na construção de um capitalismo industrial nacionalmente integrado (ainda que dependente do capital externo).

Em resumo, o Estado tem existência porque há um conflito inconciliável entre classes sociais com posições distintas no processo produtivo, cabendo a essa instituição a manutenção da ordem, ou seja, a manutenção da classe economicamente dominante no poder através de todos os meios possíveis. Garante a ordem pela violência, se necessário, mas também pela pacificação, desmobilização e despolitização das classes subalternas, nem que isso signifique ceder em um ou outro aspecto. Por fim, cabe ao Estado ocupar o posto de interventor na produção, aspirando a garantia da máxima expansão do capital, particularmente nos países de capitalismo periférico – a depender, também, do contexto e da possibilidade para tal.

No âmbito da formação econômico-social brasileira, sobre a qual nos debruçamos, o econômico e o político aparecem como umbilicalmente relacionados no âmbito da atuação do Estado. Tanto que o Estado desenvolvimentista, como veremos mais adiante, será fundamental na consolidação de um capitalismo industrial ao exercer um papel central no processo de acumulação do capital.

No Brasil, o Estado se constituiu e se consolidou através da irradiação do capitalismo monopolista em direção à periferia do mundo capitalista, como forma de um Estado nacional sincrético. Ou seja, como destaca Florestan Fernandes, sob alguns aspectos pode lembrar:

[...] um Estado representativo, democrático e pluralista; sob outros aspectos, ele constitui a expressão acabada de uma oligarquia perfeita, que se objetiva tanto em termos paternalistas-tradicionais quanto em termos autoritários e modernos; por fim, vários aspectos traem a existência de forma de coação, de

repressão e de opressão [...] *Ele é, literalmente, um Estado autocrático e oligárquico* (FERNANDES, 2020, p. 343, grifo nosso).

De modo que, no Brasil, o Estado dispõe de estruturas e funções “democráticas”, mas somente para aqueles que monopolizam o poder econômico, social e político. Esses grupos o usam para criar e manter uma ordem legal e política, que se expressa como oligarquia e opressão para maioria submetida, e, por outro lado, como democracia e liberdade para uma minoria dominante. O Estado se constitui em peça fundamental do processo de dominação, abrindo às classes burguesas o caminho de sua “revolução” que já nasce tolhida pelas contradições do capitalismo dependente (FERNANDES, 2020).

Nesse sentido, observa-se que no Brasil o Estado se mostrou historicamente, continuamente e reiteradamente executando soluções autoritárias, pelo alto e de cima para baixo. Sempre se organizando conforme os interesses burgueses – vinculados e subordinados aos interesses coloniais e, posteriormente, imperialistas – como uma espécie de “contra-revolução burguesa permanente” (IANNI, 1985). Além de tudo, o caráter burguês do Estado no Brasil não assume uma forma democrático-representativa, como nos países centrais, mas sim um formato autocrático, com apenas uns breves momentos de limitada abertura à participação popular. Esse caráter autoritário do Estado brasileiro expressa-se no arbítrio dos governos contra os setores populares que se organizavam em luta pela redução da exploração e/ou pelo avanço de conquistas democráticas.

Isso é ilustrado perfeitamente, no período da velha república (1889-1930), com a desproporcional repressão à comunidade de Canudos (1894-97), através de uma guerra (1896-97) com uso massivo das forças militares, como grande exemplo do autoritarismo da contra-revolução permanente, com o Estado se expressando através da força e violência contra manifestações populares, como está relatado n’*Os Sertões* de Euclides da Cunha (2012).

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ao não criar uma ruptura definitiva com o passado, teve como resultado uma classe dominante que, pela via da revolução passiva, já nasceu autocrática, impondo ao conjunto da sociedade um tipo de dominação fundamentado na criminalização das organizações das classes trabalhadoras e demais classes subalternas (SILVA, 2018). Os interesses do bloco agrário-exportador hegemônico, que dava sustentação ao nascente Estado capitalista,

então, “fundamentava e organizava todas as principais atuações do aparelho estatal contra colonos, seringueiros, caboclos, sitianteiros, índios, negros, operários, populares e inclusive setores da classe média que se organizavam para reivindicar” (IANNI, 1985, p. 16).

No “andar de cima”, a burguesia em seu conjunto, incluindo-se nela as oligarquias agrárias, ajustou-se à situação a partir de acordos, atendendo a múltiplos interesses através de uma adaptação ambígua, quase sempre preferindo mudanças graduais e composições ao invés de uma modernização imperiosa, intransigente e avassaladora. Mesmo quando havia discordância entre a fração mais moderna da burguesia e a fração oligárquica, nunca se dava num horizonte cultural mais amplo, polarizando-se sempre em torno de elementos particulares (FERNANDES, 2020).

Na formação econômico-social brasileira, como uma síntese entre modos de produção em que se misturaram tempos históricos distintos em uma mesma situação concreta, ficou manifesta a incapacidade de a classe capitalista levar a cabo uma verdadeira revolução burguesa. Devido à inexistência de um conflito de vida e morte entre a burguesia e os donos de terra, e a exclusão sistemática das camadas populares dos processos políticos, não se criaram condições para que houvesse uma revolução democrática nacional do tipo jacobina no país. Aconteceu, apenas, uma revolução passiva, uma transformação através de acordos entre as classes dominantes.

Com isso não queremos dizer que as classes populares estiveram apáticas aos rumos de suas próprias vidas e que não se mobilizaram. Muito pelo contrário. Houve diversas e reiteradas ocasiões nas quais os grupos e as classes subalternas mostraram organização, consciência e força política na luta para reduzir a exploração e aumentar sua participação política. Mas a reação das classes dominantes, quase sempre, foi de violência, repressão e golpe de Estado²² (IANNI, 1985, p. 42).

Para as classes subalternas, a burguesia se apresentava com “força selvagem” no sentido de reprimir qualquer iniciativa popular numa direção democratizante. Por outro lado, para sua contraparte, a aristocracia agrária, mostrava toda sua “debilidade crônica” de buscar qualquer superação da condição de capitalismo dependente.

Sobre isso, Florestan Fernandes apresenta a seguinte formulação:

22 Contabilizam-se no recorte temporal deste trabalho os golpes de 1930 – a chamada “revolução de 30”; 1937 – Estado Novo; 1945 – Golpe contra Vargas; 1964 – Golpe Militar e 2016 – Golpe Institucional. Além de tentativas diversas em outros momentos.

A burguesia como um todo encara sua revolução como “desenvolvimento com segurança”, excluindo pela violência extrema, se necessário, a classe operária de qualquer intento de criação de uma comunidade política nacional (no sentido em que esta é conciliável com o despotismo do capital) e de realização de uma *revolução democrática* (no mesmo sentido) (FERNANDES, 2009, p. 15-16, grifo no original).

A burguesia brasileira, longe de ter um caráter nacional e progressista, como nascera das entranhas do colonialismo predatório, mostrava sua verdadeira índole, quase sempre reacionária e ultraconservadora diante dos outros grupos sociais que se punham a cobrar algum aspecto de “comunidade política nacional” ou uma “revolução democratizante” (FERNANDES, 2020).

Desse modo, no âmbito da “revolução burguesa no Brasil”, a revolução econômica foi apartada da revolução nacional, relegando-a a último plano. Enquanto o Estado capitalista dependente, em seu processo de modernização, converteu-se em instrumento econômico da “revolução burguesa”, as classes burguesas patrocinaram um intervencionismo estatal *sui generis*. O Estado tomou para si estruturas e funções capitalistas com vistas a satisfazer o consenso burguês e buscar garantir o “desenvolvimento”, através do desenvolvimentismo – uma moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia (FERNANDES, 2020).

No século XX, já havia passado o tempo histórico das revoluções burguesas de tipo jacobina. O que restou aos países da periferia capitalista foi uma falsa repetição da história, “revoluções dentro da ordem” que foram alimentadas pela energia dos países capitalistas centrais (FERNANDES, 2012b). Mas esse impulso modernizador, que vinha de fora, era anulado antes de tornar-se um fermento verdadeiramente revolucionário. Além disso, a dominação da burguesia se manifestava através de procedimentos autocráticos, herança do passado em combinação com o novo contexto (FERNANDES, 2020).

Para Florestan Fernandes, um dos aspectos fundantes da “revolução burguesa”, na parte dependente e subdesenvolvida da periferia, num formato de “contra-revolução”, está na combinação entre transformação capitalista e dominação burguesa. Particularmente porque essa combinação acontece em condições econômicas e histórico-sociais específicas, excluindo a possibilidade de repetição do “modelo democrático burguês” dos países de capitalismo hegemônico. Isso se dá porque, na periferia, “a burguesia não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe

relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo” (FERNANDES, 2020, p. 293).

Diante dessa perspectiva, entendemos que a formação do moderno Estado capitalista no Brasil aconteceu sem uma revolução de fato, mas através de uma revolução passiva, dentro da ordem, marcada pela sua relação de relativa dependência com os países centrais. Não há como esconder o caráter autoritário do Estado brasileiro e contra-revolucionário das classes dirigentes deste país.

Para Florestan Fernandes está claro que:

[...] a revolução democrática de conteúdo burguês só é *burguesa na contenção do impulso revolucionário das massas populares e proletárias*. Em oposição clara e firmemente contrarrevolucionária, as classes burguesas *absorvem* seletivamente as reivindicações revolucionárias que vinham de baixo para cima, diluindo-as e anulando-as através de um reformismo de autodefesa, frequentemente complementado pela aplicação ratificadora da força bruta ou de controles indiretos, mais ou menos eficientes (FERNANDES, 2009, p. 25, grifo no original).

Neste ponto, Florestan Fernandes e Antonio Gramsci confluem em suas análises. Mesmo que tenham buscado interpretar realidades com acentuadas particularidades histórico-sociais, há características do processo de transformação na periferia do capitalismo que se assemelham. Por exemplo: a exclusão das classes subalternas desse processo através da força. A transformação que reforça a subalternização das camadas populares, impedindo-as de se manterem ativas, a partir de uma dialética de restauração e renovação, ao mesmo tempo, de conservação e modernização. Tudo isso a partir de um impulso que vem de fora e é incorporado seletivamente na realidade nacional, contendo o potencial transformador da já limitada democracia burguesa.

No caso brasileiro, a crise capitalista internacional de 1929 foi um catalisador importante para o desdobramento da revolução passiva brasileira e a formação do Estado desenvolvimentista. A chamada “Revolução de 30” – insurreição promovida pela Aliança Liberal de Getúlio Vargas²³ – é marcante no âmbito do “segundo ciclo revolucionário” apresentado por Florestan Fernandes. Esse movimento marcou a transição para uma época em que se dinamizaram processos econômicos, políticos,

23 Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), gaúcho de São Borja, foi um advogado, militar e político brasileiro. Foi deputado estadual no Rio Grande do Sul (1909-1913; 1917-1924), deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1924-1926), Ministro da Fazenda (1926-1927), presidente do Rio Grande do Sul (1928-1930), senador pelo estado do Rio Grande do Sul (1946-1951) e presidente do Brasil (1930-1945; 1951-1954).

culturais e demográficos no Brasil. O Estado começou a expressar um novo arranjo de classes: no andar de cima encontrava-se a burguesia cafeeira, comercial, industrial e imperialista; no andar de baixo os setores da classe média, operários, trabalhadores rurais e outros (IANNI, 1985).

Sobre os acontecimentos da insurreição da Aliança Liberal, o filme *Parahyba Mulher Macho* (1983), de Tizuka Yamazaki, retrata, em meio à vida da poetisa Anayde Beiriz, a disputa entre os Perrepistas e a Aliança Liberal na província da Parahyba, narrando os acontecimentos em torno da Revolta de Princesa e o assassinato de João Pessoa, presidente provincial e candidato a vice-presidente da república na chapa derrotada com Getúlio Vargas, cujo assassinato, por motivos passionais, foi capitalizado como político para deflagrar uma insurreição, conhecida como “Revolução de 30”.

Essa “revolução” teve um cunho contra-revolucionário. Foi feita a partir de cima para evitar que partisse de baixo. A frase proferida pelo presidente da província de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada²⁴, “ façamos a revolução, antes que o povo a faça”, é uma excelente ilustração. Dessa forma, num cenário de crescente inquietação de colonos, sitiantes, caboclos e demais, devido à flutuação da cafeicultura e sua repercussão na vida das classes e grupos subalternos, a aliança liberal faz sua “revolução burguesa” inaugurando o bloco industrial-agrário (ou bloco desenvolvimentista) que contemplava os interesses da burguesia cafeeicultora, industrial, comercial e imperialista (IANNI, 1985).

É importante ter em conta que esse movimento político-militar deixou praticamente intocado o poder das oligarquias rurais e, conseqüentemente, a estrutura social do campo, onde viviam, naquela época, cerca de 70% da população brasileira. Ou seja, o bloco industrial-agrário não se formou em detrimento das classes dominantes do campo, mas a partir de acordos (obviamente não sem tensões). Dessa forma, o bloco de classes dominantes monopolizou largamente o aparelho estatal, lançando mão de um conjunto de medidas aplicadas de cima para baixo (IANNI, 1985).

É preciso constatar que, para certa historiografia, a “revolução de 30” aconteceu contra o bloco dominante de cafeeicultores, latifundiários e exportadores (basicamente

24 Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), mineiro de Barbacena, foi um político brasileiro. Foi prefeito de Belo Horizonte (1905-1908), Ministro da Fazenda (1917-1918), presidente de Minas Gerais (1926-1930) e presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1932-1933).

os beneficiários diretos da política do café com leite), com a Aliança Liberal representando uma oposição a esses grupos. Entretanto, ao analisarmos as tensões políticas entre os diversos grupos naquele caldeirão tendo em vista o horizonte limitado da conjuntura, deixamos de perceber o verdadeiro conteúdo do desenrolar do processo, que aparece explícito na atuação econômica do Estado varguista, no âmbito da consolidação do bloco desenvolvimentista.

Com a “revolução de 1930”, tendo em vista a crise capitalista mundial, o governo federal reorganizou a política de defesa do café, retomando as compras do excedente e, em seguida, criou o Conselho Nacional do Café para assumir a política nacional cafeeira. A ação do Estado foi de fundamental importância na sustentação da economia através da retenção dos estoques (CANO, 2007).

Celso Furtado (2007) indica que a crise do setor cafeeiro que seguiu o rastro da crise capitalista internacional e os mecanismos aplicados em defesa do café foram fundamentais para que a economia brasileira fizesse sua transição para um sistema industrial. Sobre o ciclo do café é importante que saibamos que a produção desenfreada, desde fins do século XIX, eventualmente resultaria em uma crise de grandes proporções para a economia brasileira devido ao volume crescente de oferta. Essa situação não poderia se sustentar por muito tempo, mesmo que a economia capitalista mundial não tivesse entrado em profunda crise após a grande expansão dos anos de 1920. Não havia nenhuma porta pela qual se pudesse sair todo o estoque acumulado de café. Sem mencionar que a capacidade produtiva continuava aumentando.

Com o estouro da crise no último trimestre de 1929, em poucos meses as reservas metálicas foram tragadas pelos capitais externos em fuga do país. A reação do governo federal foi manter a política de defesa do café, que teve como resultado a retenção e a destruição de parte da produção cafeeira, com o objetivo claro de proteger o setor cafeicultor. Ao garantir preços mínimos de compra estava na realidade mantendo o nível de emprego nesse setor da economia exportadora, e indiretamente nos setores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduzem-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia. Essa política de maneira inconsciente serviu de forma anticíclica,

sendo muito superior às aquelas praticadas em qualquer dos países industrializados (FURTADO, 2007).

É preciso ter em mente que a crise no setor cafeeiro, somada aos seus mecanismos de recuperação, deixou os produtores com disponibilidade de capital para investir em outras atividades, como culturas agrícolas com tempo de maturação mais curtos – a exemplo da cana e do algodão – e, principalmente, na indústria.

No início da década de 1930, houve uma drástica redução de importação de bens de consumo, que em parte foi compensada pela produção interna, devido à capacidade ociosa de uma fração do setor industrial. Esse processo ficou conhecido na história como “industrialização por substituição de importação” (TAVARES, 2000). O corte nas importações, entre 1930 e 1931, juntamente com a pesada desvalorização cambial impediu um aprofundamento da crise no setor industrial, através da canalização da demanda interna para este setor (GUIMARÃES NETO, 1989). Entre 1929 e 1933 foram dados passos significativos na alteração do caráter do padrão de acumulação de primário exportador para industrial. A dinâmica que as exportações exerciam sobre a determinação no nível e do ritmo da atividade econômica do país passaram para segundo plano (CANO, 2007).

A economia brasileira já em 1933 dava sinais de recomeçar seu crescimento. E a política de defesa do setor cafeeiro contribuiu para manter a procura efetiva e o nível de emprego nos outros setores da economia. Nesse sentido, o setor que produzia para o mercado interno teve melhores oportunidades que o setor exportador. O fator dinâmico principal nesse período pós 1929 passou a ser o mercado interno. Com isso desenvolveram-se as indústrias destinadas a substituir importações. Além de que a política cambial adotada permitiu um amplo barateamento relativo das mercadorias de produção interna e foi sobre a base desse novo nível de preços relativos que se processou o desenvolvimento industrial dos anos 1930 (FURTADO, 2007).

Em resumo, diante da crise capitalista mundial, iniciada em 1929, o Estado brasileiro, com Vargas à frente, optou por um processo de industrialização através de um modelo “por substituição de importações” que aconteceu fortemente concentrado no Centro-Sul. O Estado não foi um simples árbitro desse processo, mas participou ativamente, garantindo a constituição do bloco desenvolvimentista e a integração do mercado nacional. Todavia, a fração industrial do capital era, ainda, incapaz de levar

esse processo adiante, deixando ao Estado essa atribuição de criar as condições gerais para produção e reprodução do capital industrial.

O Estado não agiu de forma independente. Mas foi o principal impulsionador das forças econômicas das classes dominantes em resposta às tensões criadas pela crise do comércio exterior. O resultado desta ação do Estado foi o favorecimento do processo de industrialização (FURTADO, 1975).

Joanildo Burity (1988) indica que, pela inexistência de um conflito insolúvel entre a fração industrial e a fração agrário-exportadora, o objetivo da primeira era basicamente o de ampliar as bases do sistema político-econômico, a fim de compatibilizá-lo com as novas tendências em curso no país, através do processo de industrialização, basicamente concentrado no Centro-Sul.

Nunca é demasiado salientar que o latifúndio exportador brasileiro era, em verdade, uma empresa capitalista. Ainda que em seu primeiro momento o tenha sido apenas de maneira formal, devido ao trabalho de tipo escravo, não vinha de origem feudal, não restando traços a serem eliminados numa eventual revolução burguesa ativa. Desse modo que, qualquer disputa com a fração industrial, dava-se nos limites do capitalismo, sobre o modelo a ser adotado.

O Estado brasileiro contribuiu efetivamente para promover a modernização a partir de acordos “pelo alto” entre as classes e frações das classes dominantes. Por conseguinte, a burguesia industrial em ascensão não entrou em conflito profundo com a burguesia cafeeira, de modo que não precisou unificar em torno de si as classes populares para derrubar as oligarquias agrárias. Através das disputas parciais da “revolução de 30”, promoveu-se um pacto que teve como resultado o bloco que se formou após-30 entre industriais e agrários, com relativo destaque para a fração industrial do Centro-Sul dentro deste bloco.

Francisco de Oliveira defende que 1930 marca um novo modo de acumulação, com o Estado passando a “criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, ao nível das empresas, possa se reproduzir” (OLIVEIRA, 1988, p. 18). Destaca, ainda, que essa expansão capitalista no Brasil, nesse período, deve-se em grande medida a aspectos internos, porque o vácuo produzido durante a crise dos anos 30 poderia ter-se preenchido com estagnação econômica, como aconteceu em outros países da

América Latina, mas no Brasil houve crescimento da fração industrial ligada à formação do mercado interno.

No âmbito das contradições do bloco desenvolvimentista, que começa a se formar após 1930, há diversos embates políticos ao longo das décadas seguintes que iluminam as diversas posições através de crises políticas sucessivas em 1932, 1935, 1937 e 1945. É importante demarcar que o bloco que se constitui é eivado de contradições e a construção da hegemonia se dá através de um equilíbrio instável. Enquanto as frações burguesas divergiam sobre a forma que o capitalismo brasileiro deveria tomar, convergiam na preservação deste modo de produção, contra qualquer iniciativa autônoma das classes trabalhadoras e subalternas, produzindo assim uma síntese que acomodou industriais e agrários, enquanto capitalistas, contra as classes subalternas.

A chamada “revolução constitucionalista de 1932”, ainda hoje celebrada como grande evento na história do estado de São Paulo, está muito mais para um revanchismo que tomou vulto e disputas armadas nas ruas. O Partido Democrático (PD) de São Paulo que se envolveu com a campanha da Aliança Liberal, mas sem tomar parte ativa no movimento, ficou a princípio com a maioria do secretariado no estado. Em seguida, Getúlio Vargas, ao ser pressionado pelas lideranças tenentistas, deu maior importância a estes, colocando um delegado militar para governar São Paulo, o tenente João Alberto Lins de Barros. Diante da divergência entre os projetos políticos dos paulistas e dos tenentes, João Alberto não se manteve muito tempo no cargo, sendo seguido, após sua saída, por grande instabilidade. Em fevereiro de 1932, a situação se agravou e o PD rompeu com Vargas, aliando-se, assim, ao Partido Republicano Paulista (PRP), que representava as forças conservadoras daquele estado, formando a Frente Única Paulista (FUP). Esta frente tornou-se a principal representação das reivindicações de reconstitucionalização e de autonomia administrativa para o estado de São Paulo, que, por sua vez, desembocou num movimento armado contra o Governo Provisório, no 9 de julho e durou até 1º de outubro de 1932 quando foi assinada a rendição do movimento (DAVIDOFF, 2001).

Esse movimento constitucionalista não foi derrotado completamente, tendo em vista que conseguiu influenciar a convocatória de eleições para parlamentares Constituintes em maio de 1933. Os trabalhos destes se estenderam de novembro de

1933 a julho de 1934, quando a constituição foi promulgada. Consideramos digno de nota quatro aspectos da CF34: primeiro, o marcado autoritarismo, pois a constituição, através do conceito de “segurança nacional”, restringiu direitos fundamentais e instituiu censura; segundo, uma proposta nacionalista indicando a possibilidade de nacionalização progressiva de diversos setores, incluindo bancos, seguradoras, minas, jazidas minerais e outras ligadas à “defesa econômica ou militar do país”; em terceiro o reconhecimento dos sindicatos e um conjunto de direitos aos trabalhadores urbanos (excluindo explicitamente os trabalhadores rurais do texto); por fim, no texto constitucional de 1934 as secas aparecem como um problema regional, através da proposta de um plano sistemático e permanente a ser enfrentado pela União, constitucionalizando, assim, as obras contras as secas.

Na agitada conjuntura da década de 1930, não se passava muito tempo sem que algum evento acontecesse. Em 1935, foi a vez da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que reuniu, sob a liderança do Partido Comunista do Brasil (PCB), representantes de diversas correntes de pensamento, articulando-se para lutar contra o imperialismo, o latifúndio e as leis de opressão às liberdades democráticas. A ANL, em nome de uma revolução popular, deflagrou uma insurreição que começou em Natal (RN), em 23 de novembro de 1935, e no dia 24 de novembro estourou nas proximidades do Recife (PE), e no dia 27 de novembro, a revolta chegou ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Em Natal, o movimento foi antecipado, não se sabe ao certo o motivo. Em 23 de novembro, sargentos, cabos e soldados, apoiados por operários e funcionários públicos, deflagraram um levante e se apossaram do quartel do 21º Batalhão de Caçadores. Após dominarem a situação, os revoltosos instalaram o Comitê Popular Revolucionário, também chamado Governo Revolucionário Popular. Os rebeldes organizaram três colunas que deveriam partir em direção ao Recife, a Mossoró e a Caicó. Mas já no 27 de novembro as tropas do Exército e as polícias dos estados vizinhos retomaram o poder das mãos dos revoltosos (ABREU, 2001b).

Em Recife (PE), nos meses que antecederam o levante de novembro, já se tinha certa agitação política com greves diversas e insatisfação entre sargentos, cabos e soldados devido aos problemas da redução dos efetivos do Exército e da restrição ao reengajamento dos praças. No dia 24 de novembro, o 29º Batalhão de Caçadores,

sediado na Vila Militar de Socorro, sublevou-se e marchou em direção ao Recife. Mas já no dia seguinte, na noite de 25 de novembro, o levante foi contido pelas forças do 22º Batalhão de Caçadores, de João Pessoa, e do 20º Batalhão, de Maceió (ABREU, 2001b).

O plano do PCB contava com o desencadeamento de greves pelo país, que pudesse dar suporte aos levantes armados, mas as greves não tiveram a dimensão esperada e logo o movimento revoltoso foi abafado com desproporcional repressão aos envolvidos, por parte do governo varguista.

Esse levante, denominado de maneira pejorativa de Intentona Comunista, serviu aos propósitos antidemocráticos de Getúlio Vargas e deu a munição que este precisava para impor a repressão aberta. A partir daí, Vargas tinha o poder para reprimir todos os opositores, associados ou não aos comunistas. Foram milhares de processados e as prisões não acomodavam tanta gente. Essa tentativa de derrubada do governo foi amplamente utilizada como justificativa para maior concentração de poder nas mãos de Vargas. Além de tudo, serviu para que este conseguisse aglutinar em torno de si, através do medo do comunismo, forças que lhes eram opositoras. Em 1936, o Congresso aprovou medidas excepcionais que foram solicitadas pelo Executivo, prorrogando o estado de sítio até meados de 1937.

A divulgação de um documento chamado Plano Cohen foi fundamental para essa escalada autoritária de Vargas. Este documento, supostamente apreendido pelas Forças Armadas e atribuído à Internacional Comunista, foi divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, indicando um suposto plano dos comunistas para a tomada do poder. Anos depois ficou comprovado que este documento se tratava de uma fraude, entretanto ele alcançou seu propósito²⁵ de extensão do governo Vargas.

Getúlio Vargas, pela CF34, deveria deixar a presidência em 1938, sem possibilidade de reeleição. Mas um novo golpe foi dado em novembro de 1937, apoiando-se na “ameaça comunista”, expressa no documento do Plano Cohen. Em cerimônia no Palácio da Guanabara, Vargas anunciou ao país que continuaria no governo e impôs uma nova Constituição. No preâmbulo da CF37 ficou demarcado que “sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de

25 CPDOC. Plano Cohen. In: **Dicionário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)**, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen> Acesso em 20 jan. 2021.

preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo” diante do “estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista”. Assim inaugurou-se o Estado Novo.

A escalada de autoritarismo que começou na CF34 avançou na nova carta constitucional. Francisco Campos foi o constituinte solitário, que escreveu os 187 artigos com fortes traços de autoritarismo que marcam a CF37, também conhecida como Polaca. Na nova edição, o governo central recebeu plenos poderes, inclusive de criar territórios, desmembrar estados, nomear interventores nos estados, etc.. A censura foi ampliada ainda mais. Paralelamente a esse ambiente autoritário e repressivo criado, a CF37 instituiu um amplo programa de defesa da legislação trabalhista, que mais tarde foi sintetizada pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A associação sindical era “livre”, desde que tutelada pelo Estado. Além disso, na nova constituição, poucos anos depois da anterior, o combate às secas desapareceu do texto.

O papel do Estado, ao longo desse processo mais amplo desde 1930, foi o de “institucionalizar” o novo padrão de acumulação. A criação das leis trabalhistas é um indicador dessa transição, a nova estrutura produtiva com base urbana-industrial demanda uma força de trabalho condizente, criando simultaneamente uma classe trabalhadora urbana-industrial e um exército industrial de reserva com o contingente populacional do campo, excluído da “rede de proteção” das leis trabalhistas.

Nesse sentido, podemos traçar um paralelo (ainda que torto) com a reflexão de Antonio Gramsci ([1936] 1987a), no seu *Alguns temas da questão meridional*, quando constata que além de a unificação italiana não ter acontecido numa base de igualdade no século XIX. No início do século XX, a burguesia, diante da impossibilidade de manter uma “ditadura exclusiva, violenta e direta”, optou por uma política de aliança de classes, formando um bloco político de classes – a democracia burguesa. Nesse cenário, a burguesia tinha que escolher, entre duas possibilidades:

[...] ou uma democracia rural, quer dizer, uma aliança com os camponeses meridionais, uma política de liberdade alfandegária, de sufrágio universal, de descentralização administrativa e de baixos preços nos produtos industrializados; um bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, a favor do protecionismo alfandegário, da manutenção da centralização estatal (expressão do domínio burguês sobre os camponeses, especialmente os do Sul e das ilhas), de uma política reformista em relação aos salários e à liberdade sindical. Escolheu, não por acaso, a segunda solução (GRAMSCI, 1987a, p. 147-148).

No Brasil, por sua vez, mesmo intercalando com momentos de “ditadura exclusiva, violenta e direta” e “democracia restrita”, o bloco desenvolvimentista que se formou tendeu para um caminho parecido, ao incluir, com muita ressalva e parcialidade, o operário urbano – e excluir o trabalhador rural – através da garantia de direitos trabalhistas e relativa liberdade sindical, mesmo que tutelada pelo Estado. Enquanto as massas urbanas foram incorporadas, através da CLT, a massa rural foi excluída, inclusive, do alcance dessa legislação.

Em 1945, com o clima de fim de guerra, a CF37 como foi concebida, passou a ser alvo de críticas de vários lados. Essa crise política culminou, em outubro deste ano, num novo golpe militar; desta vez, para derrubar o Estado Novo. Em dezembro, houve eleições para presidente da República e para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Em setembro do ano seguinte, foi promulgada a nova Constituição, razoavelmente mais democrática que as anteriores, sendo a primeira que pôde contar com a participação de constituintes do PCB, que, por sua vez, elegeu 15 deputados e 01 senador.

Mas a “democracia” expressa na CF46 era limitada, tanto quanto poderia ser num país de capitalismo dependente como o Brasil – uma autocracia burguesa dissimulada, nos dizeres de Florestan Fernandes. No âmbito dessa contrarrevolução permanente, o Estado brasileiro seguiu com seu caráter autoritário, mesmo no governo “democrático” de Eurico Gaspar Dutra²⁶. Já em 1947, por exemplo, o PCB foi fechado e os mandatos dos deputados deste partido foram cassados, obedecendo a uma demanda do anticomunismo estadunidense. Uma atitude inimaginável se o aspecto “democrático” desses governos não fosse apenas retórico e sem conteúdo.

Entre governos autoritários e de democracia restrita, a hegemonia era construída, frequentemente, pela via de golpes de Estado, manipulação dos partidos, falsificação das eleições, manipulação das estatísticas, formas variadas de violência, etc. (IANNI, 1985). Não só o Estado (enquanto sociedade política) cumpria essa tarefa, mas a sociedade civil também dava sua contribuição, através de

[...] correntes conservadoras, religiosas, ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, científicas ou místicas concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: em impedir que as massas populares se organizem, reivindiquem, façam política e criem uma verdadeira democracia (IANNI, 1985, p. 38).

26 Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), mato-grossense de Cuiabá, foi militar e político brasileiro. Foi Ministro da Guerra (1936-1945) e presidente do Brasil (1946-1951).

Além disso, a hegemonia era reforçada através de manobras de cooptação, expedientes burocráticos nas organizações de cunho popular: como partidos, sindicatos, movimentos sociais, reivindicações e conquistas populares (IANNI, 1985). Processo que Gramsci chamou de transformismo. O conceito de transformismo expressa justamente esses mecanismos de cooptação daqueles que se destacam pela sua capacidade de organizar e dirigir o movimento das classes trabalhadoras e subalternas; ou uma cooptação desses intelectuais orgânicos, na medida em que assimilam o discurso hegemônico (SCHLESENER, 2016). O transformismo é uma das principais armas de que as classes dominantes dispõem para a manutenção da sua hegemonia, inibindo a ação autônoma das classes trabalhadoras e subalternas na luta pela construção de uma nova hegemonia.

Nesse contexto, a classe trabalhadora no Brasil foi integrada econômica e politicamente de maneira profundamente subordinada, como é característico no âmbito de uma revolução passiva. Havia uma dialética entre as demandas das classes trabalhadoras e subalternas e as concessões por parte do Estado e, conseqüentemente, das classes hegemônicas. Com o fim de, em última instância, reforçar a subalternização dos de baixo num processo de transformação e conservação, a partir de coerção e do consenso.

Nesse sentido, as instituições jurídico-políticas remanescentes do Estado Novo e mesmo as que foram criadas após a “democratização” de 1946 produziram uma “democracia burguesa” razoavelmente autoritária. Nessa continuidade, a despeito da violência do Estado contra as camadas populares sempre que estas ousaram levantar a cabeça, as classes dominantes se atribuíram a tarefa ideológica de contar a história brasileira desde uma perspectiva da “não violência”, da “democracia racial”, da “política de integração regional” e uma doutrina da “harmonia” entre o capital e o trabalho, como bem apresentou Octavio Ianni (1985).

Getúlio Vargas, não tendo se afastado da vida política após 1945, período em que foi Senador pelo estado do Rio Grande do Sul, voltou à Presidência da República em 1951 com 48,7%, contra 29,6% do segundo colocado, Eduardo Gomes. Durante a campanha, que cruzou o Brasil de sul a norte, ficou demonstrado o grande apelo popular do nome de Vargas, como o Pai dos Pobres, ainda em decorrência da política trabalhista e do culto à personalidade instalado durante o Estado Novo. Tão logo

voltou ao Palácio do Catete, Vargas criou a Assessoria Econômica da Presidência da República, ligado à Secretaria da Presidência, sob a chefia do baiano Rômulo de Almeida, conhecido economista industrialista (BRANDI, 2001).

O Estado desenvolvimentista brasileiro teve início de maneira acidental, no bojo da crise de 1929 e das mudanças políticas da chamada “revolução de 30”. O governo Vargas, naquele primeiro momento (1930-1945), mas também no segundo (1951-1954), criou instituições e políticas que conformaram as características centrais do desenvolvimentismo – a busca do desenvolvimento capitalista industrial através da participação ativa do Estado.

Vargas, através da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938, buscou instituir uma burocracia desenvolvimentista em vista de profissionalizar e despolitizar a administração nas instituições criadas. Essas reformas administrativas tinham a intenção de abarcar toda a burocracia do Estado, mas o que efetivamente aconteceu foi uma transformação irregular, com a profissionalização em algumas agências, compartilhando espaço com outras que mantiveram uma estrutura clientelista. Esse processo, com altos e baixos, criou um corpo de funcionários que viriam a ser responsáveis pela condução das agências econômicas do Estado desenvolvimentista brasileiro ao longo dos anos (SCHNEIDER, 2013).

Reforçando essa proposta de racionalização administrativa, o governo buscou estimular o desenvolvimento econômico através da criação de diversas instituições como o Plano Geral de Viação Nacional e a Comissão de Similares, em 1934; o Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934; o Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937; o Conselho Nacional do Petróleo, em 1938; etc. Além dessas instituições criadas, somaram-se outras já existentes, como o Itamaraty e o Banco do Brasil que foram redirecionadas para contribuir com a formação de técnicos dedicados a pensar a modernização econômica (PERISSINOTTO, 2014).

Nas décadas de 1940 e 1950, essa tendência foi acentuada com a criação de instituições que se tornaram clássicas do desenvolvimentismo brasileiro, como a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941; Companhia Vale do Rio Doce, em 1942; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952; o Banco do Nordeste (BNB), em 1952; a Petrobrás, em 1953, e outras (PERISSINOTTO, 2014). Essas instituições foram centrais para o desenvolvimento industrial brasileiro, pois

criaram as condições para a industrialização pesada que começou a partir da década de 1950.

Além dessa dimensão, o Estado desenvolvimentista, entre ditaduras e democracia restrita, tem a característica de buscar convencer o conjunto da nação que está orientado ao desenvolvimento nacional, ocultando o caráter de classe desse processo. Isso significa, em alguma dimensão, que ao criar as condições técnicas impostas para o desenvolvimento do capital industrial, criou, também, espaço de organização para trabalhadores. Mas a atuação do movimento trabalhista é cooptado a apoiar a industrialização, criando a ilusão de que os interesses entre capitalistas e trabalhadores são confluentes, a partir da ideologia nacional-desenvolvimentista (LOPES, 2012).

Não devemos desconsiderar que no Brasil, quando se deu esse processo de revolução passiva, globalmente já se vivia a época do capital monopolista, como descrito por Lenin (2005) no seu *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. Nesta fase do desenvolvimento capitalista, ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, a partir da exportação de capitais, quando começou a partilha do mundo pelos grupos capitalistas internacionais. Os países que iniciaram seu processo de industrialização de forma tardia precisaram contar com decisiva atuação estatal, de modo que os planos econômicos industrializantes foram a maneira encontrada para fazer avançar um processo de industrialização no país. A atuação do Estado desenvolvimentista foi fundamental, em diversas dimensões, para a consolidação de um capitalismo industrial no Brasil.

O processo de industrialização, do modo que aconteceu, produziu um processo de integração entre os mercados regionais. Então, para que o capitalismo brasileiro pudesse prosseguir com o seu desenvolvimento, foi fundamental que o mercado nacional se integrasse como forma de evitar estagnação. Wilson Cano (2007) afirma que a economia de São Paulo, que avançava num sentido industrial, passou a promover a integração do mercado nacional, tornando-se o epicentro da acumulação de capital no país.

Dessa forma, a fração industrial do capital passou a ganhar cada vez mais importância e começou a construir sua hegemonia, no sentido “força + consenso”, aplicada não só em relação às classes e grupos historicamente subalternos, mas

subalternizando outras frações da própria burguesia, evitando-se, entretanto, que entrassem em disputa mortal.

Havia divergências entre as frações da classe dominante, numa disputa entre a defesa de medidas de planificação da economia brasileira contra a proposição de que as forças de mercado deveriam ter mais espaço para movimentar-se livremente, basicamente entre industriais e agroexportadores. Os intelectuais Roberto Simonsen e Eugênio Gudin representavam bem essas divergências em torno do rumo que deveria tomar o país para desenvolver-se. Simonsen representava os industriais e Gudin, os agroexportadores. Mas essa disputa só vai até o ponto em que são incluídos na análise os anseios mais profundos das classes trabalhadoras e subalternas, aí as divergências toram-se marginais. A unidade entre ambos é, fundamentalmente, que o “desenvolvimento” deveria se dar nos limites do capitalismo (LOPES, 2012).

Essa é a síntese do bloco desenvolvimentista: disputas parciais entre as frações da burguesia em relação ao modo como se poderia, supostamente, atingir o desenvolvimento capitalista. Mas essas disputas são, sempre, menores que a luta de classes, ou seja, a luta contra as classes trabalhadoras e subalternas, de modo que o bloco desenvolvimentista é o resultado contraditório dos interesses das classes dominantes.

Nessa etapa do processo de industrialização, houve um impulso para integração comercial dos mercados regionais. Essa integração exigiu a eliminação parcial das barreiras à livre movimentação econômica entre as regiões do país, produzindo um aumento no grau de interdependência, junto a uma significativa complementaridade econômica inter-regional (CANO, 2007).

Durante as décadas de 1930 e 1940, a rede rodoviária no país passou por uma expansão importante. Todavia, essa “revolução” nos transportes não foi o bastante para eliminar todas as barreiras existentes no espaço nacional, possibilitando que continuassem a existir unidades produtivas menos eficientes no restante do país em relação às localizadas no Centro-Sul (GUIMARÃES NETO, 1989). Essa integração sem o desenvolvimento industrial na periferia gerou efeitos de inibição à produção de bens com menor grau de eficiência, gerando um efeito de destruição no sistema produtivo das economias regionais, prejudicando o Nordeste.

Para que se tenha noção da dimensão do processo de integração comercial que aconteceu nas regiões brasileiras, São Paulo recuperou-se da crise internacional quase duplicando suas exportações para o restante do país. A articulação comercial ampliou o grau de complementaridade inter-regional e baixou o coeficiente de importações provenientes do exterior (CANO, 2007). Percebe-se que o processo de industrialização foi muito excludente, em termos regionais, cabendo ao Centro-Sul a produção industrial e às outras regiões (especialmente ao Nordeste) coube participar com o abastecimento de matéria-prima.

Para seguirmos acompanhando os principais eventos da conjuntura nacional, devemos comentar, mesmo que brevemente, o trágico fim que teve o governo Vargas. Narrando telegraficamente, no dia 5 de agosto de 1954, o jornalista Carlos Lacerda²⁷, grande opositor de Vargas, sofreu um atentado. Tiro que atingiu mais a Vargas do que a Lacerda, propriamente. Com grande repercussão, o atentado foi, logo, atribuído, pela oposição, a pessoas ligadas ao governo. Lacerda, em artigo no jornal *Tribuna da Imprensa* no mesmo dia, disse: “Perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime [...] Este homem chama-se Getúlio Vargas” (BRANDI, 2001).

A partir daí se desenrolou uma cadeia de eventos e o apoio à Vargas foi minguando. A crise que se instalou não teria solução fácil. Boa parte do Exército se posicionou contrário a Vargas, de modo a parecer não restar alternativa. Assim, às 8h30min do dia 24 de agosto de 1954, ouviu-se um tiro no Palácio do Catete. Era Getúlio Vargas que disparara contra o próprio peito. Esse movimento fez a oposição recuar diante das dimensões da reação popular (BRANDI, 2001). Assim o segundo governo Vargas chegou ao fim, mas não foi o fim da Era Vargas, porque o Estado desenvolvimentista, cujas bases ele lançou em seus governos, serviu de parâmetro para os subsequentes, incorporando ou criticando mais ou menos os seus elementos.

Não podemos ignorar que Vargas foi vítima do sentimento anticomunista e anti-esquerdista para cuja criação ele mesmo foi peça fundamental, lá em 1935 e durante a ditadura do Estado Novo. A pressão de uma direita radical e golpista que culminou no seu suicídio veio dessa paranoia anticomunista, no calor da guerra fria e a partir de setores do exército, que anos mais tarde colocariam, finalmente, suas garras de fora.

27 Carlos Lacerda (1914-1977), fluminense de Vassouras, foi jornalista e político brasileiro. Foi deputado federal pelo Distrito Federal (1955-1960) e governador da Guanabara (1960-1965).

Diante do apanhado que propusemos, buscamos evidenciar a relação entre as transformações pós-1930, usando o conceito de revolução passiva para interpretar o fenômeno, na criação de um Estado desenvolvimentista no contexto do processo de industrialização do país e integração nacional dos mercados regionais. Adiante vamos buscar analisar o desenrolar de tudo isso sobre o Nordeste, constituindo, assim, a questão nordestina.

2.2 A Questão Nordestina

Para avançar na compreensão da questão nordestina propomos, a seguir, a análise de alguns aspectos teóricos que nos ajudam a entender o fenômeno; em seguida avançamos para os problemas das sub-regiões do Nordeste, passando pelas secas no Sertão e as lutas camponesas no Litoral; em seguida, o amplo debate que se abre em torno da problemática nas décadas de 1950 e 1960, incluindo intelectuais como Antonio Callado e Celso Furtado; e, como fio condutor, a reflexão sobre a atuação do Estado brasileiro no Nordeste.

2.2.1 Sobre a Questão Regional – Elementos Teóricos

É primordial, para o avançar deste trabalho, entender os elementos teóricos que condicionam as particularidades regionais, tendo em vista, especialmente, que o sistema capitalista de produção se funda na exploração de uma classe sobre outra, e que essa exploração se expressa, também, territorialmente. O movimento de diferenciação entre regiões hegemônicas (dinâmicas, desenvolvidas ou centrais) e subalternas (atrasadas, subdesenvolvidas, periféricas ou dependentes) tem relação com o desenvolvimento desigual da relação capital-trabalho e a própria divisão socioespacial do trabalho.

Uma formação econômico-social articula diferentes forças produtivas e relações de produção, épocas e formas de organização variadas num processo de modificações das forças produtivas. Ou seja, não existe um capitalismo puro, ainda que esse modo de produção tenha influência sobre a totalidade histórico-social.

Cada nação passou, historicamente, por um processo complexo, com maior ou menor grau de penetração do modo capitalista de produção, expresso na capacidade de os países avançarem ou não no desenvolvimento industrial, a depender do seu grau de dependência em relação ao sistema global. Esse processo também se expressa territorialmente, visto que em cada país este modo de produção desenvolveu-se de forma desigual e combinada, a partir das relações de produção existentes nesses espaços. As particularidades regionais são resultado histórico das contradições e combinações concretas de forças econômicas, políticas, sociais e culturais.

A partir dessa formulação, contribuí para o entendimento da questão regional, como estamos formulando, o conceito de desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky, que tem grande poder explicativo para entender as particularidades das sociedades em que o capitalismo não se desenvolveu da forma clássica.

No seu livro *A História da Revolução Russa*, especificamente no primeiro capítulo *Peculiaridades no Desenvolvimento da Rússia*, Trotsky ([1930] 2017a) lançou as bases para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado ao explicar o desenvolvimento russo, ou, na verdade, a falta dele. Como expõe este intelectual e revolucionário, “o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado” (TROTSKY, 2017a, p. 33).

O mais próximo de uma definição da teoria do desenvolvimento desigual e combinado que encontramos neste texto diz:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidades nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar a saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história Russa, como, em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, 2017a, p. 34, grifo no original).

O conceito dá conta de explicar, através da dimensão do desenvolvimento desigual, que nem toda sociedade obedece a um ritmo único, inexorável e é guiada a um destino preestabelecido. Muito pelo contrário, as sociedades, a partir de suas

particularidades, têm desenvolvimentos desiguais. E se o capitalismo se tornou global não é porque todos os países rumaram para o capitalismo, senão porque este foi implementado de fora para dentro dessas sociedades atrasadas.

A dimensão do desenvolvimento combinado explica o que torna cada sociedade, mesmo no âmbito do capitalismo, particular. Dentro das disparidades no desenvolvimento, ocorre uma série de combinações de elementos e tendências pertencentes a diferentes etapas da organização social, criando condições para o surgimento de algo novo, uma síntese. É importante mencionar que o caráter desigual precede qualquer combinação de fatores desproporcionalmente desenvolvidos. Nesse sentido, o segundo aspecto desta teoria cresce sobre o primeiro e depende deste.

O desenvolvimento combinado parte do reconhecimento da desigualdade nas proporções de desenvolvimento de vários fenômenos das mudanças históricas. As disparidades no desenvolvimento técnico e social e a combinação de elementos e tendências pertencem a diferentes etapas da organização social, criando condições para o surgimento de algo novo (NOVACK, 2005).

Entendemos que as particularidades nacionais e, conseqüentemente, as regionais são resultado de um processo histórico de contradições e combinações concretas de diferentes forças econômicas, sociais e políticas. Nesse sentido, as nações e regiões têm seus próprios traços característicos e particularidades, que surgem da própria dinâmica das condições materiais e históricas específicas ao longo do processo de produção e reprodução do capital.

A grande possibilidade de uso deste conceito para a nossa pesquisa diz respeito ao fato que sociedades atrasadas, por assim dizer, incorporam elementos das sociedades mais desenvolvidas. O desenvolvimento desigual e combinado produz uma mescla particular de elementos atrasados com os mais modernos, gerando uma combinação original, uma síntese.

Isso significa que o processo de produção e reprodução do valor, no sentido proposto por Marx n' *O Capital*, combina desigualdades. Essa reprodução desigual e combinada do capital potencializa homogeneidades e diferenciações entre os lugares, numa teia de contrastes sociais. Essa divisão regional do trabalho faz parte da engrenagem da reprodução do valor e de suas contradições sociais, evidenciando as

formas que o processo de acumulação capitalista assume na estrutura das classes sociais específicas (BARBOSA, 2018).

Antonio Gramsci (1987a, 1987b, 1987c, 1987d) deu especial atenção para a questão regional, reconhecendo a “região” como alvo de práticas sociais específicas, a partir de uma articulação entre economia, política e cultura na defesa de interesses econômicos no espaço regional. Logo, a região é atravessada, também, por contradições de classes²⁸. Além disso, para este intelectual, a dimensão territorial tem importante significado para além do problema de classe num sentido econômico, mas inclui também uma dimensão cultural.

Francisco de Oliveira (2008) propõe, no seu *Elegia para uma Re(li)gião*, uma definição muito precisa, ao indicar que uma região é o espaço que se funda “na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes particular a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (OLIVEIRA, 2008, p. 145). As regiões se diferenciam devido à predominância das formas de reprodução do capital – comercial, industrial, financeira – como também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Assim, região seria “o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma função especial de aparecer no produto social” (OLIVEIRA, 2008, p. 148).

Essa definição adotada permite entender a formação das diferentes regiões (espaços econômicos) no Brasil, que “nasceram” ligadas ao comércio internacional de mercadorias e relativamente isoladas entre si. Francisco de Oliveira (2008), então, evoca a metáfora de “arquipélagos” para explicar a conformação das regiões, ao destacar a subordinação das forças produtivas de cada “região” aos centros do capital mercantil e posteriormente ao capital imperialista, com relativo isolamento entre as regiões, mantendo mais proximidade econômica com o mercado global. Este autor enfatiza também que “no fundo da Questão Regional tipicamente brasileira jaz uma

28 Publicamos uma proposta de interpretação da questão nordestina à luz da análise da questão meridional de Antonio Gramsci na revista *Movimentação*, volume 4, número 7 (2017). Cf. Santos (2017b).

questão agrária irresoluta, de par com a do mercado de força de trabalho” (OLIVEIRA, 1993, p. 45).

A questão regional tem ainda um aspecto relacional. Não só a predominância das formas de reprodução do capital, como destaca Oliveira (2008), diferencia as regiões, mas a relação que se estabelece entre os capitais hegemônicos e os capitais da região dependente – e conseqüentemente a relação com as classes trabalhadoras e subalternas – condicionam a existência e perpetuação da questão regional.

A pesquisadora estadunidense Ann Markusen (1981) em seu trabalho *Região e Regionalismo: Um Enfoque Marxista*, propõe uma análise da dinâmica social objetiva que causa diferenças territoriais em uma formação social a partir de disputas entre grupos e classes localizadas territorialmente e não nas relações sociais entre um e outro lugar, espaço ou regiões. Ela sugere como elementos centrais para investigação: em primeiro lugar que as regiões para os marxistas não existem como categoria abstrata; em segundo, que os marxistas que trabalham com a dimensão regional devem deixar de lado o fetichismo do espaço; e, por fim, que a ênfase na política do regionalismo e regiões requer uma teoria do Estado e uma presença concreta de um contexto regional específico, uma realidade material sobre a qual o pesquisador pode/deve entender o fenômeno²⁹.

Quanto à relação que se pode traçar entre o Estado e a questão regional, devemos demarcar que – de maneira complementar àqueles três papéis principais: manutenção da ordem social vigente, amortecer os choques entre as classes e intervir para garantir a expansão do capital – o Estado organiza regionalmente o espaço nacional em prol da produção e reprodução do capital, no sentido de organizar a divisão regional do trabalho. Em vista disso, além da luta direta que acontece em torno da exploração das classes dominantes sobre as classes dominadas e a resistência dessas últimas, a atuação do Estado (que é, também, expressão dessa luta) exerce um papel fundamental na mediação e organização do espaço nas formações econômico-sociais.

Uma questão regional, então, surge do conjunto de combinações e desigualdades no ritmo de desenvolvimento do capitalismo, e vê-se legitimada e

29 Apresentamos um conjunto de leituras da questão regional no âmbito do marxismo no IX Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas (EPMARX), sob o título *O Método da Economia Política: Elementos para Investigação da Questão Regional no Marxismo*. Cf. Santos (2017a).

aprofundada, muitas vezes, pelo Estado burguês que, capturado pelos interesses de determinada fração da burguesia – aquela que exerce sua hegemonia –, condena a região mais atrasada (entenda-se o conjunto de classes presente naquele espaço, mesmo as que são localmente dominantes) a permanecer em tal condição, desempenhando papel subalterno.

Após essa discussão teórica inicial, podemos avançar no entendimento dos elementos centrais da questão nordestina, considerando os impactos da integração do mercado nacional, as secas, o movimento camponês e a atuação do Estado em resposta.

2.2.2 Impacto Regional da Integração do Mercado Nacional

Sobre a questão nordestina, não devemos buscar entendê-la, somente, através de elementos intrínsecos à própria região, mas procurar relacioná-la com todo esse processo mencionado, especialmente com a forma como se deu a “revolução burguesa” no Brasil, com a formação do Estado desenvolvimentista brasileiro e a integração do mercado nacional³⁰.

Entendemos que neste primeiro momento de constituição da questão nordestina – além da herança colonial que apresentamos no capítulo primeiro – o problema da região Nordeste tem um caráter nacional e está intimamente relacionado à integração dos mercados regionais sob um Estado forte no âmbito do bloco industrial-agrário. Mais adiante trataremos os Nordeste: das secas e das lutas camponesas, que, em geral, aparecem como elementos centrais para essa discussão.

Antes de analisar a integração dos mercados, para poder avançar na análise da questão nordestina, é importante entender que os problemas do capitalismo agrário

30 No que se refere ao leque de autores escolhidos para a composição desta análise do impacto da integração do mercado nacional – no âmbito da revolução passiva, como a descrevemos, e a formação do bloco desenvolvimentista – na questão nordestina, gostaríamos de deixar mencionado que reconhecemos as diferenças entre as formulações dos mesmos, até animosidade, em alguns casos. Contudo, no marco interpretativo que estamos propondo, suas elaborações confluem em aspectos importantes que nos ajudam a compreender a formação da questão nordestina. Mesmo que haja diferenças significativas no percurso metodológico e nas conclusões que atingem em seus trabalhos, a interpretação a partir da “revolução burguesa” (passiva) com base em Florestan Fernandes (em consonância com Antonio Gramsci) nos permite agregar, pontualmente e criticamente, as contribuições de Celso Furtado, quanto a formação econômica do Brasil, de Wilson Cano, sobre a integração nacional dos mercados regionais e a concentração industrial em São Paulo, e de Ruy Mauro Marini, sobre a superexploração da força de trabalho como aspecto fundante da dependência.

no Brasil estão em íntima conexão com as mudanças sociais (ou a ausência delas), fruto do processo de revolução passiva. Florestan Fernandes (2008a) demonstrou que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ao longo de boa parte do século XX, estava em um estágio de satelização permanente e de espoliação sistemática da economia agrária.

Em conformidade com isso, Florestan Fernandes afirma que:

[...] a dependência dentro da dependência dá origem a uma estratificação social típica do meio imediato da economia agrária, da qual as maiores vítimas são os despossuídos e os agentes da força de trabalho, que vivem dentro da fronteira do capitalismo, mas fora da sua rede de compensação e de garantias sociais (FERNANDES, 2008a, p. 184).

Justamente no Nordeste, manifesta-se essa dependência na dependência, onde os despossuídos, que são grande parte do povo dessa terra, ficam excluídos das “benesses” do desenvolvimento capitalista, sendo os mais subalternizados diante do bloco desenvolvimentista que se formou.

Nas formações econômico-sociais sob o capitalismo dependente, de acordo com Ruy Mauro Marini (2011b, p. 185), “o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho”³¹. Ou seja, além das formas de extração de mais valor descritas por Marx – absoluto e relativo –, nas sociedades dependentes há uma terceira que consiste em reduzir o consumo do trabalhador abaixo do limite normal para sua reprodução. Em termos capitalistas, isso significa que a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor (MARINI, 2011a). É sob o jaez da superexploração da força de trabalho que os despossuídos no Nordeste brasileiro morrem a morte severina, “que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia”³².

Três são os mecanismos da superexploração da força de trabalho: a intensificação do trabalho; o prolongamento da jornada de trabalho; e, ainda, a expropriação de parte do trabalho necessário para repor sua força de trabalho. Nesses três mecanismos apresentados, a característica essencial está na negação ao

31 Quanto à categoria “superexploração do trabalho” nas obras de Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes aparece com sensível diferença, ainda que não incompatíveis. Mas se buscarmos analisar a categoria à luz d’*O Capital* de Marx, o mais apropriado seria “superexploração da força de trabalho”, visto que a força de trabalho que é a mercadoria que o trabalhador coloca a venda, enquanto o trabalho é o processo de intervenção do homem sobre a natureza. É a mercadoria força de trabalho que é comprada abaixo do valor mínimo para reprodução do trabalhador e sua família, os severinos e sua prole.

32 Do poema “O Retirante explica ao Leitor quem é e a que vai” do livro *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto ([1955] 2007, p. 91-92).

trabalhador das condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho. Tanto através de um maior dispêndio da mesma, em nível superior ao que deveria, provocando o seu esgotamento prematuro; quanto porque lhe é negada, inclusive, a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservá-la no nível normal (MARINI, 2011a).

A reprodução desse conjunto de trabalhadores submetidos à superexploração da força de trabalho representa um grave problema que se expressa com mais força em algumas regiões, particularmente no Nordeste. Nesse sentido, o contingente populacional ligado à economia agrária se via colocado em uma situação profundamente precária, afastada de qualquer proteção, que ao trabalhador urbano estava parcialmente assegurada pela CLT.

O processo de integração do mercado nacional coloca em destaque essas disparidades no nível de vida e de precarização do trabalho entre as regiões. Esse movimento aconteceu dialeticamente ligado ao processo de industrialização brasileira. Com o processo de industrialização comandando o de integração do mercado nacional. A crise de 1929 reduziu severamente o comércio internacional de mercadorias gerando dificuldades para importar, que resultaram numa demanda insatisfeita por manufaturas. Isso conduziu a fração burguesa que tinha capital disponível, com ajuda imprescindível do Estado, a optar por um processo de industrialização através do modelo por “substituição de importações”, acelerando a industrialização restringida, que aconteceu fortemente concentrada no Centro-Sul.

Celso Furtado (2013c), na conferência *Obstáculos Políticos ao Desenvolvimento Brasileiro*, em Londres, em 1965, faz um balanço do processo de industrialização no Brasil pós 1930, indicando que, devido à ausência de uma política que o orientasse, os efeitos negativos se acumularam, não produzindo uma infraestrutura que permitisse a transição de uma economia exportadora de produtos primários para uma de tipo industrial. No Brasil o desenvolvimento industrial aconteceu sem conflitar-se com a agricultura no plano político ou ideológico. Em verdade, a política cambial de defesa do café beneficiou duplamente os industriais: assegurando um mercado comprador, ao inibir a importação de similares e ao dar maior facilidade na aquisição de equipamento estrangeiros a baixos preços.

De acordo com Wilson Cano (2007), o processo de integração dos mercados regionais gerou três efeitos nas economias do restante do Brasil, excluindo o Centro-Sul: o primeiro foi de bloqueio, que impediu a periferia de repetir o processo histórico de desenvolvimento que aconteceu em São Paulo; o segundo foi de destruição que aconteceu devido à concorrência gerada pelas empresas mais eficientes implantadas na periferia vindas do polo mais avançado; e, por fim, o de estímulo que se manifesta pela ampliação do grau de complementaridade inter-regional.

As mudanças na forma de atuação do Estado incluíram uma maior atenção ao sistema de transporte, que produziu um avanço substancial na articulação entre os diversos espaços regionais do país (GUIMARÃES NETO, 1989). Com essa integração do mercado nacional, o padrão de acumulação passou a ser definido pelo capital industrial no Centro-Sul, e o desenvolvimento industrial brasileiro intensificou a questão nordestina, cabendo a esta região o papel de dependente no processo.

Com as baixas taxas de lucro da periferia e a baixa produtividade, os capitalistas nordestinos não tinham condições de investir em equipamentos e instalações. Por isso, acabavam perdendo competitividade e tiveram suas margens de lucro comprimidas, aprofundando a superexploração e precarizando as condições de trabalho. Esta fase representou um momento de agravamento da concentração da atividade produtiva e da competição inter-regional.

Para o Nordeste, a unificação do mercado nacional significou escancarar as enormes lacunas que existiam em termos produtivos entre essa região e o Centro-Sul. Significou estar submetido (de maneira subalterna) a uma nova organização do Estado nacional que possibilitou, por sua vez, a rápida transformação (num sentido industrial e agrário) da região que condensava as melhores condições produtivas, e relegou o Nordeste à confirmação do papel de atrasado no âmbito do mesmo processo dialético.

A integração econômica nacional agravou a questão nordestina, a desigualdade no ritmo de desenvolvimento capitalista entre as regiões, tendo em vista que foram forçadas a competir entre si pelo mercado interno. Dessa forma, as regiões mais dinâmicas forçaram as empresas regionais de menor produtividade a saírem do mercado ou a se modernizarem através de uma combinação, do modo que fosse possível, dos elementos modernos com os tradicionais.

O desenvolvimento desigual das diferentes regiões não passou despercebido. De um lado tinha-se a concentração do dinamismo industrial no Centro-Sul e, do outro, o atraso nordestino, fruto de uma combinação de elementos modernos e tradicionais. A própria realidade material e as precárias condições de vida do conjunto das camadas populares no Nordeste lançaram as bases para um grande debate sobre a questão nordestina, durante a década de 1950.

“O traço mais marcante da carta ou fisionomia do Nordeste é o sofrimento” disse Josué de Castro (1967, p. 38), como se esta região fosse um cenário montado para representar uma grande tragédia. 1.554.000 km² de terras, exibindo os sinais inconfundíveis de sofrimento. Quase como se o sofrimento fosse o critério que unificasse as diversas sub-regiões que compõem o Nordeste brasileiro, dentro da divisão já apresentada no capítulo precedente: o Nordeste litorâneo dos barões do açúcar e dos ex-escravos feitos camponeses, das macias terras de massapê e da abundância de água; e o Nordeste sertanejo, que era marcado pela “seca”, onde habitavam os coronéis donos de grandes fazendas pecuaristas, convivendo com humildes moradores, vaqueiros e tropeiros.

Além das precárias condições de vida do conjunto da população nordestina, submetida a intempéries diversas, ficou claro que o Nordeste era preterido no que se refere à atuação do Estado brasileiro, fruto da contradição do processo de acumulação do capital no Brasil pós-1930. A divulgação das contas nacionais, no começo da década de 1950, expressa bem isso. Os dados a partir de 1938, demonstram não somente o desnível do crescimento de renda das regiões, mas, principalmente, os massivos investimentos públicos em infraestrutura e indústria pesada no Centro-Sul, principalmente em São Paulo, com claro favorecimento da burguesia industrial daquela região, em detrimento das demais regiões (CANO, 2007).

Os dados da Tabela 1, a seguir, ilustram as transformações da renda entre 1948 e 1958, considerando as regiões Norte, Nordeste e Centro Sul (que, no caso, inclui Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Interessa-nos perceber, particularmente, a distribuição percentual e *per capita* da renda no Nordeste nesses 10 anos. Em termos percentuais, entre 1948 e 1958, o Nordeste sofreu uma queda na renda total, passando de 17,1% para 14,5% da renda nacional. Isso acontece não pela sua completa ausência de crescimento, mas pelo crescimento relativamente superior no Centro-Sul. Como se

pode ver nos números absolutos (Renda Total em Cr\$ 1.000.000), o ritmo de crescimento do Nordeste foi significativamente inferior à média nacional.

Tabela 1 – Renda total, percentual e *per capita* de Grandes Regiões do País (1948-1958)

Renda Total (Cr\$1.000.000)			
ANO	1948	1957	1958
Norte	4.066	21.337	23.451
Nordeste	27.132	131.929	150.873
Centro-Sul	132.522	731.766	877.535
Brasil	163.720	885.030	1.051.861
Renda Total (Distribuição Percentual)			
Norte	2,6%	2,5%	2,3%
Nordeste	17,1%	15,3%	14,5%
Centro-Sul	80,3%	82,2%	83,2%
Brasil	100%	100%	100%
Renda <i>per capita</i> (Cr\$)			
Norte	2.306	9.851	10.583
Nordeste	1.579	6.276	7.018
Centro-Sul	4.349	19.065	22.279
Brasil	3.313	14.444	16.756

Fonte: Brasil (1966a, p. 13).

Podemos perceber ainda a forte discrepância no que se refere à renda *per capita* do Nordeste, sendo esta uma região com grande contingente populacional e com baixo nível de renda. Salta a vista que a renda *per capita* nordestina aparece como inferior à metade da média brasileira, tanto para o ano de 1948 como em 1957 e 1958. Inclusive é o Nordeste o principal responsável por puxar essa média para baixo (juntamente com o Norte), visto que os números do Centro-Sul são superiores à média nacional.

O alarmante problema nordestino, somado a essa situação geral da década de 1950, motivou um grande debate a partir de explicações (e propostas de solução) diversas para essa questão. A seguir apontaremos alguns dos elementos essenciais dos debates nesse período, dando ênfase à discussão que colocava as secas como grande vilã do Nordeste algodoeiro-pecuário (ou sertanejo) e as conseqüentes críticas a essa abordagem; as lutas camponesas na década de 1950 e 1960 como marcante no ascenso de luta de classes do Nordeste açucareiro (ou litorâneo); os debates no “campo progressista” sobre o Nordeste; as reportagens de Antonio Callado, que

colocaram bastante luz sobre a questão nordestina; e o desenvolvimentismo de Celso Furtado, como principal interpretação e base para intervenção entre fins da década de 1950 e o golpe de 1964.

2.2.3 No Nordeste Algodoeiro-Pecuário – As Secas

Foi o fenômeno da “seca” que primeiro chamou a atenção para o Nordeste e estimulou as primeiras experiências de intervenção do Estado sobre a região, já no século XIX. Ainda que o Nordeste não tivesse se conformado como tal, com essa divisão geográfica bem definida, o que só virá a acontecer depois da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na década de 1940. Contudo, a sub-região do *hinterland* nordestino é a área mais afetada pelo fenômeno da estiagem prolongada, onde existem apenas duas estações: inverno com chuvas e verão com estiagem. Inclusive cabe mencionar que elas não correspondem às estações astronômicas conhecidas, visto que o inverno chuvoso se dá entre janeiro e junho (verão e outono no hemisfério sul), com auge a partir de março, e o verão entre julho e dezembro (inverno e primavera no hemisfério sul).

Estima-se que a grande seca, como é chamada a de 1877-79, tenha dizimado entre a terça parte e a metade da população da província do Ceará, que girava em torno de um milhão de habitantes. Morreram de fome, sede ou envenenamento nas longas retiradas. Aqueles que conseguiram chegar às grandes cidades ainda enfrentaram doenças epidêmicas – varíola, febre-amarela, tifo –, nos campos de concentração improvisados em Fortaleza. Devido à imigração forçada, a população da capital cearense passou de 20 mil para 120 mil habitantes, naqueles três anos³³.

Devemos ter presente que o povoamento do Sertão, em larga escala, tornou-se uma realidade por conta da cultura do algodão. Até então, a pecuária era praticada extensivamente em grandes espaços, demandando pouca força de trabalho. Com o desenvolvimento da cotonicultura, passou a acontecer um triplo consorciamento com as culturas de subsistência e a pecuária. Essa estrutura produtiva que se criou era muito rígida, visto que, ao final da colheita do algodão, os restos da produção

33 SALES, Iracema. Seca no Ceará: da curiosidade científica ao flagelo humano. *Diário do Nordeste*. 20 jun. 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/seca-no-ceara-da-curiosidade-cientifica-ao-flagelo-humano-1.1341717> Acesso em 11 dez. 2018.

tornavam-se pastos para o gado do proprietário da terra. De modo que se fazia necessário manter a estrutura em nome da pecuária, o que foi fundamental para a sustentação desse modelo por tanto tempo (até a década de 1980).

Além da estiagem, a agricultura sertaneja possuía outra grande dificuldade – sem adentrar, ainda, na questão social – que é a forma com que acontece a precipitação pluviométrica, concentrada com chuvas torrenciais em curto espaço de tempo. Isso dificulta a absorção da água pelo solo, que, por sua vez, é raso e perde boa parte dos, já pobres, nutrientes nessas grandes chuvas. Tudo isso pesa negativamente para o desenvolvimento da agricultura como principal atividade econômica na região. Por isso, quase sempre, esteve associada à pecuária ocupando posição marginal e de subsistência. A exceção, em termos agrícolas, são as plantas do tipo xerófilas, que se adaptam razoavelmente bem à estiagem, por terem grande capacidade de armazenamento de água. Destaca-se o algodão do tipo mocó que se desenvolveu largamente na Paraíba e no Rio Grande do Norte, por exemplo, entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX. Na Paraíba, inclusive, o algodão tornou-se atividade econômica principal, dentro do sistema consorciado, desbancando a cana-de-açúcar.

Esse modelo, no formato que se conformou, demandava chuvas para garantir o sucesso da colheita. Nesse sentido, como disse Josué de Castro (1965, p. 85), “a agricultura, no sertão, é jogo de azar, é aventura”. Então quando as chuvas não vinham, no período esperado, o “jogo” estava perdido e o recurso de sobrevivência tradicionalmente utilizado, em último caso, era o da retirada em busca de condições mínimas de sobrevivência, seja nas áreas úmidas do sertão (onde estão localizados rios perenes), no agreste e brejo (zonas intermediárias entre litoral e sertão), mas principalmente rumo às grandes cidades litorâneas ou mesmo em outras regiões.

A fim de ilustrar a questão, destacamos o seguinte trecho do romance *A Bagaceira*, em que José Américo de Almeida, assim, descreve uma retirada e os retirantes:

Uma ressurreição do cemitério antigo – esqueletos radioativos, com o aspecto terroso e o fedor das covas podres [...] Os fantasmas estropiados como que iam dançando, de tão trôpegos e trêmulos, num passo arrastado de quem leva as pernas em vez de ser levado por elas [...] Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar. Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam. Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo, iam, ao acaso, em descaminhos, no arrastão dos maus fardos [...] Não tinham

sexo, nem idade, nem condição nenhuma. Eram os retirantes. Nada mais (ALMEIDA, 1972, p. 5).

Além d'A *Bagaceira*, destacam-se, sobre o mesmo tema, outros romances. São emblemáticos e profundamente ilustrativos das condições de vida das classes subalternas do sertão nordestino submetidas a todo destino quando não chegavam as chuvas. N'O *Quinze* de Rachel de Queiroz (2012), por exemplo, acompanhamos a desventura de Chico Bento e sua família, que foi obrigado a deixar tudo “morrendo de fome e de seca!”, numa retirada do interior cearense em direção a Fortaleza, onde, ao chegarem, foram alojados em um precário campo de concentração para os refugiados da seca. Em *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1970b), somos apresentados a Fabiano, Sinhá Vitória, os meninos (sem nome) e a cachorra Baleia, que nos guiam pelo Sertão nordestino em tempos de seca, na dura realidade das retiradas, da morada, das dificuldades, da violência e até mesmo do isolamento cultural e social. Este é um livro curto, composto de contos, mas tem tamanha profundidade que cada acontecimento precisa ser sentido pelo leitor, precisa ser digerido devagarinho.

É marcante na cultura popular sertaneja o dia de São José, 19 de março, pois se até essa altura do ano não tiver chovido, significa que o ano foi perdido, porque não há tempo hábil para realizar uma colheita até o fim do “inverno”. Havendo chuvas nesse período, plantando-se milho e feijão no dia de São José, significa que a colheita deve acontecer no entorno do dia de São João, 24 de junho, que é celebrado com grande festejo popular.

Por outro lado, se não chover, o fenômeno da seca é detonador do problema da fome, que aparece como surtos epidêmicos no Nordeste sertanejo. A estiagem, em sua dimensão climática, desorganiza a economia da região, gerando efeitos desastrosos à produção e à reprodução da vida, de acordo com aquele padrão rígido em que ela foi montada. Devido à ausência de água, tem início o êxodo mencionado, a retirada.

Josué de Castro, que foi grande estudioso do tema da fome e grande conhecedor do Nordeste, afirmava que no Sertão apareciam:

Surto agudos de fome que surgem com as secas, intercalados ciclicamente com os períodos de relativa abundância que caracterizam a vida do sertanejo nas épocas de normalidade [...] São epidemias de fome global qualitativa e quantitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos: ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito. Homens, mulheres e

crianças, todos açoitados de maneira impiedosa pelo terrível flagelo das secas (CASTRO, 1967, p. 56).

Josué de Castro (1967) formula uma hipótese, com a qual concordamos e iremos retomar no sexto capítulo desta tese, ao dizer que se o Sertão do Nordeste não fosse exposto a secas periódicas ou se, mesmo sofrendo desse mal, sua economia tivesse se consolidado de uma forma que possibilitasse algum poder aquisitivo para a população, essa região não estaria entre as áreas de fome do continente americano. Ou seja, o aspecto climático tem sua parte de responsabilidade na catástrofe social, mas que poderia ser socialmente contornado, de modo que o problema é muito mais humano e social do que natural.

Para além da seca, o fenômeno da fome pode ser explicado pela proletarização progressiva das classes subalternas sertanejas, que devido à baixíssima produtividade e elevada espoliação, não têm a menor condição de formar reservas para enfrentar os períodos de escassez. E como bem enfatiza Josué de Castro (1967, p. 94) “sem reservas alimentares e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome”.

Albert Hirschman, conhecido economista alemão radicado nos Estados Unidos, grande referência das teorias desenvolvimentistas, publicou um artigo – *Os problemas do Nordeste Brasileiro* – em 1963, destrinchando e analisando com profundidade o tema da seca nesta região. Trata-se de uma análise de bastante qualidade em crítica à interpretação, corrente à época, de que o problema nordestino tinha por base exclusivamente esse aspecto.

Hirschman (1963) destaca que depois da grande seca, iniciou-se um plano de construção de barragens para o armazenamento de água. A construção do açude do Quixadá é emblemático, iniciou sua construção em 1884, mas só foi concluído em 1906 – 22 anos depois – em grande medida devido às paralisações, mudanças de planos, dificuldades técnicas, etc... Diante disso, a simples menção à expressão “açude” tornou-se sinônimo de desperdício governamental e ineficiência. Desde a grande seca de 1877, já se podiam perceber os abusos que acompanhavam a distribuição dos fundos de socorro, inclusive para enriquecimento pessoal e obtenção de vantagem política, além de apropriação, pura e simplesmente. As obras públicas se constituíam em um poderoso instrumento político. As estradas e os açudes construídos em

determinados locais em detrimento de outros era um arranjo que consolidava a influência política.

Em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), pelo Decreto 7.619/1909, como primeira instituição do Estado a atuar nessa região com objetivo de organizar a intervenção governamental, visto o fracasso que foi o açude de Quixadá. Em 1919, mudou para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) através do Decreto 13.687/1919. Nesses primeiros anos, como contribuição principal, produziu diversos estudos sobre a região, mas o ambiente burocrático dispersou os intelectuais reunidos na Inspetoria.

Merece nota a seca de 1919, que encontrou um nordestino ocupando a Presidência da República, o paraibano Eptácio Pessoa³⁴. No seu governo, o IFOCS se envolveu em diversas obras de larga escala, elevando os dispêndios da Inspetoria de 4 milhões de mil-réis para 142 milhões de mil-réis, através da crença de que o problema nordestino pudesse ser solucionado eliminando as secas ou seus efeitos. Por isso, houve os elevados investimentos em grandes barragens, além de rodovias e ferrovias (HIRSCHMAN, 1963, p. 42-45).

Eptácio Pessoa tinha intenção de dar início ao maior número possível de empreendimentos durante o seu mandato, na esperança de que o próximo presidente as concluísse. Porém, não foi o que fez o seu sucessor, o mineiro Arthur Bernardes, que ao assumir, sob alegação das dificuldades financeiras, foi abandonando os projetos e as obras do Nordeste. Chegou ao auge com o Decreto nº 16.769/1925, que determinava: "Ficam suspensas, durante o exercício financeiro de 1925, todas as obras públicas que estão sendo executadas pelos diversos ministérios".

De fato, Eptácio Pessoa tinha elevado enormemente os gastos públicos. Entretanto, convém chamar atenção que não foi somente no Nordeste, mas principalmente no Centro-Sul – com ferrovias em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O governo federal gastou, no Centro-Sul, o dobro do que tinha dispendido no Nordeste, como que para legitimar ou compensar. Desse modo, para

34 Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942), paraibano de Umbuzeiro, foi um magistrado, jurista, professor e político brasileiro. Foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1898-1901), Ministro (interino) da Indústria, Viação e Obras Públicas (1900-1901), Procurador-geral da República (1902-1905), Ministro do Supremo Tribunal Federal (1902-1912), senador pelo estado da Paraíba (1913-1919; 1924-1930) e presidente do Brasil (1919-1922).

justificar os investimentos no Nordeste, o governo investiu muito mais no Centro-Sul (HIRSCHMAN, 1963).

A oscilação de política que aconteceu entre Epiácio Pessoa e Arthur Bernardes expressa o movimento recorrente na política econômica brasileira desde aquele período até a contemporaneidade: o debate da austeridade versus o investimento público. E aqui reside um aspecto importante para análise da questão nordestina, que se repete historicamente. Num país de dimensões continentais, como é o Brasil, onde espaços regionais desenvolveram-se de maneira desigual, com elevado grau de concentração de capital em uma região, o investimento público nas regiões periféricas é sempre considerado dispensável ao primeiro sinal de aperto financeiro.

Na década de 1930, devido à seca de 1930-32, o Estado, mais uma vez, entrou em ação no financiamento emergencial de socorro. Voltou com algumas obras públicas, nas quais cerca de 200 mil flagelados puderam encontrar trabalho, através da ação do ministro da Viação e Obras Públicas, o paraibano José Américo de Almeida³⁵. As despesas do IFOCS, em 1932, chegaram à marca de 10% da receita federal, quando, nos anos anteriores, estava em torno de 1% (HIRSCHMAN, 1963, p. 52-53).

Na década de 1940, não aconteceu, no Nordeste, nenhum incidente que mereça nota, com exceção de uma seca relativamente pequena em 1942. A partir de 1945, o IFOCS mudou seu nome para Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), através do Decreto-lei nº 8.486/1945, adquirindo maior número de competências, para além do estudo e construção de açudes, avançando sobre a construção de estradas, ferrovias, pontes, etc.

Merece destaque, nesta década, uma mudança relativa do foco do governo no Nordeste, deixando de lado (parcialmente) o “coração” do Nordeste semiárido, para dar maior atenção à parte meridional do Sertão, com especial atenção para o entorno do Rio São Francisco, com a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). A CVSF tinha por função promover a colonização e o desenvolvimento dessa bacia fluvial, enquanto a CHESF deveria desenvolver o potencial hidrelétrico das quedas de Paulo Afonso, no Rio São Francisco.

35 José Américo de Almeida (1887-1980), paraibano de Areia, foi um romancista, advogado e político brasileiro. Foi interventor federal na Paraíba (1930), Ministro de Viação e Obras Públicas (1930-1934), governador da Paraíba (1951-1956) e Ministro dos Transportes (1953-1954).

Em função da precariedade, em termos de infraestrutura, da região Nordeste, quando das obras da hidrelétrica, a CHESF teve de se sobrecarregar criando toda a infraestrutura necessária para poder avançar no seu objetivo, sendo obrigada, por exemplo, a construir uma pequena cidade, que incluía providenciar todas as moradias, rodovias de acesso, administrar escolas, hospitais e todos os serviços da comunidade (HIRSCHMAN, 1963).

Na década de 1950, aconteceu uma seca de grandes proporções, depois de 19 anos. Com Getúlio Vargas (1951-1954) de volta à presidência e o baiano Rômulo de Almeida à frente da Assessoria Econômica da Presidência da República. O Estado brasileiro lançou uma nova resposta: o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952. O BNB surge no contexto de críticas à insuficiência da estratégia da construção de barragens para responder efetivamente às consequências da estiagem e das acusações de irregularidades nas operações de emergência do DNOCS, durante a seca de 1951. Restava ao governo regenerar o departamento ou ainda encarar o problema da seca de um novo ângulo. O BNB foi essa tentativa de combater a seca por outra perspectiva, através de um banco de crédito, enquanto o DNOCS seguia desacreditado e sob investigação.

O BNB não foi fruto do clamor público em torno de tal iniciativa. Foi uma tentativa de dar uma resposta nova a um problema antigo, sem mencionar a perda de fé nos métodos anteriores e a falta de confiança no DNOCS. Apesar da empolgação inicial com essa nova proposta de solução para a questão das secas, quando passaram a trabalhar no Banco, vários economistas e autoridades se depararam com um ambiente rotineiro e burocrático, de modo que, poucos anos depois, diversos deles já tinham abandonado suas ocupações (HIRSCHMAN, 1963).

Em 1958, uma nova seca e novas propostas surgiram. Mas sobre os acontecimentos da segunda metade da década de 1950 deixaremos para tratar mais adiante. O que se pode perceber, ao longo da primeira metade do século XX, é que as políticas de intervenção no Nordeste tinham como motivação principal os desarranjos calamitosos causados pelas secas, de modo que a atuação era, quase que exclusivamente, hídrica, com o objetivo de dotar a região de capacidade de armazenamento da água e ações emergenciais. Isso se mostrou ineficiente no enfrentamento do problema nordestino, mesmo no aspecto básico do problema das

estiagens. Vale mencionar que, enquanto as secas chamavam atenção para intervenção, os períodos sem estiagem afastavam os investimentos estatais do Nordeste, que seguiam sendo aplicados, em larga escala, no Centro-Sul. O dilema, ainda hoje repetido como mantra, do ajuste fiscal, já naquela época, era evocado para conter os gastos e limitar as ações governamentais no Nordeste.

Não podemos deixar de destacar o que vinha acontecendo ao longo de todo esse período e não parou de acontecer: sempre havia aqueles que lucravam com a miséria no Nordeste. É importante ter em conta os usos, desusos e abusos com os quais os recursos públicos destinados ao Nordeste tinham fim. Aos mais abastados sempre havia meios de se beneficiar na catástrofe, o que ficou conhecido na literatura como “Indústria da Seca”. As classes dirigentes localmente se apropriaram, para uso político e econômico, dos recursos emergenciais de socorro, construíram açudes públicos e estradas em propriedades privadas, empregavam força de trabalho baratíssima dos retirantes com dinheiro do Estado para fazer estas obras, etc.

No tópico seguinte, vamos discutir as lutas camponesas, que têm seu foco no Nordeste litorâneo e mostram outra dimensão da questão nordestina, que exigia com urgência uma nova intervenção do Estado brasileiro na região.

2.2.4 No Nordeste Açucareiro – As Lutas Camponesas

Seguindo o percurso inverso ao da colonização, do Sertão ao Litoral, neste último encontramos um Nordeste que não era submetido à estiagens periódicas. Muito pelo contrário. Aí a agricultura tinha grande potencial e possibilidade de desenvolvimento. Apesar disso, podem-se constatar as péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais, devido à concentração fundiária. Isso foi motivação mais do que o suficiente para o acirramento da luta de classes no Nordeste açucareiro, através dos conflitos encabeçados pelas Ligas Camponesas.

Na sub-região da cana, os senhores donos dos latifúndios se horrorizavam com a possibilidade de que suas terras pudessem ser rebaixadas ao “perigo de produzir qualquer outra coisa que não fosse a cana, qualquer coisa menos nobre, seja de origem índia, seja de origem negra: mandioca, milho, amendoim, feijão” (CASTRO, 1967, p. 52). Por isso, relegavam as classes subalternas à fome, que nada mais era do

que um subproduto da economia da cana, daquela estrutura agrária que produz “o bagaço humano do latifúndio açucareiro” (CASTRO, 1967, p. 55).

Na sub-região açucareira, o fenômeno da fome era ainda mais chocante do que no Sertão porque não podia ser explicado com base em razões naturais, visto as excelentes condições de solo e de clima que permitiriam uma receita alimentar satisfatória, de acordo com Josué de Castro (1984). Mas a questão da terra tornou-se maior que qualquer outra. Por isso, é importante ter claro o processo de modernização pelo qual passou a produção do açúcar, a partir da abolição da escravidão, e principalmente no início do século XX, quando alguns antigos engenhos transformaram-se em modernas usinas. Esse processo foi muito bem ilustrado por José Lins do Rego (1980a, 1980b, 1980c) no ciclo da cana-de-açúcar – principalmente em *Menino de Engenho*, *Banguê* e *Usina*. A incorporação de tecnologia acarretou desenvolvimento das forças produtivas, uma nova organização do trabalho que transformou as relações de produção, elevando a produtividade e a superexploração da força de trabalho. Isso teve como resultado colateral o fechamento de muitos dos antigos engenhos do ramo do açúcar, abrindo espaço para o arrendamento dessas terras.

Foi numa terra destas, arrendadas aos que nela trabalhavam, diante da incapacidade de competir com as usinas, que surgiu a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), no Engenho da Galileia, localizado em Vitória de Santo Antão (PE), em 1955, com objetivo principal atender os interesses dos mortos e não dos vivos. Vejamos bem: o objetivo da associação, a princípio, não era o de melhorar as condições de vida dos camponeses da região açucareira, mas garantir aos mortos um caixão de madeira onde pudessem descansar seus ossos pela eternidade abaixo sete palmos de terra (CASTRO, 1967). A parte que lhes cabia naquele grande latifúndio³⁶.

Motivados pela morte de fome, e tantas outras mortes mais do que comuns naquela forma de organização social, que os trabalhadores se organizaram. Por isso, o emblemático título do livro de Josué de Castro: *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, no qual o autor se propõe a apresentar a questão nordestina ao público estadunidense,

36 Em alusão ao poema “Assiste ao enterro de um trabalhador de oito e ouve o que dizem do morto os amigos que o levam ao cemitério” do livro *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto (2007, p. 108-111).

que tinha grande interesse na temática do Nordeste em ebulição. Sobre o acontecido no Engenho da Galileia, assim narrou:

[...] as 140 famílias que habitavam o Engenho da Galileia criaram a sua Liga Camponesa e depois de elegerem sua primeira diretoria, convidaram, num gesto de tradicional humildade do servo para com o senhor, o próprio senhor do engenho para ser o presidente de honra. E êle (sic.) aceitou. E fêz-se a sua posse com solenidade, com festas e com foguetes. E registrou-se o estatuto da sociedade, no qual, além da ajuda funerária figurava como objetivos mais remotos, a aquisição de sementes e de instrumentos agrícolas e a possível obtenção de uma ajuda governamental. Mas não durou muito essa lua de mel do senhor das terras com os seus servos, associados da Liga. É que outros latifundiários da redondeza, senhores de engenho como êle (sic.) tinha feito em se deixar envolver por esta perigosa aventura. Em ter consentido a instalação em suas terras deste perigoso instrumento de agitação social [...] o homem assombrou-se e não quis mais ser presidente da sociedade. E exigiu mesmo o seu fechamento imediato. Foi aí que a história mudou de rumo. A maioria dos camponeses resistiu ao fechamento, e a partir deste momento, sob pressão dos acontecimentos, a sociedade mutualista funerária virou mesmo uma Liga Camponesa para lutar pelos direitos dos camponeses contra a opressão dos mortos, ela iria se constituir como instrumento de reivindicação dos direitos dos vivos (CASTRO, 1967, p. 30-31).

O que aconteceu no Engenho da Galileia foi um exemplo representativo. Diante da iniciativa, o proprietário, querendo acabar com o “comunismo” instalado em suas terras, tomou imediatamente providência para impedir o funcionamento da escola, querendo extinguir a associação e até ameaçando despejar os associados.

A SAPPB passou a ser chamada de Liga Camponesa da Galileia. Sobre esse título, convém esclarecer que esse era o nome dado a organizações-apêndice da estrutura unitária e centralizada do PCB, que praticamente deixaram de existir após a proscrição do partido em 1947 (MORAIS, 2012). É curioso notar que o movimento do Engenho da Galileia começou a ser chamado de “Liga Camponesa” pela imprensa reacionária num esforço de desqualificar o movimento iniciado, fazendo alusão àquelas associadas ao PCB. No entanto, o nome pegou e se difundiu. O movimento abraçou o título, inclusive preferindo a denominação “camponês” em detrimento ao de outras como “rurícola”, por exemplo. Isso contribui para entendermos porque todas as mais variadas formas de grupos sociais explorados no campo passaram a ser agregadas sob a alcunha de camponeses.

Como apresenta Francisco Julião, no seu *Que são as Ligas Camponesas?* ([1962] 2009), os camponeses do Engenho da Galileia resistiram. Essa resistência estimulou outros grupos e a ideia se difundiu por várias partes do Nordeste e do Brasil, ameaçando a ordem social vigente. Diante disso, as Ligas Camponesas foram tomando

corpo, e começando a assustar seriamente as classes proprietárias de terras do Nordeste.

O movimento se espalhou e com ela a reação dos grandes proprietários. Para se manter no poder, a burguesia agrária utilizou-se de táticas diversas: seja através da violência pela via da intimidação, ameaças, espancamento dos moradores, expulsão das terras, destruição de roçados de subsistência, invasão e/ou destruição de moradias; ou através da cooptação, oferecendo trabalho em lugares afastados ou outras fazendas, especialmente para os que tinham características de liderança (AUED, [1986] 2012).

Além dessas formas de repressão ao movimento, destacam-se outras repressões, por vezes exercidas pelo Estado como: a prisão de lideranças, criação de destacamentos e quartéis de polícia nas sedes dos municípios, cuja mobilização era ativa. Quando essas não davam conta, havia a formação e utilização do serviço de “polícia particular” – a capangagem – em quase todas as usinas e fazendas; e, por fim, o assassinato de líderes (AUED, 2012).

O caso do assassinato de João Pedro Teixeira, da Liga Camponesa de Sapé (PB), em 1962, é um exemplo das medidas extremas utilizadas contra os camponeses organizados. A história está bem apresentada no filme de Eduardo Coutinho, *Cabra Marcado para Morrer*³⁷, que começou a ser filmado em 1962, mas impedido pelo Golpe de 1964, só foi concluído em 1984. O filme iria narrar de maneira ficcional os acontecimentos em torno do assassinato do líder camponês, mas em virtude da interrupção, o projeto foi adiado, tornando-se um documentário.

Sobre a situação geral de vida dos camponeses nordestinos, neste início da década de 1960, vale a pena assistir o documentário produzido pela TV estadunidense ABC, *The Troubled Land*³⁸, que apresenta as Ligas Camponesas com preocupação, considerando a memória recente da Revolução Chinesa de 1949 e a Cubana de 1959. Nesse curto filme, somos apresentados à precária condição de vida do camponês Severino e sua família. Estes trabalham nas terras de Constâncio Maranhão, uma

37 CABRA marcado para morrer. Direção de Eduardo Coutinho. Brasil: 1984. (1h55min). Disponível em: <https://youtu.be/HGSRLIs8BGw> Acesso em: 23 jun. 2020.

38 THE TROUBLED Land. Produção e direção de Helen Jean Rogers. Coordenação de William Starkey. EUA: American Broadcasting Company, 1964. (25min), preto e branco. Disponível em: <https://youtu.be/6zTxCBly7uE> Acesso em 23 jun. 2020.

figura caricata de revólver 38 na mão, atirando para cima, enquanto dizia que é a arma que garante a lei por ali, quem decide tudo.

Vale notar que esse temor dos camponeses do Nordeste não era exclusividade das classes dominantes do Brasil. O medo chegava aos Estados Unidos, tanto que, além do documentário mencionado, o jornal estadunidense *The New York Times* proclamava em manchete, de 1º de novembro de 1960, *Marxistas estão organizando os camponeses no Brasil*³⁹, com reportagem de Tad Szulc sobre a atuação das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro.

O presidente da maior potência capitalista, John Kennedy, chegou a afirmar, em discurso, no dia 15 de julho de 1961, que: “Nenhuma área tem maior e mais urgente necessidade de atenção que o vasto Nordeste do Brasil”, demonstrando sua preocupação. Nessa época, início dos anos de 1960, no Recife, o consulado estadunidense tinha uma extensa equipe, contando com 14 vice-cônsules e um cônsul, que eram agentes da CIA, conforme informações publicadas por Moniz Bandeira e nunca desmentidas (SANTIAGO, 2012).

Para que as Ligas chegassem a causar tamanha preocupação, foi fundamental o esforço de articulação e construção: “a Liga nasce, como uma flor, por cima dessa podridão”, disse Francisco Julião. Ele foi um dos principais articuladores das Ligas Camponesas e escreveu diversos folhetos e boletins em linguagem simples, até com certo tom evangélico, para ampla compreensão da massa de camponeses iletrados, “Guia do Camponês”, “ABC...”, o “Recado...”, a “Cartilha...”, a “Carta de Alforria...”. Tudo isso foi usado para despertar, atrair, unir e organizar os camponeses.

A reforma agrária é assim explicada por Julião, no *ABC do Camponês*:

[...] o direito à terra para o camponês trabalhar. É a luta contra o latifúndio. É a criação da média e da pequena propriedade. É a escola para o camponês aprender. É o remédio para o camponês se curar. É a água para o camponês beber. É a semente para o camponês plantar. É o adubo para dar boa safra. É o arado contra a enxada. É o agrônomo indo ensinar o camponês a cultivar a terra. E a defendê-la da erosão. É o fim da seca no Nordeste. É a luta contra o travessão que acabou com a ação do bode e do carneiro. É a faixa verde em torno das cidades e à beira das estradas de ferro e de rodagem. É o dinheiro emprestado em longo prazo. E a juros de seis por cento ao ano. É o transporte barato para a feira. É o salário justo contra a exploração. É a liberdade contra a escravidão (JULIÃO, 2012a, p. 194).

39 SZULC, Tad. Marxists Are Organizing Peasants in Brazil. *The New York Times*. 01 nov. 1960. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1960/11/01/archives/marxists-are-organizing-peasants-in-brazil-leftist-league-aims-at-a.html> Acesso em 23 jun. 2020.

Sempre de forma bastante didática e acessível para o entendimento das massas camponesas, Julião coloca a reforma agrária como a resposta aos dilemas, e a partir disso mobiliza um movimento gigantesco. Sempre chamando: “Camponês, organiza-te nas Ligas com todos os teus irmãos de sofrimento. Para libertar o Brasil!” (JULIÃO, 2012a, p. 196). É muito claro o objetivo de reunir as massas camponesas despossuídas, desprivilegiadas em torno de uma bandeira, da conscientização e união da “classe” em torno de um objetivo comum, a destruição do latifúndio.

Na *Carta de Alforria do Camponês*, apresenta que o “latifúndio é cruel. Escora-se na polícia. E no capanga. Elege os teus piores inimigos. Para ganhar o teu voto, usa duas receitas: a violência ou a astúcia. Com a violência ele te faz medo” (JULIÃO, 2012b, p.198). Julião encoraja a resistência “quem precisa mudar, camponês, és tu. Mas tu só mudarás se matares o medo. E só há um remédio para matar o medo: é a união” (JULIÃO, 2012b, p.198).

As Ligas Camponesas constituíram um movimento, naquele período, que causou grande rebuliço social no Nordeste, e assustavam terrivelmente os amantes conservadores da ordem. Mas o movimento camponês não estava unificado. A união tão pregada por Julião não foi a regra e o movimento foi alvo de disputas diversas. A seguir destacamos os principais grupos e embates.

2.2.4.1 O Movimento Camponês em Disputa

O movimento camponês estava em disputa, principalmente, por três grupos: o PCB, que vinha perdendo, cada vez mais, o controle da direção do movimento; as Ligas Camponesas, sob a liderança de Francisco Julião, ou “os julianistas”; e depois a Igreja Católica se somou à disputa.

O stalinista PCB partia de uma caracterização que opunha o campesinato ao latifúndio, indicando uma aliança entre as classes envolvidas em oposição ao atraso no campo. De modo que, nessa aliança caberia, além dos camponeses e do proletariado urbano, os interesses da burguesia industrial, numa proposição de que seria preciso uma revolução brasileira, liderada pela burguesia nacional visando a destruição do latifúndio e a realização de uma reforma agrária⁴⁰ (PEIXOTO, 2017).

40 Quando atribuímos ao PCB a posição de stalinista, estamos indicando, sobretudo, a adesão a uma proposta similar a de Frente Popular, e não somente nos restringindo ao aspecto marcadamente

As Ligas Camponesas partiam de um diagnóstico parecido com o do PCB, acerca da, suposta, existência de um atraso feudal como inimigo a ser superado. Por isso, indicavam a necessidade da realização da reforma agrária, que deveria debilitar o poder dos grandes proprietários de terra. Mas, a despeito da confluência no diagnóstico, as Ligas Camponesas não admitiam a realização de alianças com a burguesia para alcançar seus objetivos (PEIXOTO, 2017).

As diferentes táticas, na corrida para despertar nos camponeses sua capacidade e força coletiva, ficaram evidentes no primeiro Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que aconteceu em Belo Horizonte (MG), com início no dia 17 de novembro de 1961. Neste Congresso, os representantes das Ligas confrontaram suas teses com as do PCB. No Congresso participaram 1,6 mil delegados de todo o país, com cerca de 1,4 mil pertencentes à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), hegemônica pelo PCB, e 215 das Ligas Camponesas, a maioria em farrapos e de aspecto faminto. O Congresso foi organizado pela ULTAB contando com apoio financeiro do governo federal, que tinha interesse em evitar que o movimento camponês fugisse à sua tutela (AUED, 2012).

personalista da figura de Stálin, ao burocratismo, ou adesão ao Realismo Socialista, marcante no campo da cultura. É preciso deixar clara a diferenciação entre Frente Única Proletária e Frente Popular (sendo essa última caracteristicamente stalinista): Para Trotsky e Lenin, a política de frente única deveria ser usada com grande flexibilidade tática desde 1921, especialmente por conta das derrotas sucessivas das Revoluções: húngara (1919), italiana (1920) e, principalmente, da revolução alemã (1919/1921). Trotsky, no âmbito dos trabalhos da Terceira Internacional Comunista (IC), apontava para a necessidade de se combinar o realismo político com a atividade revolucionária nas democracias ocidentais, visto que estas tinham características distintas do caso russo. Diante disso no III Congresso da IC, consagrou-se essa tática que indicava aos Partidos Comunistas (PC) trabalhar numa política que os levasse a ser maioria no seio da classe operária. Dessa forma, com a ideia de ir “às massas”, deveriam esquecer todo o sectarismo e encaminhar o movimento comunista para dentro dos organismos de massas, principalmente os sindicatos, para formarem a necessária frente única. Os PCs deveriam caminhar para se constituir em força hegemônica no seio do proletariado, ganhando a maioria da classe para o seu projeto. Por outro lado, no que se refere à tática de Frente Popular, no VII Congresso, em 1935, depois da constatação dos equívocos do chamado “terceiro período”, essa tese foi retomada no sentido de restabelecer o caminho para derrotar o nazifascismo, inimigo comum do movimento operário. Jorge Dimitrov, dirigente do PC da Bulgária, formulou as premissas dessa nova tática. Que retomava elementos da formulação frentista. Entretanto, diante da ameaça de ascensão do nazifascismo, indica que os PCs deveriam criar uma ampla Frente Popular Antifascista, com as organizações operárias, amplos setores do campesinato e da pequena burguesia urbana, e também previa alianças amplas com os setores da burguesia tida como progressista. Nesse sentido, a frente popular significava para os PCs a aceitação da possibilidade de participação em governos poli-classistas, como aconteceu na Espanha (1936-1939). Essa tática de frente popular, convertida em Frente Nacional, indicava a possibilidade de acordo com os setores da chamada “burguesia progressista” (SENA JR., 2007). Desse modo, a postura do PCB, nesse período, tinha forte associação ao desenvolvimentismo na sua busca pela “revolução democrática” que deveria ser liderada pela fração industrial da burguesia.

A principal resolução do Congresso foi: Reforma Agrária. A questão fundamental era a discussão sobre os meios para alcançá-la. Ao discursar no Congresso, Francisco Julião, representando as Ligas Camponesas, arrancou demorados aplausos da plateia com a expressiva frase, que se tornou emblema da posição política da Liga: “A reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue” (MORAIS, 2012, p. 93). Isso estava em clara oposição ao posicionamento da ULTAB e do PCB, que defendiam uma reforma agrária pela via parlamentar, em consonância com sua estratégia da luta pela etapa democrática da Revolução, através da tática de Frente Popular, em aliança com setores “progressistas” da burguesia, inclusive.

O choque político e ideológico da ULTAB com as Ligas foi inevitável. Enquanto a primeira propunha teses sofisticadas a respeito de uma reforma agrária, modernas teses de arrendamento rural e de extensão da política salarial e de segurança social urbana às massas rurais, os camponeses das Ligas desejavam discutir a maneira de impor imediatamente a reforma agrária radical “na lei ou na marra”, o que contagiou os delegados presentes.

Além desses dois grupos, o movimento camponês passou a ser disputado por uma terceira força: a Igreja Católica⁴¹. Essa instituição que, tradicionalmente, estava associada às forças latifundiárias, via com preocupação a movimentação camponesa – seja nas Ligas Camponesas ou no Sindicalismo Rural do PCB –, particularmente no Nordeste, onde havia fortes tensões sociais (PEIXOTO, 2017). Para neutralizar o apelo das Ligas Camponesas, a resposta da Igreja ao clamor de Julião por “reforma agrária na lei ou na marra” foi dada através do padre Antônio Melo, o jovem pároco do Cabo de Santo Agostinho, a partir de 1962, que bradava que “a estrutura agrária estava velha”, que “o velho sistema é a causa de nossa pobreza”, que “o problema é mudar a estrutura”. Mas, na verdade, atuava de maneira profundamente contra revolucionária. Isso pode ser comprovado pela atuação dos agentes secretos de Washington e pelo seu recebimento de apoio financeiro, em fins de 1963, do ultraconservador Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) para denunciar Miguel Arraes (PAGE, 2012).

O padre Melo é um exemplo, mas havia um conjunto de jovens padres atuando no sentido de organizar um movimento trabalhista rural nos limites da lei e da ordem,

41 A posição da Igreja Católica não era uniforme, havendo desde as mais progressistas (dentro dos limites da ordem), como Dom Hélder Câmara, bem representada no Encontro dos Bispos do Nordeste de 1956 e 1959; até as mais conservadoras representadas pela famigerada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que é a expressão daqueles que apoiaram o golpe de 1964.

para se contrapor à força das Ligas Camponesas de Julião e o sindicalismo rural do PCB. Além do padre Melo, de grande carisma entre os camponeses, destaca-se, também, o padre Paulo Crespo, estruturando a organização nos bastidores (PAGE, 2012). Os padres organizavam os camponeses em Sindicatos Rurais, para fazer oposição às Ligas e aos comunistas. Estes últimos também escolheram os sindicatos como forma de organização dos camponeses.

Nota-se que os diversos grupos, a partir de táticas diferentes, concorriam entre si pela direção do movimento camponês. Lembremos o que dizia Gramsci sobre os camponeses do *Mezzogiorno* italiano: a despeito de sua grande efervescência, faltava-lhes capacidade organizativa. O mesmo acontecia com os camponeses do Nordeste brasileiro. Não constituíam um movimento autônomo e independente. O movimento camponês era alvo de disputa de grupos que intencionavam dirigir e direcionar os camponeses, ora de maneira mais radical (como Julião), ora mais comedido (como o PCB), ou mesmo no sentido de frear a efervescência (como a Igreja Católica).

2.3 Debates sobre a Questão Nordestina entre as décadas de 1950 e 1960

O tema Nordeste tornou-se um debate vivo a partir da segunda metade da década de 1950. Diante do cenário apresentado, formou-se um amontoado de opiniões sobre os mais diversos aspectos que tocam à questão regional. Nesse mesmo caldeirão reunia-se: a fração industrial da burguesia do Centro-Sul, interessada em se expandir para aquela região, e as “forças progressistas” representadas pelas Ligas Camponesas, o Partido Comunista do Brasil (PCB), setores progressistas da Igreja Católica, representada por Dom Hélder Câmara, juntamente com um conjunto de padres que atuaram na linha de frente do sindicalismo rural. Estavam unidos em oposição aos “retrógrados” interesses dos grandes latifundiários nordestinos.

É pertinente, para a análise que propomos, alvitrar algumas considerações de Antonio Gramsci sobre a questão dos intelectuais. No que diz respeito ao papel destes, no texto *Alguns temas da Questão Meridional*, Gramsci (1987a) faz a uma reflexão sobre como o intelectual meridional faz a ligação entre o camponês e o grande proprietário, com o objetivo principal de conservar o *status quo*. Naquele contexto, três estratos sociais formavam o bloco agrário na sociedade meridional

italiana: a grande massa camponesa (amorfa e desagregada); os intelectuais e a pequena e média burguesia rural; e os grandes proprietários de terra. Nesse sentido, “sobre o bloco agrário funciona, no Sul, um bloco intelectual que praticamente serviu até agora para impedir que as rachaduras do bloco agrário se tornassem muito perigosas e provocassem um desmoronamento” (GRAMSCI, 1987a, p. 160), garantindo a conservação da ordem burguesa.

No Caderno 12⁴², que reúne alguns apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais, Gramsci indica a existência de dois tipos de intelectuais: os orgânicos e os tradicionais. Os intelectuais do primeiro tipo são criação dos grupos sociais nascentes que desempenham uma função essencial no mundo da produção econômica, essa camada de intelectuais garante homogeneidade e consciência da função das classes sociais no campo econômico, social e político. Os de segundo tipo representam os grupos sociais historicamente ligados à estrutura econômica anterior, ou seja, são camadas de intelectuais preexistentes, representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A massa camponesa mesmo desempenhando um papel essencial na produção “não elabora seus próprios intelectuais ‘orgânicos’ e não ‘assimila’ nenhuma camada de intelectuais ‘tradicionais’” (GRAMSCI, 2001, p. 16), mesmo que em grande medida os intelectuais tradicionais venham de origem camponesa.

Nesse sentido, para o revolucionário italiano, os intelectuais têm enorme importância pela sua capacidade de manter unido o bloco histórico que agrega distintas classes. Estes intelectuais, por sua vez, sempre ligados a alguma classe social, atuam no sentido de fortalecer os laços entre o que se convencionou chamar de “estrutura” e “superestrutura”, fortalecendo, assim, a hegemonia ou buscando uma recomposição da mesma em favor de outras classes ou frações de classe.

A mediação da camada de intelectuais é fundamental para garantir a direção de uma classe social sobre a sociedade, no âmbito das relações hegemônicas. Os intelectuais são responsáveis pela “unificação” de diversas classes sociais em torno da classe dirigente e de seus objetivos, a partir do vínculo orgânico que produzem entre as dimensões econômica, política e ideológica (SCHLESENER, 2007). De modo que, na

42 O caderno 12, escrito entre em 1932, encontra-se no Volume 2, o § 1 entre as páginas 15 e 42 (GRAMSCI, 2001).

sociedade capitalista, as relações de poder se constroem a partir da dominação econômica e se sustentam e se consolidam pela direção intelectual e moral, que é fornecida pelos intelectuais. A hegemonia, entendida também como consenso, se funda na construção de um modo de pensar através do qual a classe social que exerce o poder consegue adesão política de grande parte da sociedade, no sentido de consolidar as relações de dominação (SCHLESENER, 2016).

Partindo da consideração de que as classes sociais, a partir de sua função social no mundo da produção econômica, criam organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função (GRAMSCI, 2001), podemos entender, então, que há camadas de intelectuais que são comissários das classes dominantes para a consolidação e manutenção da hegemonia na busca de conservar o instituído e fortalecer o “senso comum”. Ao tempo que, por outro lado, existem intelectuais orgânicos das classes subalternas que lutam pela construção de uma nova hegemonia em oposição à hegemonia burguesa, a partir de projetos sociais opostos e contraditórios que se confrontam (SCHLESENER, 2016).

Trazemos essa reflexão sobre os intelectuais a partir de Antonio Gramsci para buscar compreender a relação que se estabelece entre os intelectuais ou grupos de intelectuais com as classes sociais. Visto que, esse grupo é fundamental para que os grupos dominantes possam exercer a sua hegemonia sobre as classes subalternas. Na medida em que essas camadas de intelectuais atuam como peça central na mediação das tensões sociais e políticas pela manutenção, recomposição ou superação do bloco histórico.

Diante desse viés de cunho teórico-empírico exposto por Gramsci, e tomando como análise o objeto de estudo, podemos voltar-nos para o Brasil na década de 1950. O Nordeste brasileiro, em 1955, era um caldeirão que pode ser muito bem representado pelo Congresso de Salvação do Nordeste, que aconteceu em agosto, na cidade do Recife (PE). O Congresso foi convocado pelas personalidades e organizações mais “progressistas” de Pernambuco e reuniu amplos setores sociais dos nove estados nordestinos. Está dito, na justificativa do Congresso em busca de recursos à Câmara dos Deputados (através do despacho 524 de 1955) para a realização do evento, que o encontro deveria reunir as forças vivas do Nordeste – representantes das indústrias, do comércio, das associações trabalhistas e patronais dos estados nordestinos – em

assembleia quase popular, para elaborar um plano de grande envergadura para propor soluções aos problemas pertinentes à região.

Estiveram presentes neste Congresso cerca de 2 mil pessoas, incluindo parlamentares, representantes da indústria, do comércio, dos sindicatos de trabalhadores urbanos, das universidades, dos grêmios estudantis, de profissionais liberais e das Ligas Camponesas. O Congresso teve grandes debates e cada comissão técnica valia por praticamente outro congresso à parte. A Comissão de Problemas da Terra, por exemplo, contou com mais de 200 delegados, que na sua grande maioria eram camponeses representantes das Ligas (MORAIS, 2012).

Ao fim dos trabalhos foi apresentada a Carta de Salvação do Nordeste, que pedia proteção à indústria nacional, reforma agrária, reconhecimento de comissões intersindicais e do direito de greve e pleno funcionamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, além de denunciar a estagnação da economia nordestina, que colocava a região em situação de inferioridade em relação ao Centro-Sul. E, por fim, propunha um conjunto de iniciativas que pudessem possibilitar mudanças nas estruturas econômica e social da região (VIEIRA, 2004). Vê-se aí a atuação de grupos diversos de intelectuais mobilizados em torno da construção de um novo discurso, de superação do atraso, que pudesse fazer frente à intelectualidade tradicional, defensora da ordem vigente nos termos da manutenção da estrutura agrária.

Depois desse, aconteceu, no mês de setembro, também no Recife, o primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, sob os auspícios do diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e Deputado Federal pelo estado de Pernambuco, Josué de Castro⁴³. Este Congresso reuniu cerca de 3 mil delegados, culminando num grande e ruidoso desfile camponês pelas ruas da cidade (MORAIS, 2012).

No ano seguinte aconteceu, entre 21 e 26 de maio, na cidade de Campina Grande (PB), o primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste, impulsionado por Dom Hélder Câmara, que contou com a participação do presidente Juscelino Kubitschek

43 Josué Apolônio de Castro (1908-1973), pernambucano de Recife, foi um médico, nutrólogo, professor, geógrafo e político brasileiro. Foi deputado federal de Pernambuco (1955-1962), presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (1952-1957) e Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU) (1962-1964).

(JK)⁴⁴ e de grande parte dos seus ministros ou representantes dos ministérios e dos diversos órgãos federais que atuavam na região. Na oportunidade, o presidente destacou, no discurso de encerramento, sua leitura de Nordeste subdesenvolvido, apontando para o desejo de valorizar a região Nordeste, e “dotá-lo de condições de vida que permitam ao nordestino fixar-se no próprio solo sem a sedução de emigrar ou evadir-se” (KUBITSCHKE, [1956] 2016, p. 72).

O Encontro, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), debateu, principalmente, os seguintes temas: planejamento e investimento; agricultura, crédito rural e colonização; serviços sociais e educativos; o problema da eletrificação do Nordeste; alguns programas de execução imediata; e, por fim, a Igreja em face dos problemas da região (ROCHA, 2016). Os Grupos de Estudo do Encontro lançaram 19 projetos, contemplando todos os estados do Nordeste⁴⁵ e alguns pensados para a região na totalidade, além de 22 indicações de como proceder para resolução da questão nordestina, incluindo solução de abastecimento hídrico de Campina Grande e obras diversas. O Encontro terminou em 26 de maio e já no dia 1 de junho o presidente JK assinou 20 decretos relacionados com as demandas do Encontro, o que demonstra relativa força da Igreja no sentido de estimular o planejamento como possível forma de enfrentamento dos problemas nordestinos, abrindo caminho para o que virá a ser a atuação de Celso Furtado, a partir de 1959.

44 Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), mineiro de Diamantina, foi um médico, oficial da polícia militar mineira e político brasileiro. Foi prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), deputado federal por Minas Gerais (1935-1937; 1946-1951), governador de Minas Gerais (1951-1955), presidente do Brasil (1956-1961) e senador pelo estado de Goiás (1961-1964).

45 A lista dos projetos e os estados beneficiados: Projeto 1: Maranhão – Criação de núcleo colonial no vale de Mearim; 2: Piauí – Criação de núcleo colonial no vale do Parnaíba; 3: Ceará – Criação de núcleo colonial para o abastecimento de Fortaleza; 4: Rio Grande do Norte – Construção do porto teleférico de Areia Branca; 5: Rio Grande do Norte – Incentivo ao desenvolvimento econômico dos vales secos de Açu e Apodi; 6: Paraíba – Instalação hidrelétrica no açude de “Coremas”; 7: Pernambuco – Aparelhamento do porto do Recife para escoamento e distribuição de fosfato e construção de ramal R.F.N para o mesmo fim; 8: Pernambuco – Instalação de núcleo colonial para abastecimento do Recife; 9: Pernambuco – Instalação de um Posto de Migração em Petrolina; 10: Alagoas – Instalação de 200 famílias na Colônia Pindorama; 11: Sergipe – Instalação de Postos de Migração em Aracaju e Propriá; 12: Bahia – Instalação de Postos de Migração em Feira de Santana e Mapele; 13: Bahia – Instalação de 350 famílias, pelo INIC, em seus núcleos coloniais, no corrente ano; 14: Região Nordeste – Construção de casas para trabalhadores; 15: Paraíba e Alagoas – Desenvolvimento da indústria leiteira no Cariri Velho e no Baixo São Francisco; 16: Região Nordeste – Produção e distribuição de sementes; 17: Bahia – Programa de indústria animal do Nordeste; 18: Bahia – Fábrica de Produtos Biológicos de defesa sanitária; 19: Em benefício do Nordeste – Articulação de órgãos de fomento (ROCHA, 2016, p. 124-144).

Além desse Encontro de 1956, aconteceu um segundo Encontro dos Bispos do Nordeste, entre 24 e 26 de maio de 1959, dessa vez na cidade de Natal (RN), com proposições mais detalhadas e incisivas. O tema do planejamento e a Operação Nordeste, encabeçada por Celso Furtado, apareceram com destaque no encontro. A declaração dos bispos no segundo Encontro é menos detalhada e mais sistemática, trazendo os elementos do Encontro anterior em avaliação, dividindo-os entre: planos que vão muito bem; planos em andamento; planos em via de funcionamento; e planos com dificuldade. Além de um conjunto novo de sugestões nos seguintes eixos: educação de base e promoção operária; estrutura agrária; agricultura e abastecimento; saúde, maternidade e infância; migrações internas. Como resultado do segundo Encontro um novo conjunto de decretos foi assinado por JK, 30 deles para encaminhar as demandas dos Bispos do Nordeste (ROCHA, 2016).

O papel dos Bispos do Nordeste é um aspecto curioso, em se tratando da análise dos intelectuais proposta por Gramsci. Na Itália, os clérigos exercem um papel profundamente conservador, sendo compreendidos como intelectuais tradicionais ligados às classes agrárias, ainda mais tendo em vista a questão vaticana. Mas no contexto nordestino, os intelectuais clérigos, bispos e padres tiveram um papel dúbio, com alguns deles comprometidos com um processo de modernização da região.

As ruidosas mobilizações desse conjunto de “forças progressistas”, na segunda metade da década de 1950, estimularam a atuação mais incisiva por parte do Estado brasileiro, diante da questão nordestina. As ações desses grupos, que reuniam interesses diversos, passaram a ser hegemônicas, em grande medida, pela leitura desenvolvimentista do intelectual e homem de ação Celso Furtado, não sem enfrentar a oposição das forças contrárias ao projeto. Por isso, a seguir, vamos nos lançar à tarefa de desvendar o desenvolvimentismo de Celso Furtado e sua proposta de intervenção no Nordeste⁴⁶.

46 Sobre as elaborações de Celso Furtado a respeito do desenvolvimento do Nordeste publicamos na Revista de Desenvolvimento Econômico, volume 1, número 39 (2018), o artigo *45 Anos de Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento do Nordeste (1959-2004)*. Cf. Santos (2018).

2.3.1 Celso Furtado e a Operação Nordeste

Em 1958, após aventurar-se pela Europa e pela América Latina, Celso Furtado⁴⁷ voltou ao Brasil com intenção de dedicar-se ao Nordeste. Como apresentou em sua autobiografia – *A Fantasia Desfeita* – preocupava-se com a questão, como nordestino que era, devido às crescentes disparidades regionais que se tornaram um desafio para o futuro do Brasil. Então renunciou ao seu cargo na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)⁴⁸ e foi nomeado para o posto de diretor no BNDE, com a condição de que sua atuação estaria circunscrita ao Nordeste (FURTADO, 2014).

No âmbito do BNDE, interveio no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que era comandado pelo também paraibano Aluizio Campos, que não tinha conhecimento especializado sobre o tema do desenvolvimento. O grupo não dispunha de grande material acumulado, então, Celso Furtado decidiu-se por “partir do que se sabia para a elaboração de um plano de ação abrangente, construído na conformidade das técnicas de planejamento regional” (FURTADO, 2014, p. 231).

Em janeiro de 1959, o Presidente Juscelino Kubitschek convocou uma reunião sobre a questão nordestina, convidando várias personalidades para um exercício chamado tempestade de ideias, ou *brainstorming* em inglês. Na oportunidade, Celso Furtado foi convidado e sua participação foi decisiva, ao falar apaixonadamente sobre tudo que vinha pensando e preparando sobre o Nordeste. Ao fim da reunião, JK chamou Furtado, questionando quando poderia ter por escrito aquelas coisas todas que ele falou, a fim de convocar os líderes políticos nordestinos e lançar a Operação Nordeste (FURTADO, 2014). Assim surgiu o estudo *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*, em março de 1959, apresentado como sendo do GTDN, mas, na verdade, é de autoria exclusiva de Furtado, como ele revela em sua autobiografia. O

47 Celso Monteiro Furtado (1920-2004), paraibano de Pombal, foi um professor e economista brasileiro. Foi economista da CEPAL (1949-1957), superintendente da SUDENE (1959-1962;1963-1964), Ministro do Planejamento (1962-1964) e Ministro da Cultura (1986-1988).

48 Celso Furtado fez parte dos quadros de economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), desde seu início, em 1948, quando esta foi criada como uma das comissões econômicas da ONU. A CEPAL deu origem à escola estruturalista de pensamento econômico, com destaque para o papel exercido pelo economista argentino Raúl Prebisch, na formulação inicial das ideias sobre a deterioração dos termos de troca do mercado global, em que a América Latina estava em posição desfavorecida na divisão internacional do trabalho, devido à especialização agrário-exportadora.

relatório, além de um apurado exame da situação da região Nordeste, é um texto propositivo, um plano de ação.

A Operação Nordeste e o relatório do GTDN, como ficaram conhecidos na posteridade, foram lançados no Palácio do Catete em cerimônia que reuniu os governadores e numerosos parlamentares da região. JK discursou, a partir dos dados fornecidos por Furtado, e, em seguida, foi a vez deste apresentar o documento, para, por fim, o presidente assinar a mensagem para o Congresso Nacional, propondo a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e o decreto nº 45.445/1959, instituindo o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), com sede no Recife.

O relatório do GTDN enfatizava elementos como a baixa renda *per capita* do Nordeste em 1956, que, convertida adequadamente a taxa de câmbio, não chegava a US\$ 100, ou seja, umas das mais baixas do Ocidente, sendo apenas um terço da renda *per capita* encontrada no Centro-Sul. O Nordeste possuía uma quantidade muito menor de terra por homem ocupado em trabalhos agrícolas, uma quantidade bem inferior de capital investido na agricultura e um grau muito menor de capitalização das indústrias: essas constatações levaram a duas conclusões básicas: escassez relativa do fator terra e menor acumulação de capital (BRASIL, 1967).

Esse relatório, após um esforço detalhado de apontar a natureza e extensão dos problemas nordestinos, apresentou como proposta de solução para as disparidades entre as regiões do Brasil:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; c) transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente aos impactos da seca; d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condição de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida. (BRASIL, 1967, p. 14).

A política oficial para o setor industrial nordestino tinha objetivos relativamente ambiciosos, como fica claro se observarmos o documento do GTDN, onde se diz que a política de industrialização tinha o objetivo triplo de dar emprego à população, criar uma classe dirigente nova e fixar na região os capitais formados em outras atividades

econômicas, que tinham tendência a migrar em busca de maior lucratividade (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004).

Ainda em 1959, Celso Furtado (2013a) proferiu uma conferência chamada *Operação Nordeste*, na qual destacou que o Brasil se formou através de um longo processo de integração política de regiões desarticuladas, mas que o processo de integração econômica sofreu profundo desvio na primeira metade do século XX, em consequência do processo de industrialização. A articulação entre as regiões se deu em torno do mercado devido à crescente expansão do Centro-Sul. Essa tendência de crescentes disparidades regionais seria resultado da desigualdade no ritmo de desenvolvimento entre as duas grandes regiões em que se concentram os mais importantes grupos populacionais do país – Nordeste e Centro-Sul. Furtado empenhou-se em dar contornos econômicos à análise, avaliando o ritmo de crescimento da economia, indicando que o Nordeste tinha uma participação no Produto Bruto da economia brasileira no montante de 30% em 1939, mas que em 1959 estava em menos da metade desse valor, o que demonstra que as disparidades se agravaram de maneira crescente (FURTADO, 2013a).

Celso Furtado, em sua teoria/prática, parte de uma compreensão distinta daquela abordagem do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, que já apresentamos e estamos considerando. A interpretação dualista (estruturalista)⁴⁹ de Furtado compreende que há dois setores, não articulados entre si, em que o setor “atrasado” aparece mais como um obstáculo ao crescimento do setor “moderno”, ao não produzir uma adequada oferta de alimentos, e, por outro lado, ao não criar um mercado interno consumidor para a produção do último setor. Em termos regionais, a busca pela modernização do setor “atrasado” significava uma resposta às inquietações colocadas pelas “forças progressistas” representadas pela intelectualidade, Igreja Católica, movimentos das classes trabalhadoras e camponesas, contemplando, ainda, uma parte da burguesia industrial nordestina e a burguesia oligopolista internacional e associada do Centro-Sul.

49 O estruturalismo latino-americano surgiu entre fins dos anos 1940 e início dos anos 1950, e buscava destacar a importância dos parâmetros não econômicos dos modelos macroeconômicos. Incorporava certa historicidade ao modelo de análise e reforçava a importância do Estado na busca pelo desenvolvimento. Vale dizer que não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, que entende a realidade social a partir de um conjunto elementar de relações estruturais. De modo que para a sociologia, filosofia, antropologia e linguística, o estruturalismo (francês) é a metodologia pela qual os elementos da cultura humana devem ser entendidos a partir de sua relação com um sistema ou estrutura mais abrangente.

Nesse sentido, a proposição dualista de Celso Furtado no contexto brasileiro, como a da CEPAL no conjunto da América Latina, aparece como um poderoso discurso em favor da hegemonia da fração industrial do capital, uma vez que a proposta de superação do dualismo passa pela modernização do setor “atrasado”, através da industrialização. O fortalecimento do setor industrial “moderno”, nessa abordagem, possibilitaria a superação da deterioração dos termos de troca, aos quais estes países subdesenvolvidos são submetidos no mercado global, em que lhes cabe o papel de exportadores de produtos primários (OLIVEIRA, 2003a). Entretanto, merece ênfase, como também propõe Francisco de Oliveira (2003b), que Celso Furtado não estava simplesmente a serviço das classes dominantes. Isso seria uma redução vulgar da formulação desse intelectual. Mesmo dando solidez para esse discurso industrializante e buscando sua execução, estava lá como um intelectual que acreditava que através desse percurso o subdesenvolvimento brasileiro e o “atraso” nordestino poderiam ser superados.

É fundamental não perder de vista que as relações de poder, nas formações econômico-sociais capitalistas, constroem-se, fundamentalmente, a partir da dominação econômica, mas se sustentam e se consolidam pela direção intelectual e moral, que, por sua vez, tem estreita relação com a atuação dos intelectuais. Nesse sentido, a construção da hegemonia significa a formação de um modo de pensar e um processo cultural na qual a classe social dominante consegue a adesão política, também, das classes trabalhadoras e subalternas (SCHLESENER, 2016). Celso Furtado, desse modo, na formulação de uma agenda desenvolvimentista, deu contornos políticos, sociais e culturais à hegemonia do capital produtivo industrial.

Para avançar em sua proposta com intenção de melhorar a situação nordestina, Celso Furtado (2013a) indicava que seria preciso atentar para os limites institucionais e a ineficiência administrativa que criavam barreiras ao desenvolvimento. Para isso, a SUDENE teria esse papel renovador com o duplo objetivo de formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e modificar a estrutura administrativa em função dessa política. Seria uma superação em relação ao tempo em que o DNOCS tinha sua política, o BNB outra, e etc., o governo teria uma única política de desenvolvimento em relação ao Nordeste e a SUDENE seria o órgão capaz de coordenar todos os outros, em função dessa política.

Antes de avançarmos para a análise da criação da SUDENE e seus desdobramentos, iremos acompanhar o jornalista Antonio Callado⁵⁰ numa viagem que fez pelo Nordeste a convite do CODENO, sob a direção de Celso Furtado, para avaliar as possibilidades de aceitação do Projeto de Lei de Irrigação⁵¹, em 1959. Esse convite não foi à toa. Afinal o jornal *Correio da Manhã* atuou decisivamente para dar peso político a este debate.

É importante considerar, a partir da contribuição de Antonio Gramsci (que atuou profissionalmente como jornalista), que o jornal faz parte da estrutura ideológica da sociedade, na medida em que “influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente” (GRAMSCI, 2001, p. 78). E que, além disso, há jornais que se constituem em verdadeiros partidos políticos (GRAMSCI, 2001, p. 218). Não partidos no sentido formal, mas através da direção intelectual e moral que propõem e exercem.

É nesse sentido que compreendemos a atuação do jornal *Correio da Manhã*, nesse contexto. Afinal, foi mais ou menos nesse período que Luís Alberto Bahia, um dos redatores-chefes do jornal, disse o seguinte: “ferroviarismo não sustenta uma coluna, enquanto o rodoviarismo sustenta o jornal inteiro” (ANDRADE, 1991, p. 105 *apud* QUELER; ZANGELMI, 2020, p. 8). Isso demonstra que o *Correio da Manhã* acompanhou as mudanças que estavam em curso na economia e sociedade brasileira na década de 1950, e explicita a maior penetração das ideias ligadas à fração industrial da burguesia.

2.3.2 Antonio Callado: Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco

Antonio Callado produziu um conjunto de reportagens sobre o Nordeste que ganhou repercussão nacional, escancarando os problemas da região e desencadeando um amplo “movimento de opinião” sobre a questão nordestina. Esses artigos foram publicados no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro – entre 10 e 23 de setembro, em 29 de novembro e em 2 de dezembro de 1959 – e replicados em diversos jornais pelo país, inclusive no *Jornal do Commercio* do Recife.

50 Antônio Carlos Callado (1917-1997), fluminense de Niterói, foi um jornalista, romancista, biógrafo e dramaturgo brasileiro.

51 O CODENO insistia na melhor utilização dos recursos hídricos acumulados nas bacias e açudes construídos em mais de meio século de política contra as secas. Mas faltava uma lei para regulamentar o uso de água e terras beneficiadas pelos recursos públicos, aí entra a Lei de Irrigação.

Antonio Callado deu início a sua série sobre *O Ceará Contra a Irrigação*, questionando *Que é a 'indústria da seca', de que tanta gente fala?*, no sentido de tentar entender a razão do porquê as classes localmente dominantes se colocavam contrárias a um sistema de irrigação. No artigo que abre a série destacando a *Indústria e Industrias da Seca*⁵² relata que, desde os tempos de Getúlio, passando pelo governo Dutra, e assim até 1959, não haviam sido desapropriadas as terras banhadas pelo dinheiro do Tesouro Nacional (açudes públicos), possibilitando a mais fantástica e injusta das loterias do mundo, onde o DNOCS era o caixa-forte que alimentava essa indústria da seca. Essa denúncia pôs em suspeição o principal órgão de intervenção do Estado brasileiro sobre o Nordeste sertanejo, colocando-o na posição de mantenedor da estrutura de apropriação privada dos recursos públicos, fenômeno que não era exatamente novidade.

No segundo artigo da série, Callado⁵³ atribui grandiosidade ao DNOCS, grandiosidade dos açudes, das estradas, mas também dos escândalos. Pareciam mais importantes ao DNOCS obras gigantescas a serem inauguradas por presidentes e governadores, de modo a servir à velha política nordestina e não ao Nordeste. A terceira reportagem, que fecha a saga: *Ceará contra a irrigação*, reforça a atitude de manutenção do “*Brazilian Way of Life: quem tem influência tem tudo*”, onde os “portavozes do povo” morrem de medo da Lei de Irrigação, “e de qualquer coisa que mexa no bem-bom”⁵⁴. Callado destrincha o mecanismo de aproveitamento das secas:

Acontece que o grande fazendeiro cearense é em geral homem de criação de gado à solta e do algodão mocó mais ou menos de qualquer jeito. O pequeno proprietário é que planta lavoura de subsistência. O grande, em época de seca, põe o gado para pastar o algodão (aliás a “poda” do algodão é trabalho do gado mesmo) e manda os trabalhadores ganhar o dinheiro do DNOCS. Quando chove, o DNOCS (que paga o salário mínimo, o que o proprietário

-
- 52 CALLADO, Antonio. Indústria e Industrias da Seca: O PTB como juiz de ausentes & abastados. **Correio da Manhã**. 10 set. 1959e. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110472; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110468 Acesso em 28 jun. 2020.
- 53 CALLADO, Antonio. Banabuiu o Açude que Teve um Filho: DNOCS não é para dar água a ninguém. **Correio da Manhã**. 11 set. 1959a. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110506; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110497 Acesso em 28 jun. 2020.
- 54 CALLADO, Antonio. O Óros, esse desconhecido: Rios molhados e deputados escaldados. **Correio da Manhã**. 12 set. 1959j. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110549; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110539 Acesso em 28 jun. 2020.

nordestino nunca faz) despede o cabra, que volta para a canga sonhando com uma eterna sêca e pagamento do DNOCS (CALLADO, 1959j).

Assim funciona a tão falada indústria da seca: com o grande – ou os de cima na linguagem empregada por Florestan Fernandes – lucrando sob chuva ou sol, com apoio imprescindível do Estado, enquanto cabe aos trabalhadores viverem, de toda sorte, sempre trabalhando sem sair do lugar.

Uma segunda série, *Paraíba contra a Lei*⁵⁵, trouxe o caso de Pilões (PB), que, segundo Callado, seria a terra mais sem lei do país, onde, com métodos de *gângsteres*, o deputado federal Jacó Frantz dominava a região. O caso do Açude de Pilões foi flagrante. O DNOCS desapropriou uma área de 7.000 hectares (70 km²) para construir um açude com capacidade de 150 milhões de m³, mas, ao invés disso, por questões técnicas, construiu um, muito menor, de 13 milhões m³. A área inundável foi convertida em terra arável. É aí que entra o gaúcho Jacó Frantz – que, vindo à época da “revolução de 30”, ingressou na Polícia militar da Paraíba. Quando começou o arrendamento dessas terras, com um limite de 10 hectares por pessoa, ele pegou um lote para si, outros dois em nome de seu pai e para um irmão que viviam no Rio Grande do Sul, outro para um vaqueiro seu e ainda afugentou vários vizinhos, tomando partes de suas terras. De modo que o policial deputado se achava no direito de expulsar gente humilde das terras da União, como se fossem suas.

A seguir, Antonio Callado entrevistou Guimarães Duque⁵⁶, agrônomo e funcionário de longos anos do DNOCS, grande conhecedor dos problemas do Nordeste semiárido, cuja palavra que mais lhe causava sofrimento, como afirma, era “emergência”, curiosamente a que mais alegrava os parlamentares nordestinos. Porque a “emergência” em terras sertanejas significa o auxílio dado em tempos de seca, ou seja,

[...] o proprietário, que em anos comuns regala-se de mão-de-obra farta e barata, quando não chove passa seus escravos para o DNOCS, que os manda fazer qualquer coisa e gastar o dinheiro no armazém de gente sua. Os

55 CALLADO, Antonio. O Caso tenebroso do açude de Pilões: um gaúcho paraibano e seu sindicato de gangsters. **Correio da Manhã**. 13 set. 1959i. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110583; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110579 Acesso em 28 jun. 2020.

56 CALLADO, Antonio. Entrevista com um sábio desconhecido: J. Guimarães Duque e a catástrofe das “emergências”. **Correio da Manhã**. 16 set. 1959c. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110717; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110707 Acesso em 28 jun. 2020.

deputados aproveitam para canalizar parte do dinheiro para suas zonas eleitorais [...] o dinheiro da “emergência” se derrete no Nordeste como um sorvete (CALLADO, 1959c).

Duque lamenta, porque a “emergência” cria uma armadilha que evita que se construa uma solução verdadeira ao problema nordestino.

A série seguinte é focada nas Ligas Camponesas, chamada *Despertar em Pernambuco*, cuja primeira reportagem⁵⁷ apresenta os *Homens Livres no Engenho da Galileia*: em Vitória de Santo Antão (PE), onde a família Beltrão desistira de competir com as usinas de açúcar e decidiu arrendar as terras a foreiros, cobrando um foro, inicialmente, de Cr\$ 220, mas que em quatro anos havia chegado a Cr\$ 1700. Diante do alto preço, os foreiros começaram a atrasar. Daí surgiu a chispa criadora. Unir-se para criar um Fundo para amparar os que adoecessem e pagar as dívidas em atraso – A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, que mais tarde coube o nome de Liga Camponesa da Galileia. Na disputa contra José Beltrão, que os queria expulsos dali depois de associados, entrou Francisco Julião, um advogado e deputado estadual em favor dos despossuídos a partir de 1955. Mas em 1959, quando esteve por lá, Callado disse que de “todo o Nordeste, só no Engenho da Galileia vi caras de homens livres, entre lavradores”.

No artigo seguinte⁵⁸, Callado segue deslumbrado com a experiência do Engenho da Galileia, mas destaca que:

[...] a solução melhor provavelmente não virá das Ligas Camponesas e sim de um processo de acúmulo de riquezas proveniente da industrialização do Nordeste. De uma forma mais impessoal se elevará o nível de vida e, conseqüentemente, da educação daquela gente (CALLADO, 1959b).

Contudo, não cabia aos camponeses esperar que a solução viesse como subproduto do desenvolvimento da economia e que todos os Senhores de Engenho fossem transformados em industriais esclarecidos, o que, certamente, não aconteceria facilmente.

57 CALLADO, Antonio. Homens Livres no Engenho da Galileia: Francisco Julião e o velho Zezé. **Correio da Manhã**. 17 set. 1959d. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110749; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110742 Acesso em 28 jun. 2020.

58 CALLADO, Antonio. Cambão: resíduo da escravidão no nordeste: Prova de identidade recibo das sociedades mortuárias. **Correio da Manhã**. 18 set. 1959b. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110781; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110776 Acesso em 28 jun. 2020.

Nessa disputa entre camponeses e Senhores de Engenho, Callado aponta, no próximo artigo⁵⁹, que a coisa mais importante que Francisco Julião fez pelos camponeses foi dar aos rebelados da Galileia uma forma jurídica de Sociedade. Mas o próprio Julião não esperava que a disputa se daria, somente, no campo jurídico, por isso prometia organizar uma Marcha de protesto de 50.000 camponeses no Recife.

Fechando essa série de setembro de 1959, Callado, no artigo *No Nordeste o camponês mais triste do mundo*⁶⁰, inclui entre suas referências o texto *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* de Celso Furtado, endossando os argumentos do economista paraibano. Diz o jornalista que a pior calamidade do Nordeste é a seca porque escancara o colapso da produção de alimentos e “esse colapso ocorre, em grande medida, pela teimosia das chamadas ‘elites’ nordestinas, conservadoras, egoístas e politizadas no mais inferior sentido da palavra”. Ao invés de proporem uma organização que pudesse combater as secas, essas “elites” industrializavam a seca, beneficiavam-se dela, tiravam lucro da tragédia humana que é esse fenômeno. O DNOCS aparece como grande instrumento de corrupção no Nordeste. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), quando criada, deveria assumir o controle do DNOCS, contra aqueles que têm suas mãos sobre o Departamento e sobre a indústria das secas.

Antes de acabar o ano de 1959, Callado publicou, ainda, mais duas reportagens no *Correio da Manhã* sobre o Nordeste. A primeira⁶¹ trata da desproporcional violência policial, infligida aos camponeses, a ponta de rifle, numa passeata em Vitória de Santo Antão, aparentemente sem mandante. Ao menos não houve ninguém que tivesse assumido a ordem. Os ânimos estavam se acirrando por aquelas bandas. Teria o Engenho da Galileia o mesmo destino de Canudos? A solução para Callado estava na

59 CALLADO, Antonio. Julião e sua marcha de 50.000 camponeses. **Correio da Manhã**. 20 set. 1959f. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110857; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110854 Acesso em 28 jun. 2020.

60 CALLADO, Antonio. No Nordeste o camponês mais triste do mundo: Nostalgia da seca e da escravatura. **Correio da Manhã**. 23 set. 1959g. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110989; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110984 Acesso em 28 jun. 2020.

61 CALLADO, Antonio. Quem manda na polícia de Santo Antão? Passeata dos foreiros detida a cano de rifle. **Correio da Manhã**. 29 nov. 1959k. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=112335; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=112329 Acesso em 28 jun. 2020.

Assembleia Legislativa de Pernambuco, onde havia um projeto de lei de desapropriação das terras do Engenho, dividindo-as em lotes que seriam distribuídas entre os moradores e custeada pelo governo estadual.

Na busca de descobrir de quem veio a ordem para a violenta repressão, Callado conta na reportagem *o caso do Juiz que venera a letra da Lei*⁶², em que o juiz José Albino de Aguiar acreditava que os “galileus” deveria ser despejados. Não porque estivesse interessado (ou desinteressado) nas Ligas Camponesas, mas porque assim dizem os autos do processo, em vista de que “existe um contrato entre esses homens e o proprietário” e o “contrato não estava sendo cumprido”. Uma vez mais, Callado indica que a solução deveria vir da Assembleia Legislativa e do Governador Cid Sampaio⁶³.

A atuação “subversiva” de Callado e Julião não passou “impune”. Como foi noticiado pelo *Diário de Pernambuco*⁶⁴, os assim chamados “donos” do Engenho da Galileia decidiram processá-los, invocando a Lei de Segurança Nacional. A argumentação é que o jornalista e o advogado/deputado estavam incorrendo em desordem ao incitar os rendeiros do engenho a não cumprirem o despejo decretado pela justiça de Vitória do Santo Antão.

A esta acusação, que inclusive pedia sua prisão preventiva, Callado respondeu⁶⁵:

O aspecto mais triste das coisas e instituições em decadência é a intimidade que adquirem com legalismos, encrencas jurídicas, golpinhos de técnica judiciária. Para eles (sic.) a verdade é sempre sediciosa, as afirmações claras são subversivas, a vida é um estado incômodo e que pode levar às mais graves consequências se não castrarmos com todas as tesouras da lei. O Sr. Andrade Beltrão pertence à raça extinta dos senhores de engenho atrasados e que resolveram ignorar a extinção da escravidão no Brasil. Para êle a humanidade ainda se divide entre os que cortam e os que chupam cana, figurando êle (sic.) entre os chupadores. Quem fica a favor dos que cortam cana está contra uma raça extinta e contra aquêles (sic.) engenhos que hoje aparecem na coroa dos morros pernambucanos como grandes dentes cariados na queixada de um dinossauro. Eu não. Muito obrigado. Prefiro ficar

-
- 62 CALLADO, Antonio. O caso do Juiz que venera a letra da Lei. Iracy em busca de justiça para “condiceiros”. **Correio da Manhã**. 02 dez. 1959h. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=112462; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=112457 Acesso em 28 jun. 2020.
- 63 Cid Feijó Sampaio (1910-2010), pernambucano de Recife, foi um usineiro, industrial e político brasileiro. Foi governador de Pernambuco (1959-1963), deputado federal por Pernambuco (1967-1971) e senador pelo estado de Pernambuco (1983-1987).
- 64 DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Caso da Galileia: Denúncia contra Callado e Julião. **Diário de Pernambuco**. 05 dez. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pagfis=60637 Acesso em 28 jun. 2020.
- 65 CALLADO, Antonio. Tiranos que viraram melado. **Correio da Manhã**. 11 dez. 1959l. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=112797 Acesso em 28 jun. 2020.

com a humilde casa de farinha dos galileus livres, prefiro ficar com o Nordeste de amanhã (CALLADO, 1959).

Essa citação condensa a série de artigos de Callado, ao dizer que “prefere o Nordeste de amanhã”. O Nordeste que Julião, os galileus e os camponeses estavam construindo dia a dia na sua luta, o Nordeste que Celso Furtado almeja construir através das técnicas de planejamento e industrialização que abordaremos mais adiante, contrariamente ao Nordeste dos opressores senhores de engenho e dos industriais da seca.

Esse conjunto de reportagens de Antonio Callado notabilizou nacionalmente o debate público em torno do Nordeste. Essas matérias evidenciaram certos sujeitos, desmobilizando outros, no sentido de endossar e implementar uma série de transformações de cunho modernizante. O jornal *Correio da Manhã*, no qual Callado foi redator-chefe entre 1954 e 1959, acompanhou as mudanças em curso na economia e na sociedade brasileira, de modo que ficava clara a maior penetração de opiniões ligadas a setores da indústria no *Correio da Manhã*, através da condução de Callado (QUELER; ZANGELMI, 2020).

Em meio a essa adesão do *Correio da Manhã* às transformações industrializantes, aparece a defesa do jornal de uma reforma agrária que pudesse estimular o aumento da produtividade, o alargamento do mercado interno e a melhoria de vida das populações rurais (QUELER; ZANGELMI, 2020). É nesse ensejo que surgem as reportagens de Callado sobre o Nordeste: através da dialética entre a iniciativa do jornalista, a boa vontade do jornal e os interesses da fração industrial da burguesia. Mas não só. É fundamental demarcar a importância do que vinha acontecendo no Nordeste, como pudemos perceber através das lutas sociais que desencadearam todo esse processo.

Como Callado destacou em uma de suas matérias, as lutas camponesas pela terra poderiam ser fator impulsionador da industrialização no Nordeste, mas para isso seria preciso o engajamento de diversos agentes modernizantes. Não à toa, Guimarães Duque, Celso Furtado e Francisco Julião aparecem com destaque, como homens de ação dispostos a mudar a dura realidade retratada.

As reportagens de Callado tiveram dois impactos importantes naquela conjuntura. Em primeiro lugar, porque a repercussão da denúncia foi fundamental para o processo de desapropriação do Engenho da Galileia, símbolo daquela luta, através

ação do governo de Cid Sampaio, para evitar uma calamidade maior. Em segundo, as denúncias contra o DNOCS fortaleceram a decisão de Juscelino Kubitschek de criar a Superintendência do Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE), colocando Celso Furtado no seu comando (MARTINS, 2018).

2.3.3 A Criação da SUDENE e sua Atuação nos Primeiros Anos

Nesse universo de coisas, as classes subalternas – representadas pelos camponeses, pequenos sítiantes, meeiros, arrendatários, e etc. – tinham nas Ligas Camponesas sua principal representação política. Elas se colocaram como sujeitos políticos ao trazer a questão agrária para o centro do debate na sociedade. A partir das discussões levantadas pelas mobilizações dessas chamadas “forças progressistas” – que, como dissemos, congregavam diversos grupos, como as Ligas Camponesas, setores progressistas da Igreja Católica, o PCB (com sua estratégia de frente popular), o jornal *Correio da Manhã*, além da fração industrial da burguesia – o resultado foi um amplo pacto de conciliação de classes em torno do apoio político à criação da SUDENE, em dezembro de 1959.

Essa autarquia privilegiava o planejamento econômico e a industrialização como elementos direcionadores da nascente política de desenvolvimento regional. A criação da SUDENE representou o esforço de implantação das ideias desenvolvimentistas no Nordeste, com o Estado brasileiro atuando no sentido de programar uma política de desenvolvimento regional através do planejamento associado a uma ativa política industrial (LIMA, 2007). Desse modo, supostamente, seria possível corrigir os desníveis e as assimetrias regionais do Brasil. A SUDENE deveria ser um órgão de natureza renovadora, com o governo atuando através de uma política única e ampla de desenvolvimento em relação ao Nordeste, agregando, além dos dirigentes das agências governamentais mais importantes da área – e coordenando os planos de todas elas – os governadores dos estados que compõem a região. Entretanto, esse conjunto de ideias desenvolvimentistas e de desenvolvimento regional, no âmbito da luta inter-burguesa, expressava, fundamentalmente, os interesses da burguesia industrial.

Nesse sentido, a proposta de levar o “progresso ao Nordeste” atendia aos interesses do capital produtivo do Centro-Sul, buscando consolidar sua hegemonia diante das demais frações. Esse movimento criou um nó contraditório entre as diferentes frações da burguesia, que apareciam, nesse momento, como conflitantes entre si. Ou seja, no modelo de Furtado havia as classes agrárias do Nordeste (setor atrasado) contra os industriais do Centro-Sul (setor moderno), e, entre elas, havia um movimento camponês em ebulição. Nesse contexto, a pressão das classes subalternas no Nordeste pela transformação social constrangeu o Estado a intervir, que aconteceu através da criação da SUDENE, a fim de evitar uma ruptura. Por isso, a proposta da SUDENE foi recebida com forte desconfiança pelos parlamentares nordestinos, representantes dos grandes proprietários de terra, e foi aprovada, somente, devido à força política dos representantes da burguesia industrial.

O trabalho de Meneses (2016) ilustra muito bem isso através dos debates do senador paraibano Argemiro de Figueiredo⁶⁶ contra Celso Furtado e a SUDENE. Aquele representante dos interesses dos grandes proprietários do interior nordestino defendia que a “água e irrigação” seria a principal prerrogativa para a solução do problema nordestino. Enquanto Celso Furtado (2013a), por outro lado, defendia que o problema não residia na seca enquanto fenômeno climático, mas sim como fenômeno social. As “obras contra as secas” ficavam localizadas nas fazendas dos grandes proprietários, integrados no sistema algodoeiro pastoril. As estiagens não afetavam de forma tão grave o algodão mocó, que é uma planta xerófila, e o gado também resistia, em alguma medida, principalmente devido aos açudes criados nos últimos 50 anos (primeira metade do século XX) de obras contra as secas. O que não resistia era a produção de alimentos, que deixava as grandes massas de “meeiros” a ficarem sem ter o que comer.

Essas obras não mexiam no problema essencial, que se intensificava a cada nova seca. Furtado defendia que se criasse na região semiárida uma economia que fosse resistente aos períodos de estiagem e sendo para isso fundamental enfrentar toda a estrutura já existente. Por isso, ressaltava a importância do novo órgão nesse enfrentamento. É contra essa mudança de abordagem do problema nordestino que o

66 Argemiro de Figueiredo (1901-1982), paraibano de Campina Grande, foi um político brasileiro. Foi deputado estadual na Paraíba (1930-1934), governador da Paraíba (1935-1940), deputado federal pela Paraíba (1946-1954), e senador pelo estado da Paraíba (1955-1962; 1963-1970).

senador Argemiro de Figueiredo, representando os interesses dos grandes proprietários do interior nordestino, se insurgiu. Em suas palavras, na tribuna do Senado Federal:

É um erro catastrófico para a região nordestina essa prioridade que se pretende assegurar o problema da industrialização, como processo técnico de recuperação econômica e de combate ao flagelo das secas. [...] Em pouco ou nada irá influir, na vasta zona do polígono, a formação de núcleos industriais, por mais poderosos que sejam, uma vez que permanecerá exposta a calamidade de toda a imensa população rural abrangida pelo fenômeno climático [...] os poços manterão os rebanhos e servirão para irrigar pequenos trechos rurais. Contudo, se forem bem disseminados, transformarão a fisionomia social e econômica dos Estados e evitarão o êxodo das populações rurais. [...] Exprime um desalento e a falência dos nossos recursos técnicos aconselhar-se o deslocamento de nordestinos de qualquer zona onde estejam eles situados. Isso não seria solução, seria fuga! Seria a violação dos preceitos da Lei Maior, que manda valorizar o homem, a terra e fixar o camponês a zona do seu trabalho [...] o problema vital resume-se nisto: água e irrigação (REVISTA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, 1983, p. 25-26 *apud* MENESES, 2016, p. 96).

Mas nem só de discurso se faz política. Então, além de esbravejar contra a iniciativa da SUDENE, o Senador paraibano propôs uma série de modificações no projeto. Sugestões contra as quais Celso Furtado se insurgiu, em entrevista a uma TV no Recife, ao dizer que “as modificações introduzidas no projeto do Executivo, pelo Senado e por iniciativa do senador paraibano Argemiro de Figueiredo, o descaracterizaram, pois mantinha inalteradas as bases institucionais da indústria da seca” (FURTADO, 2014, p. 271). Por exemplo, dizia ele, se retirado o DNOCS da área de influência da SUDENE, a nova iniciativa seria profundamente esvaziada.

Porém, uma classe, ou fração de classe, torna-se ideologicamente dominante quando consegue, aos olhos do conjunto da população, fazer com que seus interesses particulares sejam confundidos com os interesses gerais da sociedade. Cabe destacar que foi o que aconteceu com o capital industrial, dentro do Bloco Desenvolvimentista, que fortaleceu ainda mais sua hegemonia visando expandir-se para além do Centro-Sul. E a SUDENE, enquanto projeto, faz parte dessa gama de interesses.

No contexto regional, Celso Furtado desempenhava um papel quase “bonapartista”, num sentido de que sua atuação parecia autonomizar-se em relação às classes sociais da região, aparecendo como uma espécie de árbitro, aparentemente, acima das classes, mas, em verdade, servindo à manutenção da ordem burguesa. De modo que não estava do lado dos políticos tradicionais da região, tendo um olhar diametralmente oposto ao de Argemiro de Figueiredo, por exemplo, mas tampouco

dos comunistas ou Ligas Camponesas. Estava ali atuando pela manutenção da ordem capitalista, mesmo que para isso fosse essencial enfrentar o *status quo* agrário da região. Por isso estava muito atento à luta de classes, buscando sua contenção. As Ligas representavam uma ameaça de solução violenta para os problemas nordestinos e Furtado buscava pacificar a situação garantindo melhores condições de vida através da ação da SUDENE, com vista a transformar os pontos de estrangulamento e evitar uma explosão revolucionária. Foi seguindo esse espírito que Furtado publicou, em 1962, o livro *A pré-revolução brasileira*, em que pretendia debater com estudantes, operários, empresários, intelectuais, e até com os camponeses, sobre a possibilidade de uma Revolução. Ele estava numa posição defensiva, intermediária entre os grupos que tinham intenções revolucionárias e os grupos que almejavam um golpe e instalar uma ditadura pela direita.

O centro do problema para Furtado (1962) estava no anacronismo da estrutura agrária brasileira e nordestina, em particular. Seu projeto era aquele já apresentado no relatório do GTDN, que via nas classes dominantes do Nordeste, que são bem representadas pelas posições de Argemiro de Figueiredo, sua maior barreira. Estava, também, preocupado com o marxismo, pela sua capacidade de traduzir o diagnóstico da realidade social em normas de ação, ou seja, uma Revolução. Como indica textualmente:

A experiência histórica dos últimos decênios têm demonstrado que, aplicada contra outras estruturas rígidas – a China Nacionalista e da ocupação japonesa, a Cuba de Batista são exemplos conspícuos, – essa técnica revolucionária, que exige disciplina espartana na base e a audácia de liderança de um Alexandre, pode ser de elevada eficácia (FURTADO, 1962, p. 25).

As Ligas Camponesas, vistas com a memória da Revolução Cubana de 1959, criavam preocupação no governo estadunidense e em Furtado. Seria um erro, na perspectiva dele, a substituição de uma ditadura de classe por outra o que constituiria um atraso político. Seu principal argumento era que no Brasil a classe camponesa era quem teria mais condições de fazer essa revolução. Nas suas palavras, a classe camponesa estava “mais suscetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária” (FURTADO, 1962, p. 28).

A base dessa argumentação é que uma revolução do tipo “marxista-leninista” tenderia a acontecer em uma sociedade com uma estrutura atrasada, por isso, dada a estrutura do setor agrário no Brasil, era bem possível que houvesse uma revolução.

Desse modo, sua opção é que deveriam ser combatidas as condições objetivas que determinavam o retrocesso político-social no país, ou seja, prevenir retrocessos em nosso sistema político e criar condições para uma mudança rápida e efetiva na estrutura agrária anacrônica (FURTADO, 1962).

O caminho para Celso Furtado estava por dentro do sistema capitalista. O estruturalismo latino-americano, em alguma dimensão, retomava a tradição do pensamento marxista, mas só na medida em que destacava a análise das estruturas sociais, e não só econômicas, como importantes para compreender o comportamento dos agentes econômicos. Propunha que a superação da condição de subdesenvolvimento do Nordeste deveria passar pela busca do desenvolvimento, ou seja, através do aumento da disponibilidade de bens e serviços para fins de consumo e investimento, que viria pela industrialização.

Longe de qualquer dúvida, os apontamentos incongruentes de que Furtado seria um comunista disfarçado se esvaem pela própria lógica do pensamento deste economista. Furtado era um convicto reformista e toda “solução” que propõe estava por dentro do sistema capitalista. Inclusive, preocupava-se, naquele período pré-1964, com os rumos que poderia tomar o país, estando na defensiva, em busca da superação do atraso da estrutura agrária, para evitar o acirramento da luta de classes e a possibilidade de uma revolução socialista como saída. Mas também estava preocupado com a saída através de um golpe pela direita, que seria um reforço das ideias das classes conservadoras, em detrimento de uma fração “progressista” e industrial da burguesia, à qual estava indiretamente associado.

Em dezembro de 1959, a SUDENE foi criada (Lei nº 3.692/1959). Uma espécie de “coroação” da hegemonia da fração industrial da burguesia sobre os grandes proprietários nordestinos, carregada de “esperança” na possibilidade de mudança. Da lei de criação da SUDENE, vale a pena destacar que, além dos estados que abrangiam a região Nordeste – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – foi incluída na área de atuação da Superintendência o norte de Minas Gerais que fazia parte do Polígono das Secas.

À SUDENE, enquanto novo órgão de desenvolvimento regional, caberia:

- a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio,

acôrdo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos (sic.) da legislação em vigor; d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste (LEI N° 3.692/1959).

Essa autarquia deveria, também, estabelecer em lei um plano diretor plurianual, traçando um planejamento que discriminasse os diferentes setores, empreendimentos e trabalhos destinados ao desenvolvimento específico da região, como teremos oportunidade de comentar mais adiante.

Também caberia à SUDENE elaborar, juntamente com os outros órgãos que atuavam no Nordeste, um plano de emergência para o combate aos efeitos das secas e socorro às populações atingidas. Tirava-se, assim, do DNOCS a primazia sobre essa função, em vista da sua atuação desastrosa. Ainda lhe caberia controlar os recursos atribuídos às diferentes entidades e órgãos governamentais para a execução do plano diretor e dos demais programas sob sua supervisão e fiscalização.

O I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963) estruturou a proposta de intervenção da SUDENE sobre a região, indicando um “conjunto orgânico de diretrizes de política econômica, que possam servir de base a um esforço progressivo de ordenação dos investimentos do Governo Federal, no Nordeste” (BRASIL, 1966a, p. 18). O cerne do que aparece no I Plano Diretor já estava esboçado na atuação do antecessor CODENO e no relatório do GTDN, partindo do reconhecimento de “três verdades elementares”: a primeira é que o Nordeste é uma região em situação de extrema precariedade nas condições de vida; a segunda é que, a despeito disso, a região teria potencial de desenvolvimento; e, por fim, que para atingir esse potencial era imprescindível a liderança do Poder Público, no processo de formação do capital, para poder encurtar a enorme distância que separava o Nordeste do Centro-Sul do país.

O plano é bem estruturado através de um conjunto de indicações sobre como, quanto e quando pretende gastar dos recursos disponíveis. No sentido de propor a criação de uma infraestrutura econômica, aproveitar os recursos de água, reestruturar a economia agrícola, criar uma política de industrialização, racionalizar o abastecimento, aproveitar os recursos minerais, implementar uma política de colonização, melhorar as condições de saúde pública e educação de base e produzir levantamentos cartográficos para melhor conhecer a região.

Em termos de infraestrutura, os investimentos deveriam possibilitar a incorporação de recursos e fatores para elevar o nível de produtividade e provocar uma ruptura das estruturas arcaicas através da abertura de novos mercados. Para isso, a política deveria focar na melhoria da interligação entre o Nordeste e o Centro-Sul, dar destaque ao sistema rodoviário (através de investimento de caráter pioneiro), investimento portuário e a melhoria na oferta de energia (BRASIL, 1966a).

No segundo ponto – aproveitamento racional dos recursos de água – estava indicado que se deveria promover treinamento técnico e de pessoal, desenvolver um amplo sistema de coleta de dados envolvendo todas as fases do ciclo hidrológico, e planejar a utilização das águas disponíveis nas bacias existentes (BRASIL, 1966a).

Quanto à reestruturação da economia agrícola, o plano previa o aumento da oferta de terras disponíveis para a agricultura, tanto nas zonas úmidas como na semiárida, através da reorganização da economia da zona semiárida, reorientação e intensificação da pesquisa agrônômica e um plano básico de irrigação (BRASIL, 1966a).

A política de industrialização, fundamental à proposta da SUDENE para buscar o desenvolvimento do Nordeste, indicava a criação de uma estrutura de transporte e energia que permitisse a distribuição geográfica da atividade industrial; buscava a coordenação entre o poder público e a iniciativa privada para elevar o investimento e a modificação da estrutura industrial, como uma siderurgia, por exemplo; reorganizar as indústrias tradicionais e as atividades artesanais; aproveitar as matérias-primas disponíveis, e, por fim, formar uma mão de obra especializada (BRASIL, 1966a).

Quanto à racionalização do abastecimento de alimentos, a proposta centrava-se na expansão da fronteira agrícola em direção ao Maranhão, através da ocupação de terras não utilizadas, a conversão parcial de terras canavieiras em produtoras de alimentos, melhor oferta de crédito, expansão de cooperativas de produção, desenvolvimento de pesquisa agrícola, criação de redes regionais de armazéns e de centros de abastecimento (BRASIL, 1966a).

Para o aproveitamento de recursos minerais no Nordeste seria preciso estudos, que aparecem no plano em três fases: básico, de pesquisa e complementares. A política de colonização teria o triplo objetivo: absorver o excedente populacional da região, especialmente da zona semiárida; complementar a oferta de mão de obra onde

sua escassez seja um ponto de estrangulamento ao desenvolvimento regional e elevar a produção agrícola regional, especialmente de alimentos (BRASIL, 1966a).

Para finalizar, o plano sugeria melhorar o precário nível de vida através de melhoria das condições de saúde e educação, e produzir um levantamento cartográfico, visando melhor conhecer a região (BRASIL, 1966a).

Entre o primeiro e o segundo Plano Diretor da SUDENE, a conjuntura política brasileira passou por uma reviravolta, com a renúncia do presidente Jânio Quadros⁶⁷ e toda a problemática em torno da transição para que assumisse seu vice, quando diversas barreiras foram colocadas para impedir que João Goulart⁶⁸ (Jango) pudesse governar. Nesse momento, até tentou-se a implementação do parlamentarismo no país, num sistema complicado em que o presidente João Goulart dividia responsabilidades com o primeiro-ministro Tancredo Neves⁶⁹. Somente depois da esmagadora vitória no plebiscito, de janeiro de 1963, o sistema presidencialista foi restabelecido e João Goulart passou a gozar dos plenos poderes como presidente.

Mesmo com as limitações impostas, em 1962, Jango encomendou a Celso Furtado um plano para combater a inflação e promover o desenvolvimento econômico, que se tornou o Plano Trienal. O plano incluía medidas ortodoxas para o controle inflacionário, que agradaria a qualquer burocrata do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas também políticas desenvolvimentistas, dando importância à intervenção do Estado, além das chamadas reformas de base – entre as quais se podem destacar a agrária, a bancária, a educacional, a eleitoral, a fiscal e a urbana; além de incluir a nacionalização de setores industriais importantes como energia elétrica, refinamento de petróleo e químico-farmacêutico.

Voltando à SUDENE, o II Plano Diretor (1963-1965) indicava continuidade em relação ao primeiro, apontando como diretrizes a modificação progressiva na estrutura

67 Jânio da Silva Quadros (1917-1992), sul-mato-grossense de Campo Grande, foi advogado e político brasileiro. Foi vereador de São Paulo (1947-1951), prefeito de São Paulo (1953-1955), governador de São Paulo (1955-1959), deputado federal pelo Paraná (1959-1961), presidente do Brasil (1961) e prefeito de São Paulo (1986-1989).

68 João Belchior Marques Goulart (1919-1976), gaúcho de São Borja, foi advogado e político brasileiro. Foi deputado estadual no Rio Grande do Sul (1946-1950), deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1951-1955), ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1953-1954), vice-presidente do Brasil (1956-1961) e presidente do Brasil (1961-1964).

69 Tancredo de Almeida Neves (1910-1985), mineiro de São João del-Rei, foi advogado, empresário e político brasileiro. Foi deputado federal por Minas Gerais (1962-1979), primeiro-ministro do Brasil (1961-1962), senador pelo estado de Minas Gerais (1979-1983), governador de Minas Gerais (1983-1984) e eleito presidente do Brasil em 1985 (não tomou posse).

agrária; incorporação de terras úmidas ainda não ocupadas, através de programas de povoamento; a transformação da economia da zona semiárida; e a absorção do excedente de mão de obra, elevação da produtividade média e a criação de uma classe empresarial apta a liderar o desenvolvimento (BRASIL, 1996b).

Os dois planos consolidaram o mecanismo 34/18 – que é assim chamado por conta dos Artigos 34 do decreto que aprovou o I Plano Diretor, e as alterações que foram introduzidas pelo Artigo 18, do decreto que aprovou o II Plano Diretor – criando e regulamentando um sistema de incentivos para o Nordeste, através de dedução no Imposto de Renda, de modo que no art. 34, do I plano, determinava que empresas de capital 100% nacional pudessem deduzir até 50% da sua declaração do imposto de renda para investimento no Nordeste. Em 1963, o art. 18 do II Plano suprime a exigência de que o capital seja exclusivamente nacional, ainda no governo João Goulart. O sistema 34/18 permitia a concessão de estímulos a projetos industriais, agropecuários e de telecomunicações no Nordeste.

Nesse contexto político de transformações, Antonio Callado fez uma nova incursão ao Nordeste, entre fins de 1963 e início de 1964, lançando uma nova série de reportagens, desta vez pelo *Jornal do Brasil*.

2.3.4 Callado de volta ao Nordeste: O repórter encontrou uma Revolução-piloto

De acordo com o apanhado feito por Callado, o Nordeste despontava como um laboratório para múltiplas experiências, estando, em 1963, mudado em relação àquele de 1959⁷⁰. Dois fatores são apontados por Antonio Callado como fundamentais para essas novas experiências: o movimento de agitação das massas num sentido democratizante, e no caso de Pernambuco, um governo como o de Miguel Arraes⁷¹, ao qual Callado atribuiu bastante importância.

Nesse começo de década de 1960, haveria uma espécie de Revolução-Piloto acontecendo em Pernambuco. Não como a cubana ou soviética, mas tampouco o

70 CALLADO, Antonio. Revolução-piloto em Pernambuco. *Jornal do Brasil*. 22 dez.1963f. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48031 Acesso em 28 jun. 2020.

71 Miguel Arraes (1916-2005), cearense do Araripe. Foi um advogado, economista e político brasileiro. Foi deputado estadual em Pernambuco (1951-1959), prefeito do Recife (1960-1963), governador de Pernambuco (1963-1964; 1987-1990; 1995-1999) e deputado federal por Pernambuco (1975-1987; 1991-1994; 2003-2005).

estado de Pernambuco parecia-se com o restante do Brasil. Ainda que o cenário de pobreza prevalecesse, havia um sentimento e uma atividade revolucionária por todos os lados, em diversas dimensões. Callado apresenta, com gosto, os esforços de Paulo Freire em educar aquela gente, através de um método que objetiva revelar o mundo de chofre; ou seja, ao invés de ensinar letra por letra, o analfabeto absorvia palavras inteiras. Através de ilustrações e palavras, o, antes, analfabeto adentrava no mundo dividido entre natureza e cultura. Nesse ensejo, Callado, nas linhas finais da matéria de abertura da série, apresentava: “Acho que é uma revolução que merece viver”.

Na segunda reportagem⁷², Callado volta ao Engenho da Galileia e com certa poesia nos conta que “o único vinho que o velho Zezé provou foi aquela vontade de liberdade que eu vi nos sulcos da sua cara em 1959 e que resultou, primeiro, na desapropriação do engenho do qual os camponeses eram despejados e que agora transformou o Engenho da Galileia num símbolo”. Desse modo, ao apagar “o fogo da rebelião camponesa que Francisco Julião soprava o mais que podia”, o governador Cid Sampaio criou as faíscas que caíram na palha da cana de todo o Estado.

Na terceira matéria⁷³, o leitor é surpreendido com a notícia de que o Exército estava armando Senhores de Engenhos em Pernambuco, o que faria total sentido diante dos acontecimentos futuros. Callado também lançou uma hipótese interessante, que serve, também, para entender os eventos futuros: “o declínio do prestígio da Igreja entre as massas brasileiras deixou, disponível, um saldo de veneração e fervor que o Exército capitaliza o mais que pode”. O Exército, então, estava começando a se colocar nesse processo, delineando seu papel.

Ainda nesta matéria, Callado entrevistou o Padre Melo, figura destacada no sindicalismo rural. O próximo entrevistado, na quarta reportagem⁷⁴, foi Francisco Julião, aquele que estava com a Liga desde o início, mas que vinha encontrando concorrência do Partido Comunista e da Igreja Católica, de acordo com a disputa do

72 CALLADO, Antonio. Engenho Galileia é mostra de paz no inferno do latifúndio. **Jornal do Brasil**. 24 dez. 1963b. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48055 Acesso em 28 jun. 2020.

73 CALLADO, Antonio. Polícia apreende armas, mas o Exército as devolve a engenho. **Jornal do Brasil**. 25 dez. 1963e. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48085 Acesso em 28 jun. 2020.

74 CALLADO, Antonio. Contra Igreja, Goulart e o PC, Julião ainda é líder no campo. **Jornal do Brasil**. 27 dez. 1963a. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48111 Acesso em 28 jun. 2020.

movimento camponês que já discutimos. Na reportagem seguinte⁷⁵, Callado falou sobre o assassinato do líder da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira, e da resistência da viúva Elizabete Teixeira no contexto das lutas camponesas da Paraíba.

O contexto era de disputas do movimento camponês, entre as Ligas de Julião e o sindicalismo, que, por sua vez, estava dividido entre os católicos e os comunistas⁷⁶. Os padres acreditavam que melhorar as condições de vida dos camponeses era um meio de afastá-los do comunismo. Não era um envolvimento inocente, mas interessado esse o da Igreja Católica.

A matéria que encerra a série⁷⁷, já em janeiro de 1964, foi uma ampla reportagem de folha inteira sobre o Sistema Paulo Freire, apresentando com riqueza de detalhes o método de ensino-aprendizagem. Considerando que o Brasil àquela altura tinha praticamente metade da população analfabeta e que aos analfabetos era negado o direito ao voto, gastar mais energia alfabetizando o povo do que buscando dotar o analfabeto de direito ao voto, em um país injusto como o Brasil, era uma grande novidade. Paulo Freire provou ser possível alfabetizar um adulto em 40 h, porque este já tem montada em si uma complexa máquina de pensar, diferentemente das crianças.

Callado apresenta o método de Freire em contraste com um traço lamentável da nossa história:

Nossa história de *golpe* é uma história de monólogos. Não houve nenhuma conversa antes dos *grandes* momentos da nossa história mesquinha. Grupinhos de elite monologam em algum palácio ou quartel e no dia seguinte comunicam ao povo que o salvaram (CALLADO, 1964, grifo no original).

O aspecto revolucionário do Método Paulo Freire é justamente esse, substituir o monólogo pelo diálogo. Nesse sentido, Callado segue indicando que “o método ativo e dialogal usa os dados da vida e das dificuldades que encontra o educando. Por isso é que os analfabetos [...] aprendem a ler e a pensar ao mesmo tempo”. Pelo Método

75 CALLADO, Antonio. Os Ribeiro e os Lundgren dominam a Paraíba, onde a revolta já aparece. **Jornal do Brasil**. 28 dez. 1963d. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48141 Acesso em 28 jun. 2020.

76 CALLADO, Antonio. Igreja e Partido Comunista estão juntos doutrinando os camponeses. **Jornal do Brasil**. 29 dez. 1963c. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48173 Acesso em 28 jun. 2020.

77 CALLADO, Antonio. Da grande mentira às primeiras sílabas de verdade. **Jornal do Brasil**. 15 jan. 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48774 Acesso em 28 jun. 2020.

Paulo Freire, os grupos subalternos aprendem, de uma só vez, a ler, escrever, pensar e a dizer o que pensam.

O entusiasmo de Callado com o método de Paulo Freire e com as novidades que encontrou pelo Nordeste estava evidente nas matérias. Mas curiosamente não encontramos Celso Furtado ou a SUDENE nessas linhas. Aquela esperança na industrialização e na transformação econômica das quais Callado fora entusiasta em 1959, não aparece ao longo desses textos.

2.3.5 Entre as Forças Progressistas e as Forças Reacionárias

Essas iniciativas que estavam acontecendo no Nordeste, e muitas outras que não contemplamos em nossa análise, avançavam num sentido democratizante. Os trabalhadores e camponeses, pela primeira vez, podiam fazer política através da sua participação nas ligas e nos sindicatos, onde faziam comícios e greves. Além disso, esse movimento estava se espraiando para outras dimensões, como iniciativas de educação e cultura popular. Essa democratização, em várias dimensões, com o ascenso político dos trabalhadores urbanos, rurais e camponeses, apontava para o que poderia acontecer no Nordeste e no Brasil (IANNI, 2019).

De todo modo, esses processos estavam acontecendo simultaneamente. No filme já mencionado, *The Troubled Land* (1964), filmado em 1961, Celso Furtado foi entrevistado pela produtora e diretora Helen Jean Rogers, sendo introduzido como um brilhante economista com planos excelentes para a região. Furtado, bem como todos os envolvidos, demonstrava que sua preocupação era a agitação que crescia a cada dia. Ao público estadunidense, Furtado apresentou que “os camponeses pensam que o comunismo é o meio para resolver o problema agrário”, quando, por outro lado, o governo brasileiro, assim dizia o narrador, “planeja ajudar os camponeses do Nordeste com excelentes planos de industrialização e reforma agrária”. E assim seguia a entrevista:

Ms. Rogers: Você acredita que pode haver uma saída pacífica e democrática para o problema agrário?

Furtado: Sim. É por isso que eu estou aqui. Lutando dia e noite para mostrar que podemos viver de forma diferente. Que eles podem viver melhor do que vivem agora. Que eles podem trabalhar para si. Que eles podem abrir novos campos. Que eles possam buscar felicidade [...]

Ms. Rogers: O que os Estados Unidos podem fazer para ajudar?

Furtado: Primeiramente, isso é um problema nosso, se não tivermos uma clara noção do problema, não estaremos preparados para fazer o sacrifício e lutar pela solução, qualquer ajuda externa não transformará a situação. Mas se nós abrirmos um novo caminho e começarmos o processo de mudança, a ajuda dos EUA e de qualquer outro país será fundamental. Mas se não fizermos nada e as coisas continuarem como têm estado nos últimos cinco ou dez anos, podemos ter uma situação muito explosiva, talvez em dois ou cinco anos, talvez amanhã.
(THE TROUBLED Land, 1964, transcrição e tradução nossa).

A fala de Furtado no documentário foi incisiva, representando muito bem seu pensamento. Inclusive, Tânia Bacelar expõe que “um dos sonhos de Furtado era criar no Nordeste uma burguesia industrial que pudesse estrategicamente se confrontar com as oligarquias agrícolas, que tinham um peso muito grande” (BACELAR, 2000a, p. 78). Da mesma forma, Callado acreditava que as lutas encabeçadas pelas Ligas Camponesas impulsionariam um processo de industrialização no Nordeste, que produziria um acúmulo da riqueza social e elevaria o nível de vida dos nordestinos. Pensava ainda que os católicos estavam no sindicalismo rural para melhorar a vida dos camponeses, para que eles não fossem seduzidos pelos comunistas.

Celso Furtado, de certa forma, acreditava na possibilidade de uma burguesia industrial com interesse no desenvolvimento nacional, que pudesse se colocar em contraposição aos interesses internos e externos que perpetuavam o subdesenvolvimento. De modo que a criação de uma nova classe dirigente deveria ser uma das tarefas da política econômica, de modo a estimular o espírito desenvolvimentista dessa classe para superar o subdesenvolvimento. Neste período, podemos afirmar que Furtado tinha esperanças na construção de uma burguesia nacional (GARBIERO, 2018). Celso Furtado foi o maior entusiasta da possibilidade de a fração industrial da burguesia brasileira assumir o papel de uma burguesia nacional⁷⁸ e levar a cabo a superação do subdesenvolvimento. Ainda que, depois, o próprio Furtado (1975) viesse a lançar críticas à ideia de que seria possível a existência de uma burguesia nacional no Brasil.

78 De acordo com Poulantzas (1978), a *burguesia nacional* seria a fração burguesa com base na formação econômico-social do seu próprio país, que a partir de certo grau e tipo de contradição com o capital estrangeiro ocupa um lugar relativamente autônomo na estrutura e na superestrutura ideológica e política que pode se manifestar como uma posição anti-imperialista e/ou populista. A *burguesia compradora*, por sua vez, é a fração mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas, ela não tem base própria de acumulação de capital, atua como “intermediária” do capital estrangeiro. Ocupando uma posição intermediária está a *burguesia interna*, congregando características e diferenças de ambas as frações.

Contudo, diante da crise orgânica desse período, entre 1961 e 1964, que trataremos no próximo capítulo, a grande burguesia monopolista, que tinha por base o imperialismo e era apoiada pelas forças reacionárias internas, estava preparando sua reação àquela movimentação num sentido democratizante. O golpe militar de 31 de março/1 de abril de 1964 dizimou as aspirações e esperanças reformistas.

Entendemos que o insucesso das chamadas “forças progressistas” está, justamente, no fato de terem sido hegemônicas pelo pensamento desenvolvimentista, isto é, pelos interesses da fração industrial da burguesia. Todos aqueles grupos se uniram, sem independência de classe em relação à fração industrial da burguesia, em oposição às classes localmente dominantes do Nordeste, considerando-a como barreira para o desenvolvimento. Abandonou-se o projeto de união dos subalternos, como proposto por Gramsci, contra a estrutura social vigente. O enorme potencial transformador dos camponeses do Nordeste foi esvaziado pelas disputas entre as Ligas Camponesas de Francisco Julião e os Sindicatos Rurais disputados pelo PCB e pela Igreja Católica contra o anacronismo da estrutura agrária brasileira. Em alternativa a uma revolução profunda, Celso Furtado propunha uma saída reformista por dentro do sistema capitalista. Todos aqueles grupos das “forças progressistas” acabaram, em maior ou menor grau, abraçando essa proposta.

O apoio das classes subalternas foi hegemônico por uma fração burguesa, dita “progressista”, e usado para inverter a relação de força com os grandes proprietários nordestinos. Desse modo, a lição para as classes subalternas, que se pode tirar desse processo histórico, é que os grupos sociais subalternos devem unir-se em torno de sua emancipação, desconfiando de toda política de conciliação com a burguesia sob a forma de frente popular. O que acabou acontecendo, naquela conjuntura, foi um Golpe de Estado, como reação a toda aquela efervescência que se manifestava em terras nordestinas, e, assim, qualquer aspiração reformista foi barrada. As mencionadas “forças progressistas” foram abandonadas pelo caminho e o que aconteceu no Brasil, a partir daí, foi modernização capitalista num sentido conservador: sem reformas, mantendo a estrutura fundiária e as relações sociais de produção no campo.

Quanto à “ajuda” que os Estados Unidos poderiam dar ao Brasil, referida por Ms. Rogers na pergunta a Celso Furtado em 1961, ela veio através da colaboração ativa

com o Golpe dado pelas forças armadas no Brasil em 1964, que está inclusive bem documentada no filme *O Dia que Durou 21 anos*⁷⁹, no qual o diretor Camilo Tavares apresentou documentos comprobatórios da participação daquele país. Tanto que, sob a recomendação do embaixador Lincoln Gordon, a potência capitalista global reconheceu o “novo governo” brasileiro já no dia 2 de abril de 1964.

Além dessa intervenção imperialista, internamente, foi bastante ilustrativa, sobre o caráter da burguesia brasileira, a trajetória de uma figura como João Pedro Gouvêa Vieira, empresário da Refinaria de Petróleo Ipiranga, a primeira do país. Sujeito “nacionalista”, que, por indicação de Getúlio Vargas, fez parte do conselho de administração do BNDE, entre 1952-1955, apoiou o governo Juscelino Kubitschek, foi suplente de Senador pelo PTB do estado do Rio em 1962, ocupando a vaga em algumas oportunidades. Entretanto, a despeito dessa retórica nacionalista, Gouvêa Vieira, no início da década de 1960, associou-se ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que era um dos principais órgãos conspiradores contra João Goulart e teve papel importante no golpe de Estado de 1964 e no regime ditatorial militar que veio a seguir (MELO, D., 2013).

De modo que a classe dirigente deste país tinha um comportamento contraditório, beirando a esquizofrenia. Quando lhe convinha se apresentava como “nacionalista”, colocando roupas verde e amarela de dar gosto a Policarpo Quaresma. Mas, quando não mais convinha, mostrava que por baixo de todo o verde e amarelo estavam as cores da bandeira golpista associada ao imperialismo.

Essa crise de 1964 fundiu todos os elementos do conflito de classes – em nível regional e nacional – tendo como resultado uma intervenção aberta das Forças Armadas, de modo que qualquer divergência entre as frações do capital tornou-se marginal depois do golpe. As oligarquias rurais, que desempenharam papel importante para a derrubada de João Goulart, contentaram-se com a dissolução das Ligas Camponesas e a prisão dos dirigentes camponeses mais influentes. O resultado foi uma repactuação conservadora do bloco desenvolvimentista à direita, com as forças reacionárias nos governos militares esmagando as forças populares no processo.

79 O DIA que Durou 21 Anos. Direção de Camilo Tavares. (78min) Brasil, 2013. Disponível em: <https://youtu.be/4ajnWz4d1P4> Acesso em 13 jul. 2020.

CAPÍTULO 3 – A QUESTÃO REGIONAL DURANTE O REGIME MILITAR

Neste capítulo, dando continuidade ao que estamos chamando de “insucesso das forças progressistas”, aprofundamos a discussão em torno da crise orgânica que se abriu naquela primeira metade da década de 1960, e se encaminhou para uma reestruturação conservadora do bloco desenvolvimentista. Agora buscaremos entender o percurso econômico do Regime Militar e a análise dos seus ideólogos e críticos. Por fim, nos propomos a analisar como aparece a região Nordeste neste processo, e como se deu a atuação da SUDENE após 1964.

3.1 Crise Orgânica e o Golpe de 1964

Naquela conturbada conjuntura entre fins da década de 1950 e início da década de 1960, estavam acontecendo amplas movimentações de diversos grupos sociais e políticos, como vimos no capítulo anterior, abrindo uma crise que dragou o país. Através das elaborações de Antonio Gramsci temos a diferenciação entre os movimentos meramente conjunturais e os orgânicos, quando diz, no § 17 do Caderno 13⁸⁰, que os movimentos conjunturais se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais, e o mais importante, seu significado não tem amplo alcance histórico, dando lugar à crítica miúda, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os movimentos orgânicos, por outro lado, são relativamente permanentes e dão lugar à crítica histórico-social, que envolve grandes agrupamentos para além daqueles pequenos grupos responsáveis e do pessoal dirigente.

Fica claro para nós que os acontecimentos desse período estavam no bojo de um movimento orgânico. E não apenas um movimento, mas uma crise orgânica. As crises orgânicas ou de hegemonia, como aparecem no § 37 do Caderno 13⁸¹, diferentemente das conjunturais, são muito mais profundas e se manifestam na dificuldade crescente de formar os governos e na instabilidade cada vez maior dentro

80 O caderno 13, escrito entre 1932 e 1934, encontra-se no Volume 3, o § 17 entre as páginas 36 e 46 (GRAMSCI, 2016).

81 O § 37, do caderno 13, encontra-se entre as páginas 94 e 109 (GRAMSCI, 2016).

destes. Uma crise desse tipo, mesmo que tenha um processo diferente em cada país, apresenta o mesmo conteúdo, como indica Gramsci no § 23 do Caderno 13⁸².

Essas crises de hegemonia acontecem quando: 1. em um certo ponto da história, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais; 2. a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas; e/ou 3. porque as amplas massas passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade (GRAMSCI, 2016, p. 60).

São momentos delicados e perigosos da história nacional, visto que diante de uma crise orgânica se abre possibilidade para soluções de força, atividades de potência oculta representada por homens providenciais ou carismáticos. Dentro dessa dimensão, pode acontecer uma recomposição, visto que a classe dirigente tradicional pode mudar de homens e programas para retomar o controle que lhe fugia, apresentando promessas demagógicas e uma vez se mantendo no poder, reforçá-lo e dele se servir para atacar o adversário⁸³.

Esse tipo de crise abre, ainda, um processo no qual podem acontecer, como está sugerido no § 34 do Caderno 3⁸⁴, momentos em que “as grandes massas se destacam das ideologias tradicionais” (GRAMSCI, 2016, p. 187), o que se caracteriza como uma crise de autoridade, abrindo possibilidades políticas através das quais “também daí se pode concluir que estão se formando as condições mais favoráveis para uma expansão inédita do materialismo histórico” (GRAMSCI, 2016, p. 187). Ou o avanço da luta de classes, por parte das classes trabalhadoras e subalternas.

O que aconteceu no Brasil – naquela primeira metade de década de 1960, em que o país estava passando por uma crise econômica e havia efervescência das massas despossuídas, mobilizações de ruas pelas reformas de base, disputas pelo poder e conspirações palacianas em quartéis e embaixadas – foi uma recomposição autoritária e conservadora do bloco desenvolvimentista, através de um golpe de Estado. Subvertendo a dimensão progressista que Celso Furtado buscara dar ao desenvolvimentismo, através das suas técnicas de planejamento.

82 O § 23, do caderno 13, encontra-se entre as páginas 60 e 71 (GRAMSCI, 2016).

83 Gramsci apresenta, ainda, outras saídas possíveis diante de uma crise orgânica. Voltaremos a elas relacionando-as com os acontecimentos no Brasil nas diferentes conjunturas que cobrem nosso recorte.

84 O caderno 3, escrito em 1930, encontra-se no Volume 3, e o § 34 entre as páginas 187 e 188 (GRAMSCI, 2016).

Vamos tentar reconstruir, a seguir, ainda que de maneira breve, os determinantes desta crise, em que o pacto da aliança de classes instaurado por Getúlio Vargas foi quebrado com o golpe de 1964, reforçando a subalternização das classes trabalhadoras e despossuídas, diante da reconfiguração do bloco desenvolvimentista. Isso ocorreu, justamente, pelo receio da ampliação democrática que estava em curso por parte de diversos movimentos simultâneos.

No começo dos anos de 1960, a euforia desenvolvimentista foi arrefecendo devido aos sinais de perda daquele dinamismo que a economia brasileira experimentou ao longo das últimas décadas, e, além disso, havia um processo de aceleração da inflação, sobretudo a partir de 1962. Tudo isso influenciava terrivelmente os humores políticos. As interpretações correntes diziam que as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira eram resultado das políticas “populistas” praticadas por Juscelino Kubitschek e aprofundadas por João Goulart (MELO, D., 2013).

Essa crise econômica que começou após o fim do governo Juscelino Kubitschek, mas que se acentuou a partir de 1962, teve múltiplas dimensões, como define Francisco de Oliveira (1988). Alguns ramos industriais – têxteis, vestuário, calçados e alimentação – tiveram, de fato, uma crise de realização, motivada, em grande medida, pela deterioração dos salários reais das classes trabalhadoras urbanas, que começam a decair a partir de 1958. O fraco desempenho desses ramos pode ser explicado pelo caráter concentracionista do processo da expansão capitalista no Brasil. Outros ramos industriais mais modernos – bens de consumo duráveis como automóveis e eletrodomésticos em geral – tiveram seu crescimento garantido pelo caráter concentracionista (inclusive de renda) da nova estrutura produtiva e pela redefinição das relações trabalho-capital.

Devemos ter em mente que, a partir do Plano de Metas do governo JK, houve grande volume de capital estrangeiro que rumou para o Brasil, particularmente no setor produtivo. Esse incremento industrial criou uma nova classe média composta por técnicos, engenheiros, analistas e executivos ligados às tarefas produtivas; além dos *white collars* do setor de serviços, que tiveram rápido impulso nas rendas, mantendo ativa a demanda do ramo industrial mais moderno. Esses capitais, por sua vez, levaram a dependência da nossa economia a um novo nível, reforçando o modelo de

desenvolvimento dependente-associado – onde esses capitais além de remeter o mais valor capturado localmente na forma de lucros, juros e dividendos, reinvestiam uma parcela no Brasil (OLIVEIRA, 1988).

Esse processo contraditório em que o capital (nacional e internacional) se expandia, no qual havia arrocho salarial para as classes trabalhadoras, pressões camponesas pelo direito à terra, elevação da inflação e perda do dinamismo econômico teve como resultado o acirramento do choque entre as diferentes classes em disputa. A esquerda almejava reformas estruturais que ampliassem aquela “democracia realmente existente”, a partir do aprofundamento de importantes lutas sociais, como no caso, já apresentado, das Ligas Camponesas pela reforma agrária. De modo que as bases fundamentais daquele regime estavam ameaçadas. E a limitada democracia burguesa não tinha possibilidades institucionais de canalizar este embate⁸⁵ (MELO, D., 2013).

Essa primeira metade da década de 1960 foi marcada por diversas crises inter cruzadas, passando pela crise econômica até a crise do regime político liberal representativo. O ascenso da luta de classes naquele período, sobretudo no Nordeste, pôs em xeque a estabilidade institucional burguesa, colocando em questão a propriedade privada “na lei ou na marra”. Esse avanço das lutas e a resposta da burguesia enterrou a ilusão, mantida por alguns setores progressistas, da possibilidade de um “capitalismo civilizado”. Ficou demonstrado que este era impraticável por essas terras.

É fundamental demarcar que diante daqueles conflitos e do antagonismo das classes sociais, mesmo que desgastado e enfraquecido o poder da classe burguesa,

85 Cabe fazermos uma anotação sobre a democracia, em sentido teórico, para superar a vulgar compreensão de democracia restrita apenas à institucionalidade. Em 1964 não foi desferido um golpe somente contra o regime político e o presidente Jango, mas contra todos os que estavam direto ou indiretamente envolvidos na busca pela transformação da realidade brasileira naquele início de década. Entendemos democracia para além da compreensão apresentada por figuras como Weber (2011) ou Schumpeter (2017) que atribuem papel limitado a atuação do povo (classes trabalhadoras e subalternas), restrito apenas a escolha dos “chefes” ou da “elite” política. Os processos de luta, principalmente no Nordeste, dão clara mostra da busca por uma democratização substantiva vinda de baixo, cujas ambições das massas exploradas a institucionalidade, fundada no direito burguês, não poderia atender. Contudo, diante do choque entre a democracia formal e aquele processo de democratização substantiva, vinda de baixo, as classes dominantes atuaram para golpeá-las de conjunto em favor de um regime autoritário, reforçando a “contra-revolução permanente” que marca o processo de revolução passiva no Brasil, tolhendo, mais uma vez, a participação autônoma das classes trabalhadoras e subalternas.

não chegou a existir uma situação revolucionária nos termos colocados por Lenin⁸⁶ ou Trotsky⁸⁷: uma rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas num sentido consciente. Mas a situação existente “era potencialmente pré-revolucionária, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa” (FERNANDES, 2020, p. 318).

Essa crise orgânica dos anos de 1960 estava balizada pelas crises econômica, social e política. As massas, mesmo que desorganizadas, passaram subitamente da passividade à atividade política, sejam os camponeses no Nordeste pela reforma agrária, ou os trabalhadores e estudantes em prol das reformas de base. Tudo isso ajuda-nos a entender a resposta burguesa a essa crise de hegemonia através de uma “contra-revolução preventiva” – o golpe de 1964. O resultado foi um realinhamento da dinâmica entre as classes sociais, rompendo as alianças que davam sustentação ao regime “democrático” burguês inaugurado em 1945/46.

O golpe de 1964, diante dessa crise orgânica, tinha como atribuição fazer cumprir a exigência capitalista de atacar direitos sociais, rebaixar salários, dismantelar as organizações políticas de esquerda que mobilizaram as grandes massas populares no sentido de ampliação daquela restrita democracia (MELO, D., 2013). Contudo, a burguesia não tinha condições de realizar essa tarefa sem ajuda. Por isso, recorreu às forças armadas para golpear o regime político brasileiro uma vez mais. Com o golpe, o bloco desenvolvimentista, inaugurado com a “revolução de 30”, passou por uma

86 Vladimir Lenin em seu texto sobre a *Falência da II Internacional* indica que há três indícios objetivos principais para reconhecer uma situação revolucionária: o primeiro diz respeito à impossibilidade de as classes dominantes manterem sua dominação da mesma forma; o segundo trata do agravamento exacerbado da miséria e da angústia das classes oprimidas; e, por fim, o desenvolvimento acentuado da atividade das massas em direção à ação histórica independente. Entretanto, nem toda situação revolucionária desembocará, necessariamente, numa revolução. Além desses elementos objetivos, há o elemento subjetivo fundamental que é a capacidade da classe revolucionária de conduzir a ação das massas de forma vigorosa o suficiente para quebrar o antigo governo (LENIN, 1979).

87 Leon Trotsky, no seu texto *O Que É uma Situação Revolucionária?*, define que uma situação revolucionária existe quando há uma profunda crise, onde as forças produtivas do país estejam em decadência, quando o desemprego supera o nível conjuntural e, além disso, há um mal social permanente com tendência a se elevar. Essas condições econômicas e sociais provocam mudanças bruscas na consciência da sociedade e de suas diferentes classes – a capitalista, a classe média e o proletariado. As condições políticas são que: o proletariado deve perder sua confiança não só nos conservadores e liberais, mas também no partido reformista; por sua vez, a classe média deve perder a confiança na grande burguesia e voltar-se ao proletariado revolucionário; e as classes possuidoras, rechaçadas pelas massas, perdem sua confiança em si mesmas. Essas condições políticas desenvolvem-se mais ou menos paralelamente, entretanto isso não quer dizer que amadureçam todas ao mesmo tempo, nem tampouco significa que desembocará numa revolução vitoriosa. Para isso um elemento subjetivo é essencial – o partido revolucionário do proletariado (TROTSKY, [1931] 2000).

recomposição a partir do golpe de 1964, de modo que a nova dinâmica de classes fez surgir uma nova correlação de forças.

Em vista da crescente atividade das massas – operárias, camponesas, estudantis e intelectuais – tanto a burguesia nacional como a estrangeira recorreram aos setores conservadores – militares, policiais, igreja e latifundiários – para que se quebrasse a ordem constitucional, a fim de instaurar as condições que assegurassem “ordem e progresso” com “segurança e desenvolvimento”. Tudo que os partidos políticos não tinham condições de criar naquela agitada conjuntura. No pós-1964, então, muitas das problemáticas da “revolução burguesa” e do caráter autoritário do Estado se colocaram de forma brutalmente escancarada. Esse golpe civil-militar expressa a vitória da contra-revolução burguesa. A partir desse momento os principais problemas da sociedade – desigualdades sociais, desequilíbrios regionais, posse e uso da terra, situação das comunidades indígenas, questão operária, dilemas do ensino, etc. – foram tratados pelos governantes em termos de estratégia e táticas militares, de geopolítica (IANNI, 1985).

Não deve restar dúvida que o golpe que instalou uma ditadura em favor do conjunto das frações da classe burguesa. De modo que a crise orgânica, marcada por profunda efervescência naquela primeira metade da década de 1960, rumou para uma intervenção autoritária direcionada à manutenção da ordem burguesa como uma contrarrevolução preventiva. A seguir, vamos averiguar os rumos do regime que se alojou em Brasília.

3.2 O Desenvolvimentismo do Regime Militar

3.2.1 Seria o Golpe uma Ruptura com o Desenvolvimentismo?

Em oposição ao desenvolvimentismo varguista, que se tornou hegemônico a partir da década de 1930, aqueles que patrocinaram o Golpe em 1964 buscaram impor uma ordem econômica de corte liberal, através da força militar sobre a qual se ancoravam. Em verdade, essas forças buscavam, há pelo menos uma década, a oportunidade de se colocar, mas foram frustradas pelo suicídio de Getúlio Vargas, que reforçou a hegemonia desenvolvimentista na década de 1950.

Depois do golpe, o Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 09 de abril de 1964, institucionalizou o Regime Militar através da escolha do Presidente da República e Vice-presidente de maneira indireta. Aconteceu a suspensão dos direitos políticos dos opositores ao regime e cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais por dez anos – entre os quais destacaram-se: João Goulart, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Plínio de Arruda Sampaio, Celso Furtado, Josué de Castro, Darcy Ribeiro, Nelson Werneck Sodré e tantos outros.

O regime, naquele primeiro momento, ficou sob a liderança do marechal Castello Branco⁸⁸ (1964-1967) na Presidência, contando com o economista Roberto Campos⁸⁹ no Ministério do Planejamento e Octávio Gouveia de Bulhões⁹⁰ no Ministério da Fazenda. As forças que sustentaram o golpe e o regime ditatorial tinham por objetivo criar as condições institucionais para um “novo” padrão de reprodução do capital, baseado no fortalecimento dos laços de dependência externa e na superexploração da força de trabalho. Foi adotado, então, um programa econômico cujo objetivo era combater a inflação e criar as condições institucionais para expansão do capital estrangeiro no país (SOUZA, 2014).

As medidas liberais de combate à inflação surtiram efeito, ao custo de uma nova política trabalhista de forte contração salarial, com reajustes abaixo do índice inflacionário, que acabou dando suporte e marcando o novo padrão de acumulação por meio do aumento da taxa de lucro. Ao tempo em que instituiu um padrão de reprodução com maior abertura ao capital estrangeiro, através da eliminação de obstáculos à penetração deste capital via abolição da lei de remessa de lucros, foram criadas as condições institucionais para o retorno de parte dos lucros aqui extraídos à esfera internacional (SOUZA, 2014).

Nessa conformação, o Regime Militar que se instalou no Brasil foi muito bem recebido pelo governo estadunidense e pelas instituições internacionais de crédito. Entretanto, esse acolhimento internacional não foi revertido em fluxo de capitais ou crédito disponível ao comércio e à indústria nacional, frustrando as expectativas de

88 Humberto de Alencar Castello Branco (1987-1967), cearense de Fortaleza. Foi um militar e político brasileiro. Foi presidente do Brasil (1964-1967).

89 Roberto de Oliveira Campos (1917-2001), mato-grossense de Cuiabá, foi um economista, professor e político brasileiro. Foi presidente do BNDE (1958-1959), Ministro do Planejamento (1964-1967), Senador pelo estado do Mato Grosso (1983-1990) e deputado federal pelo Rio de Janeiro (1991-1999).

90 Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990), fluminense do Rio de Janeiro, foi um economista brasileiro. Foi Ministro da Fazenda (1964-1967).

Castello Branco e de sua equipe econômica. O descontentamento subsequente não veio apenas por parte das forças “derrotadas” em 1964, mas também de muitos dos apoiadores e entusiastas – a exemplo de Carlos Lacerda, aquele mesmo opositor de Getúlio Vargas, que com a proximidade das eleições previstas para 1965 e 1966, preocupado com a impopularidade do governo, começou a criticar a política econômica implementada, pedindo a “cabeça” de Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões (REIS, 2005).

A transformação da realidade econômica aconteceu conservando a estrutura fundiária e as relações de produção no campo. É ilustrativo o processo de evolução (ou involução) do texto do Estatuto da Terra, que já vinha em discussão desde antes do golpe e sofreu profundas mudanças regressivas após o mesmo. O debate decaiu para um nível em que “não havia um problema agrário no país, e sim um problema rural” e que este “não decorria primordialmente da estrutura de propriedade” (BRUNO, 1995, p. 7). O resultado do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) se constituiu numa imensa coleção de ambiguidades, ressalvas e vetos.

As oligarquias rurais, que cumpriram um papel central na derrubada de João Goulart e para o golpe, não desempenharam papel hegemônico e nem pretendiam. Contentaram-se com a dissolução das Ligas Camponesas, a prisão e o assassinato de dirigentes camponeses mais influentes. No âmbito da nova conformação das frações de classe dentro do bloco golpista, as aspirações da fração agrária foram modestas e prontamente atendidas.

Com o passar dos primeiros meses e anos, restavam poucos que acreditavam no compromisso de Castello Branco com a democracia (institucional) ou mesmo com o liberalismo (econômico). O Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, acabou com a ilusão dos demais. Este novo ato emendou vários dispositivos da Constituição de 1946, reforçando o estado de exceção e a ditadura aberta, através do qual Castello Branco cometeu as mais variadas arbitrariedades, passando por cima de tudo e todos. Entretanto, os desgastes acumulados em diversas áreas levaram Castello Branco à derrota política, perdendo o controle de sua própria sucessão, sendo

obrigado a aceitar a candidatura do General Costa e Silva⁹¹, que era seu ministro do Exército (REIS, 2005).

O governo, ainda que tenha perseguido certo ideário liberal na economia, não conseguiu romper com a tradição controladora e intervencionista do Estado brasileiro. Apesar da coerência interna, dentro do arcabouço ortodoxo da ciência econômica, o programa internacionalista-liberal não foi o sucesso prometido. Para os golpistas, foi bem mais fácil derrubar homens e cassar lideranças do que transformar as estruturas econômicas e de gestão do Estado (REIS, 2005). Os “vitoriosos” de 1964 não conseguiram levar adiante a utopia liberal, ameaçados pela possibilidade de estagnação econômica. Não se cumpriu o desejo, por parte daqueles que se associaram ao golpismo, de afastar o maquinário estatal da atividade econômica. Por outro lado, o que se viu foi o reforço da burocracia estatal, criação de uma série de empresas estatais e a maior abertura ao capital estrangeiro. Apesar do sonho liberal não ter sido realizado, todas as frações da burguesia brasileira beneficiaram-se, em maior ou menor grau, da orientação tomada pelas forças golpistas no sentido do desenvolvimento das forças produtivas (DEL ROIO, 2014).

Após 1964, a CF46 já não vigorava em plenitude, a não ser em teoria, visto que, na prática, os Atos Institucionais – ao todo foram 17 – eram o principal instrumento à disposição do regime para superar os limites constitucionais vigentes. Tanto que o AI-2, ao manter a Constituição, fez diversas alterações à mesma, inclusive abolindo a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente, ficando a cargo do Congresso Nacional suas escolhas, e também a extinção dos Partidos Políticos existentes – a partir daí que restam apenas Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como partidos legalizados.

Através do Ato Institucional nº 4 (AI-4), de 07 de dezembro de 1966, o Congresso Nacional foi convocado para, entre 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pelo regime. O Congresso, então, atendeu ao chamado do general-presidente, formalizando a CF67, que entre tantas coisas, nas disposições gerais e transitórias,

91 Artur da Costa e Silva (1899-1969), gaúcho de Taquari, foi um militar e político brasileiro. Foi Ministro de Minas e Energia (1964), Ministro da Guerra (1964-1966) e presidente do Brasil (1967-1969).

garantiu a legalidade de todos os atos praticados pelo regime desde 31 de março de 1964.

Em 1967, o regime passou por uma mudança, com a saída de Castello Branco e a entrada de Costa e Silva (1967-1969) na Presidência. Este chegou prometendo democracia, diálogo, ordem jurídica estável e reformas, mas já no primeiro ano de governo, o que se viu foi uma desproporcional repressão ao movimento estudantil. Além da forte repressão, o regime buscou apostar no desenvolvimentismo para combater a recessão que se traduzia em impopularidade. Para isso, Roberto Campos foi substituído por Delfim Netto⁹² como principal nome da política econômica.

Até 1967, se observavam claros sinais de recessão devido ao arrocho salarial e às medidas restritivas para o combate à inflação, que haviam sido tomadas no governo Castello Branco. Depois daquele momento inicial, o regime voltou-se ao desenvolvimentismo, através de continuidades e rupturas em relação ao que foi estabelecido pelo modelo varguista, mas em uma chave autoritária.

3.2.2 O Desenvolvimentismo de Delfim Netto: O “crescer” do bolo

Antônio Delfim Netto era um grande entusiasta do planejamento econômico como meio para atingir o desenvolvimento, com diferenças acentuadas em relação à forma proposta por Celso Furtado. O economista paulista apontava que o planejamento econômico eficiente deveria superar as “vontades egoísticas” das diferentes classes sociais que serviam de barreira ao desenvolvimento, de modo que ao “planejador”, ou seja, ao Estado e aos gestores caberia o papel de impedir que essas “vontades” se manifestassem, tendo em vista a necessidade de transformação da estrutura econômica em direção ao desenvolvimento (HESPANHOL, 2017)⁹³.

Em termos da diferença no desenvolvimentismo de Furtado e Delfim Netto, podemos colocar nos seguintes termos: enquanto o desenvolvimentismo de Furtado

92 Antônio Delfim Netto (1928-), paulista de São Paulo, é economista, professor universitário e político brasileiro. Foi Ministro da Fazenda (1967-1974), embaixador do Brasil na França (1974-1978), Ministro da Agricultura (1979), Ministro da Secretaria do Planejamento da Presidência do Brasil (1979-1985) e deputado federal por São Paulo (1987-2007).

93 Em virtude da dificuldade de acessar a produção intelectual (autoral) de Delfim Netto, contamos, como fonte referencial privilegiada, com a dissertação de Dian Hespagnol, em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP), que se dedicou ao pensamento econômico de Delfim nas décadas de 1950 e 1960. Ao fazê-lo apresenta um apanhado de citações que nos permite compreender e analisar criticamente o pensamento do economista paulista.

tinha uma base republicana – com todos os acordos e limitações que isso pudesse implicar –, fundado na busca pela superação do subdesenvolvimento através da eliminação das barreiras (atrasadas), melhorando, no processo, as condições de vida das classes trabalhadoras e camponesas, em favor da modernidade industrial. Para Delfim o desenvolvimentismo estava fundamentado no autoritarismo, tendo em vista de que a transformação das estruturas produtivas, que tinha como condição fundamental para a sua realização a industrialização, para acontecer precisaria suprimir as vontades egoístas das classes sociais, o que significou uma asfixia dos anseios das classes populares e uma escolha por crescimento em detrimento de distribuição.

Por exemplo, em relação ao Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social que foi proposto por Celso Furtado, enquanto Ministro do Planejamento no governo de João Goulart em 1963, Delfim Netto posicionou-se criticamente. Não pelo aspecto do planejamento, mas porque seria, segundo sua perspectiva, um “mau planejamento” pela impossibilidade de dar respostas diante de um sistema político tão volúvel como o brasileiro (HESPANHOL, 2017).

No que se refere ao caráter autoritário do desenvolvimentismo de Delfim Netto, vale recordar de seu discurso de apoio ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968, no âmbito do Conselho de Segurança Nacional:

Senhor presidente, senhores membros do Conselho. Eu creio que a revolução veio não apenas para restabelecer a moralidade administrativa neste país, mas, principalmente, para *criar as condições que permitissem uma modificação de estruturas que facilitassem o desenvolvimento econômico*. Este é realmente o objetivo básico [...] Eu acredito que deveríamos atentar e deveríamos dar a Vossa Excelência, ao presidente da República, a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais, que *são absolutamente necessárias para que este país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez* (DELFIN NETTO, 1968, grifo nosso)⁹⁴.

Na ânsia de perseguir “o desenvolvimento com maior rapidez”, Delfim Netto endossou o AI-5 que abriu a possibilidade de: o Presidente da República decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; legislar em todas as matérias; decretar a intervenção nos Estados e Municípios; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; suspensão de direitos políticos; baixar atos complementares para a execução do próprio ato;

94 DELFIM NETTO, Antonio. Íntegra do Voto. **Folha de S. Paulo**. 1968. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html> Acesso em 28 out. 2020.

suspender a garantia de *habeas corpus* em casos de crimes políticos, crimes contra a segurança nacional, crimes contra a ordem econômica, social e a economia popular; instituir censura prévia; e a famigerada institucionalização da tortura como prática do Regime. Essas foram algumas das medidas que visavam modificar as estruturas e facilitar o desenvolvimento econômico, esse foi o preço pago para avançar em direção ao desenvolvimentismo autoritário.

Diante da tensão “capitalismo liberal vs. socialismo”, Delfim Netto escolhia um terceiro caminho onde se propunha controlar os rumos do capitalismo brasileiro através do planejamento. Nesse capitalismo do Delfim Netto não havia espaço para o canto da sereia de que o mercado poderia ser o motor da economia, baseada na observação dos países “desenvolvidos” e ignorando as realidades nacionais. Por isso indicava que o planejamento estatal deveria ser utilizado para fortalecer a economia de mercado ou, mesmo, substituí-la (HESPANHOL, 2017).

Outra semelhança/diferença entre Delfim Netto e Celso Furtado estava na questão do setor agrícola como fundamental para a industrialização. Ambos partiam do diagnóstico de que para se atingir o desenvolvimento era fundamental industrializar o Brasil, e para isso seria fundamental a elevação da produtividade no setor agrícola. Mas tinham proposições diferentes de como atingir esse objetivo.

Delfim Netto argumentava que a industrialização demandaria que o setor agrário evoluísse em termos de produtividade para prover os alimentos a toda a população. Para tal, propunha uma modernização da base técnica da agricultura, evitando reformas mais profundas, colocando que o fundamental seria melhorar o nível técnico da agricultura, através da mecanização e da inclusão de insumos químicos para obter uma estrutura agrária eficiente (GARCIA, 1990). Dessa forma, passava-se ao largo de qualquer preocupação quanto ao histórico problema da concentração de terra e de renda.

Já Celso Furtado preocupava-se com a melhoria das condições de vida do homem do campo, ampliação da oferta de alimentos que atendesse a demanda sem gerar pressão nos preços, através do melhor uso de terras, além de todos os aspectos que marcaram sua atuação junto à SUDENE e ao Ministério do Planejamento, como vimos no capítulo anterior.

Mesmo antes de assumir o Ministério da Fazenda, enquanto acadêmico, Delfim Netto, como sua geração de economistas da Universidade de São Paulo (USP), fez o esforço para tentar comprovar sua tese da resposta funcional da oferta agrícola às pressões da demanda, contra a tese cepalina que defendia haver uma rigidez da oferta agrícola pela própria dinâmica agrícola, que gerava problema ao não fornecer uma quantidade adequada de alimentos para as cidades. A chave de leitura do grupo liderado por Delfim Netto negava a existência de uma questão agrária no Brasil, nos moldes do debate que estava em pauta, ao desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo como um problema econômico relevante (DELGADO, 2005).

O Plano Trienal de Celso Furtado propunha uma reforma agrária com vistas a aumentar o mercado interno brasileiro e aumentar a produção de alimentos, em crítica à estrutura atrasada da agricultura brasileira. Mesmo o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) de Roberto Campos indicou que seria necessária uma reforma agrária para avançar na busca pelo desenvolvimento no Brasil. Mas Delfim Netto discordava de ambos os planos e acreditava piamente que uma reforma agrária não era necessária. Ainda que ponderasse, por exemplo, que a estrutura em algumas áreas no Nordeste era de fato atrasada e nessa região a reforma agrária poderia ser implantada pontualmente. Nem tanto como forma de atingir o desenvolvimento, mas como forma de mudar a estrutura da propriedade (HESPANHOL, 2017).

Para Delfim Netto, a reforma agrária não produziria uma elevação do mercado consumidor para os produtos industriais, tendo em vista que as unidades produtivas resultantes de tal reforma seriam parcialmente autônomas, através do consumo de sua própria produção. Por isso não iriam integrar-se prontamente à economia de mercado. Nessa lógica de argumentação, a reforma agrária não resolveria os problemas que considerava urgentes, a saber, o da industrialização, da inflação e do desemprego (HESPANHOL, 2017). É a partir dessa posição que Delfim Netto atuou como figura destacada na formulação de política econômica nos governos do Regime Militar brasileiro.

Outra diferença marcante entre o pensamento e atuação de Delfim Netto em relação a Celso Furtado. Enquanto Furtado tinha em mente a área menos dinâmica, ou seja, o Nordeste, Delfim considerava fundamentalmente a área dinâmica, o Centro-Sul,

e excluía as particularidades do Nordeste de sua análise, ainda que reconhecendo essa exclusão.

Tendo em vista que o Nordeste não era o centro dinâmico da economia brasileira, essa região não estava na zona de interesse de Delfim Netto. Daí sua aposta de que seriam os centros dinâmicos que induziriam o desenvolvimento às regiões mais atrasadas, particularmente através da busca pelo aumento da produtividade do trabalho com o uso de tecnologias de plantio mais eficientes. O maior custo de alimentação no Nordeste, que era uma preocupação viva no pensamento de Celso Furtado, para Delfim Netto era resultado da produtividade muito menor nessa região, o que gerava uma distorção nacional ao pressionar para baixo o salário real do setor industrial, em vista da integração dos mercados regionais. A solução para Delfim, diferentemente de Furtado, passava pelo incentivo à exportação de produtos agrícolas em direção ao Nordeste e pela introdução de técnicas agrícolas mais modernas (HESPANHOL, 2017).

Ainda vale comentar sobre Delfim Netto, pois seu papel nesse processo foi de um defensor da busca cega pelo “desenvolvimento das forças produtivas” acima dos interesses de alguma fração burguesa em particular, em alguns casos questionando inclusive o “sagrado” direito liberal à propriedade, de modo que o mercado deveria estar subjugado ao “desenvolvimento econômico” (HESPANHOL, 2017). Por isso dá tanto destaque à atuação do Estado como indutor do crescimento econômico.

Após o Golpe de 1964, a esperança de Furtado de que o Brasil pudesse atingir o desenvolvimento foi minguando mais e mais; enquanto Delfim Netto, por outro lado, era mais otimista, acreditando que o desenvolvimento poderia ser alcançado, e isso dependeria fundamentalmente da vontade dos envolvidos, mesmo que através de grandes sacrifícios. Delfim Netto acreditava que o desenvolvimento era endógeno, que um país como o Brasil poderia atingir a marca de desenvolvido, através da precisa intervenção planejada do Estado. Enquanto Furtado, mesmo tendo se dedicado ao planejamento, tinha uma percepção de como o sistema capitalista internacional condicionou historicamente as posições de “subdesenvolvido”, e o quão difícil seria romper essa barreira.

3.2.2.1 O “Milagre” e o Crescimento do Bolo

Com Delfim Netto no Ministério da Fazenda, a economia respondeu principalmente devido às medidas do governo em combinação com uma série de condições favoráveis internas – ociosidade do parque industrial, demanda reprimida, saneamento financeiro executado pelo governo anterior – e externas – como o *boom* no mercado internacional de crédito.

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofreu um acidente vascular cerebral, sendo afastado da presidência. Mas ao invés de o regime seguir o curso instituído pela CF67, quem assumiu a liderança foi uma Junta Militar. Através do Ato Institucional nº 12 (AI-12), de 01 setembro de 1969, ficou instituído no art. 1º que, devido às condições de saúde do presidente, suas funções seriam exercidas pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar.

Tudo isso para evitar que o vice-presidente Pedro Aleixo⁹⁵ assumisse o governo. Pois ele fora o único a votar contrário ao AI-5, no âmbito da reunião do Conselho de Segurança Nacional. Inclusive, em seu voto, havia destacado que:

[...] da leitura que fiz do Ato Institucional, cheguei à sincera conclusão de que o que menos se faz nele é resguardar a Constituição [...] Pelo Ato Institucional, o que me parece, adotado esse caminho, o que nós estamos é com uma aparente ressalva da existência dos vestígios de poderes constitucionais existentes em virtude da Constituição de 24 de janeiro de 1967, e instituindo um processo equivalente a uma *própria ditadura* (ALEIXO, 1968, grifo nosso)⁹⁶.

Costa e Silva morreu em dezembro daquele ano, quando o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)⁹⁷ já estava na presidência desde outubro, ocasião para qual o Congresso Nacional foi reaberto.

O general Médici foi o preferido pelo alto-comando, que era, particularmente, dominado pelo núcleo favorável ao capital estrangeiro e pelo alinhamento automático com os Estados Unidos. A partir daí, predominou uma incorporação subordinada ao

95 Pedro Aleixo (1901-1975), mineiro de Mariana, foi um advogado, jornalista, professor e político brasileiro. Foi deputado federal por Minas Gerais (1935-1937; 1959-1966), deputado estadual em Minas Gerais (1947-1950), Ministro da Educação (1966) e vice-presidente do Brasil (1967-1969).

96 ALEIXO, Pedro. *Íntegra do Voto. Folha de S. Paulo*. 1968. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/pedroAleixo.html> Acesso em 28 out. 2020.

97 Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), gaúcho de Bagé. Foi militar e político brasileiro. Foi Chefe do Serviço Nacional de Informações (1967-1969) e presidente do Brasil (1969-1974).

novo padrão de desenvolvimento, sem, entretanto, destruir os elementos nacionalistas desenvolvidos anteriormente (SOUZA, 2014).

Em contraste com a etapa inicial, economicamente liberalizante, o governo Médici, com Delfim Netto à frente da economia, volta-se ao desenvolvimentismo com medidas, dentre as quais podemos destacar: investimento público, estímulo às empresas estatais, medidas protecionistas, avanço no processo de substituição de importações, etc. Além disso, o mal chamado “milagre brasileiro” deveu-se, em grande medida, à utilização da capacidade ociosa pré-existente, ou seja, devido à utilização de capacidade produtiva gerada anteriormente. Essa volta ao desenvolvimentismo, em chave autoritária a partir de 1968, foi acompanhada da acolhida aos capitais estrangeiros, que foram impulsionados pela formação de capitais excedentes nos países de capitalismo central, principalmente na forma de eurodólares. Esses capitais vieram à economia brasileira em abundância, seja pela forma de investimento direto, ou como empréstimos e financiamentos (SOUZA, 2014).

O ministro Delfim Netto aproveitou as excepcionais condições do mercado internacional e a capacidade ociosa do setor produtivo para colocar em prática um vigoroso programa de crescimento, com uma política econômica francamente expansionista. O resultado desses processos, entre os anos de 1967 e 1973, foi o chamado “milagre econômico”, resultando em elevadas taxas de crescimento da economia (LUNA; KLEIN, 2014).

Seguindo a leitura própria de Delfim Netto, no quesito da agricultura, houve um processo de modernização conservadora, através do desenvolvimento de uma agricultura em integração com a economia urbana-industrial e com o setor externo, ou seja, uma integração agroindustrial. Esse processo de modernização conservadora é fruto da derrota da perspectiva dual-estruturalista de Celso Furtado, cuja reforma agrária tinha destaque como meio através do qual a agricultura deveria avançar. Em contraposição, houve a adoção de pacotes tecnológicos da “revolução verde” e a abundante disponibilidade de crédito rural.

Essa escolha pela modernização tecnológica do campo está relacionada com um novo momento em que o setor agrícola passou a desempenhar um papel no processo de acumulação de capital, através do qual essas medidas possibilitariam o aumento da

produtividade dos cultivos e das criações existentes, incrementando a oferta de alimentos e de meios de produção industriais com custos reduzidos (PEIXOTO, 2017).

A política agrária do Regime Militar, então, foi pelo caminho de realizar uma modernização tecnológica das atividades agrícolas, fortalecendo os estímulos para o desenvolvimento do capitalismo no campo, mediante política agrícola como a disponibilidade de crédito, assistência técnica e incorporação de inovações técnicas e gerenciais para o desenvolvimento do processo agrícola. De modo que os mecanismos que regeram a modernização tecnológica da agricultura brasileira, através desses programas e projetos, visavam a elevação da produção e da produtividade das atividades agrícolas (PEIXOTO, 2017).

Delgado (2012) destaca que nesse processo – simultaneamente modernizante e conservador – de tratamento da agricultura brasileira, o seu caráter foi preservado do ponto de vista social e regional. Pode-se dizer que houve um aprofundamento das características mais marcantes – latifúndio e monocultura – ao longo desse processo de modernização. De modo que a integração técnica da indústria com a agricultura aconteceu mantendo as oligarquias rurais associadas à grande propriedade e ao capital comercial. O Estado foi peça chave desse processo através das políticas econômica e social.

Além de tudo, o processo foi regional e socialmente concentrado, acontecendo principalmente nas regiões Sudeste e Sul. A participação do Norte e do Nordeste nesse processo foi distinta, cabendo ao primeiro servir como área de expansão capitalista, e ao segundo servir como reservatório de força de trabalho. Só na década de 1980, o Centro-Oeste foi incluído com força neste processo (DELGADO, 2012). O resultado foi um desenvolvimento desigual e combinado da “modernização” da agricultura, a partir da década de 1970, havendo a manutenção de estruturas agrícolas tradicionais não industrializadas convivendo com um moderno sistema agroindustrial.

A partir disso, se consolidou um padrão em que não houve mudanças em termos de distribuição fundiária. Em verdade, dentro dessa abordagem, a reforma agrária, como meio para atingir o “desenvolvimento econômico”, não faria mais sentido. Tanto que esse instrumento – que fora uma das principais confluências nas abordagens, de diversos grupos, sobre como superar o subdesenvolvimento –, após instaurado o Regime, foi completamente esvaziado. O que aconteceu foi a

desapropriação e a ocupação de poucas terras em determinadas áreas onde restavam tensões sociais (PEIXOTO, 2017).

Além da transformação na agricultura patrocinada pelo Estado desenvolvimentista e autoritário, essa instituição despontava como o grande produtor de eletricidade, aço, minerais, combustíveis, fertilizantes, produtos químicos, entre outros insumos. Também controlava os serviços portuários, as telecomunicações e as ferrovias e, ainda, exercia um papel fundamental no sistema de crédito. De modo que o Estado exercia o comando com mãos de ferro sobre as principais decisões na área econômica. Mas não só na dimensão pública, visto que poucos projetos privados aconteciam sem anuência de alguma instituição governamental para obtenção de crédito, subsídios ou algum tipo de licença (LUNA; KLEIN, 2014).

Nesse contexto, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), para o período de 1972 a 1974, aspirava colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas. Para tanto seria preciso duplicar a renda *per capita* do país até 1980, elevar o crescimento do PIB até 1974 a uma taxa anual que variou entre 8% e 10%, elevar a taxa de expansão do emprego até 3,2% em 1974, reduzir a taxa de inflação e adotar uma política econômica internacional expansionista sem prejuízo do controle da inflação. O I PND estava apoiado em recursos do BNDE, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e de outros órgãos financeiros da União (ABREU, 2001a).

Nesse contexto, o Estado controlava rigidamente os investimentos no setor produtivo, as principais fontes de crédito de curto e longo prazo, os preços e salários, e administrava a taxa de câmbio. Tudo isso produzindo pujante crescimento econômico, não há dúvida, mas ao custo de enorme concentração da riqueza. Além disso, esse “milagre” no campo da economia aconteceu simultaneamente ao momento de maior terror do Regime Militar no campo da política, quando não se admitiam críticas, mesmo diante das distorções causadas pela política econômica (LUNA; KLEIN, 2014).

Então, o preço pago pelo crescimento e pela modernização de setores diversos da economia foi a ampliação das desigualdades sociais e regionais. Enquanto alguns estratos das classes médias e funcionários públicos puderam adquirir casa própria e o primeiro automóvel, através de amplo acesso a crédito; havia enorme contingente das

classes trabalhadoras que passaram por um processo de depressão salarial, aumentando a pauperização da população em geral.

O Regime Militar demarcou a ruína das aspirações progressistas do desenvolvimentismo pré-64. A superexploração da força de trabalho tornou-se parâmetro do padrão de acumulação. A coerção tornou-se a base da dominação. A pobreza e miséria garantiram a alta lucratividade da burguesia brasileira e estrangeira, como também aconteceu em outros países latino-americanos. O regime político tomou um caráter antissocial, antinacional e antidemocrático (SAMPAIO JR., 2017a).

O bolo cresceu, afinal de contas – a taxa média de crescimento do PIB de 1967 a 1973 foi de cerca de 10% e de quase 12% entre 1971 e 1973 –, mas os trabalhadores, camponeses, indígenas e grupos sociais subalternos em geral não chegaram a ver nem suas migalhas – a concentração de renda, medida pelo índice de Gini, saiu de 0,54, em 1960, para 0,63 em 1977 (quanto mais próximo a 1, maior o nível de concentração); o salário-mínimo real despencou, visto que em fins dos anos 1970 era preciso trabalhar 173h para ganhá-lo, quando em 1959 eram 65h⁹⁸.

3.2.3 II Plano Nacional de Desenvolvimento

Em 1974 – após a derrota da resistência armada, como o caso das guerrilhas urbanas e a do Araguaia – Ernesto Geisel⁹⁹ (ARENA) venceu o “anticandidato” Ulysses Guimarães¹⁰⁰ (MDB), tornando-se o quarto presidente do Regime Militar, governando entre 1974 e 1979. Simultaneamente se estava vivendo uma crise internacional de grandes proporções. Em 1971, os Estados Unidos da América (EUA) abandonaram unilateralmente o acordo de Bretton Woods, subvertendo o sistema monetário internacional; e em 1973 aconteceu o primeiro choque do petróleo, multiplicando o preço do barril em dez vezes. A partir desse momento houve uma reversão das condições internacionais, antes favoráveis, de financiamento externo à economia

98 OLIVEIRA, Marcos de. Na ditadura, cresceram desigualdade, inflação e dívida. **Monitor Mercantil**. 29mai. 2018. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/na-ditadura-cresceram-desigualdade-infla-o-e-d-vida> Acesso em 30 set. 2020.

99 Ernesto Beckmann Geisel (1907-1996), gaúcho de Bento Gonçalves. Foi um político e militar brasileiro. Foi Ministro-chefe do Gabinete Militar (1964-1967), Ministro do Superior Tribunal Militar (1967-1969), presidente da Petrobras (1969-1973) e presidente do Brasil (1974-1979).

100 Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992), paulista de Itirapina. Foi advogado e político brasileiro. Foi deputado federal por São Paulo (1951-1992), e Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (1961-1962) e presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

brasileira. As condições geradas pela crise enfraqueceram o núcleo que defendia maior abertura ao capital estrangeiro e fortaleceu, relativamente, aquelas com tendência mais nacionalista no âmbito do regime.

O governo Geisel, então, projetava dois elementos fundamentais: em termos políticos previa uma abertura “lenta, gradual e segura”, que significava a manutenção do regime autoritário, mas criando maiores canais de participação ao empresariado nacional. Em termos econômicos, foi elaborado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha por proposta o fortalecimento da economia nacional para enfrentar a crise da dependência, tendo como eixo a substituição de importações em setores básicos da economia, alavancada pelo Estado (SOUZA, 2014). Desse modo, com a chegada ao fim do “milagre econômico brasileiro”, os ministros João Paulo dos Reis Velloso¹⁰¹ no Ministério do Planejamento, Mário Henrique Simonsen¹⁰² no Ministério da Fazenda, e Severo Gomes¹⁰³ no Ministério da Indústria e Comércio, elaboraram este ambicioso plano para enfrentar esse cenário de crise econômica internacional.

O II PND para o período de 1975 a 1979 dava grande ênfase às indústrias básicas, sobretudo aos setores de bens de capital e da eletrônica pesada, visando substituir as importações nesses setores, e, quando possível, abrir novas frentes de exportação, tendo em vista, particularmente, o novo estágio da evolução industrial do Brasil e a situação gerada pela escassez internacional de petróleo (ABREU, 2001a).

O plano estabeleceu os setores de bens de capital, insumos básicos e combustíveis como sendo prioritários, porque eram, justamente, os bens que estavam pressionando a pauta de importações. Além de focar na substituição de importações industriais, com imprescindível financiamento público através de importantes investimentos nas áreas da indústria de base, o plano dava enorme protagonismo às empresas estatais (SOUZA, 2014).

O II PND estava voltado para a manutenção das taxas de crescimento econômico, mesmo diante do cenário internacional adverso. Mas a tendência

101 João Paulo dos Reis Velloso (1931-2019), piauiense de Parnaíba. Foi um economista brasileiro. Foi presidente do Ipea (1969) e Ministro do Planejamento (1969-1979).

102 Mário Henrique Simonsen (1935-1997), fluminense do Rio de Janeiro. Foi um engenheiro, economista e banqueiro brasileiro. Foi Ministro da Fazenda (1974-1979) e Ministro do Planejamento (1979).

103 Severo Fagundes Gomes (1924-1992), paulista de São Paulo. Foi um político brasileiro. Foi Ministro da Agricultura (1966-1967), Ministro da Indústria e Comércio (1974-1977) e senador pelo estado de São Paulo (1983-1991).

nacionalista não era absoluta e a crescente dificuldade externa pressionava, também, a vitalidade do II PND, que se expressava nas disputas internas dentro da área econômica do governo. As posições de Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, favorável à maior abertura ao capital externo se chocavam com as posições de Severo Gomes, da Indústria e Comércio, defensor de uma proposta nacionalista e intervencionista. No embate, o perdedor foi Severo Gomes, demitido em 1977, a partir de quando o II PND entrou num ritmo mais lento em favor de uma orientação mais cautelosa e ortodoxa (MACIEL, 2014).

O II PND estava assentado num conjunto de ambiguidades insolúveis no âmbito do capitalismo dependente brasileiro. Estava dividido entre sua opção desenvolvimentista e sua gestão estabilizadora; entre o projeto de “Nação-potência” e o financiamento externo; entre a vocação estatista e a submissão ao capital externo. Rumando a um certo grau de desenvolvimento, mas se endividando, em moeda externa, no processo (FIORI, 2020).

No âmbito dessas ambiguidades, mesmo com a crise internacional, o II PND sustentou o ritmo de crescimento da economia brasileira a uma média de 7% entre 1974 e 1980, inferior aos números do período do “milagre”, mas dentro da média que vinha crescendo desde 1930. Então, após o “milagre” não se experimentou, imediatamente, uma crise profunda, como aconteceu em outros países latino-americanos. Foi devido ao II PND que a economia se sustentou até o segundo choque do petróleo em 1979 (SOUZA, 2014).

Desse modo, através do II PND, o regime estabeleceu as bases do programa de investimentos que gerou significativos avanços na base produtiva do país, com a implantação de um complexo setor de bens de capital e de insumos básicos. De modo que em 1979, ao fim do governo Geisel, através da ação decisiva do Estado, o país estava marcado por profundas transformações econômicas: avançou decisivamente no processo de substituição de importações, garantindo uma estrutura integrada, inclusive com um setor razoavelmente amplo de produção de bens de capital (LUNA; KLEIN, 2014).

3.2.4 Interpretações no Calor do Momento: Crescimento vs. Estagnação

Após o Golpe de 1964, diante do novo contexto histórico, houve um redesenho radical da política econômica, com o abandono das bases teóricas do estruturalismo desenvolvimentista, cuja dissolução passou pela dupla articulação contraditória entre a subordinação ao imperialismo e o desenvolvimentismo. Desse modo, a integração social deixava de ser vista como fundamental à incorporação de progresso técnico para se converter em resíduo colonial sem maiores consequências para o dinamismo capitalista, limitando a ideia de desenvolvimento à industrialização e à modernização. Deixou-se de lado questões que eram, anteriormente, importantes como o aspecto da autonomia nacional e o problema da integração social, ressignificando profundamente o próprio conceito de desenvolvimento (SAMPAIO JR., 2017a).

Celso Furtado, após 1964, afastado do processo político brasileiro por força do AI-1, deixou de lado o otimismo que tinha na transformação do Brasil em direção ao desenvolvimento, passando a criticar os limites das políticas empreendidas desde 1930. Em conferência, proferida em 1965, aponta que as políticas de desenvolvimento tinham resultados distintos a depender do tipo de país. Em alguns casos, como nos países centrais, reforçaram o sistema econômico “estruturalmente apto para crescer”; em outros casos, no qual o Brasil se encaixa, as políticas de desenvolvimento objetivam, ainda, criar as bases de um sistema econômico apto para crescer, sendo necessário um esforço muito maior de construção e reconstrução das estruturas econômicas e sociais. Nesse sentido, no Brasil, o crescimento econômico, a partir da década de 1930, teria ocorrido por uma conjunção favorável de fatores e não necessariamente pela existência de uma política de desenvolvimento (FURTADO, 2013c).

Complementando esse raciocínio, no livro *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Furtado (1968) aponta para a tendência, visto o redesenho da atitude do Estado pós-golpe, à estagnação. Ele indica que:

O ensaio de industrialização de tipo “substitutivo de importações”, durante certo tempo constituiu uma alternativa e permitiu levar adiante algumas modificações adicionais nas estruturas produtivas de alguns países. Ocorre, entretanto, que a forma de organização industrial viável em determinadas condições históricas, não é independente do tipo de tecnologia a ser adotada. A tecnologia que a América Latina teve de assimilar na metade do século XX é altamente poupadora de mão de obra e extremamente exigente no que respeita às condições de mercado. Dentro das condições presentes da

América Latina a regra tende a ser o monopólio ou oligopólio e uma progressiva concentração de renda, a qual, por seu lado, ao condicionar a composição da demanda, orienta os investimentos para certas indústrias que são exatamente as de elevado coeficiente de capital e mais exigentes com respeito às dimensões de mercado. A experiência tem demonstrado, na América Latina, que esse tipo de industrialização substitutiva tende a perder impulso quando se esgota a fase das substituições “fáceis”, e eventualmente *provoca a estagnação* (FURTADO, 1968, p. 39, grifo nosso).

Na abordagem dual-estruturalista de Celso Furtado, então, após o golpe e a nova política econômica implementada, o que aconteceria seria estagnação, pela ausência de um sistema de instituições sobre as quais o poder político pudesse ser exercido a fim de traduzir as aspirações básicas da coletividade brasileira em planejamento. A industrialização substitutiva de importações dos países subdesenvolvidos era marcada pela perda do dinamismo com o tempo, caso o Estado não atuasse para contrabalançar o processo corrigindo os desequilíbrios. Em consequência, Furtado acreditava que ao não perseguir o desenvolvimento, segundo sua fórmula, o resultado para o Brasil seria estagnação.

Contrariando esta tese de Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e José Serra publicaram um trabalho em 1971 – *Além da Estagnação: Uma Discussão Sobre o Estilo de Desenvolvimento Recente no Brasil*. Tavares e Serra ([1971] 2000) argumentaram que no caso brasileiro, mesmo que a economia estivesse em processo de desenvolvimento de um modo extremamente desigual, havia conseguido estabelecer um esquema que possibilitasse a geração de fontes internas de estímulo e expansão, dinamizando o sistema. Diferentemente de outros países latino-americanos, o capitalismo brasileiro tinha condições de avançar, mesmo fortalecendo os mecanismos de dependência externa, para um esquema de expansão em que os estímulos vinham do próprio sistema. Nesse sentido, no modelo proposto por Tavares e Serra, o regime tinha condições de produzir dinamismo econômico induzido por política econômica – financiamento, distribuição da renda (em desfavor da classe trabalhadora, com compressão de salários), orientação dos gastos e alocação de recursos.

Essa formulação de Tavares e Serra está de acordo com as ideias da teoria da dependência elaborada pelo sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso em parceria com o chileno Enzo Faletto. No seu livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, cuja primeira edição é de 1969, ao criticar as correntes que indicavam

a impossibilidade de se atingir o desenvolvimento na periferia pela via capitalista, lançaram a abordagem do desenvolvimento dependente e associado.

Fernando Henrique Cardoso, uma vez exilado no Chile trabalhando na CEPAL, lançou este trabalho, em parceria com Faletto, indicando a possibilidade “de que a sociedade se modernize em suas pautas de consumo, educação etc., sem que correlativamente haja uma menor dependência e um deslocamento do sistema econômico da periferia em relação ao centro” (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 18). Ou seja, indicando a possibilidade de que se produza desenvolvimento, sem, necessariamente, romper com a relação de dependência do sistema econômico da periferia em relação ao centro.

Nesse sentido, de acordo com essas leituras de Cardoso e Faletto [1969] e Tavares e Serra [1971], supostamente de esquerda, tanto seria possível ao modelo brasileiro autoritário buscar desenvolvimento a partir de estímulos vindos de fontes internas de expansão como, por exemplo, através da política de compressão salarial que servia de mecanismo de distribuição de renda em favor do lucro, o que permitiu melhores condições ao capital. Como também a busca pela modernização de maneira associada ao capital externo, sem se confrontar com a dependência, algo como produzir uma aliança entre o empresariado local com os capitais externos, aceitando o subdesenvolvimento, mas sem deixar que todas as decisões viessem dos centros hegemônicos das economias centrais, batalhando por alguma pequena margem de decisão.

Não à toa, esses trabalhos foram produzidos no período do chamado “milagre econômico”, quando a tese de estagnação de Furtado havia se mostrado equivocada na prática, pelo expressivo crescimento econômico entre 1967 e 1973. Mas o aspecto central da discussão não está somente na dimensão quantitativa, no sentido de crescimento ou estagnação, mas sua dimensão qualitativa é essencial para a ideia de desenvolvimento proposta. As condições de concentração de renda e fortalecimento da dependência só reforçaram a impossibilidade de que o Brasil superasse a condição de subdesenvolvido, mesmo crescendo a uma taxa superior a 10% ao ano. Estava posto, então, o limite ao desenvolvimentismo brasileiro: aceitar sua condição de dependente.

Francisco de Oliveira, na sua *Crítica à Razão Dualista* de 1972 (1988), lançou uma contribuição importante a essa discussão ao elaborar uma crítica à interpretação teórica dual-estruturalista, reconstruindo os acontecimentos desde a década de 1930. Mas não só. No que se refere à política econômica de Delfim Netto, Francisco de Oliveira afirmava que houve uma inversão da política quando aquele passou a fazer um combate seletivo à inflação, substituindo a contenção da demanda, como praticada no período imediatamente após o golpe, e abandonando-se seletivamente a perspectiva de contenção de crédito e de contenção dos gastos governamentais, o que possibilitou a volta da expansão econômica após 1967. Mas isso não significou que a “teoria do bolo” tenha passado incólume, sem críticas. Francisco de Oliveira, resgatando a história econômica recente, demonstrou que, desde o pós Segunda Grande Guerra, esse “bolo” (alusão ao Produto Interno Bruto) vinha crescendo, com exceção ao breve período entre 1962 e 1966, e, mesmo assim, a “fatia” dos trabalhadores só encolheu. Foi desse modo que a política adotada pós-1964, liberal ou desenvolvimentista, avançou em direção a uma concentração de renda ainda mais extremada.

Francisco de Oliveira (1988) criticou, também, o já mencionado trabalho de Maria da Conceição Tavares e José Serra, questionando a validade da hipótese formulada por eles – de que a compressão salarial foi necessária para financiar o investimento e para redistribuir esse superexcedente para as classes médias – tendo em vista que não aconteceu nenhuma redistribuição para os de baixo, nem tampouco chegou abundantemente para os estratos médios. Desse modo, indicava que o superexcedente, marcado pela repressão salarial desse período, era resultado do aprofundamento da extração de mais valor absoluto e relativo, que desempenhou um papel central na sustentação da superacumulação.

Outra contribuição crítica veio da vertente marxista da teoria da dependência¹⁰⁴, representada por Ruy Mauro Marini ([1973] 2011a) que lançou a

104 Os formuladores da espinha dorsal da Teoria Marxista da Dependência – Ruy Mauro Marini, Theotônio Dos Santos e Vânia Bambirra – fizeram parte da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), criada em 1961, e depois agregaram-se como professores na recém inaugurada Universidade de Brasília (UnB), a partir de 1962, quando entraram em contato com as ideias de André Gunder Frank que, em alguma medida, os inspirou. Entretanto, com o golpe de 1964, seus trabalhos foram interrompidos. Por exemplo, a tese de doutoramento de Marini sobre o bonapartismo no Brasil perdeu-se quando da invasão da Universidade pelo exército, de acordo com seu memorial (MARINI, 2011c). Em 1964, foram expulsos da UnB. Theotônio Dos Santos e Vânia Bambirra inicialmente viveram na clandestinidade e em seguida buscaram exílio, enquanto Ruy Mauro Marini foi preso e torturado, indo ao exílio em seguida (PRADO; CASTELO, 2013).

crítica às leituras dualistas do PCB e do estruturalismo latino-americano, e também à teoria da dependência de Fernando Henrique, propondo que a dependência seria um aspecto da reprodução do capitalismo na esfera internacional, de modo que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são dois processos complementares. À América Latina, desde a colonização, coube o papel de subordinação diante da formação do mercado capitalista global.

Ruy Mauro Marini (2011a) lançou mão de uma abordagem teórica criativa que deu destaque às relações internacionais, às trocas desiguais e à posição dependente da América Latina no mercado capitalista internacional, elaborando categorias como “mais valia extraordinária”, “subimperialismo”¹⁰⁵ e “superexploração do trabalho” (esta última, inclusive, fazemos uso nesta tese e a explicamos no capítulo anterior).

Para Marini, diferentemente de Cardoso, a superação da dependência deveria passar não pela associação com o capital estrangeiro, mas pela busca da integração regional (ao nível de América Latina), para assim ter peso o suficiente e influir nas decisões internacionais, de modo que a integração latino-americana era a alternativa para superar a dependência ao capital imperialista dos países centrais (GARBIERO, 2018). Mas a saída não poderia limitar-se à integração latino-americana. Marini (1974) apontava que não há anti-imperialismo possível por fora da luta pela liquidação do capitalismo, ou seja, fora da luta pelo socialismo.

Além disso, diferentemente das interpretações “etapistas” que marcaram o pensamento stalinizado dos Partidos Comunistas latino-americanos naquele período, Marini (1974) rejeitava a pauta de defesa de uma revolução democrática de aliança entre a classe trabalhadora e uma burguesia nacional, que supostamente teria interesses anti-imperialistas e anti-oligárquicos. Para ele, a revolução latino-americana deveria ter um caráter socialista, construindo uma economia que pudesse expressar os interesses das classes trabalhadoras contra os interesses da burguesia. No novo bloco histórico de forças, resultante da revolução latino-americana, não deveria haver lugar para a burguesia.

Até Celso Furtado, entusiasta desenvolvimentista, no seu livro *Análise do “Modelo” brasileiro*, de 1972 (1975), renegou a possibilidade de existência de uma burguesia nacional no Brasil nos moldes das que existiram nos países europeus

105 Tais categorias serão apenas mencionadas e não serão objeto aqui de análise aprofundada.

quando das suas revoluções nacionais. Sobre a classe industrial brasileira, na qual ele depositou tantas esperanças no período anterior, diz:

A classe industrial que se forma no Brasil atua no quadro estrutural próprio que deve ser levado em conta se pretende compreender o seu comportamento. Assimilá-la uma *burguesia nacional* constitui simplificação que contribui mais para ocultar do que para revelar a realidade. Seus interesses estão, de maneira geral, positivamente vinculados ao comércio exterior (FURTADO, 1975, p. 19, grifo no original).

Esse caráter associado da burguesia brasileira ficava transparente mesmo em Celso Furtado, cujas críticas não chegaram a tomar uma forma anticapitalista, nem mesmo anti-imperialista explícita, mas ficaram restritas aos limites da crítica ao subdesenvolvimento na busca pelo desenvolvimento, ainda que ele vá se desiludindo ao longo dos anos.

Outra importante contribuição a essa discussão veio de Florestan Fernandes (2007), em apresentação ao livro *O Estado e a Revolução* de Lenin, em 1978, no qual chamou atenção para o equívoco daqueles que confundiram o “desenvolvimentismo” com a redenção nacional. Indo além, Florestan Fernandes demarca ser fundamental que “se denuncie, sob todas as formas e com a força possível, a ‘fé supersticiosa no Estado’” (FERNANDES, 2007, p. 17). Para ele seria fundamental, então, instruir os trabalhadores, os líderes sindicais e a juventude com reflexões sobre os limites do “sufrágio universal, as debilidades intrínsecas da democracia constitucional e representativa, o caráter opressivo e repressivo da República democrática, a necessidade da revolução violenta para instauração de uma democracia da maioria” (FERNANDES, 2007, p. 17).

Para chegar a essa conclusão, Florestan Fernandes (2000) partiu da crítica às alternativas utópicas da burguesia – ou seja, o próprio desenvolvimentismo – como a ideia de que o desenvolvimento industrial promoveria a superação do atraso econômico, eliminando, por consequência, a dependência e o subdesenvolvimento. Quando, na verdade, os diferentes esforços nesse sentido, particularmente por parte de Celso Furtado antes do golpe, esbarraram no caráter duplamente articulado – de desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa – da economia brasileira. A burguesia nacional seria incapaz de avançar além de mecanismos auto-protetivos, indiretos ou passivos, em direção a ações abertamente anti-imperialistas. De modo que não logrou superar a dependência e o subdesenvolvimento. No máximo

modificou as condições em que ambos se manifestavam com a dominação burguesa, ajustando-se à transformação capitalista.

A questão é que a “revolução burguesa”, sob o capitalismo dependente brasileiro, engendrou uma variedade especial de dominação burguesa resistente às pressões democratizantes, configurando um despotismo burguês. Desse modo, o reformismo burguês foi sufocado a partir das compulsões que emanavam da própria dominação burguesa. Essa verdadeira contrarrevolução burguesa, que teve seu auge com o golpe de 1964, passou do econômico e do social para o político, quando as classes burguesas impuseram sua transformação econômica, social e política ao conjunto das demais classes. Os custos dessa transformação foram pagos pelas classes trabalhadoras e subalternas, que se viram em um estado de privação relativa e de opressão sistemática, como se pode perceber através da depressão de salários e da segurança no trabalho, compressão dos direitos de greves e protestos, depressão dos níveis de aspiração educacional, depressão dos direitos civis e políticos, além da compressão política e policial-militar (FERNANDES, 2020).

No pós-golpe, particularmente após 1967, houve um acelerado crescimento econômico. O desenvolvimento desigual interno, que para a abordagem de Celso Furtado seria a principal barreira a esse tipo de crescimento, tornou-se um “problema superado”. Isso porque o Regime Militar logrou reforçar a dominação burguesa e levar a transformação capitalista a um ponto ainda mais irreversível, marcando a realização da industrialização intensiva e a eclosão do capitalismo monopolista.

O que fica evidente nessas interpretações – mesmo diante de divergências e críticas que lançam umas sobre as outras – é a negação da existência de uma burguesia nacional no Brasil que pudesse levar adiante uma revolução nacional ou democrática. As aspirações desenvolvimentistas depositadas na fração industrial da burguesia pelas “forças progressistas”, antes do golpe de 1964, demonstraram-se irrealistas, tanto pelo seu caráter associado quanto pelo caráter autocrático.

3.2.5 A Crise Bateu à Porta

O desenvolvimentismo autoritário dos governos militares, marcado por intensa atuação do Estado, conseguiu avançar no processo de substituição de importações e

garantir uma estrutura integrada, inclusive com um setor de produção de bens de capital, particularmente no período do II PND. Isso significou que a economia conseguiu manter um nível de atividade razoavelmente elevado, com taxa média de crescimento do PIB superior aos 6,3% ao ano (entre 1964 e 1985).

Mas isso teve seu custo. Houve um enorme crescimento da dívida externa ao longo da década de 1970, que, ao fim da década, se reverteu em aumento da vulnerabilidade externa e pressão adicional sobre os preços internamente (SOUZA, 2014). Desse modo, houve um forte crescimento do déficit nas transações correntes, financiado pelos recursos externos, quando estes ainda eram abundantes. Para ilustrar, indicamos que a dívida externa saltou de US\$ 3,4 bilhões em 1964 para US\$ 91 bilhões em 1984¹⁰⁶.

Para piorar, o processo de endividamento externo também ampliava o endividamento interno. Pois o governo usava a dívida pública interna para esterilizar a ampliação monetária que era provocada pela compra de dólares gerados pelo setor privado ou pelas estatais, tendo em vista que era o governo quem detinha o monopólio cambial. A dívida interna custava um valor superior ao rendimento das reservas, e seu acúmulo significava um ônus tanto para o Banco Central como para o Tesouro Nacional. Além disso, havia a questão da superindexação, pois os grupos sociais (em diferentes níveis de renda ou remuneração) que tinham seus preços, rendas ou salários corrigidos abaixo das taxas médias de inflação eram profundamente afetados toda vez que a inflação atingia níveis elevados. Isso levou o governo a corrigir vários passivos financeiros por índices abaixo da inflação média ou até taxas pré-fixadas, de modo que recaia sobre o Estado o custo dessa correção imperfeita, deteriorando ainda mais as finanças públicas federais (LUNA; KLEIN, 2014).

É nesse contexto que chegou ao fim o governo Geisel, e se abriu o último ciclo do Regime Militar. O início da abertura ficou sob o encargo do governo do general João Figueiredo¹⁰⁷ (1979-1985), que não tinha grande compromisso com o projeto desenvolvimentista anterior, marcado pelo II PND. Tanto que diante das dificuldades – dívidas interna e externa, inflação crescente e finanças públicas deterioradas – o

106 O GLOBO. Os números da economia no regime militar. **O Globo**. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/economia/entenda-os-numeros-da-economia-no-regime-militar.html> Acesso em 30 set. 2020.

107 João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918-1999), fluminense do Rio de Janeiro, foi geógrafo, militar e político brasileiro. Foi Ministro-chefe do Gabinete Militar (1969-1974), Chefe do Serviço Nacional de Informações (1974-1978) e presidente do Brasil (1979-1985).

governo acabou adotando o caminho do “ajuste estrutural”, de subordinação do ritmo interno da economia ao quadro externo, o que acabou reforçando a recessão que se anunciava (SOUZA, 2014). No próximo capítulo avançaremos sobre essa discussão, entendendo como irá se dar o processo de crise desse desenvolvimentismo autoritário na primeira metade da década de 1980.

Por ora, podemos caracterizar o desenvolvimentismo autoritário dos governos militares como um processo de “mau desenvolvimento”, usando a fórmula que Celso Furtado (2013b) lançou mão para analisar o que aconteceu no Nordeste nas décadas de 1960 e 1970. É inegável que o país vivenciou elevadas taxas de crescimento econômico, mesmo quando internacionalmente se vivia uma década turbulenta como foram os anos de 1970. Mas, em síntese, esse “mau desenvolvimento” deixou como herança o aprofundamento da concentração de renda previamente existente, a inflação e a dívida pública em níveis estratosféricos, além de abrir caminho para, praticamente, duas décadas de estagnação econômica (1980 e 1990).

3.3 O Golpe, o “Mau Desenvolvimento” e o Nordeste

Voltaremos nossa atenção para o Nordeste e as consequências do golpe na região, percebemos que, em vista da efervescência social e política que permeava o Nordeste naquele início da década de 1960, o Regime Militar que se instalou em 1964 atribuiu à região o rótulo de perigosa, dedicando bastante atenção aos movimentos populares, numa cruzada de repressão política/policial. Os alvos preferenciais foram os trabalhadores rurais que eram membros das Ligas Camponesas e/ou Sindicatos Rurais, particularmente, os dirigentes dessas organizações.

Esses momentos iniciais do regime foram retratados com aguda precisão por Antonio Callado (2014) em *Quarup*. Neste romance, que é considerado sua obra-prima, figura de maneira muito bem ilustrada a mobilização dos camponeses e o uso do método Paulo Freire de alfabetização, sem mencionar as diversas outras dimensões que o livro abarca, desde o Xingu até o Nordeste. Além de tudo isso, aparece vividamente o processo de repressão que se seguiu ao golpe, através de prisões, torturas, perseguição política e repressão policial.

Como bem colocou Octavio Ianni (2019), as forças golpistas – a burguesia imperialista e a brasileira – transformaram o Nordeste numa questão política, militar e policial prioritária. Descarregaram o maior peso da repressão, de forma direta e brutal, sobre as classes subalternas nordestinas, particularmente sobre os trabalhadores rurais, com objetivo de destruir as possibilidades democráticas explícitas naquele contexto de ascenso das lutas.

Em análise sobre esse contexto, Celso Furtado, em entrevista ao jornal o Estado de São Paulo, quarenta anos depois do golpe, em 2004, disse que:

[...] o Nordeste, onde eu estava na época, foi a região mais prejudicada pelo golpe. O Nordeste foi surpreendido com uma política em andamento, um movimento social, através das Ligas Camponesas, da Sudene e da Igreja Católica, que apontavam para uma outra direção. Tudo isso foi destruído [...] No Nordeste as consequências foram mais graves, pois a repressão exercida acabou com o movimento social existente, as Ligas e a Igreja Católica. A região do País que havia acumulado maior atraso social era o Nordeste. O atraso aumentou ainda mais com a mudança (FURTADO, 2004a).

Nesse sentido, refletindo regionalmente, o golpe representou o reforço político das oligarquias agrárias no Nordeste. Encerrou as aspirações daqueles grupos que estavam mobilizados em torno da transformação social. O regime político passou a expressar o caráter antissocial, antinacional e antidemocrático da organização econômica. A superexploração da força de trabalho tornou-se o parâmetro do padrão da acumulação. A coerção tornou-se a base da dominação. A pobreza e a miséria garantiram a alta lucratividade da burguesia brasileira e estrangeira.

Doravante, a intervenção do Estado na esfera produtiva no âmbito regional, através da SUDENE e ligada à contradição do ciclo de reprodução do capital em nível nacional, irá servir à ampliação da extração de mais valor no Nordeste. A atuação da SUDENE, após 1964, expressou o resultado da forma como o conflito de classes em escala nacional e regional foi resolvido, como bem destacou Francisco de Oliveira (2008). Nesse ensejo, buscaremos avaliar, a seguir, a mudança do desenvolvimentismo expresso na atuação da SUDENE e o percurso que essa instituição tomou depois do golpe.

3.3.1 Atuação da SUDENE pós Golpe e as Políticas de Desenvolvimento Regional

O golpe afastou, cada vez mais, a possibilidade de uma solução progressista para os problemas econômicos, sociais e políticos do Nordeste. O que aconteceu foi um reforço da hegemonia do capital oligopolista, com a SUDENE passando a desempenhar o papel de agência de reforço à expansão desse capital na região. No que se refere à “continuidade” das políticas de desenvolvimento regional, no III Plano Diretor da SUDENE (1966-1968) adotou-se uma posição de coordenação das políticas de desenvolvimento regional, por entender que o problema nordestino era causado por obstáculos financeiros e institucionais que estariam inibindo o desempenho da SUDENE. Esse plano deu maior flexibilidade ao mecanismo 34/18, conseqüentemente, maior abertura ao capital internacional (BRASIL, 1966c).

O IV Plano Diretor (1969-1973), que em sua elaboração, além de mobilizar os órgãos públicos que atuam na região, consultou o Arcebispado (da Igreja Católica), Federações da Indústria e Associações Comerciais, apresentou como novidade a constatação de que a ação de desenvolvimento no Nordeste não havia trazido melhoria significativa nos níveis de bem-estar da maioria da população (BRASIL, 1968). Nota-se, no marco da proposta da política, certa desilusão em relação à eficiência do processo de industrialização como solução para a problemática do desenvolvimento regional. Mesmo no âmbito dos analistas do governo militar se percebe que a estratégia proposta era insuficiente (CARVALHO, 2001).

Em 1970, uma nova seca atingiu o Nordeste e a dura realidade mostrou o quão pouco se avançou no quesito social nos dez anos que passaram desde a criação da SUDENE. As condições laborais e de vida das classes subalternas eram tão precárias que se tornaram motivo de preocupação até dos governantes e da burocracia (tecnocratas civis e militares) estatal, que, por sua vez, voltaram-se à velha argumentação de que se tratava de uma “região castigada pela natureza” (IANNI, 2019).

Diante daquela seca foram incluídos no I PND (1972-1974) programas como o Programa de Integração Nacional (PIN) e Programa de Redistribuição de Terras, e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), direcionados ao Nordeste, concentrando metade dos recursos do sistema 34/18. O primeiro tinha por

objetivo explorar a complementaridade entre a disponibilidade de fatores de produção do Norte e do Nordeste, ou seja, utilizava a força de trabalho excedente criada pela seca no Nordeste, a fim de reduzir a “população rural excessiva” do Semiárido; e redirecionava para “colonização” amazônica, bem como usar essa força de trabalho na construção de rodovias de integração nacional, a exemplo das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e outras. O segundo, embora fosse um instrumento da reorganização fundiária da região, não pode ser entendido dessa forma, visto que estava desde o seu início bastante comprometido com uma falsa “modernização” da agricultura, e, conseqüentemente, com o aprofundamento da concentração fundiária.

O regime, com sua opção de classe bem demarcada, aproveitou-se do momento de fragilidade gerado pela seca e lançou mão dos recursos federais e da força de trabalho desempregada e subempregada no Nordeste para favorecer os negócios das grandes empresas privadas de capital nacional e estrangeiro. Utilizaram como argumento que buscavam colonizar a Amazônia e supostamente integrar o país. Seria para essa finalidade que as estradas estavam sendo construídas, mas na verdade o que estavam fazendo era preservar as relações de produção, as relações de poder e a estrutura fundiária no Nordeste (IANNI, 2019).

No II PND (1975-1979), a proposta mais ambiciosa no âmbito do desenvolvimentismo autoritário do Regime Militar, havia alguns princípios que visavam uma maior integração dos diversos espaços regionais, a partir da ideologia do “Brasil Potência”. Na esfera agrícola, foram criados os Programas Especiais, voltados para o desenvolvimento rural integrado de áreas selecionadas, cujo principal objetivo era a transformação da agropecuária nordestina. Na perspectiva industrial aparecia o estímulo à instalação de Complexos Industriais, com especialização na produção de bens intermediários como petroquímica, química, metalúrgica, borracha, plásticos, etc., para reforçar a base do sistema industrial brasileiro, num plano de desconcentração industrial. Foi devido aos resultados obtidos nesse período que se encontram, em meio ao mar de atraso, algumas ilhas de dinamismo econômico (CARVALHO, 2001).

O mecanismo 34/18 foi transformado no Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FINOR), em 1974, visando corrigir algumas distorções existentes, como a cobrança de altas taxas de captação e o atraso na implantação dos projetos. Na nova versão, as empresas, localizadas em qualquer parte do país, não mais escolhiam o

projeto que iriam beneficiar, mas investiam no fundo, no caso do Nordeste FINOR, no valor máximo de 24% das deduções do imposto de renda, passando a ter uma cota do FINOR, cujo órgão gestor era a SUDENE, tendo como retorno um Certificado de Investimento (CARVALHO, 2001). A mudança, por sua vez, não deixou de produzir distorções.

Através da intensa atuação do Estado, produziu-se uma transformação na economia regional, que, em parte, ocorreu devido às políticas industriais que geraram mudanças estruturais significativas. Mesmo que não se tenha desenvolvido uma indústria regional substitutiva de importações voltada ao mercado interno, como estava esboçado nos objetivos do relatório do GTDN. O que de fato aconteceu foi uma expansão industrial através de filiais dos grandes capitais do Centro-Sul, principalmente de São Paulo, que avançaram rapidamente para o Nordeste em busca dos benefícios oferecidos. Desse modo, a indústria que se estabeleceu na região estava voltada para o setor de bens intermediários. Assim, a economia nordestina continuou a ser meramente complementar à economia do Centro-Sul, como já acontecia quando da fase da articulação comercial (CARVALHO, 2001).

No processo de integração entre as regiões, através da exportação de capitais produtivos em direção à “periferia”, criaram-se no Nordeste novas relações de trabalho, pela inserção da indústria, e um novo tipo de articulação produtiva entre as regiões. Mas diante da dependência na dependência, a industrialização nordestina teve sua intensidade e profundidade ditadas pelos interesses do capital extra regional e não pelas possibilidades reduzidas do capital local.

A integração que aconteceu no Nordeste a partir da década de 1960 resultou em dinamismo da economia regional, criando atividades produtivas e modernizando atividades tradicionais. Em paralelo a isso, podemos perceber uma crescente complementaridade entre a economia nordestina e a economia do Centro-Sul, consolidando na primeira uma estrutura produtiva marcada pela dependência (GUIMARÃES NETO, 1989).

Não obstante, mesmo essa transformação econômica foi bastante limitada. Consideremos o exemplo emblemático da cidade de Campina Grande (PB), que conseguiu avançar em sua industrialização através dos incentivos da SUDENE, mas não foi capaz de criar um centro autônomo de expansão manufatureira, como

preconizava o relatório do GTDN (SANTOS, 2013). A indústria instalada na cidade, como em boa parte da região, era produtora de bens leves ou intermediários, servindo fundamentalmente para abastecer a indústria do Centro-Sul. De acordo com Ferreira (1984), foi devido ao próprio modelo de industrialização fomentado pela SUDENE e suas fragilidades que, em Campina Grande, as fábricas começaram a abandonar a cidade quando estavam expirando o prazo dos incentivos fiscais concedidos em fins dos anos 1970, e a fuga se agravou com a crise econômica da década de 1980.

Neste período, as perspectivas de polos de crescimento do economista francês, François Perroux, marcaram a atuação do Estado desenvolvimentista dos governos militares diante da problemática regional. Perroux, em sua proposta teórica, parte da análise dos complexos industriais chegando a conclusão que investimentos estratégicos concentrados em polos, a partir de uma indústria líder, atrairia indústrias complementares, que iriam se integrar àquela e, por sua vez, produzir crescimento econômico ao redor daquele polo. No Brasil, a despeito de as teorias de Perroux analisarem o setor industrial, houve um uso dessa proposição para além da indústria, abrangendo também programas regionais de polos agrícolas (PORTUGAL; SILVA, 2020).

Em termos agrícolas, a década de 1970 constituiu-se como a “idade de ouro” do desenvolvimento da agricultura capitalista e sua integração com a economia industrial/urbana no Brasil. Esse momento ficou conhecido na literatura como “modernização conservadora”, quando houve um ciclo de modernização técnica e crescimento sem mudança na estrutura agrária. Tal processo nasceu da derrota da reforma agrária pelo Regime Militar. Essa “modernização” da agricultura brasileira entre as décadas de 1960 e 1980 transformou a realidade da produção agrícola, ao tempo em que promoveu um movimento de concentração de terras.

Os programas implementados, de 1964 em diante, não modificaram a estrutura fundiária da região, no sentido de produzir uma melhor distribuição dos recursos agrícolas essenciais: terra e água. Pelo contrário, o que se viu foi a ampliação da concentração. Os investimentos em infraestrutura – como açudes, poços, irrigação, estradas vicinais, redes de eletrificação rural, etc. – quase sempre privilegiaram as grandes empresas agrícolas, reforçando a organização da produção da forma que já existia. Os projetos de irrigação que foram instituídos atenderam a uma parcela muito

pequena da população, por serem intensivos em capital, numa região com excedentes estruturais de força de trabalho.

Desse modo, devemos informar que esse conjunto de iniciativas – entre órgãos federais como SUDENE, BNB, DNOCS, Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), e programas como o PIN, PROTERRA, etc. – não produziu como resultado o melhoramento substantivo nas condições de vida e trabalho dos camponeses e assalariados na agricultura, pecuária, agroindústria e outras atividades. Na verdade, a superexploração da força de trabalho crescia, à medida que prosperavam os grandes negócios de empresas protegidas e favorecidas pelos governantes (IANNI, 2019). Apesar do assumido fracasso no aspecto social, a economia nordestina respondeu aos estímulos da SUDENE. O Produto Interno nordestino anual cresceu em média 7,1%, entre 1960 e 1980. E se observarmos somente a década de 1970, essa região cresceu a uma taxa anual de 10,1%, enquanto o Brasil cresceu 8,7%.

Entretanto, esse crescimento não abrangeu a região como um todo, ficou restrito a algumas áreas de intenso dinamismo convivendo com outras estagnadas. De modo que nem é possível generalizar que o Nordeste passou por melhora substancial ao longo dessas últimas décadas por conta dos “polos de desenvolvimento”, nem que a estagnação continuava a ser marca de toda a região (LIMA, 2005).

Podemos destacar o surgimento de espaços dinâmicos, resultado da incisiva ação do Estado. Entre esses polos dinâmicos, destacam-se: os industriais, como o complexo petroquímico de Camaçari (BA), o polo têxtil e de confecções de Fortaleza (CE), e o complexo minero-metalúrgico de Carajás-São Luís (MA); os agroindustriais, do polo de fruticultura irrigada do submédio São Francisco de Petrolina (PE) / Juazeiro (BA), da moderna agricultura de grãos nos cerrados nordestinos (particularmente o oeste baiano e sul maranhense), e do polo de fruticultura do Vale do Açu (RN) (LIMA, 1994); além de diversos polos turísticos nas principais cidades litorâneas e os tecnopólos de Campina Grande (PB) e do Recife (PE) (BACELAR, 2000b).

Mas a existência desses polos e o crescimento econômico que teve a região não foram o bastante para celebrar. De acordo com os números da tabela 2, a seguir, que mostra a participação do Produto das Regiões no PIB brasileiro, ainda que o Nordeste tenha passado por um processo de transformações, que produziu elevadas margens de crescimento econômico, sua participação relativa na economia brasileira não

melhorou, representando em 1980, 13% do PIB brasileiro, um valor inferior ao que tinha em 1959, que era 14,4%, quando começou a Operação Nordeste e a SUDENE foi criada.

Tabela 2 – Participação percentual das Grandes Regiões no PIB brasileiro (1970-1985)

Grandes Regiões	1959	1970	1975	1980	1985
Norte	2,0	2,2	2,1	3,3	4,1
Nordeste	14,4	11,7	11,1	12,0	13,7
Sudeste	65,4	65,5	64,8	62,3	59,1
Sul	16,2	16,7	17,9	17,0	17,1
Centro-Oeste	2,3	3,9	4,1	5,4	6,0
Brasil	100	100	100	100	100

Fonte: CARVALHO (2001, p. 84).

O Nordeste é o caso exemplar de “mau desenvolvimento”, como Celso Furtado (2013b) chamou atenção, mesmo que tenha melhorado a infraestrutura física, particularmente nos setores de transporte e energia, não conseguiu reverter o crescimento econômico em elevação dos salários reais das grandes massas, nem, tampouco, a melhoria da qualidade de vida da população rural.

Em balanço, a intervenção planejada do Estado brasileiro, via SUDENE, mesmo possibilitando uma transformação econômica pontual, não o fez rompendo com a relação de dependência existente entre o Nordeste e o Centro-Sul. Além disso, não foi capaz de transformar em um sentido positivo a vida das camadas subalternas. Aquele potencial democratizante, da primeira metade da década de 1960, ao ser brutalmente interrompido, deixou o gosto amargo da ponderação sobre o que teria sido do Nordeste se tivessem sido levadas a cabo todas aquelas iniciativas, desde a reforma agrária até a alfabetização em massa. A realidade, por sua vez, foi de violência e modernização conservadora, resultando neste quadro que já apresentamos.

Em 1979 teve início uma nova seca, que, como as anteriores, escancarou os problemas estruturais do Nordeste sertanejo, desencadeando uma profunda crise na cultura algodoeira, que trataremos no próximo capítulo. Diante da seca, o regime lançou-se, mais uma vez, em busca de minorar os problemas regionais, inclusive como forma de tentar “bloquear” o fortalecimento da oposição, que passou a contar com

figuras como Miguel Arraes e Francisco Julião, de volta do exílio. Enquanto isso, os ideólogos do regime voltavam àquelas velhas teses de que o Nordeste seria uma região “castigada pela natureza”, uma região “exótica”, ou qualquer outro argumento que pudesse tirar a culpa do sistema que explora os homens e os recursos naturais a disposição (IANNI, 2019).

Octávio Ianni (2019), ainda, chama atenção para a movimentação das classes subalternas, que através de greves do operariado da agroindústria canavieira, com novas lideranças, obrigando os usineiros a sentar-se à mesa de conversações, em uma movimentação correlata, ainda que em proporção menor, com as importantes greves operárias do Centro-Sul. De modo que, depois de muito tempo sem atividade política expressiva, as classes subalternas estavam novamente em um processo de ascenso político, ainda que tímido. Mas considerando o peso repressivo da ditadura, desde 1964, esse movimento de repolitização dos trabalhadores do campo e da cidade, através da greve dos trabalhadores da agroindústria canavieira, entre 1979 e 1980, foi significativo para o Nordeste e o Brasil.

Para que se tenha dimensão, essa greve dos trabalhadores canavieiros, no período da safra, na Zona da Mata pernambucana, em 1979 mobilizou cerca de 20 mil trabalhadores. No ano seguinte, uma nova greve, com adesão de 240 mil trabalhadores (PEIXOTO, 2017, p. 162).

Em 1980, o que se pode constatar é que o Nordeste não alcançara a tão sonhada redenção. Os problemas regionais continuavam a existir, os trabalhadores urbanos e rurais seguiam trabalhando e sobrevivendo sob condições adversas. A superexploração da força de trabalho, pela burguesia regional, nacional e estrangeira, amplamente favorecida pelo regime, era o parâmetro básico de exploração. De modo que nos 20 anos de atuação da SUDENE não havia tanto o que comemorar, ao menos não por parte das classes trabalhadoras e subalternas.

3.3.2 Breve Anotação Crítica à Interpretação de Dissolução das Regiões

Julgamos importante fazer um breve parêntese crítico aos limites da interpretação de Francisco de Oliveira quanto ao aspecto da dissolução das regiões que aparece como argumento no seu livro *Elegia para Uma Re(li)gião*, publicado, pela

primeira vez, em 1977. O autor afirma que a expansão do capitalismo monopolista no Brasil, através da transferência de capital produtivo do Centro-Sul em direção ao Nordeste – que simboliza o ápice da integração da economia do Nordeste com a economia do restante do país – apontaria, no limite, para a extinção das “economias regionais” no Brasil, no sentido da dissolução das regiões enquanto espaço de produção e apropriação do valor (OLIVEIRA, 2008, p. 275).

Nesse sentido, a despeito de sua grande contribuição à crítica ao dualismo estruturalista e na busca pelo conhecimento da questão nordestina, essa interpretação demonstra que o autor não rompe completamente com o dualismo, estando preso a um esquema de dois “brasis”. Paulo Henrique Martins, também sociólogo pernambucano, faz uma crítica a essa postura de Francisco de Oliveira, indicando seu “vício de uma construção teórica que procura fundar-se na existência de dois estados em um só Estado” (MARTINS, 1985, p. 104).

Entendemos, por outro lado, que a integração econômica brasileira se afirma pelas diferenças entre as regiões, de modo que não há sentido em integrar o homogêneo. É neste processo de unificação dos mercados, através da nova classe dirigente, que o Estado assimila as classes dominantes tradicionais (MARTINS, 1985). O resultado foi uma formação econômico-social como a brasileira, onde se destacam problemas de natureza regional, pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, que obedece a ritmos diferenciados nas diferentes regiões.

Além disso, as diferenciações regionais não surgem unicamente da predominância das formas de reprodução do capital, mas também da relação entre as classes dominantes das diferentes regiões e destas com as classes subalternas. Ainda merece destaque o Estado que, capturado pelo bloco hegemônico, reforça os elementos que condicionam as desigualdades no ritmo de desenvolvimento capitalista das regiões.

Em oposição às conclusões de Francisco de Oliveira, que foram pelo caminho de apontar para a dissolução das regiões no Brasil, indicamos a crítica lançada pelo geógrafo Milton Santos, ao apontar que essa perspectiva de Oliveira “intoxicou a maior parte dos economistas e, desgraçadamente, também dos geógrafos, com a ideia de que a região havia soçobrado com a modernidade” (SANTOS, 1995, p. 101). Milton Santos, por outro lado, afirma, contundentemente, que a dissolução das regiões não

existe, o que ocorre, na verdade, é que elas passaram por um processo de transformação. Enquanto no passado, as partes que constituem um território eram ligadas, em grande medida, pela energia que vem da natureza; com o avançar da modernidade partes desses territórios passaram a ser interligadas a partir da informação, essa nova energia, que se tornou o motor das relações sociais e geográficas entre as regiões.

Milton Santos (1995), em sua abordagem, aponta para o relevante papel da tecnologia e da informação, que reforçam as desigualdades dos espaços regionais, persistindo e dando novas dimensões às diferenças regionais no Brasil. A partir dessa proposta identifica diferenciações regionais no Brasil, cabendo no mesmo território nacional: um Brasil onde se observa o meio técnico-científico de forma praticamente contínua, ainda que contenha ilhas de arcaísmo, que tem sede em São Paulo, mas se espalha pelos estados vizinhos; e outro Brasil onde essas novas condições do espaço geográfico aparecem apenas como manchas e pontos, ou seja, no Nordeste e na Amazônia.

Quando ao Nordeste, Milton Santos ainda apresenta que se trata de:

[...] uma região onde o passado tem força, através de suas expressões contraditórias que formam a sua história e que, mesmo como inércia, são a razão do movimento: a estrutura agrária, a estrutura social, o peso de uma população, o significado de uma iconografia (SANTOS, 1995, p. 100).

Diante dessa abordagem crítica, podemos constatar que Francisco de Oliveira, mesmo tendo uma aguda percepção da problemática nordestina e uma análise refinada sobre a discussão da questão regional no marxismo, ficou limitado neste ponto da dissolução das regiões. O que não invalida sua produção, mas, pelo contrário, estimula a crítica e a percepção de novos aspectos da questão nordestina nos anos posteriores à publicação dessa sua importante obra sobre o Nordeste.

Adiante, avançamos na análise da crise do desenvolvimentismo autoritário experimentado pelo Regime Militar e os desdobramentos das políticas de desenvolvimento regional a partir da década de 1980.

CAPÍTULO 4 – CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E A NOVA HEGEMONIA NEOLIBERAL

Neste capítulo, buscaremos dar conta de entender os determinantes da crise do desenvolvimentismo, como uma nova crise orgânica, levando em consideração os aspectos econômicos, políticos e sociais que redundaram na queda do regime ditatorial. Considerando, ainda, como essa crise de hegemonia se expressa no processo constituinte e a questão nordestina na década de 1980. Em seguida, avançaremos para a análise da nova hegemonia do neoliberalismo no bloco histórico, através da construção de um projeto neoliberal periférico no Brasil, que se abre na década de 1990. E, por fim, nos propomos a analisar a questão nordestina diante desse novo contexto.

4.1 A Crise de Hegemonia Desenvolvimentista

Na primeira metade da década de 1980, o bloco desenvolvimentista começou a dar sinais de esgotamento em função do aprofundamento da crise econômica, que aconteceu, em grande medida, por conta do cenário internacional – marcado pelo segundo choque do petróleo em 1979 e uma mudança drástica nos fluxos internacionais de capitais – em vista da política adotada pelos países hegemônicos de elevação das suas taxas de juros. O resultado foi uma “crise da dívida externa” nos países subalternos que atingiu grande parte dos países latino-americanos, particularmente o Brasil. Encerrava-se, assim, uma trajetória de crescimento econômico que esses países experimentaram e que, no caso do Brasil, vinha desde a década de 1930.

Devido à escassez de novos capitais e com a dívida externa nas alturas, havia uma pressão para um rearranjo na articulação existente entre os capitais (externo e interno, privado e estatal) em um sentido liberalizante, intentando contornar a crise do endividamento e, assim, deixar para trás o grande acordo que tinha permitido aquelas elevadas taxas de crescimento da década de 1970. Essa reversão dos fluxos financeiros tornou-se uma barreira intransponível à manutenção da estratégia de desenvolvimento adotada pelo Regime Militar, especialmente no II PND. O resultado

foi um ajuste estrangulado caracterizado por restrições de ordem externa e interna, com elevadíssimo nível de endividamento público e de dependência externa.

Diante desse cenário, o governo Figueiredo adotou inicialmente um plano de austeridade elaborado pelo então Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen – o mesmo que na época do II PND era favorável a uma maior abertura ao capital externo. Não obstante, sua política não foi capaz de dar respostas rápidas, principalmente no aspecto da inflação. Diante disso, o governo se viu na obrigação de convocar Delfim Netto, uma vez mais, como condutor da política econômica do regime.

Delfim Netto, que estava no Ministério da Agricultura, foi para o Ministério do Planejamento com a intenção de conciliar medidas de combate à inflação com a busca pela manutenção do crescimento da economia, produzindo, em síntese, um conjunto de políticas de corte recessivo. Essas políticas consistiam em corte dos investimentos das estatais, dos gastos públicos, do crédito, dos meios de pagamento e depressão do salário real. Todavia, isso não foi suficiente para debelar o processo inflacionário, produzindo, por outro lado, o aprofundamento da recessão econômica e inaugurando o que seria a década perdida (SOUZA, 2014).

Constitui um erro frequente, de acordo com Antonio Gramsci (2016, p. 38), entre aqueles que fazem análise histórico-política não encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é casual, recaindo muitas vezes em análises economicistas ou mecanicistas. É, então, um desafio para o investigador social conseguir separar o que se trata de um evento ou processo conjuntural de um orgânico. Neste caso, todavia, observando a razoável distância, fica claro que ao longo da década de 1980, o bloco desenvolvimentista experimentou uma crise de hegemonia. Esse momento histórico demarca um movimento orgânico, em que este bloco se viu ameaçado pelo esgotamento das políticas desenvolvimentistas e pelas crescentes mobilizações sociais das classes trabalhadoras e subalternas. Essas crises – econômica, social e política em conjunto – demonstram que o bloco desenvolvimentista estava passando por uma profunda crise orgânica, quando tem lugar uma crítica histórico-social para além dos pequenos grupos dirigentes e das personalidades imediatamente responsáveis pelo poder.

A particularidade histórica dessa crise de hegemonia, da década de 1980, no Brasil, é que o bloco desenvolvimentista, esse grande empreendimento que a classe dirigente impôs pela força, estava sob a tutela de um governo autocrático – o Regime Militar que perdurava desde 1964. O que estava em questão, portanto, era a mudança do regime político e um processo de “abertura democrática”. Essa crise orgânica, ao mesmo tempo que foi resultado da crise econômica, era também fruto do avanço da luta de classes e das grandes greves do fim da década de 1970, que abriu mais espaço para o acirramento das lutas de classe com o aparecimento de mobilizações das classes subalternas e luta pela democratização, na década de 1980, quando cabe destacar a realização de importantes greves entre 1979 e 1989.

É demasiado simplificador a interpretação de que, na década de 1980, está circunscrita, politicamente, apenas a transição da ditadura para uma democracia liberal burguesa representativa. Há um movimento orgânico de maior profundidade. Essa crise de hegemonia expressa o início da ruptura com o padrão de acumulação desenvolvimentista, abrindo-se a novas possibilidades históricas. O que aconteceu foi uma crise da forma desenvolvimentista do Estado, que vinha desde a década de 1930 e passou por diversos regimes políticos e tipos de governo – entre abertamente autoritários (1937-1945; 1964-1985) e de “democracia” restrita (1930-1937; 1945-1964).

O Estado desenvolvimentista (ou varguista), como buscamos demonstrar nos capítulos anteriores, exerceu um papel essencial para o desenvolvimento do capitalismo industrial, ao criar instituições e políticas que o projetaram como núcleo organizador da sociedade. De modo que coube a esse Estado o papel de impulsionador do crescimento econômico ao propiciar as condições gerais de produção, inclusive atuando diretamente na esfera produtiva. Este serviu como principal agente na construção de um capitalismo industrial nacionalmente integrado, ainda que marcado pela dependência do capital externo.

A crise do desenvolvimentismo desestabilizou o Regime Militar. Aquele modelo econômico adotado no II PND, que tinha em sua base recursos estrangeiros, não se sustentou quando o crédito cessou. Diante da crise capitalista internacional da década de 1970 e dos choques do petróleo, particularmente o segundo, os EUA optaram pela política de elevação das suas taxas de juros, provocando uma enorme fuga dos

capitais que se encontravam na periferia. Uma das consequências dessa crise da dívida externa e da ausência de crédito foi que, em agosto de 1982, o México decretou moratória, deixando os capitalistas em alerta.

A crise mexicana escancarou a magnitude da situação de um conjunto de países da periferia e os bancos internacionais fecharam as “torneiras” de crédito ao Brasil, passando a exigir que o país fizesse um acordo formal com o FMI. Conforme documento secreto do Itamaraty divulgado no Arquivo Nacional¹⁰⁸, a situação só não foi pior porque o Brasil contou com ajuda de dois empréstimos secretos do Tesouro dos Estados Unidos, no montante de US\$ 1,5 bilhão, dando uma sobrevida ao país, até que firmasse o acordo com o FMI, o que aconteceu logo após as eleições de 1982. A contrapartida deveria vir na forma de completa subserviência, incluindo o alinhamento incondicional aos EUA na Guerra Fria (ainda em vigência) e aprovação de propostas encaminhadas pelos EUA ao sistema internacional de comércio, mesmo que essas normas pudessem, eventualmente, ferir interesses brasileiros futuros. Nesse intuito, Ronald Reagan, presidente estadunidense, em visita ao Brasil, em dezembro de 1982, entre propor um brinde ao “povo da Bolívia”¹⁰⁹ e propor cooperação nuclear, na área industrial e militar, comunicou que haveria outro aporte de US\$ 1,2 bilhão do Banco de Compensações Internacionais (BIS), graças à sua intervenção em favor do Brasil.

O FMI partia do diagnóstico que esses países tinham se endividado por conta dos gastos internos excessivos, que, por sua vez, tinham provocado déficit na conta de transações correntes. De modo que deveriam gerar superávits na balança comercial para pagar os juros da dívida externa e, quando pudessem, amortizar o montante principal (LUNA, KLEIN, 2014). Nesse sentido, diante da reversão dos fluxos de financiamento externo, foram realizadas sucessivas opções de “ajuste” macroeconômico para tentar colocar a economia brasileira dentro dos limites impostos pelas novas restrições externas e dos acordos firmados. Foram adotados ajustes que implicaram numa forçada reestruturação econômica, tendo em vista atender o constrangimento externo (DELGADO, 2012).

108 FARIELLO, Danilo; OLIVEIRA, Eliane. O mês em que o Brasil faliu. **O Globo**. 01 set. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/o-mes-em-que-brasil-faliu-5976901> Acesso em 16 mar. 2020.

109 AGÊNCIAS INTERNACIONAIS. Gafe ocorreu em jantar com Figueiredo: Reagan confundiu Brasil com Bolívia. **Folha de S. Paulo**. 11 out. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc111011.htm> Acesso em 16 mar. 2020.

Esse processo de ajustamento, ao buscar corrigir o desequilíbrio externo, aprofundava o desequilíbrio interno. Com os juros elevados e as contas públicas deterioradas, o investimento produtivo caiu de maneira brusca. Além disso, a inflação não era um elemento de importância menor no contexto da crise da década de 1980, pois fugiu ao controle dos economistas do governo que, em vão, buscavam controlá-la reduzindo o consumo interno, visto que havia um componente inercial que impedia o funcionamento dos métodos tradicionais de controle da inflação (LUNA, KLEIN, 2014).

Diante da relativa desorganização provocada pela recessão de 1982-1983, a política econômica coordenada pelo ministro Delfim Netto lançou mão da estratégia de geração de saldos comerciais expressivos. Nesse processo de ajustamento, o setor agrícola e as cadeias de agroindústrias passaram a exercer um papel crucial na exportação de mercadorias, visando gerar saldos de comércio exterior. De modo que o setor agrícola foi convocado a promover o crescimento de sua produção com esse objetivo (DELGADO, 2012).

O novo cenário externo constrangia o regime a adotar mudanças na estratégia de desenvolvimento praticada até então. Em sentido oposto, o cenário interno estava marcado pela luta de classes, com movimentos populares demandando, além de liberdades políticas, distribuição da riqueza gerada no processo de “mau desenvolvimento”. Eis a encruzilhada que estava o Regime Militar: de fora vinha a pressão para adotar um conjunto de políticas econômicas em sentido liberalizante; das pressões sociais internas se destacava a tensão em direção à liberdade política e um desenvolvimentismo distributivo.

O governo de João Figueiredo, o último dos presidentes deste Regime Militar, aplicou ajustes que já tinham alguns elementos neoliberais, como um ajuste externo acompanhado de um ajuste fiscal (muito menos drástico do que o mexicano em situação similar). Mas essa aplicação foi parcial, muito longe, por exemplo, do Chile que após golpe de 1973 mergulhou profundamente numa agenda neoliberal¹¹⁰. De

110 O Chile foi o primeiro laboratório do neoliberalismo. Após o golpe dado por Augusto Pinochet contra o governo da coalizão de esquerda da Unidade Popular de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, que reprimiu violentamente os movimentos sociais e organizações políticas de esquerda, desmantelando as formas de organização popular. Um grupo de economistas formados pela escola de Economia da Universidade de Chicago – *Chicago boys* – foi convocados a “reconstruir” a economia do país, seguindo os ensinamentos de Milton Friedman. Trabalharam de acordo com a lógica do livre mercado: privatizando os ativos públicos, liberando os recursos naturais para a exploração privada e facilitando o investimento estrangeiro direto e o livre comércio. O subsequente revigoramento da economia chilena em termos de taxas de crescimento, acumulação de capital e altas taxas de retorno dos investimentos estrangeiros

modo que no Brasil, ao longo da década de 1980, se pode inferir que o neoliberalismo já estava sendo “empurrado” de fora para dentro, mas ainda não se projetava hegemônico, de modo que o desenvolvimentismo ainda dominava “corações e mentes”.

A escolha de uma política econômica de caráter recessivo, inflacionária e “injusta”, por transferir o custo do ajuste para os de dentro – principalmente os assalariados e as empresas estatais – evitando onerar os capitais externos, começou a minar o apoio político ao Regime Militar. Essa estratégia serviu para afastar o governo da sua base de sustentação sociopolítica, que era mais apoiadora do Estado desenvolvimentista do que do regime autocrático em si. O resultado foi que parte do velho bloco desenvolvimentista rumou em direção à oposição (SALLUM JR., 2015).

É fundamental entender o processo através do qual a crise econômica minguiu o apoio político ao regime e, em seguida, ao próprio desenvolvimentismo. Em 1982, diante da degradação do regime, os partidos de oposição conquistam estados importantes – com destaque para o Rio de Janeiro por Leonel Brizola¹¹¹ do Partido Democrático Trabalhista (PDT), São Paulo por Franco Montoro¹¹² pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Minas Gerais por Tancredo Neves (PMDB), além de outros 7 estados. A vitória da oposição nestas eleições foi a forma, ainda que distorcida, de expressão do rechaço popular à ditadura.

Nesse ensejo, no ano de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB) apresentou uma Emenda Constitucional propondo o restabelecimento da eleição direta para a presidência da República. Ao fim do ano, já estavam acontecendo atos públicos em defesa da emenda que se intensificaram e, a partir de 1984, adquiriram caráter de massas, tornando-se a campanha das Diretas Já.

Diante da crise econômica, a fração industrial monopolista buscava se dissociar do regime. Para isso aproveitou os gigantescos comícios pelas Diretas Já visando se

produziu as “evidências do sucesso” do neoliberalismo, nas quais Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos se apoiaram para adorar o modelo (HARVEY, 2007).

111 Leonel de Moura Brizola (1922-2004), gaúcho de Carazinho, foi engenheiro civil e político brasileiro. Foi deputado estadual do Rio Grande do Sul (1947-1955), deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1955-1956), prefeito de Porto Alegre (1956-1958), governador do Rio Grande do Sul (1959-1963), deputado federal pela Guanabara (1963-1964) e governador do Rio de Janeiro (1983-1987; 1991-1994).

112 André Franco Montoro (1916-1999), paulista de São Paulo, foi jurista e político brasileiro. Foi deputado estadual de São Paulo (1941-1950), deputado federal por São Paulo (1959-1966; 1995-1999), Ministro do Trabalho (1961-1962), senador pelo estado de São Paulo (1971-1983) e governador de São Paulo (1983-1987).

fortalecer no processo de disputa sucessória contra o partido do regime, o Partido Democrático Social (PDS), que outrora fora a ARENA. Ao tempo que o movimento operário e popular, através do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), buscava influir nos rumos da campanha. Desse modo, conformaram uma espécie de aliança entre a oposição burguesa e o movimento operário e popular, sob a nítida direção da primeira (NERY, 2014).

O sentimento de rechaço à ditadura foi canalizado para a Emenda Dante de Oliveira, no sentido de reivindicar mudanças nas regras da próxima eleição para a Presidente da República. No bojo dessa crise orgânica, a oposição burguesa, representada principalmente pelo PMDB e PDT, buscava a superação do regime, mas dentro dos parâmetros da ordem. Havia um temor de que a revolta dos pobres urbanos se encontrasse com a do movimento operário que vinha se organizando desde 1978 (RODRIGUES, 2017). Conforme nos diz Florestan Fernandes ([1988] 2014b, p. 262), “o que as classes trabalhadoras e subalternas queriam era uma ruptura rápida e definitiva não só com o regime ditatorial, mas com o antigo regime que ele restaurava e repunha em vigor pela força do fuzil”.

É inegável a importância da mobilização das classes trabalhadoras e subalternas para a desestabilização do Regime Militar e nas próprias manifestações pelas Diretas Já que, inclusive, tinham potencial para se aprofundar num processo de transição muito mais amplo. Contudo, a campanha, no primeiro semestre de 1984, reuniu além das classes populares urbanas e das classes médias, importantes setores do empresariado e da tecnoburocracia, formando uma campanha multipartidária e policlassista. De modo que, em última instância, a oposição burguesa ao Regime dirigiu a campanha e canalizou as insatisfações das classes trabalhadoras e subalternas para a luta parlamentar, dentro do campo da ordem. Nesse sentido, os movimentos mais à esquerda não tiveram condições de impedir este processo e acabaram sucumbindo à direção burguesa (NERY, 2014).

De toda forma, não devemos esquecer que o próprio fato de a escolha, se a eleição seria direta ou indireta, estar restrita aos limites do parlamento controlado pelo Regime, ilustra muito bem que as aspirações mais amplas das classes trabalhadoras e subalternas, que levantaram a bandeira pelas Diretas, estava desviado do seu curso,

não sobrando grande margem para propor uma superação decisiva e abrupta ao Regime Militar (RODRIGUES, 2017).

Reforçamos que, ao ser conduzida pela oposição burguesa, a campanha das Diretas Já tornou-se uma barreira para que:

[...] as reivindicações das classes populares ultrapassassem a luta parlamentar e pudessem impulsionar um processo de redemocratização do país capaz de pôr abaixo a estrutura militarizada do aparelho de Estado brasileiro, abrindo caminho para que a mudança da forma de Estado e do regime político ditatorial para a democracia propiciasse alterações nas estruturas da formação social que trouxessem ganhos reais para as classes populares (NERY, 2014, s/p).

Mais uma vez, então, se verifica na história desse país um afastamento das massas populares da direção dos processos importantes, em favor da direção burguesa dos mesmos. Diante disso, a força dessas manifestações foi limitada. Deve-se considerar, ainda, que o poder dos trabalhadores representados por seus sindicatos, organizações culturais e partidos estava bastante restrito. A prisão política criada pela “transição lenta, gradual e segura” garantiu o monopólio do poder estatal pelas frações mais conservadoras e reacionárias das classes dominantes, que amorteceram as pressões vindas de baixo (FERNANDES, [1988] 2014d).

O que a campanha das Diretas Já de fato alcançou foi a possibilidade de limitar o poder de decisão do Regime Militar sobre a sucessão presidencial, em favor da oposição burguesa, que teve melhores condições de negociar o processo sucessório com o governo e o PDS (NERY, 2014). Nessa conformidade, pode-se considerar que a campanha das Diretas Já cumpriu o duplo papel de, em primeiro lugar, conter um impulso de radicalidade do movimento de massas em torno de suas aspirações democráticas e, em segundo lugar, garantir melhores condições de negociação com o Regime para sua sucessão.

Além disso, devemos ter em conta que o Regime Militar, mesmo em seu fim, impôs uma derrota ao movimento das Diretas, pois, em abril de 1984, o governo exerceu seu poder, ao mobilizar a bancada do PDS para votar contra a proposta de emenda constitucional, vetando-a, de modo que o objetivo central da campanha não foi alcançado. Assim, vigorou a lógica da “conciliação pelo alto” em favor da transição “lenta, gradual e segura” (MACIEL, 2014). Então, ao invés de eleições diretas, a escolha do primeiro presidente civil em mais de 20 anos se daria através de um colégio

eleitoral composto por deputados federais, senadores e delegados indicados pelas Assembleias Legislativas dos estados.

No processo pré-eleitoral, o PDS dividiu-se em torno de dois pré-candidatos à presidência. Venceu Paulo Maluf, na convenção nacional do partido, consagrando-o candidato oficial, contra Mário Andreazza, que era indicação de João Figueiredo. Em virtude desse episódio, uma parte da base do regime moveu-se em direção à oposição, na medida que a oposição moveu-se em direção aos dissidentes do PDS.

O PMDB, principal partido burguês opositor ao regime, escolheu Tancredo Neves como seu candidato a presidente, ao invés de Ulysses Guimarães, para agradar aqueles que haviam rompido com o PDS. É importante lembrar que, quando se deu o fim do bipartidarismo, em 1979, Tancredo Neves filiou-se ao Partido Popular (PP), um autêntico partido dos banqueiros, que, mais tarde, fundiu-se ao PMDB, em 1982, por razões puramente práticas. Ainda merece nota que, dentro do PMDB, Tancredo sempre esteve vinculado aos setores mais conservadores do partido. O candidato a vice-presidente, nesta chapa, foi José Sarney¹¹³, que havia sido presidente do PDS e teve longa tradição na ARENA (NERY, 2014).

Nessa disputa eleitoral, o candidato Tancredo Neves, da Aliança Democrática, representava um conjunto de propostas desenvolvimentistas e contava com apoio do empresariado industrial. Enquanto o candidato apoiado pelo regime, Paulo Maluf, fez um movimento de aproximação a um projeto liberalizante, que tinha suporte das Associações Comerciais e no Setor Agrícola Exportador (SALLUM JR., 2015).

Com a chapa Tancredo-Sarney, o PMDB venceu as eleições (indiretas), de 15 de janeiro de 1985. Todavia, a exclusão da participação popular teve seu preço. A oposição política só teve condições de vencer no Colégio Eleitoral contendo suas ambições, escolhendo um político moderado, Tancredo Neves, efetuando um pacto político com os dissidentes do PDS, representados por José Sarney.

Como é sabido, o presidente eleito, Tancredo Neves, não tomou posse, tendo adoecido e morrido em poucas semanas. Quem assumiu, em seu lugar, foi o vice-presidente, José Sarney, em março de 1985, que ficou encarregado da transição. Assumiu, mas não sem crítica, visto que ao não ter assumido Tancredo, houve quem

113 José Sarney de Araújo Costa (1930-), maranhense de Pinheiro, é advogado, escritor e político brasileiro. Foi governador do Maranhão (1966-1970), senador pelo estado do Maranhão (1971-1985), presidente do Brasil (1985-1990) e senador pelo estado do Amapá (1991-2015).

questionasse a legitimidade da posse do seu vice, quando deveria ter sido convocada nova eleição.

O governo Sarney (1985-1990) foi marcado por diversos planos econômicos visando a contenção da inflação e a garantia da transição lenta, gradual e segura. Nas eleições de 1986, foram escolhidos os governadores dos estados, senadores e deputados federais. Diante do congelamento de preços do Plano Cruzado e controle artificial da inflação¹¹⁴ (que depois voltaria a estourar), o PMDB conseguiu eleger 22 governadores, além de 49 senadores, 487 deputados federais, o que lhe garantia a maioria sobre o Congresso Constituinte¹¹⁵. Em seguida veio a disputa em torno da nova regulação para o Estado brasileiro, a CF88.

4.1.1 Constituição de 1988 e a “Nova República”

Em contraste com o discurso de “Constituição Cidadã” – conforme as palavras de Ulysses Guimarães, presidente do Congresso Constituinte – Florestan Fernandes¹¹⁶, que foi deputado constituinte pelo PT, indicou – ao longo de diversos textos que foram agrupados no livro *Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política* – os limites do processo que aconteceu por dentro do plano para evitar uma ruptura com o Regime Militar, de acordo com o mantra da transição “lenta, gradual e segura”, tutelada pelo poder executivo que contava com a figura de José Sarney na Presidência da República.

Ainda na trilha do que disse Florestan Fernandes ([1988] 2014a) sobre o processo, os empresários e suas entidades corporativas agiram coletivamente com interesse em impedir uma passagem abrupta da ditadura militar para um governo democrático e que a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) não fosse exclusiva, livre

114 O Plano Cruzado foi o principal instrumento de combate a inflação do Governo Sarney, inicialmente foi bem-sucedido, pois conteve os índices inflacionários, mas, ao fim de 1986, pelas falhas em sua concepção, o recrudescimento da inflação levou o plano ao fracasso. As principais medidas do plano foram as seguintes: introdução de nova moeda, na razão de mil cruzeiros para cada cruzado; congelamento de preços; indexação dos salários, através de um reajuste automático quando a inflação acumulada alcançasse 20%; e outras (BARBOSA, 2001).

115 O que deveria ser uma verdadeira Assembleia Nacional Constituinte (ANC), livre e soberana, autodelimitou-se a um Congresso Constituinte. De modo que, “na linguagem coloquial dos próprios parlamentares”, se impuseram “ferrolhos” à manifestação legítima da soberania de uma ANC (FERNANDES, 1987c, p. 59).

116 Florestan Fernandes (1920-1995), paulista de São Paulo, foi sociólogo, professor e político brasileiro. Foi deputado federal por São Paulo (1987-1995).

e soberana, mas somente um Congresso Constituinte. A classe dominante deu preferência a um “acordo conservador” através do qual as funções da ditadura foram recicladas. O resultado foi um Congresso Constituinte preso à referida forma de “transição democrática”.

Em 1º de fevereiro de 1987, foi instalado o Congresso Constituinte e logo no início apareceu sua primeira anomalia. Foi levantada a questão dos senadores que haviam sido eleitos em 1982 – e, teoricamente, tinham mandato de oito anos – se eles deveriam fazer parte da delegação constituinte, visto que não passaram pelo crivo popular para este fim. Acabou que eles ficaram, em grande medida, representando o regime sobre o qual eles foram “eleitos” cinco anos antes.

O Congresso Constituinte sofria de um mal congênito que não poderia ser resolvido no âmbito do capitalismo: a sua incapacidade de superar os problemas de um país no qual o desenvolvimento historicamente desigual condenava quase três quintos da população a padrões de vida deploráveis. As “fórmulas” propostas para combater e superar o desenvolvimento desigual eram elaboradas, justamente, por aqueles interessados em mantê-lo, a saber: os proprietários do grande capital e do poder no Brasil e as nações capitalistas centrais (FERNANDES, [1988] 2014d).

No âmbito do Congresso Constituinte, destacam-se dois grandes grupos de parlamentares: A Comissão de Sistematização, de centro-esquerda, cujo relator produziu o primeiro anteprojeto da Constituição a partir das várias comissões temáticas e das emendas parlamentar. Esse grupo tinha a intenção de renovar a estratégia desenvolvimentista, deixando para trás o autoritarismo do Regime Militar, apostando numa estratégia em busca de crescimento econômico, distribuição de renda e ampliação da cidadania em conjunto. E o Centrão Democrático, ou Centrão, de centro-direita, organizado para conter o que apontavam como “imposição esquerdista” daqueles. Este grupo era formado por parlamentares com uma orientação liberal na economia e clientelista na política (SALLUM JR., 2015).

O potencial alcance libertário e democrático da CF88 foi limitado pela hegemonia conservadora. Entretanto, essa hegemonia não foi suficiente para produzir uma carta constitucional que tivesse como resultado um Estado burguês ideal para aqueles que dirigem na periferia do mundo capitalista (FERNANDES, [1988] 2014e). A despeito dos cinco poderes em favor dos capitalistas – o deles próprios, como classe

dominante; os três poderes clássicos: Executivo, Legislativo e Judiciário; e o Militar – o Congresso proporcionou aos trabalhadores espaço político institucional para que eles pudessem travar a luta de classes no âmbito da legalidade burguesa, mesmo diante de profundas limitações. Para que, em meio às contradições do processo, pudessem assegurar um conjunto de direitos que Florestan Fernandes ([1988] 2014a) fez questão de listar, destacando direitos trabalhistas, liberdades políticas, etc. Direitos pelos quais valia a pena as classes trabalhadoras e subalternas lutarem, para manter na CF88 tudo aquilo que foi conquistado, a despeito da má vontade e oposição dos representantes da classe dominante.

Os trabalhos do Congresso, através dos diversos grupos representados no processo e suas discordâncias, mesmo no âmbito das classes dominantes, revelam a profundidade e a extensão da crise de hegemonia em toda sua contradição. Isso fica claro através da incorporação de aspectos autocráticos à nova institucionalidade constitucional, mas que não impede a inserção de diversos direitos sociais e políticos defendidos pelas forças democráticas e pelo movimento social das classes subalternas (MACIEL, 2011).

O produto do Congresso Constituinte foi uma Constituição heterogênea e heteróclita, em decorrência dos embates entre duas tendências excludentes – de conservantismo burguês, de matriz reacionária e pró-imperialista, e de reforma social (como, por exemplo, a proposição de um sistema universal de saúde) que vinha das forças sociais mobilizadas – que cortam o texto constitucional de ponta a ponta. Essas contradições internas não foram sanadas, porque a primeira tendência era hegemônica no Centrão; mas tampouco, era possível abafar a segunda, que era a principal força histórica da conjuntura brasileira (FERNANDES, [1988] 2014f). Economicamente, se pode entender, que diante da crise de hegemonia do desenvolvimentismo (autoritário), as propostas de país seguiam em duas direções: ceder às pressões externas e do Centrão expressas nas tendências liberalizantes, ou construir um desenvolvimentismo “de esquerda” e distributivo.

Foram fundamentais dois canais de interação entre os constituintes, que representavam os setores subalternos, e a Constituição – a primeira via: classes trabalhadoras das cidades e do campo, classes subalternas que são excluídas da representação na chamada “sociedade civil”, através do novo sindicalismo e dos

partidos de esquerda dentro do Congresso; a segunda via: através de entidades da chamada “sociedade civil”: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), CNBB, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que endossaram importantes emendas populares. Obviamente os avanços produzidos pela pressão dos de baixo, expresso nesses canais, passaram por um filtro conservador, limitando a um número reduzido de conquistas, particularmente as que se acomodavam sem muito desgaste aos valores já estabelecidos pela burguesia. Ao fim, se tinha uma colcha de retalhos como Constituição (FERNANDES, [1988] 2014f).

Com o texto constitucional pronto, o resultado foi uma constituição burguesa, pressupondo uma democracia relativamente domesticada, que mantinha em aberto a possibilidade de tornar-se um “estado de segurança nacional”. De toda forma, seria ingenuidade esperar que se ultrapassasse os limites de uma “democracia burguesa” pelas vias institucionais, ainda mais em uma nação periférica dependente e associada ao capitalismo das nações hegemônicas (FERNANDES, [1988] 2014f).

O cientista político Brasílio Sallum (2015), mais otimista que Florestan Fernandes em relação ao resultado do Congresso Constituinte, percebe dois traços principais na CF88: o primeiro foi ampliação das liberdades democráticas e dos direitos da cidadania; e o segundo foi não produzir alteração significativa no que se refere à regulação da economia, a não ser induzir o Estado a um viés mais distributivo.

Na teoria, o projeto da Nova República, que se inauguraria com a CF88, é uma democracia sem muita pujança, mas que não impõe restrições aos movimentos e às organizações populares – basta considerar que estavam garantidas as liberdades de imprensa, de encontro, de greve, de mobilização, e etc. em oposição ao período anterior, quando nada disso estava institucionalmente permitido. Além disso, a CF88 tinha como orientação econômica uma espécie de nacional desenvolvimentismo renovado que visava combinar crescimento econômico e distribuição de renda.

A grande questão é que o cenário externo já não deixava espaço para a manutenção de um Estado do tipo desenvolvimentista. Essa ambição esbarrou em um ambiente financeiro e político internacional desfavorável. Além disso, o Estado herdado do regime estava endividado e economicamente enfraquecido, sem mencionar, o baixo crescimento econômico e o elevado índice de inflação. Por outro

lado, os movimentos sociais e as organizações coletivas floresciam na sociedade, depois de décadas reprimidos, e exigiam a satisfação de suas demandas (SALLUM JR., 2015).

É importante assinalar que as classes trabalhadoras e subalternas foram excluídas de todo o processo de crescimento do chamado “milagre econômico”, da década de 1960 e 1970, de modo que estavam ávidas por participar, ou seja, ter suas demandas históricas atendidas. Os sindicatos e os movimentos sociais organizados estavam mobilizados em torno do tema da participação política e da distribuição de renda. Então, no que se refere aos de baixo, o objetivo central não estava na manutenção do desenvolvimentismo, mas em sua dimensão distributiva. Expectativa que foi frustrada pela guinada neoliberal que viria a seguir.

4.1.2 A Questão Nordestina diante da Crise do Desenvolvimentismo

Antes de avançar para a década de 1990 e analisar o desfecho da crise de hegemonia, cabe-nos compreender como esse processo de crise do desenvolvimentismo se desdobra em relação ao modo como o Estado brasileiro se porta diante da questão nordestina. No capítulo anterior, pudemos avaliar os resultados da política de intervenção no Nordeste empreendida pelo Regime Militar. Agora vamos observar o que se fez durante a década de 1980.

O cenário foi marcado pela desaceleração do crescimento econômico que o país vinha experimentando, o que escancarou a debilidade do aparelho estatal e o início da falência das políticas de desenvolvimento regional. Aconteceu, além disso, uma seca de grandes proporções no Nordeste entre 1979 e 1984, que desorganizou fortemente a economia agrícola do semiárido, demonstrando que os resultados com o planejamento e intervenção no Nordeste estavam muito aquém do prometido, em virtude de não ter elevado de maneira substancial da qualidade de vida do conjunto da população nordestina.

É importante reconhecer que, entre as décadas de 1960 e 1980, houve sensíveis transformações na estrutura produtiva da região no que se refere ao perfil econômico: a ampliação e a modernização da infraestrutura regional, e o processo de industrialização, que alcançou relativo sucesso ao ampliar a participação deste setor

no produto da região (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004). Então, era possível encontrar, diante do mar de atraso, ilhas dispersas de desenvolvimento ou “áreas dinâmicas”.

Como se viu, a partir da criação e da ação da SUDENE, através da incisiva atuação do Estado e das políticas regionais, a economia brasileira experimentou um processo de integração produtiva das regiões, sob uma relação de transferência inter-regional de capitais produtivos. A integração produtiva – inerente ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo na formação econômico-social brasileira da segunda metade do século XX – colocou os diferentes espaços regionais de forma integrada num sistema de produção, obedecendo a uma hierarquia produtiva, a partir de uma divisão regional do trabalho.

O resultado foi um espaço econômico razoavelmente integrado, com o Centro-Sul ocupando a posição de região hegemônica, liderando o processo de acumulação capitalista, e, por sua vez, balizando a divisão inter-regional do trabalho. Esse processo significou também um processo de relativa desconcentração econômica, que se pode observar através das taxas de crescimento econômico da região Nordeste, que nas décadas anteriores, entre 1960 e 1989, alcançou uma taxa média anual de 6,4%, enquanto a economia brasileira cresceu 6,0% ao ano, ao passo que o produto *per capita* nordestino passou de 43,5% em 1960 para 61,4% do produto *per capita* do Brasil em 1988 (LIMA, 1994, p. 57).

Ao longo da década de 1980, o que se viu foi o abandono do modelo desenvolvimentista de substituição de importações diante da crise que se instalou a partir de 1982. O Nordeste enfrentou por uma tripla crise: além do impacto da crise pela qual o Brasil estava passando; também atravessou uma seca de grandes proporções, entre 1979-1984; e a cotonicultura, importante no âmbito da economia agrícola e pecuária sertaneja, viu-se em uma crise terminal.

Essa grande seca foi emblemática porque demonstrou que toda a estrutura criada ao longo das últimas décadas não tinha capacidade de fornecer assistência efetiva aos chamados “flagelados”. O Estado brasileiro recorreu aos mesmos métodos emergenciais já utilizados nas secas anteriores. Foram organizadas frentes de trabalho contratando homens e mulheres, ao preço de meio salário-mínimo, para construir estradas, açudes, pontes, etc., que, em última instância, iriam beneficiar os

proprietários de terras. “A indústria da seca não desapareceu, ao contrário, foi intensificada e fortalecida” (ANDRADE, 1986, p. 129).

Nunca é demasiado destacar – apesar de já termos desconstruído, nos capítulos anteriores, a falácia de que as secas, por si só, seriam a base do problema nordestino – que o grande problema do Nordeste sertanejo não é exclusivamente físico, de clima ou de solo, mas social, político e econômico. A indústria das secas, alvo de críticas desde a década de 1950, não reapareceu somente na década de 1980, mas voltará a “dar as caras”, também, nas décadas seguintes. E sempre que um período de estiagem prolongada acontece, volta-se aos mesmos métodos, por não se ter dotado a sub-região semiárida de uma economia da convivência, capaz de manter a população trabalhando e capitalizada mesmo em períodos de estiagem.

Diante da seca foi retomada a proposta, colocada desde o período imperial, de transposição do Rio São Francisco, pelo Ministro do Interior, Mário Andreazza¹¹⁷, em 1983, que apresentou ao Conselho Deliberativo da SUDENE um laborioso e dispendioso plano para a superação “definitiva” do problema das secas periódicas – a transposição das águas do Rio São Francisco para a região semiárida. Conforme o plano apresentado, a primeira fase se estenderia por 15 anos e teria sua conclusão prevista em 40 anos. Essa proposta não chamou a atenção dos governadores dos Estados que estavam preocupados com a resolução dos problemas mais imediatos (CARVALHO, 2001). É importante mencionar este plano, porque o tema da transposição do Rio São Francisco como grande solução hídrica para a sub-região semiárida voltará à tona nas décadas seguintes.

Além dessa grande seca entre 1979-1984, a cultura do algodão, da forma como estava montada, no interior nordestino chegou ao fim¹¹⁸. É relevante considerar que a produção algodoeira estava inserida numa estrutura de triplo consorciamento, juntamente com culturas de subsistência e a pecuária. A relação de trabalho predominante era o sistema de meia, no qual o proprietário das terras ficava com metade da produção, por ter “cedido” as terras e o “meeiro” ficava com a outra metade por ter entrado com o trabalho. Essa estrutura produtiva era muito rígida, visto que, ao

117 Mário David Andreazza (1918-1988), gaúcho de Caxias do Sul, foi militar e político brasileiro. Foi Ministro dos Transportes do Brasil (1967-1974) e Ministro do Interior do Brasil (1979-1985).

118 Sobre essa discussão, desenvolvemos nossa monografia de graduação: *A Integração do Mercado Nacional e o Ciclo do Algodão na Paraíba: Impactos na Economia de Campina Grande (1910-1985)*. Cf. Santos (2013).

final da colheita do algodão, os restolhos da produção tornavam-se pastos para o gado do proprietário da terra.

A rigidez da estrutura estava intimamente ligada à conveniência para o fazendeiro pecuarista. O algodão produzia vastos pastos após a colheita, mesmo que o algodão não fosse lucrativo, que o era. Fazia-se necessário manter a estrutura em nome da pecuária. Assim, o modelo se sustentou por tanto tempo. O produtor direto de algodão se submetia a essa estrutura, mesmo não dispondo de nenhum gado que aproveitasse os restolhos do fim da safra do algodão, para poder dispor de alguma terra para plantar culturas de subsistência, além do mínimo rendimento produzido pela venda do algodão que era importante também para a reprodução do trabalhador e sua família.

Desse modo, mesmo com a crise do setor exportador, e com outras crises conjunturais, como as estiagens, que se seguiram ao longo das décadas, a estrutura de produção do algodão no semiárido se manteve praticamente inalterada até a década de 1980. Neste ponto, diante das dificuldades enfrentadas, há bastante tempo, pelas fragilidades inerentes a este modelo, o meeiro, que vivia descapitalizado dependendo da sua produção de ano a ano, foi pego pela estiagem de cinco anos seguidos, e, por fim, pelo aparecimento da praga do “bicudo do algodoeiro”. O trabalhador, produtor do algodão, não teve condições de superar esta crise.

Este problema tornou ainda mais difícil a sobrevivência do imenso contingente populacional vivente nos espaços que, outrora, foram dominados pelo complexo pecuária/agricultura. É importante destacar que não foi o bicudo que liquidou os alçdoais sertanejos. Ele representa apenas um dos elementos que puseram fim a essa produção, além das fragilidades do modelo de produção, destacando-se a impossibilidade de competir com o padrão tecnológico e empresarial que começa a imperar na agricultura, particularmente no segmento da cotonicultura.

Aqui se entrecruzam diversas crises. No plano nacional estava em pauta uma dura crise econômica, política e social. Enquanto na região Nordeste o cenário era esse que apresentamos. Diante de tudo isso, houve paralisação dos investimentos, crise financeira do setor público e o país passou a conviver com a constante ameaça da hiperinflação, tornando-se refém do “conjunturalismo” que marcou a década de

1980 e abandonando o planejamento e as políticas de desenvolvimento regional (CARVALHO, 2001).

No plano nacional, a sociedade estava mobilizada pelo fim do Regime Militar, demandando a abertura política e ações mais efetivas no sentido de distribuição da riqueza gerada no período recente. No plano regional, por sua vez, criou-se um sentimento de que o resultado da intervenção estatal sobre o Nordeste não atingiu seu propósito. A ineficácia da intervenção estatal em favor da região, nas últimas décadas, não a tinha dotado de capacidade para enfrentar uma seca prolongada, como foi a do início da década de 1980.

Perante o problema da seca, o discurso oficial propunha que o cerne do problema nordestino estava no baixo desempenho da sua agropecuária. Diante disso, as propostas de solução passavam pela captação e uso da água e adaptação agrícola. Esse diagnóstico e proposta de solução se institucionalizaram com criação do Projeto Nordeste (ou Nordestão), que marcou o fim dessa era de grandes projetos de intervenção na região Nordeste, sendo o último grande projeto concebido pelo Regime Militar, e aplicado no início da chamada “Nova República” (CARVALHO, 2001).

O Projeto Nordeste, criado pelo Decreto nº 91.178/1985, surgiu como mais um grande programa de salvação do Nordeste, com duração prevista de 15 anos, com programas quinquenais. Este programa previa a implantação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), que foi criado pelo Decreto nº 91.179/ 1985.

A meta era atender 2 milhões de famílias de pequenos produtores rurais de maneira direta, e 800 mil famílias, indiretamente, através da criação de empregos em outras atividades rurais e urbanas. Esse projeto se apresentava como uma espécie de substituto atualizado e melhorado do GTDN, mas que não passou de uma reformulação dos Programas Especiais que já vinham sendo executados nos governos anteriores. No máximo contou com alguns aperfeiçoamentos na sua orientação (CARVALHO, 2001).

Ainda houve algum esforço em busca da recuperação da SUDENE, quanto ao seu poder de conduzir a política de desenvolvimento regional, mas, ao contrário do que aconteceu em fins da década de 1950, o governo federal não se mostrou aberto à renovação da política econômica regional para o Nordeste. O governo Sarney não se mostrou favorável a uma política de integração intra-regional e continuou

estimulando, com a sua política conjuntural em busca da estabilização monetária, a desagregação do espaço nordestino (CARVALHO, 2001). Como decorrência disso, a partir da segunda metade dos anos 1980, diante da crise econômica e política, as propostas de transformação da região esgotaram-se; e, também, esgotou-se o processo de desconcentração espacial na economia brasileira (GUIMARÃES NETO, 1997).

O Projeto Nordeste e o PAPP marcam o fim da fase dos grandes programas de intervenção no Nordeste, que foram característicos do Regime Militar. E, conseqüentemente, demarcam o fim do desenvolvimentismo aplicado em busca de solucionar os problemas nordestinos através do planejamento e da intervenção estatal. A crise do desenvolvimentismo irá se traduzir na conquista da hegemonia neoliberal, como analisaremos adiante.

4.2 Neoliberalismo como Nova Hegemonia

A crise capitalista amedronta os burgueses, donos do poder, nacionais e estrangeiros, obrigando-os a temer o que havia de progressista na Constituição. O próprio agravamento da crise econômica, que repercutiu na crise de hegemonia, influenciou negativamente sobre a possibilidade de continuidade da conciliação acordada no processo da Constituinte (FERNANDES, [1988] 2014e).

A questão que se colocava era reconstruir o velho desenvolvimentismo ou superá-lo. O que aconteceu, ao longo da década de 1980, foi que o empresário se viu seduzido pelo neoliberalismo que se tornara hegemônico nos países de centro. A classe capitalista, no Brasil, se deu conta que a promessa do crescimento econômico e a redução das tensões sociais podia passar por outras trilhas que não através da interferência direta do Estado no sistema produtivo. Poderia passar pela associação da burguesia local com o capital estrangeiro, envolvendo concessões liberalizantes em contraste com o padrão de desenvolvimento anterior (SALLUM JR., 1999).

A classe empresarial brasileira se alinhou às tendências dominantes nos países capitalistas centrais, mas esse processo não foi automático. Na disputa, em meio à crise de hegemonia, o desenvolvimentismo foi perdendo apoio paulatinamente. Destacam-se como elementos desse processo: as dificuldades do Estado em

estabilizar a moeda; o temor despertado pelas desastrosas intervenções heterodoxas na economia; e, principalmente, pelo avanço das propostas “progressistas” na Constituinte, em direção a um desenvolvimentismo distributivo “de esquerda” (SALLUM JR., 2015).

Brasílio Sallum Jr. (2015) indica, diante da crise de hegemonia, em oposição a essa possibilidade de um “desenvolvimentismo distributivo”, duas modalidades de reformismo liberal que foram ganhando espaço, cada qual com seu próprio conjunto de recomendações político-estratégicas para a gestão econômica do Estado. A primeira vertente, associada ao empresariado privado, formou-se no âmbito das entidades empresariais. Para esse grupo, as ideias neoliberais poderiam desempenhar o papel de defendê-los contra aquilo que entendiam como “avanços esquerdistas” da Constituição. Esse empresariado passou a confrontar o intervencionismo estatal em favor de maior “liberdade de mercado”, proteção ao direito de propriedade, maior acolhida ao capital estrangeiro, privatização das empresas estatais, etc. A grande mídia, antes defensora do regime, passou a aliada dessa perspectiva pró-mercado, propagandeando a necessidade de reformas neoliberais. A segunda vertente estava ligada ao braço empresarial do Estado e a parte da burocracia estatal. Essa vertente buscava uma integração competitiva no mercado global, de modo que absorvesse seletivamente a agenda neoliberal, propondo adequações do desenvolvimentismo brasileiro ao novo ambiente econômico mundial. Essa versão tinha um projeto que visava adaptar a dinâmica capitalista nacional aos padrões técnicos e de organização presentes nos países de capitalismo hegemônico.

A partir dessas vertentes, o neoliberalismo encontrou grupos dispostos a lutar pela construção de sua hegemonia, como resposta à crise de autoridade que perpassou toda a década de 1980, buscando “adequar” o Brasil ao novo padrão de acumulação vigente nos países capitalistas hegemônicos.

4.2.1 Consenso de Washington – uma cartilha neoliberal para a periferia

Aconteceu, na década de 1980, uma confluência entre reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo¹¹⁹. Diante desse processo, em 1989, foi

119 Diante da crise estrutural do capitalismo da década de 1970, o consenso keynesiano entrou em crise, ao tempo que acontecia uma reestruturação produtiva a partir do esgotamento do padrão

concebido o *Washington Consensus*. Essa expressão foi criada no âmbito da conferência *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, que aconteceu em Washington nos Estados Unidos. Para esta conferência John Williamson, economista do *Institute for International Economics*, uma *think tank* estadunidense, elaborou o artigo que serviu de base para as discussões do evento. O texto *What Washington Means by Policy Reform* definiu as bases do que se convencionou chamar como Consenso de Washington.

Este novo consenso formou-se a partir da crise do antigo “consenso keynesiano” e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos 1940 e 1950, a cepalina inclusa. Essa perspectiva tem influência da nova hegemonia neoliberal, em que se destacam as contribuições da Escola Austríaca: Friedrich Hayek, Ludwig von Mises; dos Monetaristas: Milton Friedman, Edmund Phelps; dos Novos Clássicos relacionados com as expectativas racionais: Robert Lucas, Thomas Sargent; e da Escola da Escolha Pública: James Buchanan, Mancur Olson, Gordon Tullock e William A. Niskanen (BRESSER-PEREIRA, 1991).

Williamson (1990) propõe em seu *paper* um conjunto de reformas de política econômica, dividida em 10 instrumentos. Alega que havia um certo consenso em Washington que essa agenda seria “desejável” para a América Latina. Inclusive, o autor não demonstra o menor embaraço em apresentar a quem, exatamente, está se referindo ao falar em “Washington”: primeiro, o Congresso estadunidense, através dos membros seniores da administração; e a tecnocracia das instituições financeiras internacionais, as agências econômicas do governo dos EUA, o *Federal Reserve Board* (FED) e os diversos *think tanks*.

Seu propósito era examinar em que medida “as velhas ideias da Economia do Desenvolvimento que governavam a política econômica da América Latina desde os anos 1950 estavam sendo substituídas por um conjunto de ideias que há muito tempo

fordista-taylorista. Desse modo, a partir desta década, aconteceu um processo de reestruturação econômica, um reajustamento social e político, e o padrão de acumulação flexível passou a dominar a organização industrial e vida social e política em confronto direto com a rigidez do fordismo. Simultaneamente aconteceu uma completa reorganização do sistema financeiro global, com uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos. A estrutura desse sistema financeiro global alcançou tal grau de complexidade que as fronteiras nacionais foram tornando-se cada vez mais porosas (HARVEY, 2008). Nesse sentido, confluem simultaneamente como resultados de um mesmo processo, em várias dimensões, o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva.

era aceito como apropriado pelos países da OCDE”¹²⁰ (WILLIAMSON, 2008, p. 14, tradução nossa). Diante dessa constatação, propõe as reformas que seriam necessárias para “modernizar” a política econômica da América Latina através de 10 medidas. Estes eram os pontos aos quais, em Washington, se concordava que deveriam ser tomados à risca pelos países da América Latina.

Essas “reformas políticas exigidas da América Latina por ‘Washington’” (WILLIAMSON, 1992, p. 43, grifo nosso) foram elaboradas a partir do diagnóstico de que a crise enfrentada pela América Latina tinha como causa o excessivo crescimento do Estado e pelo populismo econômico, identificado com a incapacidade dos governos controlarem o déficit público e manterem sob controle as demandas salariais, tanto no setor privado como no setor público. Por isso a eficiência e competitividade seriam, supostamente, alcançadas através de privatizações e da abertura econômica, além de um Estado mínimo para que as livres forças do mercado assegurassem o desenvolvimento (LIMA, 2007).

As 10 reformas que constituíram a lista de Williamson (1990) são: disciplina fiscal; reordenamento das prioridades dos gastos públicos; reforma fiscal; liberalização de financiamento; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio; investimento externo direto; privatizações; desregulamentação; e direito de propriedade. Depois, Williamson (1992, p. 45) confessou que considerou incluir “intervenção direcionada para auxílio aos pobres”, mas acabou deixando de fora da listagem original.

Os cinco primeiros pontos podem ser sintetizados em um: “promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental” (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6). Os outros cinco são formas não tão sutis de dizer que o Estado deveria passar por uma redução do seu papel. A abordagem do consenso propõe que bastava estabilizar a economia por meio da austeridade fiscal e redução dos gastos públicos, garantir a liberdade do mercado e privatizar as empresas e funções públicas, que o país retomaria o rumo do crescimento, o que não se comprovou na prática ao longo dos anos seguintes.

120 “the old ideas of development economics that had governed Latin American economic policy since the 1950s were being swept aside by the set of ideas that had long been accepted as appropriate within the OECD” (WILLIAMSON, 2008, p. 14, na versão consultada).

Não podemos deixar de destacar que Luiz Carlos Bresser-Pereira¹²¹ (1991) lançou críticas ao Consenso de Washington, mas em seu lugar propôs uma abordagem não tão diferente, fundada na ideia de que o Brasil passava por uma crise fiscal. Defendeu que não bastava estabilizar e liberalizar, nem só combater o populismo econômico e reduzir a dimensão do Estado, porque entendia que a intervenção estatal não seria ruim por natureza, mas que poderia resolver a crise fiscal e reduzir a dívida pública.

Dentro das duas modalidades de reformismo liberal que Brasílio Sallum (2015) indicou, é perceptível que Bresser-Pereira se enquadra na segunda vertente, da integração competitiva, que absorveu de maneira seletiva o ideário neoliberal, com mediações, visando um desenvolvimentismo que se adequasse ao capitalismo internacional. Mas essa sua posição não alcançou grande repercussão, ficando restrita a um pequeno grupo de intelectuais. Por outro lado, aqueles que aderiram ao Consenso de Washington representam a primeira vertente que passou a confrontar o intervencionismo estatal, buscando a superação do Estado desenvolvimentista. Essas duas vertentes do reformismo liberal se difundiram entre as classes empresariais no Brasil – a neoliberal e a de integração competitiva. Todavia, ainda que tivessem elementos em comum, havia também diferenças marcantes quanto à forma de compreender o Estado, a empresa e a nação.

Anos depois do Consenso de Washington, Williamson (2004; 2008) buscou defender suas 10 propostas de reformas da onda de indignação gerada pela expressão “Consenso de Washington”. Primeiro, das críticas de que o Consenso era a expressão do neoliberalismo e, depois, buscando defender que seu receituário não era impositivo, mas apenas sugestivo. Discordamos de ambos, como se pode acompanhar na discussão que segue.

Na América Latina, como Katz (2016) apresenta, o neoliberalismo se deu em duas etapas: uma primeira nos anos de 1980 priorizando o ajuste anti-inflacionário; e na década seguinte através do Consenso de Washington com transformações complementares como abertura comercial, privatizações e flexibilização do trabalho. Nosso foco está restrito à segunda onda.

121 Luiz Carlos Bresser-Pereira (1934-), paulista de São Paulo, é economista, professor universitário e político brasileiro. Foi Ministro da Fazenda (1987), Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-1998) e Ministro da Ciência e Tecnologia (1999).

Partimos da concepção que, em sua origem, não havia um projeto neoliberal prévio. Este foi se definindo, nos países centrais, de forma *ex-post* e através do próprio resultado da luta de classes. A derrota imposta ao movimento dos controladores de voo por Reagan, em 1980; e a derrota dos mineiros ingleses em 1984, por Margaret Thatcher exemplificam bem isso. Na periferia, este projeto se acomoda, em cada país, ao conjunto de aspectos diferenciados das formações econômico-sociais. Por isso, em cada país o Consenso de Washington é recepcionado de uma forma que produz resultados com nuances (FILGUEIRAS, 2006b).

Constata-se que esse esforço de entender a história em processo – considerando que os elementos internos e externos produzem, em cada formação econômico-social, resultados distintos – é completamente alheio à proposta neoliberal. O receituário do Consenso de Washington foi elaborado para ser aplicado independentemente das particularidades nacionais e regionais. Quando o neoliberalismo chegou à periferia não havia “comunismo”, nem Estado de bem-estar a ser combatido, de modo que o que preponderou da proposta original foi o esvaziamento da política, em uma chave economicista (pretensamente técnica), sem espaço para os anseios das classes trabalhadoras e subalternas. Além disso, o neoliberalismo na periferia foi resultado do processo de globalização do neoliberalismo do centro, colocando os mercados nacionais da periferia à disposição dos capitais especulativos.

Devemos entender o neoliberalismo como processo – enquanto fenômeno teórico, econômico, político e cultural – que surgiu em resposta ao Estado intervencionista de inspiração keynesiana. Essa perspectiva tem uma repulsa ao processo de intervenção estatal de forma planejada e “racional” na economia. Com a chegada da crise capitalista mundial da década de 1970, marcada por uma longa e profunda recessão, que combinava baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, abria-se possibilidade para as ideias neoliberais. A estabilidade da moeda deveria ser perseguida a todo custo, juntamente com a disciplina orçamentária, contenção dos gastos, e a restauração da taxa “natural” de desemprego (criando um exército de reserva para quebrar os sindicatos). Seria preciso, de acordo com essas ideias, uma “nova” e “saudável” desigualdade para trazer o dinamismo de volta às

economias e o crescimento, supostamente, retornaria com a estabilidade monetária (ANDERSON, 1995).

A principal marca do neoliberalismo, no que tange à relação entre as classes sociais, é a hegemonia da fração financeira do capital no âmbito do bloco dominante. Capital financeiro, na abordagem que propomos, segue o rastro da definição de Filgueiras (2006b, p. 184), que define por fração financeira do capital, aquela que se reproduz, principalmente, na esfera financeira, no âmbito da acumulação fictícia, podendo assumir várias formas institucionais. Essa definição, por sua vez, exclui, mas complementa, a definição clássica de Hilferding, apropriada por Lenin (2005, p. 89-90), em que “o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais”, ou seja, a fusão/integração entre o capital bancário e o capital industrial.

O Consenso de Washington foi produto de o neoliberalismo ter se tornado o discurso hegemônico, tendo se enraizado no senso comum e abrangendo várias dimensões da vida, desde a economia até a religião. Os defensores do neoliberalismo passaram a ocupar posições de relativa influência nas classes empresariais, na mídia, na educação (universidades e *think-tanks*), nas instituições financeiras e bancos centrais, e, também, nas instituições internacionais como o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. Esse novo discurso hegemônico, enquanto prática de política econômica, propõe que o bem-estar humano deveria ser promovido pela maximização das liberdades empresariais, marcado pelos direitos de forma irrestrita à propriedade privada, liberdade individual, mercados e livre comércio. Diante disso, o Estado deveria atuar no sentido de preservar um quadro institucional favorável a essas práticas, preocupando-se, por exemplo, com a estabilidade da moeda (HARVEY, 2007).

No que diz respeito ao FMI, a partir de 1982, houve uma purga de economistas keynesianos, que foram substituídos por monetaristas neoliberais. Assim, essa instituição, claramente dominada pelos interesses dos EUA, passou a ser um dos agentes primordiais da pressão para que os países da periferia passassem por um processo de neoliberalização, através de programas de ajuste estrutural, tendo como referência o próprio Consenso de Washington (HARVEY, 2007).

Dentro dessa nova hegemonia, o Consenso de Washington apontava para o sentido de que, na América Latina, o Estado deveria abrir mais espaço para intervenção do mercado, a fim de que o subcontinente se curvasse diante das forças do mercado. Para isso, havia uma “chantagem” implícita. Pois aceitar os termos do consenso era condição necessária para que estes países pudessem renegociar suas dívidas externas e/ou receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais. Deveriam adotar tais medidas, como a privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização unilateral do comércio exterior pelos países da América Latina (BANDEIRA, 2002).

Além desse constrangimento do Consenso de Washington, foi proposto à América Latina que se submetesse às forças do mercado, via formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), abrangendo todo o continente, desde o Canadá à Terra do Fogo, como foi proposto pelo, então, presidente estadunidense George Bush (pai), com o lançamento em 1990 de *The Enterprise for the Americas Initiative*. A ALCA no contexto das dificuldades para reduzir o desequilíbrio de sua balança comercial por meio da abertura de outros mercados, possibilitaria aos Estados Unidos um aumento ainda maior de exportações de mercadorias para os países da América Latina sem a necessidade de negociar com seus governos e fazer outras concessões. Com a hegemonia sobre a ALCA, os EUA obteriam o máximo de liberdade para movimentar bens e fatores de produção (exceto força trabalho), e os países da América Latina seriam subjugados pela enxurrada de produtos estadunidenses, voltando-se ao papel de produzir os bens demandados pela potência imperialista (BANDEIRA, 2002).

Para seguirmos com a análise, faz-se necessária uma distinção metodológica, proposta por Luiz Filgueiras (2006b). É imprescindível ter bastante claro o que se quer dizer por: neoliberalismo, projeto neoliberal e modelo econômico neoliberal periférico. O Neoliberalismo, enquanto tal, é a doutrina político-econômica formulada logo após a Segunda Grande Guerra – por figuras como Hayek, Friedman, e outros... – a partir da crítica ao *Welfare State* e ao “socialismo” através de uma atualização regressiva do liberalismo. O Projeto Neoliberal é a forma como, concretamente, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico no Brasil, como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia e entre estas e as classes

trabalhadoras e subalternas. Por fim, o Modelo Econômico Neoliberal Periférico é o resultado da forma como o projeto neoliberal se configurou, a partir da combinação com a estrutura econômica e o padrão de acumulação anterior do país, que em cada país da América Latina tem suas particularidades, mesmo que todos tenham em comum o caráter periférico e dependente.

O processo de liberalização, ou de adesão à hegemonia neoliberal, realizou-se de maneira desigual e combinada nas diversas formações econômico-sociais, e o maior avanço ou timidez do projeto neoliberal nos países se relacionou com o equilíbrio entre as classes sociais em favor ou em oposição às suas posições centrais. No Brasil, por exemplo, a crise orgânica, que se abriu no início dos anos 1980, representada pela crise de hegemonia do desenvolvimentismo, tinha como aspecto perceptível a dificuldade de organizar o bloco no poder sob um novo consenso, algo que foi atingido na forma do Consenso de Washington, inaugurando a hegemonia neoliberal.

4.2.2 Década de 1990 – A construção do projeto neoliberal brasileiro

Diante da crise do Estado desenvolvimentista, havia aqueles que buscavam a resolução no âmbito de seu antigo quadro de referência em contraposição a outros grupos que buscaram sua superação. Os diferentes ensaios ortodoxos e heterodoxos no enfrentamento da crise econômica ilustram essas forças, ora reticentes, ora comprometidas com o antigo bloco desenvolvimentista.

Dando seguimento ao que já foi apresentado sobre o tema das crises orgânicas, esses momentos são delicados, de acordo com Antonio Gramsci (2016), porque abrem possibilidade para soluções através da força, como foi o caso da crise que desembocou no golpe de 1964, que analisamos no capítulo anterior. Ou, ainda, atividades de potência oculta representadas por homens providenciais ou carismáticos. Como irá acontecer diante do impasse histórico da crise de hegemonia do desenvolvimentismo, quando, em virtude da ausência de força por parte dos grupos políticos tradicionais de vencer a disputa, apareceu um líder carismático.

Portanto, o desfecho que tomou a crise do desenvolvimentismo ficou para a eleição de 1989 e os acontecimentos dos anos seguintes. A promulgação da CF88 não encerrou a crise de hegemonia, mas foi apenas um capítulo do desenrolar desse

movimento. As forças antagônicas ali representadas apareceram nas 22 candidaturas na eleição de 1989, em que podiam ser encontradas, desde uma ampla variação no espectro da direita indo de Paulo Maluf (PDS), a figuras menos conhecidas como Guilherme Afif Domingos do Partido Liberal (PL) e Fernando Collor de Mello¹²² do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Passando pelos candidatos de centro como Ulysses Guimarães (PMDB) e Mário Covas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). E no campo da esquerda estavam Leonel Brizola do PDT, Luís Inácio Lula da Silva¹²³ (PT) e Roberto Freire (PCB). Ao todo foram 22 candidatos concorrendo e uma candidatura indeferida, a do apresentador de televisão Sílvio Santos, pelo Partido Municipalista Brasileiro (PMB).

Essa eleição presidencial ilustra bem a crise de hegemonia, basta verificar o baixo desempenho eleitoral dos grandes partidos e no próprio número de projetos/partidos que participaram da disputa eleitoral. Saíram vitoriosos no primeiro turno Fernando Collor com 30,47% do total de votos, representando o campo da direita, e Lula da Silva com 17,18%, pela esquerda. Na disputa do segundo turno, Fernando Collor saiu-se vitorioso contando com ajuda da mídia, particularmente da *Rede Globo de Televisão*¹²⁴ que fez uma edição manipulada da síntese do último debate entre os dois candidatos no *Jornal Nacional*, na véspera da votação, que é questionada até hoje. Até mesmo a própria *Rede Globo*, anos depois, em 2015, no *Jornal Nacional*, reconheceu o equívoco desta edição que fez dos “melhores momentos” daquele debate de 1989 com claro favorecimento de Collor em detrimento de Lula¹²⁵.

122 Fernando Affonso Collor de Mello (1949-), fluminense do Rio de Janeiro, é político brasileiro. Foi deputado federal por Alagoas (1983-1987), governador de Alagoas (1987-1989), presidente do Brasil (1990-1992) e senador pelo estado de Alagoas (2007-presente).

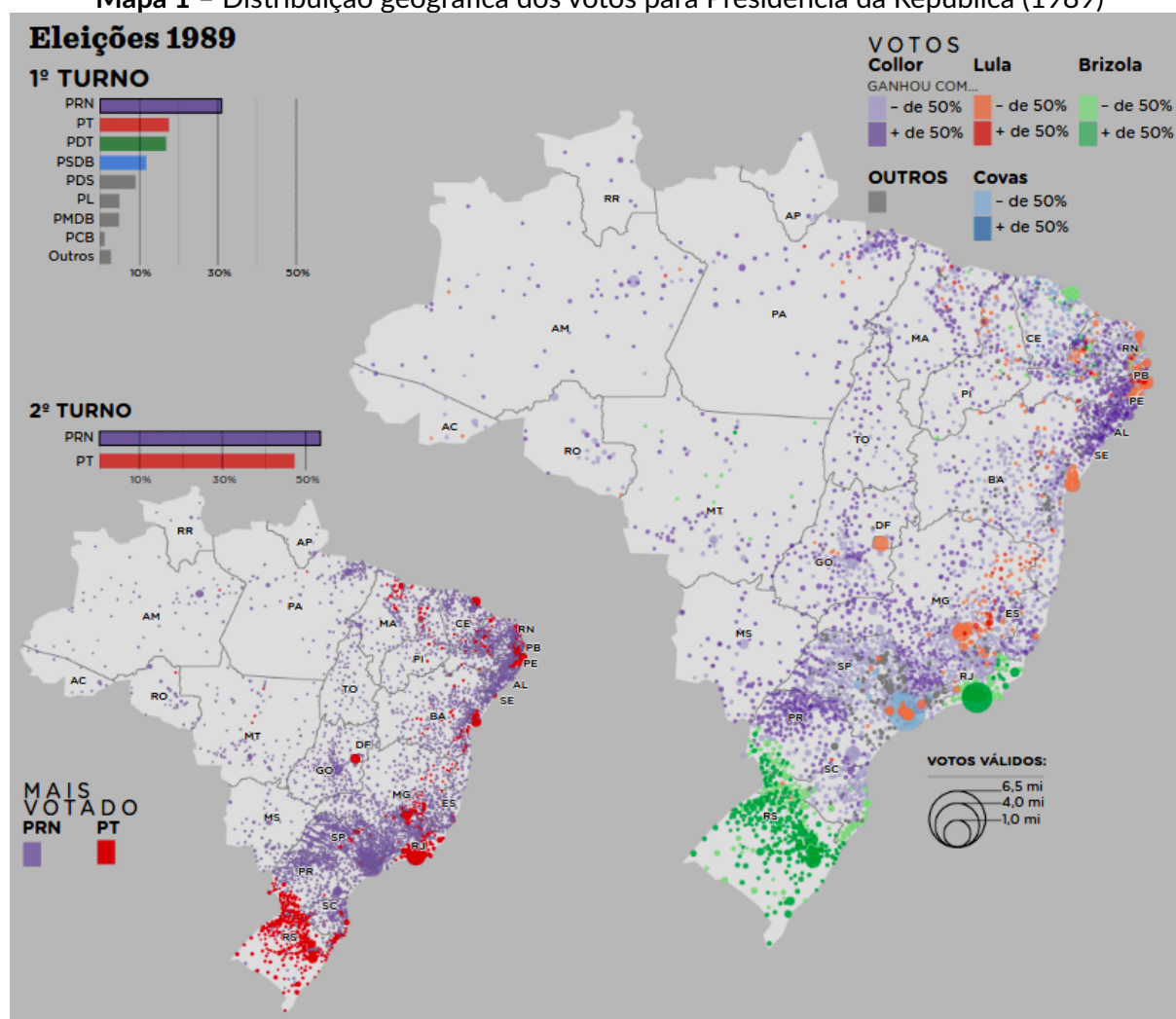
123 Luiz Inácio Lula da Silva (1945-), pernambucano de Caetés, é metalúrgico, sindicalista e político brasileiro. Foi deputado federal por São Paulo (1987-1991) e presidente do Brasil (2003-2010).

124 Ilustra muito bem esse episódio da manipulação das eleições de 1989 pela Rede Globo de Televisão, em favor do candidato Fernando Collor de Mello, o documentário *Muito Além do Cidadão Kane*, produzido por Simon Hartog para a BBC de Londres, lançado em 1993. O documentário, mesmo sob decisão judicial que proíbe sua exibição no Brasil, pode ser encontrado disponível no YouTube <https://youtu.be/s-8scOe31D0>. O filme detalha a posição dominante da Rede Globo diante da sociedade brasileira, dando destaque especial à figura de Roberto Marinho, fundador da Globo. Além dessa relação mais ampla da Globo com a política nacional, se destacam os cortes e manipulações efetuados na edição do último debate entre Luiz Inácio da Silva e Fernando Collor de Mello, pouco antes do pleito, que influenciou tendenciosamente o resultado da eleição de 1989.

125 REDAÇÃO. “Jornal Nacional” faz mea-culpa sobre edição de debate entre Lula e Collor. **Portal Imprensa**. 23 abr. 2015. Disponível em: <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/71920/jornal+nacional+faz+mea+culpa+sobre+edicao+de+debate+entre+lula+e+collor> Acesso em 21 mar. 2020.

É interessante perceber regionalmente os pesos de cada candidato. O mapa 1 ilustra a distribuição geográfica, por municípios, dos votos para essa eleição de 1989. No segundo turno, o candidato Lula destacou-se no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (através da transferência de votos de Brizola), e em algumas regiões metropolitanas pelo Nordeste e de Minas Gerais; enquanto Collor dominou o restante do mapa, com destaque para o Centro-Sul e o interior nordestino.

Mapa 1 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (1989)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Centro de Política e Economia do Setor Público-FGV.
Elaboração: Almeida; Zanlorenssi (2018)

Fernando Collor de Mello, que baseou o seu marketing eleitoral como se fosse um suposto caçador dos marajás e dos altos salários do funcionalismo público, portavoza do antiestatismo, defensor do ingresso do país no “primeiro mundo” através de modernização tecno econômica, atribuiu sua vitória à “perfeita sintonia entre a sua mensagem, o seu projeto, e as expectativas de uma sociedade em rápida

transformação tanto no plano mundial quanto no plano nacional”¹²⁶. Através da profissionalização do *marketing* político e de ter expressado, ainda que de maneira difusa, essas transformações no plano mundial e nacional através de uma agenda neoliberal, Collor se colocou como o agente, primeiro, da implementação do projeto neoliberal no Brasil. Um líder carismático, governador de Alagoas, um pequeno estado nordestino, tornou-se o mais jovem presidente do país, aos 40 anos, e abriu a possibilidade para a superação do bloco desenvolvimentista colocando como alternativa histórica o projeto neoliberal.

O período que se estende de março de 1990, posse de Fernando Collor, até seu afastamento da presidência da República setembro de 1992, é caracterizado pela agudização da crise do padrão de acumulação desenvolvimentista que era baseado na aliança político-social que tinha nas frações estatal, privada nacional e estrangeira do capital monopolista seu eixo de sustentação. A união política que se fez em torno da candidatura de Collor foi suficiente para vencer a esquerda, representada por Lula, e abrir caminho para uma nova hegemonia burguesa, liderada pela direita liberalizante, superando o impasse entre as frações da burguesia que não tinham acordo sobre o que viria a seguir. O grande capital nacional, bancário e industrial, tinha uma postura reticente, mas diante da alternativa “democrático popular” petista, bandearam-se para o ideário neoliberal (MACIEL, 2011). Collor, portanto, representou a “unificação” das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal, ainda que houvesse contradições e disputas internas, idas e vindas em relação ao novo liberalismo e a implicação dele diante do arranjo de classes no novo bloco (FILGUEIRAS, 2006b).

Sobre o contexto de crise de hegemonia no Brasil, o historiador inglês Perry Anderson (1995) relata que quando esteve no país, em 1987 – trabalhando em uma equipe do Banco Mundial que fazia análise comparativa das políticas econômicas de diversos países do Sul –, um amigo neoliberal da mesma equipe (grande admirador da experiência chilena sob o regime de Pinochet) disse-lhe que o problema do Brasil no governo de Sarney não era uma taxa de inflação muito alta, mas ao contrário, uma taxa de inflação demasiado baixa. Seria preciso esperar uma hiperinflação, para o povo poder aceitar o “remédio” neoliberal.

126 REDAÇÃO. Hoje no Senado, Fernando Collor enxerga semelhanças com o momento político atual. **Folha da Região**. 30 dez. 2019. Disponível em: <https://www.folhadaregiao.com.br/2019/12/30/hoje-no-senado-fernando-collor-enxerga-semelhanças-com-o-momento-político-atual/> Acesso em 21 mar. 2020.

A hiperinflação chegou e serviu de motivação perfeita para a adesão ao modelo neoliberal, mas houve reticência e desastre no meio do caminho. Os governos de João Figueiredo e José Sarney tinham alguns elementos que poderiam ser caracterizados como política neoliberal, já apresentados. Mas o neoliberalismo enquanto projeto teve início, de fato, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Logo nos primeiros dias do governo foi lançado o Plano Collor I, sob a supervisão de Zélia Cardoso de Mello¹²⁷ como Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, tendo por base uma redução forçada da liquidez como mecanismo de controle da taxa de inflação através do confisco dos depósitos em conta corrente e aplicações financeiras que limitaram os saques dos correntistas.

Além disso, foram suspensas barreiras não-tarifárias às compras do exterior; houve um programa de redução progressiva das tarifas de importação; implantou-se um programa de desregulamentação das atividades econômicas e de privatização de empresas estatais – através do Programa Nacional de Desestatização, 18 empresas estatais foram privatizadas ao todo (SALLUM JR., 1999).

Mesmo que o plano apresentasse características do receituário heterodoxo, como uma reforma monetária e o controle de preços, o conteúdo econômico era fundamentalmente ortodoxo marcado pela tentativa de combater a inflação pela redução drástica de liquidez, pela liberalização da taxa de câmbio e das importações e no projeto de reforma patrimonial e administrativa do Estado. Era o anúncio do projeto neoliberal no Brasil (MACIEL, 2011). Diante disso, o governo Collor contribuiu, decisivamente, para danificar o arcabouço institucional nacional-desenvolvimentista e para reorientar a sociedade brasileira em um sentido antiestatal e internacionalizante (SALLUM JR., 1999). Pela primeira vez, foi colocado em prática, no Brasil, um projeto articulando o combate à inflação, implementação de reformas estruturais na economia, e transformação na relação do país com o resto do mundo, com cortes claramente liberalizantes (FILGUEIRAS, 2006a).

As medidas do Plano Collor I, que foi implementado de forma autoritária sem qualquer tipo de negociação com os setores organizados da sociedade, foram bastante impopulares e atingiram principalmente os pequenos correntistas. Porque as grandes empresas e os grandes aplicadores tinham muito mais liberdade em relação aos seus

127 Zélia Maria Cardoso de Mello (1953-), paulista de São Paulo, é economista brasileira. Foi Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento (1990-1991).

ativos por diversos mecanismos, desde os leilões de remonetização, pressão política, fraude contábil ou mesmo a “compra” de dívidas. Contudo, como analisa Maciel (2001), o descontentamento não afetou somente as classes populares, mas também as frações da burguesia começaram a manifestar-se já a partir de 1991, levando o governo a um processo progressivo de deslegitimação e de perda da direção política.

Para executar o Plano Collor II, Marcílio Marques Moreira¹²⁸, diplomata ligado ao capital financeiro, foi convidado a assumir a pasta do Ministério da Economia, tomando uma postura claramente ortodoxa baseada em juros altos, restrição do crédito, corte dos gastos, liberalização da área financeira e renegociação da dívida externa (MACIEL, 2011).

A política econômica do governo Collor, mesmo que ortodoxa e neoliberal, não alcançou a tão cara estabilidade da moeda. Somado ao desastre econômico, o governo entrou em grave crise política, a partir de 1992, devido às denúncias de corrupção. O movimento dos “Caras Pintadas” pelo “Fora Collor” apoiado por diversas forças sociais e partidos numa campanha política policlassista, como foi a das Diretas Já, impulsionou, em outubro de 1992, o Senado a abrir as investigações e Collor foi afastado da presidência temporariamente (que se tornou permanente); mesmo pedindo renúncia, em dezembro, não foi poupado do *impeachment* e da, conseqüente, perda dos direitos políticos (MACIEL, 2011). Ainda que o STF tenha absolvido Collor, por falta de provas que o ligassem diretamente ao esquema do tesoureiro Paulo César Farias.

O Governo Itamar Franco¹²⁹ (1992-1994), vice de Collor que assumiu após sua renúncia/impedimento, só começou efetivamente após a reforma ministerial de maio de 1993, quando Fernando Henrique Cardoso¹³⁰ (FHC) deixou o cargo de Chanceler para ir ao Ministério da Fazenda fazer avançar uma política econômica de corte liberalizante para combater a inflação – o Plano Real.

128 Marcílio Marques Moreira (1931-), fluminense do Rio de Janeiro, é um diplomata brasileiro. Foi Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento (1991-1992).

129 Itamar Augusto Cautiero Franco (1930-2011), nasceu em mar territorial brasileiro, foi engenheiro e político brasileiro. Foi senador pelo estado de Minas Gerais (1975-1990; 2011), vice-presidente do Brasil (1990-1992), presidente do Brasil (1992-1994) e governador de Minas Gerais (1999-2002).

130 Fernando Henrique Cardoso (1931-), fluminense do Rio de Janeiro, é sociólogo, professor universitário e político brasileiro. Foi senador pelo estado de São Paulo (1983-1992), Ministro das Relações Exteriores (1992-1993), Ministro da Fazenda (1993) e presidente do Brasil (1995-2002).

O grande capital internacional, bem como as agências internacionais, pressionou para que o Brasil aderisse de maneira efetiva ao projeto hegemônico neoliberal, para redefinir as relações com a economia mundial. A partir da mudança do padrão de acumulação, a desregulamentação financeira enquanto elemento essencial do programa neoliberal criou as condições mais do que propícias para a inversão especulativa em detrimento da produtiva (ANDERSON, 1995).

Dessa forma, ficou assim a nova reconfiguração do bloco no poder inaugurado pelo modelo neoliberal periférico brasileiro: o capital financeiro internacional, representado pelo movimento dos fundos de pensão, dos fundos de investimento e dos grandes bancos multinacionais, ocupando posição hegemônica; exercendo influência menor, ficaram os grandes grupos econômico-financeiros nacionais remanescentes após o processo de globalização e a abertura econômica pela sua capacidade de adaptação/associação (subordinação) aos capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado ou não aos capitais nacionais) (FILGUEIRAS, 2006b).

O Plano Real conseguiu expressar a “vontade coletiva liberal” desses grupos, como coloca Janoni (2009), através do núcleo ideológico de interesse geral do combate à inflação. Esse plano foi o mecanismo pelo qual foi possível que as diversas frações burguesas superassem a crise do bloco desenvolvimentista, e fosse possível criar a hegemonia do neoliberalismo no novo bloco no poder.

As três fases do Plano Real, entre seu anúncio em dezembro de 1993 e o lançamento da nova moeda em julho de 1994, envolveram o ajuste fiscal, o lançamento da Unidade Real de Valor (URV) como embrião da nova moeda, e, por fim, o lançamento da nova moeda. Além de um conjunto de ações posteriores como a reforma da economia, reforma do Estado e as privatizações.

A primeira fase, a do ajuste fiscal, constituiu-se, na verdade, na construção da chamada “âncora fiscal” dos preços, ou seja, o governo buscou garantir que só gastaria o arrecadado, indicando que não emitiria títulos e/ou moeda como o intuito de cobrir os gastos do governo. Procurava-se, também, responder ao problema do desequilíbrio orçamentário, particularmente no aspecto financeiro (FILGUEIRAS, 2006a).

Em 1 de março de 1994, na segunda fase, foi criada a URV, uma semi-moeda que servia como um índice de inflação, um super-indexador cujo objetivo era ser,

paulatinamente, amarrado ao dólar, preparando desde aquele momento a chamada “âncora cambial” da nova moeda. Este super-indexador cumpriu sua função econômico-político-eleitoral. A URV serviu, também, como embrião da nova moeda, retirando o caráter abrupto da passagem, como tinha acontecido nos planos anteriores, principalmente no Cruzado, garantindo que a nova moeda antes de existir como meio de pagamento, já existisse como unidade de conta¹³¹ (FILGUEIRAS, 2006a).

Por fim, em 1 de julho de 1994, foi lançado o Real como moeda, com a transformação da URV em Real. Naquele dia, CR\$ 2750,00 equivalia a 1 URV, que equivalia a R\$ 1,00, que, por sua vez, correspondia a US\$ 1,00. Nesta etapa inaugurou-se, de fato, a “âncora cambial”, que antes estava apenas subentendida; ficou claro que a última etapa do Plano continha a dolarização da economia brasileira, mas diferentemente do que aconteceu na Argentina, o governo não garantiu a conversibilidade entre a moeda local e o dólar, sendo um regime mais flexível, que dava mais margem para responder às turbulências internacionais (FILGUEIRAS, 2006a).

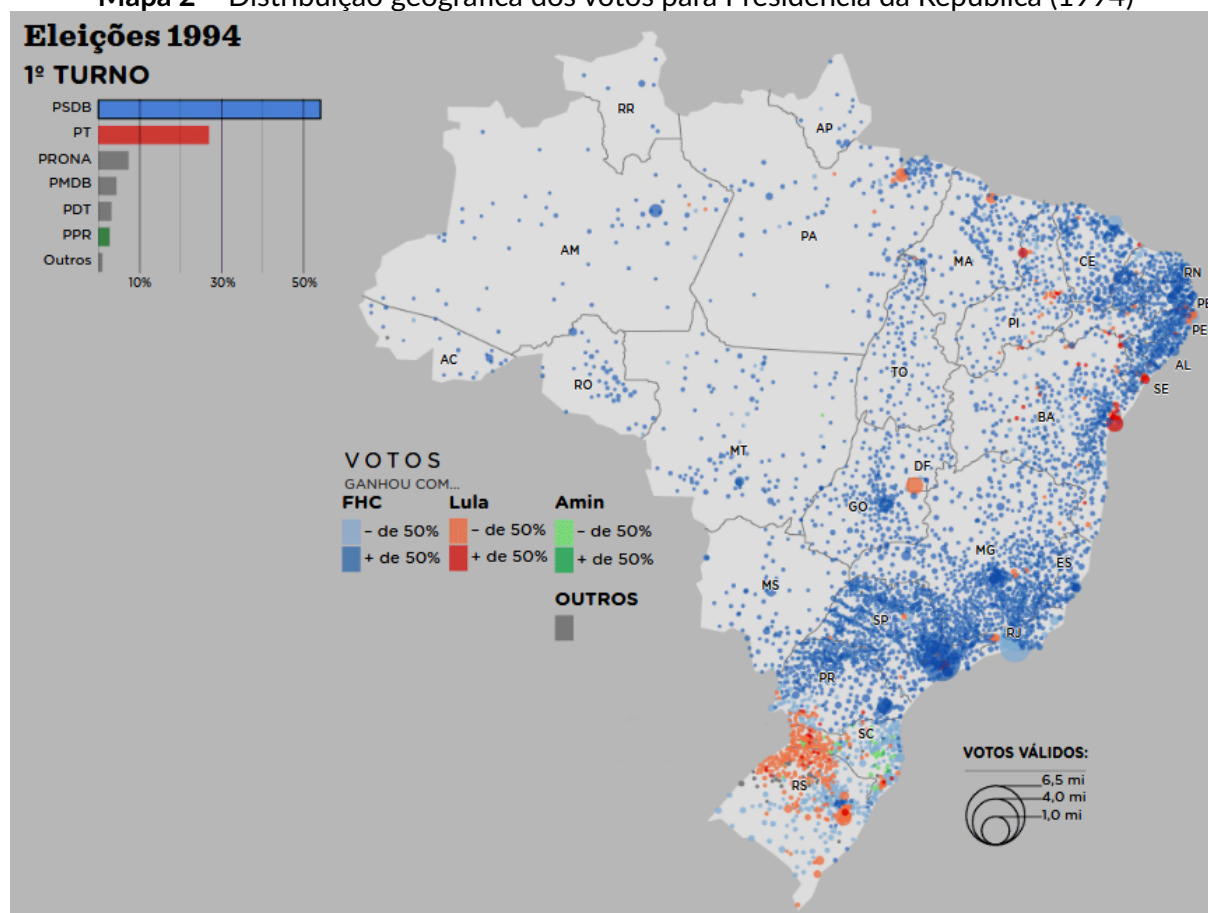
Devido ao sucesso do Plano Real, no quesito da estabilização monetária, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi eleito já no primeiro turno na eleição presidencial de 1994. E tornou-se o grande impulsionador das reformas de caráter neoliberal de desnacionalização da economia brasileira. O mapa 2, a seguir, ilustra o alcance a que chegou FHC. Com algumas ressalvas pontuais, como parte do Rio Grande do Sul e algumas regiões metropolitanas no Nordeste, onde aparecem alguns pontos vermelhos dos votos em Lula, o restante do mapa, especialmente o Centro-Sul e o interior nordestino, parecem-se com um mar azul. Demonstra-se o nível de alcance político-eleitoral a que chegou FHC com o Plano Real.

A articulação eleitoral que se reuniu em torno da candidatura de FHC, em 1994, deu acabamento ao processo de construção social do novo bloco, saído dos escombros do desenvolvimentismo em oposição a ele (SALLUM JR., 1999).

131 A moeda, como ativo financeiro de aceitação geral, exerce na sociedade capitalista, basicamente três funções: meio de pagamento – intermediando as trocas, evitando que uma mercadoria precise ser trocada por outra; unidade de conta – pela sua divisibilidade, que permite ser comparável ao preço de diferentes mercadorias; e reserva de valor – a moeda representa um certo direito que seu possuidor tem sobre outras mercadorias (VASCONCELOS, 2006). Desse modo a URV, em relação ao Real, serviu para que a nova moeda já fosse unidade de conta, antes mesmo de existir, visto que quando lançado R\$ 1,00 equivalia a 1 URV, que equivalia a US\$ 1,00.

Complementando o Plano Real, a agenda neoliberal do novo governo incluiu as reformas do Estado: tributária, administrativa e previdenciária; as reformas econômicas: quebra dos monopólios das estatais, tratamento isonômico entre empresas nacionais e estrangeiras, desregulamentação de atividades e mercados que eram, antes, considerados estratégicos; privatizações; abertura comercial; e abertura financeira (FILGUEIRA, 2006a). Houve a reforma trabalhista para flexibilizar os direitos dos trabalhadores e precarizar as relações de trabalho. Além disso, promoveu-se a desarticulação dos mecanismos de apoio ao crescimento e à regulação econômica, reestruturação organizacional e produtiva e a formação de blocos econômicos (CARVALHO, 2001).

Mapa 2 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (1994)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Centro de Política e Economia do Setor Público-FGV.
Elaboração: Almeida; Zanlorenssi (2018)

Enquanto o Governo Collor parecia um agregado de propostas amadoras, sem legitimidade política, o primeiro Governo FHC – que começou antes mesmo do seu primeiro mandato, quando ainda era Ministro da Fazenda, e terminou um pouco depois no início do seu segundo mandato, quando liberou o câmbio – conseguiu dar

corpo à hegemonia neoliberal, numa interseção entre as dimensões econômica, social e política.

Poderia ser uma anedota se não fosse a curiosa realidade, mas o partido que aplicou os ajustes neoliberais no Brasil, enquanto projeto estruturante, foi o Partido da Social Democracia Brasileira. Soa irônico, justamente, porque o neoliberalismo surgiu em oposição à Social-democracia e ao *Welfare State*. Enquanto isso, no Brasil, o governo FHC se propôs a colocar a “pá de terra” no desenvolvimentismo, herança do varguismo. Para isto, utilizou-se do discurso de combate à inflação que tinha por foco a abertura econômica, comercial e financeira, privatizações, aumento da carga tributária e estrita “responsabilidade fiscal”.

A reforma do Estado era vista como fundamental pelo governo. Mesmo que o primeiro escalão do governo FHC tivesse discordâncias pontuais, no âmbito daquelas distintas nuances de liberais que passaram a conquistar adeptos em fins da década de 1980, esse aspecto, da reforma do Estado, era unanimidade. Tanto que o presidente/sociólogo, ou sociólogo/presidente, sentiu-se na obrigação de justificar academicamente suas escolhas. Para isto, escreveu o artigo: *Notas Sobre a Reforma do Estado*, para a revista *Novos Estudos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)*, em defesa da reforma, sua e de Bresser-Pereira.

Fernando Henrique não se considerava sozinho nessa empreitada. Colocava-se ao seu lado o trabalhismo inglês de Tony Blair, do Partido Socialista português, dos ex-comunistas italianos e do Partido Socialista francês. Todos em busca do novo paradigma de governo da “terceira via”, partindo da constatação de que o mercado era uma realidade inescapável, eficiente na alocação de recursos e benefícios, racionalizador na técnica organizacional e produtiva (CARDOSO, 1998).

Diante desse elogio ao mercado, era preciso dotar o Estado das “qualidades” deste, através de uma reforma da gestão, em busca de “algo mais gerencial”, pelo “treinamento da burocracia, carreiras de Estado, flexibilidade nas formas de pagamento e critérios de desempenho [...] a possibilidade de demissões – a ‘quebra de estabilidade’” (CARDOSO, 1998, p. 11). Esse novo Estado, gerencial, foi colocado em contraposição ao Estado desenvolvimentista. Pois, diante do novo contexto, seria preciso estar com sanidade fiscal estritamente em dia e as privatizações deveriam ser consideradas fundamentais para o Estado recuperar sua condição de atuar

(CARDOSO, 1998). Ou seja, em sua contradição, indicava que o Estado precisaria ser reduzido e atuar gerencialmente para criar as condições para que esse mesmo Estado pudesse atuar e expandir os serviços públicos.

Luiz Carlos Bresser-Pereira foi o grande articulador dessa reforma do Estado que aconteceu a partir de 1995 no governo FHC. Em diversas oportunidades, buscou dar sustentação teórica ao seu trabalho enquanto Ministro da Administração e Reforma do Estado. Em sua interpretação, indicava que a crise da década de 1980 seria, antes de tudo, uma crise do Estado. Por isso propõe a superação da administração burocrática, que marca o período desenvolvimentista, por uma administração gerencial que pudesse dotar o Estado da capacidade de facilitar para que a economia nacional se torne competitiva internacionalmente (BRESSER-PEREIRA, 1996). Em comparação com o Estado desenvolvimentista, esse Estado gerencial neoliberal, para além da crítica à dimensão burocrática do Estado, explicitava o desejo por parte de várias frações do capital de que a “máquina pública” se afastasse da produção, abrindo espaço para lucratividade nos mais diversos setores.

De modo que o propósito dessa reforma do Estado, juntamente com as reformas econômicas, era o de quebrar o Estado desenvolvimentista, inclusive os aspectos institucionalizados na CF88 que iam nessa direção. O governo FHC buscou com vigor cumprir o propósito de liquidar o desenvolvimentismo, remanescentes da Era Vargas, através das seguintes proposições: o Estado não precisava cumprir funções empresariais, que deveriam ser repassadas para a iniciativa privada, através das privatizações; as finanças do Estado deveriam ser equilibradas, e diminuídos os estímulos diretos dados às empresas privadas; o funcionalismo público não poderia ter mais “privilégios”; o Estado passaria desenvolver políticas sociais, ao invés das funções empresariais; e, ainda, ampliar a integração do país com o exterior (SALLUM JR., 1999).

A CF88, na qual FHC fora constituinte, impossibilitava a reeleição para membros do executivo. De modo que, em 1999, Fernando Henrique deveria ser sucedido por outra pessoa na Presidência. Mas isso estava fora de questão, no âmbito do projeto pessoal e partidário de FHC. Para isso foi preciso mobilizar os arautos da reeleição, que buscavam a continuidade do projeto de poder estabelecido.

Depois de grande articulação, em 1997, foi aprovada a Emenda Constitucional da Reeleição (EC nº 16/1997), quando foi denunciado o esquema de corrupção através da manchete, na *Folha de S. Paulo*, na qual se lia: “Deputado conta que votou pela reeleição por R\$ 200 mil”¹³². Dez anos mais tarde, FHC, em sabatina da *Folha*, negou participação sua ou de seu partido no esquema, contudo considerou que “provavelmente” houve essa compra de votos de parlamentares¹³³. E mesmo Pedro Corrêa (PP), um ex-deputado condenado no Mensalão e na Lava Jato (que acontecerão anos depois), disse em delação premiada que o evento da compra de votos para a reeleição “foi um dos momentos mais espúrios” que ele havia presenciado em todos os anos como deputado federal¹³⁴.

Com aprovação da PEC que permitiria que fosse, mais uma vez, candidato, FHC começou sua campanha para reeleição informalmente, alimentando o sentimento de que “sem ele na Presidência da República, ressurgiria o caos social por meio de greves, reivindicações salariais, encargos trabalhistas etc.” (CONY, 2000, p. 111). Nesse ensejo, chegaram as eleições de 1998, e FHC ganhou, mais uma vez, no primeiro turno. O mapa 3 dá a dimensão geográfica dos votos, que não difere profundamente do que aconteceu em 1994.

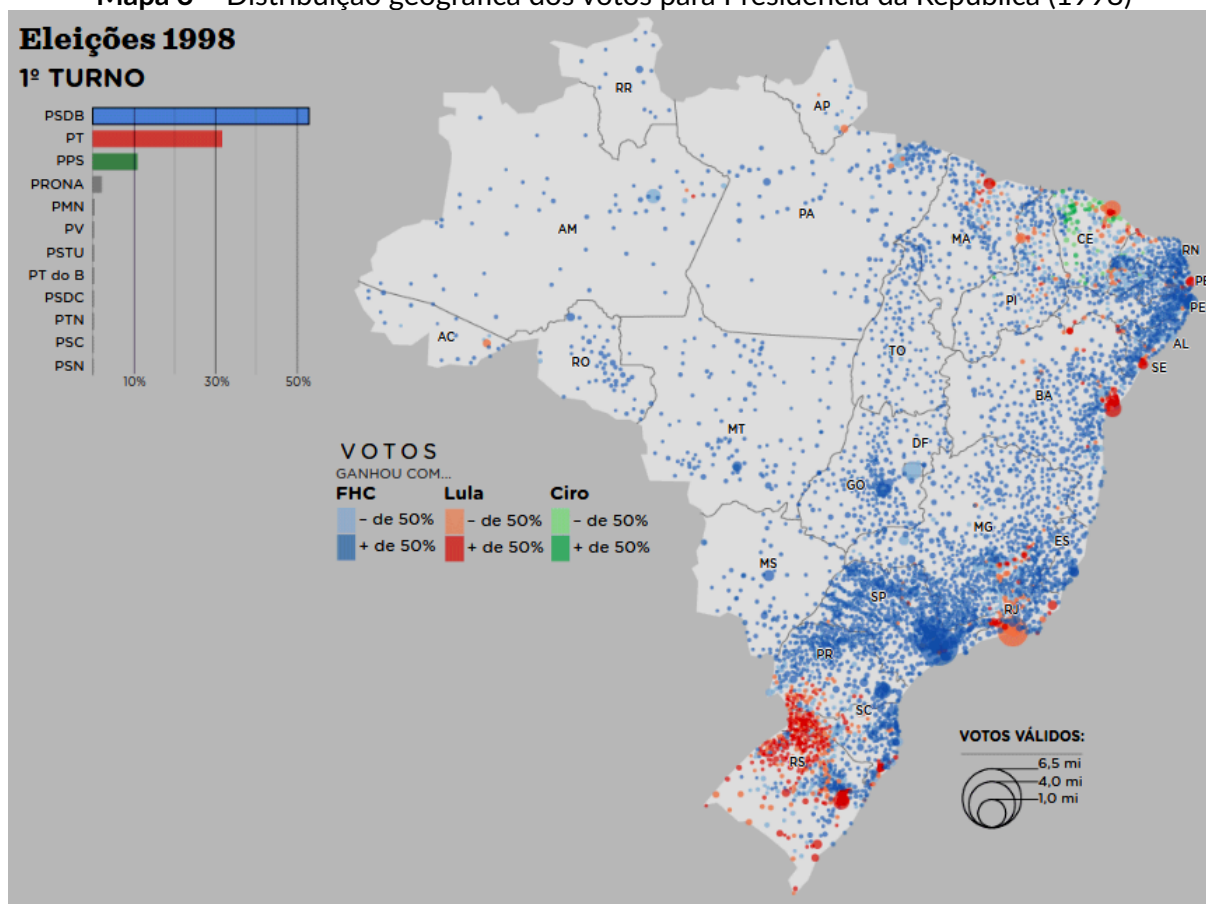
Entre os governos FHC I e FHC II há tensões. Mesmo que o projeto neoliberal, em meio à globalização e o padrão de acumulação flexível, tenha se tornado hegemônico, ainda havia, em algum nível, constrangimentos. O novo bloco político hegemônico não tinha unidade de crença. As disputas político-ideológicas evidenciam uma polarização entre duas versões do liberalismo, com particularidades entre si. De modo que dentro do governo havia dois grupos: um deles mais doutrinário e fundamentalista, seguindo o Consenso de Washington muito mais de perto, os neoliberais; e outro grupo que não rejeitava por completo a tradição histórica anterior, propondo uma mescla, o liberal-desenvolvimentismo (SALLUM JR., 1999).

132 FOLHA DE S. PAULO. Deputado conta que votou pela reeleição por R\$ 200 mil. **Folha de S. Paulo**. 13 mai. 1997. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br//leitor.do?numero=13518&anchor=285377> Acesso em 22 abr. 2020.

133 FOLHA DE S. PAULO. Há 20 anos, Câmara aprovou emenda da reeleição. **Folha de S. Paulo**. 25 fev. 2017. Disponível em: <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/02/25/ha-20-anos-camara-aprovou-emenda-da-reeleicao/> Acesso em 22 abr. 2020.

134 COUTINHO, Mateus; AFFONSO, Julia; BRANDT, Ricardo; MACEDO, Fausto. Delator da Lava Jato 'desenterra' emenda da reeleição no governo FHC. **Estadão**. 01 jul. 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delator-da-lava-jato-desenterra-emenda-da-reeleicao-no-governo-fhc/> Acesso em 22 abr. 2020.

Mapa 3 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (1998)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Centro de Política e Economia do Setor Público-FGV.
Elaboração: Almeida; Zanlorenssi (2018)

Não há dúvida que a primeira versão foi predominante, formando o núcleo duro do governo e comandando a política econômica. Essa segunda versão, não teve o mesmo grau de importância que a primeira, nem chegou a se apresentar como uma orientação sistematicamente de ação governamental. As posições desse grupo, apenas podem ser reconstruídas, a partir do debate público, de conceitos esparsos encontrados em documentos oficiais e do “espírito” de iniciativas governamentais surgidas em reação a certas consequências sociais e econômicas supostamente negativas da ortodoxia liberal” (SALLUM JR., 1999, p. 32-33).

A agenda da corrente neoliberal dominante tinha por foco a estabilização dos preços por meio da manutenção do câmbio sobrevalorizado em relação ao dólar, de forma a manter os preços internos estáveis pela pressão exercida pela concorrência externa; ampliação da abertura comercial, de maneira complementar ao papel exercido pelo câmbio apreciado; política de juros altos, em busca do capital especulativo estrangeiro, para evitar que o crescimento das importações provocasse maior

desequilíbrio nas contas externas; realização de um ajuste fiscal progressivo e reformas estruturais (previdência, administrativa e tributária) que equilibrassem “em definitivo” as contas públicas; ausência de estímulos diretos a algumas atividades econômicas, deixando para o Estado restrito a preservação da concorrência através da regulação e fiscalização das atividades produtivas (SALLUM JR., 1999).

O essencial, dentro dessa abordagem, era atingir rapidamente a estabilidade dos preços e para isto deveriam manter a taxa de câmbio apreciada por um longo período; e estimularam as importações para reduzir o poder dos oligopólios industriais de fixarem preços. Assim, não se deu muita importância ao desequilíbrio externo. Os déficits comerciais e nos serviços com o exterior poderiam ser cobertos pelas reservas de divisas disponíveis e pelo afluxo de capitais externos, pela apreciação da taxa de juros (SALLUM JR., 1999).

Inclusive esse é o único aspecto que o governo FHC I contrário às recomendações do Consenso de Washington, que propunha um câmbio competitivo, entre as suas reformas de política econômica, destacando que a taxa de câmbio deveria estar em um “nível suficientemente competitivo para induzir o crescimento rápido em exportações não-tradicionais, e gerenciada de tal forma que assegure aos exportadores que essa competitividade será mantida no futuro” (WILLIAMSON, 1992, p. 44). Ao usar a âncora cambial para conter a inflação, seguiu-se no sentido oposto, atribuindo-se pouca importância ao desequilíbrio externo, que, eventualmente, veio estourar numa crise cambial em 1999. Sobre esse aspecto o governo foi alvo de censura, inclusive, pelo ex economista-chefe do FMI, Michael Mussa¹³⁵.

Destacaram-se como representantes político-intelectuais dessa perspectiva neoliberal mais dura, no âmbito do governo, nomes como o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, o ex-secretário de Política Econômica, Winston Fritsch e o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, no âmbito do governo. Fora dele as expressões mais notórias eram alguns economistas da PUC-Rio, dentre os quais Rogério Werneck e Marcelo de Paiva Abreu (SALLUM JR., 1999).

A agenda proposta pelos liberais-desenvolvimentistas, que era marginal dentro do governo, e se expressou mais na teoria do que na prática, ia pelo caminho de

135 AITH, Marcio. Economia enfrenta cinco crises mundiais. **Folha de S. Paulo**. 19 dez. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912200215.htm> Acesso em 20 mar. 2020.

conter consequências, real ou potencialmente, negativas do neoliberalismo mais rígido. Dentre as medidas compensatórias, observava-se a criação do sistema de bandas cambiais móveis, de desvalorização nominal e depois real do câmbio; aumento de tarifas alfandegárias para alguns produtos industriais; ampliação do volume de empréstimos pelo sistema do BNDES com taxas especiais de juros (de longo prazo); programação de investimentos em parceria com a iniciativa privada para a recuperação da infraestrutura econômica do país (Programa Brasil em Ação); programas de estímulo à exportação, através da isenção de impostos para produtos agrícolas, e outras medidas (SALLUM JR., 1999).

Essa agenda liberal-desenvolvimentista, que não teve espaço nos governos FHC, voltará com o disfarce de novo desenvolvimentista na década seguinte, mas sobre isso falamos no capítulo sexto. Essa versão do neoliberalismo também mantém a sua base fincada na busca pela estabilidade monetária, mas pondera os efeitos nocivos, ao sistema produtivo, da busca desenfreada por esta estabilidade a todo custo. Dessa forma propõe a busca de um câmbio não apreciado (competitivo) para evitar déficits na balança de transações correntes (comercial e de serviços), e juros mais baixos para não desestimular o investimento produtivo. Em sua abordagem teórica, há um elemento de industrialização, mas seu foco não está restrito à indústria, ampliando-se para incluir outras atividades produtivas – agricultura e serviços. Entretanto, limitado pelo discurso liberal, vê com bons olhos apenas formas muito específicas de intervenção do Estado no sistema produtivo (SALLUM JR., 1999).

Como principais nomes dessa perspectiva, destacaram-se os ministros José Serra (Saúde), Luiz Carlos Mendonça de Barros (Comunicações) e Luiz Carlos Bresser-Pereira (Administração e Reforma do Estado) e o secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, dentro do governo. Fora do governo estavam economistas vários, com Antônio Delfim Netto à frente, e jornalistas econômicos, como Luís Nassif, Celso Pinto, e outros (SALLUM JR., 1999).

Gostaríamos de reforçar, para o leitor mais desatento, que quando falamos nas tensões existentes nos governos FHC I e II e nas duas versões do liberalismo presentes no governo, não estamos diminuindo ou amenizando o alcance do modelo econômico neoliberal periférico do governo. Em vista de que os liberal-desenvolvimentistas não se projetaram como hegemônicos no governo, sendo

marginais, e aparecendo, neste momento, de forma difusa, mais como discurso do que como prática. O quadro 1 mostra as principais políticas de cunho neoliberal aplicadas durante os governos FHC I e II, através da hegemonia do núcleo duro neoliberal.

Quadro 1 – Políticas de Caráter Neoliberais nos Governos FHC

ANO	POLÍTICAS
1995	Quebra dos monopólios estatais do petróleo, telecomunicações e distribuição de gás canalizado; fim da reserva de mercado na navegação de cabotagem e das diferenças entre empresas nacionais e estrangeiras; lei da concessão de serviços públicos; ampla delegação de prerrogativas de regulamentação de transações econômicas para o Banco Central (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN); formulação do Plano Diretor da Reforma do Estado.
1995	Exposição de Motivos no 311 do Ministro da Fazenda ao Presidente da República (abertura bancária).
1995-2002	Profundas privatizações de empresas federais e estaduais em vários setores, sobretudo serviços e infraestrutura, com ampla participação do capital estrangeiro. Incluindo todas as privatizações realizadas entre 1991-2000 - através do Programa Nacional de Desestatização (PND), governos estaduais e telecomunicações – o capital estrangeiro adquiriu 48,2% do patrimônio empresarial estatal que foi vendido.
1995-2002	Elevação da carga tributária, iniciada em 1994 (quando alcança 29,5% do PIB), é mantida nesse patamar no primeiro mandato e aumenta ano a ano no segundo governo, chegando a 35,53% do PIB em 2002.
1995-2002	Fundo Social de Emergência, depois Fundo de Estabilização Fiscal e atual Desvinculação de Recursos da União
1995-1997	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – SFN (Proer) e Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (Proes).
1996	Criação do Comitê de Política Monetária (Copom) e aprovação da Lei de Patentes.
1996-1997	Primeiras agências reguladoras: Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional de Telecomunicações e Agência Nacional de Petróleo
1997	Renegociação das dívidas de estados e municípios com a União.
1998	Aprovação da Reforma da Gestão Pública e da Reforma da Previdência; Primeiro acordo com o FMI.
1999	Banco Central do Brasil substitui câmbio fixo pelo flutuante; instituição do sistema de metas de inflação.
1999-2002	Fixação e cumprimento de metas de superávit primário.
2000	Resoluções nº 2.689 e nº 2.770 do Conselho Monetário Nacional – consolidação da abertura financeira.
2000	Lei de Responsabilidade Fiscal.
2002	Revisão do acordo com o FMI.

Fonte: Ianoni (2009, p. 174-176).

Em decorrência da implementação do modelo econômico neoliberal no país, pode-se observar profundas mudanças em quatro dimensões: primeiro na relação capital/trabalho pela mudança do padrão de acumulação; segundo na própria relação entre as frações do capital; terceiro na inserção internacional do Brasil, diante da abertura comercial e financeira; e, por fim, na estrutura e funcionamento do Estado (FILGUEIRAS, 2006b).

Diante do processo de reestruturação produtiva, a introdução de novos métodos de gestão do trabalho e de novas tecnologias impactou decisivamente (e negativamente) o mercado de trabalho. A desregulamentação e a flexibilização das legislações trabalhistas tornaram-se marca dos novos tempos. A primeira significou uma atitude absentéista do Estado, deixando que o mercado de trabalho se autorregulasse em diversas dimensões; enquanto a segunda significou o afrouxamento, ou no extremo, a eliminação da proteção trabalhista instituída anteriormente (MARCONSIN *et al.*, 2012).

No governo FHC, a ampla flexibilização dos direitos trabalhistas era defendida e foi realizada em grande escala como indicação de “solução” para o problema do desemprego. O grande salto nas taxas de desemprego no início dos anos de 1990 tem relação com a abertura comercial e financeira. Além de uma profunda recessão causada pela concorrência intercapitalista que empurrou as empresas para um processo acelerado de reestruturação produtiva, produzindo, por sua vez, um aumento nas formas de contratação instáveis e sem direitos.

Pode-se entender que o desemprego, subemprego e precarização do trabalho são, portanto, resultado da reestruturação produtiva e da desregulação do mercado de trabalho. Além da desregulamentação e flexibilização, um novo fenômeno no mundo do trabalho ganhou força, nesse período, a prática da terceirização que produziu uma nova articulação entre grandes, médias e pequenas empresas capitalistas através de uma rede de subcontratação da força de trabalho. Esse processo generalizado de precarização das condições de trabalho e de terceirização fragilizou a ação sindical, relegando sua ação para uma posição defensiva (FILGUEIRAS, 2006b).

Todas essas mudanças nas relações de trabalho, realizaram uma transformação no perfil e na composição das classes trabalhadoras no Brasil, diminuindo o peso relativo dos assalariados industriais, aumentando a informalidade, e gerando,

consequentemente, uma maior fragmentação da classe trabalhadora. Essa maior fragilidade e heterogeneidade, resultado da desregulamentação das relações trabalhistas, levaram ao crescimento do desemprego e ao aprofundamento da precarização do trabalho e das formas de contratação, além de reduzir a capacidade de negociação da classe trabalhadora (FILGUEIRAS, 2006b, p. 200).

Desse modo, como destaca Ricardo Antunes (2005), o governo tucano levou à frente um processo de desregulamentação do trabalho, alinhado com a flexibilização produtiva, produzindo precarização do trabalho, desemprego explosivo, desindustrialização, destruição dos direitos sociais em um país já escasso desses direitos. Tudo isso a partir de um ideário pragmático, supostamente técnico, que, à medida que beneficiou os capitais, precarizou os homens e as mulheres que vivem do trabalho.

Quanto às diversas frações do capital, diante da abertura e desregulamentação dos mercados financeiros e aprofundamento da financeirização da economia, deu-se a predominância da lógica financeira no interior das decisões do Estado brasileiro. Esse processo é causa e consequência, simultaneamente, do fortalecimento econômico e político da fração financeira do capital, evidenciando que o modelo neoliberal é marcado pela hegemonia da fração financeira do capital (FILGUEIRAS, 2006b).

No que diz respeito à inserção econômica internacional do Brasil, percebem-se mudanças significativas. A abertura comercial, através da queda das alíquotas de importação e da desregulamentação financeira, integrou o mercado financeiro brasileiro ao movimento dos mercados financeiros internacionais. Diante desse movimento de abertura comercial e privatizações, segmentos da indústria foram afetados, através das vendas, fusões de empresas nacionais (públicas ou privadas) com o capital estrangeiro num processo de desnacionalização. E também houve um processo de desindustrialização, através da redução da participação da indústria na economia nacional, desarticulando cadeias produtivas nos segmentos industriais intensivos em capital e tecnologia e da ampliação do peso relativo de ramos industriais intensivos no uso de recursos naturais e força de trabalho (FILGUEIRAS, 2006b).

O ano de 1999 é emblemático porque marca o fim do governo FHC I – que tinha começado em 1993, antes mesmo deste ocupar a vaga do Palácio do Planalto, quando ainda era Ministro da Fazenda –, dando início ao governo FHC II. Em 1998,

quando a crise de liquidez internacional impactou a economia brasileira, provocando uma enorme fuga de capitais e forçando a mudança do regime cambial no ano seguinte, após a vitória eleitoral, o governo precisou recorrer ao FMI, pela primeira das três vezes que o faria.

A partir disso, o governo FHC II reeditou a política empreendida em 1982, relançando a estratégia externa do agronegócio, colocando o setor primário para gerar saldos comerciais. Resgatou-se a política ensaiada por Delfim Netto, pós crise de 1982, e aprofundando-a, incentivando múltiplos setores ligados às *commodities* – desde agricultura, cadeias agroindustriais, indústria subsidiária ao setor, mercado de terras e sistemas de crédito. Com forte apoio e incentivo do Estado, voltaram ao centro do debate da política econômica brasileira dos anos 2000, com uma estratégia centrada no comércio exterior, para gerar saldos de comércio exterior desesperadamente, para suprir o déficit da Conta Corrente (DELGADO, 2012).

O relançamento dessa estratégia encontrou um mercado mundial mais favorável do que na década de 1980. Algumas poucas *commodities* estavam em rápida expansão, principalmente nos ramos de *feed grains* (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, na qual o Brasil tinha grande potencial de inserção. Estes e mais alguns produtos de origem mineral cresceram rapidamente e de maneira expressiva, dominando a pauta das exportações brasileiras a partir de 2000 (DELGADO, 2012). Esse é o início da prevalência do agronegócio e do processo de reprimarização que a economia brasileira vai experimentar nas décadas seguintes.

Em termos de iniciativas políticas do governo FHC II, em favor da construção do Agronegócio, como o conhecemos, estão: 1. programas prioritários de investimento em infraestrutura territorial; 2. um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa) para operar em perfeita sincronia com as multinacionais do agronegócio; 3. regulação frouxa do mercado de terras; 4. mudança na política cambial para tornar as exportações do agronegócio competitivas junto ao comércio internacional; e 5. reativação do crédito rural nos Planos de Safra (DELGADO, 2010).

O pragmatismo do agronegócio coaduna-se com os novos tempos de hegemonia do neoliberalismo, uma vez que se constitui como uma estratégia de associação de frações da classe dominante, na qual o capital financeiro e sua

articulação com a fração agrária do capital perseguem o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2012).

Observando a lógica do agronegócio, percebe-se mais uma diferença da época neoliberal, em relação ao período desenvolvimentista. O agronegócio é montado neste período renovando a “vocação colonial”, dando maior peso ao mercado externo, quando, desde a década de 1930, tinha-se no mercado interno um dos principais motores da economia brasileira. Desse modo, a despeito de aparecer na CF88 que o mercado interno seria um “patrimônio nacional”, as frações dominantes do bloco reforçaram sua ligação com o mercado externo e o capital financeiro.

Outra face desta mesma moeda, no âmbito da agricultura, é a questão da reforma agrária na época neoliberal. Nos governos de FHC, entre fins da década de 1990 e início dos anos 2000, houve uma mudanç a na concepção de reforma agrária, abandonando-se aquela reforma de caráter massivo e distributivo, que era defendida pelos movimentos sociais do campo, em favor de uma reforma agrária de mercado, que tinha por objetivo a redução das pressões desses movimentos, visando enfraquecê-los, na medida em que buscavam garantir a defesa da propriedade privada (PEIXOTO, 2017).

No primeiro ano do governo FHC II, as mobilizações e ocupações de terra promovidas pelo MST e outros movimentos de camponeses e de trabalhadores sem-terra alcançaram o seu nível mais elevado. Essa tática de pressão desses movimentos surtiu efeito, na medida em que as ocupações aconteciam, justamente, nas áreas de maior tensão social, para evitar o acirramento da luta de classes o governo realizava a desapropriação das terras e implantava assentamentos. Por isso o elevado número de assentamentos nos governos de FHC, em comparação com o período anterior, porque as mobilizações dos movimentos sociais e sindicais os arrancaram do governo na luta (PEIXOTO, 2017).

A esfera econômica do Estado também passou por uma reestruturação, expressando as disputas entre as classes e frações de classe, através da quebra dos monopólios estatais, juntamente com as privatizações de empresas públicas, fortalecendo os grupos privados nacionais e estrangeiros. Enquanto a reforma administrativa abriu caminho para mecanismos de demissão e contratação de funcionários sem concursos, flexibilizando também as relações trabalhistas no setor

público, etc. Tudo isso somado aos *superávits* fiscais primários e ajustes fiscais sucessivos, que significaram a retirada do Estado de setores estratégicos, enfraquecendo a possibilidade de planejar, regular e induzir o sistema econômico (FILGUEIRAS, 2006b).

No contexto mais amplo, o capital financeiro seguia sendo a fração hegemônica do capital dentro do bloco, mas diante dos contextos de crises sucessivas após 1998, sob a pena de colocar em risco sua lucratividade, teve que fazer concessões à política de exportação, incorporando-se à lógica do agronegócio. No novo cenário, inaugurou-se a política que vai perdurar pelas décadas seguintes de metas de inflação, usando a taxas de juros como instrumento para perseguir a meta, tendo elevadíssimas taxas de juros como resultado; câmbio flutuante, diante da impossibilidade de contê-lo; e *superávits* fiscais primários, o chamado Tripé Macroeconômico (FILGUEIRAS, 2006b).

A seguir adentramos na discussão da questão nordestina diante do modelo econômico neoliberal periférico que se inaugurou nos anos de 1990.

4.2.3 Questão Regional no Modelo Econômico Neoliberal Periférico

O direcionamento das políticas, inaugurado na década de 1990, mudou a relação com que o Estado tratava a questão regional. Diante da crise do padrão de acumulação anterior e, conseqüente, a reestruturação produtiva ocorrida, quando o capital financeiro se torna preponderante sobre as demais formas de acumulação, o foco da atuação política do governo brasileiro passou a ser a contenção da inflação associada a outras políticas de curto prazo, abandonando a prática do planejamento econômico e negligenciando as políticas regionais.

Do período anterior, com todas as limitações que já apontamos, ficou de saldo o contraste de áreas com relativo dinamismo – entre os quais se destacam o Complexo Petroquímico de Camaçari, a zona agroindustrial de Petrolina/Juazeiro, os cerrados do Oeste da Bahia, o polo têxtil/confecções de Fortaleza e o polo minero-metalúrgico Carajás-São Luís – convivendo, lado a lado, com áreas estagnadas e atrasadas. De todo modo, esses polos dinâmicos e o processo de industrialização (de bens intermediários) são resultados da incisiva atuação do Estado desenvolvimentista (LIMA, 2005).

Esse processo de integração produtiva entre as regiões, que se verificou principalmente após a década de 1970, produzindo desconcentração espacial da produção nacional, foi barrado na década de 1990. Diante da hegemonia neoliberal – quando a gestão da economia passou por profundas mudanças envolvendo a prioridade dada à estabilidade monetária em detrimento do crescimento econômico e geração de empregos, principalmente através do encolhimento do Estado que aconteceu na forma de desmonte da sua capacidade de intervenção produtiva, desregulamentação geral da economia, desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas, reforma da previdência, transferência do patrimônio público para o setor privado e completa abertura comercial e financeira – na dimensão regional o que se viu foi a imobilidade em relação às políticas de desenvolvimento regional.

Em termos de financiamento ao “desenvolvimento regional”, por exemplo, em 1997, diante de mais um momento da crise fiscal que o Brasil vinha experimentando desde a década de 1980, aconteceu uma mudança nos incentivos fiscais, que vinham desde a criação da SUDENE como mecanismo 34/18, que na década de 1970 tornou-se FINOR, e pela Lei nº 9.532/1997, esses incentivos fiscais, que davam sustentação aos fundos de investimento teriam suas alíquotas reduzidas progressivamente até chegarem a zero, extinguindo paulatinamente os incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento regional (PORTUGAL; SILVA, 2020).

A partir disso, os estados e os municípios do Nordeste, para compensar a ausência de políticas regionais do governo federal, adotaram a infausta estratégia da guerra fiscal, em busca de atrair novos empreendimentos, e consolidar, ou criar, algum movimento economicamente mais intenso. Nessa estratégia, os estados/municípios renunciam a impostos, fornecem infraestrutura, emprestam/doam terrenos, etc.; tudo isso para se mostrar mais atrativos para os capitais.

Nos anos 1990, o Brasil foi impelido a se adequar ao novo cenário de ampla movimentação do capital financeiro, expansão do comércio internacional, necessidade de atualização tecnológica, e, conseqüentemente, uma articulação no sentido de uma ampla abertura comercial. Por conseqüência, já no Governo Collor, deu-se um acelerado processo de liberalização comercial, extinguindo uma lista com cerca de 1000 itens que tinham sua importação barrada. Em face desse processo de abertura comercial e reestruturação produtiva, o sistema produtivo nacional vivenciou sensíveis

transformações devido à concorrência externa que engendraram impactos diferenciados em termos regionais (LIMA, 1998).

Essa abertura comercial foi, particularmente, perversa para as regiões subalternas. Basta lembrarmos que esse tipo de restrição às importações tinha relação direta com o protecionismo à indústria (de substituição de importações), que daí resultou a instalação de um parque industrial bastante diversificado, com algum grau de desconcentração, cabendo ao Nordeste a posição de fornecedor de bens básicos e intermediários. Entretanto, é sabido que os níveis de competitividade no Brasil, e principalmente no Nordeste, estavam aquém dos níveis internacionais. O Nordeste, que conseguiu apenas uma indústria predominante de bens intermediários e não-duráveis (setores menos protegidos), depois de décadas de intervenção política e econômica em favor do seu “desenvolvimento”, ficou exposto e vulnerável aos novos tempos (LIMA, 1998).

O choque com o mercado internacional, onde estavam produtores com níveis de produtividade mais elevados, gerou uma enorme pressão nas regiões menos produtivas e dinâmicas, obrigando-as a abandonarem os mercados em questão ou se modernizarem adequando-se à nova dinâmica. Entretanto, não é possível que a segunda opção aconteça sem o decisivo estímulo do Estado. Na lógica do desenvolvimento capitalista (mesmo que pensando somente em termos de crescimento econômico), o Estado é um indutor imprescindível nas regiões menos dinâmicas para contrabalancear a lógica centrípeta do mercado.

A partir da década de 1990, o Brasil rompeu com o padrão dominante nas décadas anteriores, que, em alguma dimensão, montou uma base econômica que operava no espaço nacional, articulando suas regiões. A partir de então, a primazia passou a ser da integração competitiva e a internacionalização da economia brasileira (BACELAR, 1999a). O movimento de integração produtiva, que nas décadas anteriores aconteciam entre o Centro-Sul e o Nordeste ou o Norte, passou a se redirecionar para o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), inclusive os projetos prioritários de infraestrutura econômica passaram pela integração dos espaços dinâmicos do Brasil com o mercado externo, particularmente com o MERCOSUL (BACELAR, 1997).

Diante desta opção do Estado brasileiro, de buscar uma integração competitiva em nível internacional, a integração produtiva interna, entre as regiões, mesmo com

seus profundos limites, viu-se abalada. Se observarmos a participação percentual do Produto das Regiões no PIB brasileiro, como aparece na tabela 3, fica evidente que o Nordeste vai deixando de colaborar com o Produto brasileiro. Esta região deixou uma posição relativa na qual participava com 13,7% do PIB brasileiro em 1985, para um mínimo de 12% em 1995, chegando ao ano de 2000 participando com 12,4%.

Poderiam nos questionar que esta variação entre 13% e 12% não seria, assim, tão ruim, colocando o Nordeste em uma posição relativamente melhor do que as regiões Norte ou Centro-Oeste. Mas esse dado ganha gravidade se considerarmos que a região Nordeste detém quase 30% da população brasileira, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste, participam com em torno de 7% cada¹³⁶.

Tabela 3 – Participação percentual das Grandes Regiões no PIB brasileiro (1985-2000)

Grandes Regiões	1985*	1990*	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Norte	4,1	4,5	4,2	4,3	4,1	4,2	4,2	4,4
Nordeste	13,7	13,6	12,0	12,5	12,5	12,4	12,4	12,4
Sudeste	59,1	59,1	59,1	58,4	58,5	58,2	58,2	58,3
Sul	17,1	15,5	16,2	16,2	16,1	16,2	16,4	16,5
Centro-Oeste	6,0	7,3	8,4	8,6	8,8	9,0	8,8	8,4
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil *apud* BNB (2013, p. 8).

* Dados de 1985-1990 do IBGE/SUDENE *apud* Carvalho (2001, p. 84)

Mas isso não diz tudo. Se observarmos o PIB *per capita* das regiões, podemos perceber que a situação na qual se encontra o Nordeste não é muito favorável. A tabela 4, que apresenta esses dados entre 1995 e 2001, evidencia o quão abaixo estão os números do Nordeste, não passando, em nenhum momento, da metade do valor nacional, atingindo o máximo em 2001 com R\$ 3.342 de PIB *per capita* no Nordeste, somente 44,64% dos R\$ 7.487 do Brasil.

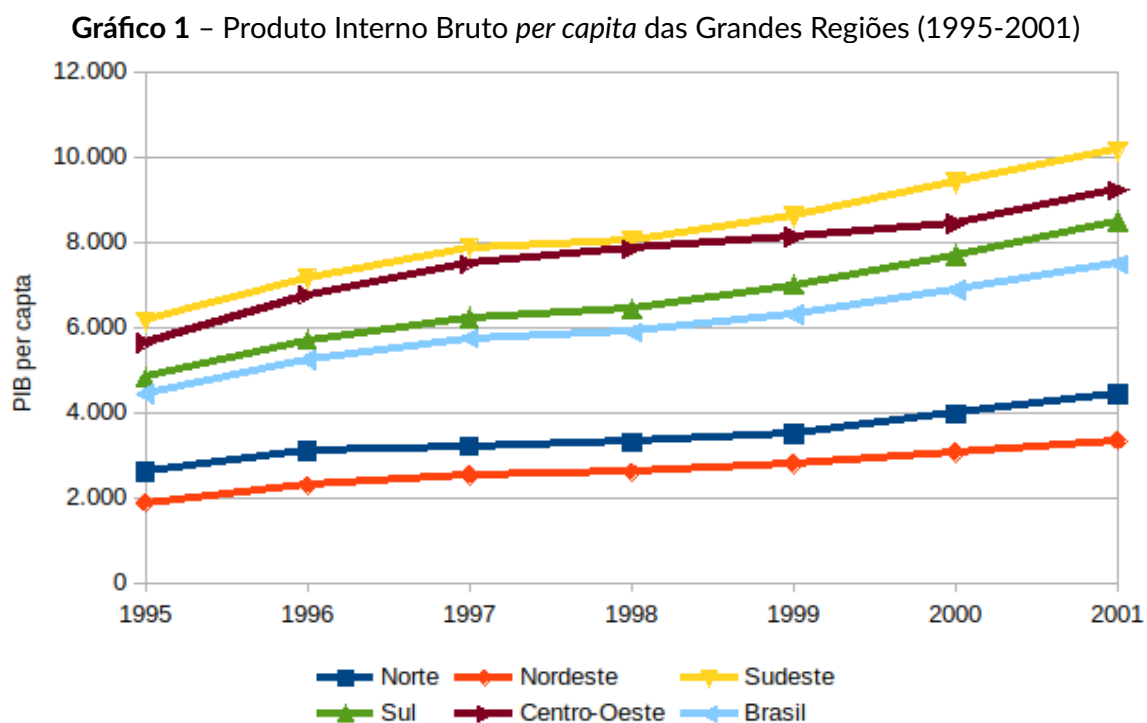
136 Em 1996, segundo dados do IBGE, o Nordeste detinha 28,50% da população brasileira, enquanto o Norte e Centro-Oeste, 7,19% e 6,69% respectivamente.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto *per capita* das Grandes Regiões (1995-2001)

Grandes Regiões	Valores Correntes (R\$)						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Norte	2.610	3.097	3.212	3.311	3.500	3.973	4.428
Nordeste	1.873	2.291	2.517	2.592	2.786	3.049	3.342
Sudeste	6.152	7.156	7.867	8.029	8.613	9.415	10.152
Sul	4.816	5.692	6.205	6.424	6.980	7.670	8.481
Centro-Oeste	5.642	6.761	7.490	7.846	8.123	8.426	9.221
Brasil	4.442	5.232	5.734	5.889	6.310	6.886	7.487

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil *apud* BNB (2013, p. 28).

Considerando, ainda, que esse indicador, no âmbito da ciência econômica dos manuais, mede o crescimento econômico, ou seja, a quantidade de mercadorias e serviços colocada à disposição da coletividade (VASCONCELLOS, 2006), sem, entretanto, entrar no mérito da distribuição, avaliando somente a capacidade de produção em relação à quantidade de pessoas que poderiam consumir. O gráfico 1, que ilustra esses dados, da tabela 4, mostra a discrepância do Nordeste em relação à média nacional e ao valor das demais regiões, como se vê na linha vermelha.



Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil e SUDENE *apud* BNB (2013, p. 28)
[Elaboração Própria]

O Nordeste aparece com alguma proximidade apenas em relação à região Norte. Inclusive, essas regiões puxam o PIB *per capita* nacional para baixo, visto que o indicador para o Brasil aparece abaixo do nível do Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Além disso, os números do Nordeste não demonstram nenhuma capacidade adicional de crescimento dessa região, nem a possibilidade de superar essa posição, ainda mais diante das escolhas políticas e econômicas (neoliberais) do Estado brasileiro na década de 1990 em diante.

No âmbito da hegemonia neoliberal, a questão regional não foi impactada somente pela abertura comercial, que recolocou a questão regional em novos termos, através da integração externa e um processo de desintegração interna. Além da abertura comercial, a reforma do Estado colocou uma barreira adicional às pretensões daqueles que sonhavam com a possibilidade de desenvolvimento regional no Nordeste.

O novo ambiente revelou profundas modificações nas formas de atuação do Estado brasileiro, passando a diminuir sua presença no incentivo ao avanço das forças produtivas (BACELAR, 1999a). Nesse período, não houve programas de desenvolvimento regional de peso. Podemos indicar alguns parciais, a título de exemplo, como foi o caso do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETIJR), elaborado em 1993, para incentivar as atividades de turismo no Nordeste, aproveitando a vocação natural da região (CARVALHO, 2001).

O governo FHC desenvolveu dois planos – o Brasil em Ação e o Avança Brasil – que constituíram um esforço de realizar investimentos em alguns segmentos como de ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, ferrovias, entre outros; e, também, alguns investimentos no âmbito social, como: habitação, saneamento, emprego, entre outros (ARRUDA, 2010). No entanto, o conjunto de iniciativas estava circunscrita a uma pretensa perspectiva macropolítica de desenvolvimento sem se ater às particularidades regionais. Nestes programas, nota-se a opção de integração mais com o mercado externo do que com o Nordeste, por exemplo. Foram priorizadas o acesso às áreas dinâmicas do país, deixando em último plano as áreas menos dinâmicas (BACELAR, 1999a).

Não se pode deixar de mencionar, o Programa Emergencial de Combate aos Efeitos da Seca, em 1998, que buscava, mais uma vez, reduzir os impactos negativos

da seca na região, demonstrando, novamente, o despreparo para a resistência e a convivência com as estiagens. No auge da seca, o programa distribuiu 3 milhões de cestas básicas por mês, em 1.418 municípios. Também realizou frentes produtivas, um novo nome para as velhas frentes de trabalho, que foram reativadas para proporcionar uma renda mínima à população. Da mesma forma, isso tinha acontecido, também, na seca de 1993 (CARVALHO, 2001).

Celso Furtado sendo entrevistado – por Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira – sobre o tema da Seca em 1998, destacou, de início, que mesmo que os tempos tenham mudado – na medida em que havia alguma previsibilidade, através da meteorologia, de saber quando iria, ou não, acontecer as secas – a forma de “combate” não havia mudado, seguindo a mesma: “ajudas emergenciais” lançados sem o menor planejamento. Furtado constatou a imobilidade do Governo FHC, que, mesmo sabendo que viria a seca, não agiu preventivamente. Possivelmente porque estava “cercado de gente interessada mais na indústria da seca do que na solução do problema” (FURTADO, 1998, p. 18), como acontecia desde outros tempos. Afinal, há muita gente “que ganha com a seca, porque ela significa muito dinheiro do governo chegando para o comércio, para financiar as frentes de trabalho etc. A seca é um negócio” (FURTADO, 1998, p. 25).

Nesse contexto da seca de 1998, Furtado insiste num aspecto importante, que já aparecia desde o seu *Formação Econômica do Brasil*: “O drama que estamos presenciando é o da falta de renda de uma população miserável, que passa a morrer de fome porque depende, para comer, dessa pequena renda que tem” (FURTADO, 1998, p. 17). O problema é que a modernização conservadora deu dimensão industrial à agricultura, mas manteve a estrutura agrária do Nordeste praticamente inalterada. O resultado foi que não se criou um sistema de assalariamento no campo. Então, quando há secas, todos que dependem da agricultura para sobreviver não têm de onde tirar os recursos para garantir sua sobrevivência, “onde a população é assalariada, atravessa-se a seca” (FURTADO, 1998, p. 22).

Essa denúncia de Furtado, na forma de entrevista em 1998, escancara dois aspectos interessantes da relação estabelecida entre o Estado brasileiro e a questão nordestina. O primeiro é que o Estado desenvolvimentista, particularmente sua versão autoritária durante o regime militar, foi incapaz de transformar positivamente a

realidade nordestina dotando-a de transformação social e econômica que permitisse à região enfrentar uma nova seca sem grande agonia; o segundo é que o Estado neoliberal, pretensamente moderno, mas, em última instância, ausente, é ainda mais incapaz de intervir de maneira planejada sobre o fenômeno da seca, mesmo que diante do avanço técnico acumulado ao longo dos anos, inclusive em termos meteorológicos. Em ambos os casos, seja desenvolvimentista ou neoliberal, a questão nordestina persiste, fundamentalmente porque as mudanças que ocorreram desde fins da década de 1950 não foram capazes de dotar os que vivem no interior nordestino de condições de sobreviver a uma seca sem grande trauma. E a cada nova estiagem, volta a comoção, se criam programas emergenciais, meros paliativos.

Como Mário Andreazza, em 1983, ou Dom Pedro II, na época do Império, FHC, em 1998, falava sobre a possibilidade de transplantar as águas do São Francisco, visando fazer o Sertão virar mar. Celso Furtado (1998) acreditava que o projeto era uma panaceia e que ao longo dos seus anos debruçado sobre a questão nordestina sempre agiu com cautela em relação à ideia, visto que a questão não era, simplesmente, ter mais água, mas como usar a água já existente. Por isso, desde a década de 1950, insistia na “fatal” reforma agrária.

Inclusive, Celso Furtado (2019, p. 286) nos revela, através da leitura dos seus diários intermitentes, numa nota de julho de 1984, que um conjunto de políticos/intelectuais de São Paulo como Fernando Henrique Cardoso, José Serra e outros – quando ainda estavam todos companheiros de partido no PMDB – não tinham sensibilidade ao problema nordestino. Não o ignoravam, mas tampouco o colocavam no primeiro plano das preocupações sérias. Diante dessa anotação pessoal de Furtado, inferimos que não só a hegemonia neoliberal tem responsabilidade pelo aprofundamento da questão nordestina durante a década de 1990, mas que o baixo interesse daqueles que estavam no primeiro escalão do governo tem, também, sua parcela de responsabilidade.

Quanto à reforma do Estado patrocinada por FHC no seu governo, esta se manifestou através do enfraquecimento das políticas de desenvolvimento regional e consequente enfraquecimento dos órgãos ligados à temática, atingindo o seu ápice com o fechamento da SUDENE. Essa instituição já não tinha o mesmo vigor quando da sua criação, não representava mais o esforço para desenvolver a região, sua força

política e financeira tinha ficado pelo caminho. E nos anos 1990, estava relegada, basicamente, a uma repartidora de recursos. Então não foi uma grande surpresa quando a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste foi extinta pelas Medidas Provisórias nº 2.146-1/2001 e nº 2.156-5/2001, alegando motivos de corrupção. Em seu lugar ficaria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), um órgão com muito menor potencial transformador para a realidade nordestina.

A extinção da SUDENE, e criação da ADENE, veio acompanhada do fechamento dos escritórios regionais, de dispensa de pessoal, de salas vazias, de equipamentos sucateados, de estruturas abandonadas e de funcionários apáticos. Somente quase um ano após, é que se viu os primeiros sinais de que a ADENE começaria a existir (CARVALHO, 2006). A ADENE e a Agência de Desenvolvimento da Amazônia foram criadas como agências reguladoras no contexto da Reforma do Estado, com o objetivo de apaziguar os conflitos entre empresários e consumidores, visto que o Estado estava se ausentando, deixando de fornecer os serviços, antes, considerados essencialmente estatais (COSTA, 2019).

Essas agências reguladoras estão no bojo do processo das privatizações e da reforma do Estado, encabeçada por Bresser-Pereira, no âmbito da proposta neoliberal, na qual tais instituições teriam o papel reduzido de fiscalizar e controlar a atuação do setor privado, no exercício de atribuições que antes eram desempenhadas pelo Estado desenvolvimentista. Desse modo, esse tipo de Agência de Desenvolvimento em substituição à Superintendência de Desenvolvimento se relaciona com a implementação do modelo gerencial de administração nos anos 1990 (PORTUGAL; SILVA, 2020).

Então, de maneira análoga ao surgimento da SUDENE em 1959, que é emblemático no âmbito da proposta desenvolvimentista de desenvolvimento regional, o fechamento da instituição em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, simboliza a completa hegemonia do neoliberalismo. Desse modo, entendemos que já não havia espaço para o sonho de alguns românticos, que acreditavam na possibilidade de que a região dependente, num país dependente, pudesse alcançar o desenvolvimento sem romper com o capitalismo. Ainda assim, sempre há aqueles que buscam reformar o capitalismo, então, no capítulo sexto, voltaremos às propostas de

desenvolvimento regional neste início de século XXI, principalmente após as eleições de 2002.

CAPÍTULO 5 – NEOLIBERALISMO, PÓS-MODERNISMO E A “INVENÇÃO DO NORDESTE”

Este curto capítulo encontra-se aqui como um parêntese, entre o predecessor e o próximo, porque de certo modo quebra a temporalidade construída entre estes, mas não o trazemos aqui impensadamente, pois ainda que produza essa quebra, na verdade, está intimamente relacionado com o novo momento intelectual que se inaugurou com a crise do desenvolvimentismo e hegemonia do neoliberalismo. Nesse novo contexto, a (re)contagem da história do Nordeste, voltando à primeira metade do século XX, à luz de uma abordagem pós-modernista significou, em última instância, abrir possibilidade para uma nova interpretação quanto à forma que o Estado deveria intervir (ou não) na região. Por isso, propomos essa discussão, ainda que brevemente, relacionando o neoliberalismo com o pós-modernismo, para, em seguida, avançar sobre a crítica a uma leitura da temática da questão nordestina numa chave pós-moderna.

O pós-modernismo parte da hipótese de que a partir de determinado momento se passou a viver numa *sociedade pós-industrial*, ou seja, através de um conjunto de mudanças ocorridas na vida socioeconômica, associado a alterações nas forças produtivas, devido a inovações tecnológicas, se teria atingido uma *information society*. Assim, a pós-modernidade é a expressão dessa mudança nas dimensões social, cultural e política (TASCHNER, 1999). Entretanto, como apontam Carcanholo e Baruco (2009), desde uma perspectiva marxista, entendemos que não aconteceu a superação do modo de produção capitalista como apresentado por Marx n’*O Capital*. O crescimento do setor de serviços em relação ao setor industrial não constituiu uma mudança quanto ao que Marx descobriu sobre o funcionamento do capital (industrial). Não se deve confundir indústria com a produção material. O chamado setor de serviços, constitui-se, na realidade, em capital industrial, uma vez que está diretamente associado ao processo de valorização do capital. Uma mercadoria não é necessariamente algo físico produzida numa fábrica, mas pode ser algo que atenda aos desejos do estômago ou da imaginação. Por isso, grande parte do que é chamado de setor de serviços é, também, capital industrial, porque emprega trabalho produtivo e produz valor. Diante disso, não estamos vivendo em uma sociedade pós-industrial,

mas sim numa sociedade onde impera a redução do tempo de rotação do capital nas esferas produtiva, da realização (consumo), no comércio e nas finanças.

Diante da crise mais geral do *Welfare State* nos países capitalistas hegemônicos, e do desenvolvimentismo no Brasil, criaram-se as condições para que ganhasse coro a voz dos ideólogos liberais que buscavam demonstrar a inviabilidade da intervenção estatal na economia (EVANGELISTA, 2006). Com o fracasso dessas abordagens que privilegiavam o planejamento – keynesianismo ou desenvolvimentismo – abriu-se espaço, na teoria e na prática, para a destruição dos mecanismos institucionais criados no período anterior. Contudo, nesse contexto, o neoliberalismo não foi o único movimento a ganhar espaço no panteão do mercado após a década de 1970 – no caso brasileiro, principalmente, a partir da década de 1990. A reestruturação produtiva e os novos padrões de acumulação flexíveis podem ser expressos pelo avanço do neoliberalismo, mas também do pós-modernismo. De modo que há uma confluência em relação aos momentos de surgimento de ambos.

À primeira vista, neoliberalismo e pós-modernismo poderiam aparecer como opostos em seus objetivos e dimensões. Mas a despeito da aparência transgressora, muitas vezes até de esquerda, o pós-modernismo carrega em seu âmago um paradoxal conformismo. A cultura pós-moderna toma como natural a existência do mercado. Isso significa que o neoliberalismo e o pós-modernismo, a despeito de aparecem como adversários, podem ser, na verdade, complementares. O pós-modernismo é, entre tantas coisas, a ideologia de uma época histórica marcada pela derrota estratégica das forças políticas e ideológicas empenhadas na transformação social radical. Em virtude disso, o pós-modernismo nutre, como componente político essencial, um sentimento de desalento acompanhado de impotência e apatia coletivos (EVANGELISTA, 2001).

Ao rejeitar a totalidade, como categoria de análise, o pós-modernismo representa, justamente, um código para não se considerar o capitalismo no âmago do problema, legitimando, em última instância, sua dominação (EAGLETON, 2011). O pós-modernismo, então, passa a assumir a forma de uma afirmação da ordem capitalista, sendo esse movimento produto do próprio capitalismo em determinado momento histórico (CARCANHOLO; BARUCO, 2009). Diante do fim da União Soviética e a derrubada do Muro de Berlim, o pós-modernismo proclamou a “caducidade das grandes sínteses teóricas derivadas do iluminismo” (ALMEIDA, 1999,

p. 86). Apontando para a “derrota” das forças empenhadas na transformação radical da sociedade, em combinação com um incurável conformismo crítico. Já não caberia ambicionar a emancipação do homem através do exercício da razão crítica.

A própria noção de emancipação humana, que faz parte do legado do iluminismo – do qual o marxismo é herdeiro –, juntamente com as noções de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso e as grandes narrativas são questionados pela linha de pensamento pós-moderna (EAGLETON, 2011). O pós-modernismo rejeita as metanarrativas do pensamento moderno, relativiza a razão moderna em suas promessas emancipatórias, além de apresentar a Ciência como uma narrativa entre tantas outras, igualmente legítimas (EVANGELISTA, 2006).

A implicação disso é que a Ciência se torna um mero jogo de linguagem, na qual diversos outros jogos de linguagens e narrativas são equivalentes entre si. Então, nenhum discurso que pretenda interpretar a totalidade dos fenômenos sociais poderia ser adequado por ser “incapaz de representar as diferenças e especificidades não só das diferentes realidades, mas também das diferentes formas de interpretar/representar essas realidades” (CARCANHOLO; BARUCO, 2009, p. 134). Os modos de pensamento totalizantes – as grandes narrativas – do movimento do real são abandonados em favor do culto ao fragmento, do que é efêmero e provisório (ALMEIDA, 1999).

O pós-estruturalismo que, indiretamente, surgiu da efervescência política do final dos anos 60, gradualmente aparece como apolítico, apontando na direção da suplantação das questões de ação e organização política em favor das questões da linguagem e da subjetividade (EAGLETON, 2011). Ao dar primazia ao discurso, o pós-estruturalista se enquadra nessa discussão que estamos colocando, sendo, para efeito deste trabalho, sinônimo de pós-modernismo. Essa versão, em particular, “trata-se de uma contestação dos fundamentos das ciências sociais e da própria filosofia, embasada em desenvolvimentos teóricos em torno do papel e da natureza da linguagem” (ALMEIDA, 1999, p. 87). O sujeito histórico é substituído pela linguagem e pelas práticas discursivas. A realidade se destitui de objetividade quando a linguagem e o discurso tomam o lugar dos sujeitos historicamente concretos.

Eis o que acontece com a questão nordestina na obra de Durval Muniz de Albuquerque Jr. – *A Invenção do Nordeste e outras artes* –, fruto da sua tese de

doutoramento, defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1994. Trata-se de uma leitura pós-moderna do espaço regional, associada à valorização da identidade e representação, ou mais precisamente do discurso, obtendo como resultado o entendimento de que a região Nordeste seria um espaço simbólico, uma invenção, uma produção imagético-discursiva.

Desde sua publicação, essa abordagem tem gozado de grande aceitação, não só no campo historiográfico, mas também no âmbito das Ciências Sociais. Por isso, acreditamos que vale a pena dignar-se a lançar uma crítica radical (pela raiz) a esta tese de invenção do Nordeste. Não uma crítica pela crítica. Longe disso. Mas uma crítica no sentido dialético, como método de apreensão do conhecimento de caráter político e social¹³⁷.

5.1 Esboço de Crítica à Tese de Invenção do Nordeste

A tese de “Invenção do Nordeste” de Durval Muniz, de forma análoga, expressa no campo da historiografia e da cultura, no momento de crise de hegemonia desenvolvimentista, reestruturação produtiva e ascensão do neoliberalismo, uma teoria que se dedica a atacar o Nordeste, ao invés de defendê-lo. Uma teoria que faz coro com o pensamento neoliberal, no qual o problema nordestino é relegado para ser resolvido pelo mercado. Expressa, então, a derrota do desenvolvimentismo, e o que aquele projeto significou para o Nordeste, como foi tratado nos capítulos precedentes.

Nossa hipótese, nesse sentido, é que a aceitação desse tipo de tese é fruto do momento em que foi escrita. Como, por exemplo, o caso da teoria do cientista político estadunidense Francis Fukuyama de “fim da história”, que expressou a vitória do liberalismo político e econômico na batalha contra o “socialismo” com a derrocada da experiência da União Soviética. Ou mesmo do “Consenso de Washington”, cuja expressão é mais conhecida que seu autor, visto que se tornou a principal forma de empurrar o neoliberalismo “goela abaixo” de países da América Latina e África. Afinal quem se recorda de John Williamson – falecido neste ano de 2021 – que nunca

137 Um primeiro esboço dessa crítica foi apresentado III Jornada de Pensamento Político Brasileiro (2019) sob o título *Elementos para crítica à tese de invenção do Nordeste*, tendo sido selecionado como um dos melhores artigos apresentados no evento em questão, por isso convidado à publicação na Revista *Relações Sociais – REVES*, no seu volume 2, número 3 (2019), com o mesmo título. Cf. Santos (2019a; 2019b).

passou de um economista do baixo clero numa *think tank* em Washington? São obras e intelectuais que, independentemente do brilhantismo que possuam ou não, foram capazes de sistematizar e dar expressão teórica à ideologia neoliberal contra seus adversários, nos mais diversos campos. Nesse sentido, a tese de “Invenção do Nordeste” é resultado da crise de hegemonia desenvolvimentista e abre possibilidade para justificar uma nova forma de intervenção do Estado sobre a região, ou a ausência da intervenção, seguindo o espectro da onda neoliberal.

O pensamento das classes dominantes, em última instância, é expressão das modificações operadas no interior das relações de produção. Com a mudança no padrão de acumulação do capital, o pensamento dominante de uma época passa por alterações. Então os novos “paradigmas” de explicação do mundo – neoliberalismo, pós-modernismo, pós-estruturalismo, etc. - constituem-se, na verdade, em aspectos multifacetados de uma nova orquestração ideológica desses novos tempos (ALMEIDA, 1999).

Diante disso, tomamos como instrumento de análise a leitura crítica dos principais argumentos elaborados em defesa da tese de “invenção do Nordeste” de Durval Muniz, trazendo para o debate leituras diversas de interlocutores dele e outros, que se debruçaram no amplo debate sobre o Nordeste brasileiro.

Margareth Rago (1995) destaca que este trabalho de “invenção do Nordeste” se insere numa nova trilha de trabalhos historiográficos que utilizam Michel Foucault como referencial metodológico, num esforço de pensar diferentemente a história. Com esse novo referencial, Durval Muniz considera que alguns movimentos político-culturais – Movimento Regionalista, Geração de 30¹³⁸, bem como outros – ou, mais precisamente, os discursos elaborados pelos intelectuais/artistas criaram a ideia de Nordeste enquanto região, na forma de uma produção imagético-discursiva, uma invenção.

Demarca metodologicamente as escolhas do Durval Muniz a proposição de que o trabalho “não se prende a um dado sistema de pensamento, nem busca coerência absoluta entre suas partes” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 42). Nada mais pós-modernista que a proposição de negar os sistemas de pensamento, as grandes

138 Um estudo mais elaborado sobre esses movimentos foi apresentado no 40º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (2016), sob o título de *Movimento Regionalista e Geração Literária de 30: Uma Análise Gramsciana*. Cf. Santos (2016).

narrativas, e produzir uma narrativa própria tendo o discurso como fonte privilegiada, apartado de qualquer materialidade.

A proposição de “invenção do Nordeste”, a partir de uma construção historiográfica foucaultiana, aponta para a ideia de que as práticas racionalizantes se cruzaram com uma série de discursos políticos e culturais que sedimentaram uma ideia de Nordeste. Seguindo essa perspectiva, a ideia de Nordeste seria o filho reacionário da modernidade, uma maquinaria imagético-discursiva gestada para conter o processo de desterritorialização pelo qual estariam passando os grupos sociais daquele espaço, provocado pela subordinação a outra área do país que se modernizava rapidamente, claramente o Centro-Sul. Foi central nesse processo o regionalismo freyreano, de acordo com Durval Muniz (2011), não como uma justificativa ideológica de um lugar social ameaçado, mas sim como uma nova forma de ver, conhecer e dizer a realidade; da mesma forma o movimento literário de trinta – segunda geração modernista – que se nutria do discurso regional.

O *Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo*, que aconteceu na cidade do Recife (PE), durante o mês de fevereiro de 1926, teria sido o primeiro espaço para legitimar o recorte Nordeste. Gilberto Freyre, em sua posição de intelectual, teve enorme destaque nesse processo, através da busca das “verdadeiras raízes regionais”, com vistas à manutenção da tradição e a consequente garantia da perpetuação de privilégios e lugares sociais ameaçados (ALBUQUERQUE JR., 2011). As ideias do movimento estão sintetizadas no *Manifesto Regionalista* redigido por Gilberto Freyre (1996) e, supostamente¹³⁹, apresentado nesse Congresso Regionalista, de 1926.

Entendemos, por outro lado, que o movimento regionalista, que tinha em Freyre sua principal referência, é um contra-movimento que, de um lado, incorporou de forma moderada alguns elementos do modernismo e se apegou às tradições regionais, por outro (ANDRADE, 2013). Diversamente ao que representou o movimento modernista de 1922, o movimento regionalista propunha o resgate das raízes nacionais na busca pela preservação e pelo fortalecimento das tradições do Nordeste,

139 Em relação à data de publicação do manifesto há uma polêmica, seu conteúdo poderia facilmente ter sido produzido na década de 1920, mas há quem diga que ele simplesmente inexistiu e só foi produzido na década de 1950. Ao menos isso é o que foi apresentado por Wilson Martins e Joaquim Inojosa, rivais de Freyre, na década de 1960, quando em pesquisa documental não encontraram alusão a tal texto em nenhum dos jornais da época em que o Congresso aconteceu (DANTAS, 2015).

resgatando a cultura regional do espaço que tinha sido o centro econômico e cultural do país.

Dialeticamente podemos analisar Gilberto Freyre como um intelectual tradicional ligado à aristocracia açucareira, que em sua escrita transparece seus temores diante das transformações na ordem social. Assim, busca, na defesa da região, terreno político para as classes tradicionais nordestinas que perdiam cada vez mais espaço no cenário nacional. Não se trata de uma simplificação do complexo pensamento de Freyre – que envolve uma produção sociológica de décadas sobre aspectos diversos relacionados à cultura –, mas de tentar demarcar, no que se refere à questão nordestina, as posições assumidas por este intelectual.

No livro *Nordeste*, de Gilberto Freyre (2013), não somos apresentados a uma região única e indivisível, como parece ser o Nordeste discursivo em Durval Muniz, mas é aberto espaço para que se perceba a existência dos outros “vários Nordeste”. Dentro da diversidade que compõe esta região, Freyre se propõe a apresentar o Nordeste açucareiro – herdeiro da monocultura, da escravidão e do latifúndio que deixaram marcas características na paisagem – das terras férteis de massapê, da cana-de-açúcar, dos grandes senhores de engenho montados em seus vultosos cavalos, que é distinto pela abundância da água. Não obstante, à Freyre interessa essas férteis terras enlameadas que representou para o Brasil o estabelecimento da civilização moderna mais sedentária que o português fundou nos trópicos: a do açúcar no Nordeste do Brasil.

O Nordeste, em Durval Muniz, aparece como espaço da reação ao processo de modernização, “uma rugosidade do espaço nacional, que surge a partir de uma aliança de forças, que busca barrar o processo de integração nacional, feita a partir do Centro-Sul” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 94). Essa leitura homogeneiza o Nordeste mais do que o suposto discurso inventor da região e aponta que o espaço regional se construiu em dupla oposição: primeiro ao processo de modernização e, segundo, ao processo de integração nacional.

Observemos que, por mais que Durval Muniz mencione aliança de forças, passa ao largo de uma análise mais profunda dos interesses das classes, ignora a disputa inter-burguesa entre as frações latifundiária açucareira no litoral nordestino e

latifundiária pecuarista no sertão, e entre estas em oposição a uma nova fração industrial, mas que fora latifundiária cafeeira no Centro-Sul.

Deve-se considerar que o próprio levante da Aliança Liberal, chamado de “revolução de 30”, expressa esse conflito de interesses e marcou a transição para uma época em que os processos econômicos, políticos, culturais e demográficos se dinamizaram. Nesse contexto, a questão nordestina se constituiu e aprofundou-se através do processo de integração nacional, que se afirmou pelas diferenças entre as regiões. O resultado foi o aprofundamento da questão regional devido ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo nas diferentes regiões.

Em vista do que foi apresentado no capítulo segundo: entendemos que a “revolução de 30” teve um cunho contra-revolucionário, foi feita a partir de cima para evitar que partisse de baixo. Diante do cenário de crescente inquietação no início do século XX, por parte das classes e grupos subalternos, a Aliança Liberal faz sua “revolução burguesa” inaugurando o bloco desenvolvimentista. Diferentemente da leitura que fazemos, Durval Muniz segue com outra proposta, apresentando em seu trabalho que:

Quanto mais os golpes de Estado, as ditaduras, as conciliações dos vencedores nos prometem salvar a nação e a região, mais a carência da nação e a carência da região parecem se agravar. Discursos como os da dependência, do subdesenvolvimento como parte do desenvolvimento, da exploração colonial como causas explicativas da nossa situação enquanto país, parecem estar cada vez mais desgastados, porque partem de uma premissa de fundo, que é nossa vitimização enquanto país, a culpa por nosso atraso é dos outros, não nosso, enquanto vencedores e vencidos. O mesmo se pode dizer dos discursos que giram em torno da denúncia do colonialismo interno, das desigualdades regionais, da exploração do Nordeste pelo Sul e vice-versa. São discursos presos a essa lógica da vitimização, da culpa sendo posta sempre no ‘outro’, criando um ‘eu’ descomprometido com sua própria condição” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 346).

Esse parágrafo, que aparece na conclusão da obra em questão, fornece diversos elementos para demarcar nossas diferenças em relação às posições do autor. Primeiro, os golpes de Estado e as ditaduras se firmaram sempre contra as classes trabalhadoras e subalternas, no sentido que se constituíram no âmbito de uma contrarrevolução permanente, de modo que coube às frações de classe dominantes, ao fazerem seus acordos pelo alto, excluírem os anseios e as demandas populares, deixando de fora do cenário as mudanças que tivessem como horizonte a emancipação.

Em alternativa, as frações dominantes, mesmo com diferenças pontuais entre si, sempre fizeram os acordos necessários à manutenção da exploração, impedindo a

participação das classes trabalhadoras e subalternas pela via de golpes de Estado, manipulação dos partidos, falsificação das eleições, manipulação das estatísticas, formas variadas de violência, etc., como bem destaca Octavio Ianni (1985). Também cabe mencionar as manobras de cooptação, expedientes burocráticos nas organizações de cunho popular como partidos, sindicatos, movimentos sociais e conquistas populares.

Além disso, o que a Durval Muniz parece como simples “vitimização” pode ser lido como uma descaracterização de trabalhos com elevado grau de seriedade, sem ao menos adentrar com profundidade nos devidos debates. Por exemplo, faz a crítica ao tema e à leitura do subdesenvolvimento, sem trazer Celso Furtado para a discussão (este nem figura como referência bibliográfica no seu livro). Aqui não queremos cobrar que o autor tenha feito a leitura de todo aquele que escreveu sobre o Nordeste, mas de dar lugar destacado a Celso Furtado que possui uma interpretação que influenciou largamente os estudos sobre o tema, e a intervenção do Estado sobre a região, através de sua atuação política na primeira fase da SUDENE, entre 1959 e 1964. E, ainda hoje, é referência obrigatória para a temática.

Critica a noção de dependência, mas não dialoga com as principais referências sobre a temática – Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, ou, numa versão rebaixada, Fernando Henrique Cardoso. Lança crítica, na mesma medida, às interpretações de colonialismo interno e desigualdades regionais sem, tampouco, avançar em argumentos sobre esses temas. Não dialoga com os principais intelectuais que produziram essas análises, que mesmo que discutíveis, merecem o direito a uma crítica consciente e construtiva no que se refere a análise da questão regional brasileira.

Outro aspecto analisado na *Invenção do Nordeste e outras artes* é a acusação de uma suposta romantização que alguns intelectuais nordestinos fazem sobre o passado. Nisso destaca-se, além de Gilberto Freyre, José Lins do Rego (1980b) em *Menino de Engenho*, principalmente. Durval Muniz (2011, p. 100) entende, e tenta convencer, que eles constroem um discurso em que o passado seria melhor que o presente, e caberia a todos “se baterem pela volta dos antigos territórios esfacelados pela história” na construção do Nordeste, atribuindo ao discurso, enquanto espaço da saudade, a invenção do Nordeste.

Há de fato um certo saudosismo, até aristocrático, em parte do movimento regionalista, mas que pouca relação tem com a própria construção do imaginário de Nordeste, e nem mesmo é a visão hegemônica da região, que é muito mais associada ao fenômeno da “seca” do que propriamente à da resplandecente aristocracia açucareira. Seria no mínimo contraditório, ainda que convencido pelo método e proposta de invenção do Nordeste, que esse saudosismo de uma aristocracia açucareira pudesse ter sedimentado um Nordeste “vitimista” das secas, beatos e cangaceiros.

Seguindo essa trilha, sobre o tema da seca, Durval Muniz aponta que:

A seca surge na literatura como aquele fenômeno detonador de transformações radicais da vida das pessoas, desorganizando as famílias social e moralmente. A seca é responsabilizada, inclusive, pelos conflitos sociais na região, pela existência do cangaço e do beato, naturalizando-se as questões sociais (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 139, grifo nosso).

Em sua escrita, a seca tem grande efeito no âmbito da literatura, mas a realidade material não aparece. Como diria Terry Eagleton (2011), ao se referir aos pós-modernos, entre os quais incluímos Durval Muniz, “prefere poupar-se do trabalho do pensamento dialético”. A seca, de fato, tem grande força literária – basta ver *A Bagaceira* de José Américo de Almeida (1972), *O Quinze* de Rachel de Queiroz (2012) ou *Vidas Secas* de Graciliano Ramos (1970b) –, mas não só. Não endossamos a ideia de que a seca é a responsável pelos problemas do Nordeste sertanejo. Mas negar a importância do fenômeno como detonador, no sentido de ser a falta de chuvas a escancarar a agudeza do problema social, político e econômico dessa sub-região do Nordeste, relegando sua importância ao campo literário (ou do discurso) é equivocado. Os períodos de estiagem de fato desorganizaram a produção agropastoril da forma que era montada, e quem mais sofria com o processo eram justamente os despossuídos, aqueles que não dispunham de nada além da sua capacidade de trabalhar.

Sobre a tese de Durval Muniz e a crítica que estamos propondo consideramos emblemático um trecho de Josué de Castro, em *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, onde diz que:

É ingênuo pensar que foi Julião quem inventou o problema agrário do Nordeste, que foi Arraes o autor da escravidão branca e das aspirações de justiça social, que foi Celso Furtado o revelador da economia dependente ou que fui eu [Josué de Castro] quem inventou a fome. Não inventamos nada. Todas essas coisas já tinham brotado naturalmente da estrutura social da

região e crescido emocionalmente no seu clima humano de desespero e apenas aguardavam serem um dia revelados em termos mais ou menos racionais por alguns homens ou instituições da terra (CASTRO, 1967, p. 201).

Josué de Castro, mesmo sem demonstrar afinidade com o marxismo (nosso referencial teórico-metodológico), apresentou-se como um materialista com grande destreza, dando uma excelente resposta a Durval Muniz e sua tese de invenção do Nordeste, 30 anos antes desta ser lançada. “Não inventamos nada”, disse ele, com o que concordamos integralmente. Afinal a estrutura social da região, marcada pelo problema agrário, pela dependência dentro da dependência e pela fome, é a base do que entendemos como questão nordestina. Esses elementos não são frutos da imaginação de Deus ou dos homens, não surgiram do discurso de representantes das classes abastadas, que mesmo que poderosas, não criam verbalmente, em busca de verbas, a seca, a fome e o abandono sem qualquer base material para tal. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 2016a, p. 39), o discurso ideológico não pode ser separado da realidade material, nem tampouco dissociar as formas de comunicação de sua base material.

Ainda pesa negativamente sobre a tese de “invenção do Nordeste” a ideia de homogeneidade do espaço regional que transparece no livro. Ao pintar o Nordeste como uma região que está em toda parte e em lugar nenhum, não se diferencia os espaços regionais, não se considera que há Nordeste diferenciados, pelas suas particularidades climáticas, econômicas e sociais.

A Gilberto Freyre é atribuída a invenção do Nordeste, mas este debruçou-se centralmente sobre o Nordeste do açúcar, de grandes barões montados em seus cavalos nos lamacentos terrenos de massapê, como aparece bem ilustrado na literatura de José Lins do Rego. O Nordeste do interior, da seca, do flagelo, da fome e das retiradas não aparece em Freyre, nem tampouco em sua construção de regionalidade. No sentido oposto, percebemos a diferença na forma de organização do espaço, através da diferenciação econômica e social experimentada por cada sub-região do Nordeste no processo de colonização e posteriormente no processo de modernização após 1930.

Uma crítica materialista, em contraposição a essa abordagem pós-modernista do espaço regional nordestino, foi feita por Flávio Vieira (2001), que enfatiza que:

Ao desconsiderar o espaço como produção social, como materialidade, como conceito, e suas relações com as formações sociais distintas que foram gestadas como vários “nordestes” – o de José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Graciliano Ramos, só para citar alguns escritores com os quais Muniz trabalha – ele acaba por negar a importância de percebermos as especificidades históricas e sociais que ele diz tanto procurar (VIEIRA, 2001, p. 57).

O discurso ideológico sempre parte de alguma base. É imprescindível que consideremos que todos os aspectos que aparecem muito vivos e sofridos no discurso literário de José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e tantos outros – como as secas, a violência, o descaso, e demais – têm sua expressão na realidade nordestina. Nesse sentido, os intelectuais “produtores dos discursos”, analisados por Durval Muniz, não estão e nem poderiam estar desconectados das suas posições de classe.

O discurso regionalista é apresentado, na tese de *Invenção do Nordeste*, como sendo ideologicamente uma máscara da realidade. Em nossa concepção, por outro lado, amparados em Antonio Gramsci – no § 12 do Caderno 11¹⁴⁰ – entendemos ideologia como “uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 2015a, p. 98-99). Desse modo, a ideologia é social e historicamente produzida a partir da dinâmica social e econômica, ou seja, da relação e correlações de força entre as classes e frações de classe.

Nesse sentido, se estabelece uma relação entre discurso e signo a partir de um espaço de disputa ideológica, com marcante presença da perspectiva hegemônica das classes dominantes, intimamente relacionada à manutenção do *status quo*. Como destaca Marx, no Prefácio ao livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*:

[...] do mesmo modo que não se julga o que um indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações a partir da sua consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção social (MARX, 2016b, p. 40).

Então, tais discursos (consciência) apontados como “inventores do Nordeste” não têm significado independentemente dos sujeitos que os produziram e suas posições de classe, nem tampouco das relações materiais em que foram produzidos. Em oposição à perspectiva de Durval Muniz, nossa leitura, em relação ao movimento

140 O caderno 11, escrito entre 1932 e 1933, encontra-se no Volume 1, e o § 12 entre as páginas 93 e 114 (GRAMSCI, 2015a).

regionalista, é que a intelectualidade tradicional freyreana buscava, na defesa da tradição, a preservação da classe dos grandes proprietários, expressando seus interesses de classe, em oposição à modernidade que estava à espreita.

Mas ao invés de criação da região de forma abstrata, como propõe Durval Muniz, o resultado, como destaca Manoel Correia de Andrade em análise da formação do pensamento regionalista, é que o mesmo contribuiu para destruir a ideia de que o Brasil, esse imenso país-continente, compreendia apenas duas grandes regiões: Norte e o Sul. Isso abriu espaço para uma melhor divisão das regiões brasileiras, que veio a acontecer através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criado na década de 1940 (ANDRADE, 2013). Freyre não apresenta o Nordeste como único em sua totalidade, monolítico, mas como um conjunto.

No que se refere aos pensadores da Segunda Geração Modernista, eles não estavam ligados aos interesses regionais, por mais que as obras fossem localizadas geograficamente, expressavam, ou buscavam expressar, as manifestações típicas da realidade brasileira, num sentido mais amplo e profundo (COUTINHO, 2013). Esse movimento, da segunda geração modernista, não é homogêneo, nem poderia ser. Por isso podemos perceber interpretações diversas acerca de uma mesma temática. E quando se diz perceber, é de fato perceber, considerando que se trata de uma produção literária romanesca (mesmo que profundamente realista), diferente da produção em tons sociológicos de Gilberto Freyre, que deixa explícitas suas ideias e intenções.

Além disso, essa literatura excede, em muito, as pretensões de Gilberto Freyre enquanto intelectual tradicional. Suplantam a proposição de um pretenso ressentimento por ter ficado para trás economicamente, no âmbito dos ciclos econômicos que o Brasil experimentou, dando expressão aos anseios de uma região que, a despeito de subalterna – marcada pela seca, fome e sofrimento –, tinha fortes tradições e cultura própria. Produzindo, nesse contexto, literatura de primeiríssima qualidade.

Durval Muniz ainda destaca em seu livro:

[...] que precisamos, sim, renunciar a todas as continuidades irrefletidas, sobretudo a termos como tradição, identidade, cultura regional e nacional, desenvolvimento, subdesenvolvimento, evolução, para sermos capazes de pensar o diferente e, ao pensá-lo, fazê-lo diferente. Diferença que, longe de ser de origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 351).

O que fez, em nosso entender, foi tentar produzir um discurso que propõe que o Nordeste foi inventado/gestado a partir de discursos, apartado de qualquer materialidade, sem avançar na busca dos elementos e contradições subjacentes, como se essas produções fossem um conjunto de estereótipos desgarrados dos intelectuais (e suas respectivas classes) e das suas condições sociais de existência.

A ausência desse debate da condição nordestina em relação ao tema do desenvolvimento, que Durval Muniz relega ao campo do “vitimismo”, deixa uma grande lacuna na sua tese. O resultado que consegue é, mesmo ignorando boa parte do debate proposto pelo desenvolvimentismo, em autores como Celso Furtado ou mesmo Josué de Castro, abrir uma frente teórica que propõe a superação do desenvolvimentismo. Nesse sentido, mais uma vez o pós-modernismo revela suas afinidades e identidades com o neoliberalismo.

Esta crítica que lançamos deu-se porque que boa parte das leituras sobre a questão nordestina (no sentido da sua inexistência), nas décadas iniciais do século XXI, em maior ou menor grau, foram contaminadas por essa abordagem pós-modernista de percepção do espaço regional, justificando uma desvalorização da ideia de Nordeste, em favor da valorização de outras dimensões territoriais.

CAPÍTULO 6 – NEODESENVOLVIMENTISMO E QUESTÃO NORDESTINA

Depois deste último capítulo, no qual fizemos um parêntese, damos seguimento à linha temporal a partir da crise do neoliberalismo que se abre com o raiar do novo século, que se manifesta em boa parte dos países latino-americanos. Em seguida nos debruçamos sobre a análise do neodesenvolvimentismo inaugurado com os governos do Partido dos Trabalhadores. A partir disso, buscamos avaliar a política de desenvolvimento regional proposto pela gestão petista no Estado brasileiro e os resultados dessas políticas. E por fim, buscar compreender a relação que se estabelece entre a região Nordeste e o neodesenvolvimentismo petista.

6.1 Crise do Neoliberalismo – O que vem a seguir?

O modelo econômico neoliberal periférico – baseado na brutal diminuição da atuação do Estado através da reforma do mesmo, através de privatizações e ajustes fiscais, e na dependência externa gerada pelas aberturas financeira e comercial – não poderia se sustentar indefinidamente na América Latina. Crise após crise, país a país, o neoliberalismo encontrou resistência e o subcontinente se mostrou um terreno fértil para convulsões sociais e políticas com marca ascendente de luta de classes.

No âmbito das formações econômico-sociais, cada qual com sua particularidade, os projetos neoliberais desses países provocaram crises dos sistemas tradicionais de partido, causando aos regimes políticos uma situação de “ingovernabilidade” (MOLINA, 2001). Essas crises – que, em fins dos anos 1990 e começo dos anos 2000, ecoavam em grande parte dos países da América do Sul – são decorrentes dos problemas históricos de cada país, agravados, sem dúvida, pela aplicação do programa neoliberal.

O Consenso de Washington, a despeito de prometer manter um padrão de crescimento, inflação baixa, balanço de pagamentos viável e distribuição de renda equitativa desde que aplicada sua agenda (WILLIAMSON, 1990), obteve sucesso apenas do ponto de vista das classes de cima. O crescimento econômico prometido não foi atingido. Entretanto, a redistribuição de renda foi um sucesso, no sentido de

redistribuir a riqueza e renda da massa da população em direção às classes altas e dos países vulneráveis aos países mais ricos (HARVEY, 2007).

O projeto neoliberal periférico, com seu discurso pró-imperialista dos anos 1990, começou a mostrar sinais de esgotamento. Houve, em diversas partes do subcontinente latino-americano, um amplo processo de lutas.

No México, em 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) começou sua luta contra a exploração indígena e camponesa em Chiapas, com um programa democrático radical. O levante armado de 1994 do EZLN contou com grande apoio popular, e aprofundou a crise do neoliberalismo, gerando a queda do velho aparato eleitoral naquele país (CABALLERO *et al.*, 2001).

Na Venezuela, desde 1989, o povo saiu às ruas contra os pacotes econômicos impostos pelo FMI. O ambiente de descontentamento seguiu, e em fevereiro de 1992 o tenente-coronel Hugo Chávez, comandando cerca de 300 homens, tentou um golpe de Estado (BANDEIRA, 2002). No entanto, a situação contínua de insatisfação e popularidade de Chávez com a promessa de promover “*una revolución pacífica y democrática*”, permitiu que chegasse à Presidência venezuelana em 1999, jurando sobre a constituição que a pretendia erradicar, através de uma Assembleia Constituinte. Em 2002 foi alvo de uma tentativa de golpe, sem sucesso. Permaneceu liderando aquela “revolução bolivariana” até sua morte em 2013.

Na Bolívia, o país de maior agitação e luta de classes na América Latina, o que se viu no raiar do novo século, foi um grande levante conhecido como guerra da água em 2000, gerada pela tentativa de privatizar e desnacionalizar o sistema de abastecimento de água de Cochabamba a uma multinacional estadunidense, a renúncia do presidente Hugo Banzer acalmou os ânimos. Logo depois, entre 2003 e 2005 estourou a guerra do gás. Esse processo teve como consequência a vitória de Evo Morales para presidência do país, em 2005, um indígena, cocaleiro e sindicalista¹⁴¹.

A situação no Equador não foi muito diferente. No fim dos anos 1990, o país passou por uma turbulência econômica, social e política. Em 1999 houve um aprofundamento dessa crise, quando em julho o presidente Jamil Mahuad decretou o

141 Sobre o processo boliviano, no âmbito do Praxis – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina, os trabalhos de Danilla Aguiar e Soraia de Carvalho apresentam com muita clareza o desenrolar da crise do neoliberalismo neste país. Cf. Aguiar (2012) e Carvalho (2016).

estado de emergência e mobilizou as forças armadas para reprimir a agitação social. Em janeiro de 2000, o presidente Mahuad decretou outra vez o estado de emergência, suspendendo os direitos constitucionais, e mobilizou o exército para controlar a ordem diante de sucessivas manifestações de protesto. Mas o estado de emergência não pôde impedir a insurreição dos indígenas, que contou com mais de 2/3 da população, com forte adesão de sindicatos e partidos políticos, exigindo a renúncia de Mahuad, dos deputados e dos membros do Poder Judiciário (BANDEIRA, 2002).

A Argentina, por sua vez, durante a década de 1990, no governo do presidente Carlos Menem controlou a inflação e promoveu um certo crescimento econômico na primeira metade da década, devido ao câmbio atrelado ao dólar, seguindo de perto as recomendações do Consenso de Washington. No entanto, esse bom resultado foi efêmero. No fim da década, o país já estava com a economia em uma situação para lá de crítica. A crise financeira internacional, que começou na Ásia, em 1997, atingiu a Rússia, em 1998, e alcançou o Brasil, em 1999, agravou os problemas estruturais da Argentina, detonando as lutas sociais e acarretando a instabilidade política, com a queda do governo do presidente Fernando de la Rúa (sucessor de Menem), em 22 de dezembro de 2001 (BANDEIRA, 2002). A Argentina passou por uma profunda crise orgânica, onde aconteceram inúmeros levantes de massa, piquetes, bloqueios e greves gerais. As massas quebraram a normalidade burguesa. O que se viu nesta crise foi um cenário no qual cinco pessoas ocuparam a presidência daquele país em 10 dias (ROMANO; SANMARTINO, 2002). A crise argentina foi um caso pragmático do fracasso do modelo neoliberal, pois foi o país que implementou com maior profundidade e mais se subordinou a esta lógica (FILGUEIRAS, 2006b).

Essas crises evidenciam os primeiros sintomas da corrosão do neoliberalismo em terras latino-americanas, o que não significou, necessariamente, sua rápida superação. Somente através de mobilização política e social nas ruas, de forma organizada, é que se poderia abrir possibilidade para impor um freio à sanha neoliberal, e, conseqüentemente, ensaiar novos arcabouços político-estatais nos anos que se seguiram (VITULLO, 2011, p. 10). Ilustra também a crise do neoliberalismo, como expresso no Consenso de Washington, o destino do ambicioso projeto da ALCA, que foi recusado pela maioria dos países latino-americanos.

Quanto ao Brasil, vale mencionar que o modelo econômico neoliberal periférico ampliou a dependência em relação ao cenário externo. De modo que o país enfrentou três crises (1998-1999, 2001 e 2002) que resultaram em pedidos sucessivos de socorro ao FMI, nos governos de FHC. O primeiro pedido foi feito em novembro de 1998, após o agravamento da crise russa. Esse empréstimo foi no montante de US\$ 41,5 bilhões – dividido entre recursos do próprio FMI, do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e da colaboração de países da União Europeia, Estados Unidos, Japão e Canadá – e previa metas de ajuste fiscal até o final de 2001, além de metas de superávits primários. O segundo, em setembro de 2001, no montante de US\$ 15,650 bilhões, devido à turbulência do mercado internacional, após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos e do agravamento da crise na Argentina. E o terceiro em novembro de 2002, no montante de US\$ 30 bilhões, em função da dificuldade de rolar a dívida, e de acordo com alguns, devido à volatilidade causada pela disputa eleitoral¹⁴².

Sobre as eleições que viriam em 2002, FHC disse em conversas privadas em 2001 com vários de seus assessores, de acordo com Aith (2002), que sua indicação à sucessão dependia de como estivesse a economia mundial em 2002: se houvesse melhora, sua indicação seria Pedro Malan¹⁴³, em função do modelo econômico baseado no Consenso de Washington, implementado por este; por outro lado, se houvesse piora e a crise continuasse, o melhor candidato à sua sucessão seria José Serra¹⁴⁴ por conta do seu “discurso desenvolvimentista”.

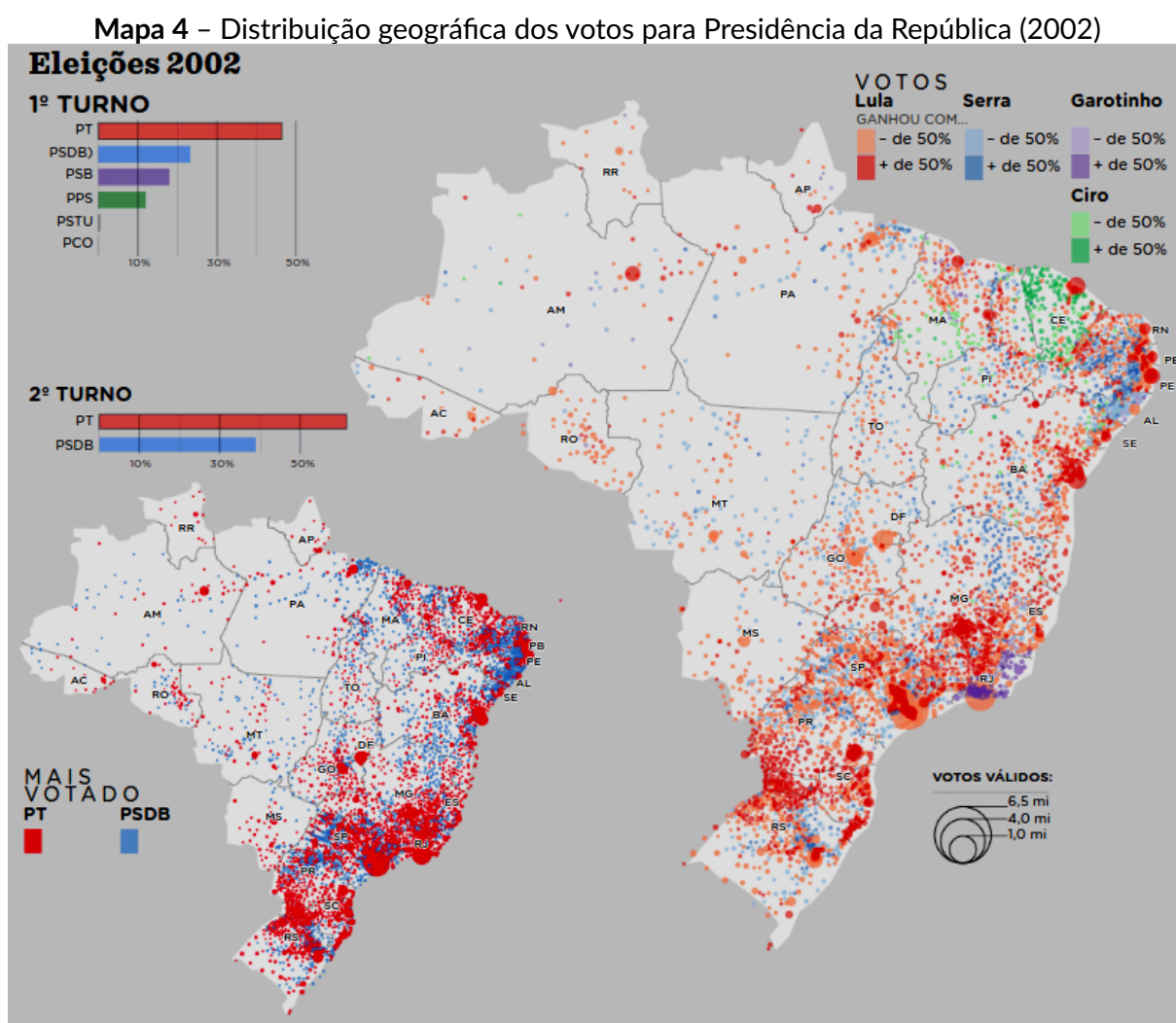
Como é sabido, o cenário internacional seguiu desfavorável, e, ainda, havia os pífios resultados associado aos limites intrínsecos ao projeto neoliberal no Brasil – vulnerabilidade externa e fragilidade financeira do setor público; inflação que voltou a subir após 1999; déficits no balanço de pagamentos; dívida pública nas alturas; baixos resultados no Produto e na geração de Emprego e a crise energética (FILGUEIRAS, 2006b).

142 MANFRINI, Sandra. FHC fechou três acordos com o FMI; confira o histórico. **Folha de S. Paulo**. 07 ago. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u53074.shtml>. Acesso em 20 mar. 2020.

143 Pedro Sampaio Malan (1943-), fluminense de Petrópolis, é engenheiro e economista brasileiro. Foi presidente do Banco Central (1993-1994) e Ministro da Fazenda (1995-2003).

144 José Serra Chirico (1942-), paulista de São Paulo, é economista e político brasileiro. Foi deputado federal por São Paulo (1987-1995), Ministro do Planejamento (1995-1996), Ministro da Saúde (1998-2002), prefeito de São Paulo (2005-2006), governador de São Paulo (2007-2010), Ministro das Relações Exteriores (2016-2017), e senador pelo estado de São Paulo (2014-).

Nesta circunstância a disputa presidencial de 2002 contou com 4 forças principais – Lula da Silva (PT), José Serra (PSDB), Anthony Garotinho pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Ciro Gomes pelo Partido Popular Socialista (PPS) –, que ultrapassaram a barreira de 10% dos votos no primeiro turno. O mapa 4 nos dá a dimensão regional dos votos.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Centro de Política e Economia do Setor Público-FGV.
Elaboração: Almeida; Zanlorensi (2018)

Como podemos ver no mapa, diferentemente das eleições anteriores, Lula saiu na frente no primeiro turno. No primeiro turno temos um mapa muito mais vermelho. Além das áreas onde o PT tradicionalmente se destacava como parte do Rio Grande do Sul e regiões metropolitanas do Nordeste, conseguiu alguma penetração no interior nordestino e no Centro-Sul, onde antes predominava o PSDB. O cenário agora era bastante adverso para o PSDB que tinha feito duas eleições no primeiro turno com FHC. José Serra ficou em segundo lugar, aparecendo muito disperso no mapa.

Anthony Garotinho se destacou no Rio de Janeiro; enquanto Ciro Gomes teve uma importante votação no estado do Ceará, conseguindo, também, pintar de verde alguns pontos do Piauí e do Maranhão.

Ao segundo foram Lula do PT e José Serra, representando a ala liberal-desenvolvimentista, do PSDB. Lula venceu. O PT conquistou importantes espaços no Centro-Sul e o Nordeste ficou bastante dividido. Sendo, porém, perceptível a existência de mais vermelho que azul.

Sobre a vitória eleitoral de Lula, levantamos a hipótese de que, além da crise do modelo liberal periférico, a convulsão em diversas partes da América Latina e o receio das classes dirigentes de que se repetisse no Brasil algo como o que aconteceu/estava acontecendo na Argentina, abriu possibilidade para a vitória do PT sobre o candidato do PSDB. Lula foi eleito sob o signo da conciliação de classes. O seu triunfo eleitoral foi resultado de uma ampla coalizão que agregou alguns elementos de uma “frente popular” com vasto apoio das camadas populares e forte ligação com movimentos de massa, de um lado; e, por outro, contemplando os interesses de parte da burguesia, que, por sua vez, estava preocupada em evitar convulsões sociais de massa, como estavam acontecendo pelo subcontinente.

A *Carta ao Povo Brasileiro*¹⁴⁵ de Lula, lançada em junho de 2002, apresenta vários pontos que servem para ilustrar nossa hipótese. Esta carta, que não foi, exatamente, dirigida ao povo brasileiro, mas às classes dominantes em polvorosa, coloca-se no limiar entre propor mudanças e garantir que preservaria a hegemonia neoliberal. O discurso apresenta que o “sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se”, mesmo entre frações das classes dominantes havia uma “percepção aguda do fracasso do atual modelo”. Por isso, parcelas significativas do empresariado somaram-se ao projeto petista, inclusive o vice de Lula, José de Alencar¹⁴⁶, era um notório empresário industrial do ramo têxtil. Essa candidatura formava uma ampla coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, agregando ao eleitorado histórico do PT, de base trabalhadora, novas camadas da sociedade.

145 FOLHA ONLINE. Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. **Folha de S. Paulo**. 24 jun. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> Acesso em 20 mar. 2020.

146 José Alencar Gomes da Silva (1931-2011), mineiro de Muriaé, foi empresário e político brasileiro. Foi senador pelo estado de Minas Gerais (1999-2002), Vice-presidente do Brasil (2003-2010) e Ministro da Defesa (2004-2006).

Lula ainda garante que o seu governo seria de uma “ampla negociação nacional”, que “o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade”, que os contratos seriam honrados, que manteria a inflação sob controle, que ordenaria as contas públicas; em resumo: que manteria uma política dentro do modelo neoliberal periférico, ainda que promettesse, também, “combater a vulnerabilidade” e “resgatar a presença soberana e respeitada” do Brasil.

A vitória do PT, então, foi de caráter preventivo para evitar o acirramento do processo de luta de classes dos trabalhadores e camponeses em plena resistência aos ataques do neoliberalismo, como estava acontecendo nos demais países do subcontinente (ABRAMO, 2003; ROJAS; CASTILLO, 2015). Essa crise do projeto neoliberal inaugurou um ciclo de governos defendendo um conjunto amplo de projetos em crítica ao neoliberalismo, com maior ou menor grau de retórica. Foram chamados de diferentes formas (a depender de cada país/projeto): na Venezuela, por exemplo, bolivarianismo ou “socialismo do século XXI” foram as denominações mais apregoadas, em países como Argentina e Brasil a denominação de “neodesenvolvimentista” parece mais apropriada, levando em conta a identificação e o debate sobre a temática não só na dimensão do governo e das políticas, mas também na academia em referência às políticas desse novo período com o desenvolvimentismo clássico do século XX.

6.2 O Neodesenvolvimentismo na Teoria e na Prática

O neoliberalismo, no formato expresso por FHC, enfrentou tensões devido às dificuldades de promover concessões. Desse modo, aquela disputa que existia nos governos do PSDB entre os hegemônicos neoliberais e os marginais liberal-desenvolvimentistas, voltou a ser reeditada nos governos petistas. Diante da vitória de Lula da Silva do PT, em 2002, abriu-se espaço novamente para discussão sobre um certo nível de “desenvolvimentismo”. Mas não aconteceu automaticamente. Basta lembrar que nos primeiros anos de governo Lula I, a agenda econômica foi de continuidade direta em relação à política adotada pelo governo anterior, levando inclusive a que parcela do PT o abandonasse e criasse o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Entretanto, com o desenrolar do governo, com a queda de Antonio

Palocci¹⁴⁷ do Ministério da Fazenda, a agenda neoliberal passou por transformação parcial. Nada como aquele nacional desenvolvimentismo (antigo ou clássico), mas sim um neodesenvolvimentismo se projetando como uma espécie de “terceira via” entre o modelo neoliberal e o desenvolvimentista.

Apesar de terem o desenvolvimento capitalista como alvo, os diferentes projetos neodesenvolvimentistas apresentavam semelhanças e distinções entre si, e não estão circunscritos à dimensão política dos governos do PT, nem somente aos periódicos acadêmicos, mas estão em todos esses lugares propondo um amplo debate nos campos das Ciências Sociais, das Econômicas e da Política. O debate posto se dá entre os “ortodoxos”, defensores de seguir à risca a agenda proposta pelo Consenso de Washington, e variante de um neoliberalismo “light”, que aparece como neodesenvolvimentismo – que pode ser expresso por uma relação complexa entre elementos do Novo Desenvolvimentismo e do Social-Desenvolvimentismo.

O Novo Desenvolvimentismo que inaugura essa discussão no espaço acadêmico é encabeçado por Luiz Carlos Bresser-Pereira (2006, 2009, 2011, 2016a, 2016b), que fora ministro de Sarney e FHC, e tem sua origem nas fileiras de intelectuais do PSDB, mas se constituiu enquanto projeto na academia universitária. Essa perspectiva mantém íntima relação com um conjunto de bandeiras históricas do PSDB, como a valorização do setor privado, a reforma do Estado, o apoio às privatizações, a contenção do crescimento do gasto social, por exemplo, mas que tece críticas à gestão macroeconômica dos governos FHC, principalmente a sua política cambial, fazendo um elogio ao potencial da indústria nacional, desde que dedicada à exportação.

O Social Desenvolvimentismo, por sua vez, nasceu das fileiras de intelectuais ligados aos governos do PT, principalmente Guido Mantega¹⁴⁸, Aloizio Mercadante¹⁴⁹

147 Antonio Palocci Filho (1960-), paulista de Ribeirão Preto, é um médico e político brasileiro. Foi vereador de Ribeirão Preto (1988-1989), deputado estadual de São Paulo (1990-1992), prefeito de Ribeirão Preto (1993-1996; 2001-2002), deputado federal por São Paulo (1999-2000; 2007-2011), Ministro da Fazenda (2003-2006) e Ministro-chefe da Casa Civil (2011).

148 Guido Mantega (1949-), italiano de Gênova, é um economista brasileiro nascido na Itália. Foi Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (2003-2004) e Ministro da Fazenda (2006-2014).

149 Aloizio Mercadante Oliva (1954-), paulista de Santos, é um economista e político brasileiro. Foi senador pelo estado de São Paulo (2003-2010), Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (2011-2012), Ministro da Educação (2012-2014; 2015-2016) e Ministro da Casa Civil (2014-2015).

(2010) e Marcio Pochmann¹⁵⁰ (2010), aparecendo como uma forma de sistematizar o que estava “dando certo” nas políticas petistas após 2005, mas principalmente no segundo governo Lula¹⁵¹. Suas políticas incluíam a elevação real do salário-mínimo, do crédito ao consumidor e as políticas sociais, ou seja, o aumento da renda da população, o aumento do poder aquisitivo e o fortalecimento do mercado de massas que estava acontecendo de forma concomitante ao crescimento econômico. Esse projeto indica preferência, até determinado ponto, para políticas que induziriam o crescimento econômico via mercado interno.

Além dessas leituras que se situavam no campo da ordem – que fazem a leitura do fenômeno neodesenvolvimentista de uma forma instrumental –, destacaram-se outras leituras no âmbito do marxismo que, em geral, o qualificaram por neodesenvolvimentismo, com uma leitura crítica do fenômeno. Merecem destaque as elaborações de Armando Boito Jr. (2012a, 2012b, 2013, 2016a, 2016b, 2016c) com a proposição de que o neodesenvolvimentismo foi uma frente política que agregou amplos setores de diversas frações de classe, sob a hegemonia da grande burguesia interna; a de Plínio de Arruda Sampaio Jr. ([2012] 2017a, [2016] 2017b) e de Rodrigo Castelo (2009, 2011) apresentando-o como uma farsa histórica em relação ao desenvolvimento.

Seguindo a tradição de Florestan Fernandes, que já apresentamos no capítulo segundo, Plínio Jr. e Rodrigo Castelo, separadamente, propõem que as camadas populares foram historicamente afastadas dos grandes processos encabeçados pela burguesia no Brasil. Seja pelo conjunto de escolhas tomadas pelas classes dominantes nacionais, ou, em última instância, pela falta de organização, consciência e resistência das classes subalternas frente aos processos de exploração e dominação externa e interna, como determinantes para essa configuração das sociedades periféricas (CASTELO, 2011).

O modelo desenvolvimentista clássico colocava em posição de destaque a fração industrial da burguesia, considerando que a hegemonia dessa fração da classe dominante traria autonomia nacional e modernização dos setores econômicos e

150 Marcio Pochmann (1962-), gaúcho de Venâncio Aires, é um economista, professor universitário e político brasileiro. Foi presidente do Ipea (2007-2012).

151 VALOR ONLINE. Brasil entrou no novo ciclo econômico do social-desenvolvimentismo, avalia Mantega. **O Globo**. 06 set. 2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega-4156829> Acesso em 05 fev. 2020.

sociais mais atrasados da população (CASTELO, 2009). Entendiam haver uma disputa entre os setores modernos, representados pelos industriais desenvolvimentistas, contra os setores atrasados, ligados aos grandes donos de terras. Nesse embate dualista, a visão desenvolvimentista indicava que restava ao conjunto das camadas subalternas e trabalhadoras apoiar uma fração contra a outra.

A crítica ao desenvolvimentismo veio dos grupos que apontavam que a formação econômico-social brasileira deve ser entendida como subordinada aos interesses das classes hegemônicas das nações que foram coloniais e depois tornaram-se imperialistas, e que o sistema capitalista cria e reforça relações de exploração que se expressam na dominação das nações do Sul pelas do Norte (da Periferia pelo Centro, das Subdesenvolvidas pelas Desenvolvidas), além do debate moderno versus arcaico. Nesse sentido, a relação de dependência tornou-se um elemento fundamental para a análise (CASTELO, 2012).

Plínio Jr. (2017a) destaca muito bem os limites do sonho romântico da existência dessa suposta fração progressista da burguesia, apontando para a inexistência de uma burguesia nacional nos países latino-americanos e no Brasil, em particular, que fosse capaz de enfrentar o conjunto de elementos interno e externos, com vista à superação da dependência e do subdesenvolvimento ou realizar qualquer projeto de emancipação¹⁵².

Depois da crise do desenvolvimentismo, viu-se o neoliberalismo como negação do planejamento e da intervenção do Estado na economia, com a chegada da fração financeira à posição hegemônica. Mas não só isso: no âmbito da crise orgânica que se instalou na década de 1980, quando o desenvolvimentismo não conseguiu mais manter seu bloco de sustentação, o neoliberalismo, diametralmente oposto a este, inaugurou um novo consenso. O que se viu, na década de 1990, foi o esforço de enterrar o desenvolvimentismo nas mais variadas dimensões. Apesar disso, o governo FHC não conseguiu colocar a “pá de terra” definitiva na herança varguista. Então, chegando aos anos 2000, um novo projeto se coloca como uma suposta alternativa à crise do neoliberalismo: uma proposta de terceira via que pudesse agregar elementos “bons” do neoliberalismo e do velho desenvolvimentismo, rejeitando, obviamente, o

152 Trouxemos esse debate de maneira mais aprofundada no capítulo terceiro, particularmente, na seção que diz respeito às diversas interpretações sobre o crescimento vs. estagnação dos governos militares.

que haveria de “ruim” nos dois modelos. Esse novo arranjo incorporaria do neoliberalismo o “compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional” (SAMPAIO JR., 2017a, p. 155); e do velho desenvolvimentismo o “comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social” (SAMPAIO JR., 2017a, p. 155).

Pode-se entender, então, que “o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal” como destaca Armando Boito Jr. (2012a, p. 6). Estamos colocando, como bem destacou o jornalista Carlos Heitor Cony (2000, p. 18), que “um neoliberal, às vezes, é um neoliberal”, mas muitas vezes um social-democrata é um neoliberal, e/ou um ex-operário de um partido trabalhista pode ser, também, neoliberal. O que os diferencia são nada mais que pormenores. Nuances nem por isso desimportantes.

Isso significa que, mesmo nos governos do PT, o modelo capitalista neoliberal foi mantido, ainda que tenha havido mudanças ao mesclar-se elementos de política econômica inspirados no velho desenvolvimentismo com as “modernas” políticas neoliberais. Por exemplo, a abertura comercial iniciada por Collor e aprofundada por FHC foi mantida, mas nos governos do PT foi dada preferência para as empresas locais na compra de bens e de serviços pelo governo; políticas que melhoraram a posição da grande burguesia interna no bloco no poder¹⁵³ (BOITO JR., 2016c).

Na economia e política ganha destaque o neoinstitucionalismo, que, em grande medida, passou a influenciar essa “nova versão do Estado”. As elaborações neoinstitucionalistas são inspiradas no economista estadunidense Douglas North, e partem da leitura que a economia é cercada de incertezas, o que acaba elevando os custos das transações, por isso seriam fundamentais instituições sólidas para diminuir esses riscos, e, conseqüentemente, os custos (NORTH, 1990). No que se refere a diminuição de incertezas está a busca pela solidez das instituições visando garantir

153 Nicos Poulantzas define Bloco no Poder como: “uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominante sob a égide da fração hegemônica*. A luta de classe, a rivalidade dos interesses entre forças sociais, *encontra-se ele constantemente presente*, conservando esses interesses a sua especificidade antagônica [...] A própria hegemonia, no interior deste bloco, de uma classe ou fração não é devida ao acaso: ela tornou-se possível, como veremos, através da unidade própria do poder institucionalizado do Estado capitalista” (POULANTZAS, 1977, p. 233-234, grifos no original).

que os contratos sejam cumpridos, que, no capitalismo, passa pela garantia do direito de propriedade privada, que também figura nas “recomendações” listadas no Consenso de Washington. No âmbito dessa abordagem neoinstitucionalista, o Estado ocupa um papel imprescindível, desde que atue de maneira complementar ao mercado para garantir o direito de propriedade e reduzir o custo das transações (PORTUGAL; SILVA, 2020).

Se observarmos desde a ótica da gestão do Estado, percebemos mais proximidade com o Estado pós-reforma administrativa de Bresser-Pereira, do que com àquele Estado desenvolvimentista de inspiração varguista. No aspecto das privatizações, por exemplo, vê-se que, nos governos petistas, a desnacionalização não avançou com o nível de brutalidade da década de 1990, mas tampouco buscou reverter as que aconteceram. E ainda buscou novas formas jurídicas de privatizar o patrimônio público, como poderemos comentar mais adiante.

O neodesenvolvimentismo pode ser entendido como uma frente política ampla, heterogênea e eivada de contradições (BOITO JR.; BERRINGER, 2013). A frente política, entendida nesta perspectiva, não é só um agregado de classes e frações de classes, mas também um projeto político, que apesar das contradições, acomodaria os interesses das classes e das frações que as compõem. Apesar das discordâncias que possamos ter em relação às conclusões propostas por Boito Jr., sua forma de compreensão teórica do fenômeno, através das categorias do Poulantzas, é muito elucidativa para o tema em discussão. Por isso, buscamos progredir a partir dos limites do referencial teórico-metodológico do mesmo¹⁵⁴.

Desse modo, avançando para uma análise das relações entre as classes sociais observa-se que, nos governos petistas, a fração da grande burguesia interna se fortaleceu, inclusive através de uma série de medidas e políticas, como a forte atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e o estímulo ao mercado interno, que se deu através da melhora no padrão de consumo da parcela mais precarizada da sociedade brasileira, seja através da elevação real no salário-mínimo somada ao reduzido volume de desemprego, ou através de transferências de renda, como o Programa Bolsa Família e as aposentadorias.

154 Sobre este tema publicamos o artigo *Leituras do Neodesenvolvimentismo: um debate no interior do Marxismo* na revista *MovimentAção*, no seu volume 5, número 8 (2018). Cf. Santos (2018).

É marcante, neste período, a ascensão de grupos capitalistas brasileiros que se projetaram internacionalmente durante os governos petistas. Destacam-se os gigantes dos ramos de *commodities* – principalmente mineração e agronegócio – e da construção civil. Esses grupos são os principais, dentro da fração da burguesia interna, que ascenderam a uma posição de destaque na nova correlação de forças no neodesenvolvimentismo. O agronegócio, cujos fundamentos vem da modernização conservadora do Regime Militar, foi um dos grandes protagonistas desses novos tempos, tornando-se o mais forte exportador brasileiro; as grandes construtoras, por sua vez, atuaram nas diversas frentes de obras abertas pelo governo nas diversas dimensões – energia, infraestrutura, transporte, esportes, etc.

O Estado brasileiro promoveu uma série de incentivos para que a fração burguesa ligada ao agronegócio atingisse essa posição de destaque. Delgado (2010) aponta que desde o governo FHC II, devido à crise de liquidez internacional e a consequente fuga de capitais a política do comércio exterior se alterou, havia se voltando à prática de gerar saldos de comércio exterior a todo custo, visando suprir os recorrentes déficits em conta corrente. O agronegócio passou por uma forte remontagem e assumiu esse papel de exportar para gerar saldos comerciais. Principalmente a partir dos governos Lula I e II, o agronegócio tem sido politicamente e economicamente estruturado para se projetar como um grande exportador, a fim de gerar saldos de comércio exterior a todo custo. Os dados da Tabela 5 evidenciam este processo de evolução nas exportações brasileiras com destaque para os de valorização dos produtos básicos, fortemente ligados ao agronegócio, enquanto se observa uma queda na exportação de manufaturados.

Todo esse estímulo deu resultados e as *commodities* ganharam centralidade nas exportações brasileiras. Basta ter em mente um estudo feito pela Associação do Comércio Exterior do Brasil que mostra, com dados a partir de 2001, que o Brasil voltou a gerar *superávits* comerciais, depois de fortes déficits entre 1995 e 2000, e que apresentou crescimento contínuo até 2006. A partir de 2007, as importações passaram a crescer em índices percentuais maiores que as exportações, devido à valorização do real e à crise econômica internacional, de modo que os *superávits* comerciais começaram a diminuir gradativamente até 2011, quando voltam a se elevar devido ao aumento nas cotações das *commodities*. Esse movimento da balança

comercial brasileira demonstra a dependência de fatores externos, e isso se explica pelo fato de que “mais de 70% das exportações brasileiras serem compostas por *commodities*, mercadorias que o Brasil não detém qualquer controle sobre suas cotações internacionais, e muito menos sobre as quantidades a serem exportadas” (AEB, 2012, p. 3).

Tabela 5 – Comércio Brasileiro – Participação percentual por grupo de produtos

	Percentuais s/total da exportação			
	2000	2009	2013	2014
FATOR AGREGADO				
BÁSICO				
Exportações	22,79	40,50	46,67	48,67
Importações	13,91	14,67	13,91	13,79
SEMIMANUFATURADOS				
Exportações	15,42	13,40	12,69	12,91
Importações	3,42	4,00	3,42	3,41
MANUFATURADOS				
Exportações	59,07	44,02	38,44	35,63
Importações	82,29	81,22	82,68	82,80
CATEGORIA DE USO				
BENS DE CAPITAL				
Exportações	14,16	10,49	11,51	8,35
Importações	24,65	22,36	21,56	20,83
BENS DE CONSUMO				
Exportações	23,40	20,36	16,53	16,33
Importações	12,51	16,36	17,09	16,95
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES				
Exportações	4,79	8,86	7,24	9,04
Importações	13,21	13,12	16,90	17,26
MATÉRIAS-PRIMAS E BENS INTERMEDIÁRIOS				
Exportações	55,91	58,47	62,69	63,55
Importações	49,63	46,76	44,45	44,96

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: Associação do Comércio Exterior do Brasil (2014)

Se explorarmos os produtos por categoria de uso fica ainda mais clara a importância das *commodities* na economia brasileira: categorias Combustíveis e Lubrificantes e Matérias-primas e Bens Intermediários, juntas, concentram 72,59% das exportações em 2014, mesmo diante do acentuado processo de crise econômica que o Brasil começou a enfrentar após 2012.

A despeito de um elogio à indústria nacional característico do discurso neodesenvolvimentista, o que se verificou ao longo desses anos de governos do PT, foi igualmente desindustrialização, seguida de uma especialização das forças produtivas em *commodities*, que representa, por sua vez, uma reversão neocolonial e uma participação subordinada no mercado mundial (SAMPAIO JR., 2017a). Significa retroceder na industrialização, que o Brasil conseguiu a duras penas, e voltar-se a uma estratégia na qual têm primazia os bens primários destinados ao mercado internacional.

O sucesso imediato dessa opção primário-exportadora coube ao governo Lula I, que obteve vigorosos saldos comerciais, fruto dessas exportações. Com a crise econômica internacional de 2008, a conta corrente voltou a ter *déficits*, principalmente por conta da perda de competitividade das exportações de manufaturados. Nesse sentido, essa política não poderia ser “sustentável” nem saudável para o conjunto da economia.

Desde o início dos anos 2000, devido ao aceleração da economia chinesa, era clara a expansão do mercado mundial de *commodities*. No Brasil essa expansão marcou nossas relações comerciais. Dados da CEPAL, encontrados no trabalho de Cano (2012), mostram que a partir de 2000 as exportações de produtos industrializados do Brasil para a China começam a cair ao mesmo tempo que os produtos primários começam a crescer fortemente. Fica claro, de acordo com Ferreira e Albuquerque (2013), que a parceria estratégica entre Brasil e China se dá em, pelo menos, três dimensões, mas principalmente na dimensão de fluxos bilaterais de comércio e investimentos.

A China, a partir de 2003, cresceu substancialmente no seu papel de comprador das mercadorias brasileiras, tornando-se em 2010 o principal comprador, ultrapassando com folga os Estados Unidos, um parceiro comercial bastante tradicional. Das mercadorias exportadas, destacam-se, sobretudo, as *commodities*

agrícolas e minerais (MELO, M., 2013). Apoiando-se nesse excepcional ciclo de crescimento econômico mundial ligado à expansão chinesa, o governo Lula fez decolar um projeto de país baseado numa sinergia entre o avanço exportador e a dinamização do mercado interno.

Outro elemento importante para ascensão da economia agrícola brasileira, além do *boom* das *commodities*, foi a reversão do preço da terra, que estava em baixa na década de 1990 e passou a partir dos anos 2000 por um novo ciclo de aumento dos preços, que aliado às políticas de estímulo ao setor, propiciou o relançamento da estratégia de expansão agropecuária. O relançamento desses complexos agroindustriais em grandes propriedades fundiárias, marcados por forte incentivo estatal, tornou “viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda de terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciadas no agronegócio” (DELGADO, 2010, p. 117). Nesse sentido, todas as cadeias relacionadas à produção agroindustrial se beneficiaram, desde os grandes fazendeiros aos capitais financeiros ligados ao mercado de *commodities*, passando também pelo capital industrial agrícola, tanto o químico (agrotóxicos, defensivos, etc.) como o físico (tratores, colheitadeiras, etc.).

O ganho de importância da fração do agronegócio implica uma inserção externa dependente, através de uma dupla exploração dos recursos naturais e do trabalho humano, nessa forma de extração do excedente econômico, fortemente vinculada à renda fundiária. Configuram novos ingredientes de uma questão agrária, muito além dos limites setoriais da agricultura que caracterizam o subdesenvolvimento, que se repõe em pleno século XXI, a partir da reprimarização da economia (DELGADO, 2012).

Mesmo diante das limitações que a política de estímulo ao agronegócio impõe, da forte reprimarização da economia e da desindustrialização, a política econômica tem se mantido, neste início de século XXI, em parte porque atende os interesses da grande burguesia financeira, cria divisas e uma balança comercial mais equilibrada, o que dá fôlego a fração do agronegócio dentro da burguesia interna.

Junto com o agronegócio, a construção civil foi a fração do capital interno que também ganhou enorme destaque nos governos petistas, ascendendo no bloco no poder – os chamados campeões nacionais. Política, econômica e juridicamente, a

fração do capital relacionada à construção civil pode ser vista como uma das mais beneficiadas nesses governos (SILVA, 2014).

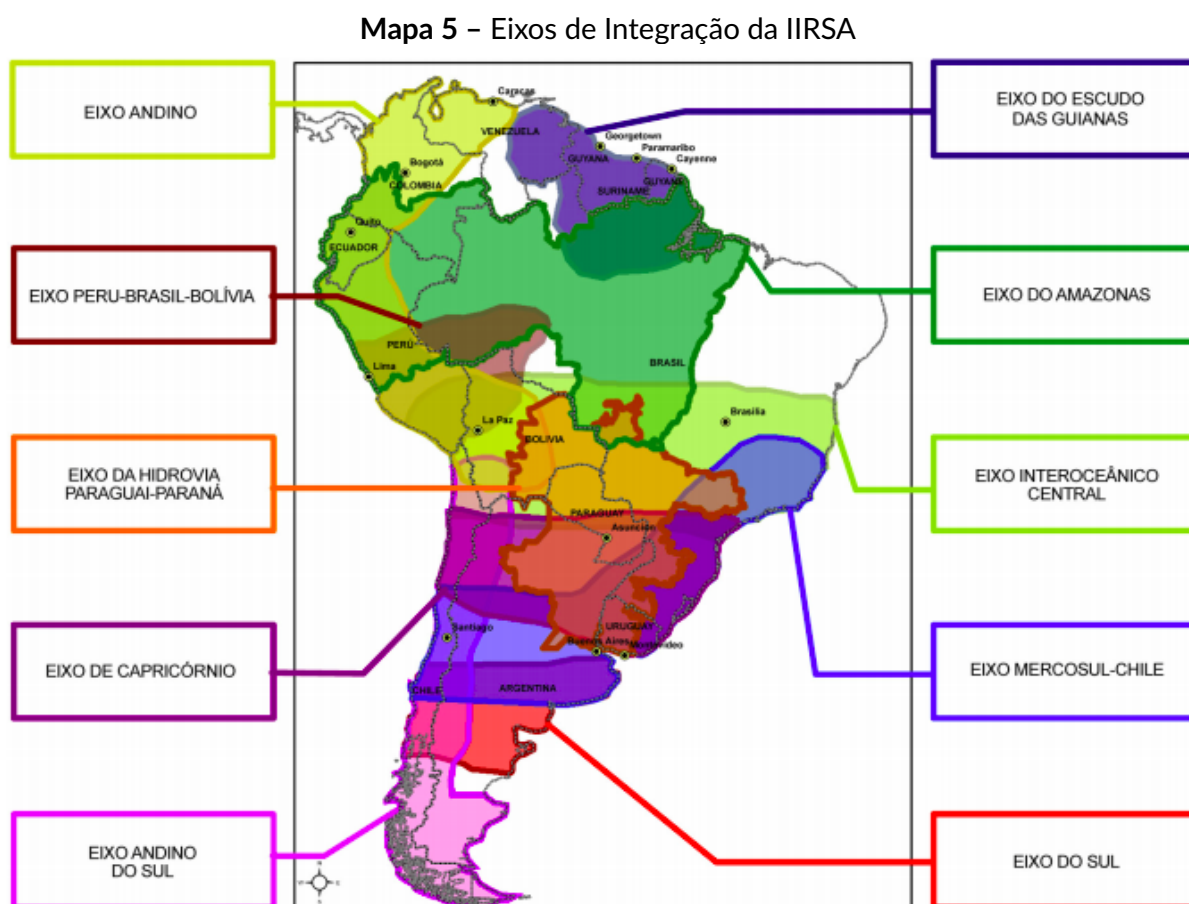
Enquanto o agronegócio tem uma lógica voltada ao mercado externo, o setor da construção civil atua no mercado interno e externo. As empreiteiras passaram por um amplo processo de acumulação de capital em virtude dos grandes projetos de construção envolvendo a construção civil pesada (infraestrutura e setor energético), ampliação das políticas de financiamento da construção civil leve (imóveis residenciais e comerciais), modificações na legislação, incentivos fiscais dos insumos produtivos, linhas de investimento empresariais e empréstimos pessoais dos bancos (SILVA, 2014).

No período neodesenvolvimentista, com essa fração do capital ganhando destaque no bloco no poder, pode-se observar um crescimento acelerado neste setor, desde a construção civil leve até a pesada vinculada diretamente a um conjunto de políticas públicas associadas à infraestrutura energética, à mobilidade urbana e aos grandes eventos esportivos, concretizados nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa Minha Vida. O estímulo do Estado para esta fração burguesa, em particular, deu-se através de massivos pacotes de apoio, aumento dos montantes para o financiamento de construção, reformas e aquisição de imóveis, bem como nos contratos públicos relacionados à infraestrutura para os eventos esportivos e supostamente mobilidade urbana (SILVA, 2014).

É digno de nota, ainda, que, em contraste com o período do desenvolvimentismo, o Estado no neodesenvolvimentismo não aumentou sua participação na economia de maneira direta, intervindo na produção, como aconteceu ao longo do século XX. Basta vislumbrar que o aumento da participação do Estado, nesse período recente, acontece na forma de uma “parceria”. Além dos incentivos abundantes para o capital, criou-se uma inovação jurídica chamada Parcerias Público-Privadas (PPPs), em que ao capital privado cabe a certeza do lucro e da acumulação, mesmo diante das incertezas geradas pelos mercados, numa nova forma dessa relação imbricada entre o Estado e o capital (SILVA, 2014).

Quanto à atuação das grandes empreiteiras, dentro da “integração competitiva” que foi inaugurada na década anterior, os principais centros produtivos do país passaram a privilegiar a integração com os países vizinhos, com certa prioridade ao MERCOSUL. Nesse período neodesenvolvimentista, inaugurado no governo Lula I,

essa integração se deu também numa dimensão de construção de infraestrutura, como foi a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)¹⁵⁵, que tinha no BNDES seu principal financiador, e nas empreiteiras brasileiras seu principal executor. O mapa 5 ilustra os Eixos de integração da IIRSA, ao qual chamamos atenção para a exclusão do Nordeste, que não faz parte de nenhum deles.



Fonte: iirsa.org¹⁵⁶

Além da ênfase para o crescimento de importância das empreiteiras no âmbito do mercado interno, destaca-se o papel que tomam as empreiteiras brasileiras mundo afora, com forte patrocínio do BNDES. Não só na América do Sul esse capital foi mobilizado, mas também na África, América Central e até mesmo em Cuba.

155 O trabalho de doutoramento de Janaina Freire dos Santos, pesquisadora do grupo Praxis (UFCG) dedica-se à investigação da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no âmbito do projeto “neodesenvolvimentista” dos governos do PT, a partir da construção na Bolívia, durante o governo de Evo Morales, da estrada Pailón-San José-Puerto Suárez, atravessando o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Séure (TIPNIS) através de iniciativa brasileira. Cf. Santos, J. (2018).

156 Disponível em: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/api_anexo2_projetos_api_mapas_port.pdf acesso em 26 abr. 2020.

Sob o *boom* do crescimento econômico lulista, a hegemonia solitária do capital financeiro dos anos 1990 passou a ser compartilhada com estes setores da burguesia interna, que contaram com grande suporte dos bancos públicos e empresas estatais. Todavia, a hegemonia não saiu das mãos do grande capital financeiro internacional. A argumentação que propomos é que mesmo com o ganho de importância dessas frações da burguesia interna no interior do bloco no poder, não é possível comparar a lucratividade e a influência política delas com o capital financeiro.

Além de todos os recordes de lucratividades que essa fração obteve, verifica-se, também, a identificação política e ideológica nacional e internacional do capital financeiro com os sucessivos governos no Brasil. A política de tripé macroeconômico intocada desde o governo FHC II – câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal –, somada à autonomia dada ao Banco Central, mesmo que de forma não institucionalizada, o elevadíssimo nível da taxa real de juros, a abertura comercial desregada, o estímulo ao Investimento Estrangeiro Direto (IED) em setores não produtivos, o compromisso de elevados *superávits* primários; tudo isso demonstra a capacidade hegemônica da fração financeira do capital.

Fazendo uma análise da rentabilidade dos diversos setores do capital¹⁵⁷, as 500 maiores empresas (não bancárias), como se pode observar na tabela 6, entre 1997 e 2002, nos governos de FHC, ficaram com uma rentabilidade média de 3,5% ao ano. Em contraste, os governos Lula I e II (2003-2010) atingiram a impressionante média anual de 11,8% (2003-2006) e 10,1% (2007-2010), e no governo Dilma I (2011-2014) passaram para 5,3% ao ano. No tocante ao governo Dilma I, deixamos a análise para o próximo capítulo. Aqui chamamos a atenção para a impressionante marca de rentabilidade do capital atingida pelas maiores empresas nos dois governos Lula, em forte dissonância com os mirrados resultados atingidos nos governos de FHC. Basta lembrarmos da emblemática frase proferida pelo Lula, em 2010, “os empresários nunca ganharam tanto dinheiro como ganharam no meu governo”¹⁵⁸.

Corroborando como o argumento que trazíamos, o setor bancário/financeiro foi o que mais se beneficiou, atingindo enormes ganhos de rentabilidade nos governos

157 Estamos considerando o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE%) que mostra o percentual de Lucro (ou Prejuízo) Líquido auferido pelas empresas em relação ao montante total aplicado pelos acionistas como o principal índice de análise da rentabilidade.

158 LULA comenta sua relação com os empresários. 2010 (2min). Disponível em: <https://youtu.be/U6X5UkZOPBY> Acesso em 02 fev. 2020.

Lula e Dilma. Basta perceber que a rentabilidade média anual passou de 12,4% no período 1997-2002, para 20% ao ano (2003-2006), 20,07% ao ano (2007-2010), e, ainda, 21,5% ao ano no primeiro governo Dilma. Os bancos lucraram R\$ 279,9 bilhões ao longo dos dois governos de Lula, em oposição aos R\$ 34,4 bilhões que lucraram durante os governos de FHC do PSDB¹⁵⁹.

Tabela 6 – Rentabilidade sobre o patrimônio Líquido (ROE %) – 1997-2014
(ano a ano e média anual por governo)

	500 Maiores empresas não bancárias	Setor Bancário/ financeiro	6 Maiores Construtoras	Indústria de Transformação	Automóveis e Ônibus	6 Maiores Alimentos e Bebidas	Petróleo, Gás Refinado e Coque (Petrobrás)	6 Maiores Siderúrgicas
1997	4,4	12,3	7,6	5,0	13,8	-23,5	7,3	7,4
1998	3,5	7,0	10,8	4,1	-4,0	9,9	6,6	7,3
1999	-1,3	12,0	8,9	0,6	-24,8	10,8	10,0	1,4
2000	7,9	9,4	8,9	12,2	-7,1	-12,7	40,2	19,5
2001	5,4	15,0	11,9	5,9	-10,0	19,7	41,8	0,1
2002	0,8	17,5	13,4	0,2	-47,7	-42,6	26,7	0,8
FHC	3,5	12,4	10,2	4,7	-13,3	-6,4	22,1	6,0
2003	12,4	16,2	8,9	23,6	-33,5	40,9	249,0	25,2
2004	11,3	17,9	9,8	25,6	-41,8	20,3	27,6	45,4
2005	11,8	22,1	8,7	19,4	29,3	7,6	29,1	33,4
2006	11,7	23,7	6,9	15,9	39,2	12,2	26,2	24,3
LULA I	11,8	20,0	8,6	21,1	-1,7	20,3	94,2	32,1
2007	12,0	25,3	13,3	17,7	101,0	10,7	19,0	23,7
2008	8,1	20,3	17,1	10,5	60,1	9,3	25,3	26,1
2009	9,7	16,3	17,7	17,2	47,4	12,7	17,9	20,5
2010	10,7	20,7	15,7	14,8	49,2	13,9	11,4	14,3
LULA II	10,1	20,7	15,9	15,1	64,4	11,6	18,4	21,1
2011	8,2	20,9	11,2	10,5	43,3	15,6	10,0	7,9
2012	4,1	20,2	11,0	10,2	38,2	19,5	6,1	-2,3
2013	5,3	21,6	18,1	-	14,5	11,2	6,7	-2,8
2014	3,5	23,3	1,9	-	-	13,2	-7,0	3,1
DILMA I	5,3	21,5	10,6	10,4	32,0	14,9	4,0	1,5

Fonte: Pinto et al., 2016 (com informações da Revista Exame – Maiores e Melhores)

159 DA REDAÇÃO. Bancos lucraram 8 vezes mais no governo de Lula do que no de FHC. **Veja**. 12 set. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc/> Acesso em 11 fev. 2020.

Ainda é relevante que as 6 maiores construtoras, setor fortemente beneficiado no segundo governo Lula, principalmente através do PAC, deram um salto de uma lucratividade média anual de 8,6% no primeiro mandato do presidente petista, para 15,9% ao ano no segundo mandato.

A despeito da perda relativa na participação do Produto Interno Bruto brasileiro, a indústria de transformação também se beneficiou dos governos do PT, alcançando elevadas taxas de rentabilidade. Saiu do patamar de 4,7%, ao ano, de rentabilidade entre 1997 e 2002, para 21,1%, ao ano, (2003-2006) e 15,1%, ao ano, (2007-2010). É importante mencionar que ao falar em desindustrialização não estamos colocando em questão a lucratividade desse setor, mas sua importância relativa na composição do Produto brasileiro. De modo que é perfeitamente possível, que os capitalistas industriais lucrem cada vez mais e o setor industrial diminua relativamente sua importância na economia. Como de fato aconteceu nesse período em análise.

Sobre essas bases gerais, se dá o paradoxo na qual setores monopólicos da burguesia brasileira emergem com certo grau de relativa “autonomia” para almejar melhores condições de associação com o capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que o Brasil vivenciou uma enorme penetração de capital imperialista. O aprofundamento desse paradoxo é que se conseguiu produzir alguma melhora nas condições de vida das classes trabalhadoras e subalternas, em meio a tentativa de conciliação dos interesses dessas diferentes frações da burguesia.

Nos governos petistas, a retomada do crescimento econômico, após baixíssimos níveis nas décadas anteriores, o aumento do salário-mínimo, após décadas de arrocho, e os programas de transferência de renda produziram uma melhora na renda das classes trabalhadoras e subalternas. O neodesenvolvimentismo, através da tentativa de conciliação de classes, aparece como expressão teórica desse momento. Não só as frações da burguesia interna melhoraram sua posição, mas também as camadas de baixo na pirâmide de renda passaram por uma melhora.

De acordo com Aluízio Mercadante – intelectual petista, em sua tese de doutoramento, defendida no Instituto de Economia da UNICAMP em 2010 – durante os governos Lula:

[...] as políticas de distribuição de renda e de inclusão social ganham uma centralidade antes completamente inexistente. A visão anterior, segundo a qual os problemas sociais seriam resolvidos essencialmente pelo crescimento econômico e pelo mercado de trabalho, complementados marginalmente por

políticas de caráter compensatório e pelo investimento isolado na universalização da educação, é substituída por uma ação sistemática e enfática na eliminação do já referido bloqueio do processo de habilitação (MERCADANTE, 2010, p. 19).

Em certa medida tem razão, porque os governos do Partido dos Trabalhadores conseguiram tirar o Brasil do mapa da fome da ONU, quando a taxa de desnutrição no país caiu de 10,7% para menos de 5,0% entre 2003 e 2014. A pobreza também foi reduzida, caindo de 24,3% para 8,4% entre 2001 e 2012, enquanto a pobreza extrema caiu de 14,0% para 3,5%¹⁶⁰. Esses fatos não podem ser negados e as políticas de renda tiveram grande impacto. Mas é fundamental reconhecer, ainda, que essas políticas sempre tiveram em posição marginal em relação ao conjunto de políticas que beneficiaram o agronegócio, as grandes empreiteiras e, principalmente, o setor financeiro¹⁶¹.

No âmbito dos defensores do social-desenvolvimentismo, Marcio Pochmann (2010) se destaca, indicando, com grande exagero, elementos que apontam para a superação do neoliberalismo em três níveis fundamentais de ações do governo: enfrentamento da vulnerabilidade externa, defesa do mercado interno e reformulação do papel do Estado. Nesse sentido, merece uma reflexão, ainda que breve, sobre estes pontos porque sistematizam alguns avanços do neodesenvolvimentismo em relação ao neoliberalismo mais duro, expressos nos governos do PSDB. Todavia é crucial precisar que o neodesenvolvimentismo nunca superou o neoliberalismo, apresentando-se, no máximo, como uma versão moderada do mesmo, alterando alguns de seus aspectos, mas mantendo sua estrutura circunscrita aos limites da hegemonia do capital financeiro.

Sobre o enfrentamento da vulnerabilidade externa, percebemos um movimento contraditório. Porque ao tempo em que os entusiastas dos governos petistas celebraram quando Lula quitou a dívida com o FMI, em 2005 – que aconteceu, em grande medida, por conta da acumulação de reservas cambiais pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e não para atender a histórica bandeira histórica pelo “Fora FMI” – vê-

160 DA REDAÇÃO. Sair do mapa de fome da ONU é histórico, diz governo. **Exame**. 16 set. 2014. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/sair-do-mapa-de-fome-da-onu-e-historico-diz-governo/> Acesso em 06 fev. 2020.

161 O trabalho de doutoramento de Laudicéia Santana, pesquisadora do Praxis (UFMG) sobre o Sistema da Dívida Pública Brasileira evidencia que enquanto nos governos Lula gastaram em torno de 6,0% do PIB ao ano com juros da Dívida, gastaram 10 vezes menos com o programa Bolsa Família, por exemplo, resultando numa maciça transferência de renda dos mais pobres para os ricos. Cf. Santana (2018).

se, por outro lado, que a reprimarização da economia brasileira significou, em última instância, submeter-se ao mercado externo de *commodities*, aprofundando a dependência externa.

Quanto ao aspecto da defesa do mercado interno, Pochmann (2010) destaca que houve políticas de renda, que aconteceram em três modalidades principais: a primeira, por meio da recomposição do salário-mínimo; a segunda ligada às ações de apoio à transferência de renda para aqueles segmentos da base da pirâmide social, por exemplo, o papel da Previdência Social, e o êxito do Programa Bolsa Família; e, por fim, a expansão das operações de crédito, especialmente, para pessoas físicas.

Esse aspecto do governo foi importante, mas, ainda assim, não deixa de ser questionável. Em grande medida porque as diversas políticas dos governos petistas proporcionaram o desenvolvimento da burguesia interna por meio da ativação do mercado interno via estímulo do crédito, exonerações fiscais, além do PAC, Minha Casa Minha Vida, e a ativa atuação do BNDES. Por outro lado, este enfoque foi essencial para o sucesso parcial do neodesenvolvimentismo, ao dotar a população mais pobre de alguma forma de renda e inseri-la no mercado consumidor, servindo de motor para a economia brasileira nesse período, além de mudar a vida dessas pessoas que antes estavam à margem das “benesses” consumistas do capitalismo. Ao analisar a questão nordestina mais à frente, voltaremos a este aspecto.

Podemos diferenciar, teoricamente, o social desenvolvimentismo, do qual Mercadante e Pochmann são expoentes, do novo desenvolvimentismo, de Bresser-Pereira, pela grande ênfase ao consumo como mecanismo de redistribuição da renda. O mercado interno é visto como um agente criador virtuoso de elevação do poder aquisitivo e da expansão da produção. Tudo isso com vistas a criar um modelo de crescimento com inclusão social (KATZ, 2016).

No que se refere ao último aspecto, aparece no discurso desses intelectuais uma reformulação no papel do Estado, ressaltando o papel deste em relação ao mercado, ao defenderem um capitalismo que poderia reduzir os níveis de desigualdade que apontam para clara preferência do setor público sobre o privado (KATZ, 2016). Mas essa preponderância do Estado acontece no âmbito daquelas Parcerias Público-Privadas, uma nova forma de privatização. Sem mencionar que nunca buscaram reverter o processo de privatizações iniciado na década de 1990. Além disso, deram

continuidade, aprofundando, a reforma gerencial iniciada por Bresser-Pereira. De modo que a diferença não parece ser tão profunda, em relação ao período anterior.

Agora temos um quadro mais ou menos claro da posição que as classes sociais ocuparam nos governos petistas. As políticas econômicas dos governos Lula e Dilma evidenciaram a força da fração hegemônica na composição do bloco – grande capital financeiro nacional e internacional. Mas também a força da fração da burguesia interna beneficiada, em que o agronegócio e a construção civil se destacaram. E, ainda, as classes subalternas e trabalhadoras que passaram por uma elevação na qualidade de vida, o operariado urbano, a baixa classe média, os camponeses, e o que Boito Jr. chama de “massa marginal”, composta por trabalhadores desempregados, subempregados ou precarizados, residentes na periferia dos grandes centros urbanos do país e no interior da Região Nordeste.

Esse conjunto de classes sociais distintas têm interesses, igualmente, distintos. Então, é preciso entender em quais condições emergem as contradições do que Ricardo Antunes¹⁶² chama de “mito da conciliação de classes”. A tentativa de conciliação de classes, presente nos governos do PT, é o principal artifício do neodesenvolvimentismo. A crença de que seria possível harmonizar interesses tão díspares, através de mecanismos diversos, que incluem desde as políticas de renda, até a maior abertura à participação da “sociedade civil” na gestão do Estado, através de fóruns, conselhos, etc.

Como semelhança entre o desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo está a confiança de que um setor da burguesia seria progressista e poderia promover o desenvolvimento que abrangesse os interesses das classes populares. A forma em que se expressou essa crença através do mecanismo de conciliação de classes, começou, após 2012, a mostrar os claros sinais de falência, através do choque de interesses diametralmente opostos entre as classes dominantes e dominadas com o aprofundamento da crise econômica. No nível da aparência, esses interesses poderiam se harmonizar, enquanto havia crescimento econômico e o mercado externo estava favorável, desde que as classes subalternas ganhassem um pouco e o capital ganhasse muito. Mas, diante da crise econômica, “os de cima” tinham bastante claro para si

162 REDAÇÃO. Ricardo Antunes: “O PT acreditou no mito da conciliação de classes” [entrevista]. *Esquerda Diário*. 19 ago. 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Ricardo-Antunes-O-PT-acreditou-no-mito-da-conciliacao-de-classes> Acesso em 11 fev. 2020.

sobre as costas de quem deveria recair os custos da mesma. Este desafio de tentar conciliar diferentes interesses não pode ser ganho com boa conversa e os governos petistas começaram a enfrentar dificuldades à medida que se arrastou, a partir de 2008, a crise capitalista mundial. Diante da baixa produtividade da indústria local e a débil acumulação de capital interno, a crise cobrou o preço da dependência estrutural da burguesia interna diante do capital imperialista, mas voltaremos a essa discussão no próximo capítulo.

Esse é o retrato do neodesenvolvimentismo, com o PT à frente da Presidência da República. Ou seja, o esforço de conciliação dos interesses de diferentes classes, entre o grande capital financeiro internacional e nacional (fração hegemônica), uma burguesia interna (com frações que melhoraram sua posição no bloco no poder, entre elas se destacam as ligadas ao agronegócio e construção civil) e também as classes subalternas que melhoraram relativamente sua condição de vida – aqueles que antes viviam o desemprego e a miséria absoluta passaram à condição de pobreza com algum consumo – seja pelo mínimo de acesso à serviços públicos, ou pela melhora no nível de renda da população mais pobre através do aumento do nível emprego (mesmo que informal e precarizado, em muitos casos) ou com os programas de transferência de renda.

A partir dessa caracterização, podemos partir para a análise da política de desenvolvimento regional dos governos petistas, entendendo que ela foi gestada e “aplicada” no âmbito de disputas – também dentro do próprio governo, entre os grupos que formaram a base de apoio e sustentação do Partido dos Trabalhadores – nessa perspectiva que buscou conciliar interesses de classe inconciliáveis.

6.3 Uma Nova Política de Desenvolvimento Regional nos Governos Petistas?

A partir da constatação de que no passado recente a temática da questão regional estava ausente da pauta (principalmente durante os anos 1990) criou-se grandes expectativas, entre os entusiastas da temática do desenvolvimento regional, com a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002, especialmente por conta de Tânia Bacelar de Araújo, de reconhecida experiência na temática regional/territorial

estar nos quadros do Ministério da Integração Nacional (MI), no comando da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR).

Tânia Bacelar, no seu artigo *Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional*, publicado na Revista Econômica do Nordeste, do BNB, no ano de 1999, já tinha lançado as bases para o que viria a se tornar a proposta de intervenção regional dos governos petistas. Sua hipótese fundamental era que a inserção passiva nos mercados globalizados gerava mais fraturas (especialmente sociais e regionais) e maior fragmentação espacial do que as já herdadas. Por isso, propôs a formulação e a implementação de uma “nova” Política Nacional de Desenvolvimento Regional (BACELAR, 1999b).

Diante disso, sugeriu como eixo central da nova política de desenvolvimento dois aspectos: equidade, ou seja, a redução das desigualdades no que se refere a níveis de renda, de oportunidades e condições de trabalho das populações regionais; e eficiência, que significa a implantação de uma estrutura produtiva capaz de competir no mercado nacional mais aberto e no mercado internacional. Para isso, essa política deveria trabalhar numa dimensão multinível, abarcando a heterogeneidade presente em cada macrorregião, contemplando a realidade espacial brasileira e considerando as especificidades sub-regionais (BACELAR, 1999b).

A economista e socióloga pernambucana indicava, principalmente, que essa nova política deveria passar pela criação de um Conselho Nacional de Políticas Regionais e de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. O Conselho deveria servir de ponte entre o Presidente da República, Ministros e representantes não-governamentais, e tinha o propósito de ser o espaço em que seriam tomadas as decisões mais relevantes da questão regional, analisando as propostas voltadas à desconcentração produtiva, com uma melhor distribuição das oportunidades de empregos. O Fundo Nacional, por sua vez, seria o instrumento de financiamento, com gestão descentralizada, para fazer avançar a política, buscando induzir o país a uma menor desigualdade regional (BACELAR, 1999b).

Alguns anos depois, em 2003, essa nova Política de Desenvolvimento Regional alcançou novo patamar, deixando de ser apenas uma proposição em texto acadêmico para ser a proposta oficial de intervenção do Governo Federal no que se refere à questão regional. Quem ficou responsável pela implementação da política, no primeiro

mandato de Lula, foi *Ciro Gomes*¹⁶³, como Ministério da Integração Nacional, que nas eleições presidenciais de 2002 havia ficado na quarta posição, apoiando Lula no segundo turno e por isso bonificado com o ministério.

Não podemos deixar de mencionar que *Tânia Bacelar*, logo no início do governo, assumiu a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, mas logo demonstrou um sentimento de frustração com o projeto. Usando as palavras dela própria:

Até o primeiro semestre, parecia que o negócio ia dar certo, no segundo, com a lei já no Congresso, ficou muito claro que os empresários queriam o incentivo e ele não existia. Então, não houve apoio político empresarial forte [...] a gente tinha começado a discutir uma proposta de política de desenvolvimento regional [...] a gente tinha começado a formatar o PNDR [Política Nacional de Desenvolvimento Regional]. Aí o ministro insistiu: “Não vá agora não, pelo menos deixe a política formatada”. Então, fiquei até janeiro de 2004, a gente fez um primeiro esboço da política e eu fui embora (BACELAR, 2010, p. 30).

Não foi longa a permanência de *Tânia Bacelar* nos quadros do MI, mas nesse curto período ela deixou as bases do que veio a ser a proposta de nova política regional. A partir daqui vamos nos dedicar ao exame da política de desenvolvimento regional dos governos petistas (2003-2016), considerando o período da criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) entre 2003 e 2010, na sua primeira fase; e entre 2010 e 2015 (2016?), na segunda fase; e por fim uma avaliação da política.

Tendo dito isso, podemos avançar para a leitura crítica de alguns dos documentos representativos da PNDR dos governos petistas¹⁶⁴.

6.3.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional – 2003-2010

6.3.1.1 PNDR – Proposta Para Discussão

Em fins de 2003, foi lançada a PNDR, destacando a necessidade de superar as desigualdades regionais do Brasil e, para isso, seria preciso um conjunto de ações

163 *Ciro Ferreira Gomes* (1957-), paulista de Pindamonhangaba, é advogado e político brasileiro. Foi deputado estadual no Ceará (1983-1989), prefeito de Fortaleza (1989-1990), governador do Ceará (1991-1994), Ministro da Fazenda (1994-1995), Ministro da Integração Nacional (2003-2006), e deputado federal pelo Ceará (2007-2011).

164 Sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional dos governos petistas, defendemos, em 2017, uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, de modo que nesta seção retomamos muitos elementos da pesquisa realizada naquela oportunidade. Cf. Santos (2017c).

planejadas. A fala de Ciro Gomes, então Ministro da Integração Nacional, foi de que a PNDR teria “espaço prioritário na agenda do estado (sic.) brasileiro” (BRASIL, 2003, p. 8). Dessa forma, depois do abandono dos anos anteriores, a pauta do desenvolvimento regional voltaria à luz. Ao menos é o que fizeram crer, quando apresentaram que o Brasil “tem na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR uma estratégia de desenvolvimento alternativa à guerra fiscal e à fragmentação territorial que predominaram desde a década de 80” (BRASIL, 2003, p. 9).

Não custa rememorar que, diante da gestão neoliberal da questão nordestina, durante a década de 1990, os estados dessa região se digladiavam entre si pela atenção dos capitais, com base na estratégia de atração de empresas, através da concessão de benefícios fiscais. Mesmo que essas empresas, muitas vezes, se fossem embora assim que acabavam os incentivos, com uma atitude completamente alheia ao desenvolvimento da região e conseqüentemente da nação, mas visando somente o lucro. Diante dessa ausência de política, seria preciso, então, superar essa estratégia danosa e construir nacionalmente uma política. Mas qual?

Nesse vácuo se coloca a PNDR. Para apresentá-la, vamos abusar de referências aos documentos, para tentar ser o mais fiel possível à sua proposta inicial. Essa política indicava como objetivo principal a superação das desigualdades de nível de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre regiões (BRASIL, 2003).

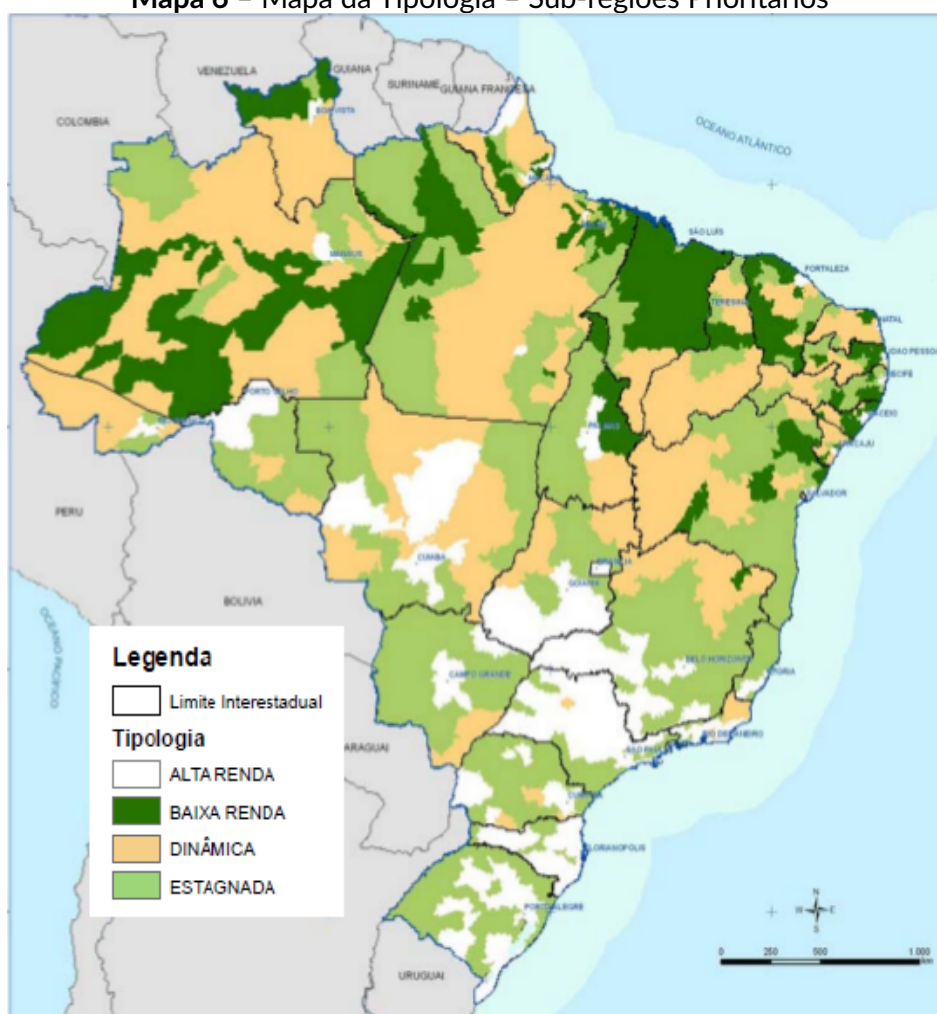
O documento aponta como diagnóstico que “a desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns espaços, enquanto condena outros à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos” (BRASIL, 2003, p. 12). Nenhuma grande novidade em relação ao que já se dizia desde fins da década de 1950. Mas, diante dessa “dinâmica assimétrica”, a política se propõe a atuar no sentido de contrabalançar a lógica centrípeta das forças de mercado, promovendo e valorizando as diversidades regionais, bem como corrigindo as desigualdades de acesso a serviços públicos de qualidade, o que reforçaria as desigualdades regionais.

A PNDR tinha por foco a causa da desigualdade e da pobreza em sua expressão territorial/regional. E se propôs a fugir da antiga fórmula que estava circunscrita ao problema regional brasileiro, associado ao atraso relativo das Regiões Norte e Nordeste. Por isso, sugere a coordenação de ações nos níveis sub-regionais

juntamente com os entes federados e a sociedade civil, reconhecendo as desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção e buscando articular políticas setoriais para regiões e sub-regiões prioritárias, sobretudo as de baixa renda, estagnadas e com dinamismo recente. Desse modo, propôs a divisão do território nacional em espaços sub-regionais prioritários para a ação, em quatro grupos: Grupo 1: Microrregiões de ALTA RENDA; Grupo 2: Microrregiões DINÂMICAS; Grupo 3: Microrregiões ESTAGNADAS; Grupo 4: Microrregiões de BAIXA RENDA. Essa divisão das regiões prioritárias foi definida pelo cruzamento de duas variáveis: Rendimento Domiciliar Médio e Crescimento do PIB *per capita*. A primeira é uma variável estática que retrata a riqueza relativa da população; e a segunda, uma variável dinâmica que mostra o potencial relativo de crescimento (BRASIL, 2003).

O cruzamento delas resulta em um cartograma dos quatro grupos, como se pode observar no Mapa 6, que nos mostra as sub-regiões prioritárias.

Mapa 6 - Mapa da Tipologia - Sub-regiões Prioritárias



Fonte: Brasil (2003)

Mesmo com a divisão de sub-regionais prioritárias segundo o indicador criado, as macrorregiões não foram esquecidas, visto que prevaleceu a atividade de elaboração dos planos estratégicos de desenvolvimento. A instância macrorregional é especialmente relevante no que se refere ao Nordeste, Norte e Centro-Oeste, onde o governo federal teria o potencial de atuar com órgãos específicos voltados à gestão regional, e com a (re)criação das SUDENE, SUDAM e SUDECO (BRASIL, 2003).

O documento também propõe a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), seguindo a proposta de Tânia Bacelar (1999b), como elemento indispensável para a efetividade da Política. Este fundo, desde aquele momento, esteve em negociação no âmbito do Congresso Nacional, mas nunca foi adiante.

Este fundo procederia da arrecadação de tributos federais – como o Imposto sobre Produtos Industrializados, o Imposto sobre Operações com Bens e Prestação de Serviços e o Imposto de Renda – e deveria ser utilizado na ampliação do financiamento para o setor produtivo e para atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), bem como para criar uma infraestrutura para que as regiões menos dinâmicas pudessem se tornar mais competitivas (COSTA, 2019).

Para a região Nordeste, especificamente, além da proposta de (re)criação da SUDENE, a PNDR propõe a articulação dos Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, e do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido – Conviver. Programas que teremos a oportunidade de comentar a seguir.

Quanto a esse primeiro documento lançado em 2003, ele apresenta de maneira sintética os parâmetros da nova política, apontando para a intenção de diferenciar-se do período imediatamente anterior. Inclusive se observa o resgate de expressões como “ações de planejamento”, “combate às desigualdades regionais”, que poderiam nos remeter àquela experiência do desenvolvimentismo clássico. Apesar disso, não superou o limite do discurso, como podemos observar ao longo deste capítulo.

6.3.1.2 PDNE – Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI

Alguns anos depois, sem que a proposta de 2003 tivesse conseguido se estabelecer, foi publicado, em 2006, o documento *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI*, focado na região Nordeste, destacando mais uma vez que a “superação das desigualdades regionais é considerada no atual governo uma questão central dentre os problemas que o Brasil enfrenta” (BRASIL, 2006, p. 4).

O documento de 2006 reforçou a ausência da questão regional na pauta dos anos recentes e atribuiu a isso o aprofundamento do hiato que separa as diferentes regiões brasileiras. Mesmo na atuação da SUDENE, antes de seu fechamento, estava ausente uma estratégia de desenvolvimento regional que pudesse reverter a tendência de desintegração nacional e produzir alguma redução das desigualdades socioeconômicas entre as regiões.

Sobre o Nordeste o documento argumenta que:

A despeito de significativos avanços obtidos nos aspectos econômicos e sociais, as disparidades do nível de condições de vida entre o Nordeste e as regiões mais evoluídas do país continua a ser um tema recorrente na agenda de desenvolvimento sustentável do Brasil (BRASIL, 2006, p. 6).

Nesse caso, o Nordeste permanecia dependente de uma política de desenvolvimento regional. O documento, além de uma caracterização do Nordeste, discute as evoluções e as tendências regionais socioeconômicas e demográficas; os problemas e os entraves do desenvolvimento regional, como proposta de entendimento da realidade regional; e as tendências dessa região, junto com os grandes desafios e oportunidades de desenvolvimento para o Nordeste.

Ao fazer o diagnóstico das tendências dos indicadores socioeconômicos dessa região, o governo reconhece que os indicadores sociais estão aquém do que é preconizado pelos órgãos internacionais, sem mencionar que estão abaixo dos indicadores de outras regiões e da média nacional (BRASIL, 2006). Algo que poderemos perceber através de estatística descritiva mais adiante, neste mesmo capítulo.

Sobre os estrangulamentos econômicos do Nordeste, está colocado que constituem problemas: o reduzido crescimento da economia regional nas duas últimas décadas; a grande fragilidade da agropecuária; a desestruturação dos segmentos

exportadores tradicionais; a incapacidade de a região redefinir formas de integração que permitam contribuir positivamente para o seu dinamismo econômico; a insuficiente dotação da infraestrutura econômica e sua inadequação em relação aos polos mais dinâmicos da economia regional; a reduzida qualificação da mão de obra regional; o baixo grau de integração e o lento processo de modernização da estrutura industrial da região (BRASIL, 2006)

Além desses, são apontados como estrangulamentos científicos e tecnológicos: a reduzida capacidade da região na geração, absorção e difusão de informações e conhecimento científico e tecnológico; a desarticulação entre o sistema de geração de conhecimento e tecnologia e o setor produtivo; a existência de grande defasagem tecnológica em importantes segmentos produtivos da região e a presença de problemas específicos da região, como a sustentabilidade do desenvolvimento do semiárido e outras sub-regiões nordestinas, cuja solução passa pela geração e difusão de tecnologia (BRASIL, 2006).

No que se refere aos problemas sociais, o documento destaca: o reduzido acesso de parcela relevante da população economicamente ativa ao trabalho produtivo e, em consequência, à renda; a insuficiente qualidade da educação oferecida; as elevadas taxas de analfabetismo e a presença marcante do analfabetismo funcional; os índices elevados de morbidade e mortalidade; os baixos padrões de saneamento e hígidez ambiental; o expressivo *déficit* habitacional e a baixa propensão da população da região às atividades associativas e à mobilização social (BRASIL, 2006).

De mais a mais, a proposta de política apresentava problemas políticos específicos para as sub-regiões do Nordeste – o semiárido, a zona da mata e o cerrado. Em termos ambientais, destacava a desertificação, a degradação ambiental dos grandes aglomerados urbanos e a degradação ambiental de importantes ecossistemas (BRASIL, 2006).

É imprescindível demarcar que esse diagnóstico parece contemplar mais os resultados do processo de desenvolvimento desigual e combinado ao qual a região Nordeste foi historicamente submetida, do que, de fato, a essência dos problemas. O reduzido crescimento da economia regional e a desestruturação dos segmentos exportadores tradicionais são resultado do processo de globalização do capital, que

afetam negativamente os setores de menor produtividade. A elevada taxa de analfabetismo, os índices elevados de morbidade e mortalidade, a precária qualidade da educação oferecida são resultados da incapacidade do Estado em contrabalançar a dinâmica desigual da acumulação capitalista, que reproduz o atraso e condena o grosso da população das regiões menos desenvolvidas a péssimas condições de vida. O reduzido acesso a emprego e renda, o expressivo *déficit* habitacional, os problemas ambientais não são uma exclusividade da região Nordeste, mas intrínsecos à acumulação predatória, que despreza tudo que não é indispensável à acumulação, como os seres humanos ou o meio ambiente.

A partir do diagnóstico feito, o cenário que o plano deseja alcançar é um futuro em que haja no Nordeste uma

combinação de três processos que formam um ciclo virtuoso de desenvolvimento: aumento da competitividade; melhoria da qualidade da vida da população; conquista da cidadania e inserção social do contingente de nordestinos à margem do desenvolvimento socioeconômico (BRASIL, 2006, p. 98).

E para atingir isso, o planejamento se baseia na divisão sub-regional da ADENE, considerando as seguintes sub-regiões: Meio Norte, Região Litorânea Norte, Sertão Norte, Ribeira do São Francisco, Sertão Sul, Região Litorânea Leste, Região Litorânea Sul e Cerrados. Essas subdivisões servem para dar conta das particularidades dentro da própria região Nordeste, que passou também por um processo de concentração interna, em alguns estados, ou áreas desses estados. Para uma percepção mais clara da nova subdivisão, podemos observar o Mapa 7, a seguir. Apesar dessa mudança na escala de aplicação das políticas, que mudou o foco para o local, o micro. O Nordeste, enquanto macrorregião, segue submetido de maneira desfavorável na divisão nacional do trabalho.

Como propostas para o Nordeste atingir aquele “ciclo virtuoso de desenvolvimento”, o plano está dividido em cinco blocos complementares:

os macro-objetivos do desenvolvimento; as grandes metas agregadas; as opções estratégicas, indicando as grandes linhas prioritárias que articulam e dão consistência ao conjunto das ações; as ações e projetos estratégicos, que procuram detalhar as opções nos diversos segmentos e setores relevantes para o desenvolvimento regional; e as grandes apostas estratégicas da região, que asseguram o futuro, explicitando as ações e projetos fundamentais e indispensáveis para transformar o Nordeste (BRASIL, 2006, p. 98).

Mapa 7 – Sub-regiões do Nordeste



Fonte: Brasil (2006)

Os Macro-Objetivos Estratégicos apontados envolvem desenvolvimento e integração social com progressiva conquista da cidadania, aumento das vantagens competitivas do Nordeste, integração competitiva nas economias nacional e internacional, expansão da base produtiva do Nordeste, redução da defasagem do Nordeste na economia nacional, integração cooperativa das sub-regiões (BRASIL, 2006).

Em seguida, o documento apresenta uma seção dedicada aos projetos estratégicos, provavelmente a parte mais importante do documento. Considerando os eixos estratégicos, propõe um conjunto de projetos que levariam ao desenvolvimento da região. Desse modo, os projetos são colocados como grandes apostas para o futuro do Nordeste (BRASIL, 2006).

No projeto estratégico *Distribuição de Ativos Sociais* estão contemplados o investimento na educação básica e fundamental, para fortalecer a qualidade do ensino público, visando, entre outras coisas, a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, como também a ampliação e melhoria do ensino médio e interiorização do ensino superior.

Prevvia-se o fortalecimento da organização da sociedade, ou seja, a criação de formas associativas e cooperativas para preservar e fortalecer a autonomia das comunidades locais e a capacidade de a sociedade participar ativamente da gestão do desenvolvimento, formulação, implantação e monitoramento de políticas públicas.

A redistribuição de terra e de água aparece mesmo que marginalmente, estando prevista uma reestruturação fundiária com ampliação do acesso por parte de parcela dos agricultores familiares e/ou sem-terra ao meio de produção essencial, a terra. O objetivo seria aumentar a pequena produção familiar, tornando-a mais fortalecida com financiamento, e assistência técnica. A reestruturação fundiária deveria ser acompanhada de um aumento da oferta de água com a democratização do acesso aos recursos hídricos na região.

Propunha-se também a ampliação do acesso aos serviços sociais básicos, que contempla saneamento básico (água, esgotamento, drenagem e lixo), gestão da coleta e disposição de resíduos sólidos, habitação (incluindo aumento da oferta de lotes residenciais e legalização de assentamentos irregulares e melhoria das favelas) e universalização dos serviços de saúde, de modo a melhorar a qualidade e ampliar o acesso à população.

Sobre o segundo projeto estratégico, *Construção da competitividade sistêmica*, os formuladores da política esperavam criar externalidades econômicas, fundamentalmente na capacitação dos recursos humanos, na inovação e no desenvolvimento tecnológico e na ampliação da infraestrutura física (energia, transporte e comunicações) e hídrica (especialmente na sub-região semiárida).

Para isso, propunha três grandes ações: 1. Capacitação para o trabalho, que é um projeto estratégico de grande destaque, para promover um amplo e intenso processo de capacitação e qualificação profissional da população. 2. Inovação e capacitação tecnológica, visando a promoção da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico voltados ao enfrentamento dos estrangulamentos tecnológicos e às potencialidades no desenvolvimento da economia regional e buscavam também o fortalecimento das instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da região. 3. Ampliação e modernização da infraestrutura e da logística regional, de transporte (rodovias, como a duplicação da BR 101, ferrovias, como a Transnordestina, hidrovias e portos) e de energia (produção e distribuição) e comunicação.

Este último projeto tem por base dez grandes apostas (seis na área de transporte; duas no segmento energético; e duas na infraestrutura hídrica, como se verifica no Mapa 8): 1. Duplicação da BR 101, que integra todo o litoral leste do Rio Grande do Norte até Bahia; 2. Ampliação da Ferrovia Norte-Sul, que representa um importante eixo de transporte de grãos do Brasil Central; 3. Construção da Ferrovia Transnordestina, que prevê a construção de dois mil quilômetros de estrada de ferro em bitola larga (1,6 metros), ligando o Porto de Suape (Pernambuco) a Eliseu Martins (Piauí) e encontrando com o eixo que vai de Salgueiro (Pernambuco) para o Porto Pecém (Ceará); 4. Modernização e ampliação dos portos, com integração física e econômico-comercial do Nordeste pela modernização e ampliação de três dos seus principais portos de Itaqui (Maranhão), Pecém (Ceará) e Suape (Pernambuco); 5. Rede de gasodutos; 6. Hidrovia do São Francisco, com a qual o rio poderia se constituir em importante via de transporte para grandes volumes de carga, contando ainda com as vantagens da multimodalidade no Nordeste, integrando os polos produtores de grãos em Ibotirama/Barreiras e o centro consumidor e de distribuição de carga em Juazeiro/Petrolina; 7. Ampliação do sistema elétrico, aumentando a oferta de eletricidade da região e a redução do risco de estrangulamento, o que passaria pela construção de duas hidrelétricas e seis termelétricas. 8. Integração da rede de gasodutos, para abrir novas oportunidades energéticas e ampliar as fontes de energia do Nordeste; 9. Revitalização da Bacia do São Francisco, visando aumentar a vazão de estiagem no Médio São Francisco para criar melhores condições de navegabilidade, ampliar o volume de água armazenada, e aumentar o aporte de água em regiões ainda não

atendidas; 10. Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para complementar a oferta hídrica do Semiárido, precisamente onde se concentra grande parte da população regional; o projeto de integração da bacia do São Francisco prevê a construção de dois grandes canais – o Eixo Norte e o Eixo Leste (como está no Mapa 9) – para transferir água do Rio São Francisco para um sistema de barragens e açudes que permita a armazenagem e a gestão do uso dos recursos hídricos.

Mapa 8 – Ampliação e modernização da infraestrutura e logística no Nordeste

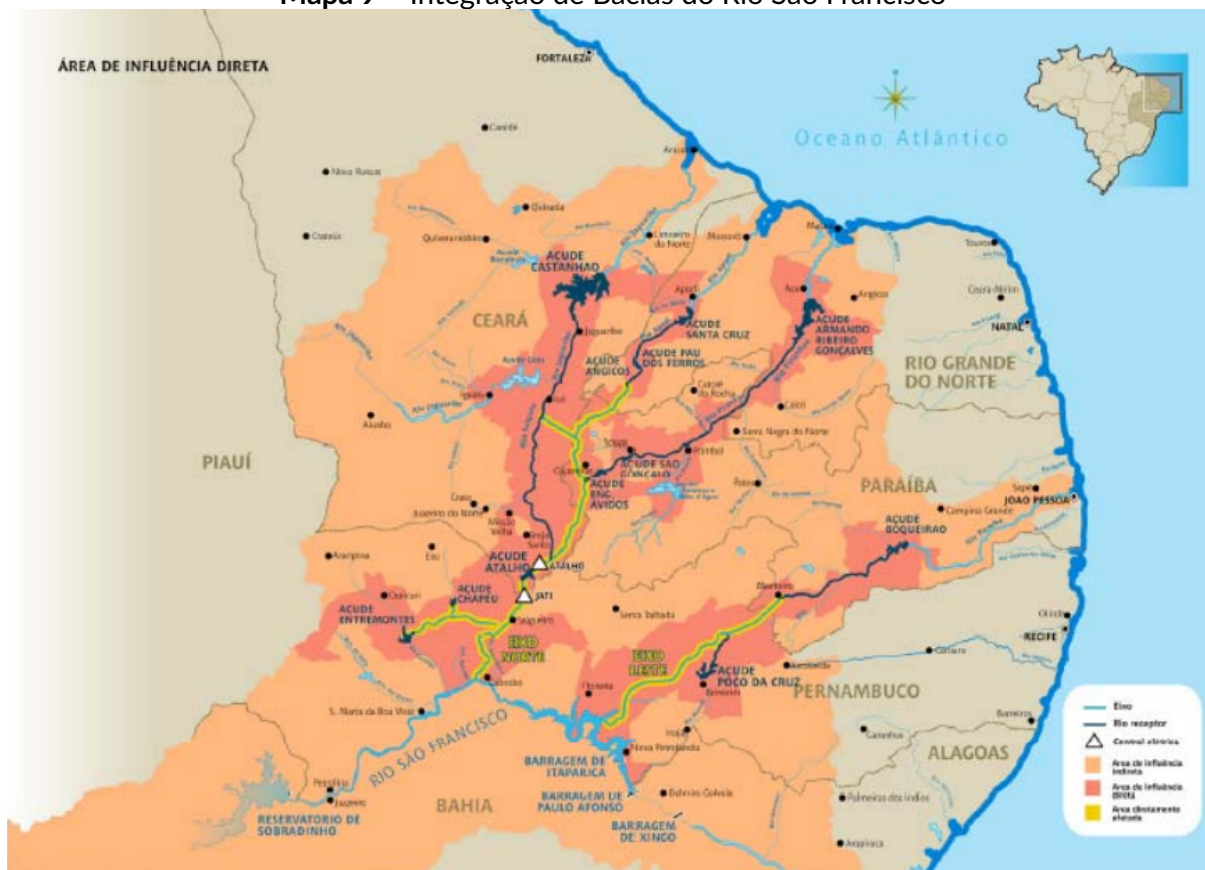


Fonte: Brasil (2006)

O projeto seguinte indica a promoção das exportações, através do fomento público e apoio operacional às exportações, para ampliação da base exportadora, incorporando novos produtos, empresas e negócios, aproveitando a oportunidade de mercado mundial através do adensamento das cadeias produtivas. Este projeto se concentra em 16 apostas: 1. Fruticultura irrigada, principalmente no Vale do São Francisco e no Vale Açú-Mossoró; 2. Agricultura e piscicultura (carcinicultura); 3. Grãos, principalmente nos Cerrados nordestinos; 4. Ovinocaprinocultura; 5. Couro e Calçados; 6. Petróleo e Gás Natural; 7. Indústria de fármacos e hemoderivados; 8. Indústria minero-siderúrgica; 9. Indústria metal-mecânica; 10. Têxtil-confecções; 11.

Turismo; 12. Indústria cultural e do entretenimento; 13. Logística; 14. Serviços Avançados. 15. *Software*; 16. Biomassa.

Mapa 9 – Integração de Bacias do Rio São Francisco



Fonte: Brasil (2006)

E, para concluir esse projeto, o desenvolvimento e apoio a Arranjos Produtivos Locais, objetivando a consolidação dos arranjos produtivos locais com potencialidades no Nordeste, que se constituiu numa estratégia central de um processo de inclusão social produtiva.

O último projeto estratégico era o de *Gestão Ambiental*, consistia num conjunto de ações de controle das relações da economia com o ambiente natural, visando a sustentabilidade da utilização dos recursos naturais, respeitando a diversidade dos ecossistemas do Nordeste, propondo: a recuperação de áreas degradadas; a prevenção de impactos antrópicos; e o fortalecimento das instituições e dos instrumentos de regulação.

Sobre o Nordeste, a proposta elaborada nesse documento foi a mais completa, prevendo ações e diversas dimensões, mas principalmente com vista a um maior desenvolvimento daquelas frações burguesas que mencionamos na discussão sobre o

neodesenvolvimentismo, na segunda parte deste capítulo. Pode-se observar que as ações de infraestrutura estão intimamente ligadas às grandes construtoras e ao agronegócio.

Partindo de uma análise rasa, os formuladores da política propõem soluções que não passam da superficialidade dos interesses de aumento da lucratividade desses capitais. O documento, ao listar as cadeias produtivas que os projetos propõem melhorar, explicita quais são os capitais favorecidos diretamente, mencionando: o agronegócio ligado à fruticultura irrigada, o agronegócio de grãos principalmente nos cerrados nordestinos, a indústria minero-siderúrgica, a indústria farmacêutica, os capitais ligados ao turismo e ao entretenimento. Isso sem mencionar que as grandes construtoras interligam todos esses interesses através das grandes obras e projetos.

Contudo, dentro da própria dinâmica contraditória da realidade material, veem-se outras cadeias incentivadas, com um público diferente, como a agricultura, a piscicultura, a ovinocaprinocultura, mas sem adentrar na dimensão mais profunda da questão agrária nordestina, ignorando a demanda por terras e água, em grande parte do interior nordestino, por parte das classes subalternas, dos camponeses e dos sem-terra.

6.3.1.3 Programa Conviver

O semiárido brasileiro é caracterizado principalmente pela escassez no regime e na quantidade de chuvas, além da irregularidade e pela concentração das precipitações pluviométricas em um curto período. Para essa sub-região nordestina, especificamente, foi lançado o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver), como uma política que se propõe a intervir nesta área que sofre com os efeitos desestruturadores decorrentes das adversidades climáticas.

Em 2005 foi divulgado o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido*, que se insere na PNDR, destacando que o Semiárido nordestino continua com indicadores inferiores aos encontrados em outros espaços da Região Nordeste, como a Região Litoral-Mata, o Agreste, o Meio Norte ou os Cerrados. O documento destaca que a economia do Semiárido mudou bastante ao longo da segunda metade do século XX, sendo possível verificar crescimento no volume de mercadorias e

serviços produzidos nessa sub-região. No entanto, as novas atividades econômicas não foram suficientes para ocupar o vazio deixado pela desarticulação do complexo econômico formado pelo triplo consorciamento do gado, algodão e lavouras de subsistência, após a crise terminal da estrutura na década de 1980.

A *Cartilha do Conviver*, publicada em 2009, aponta que:

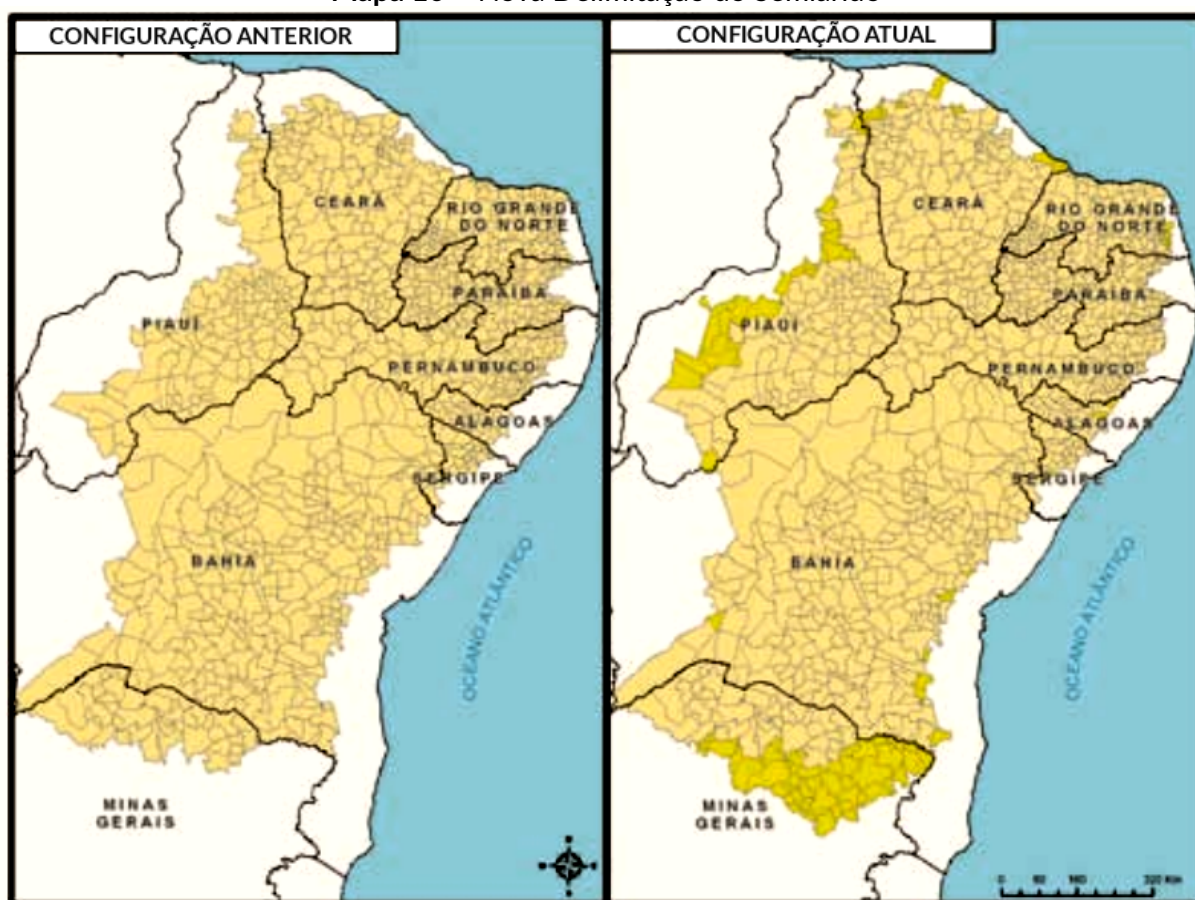
Tradicionalmente, as ações governamentais na região limitaram-se a medidas assistenciais em detrimento de intervenções mais efetivas que estimulassem projetos de desenvolvimento geradores de emprego e renda em caráter permanente, que preparassem para o enfrentamento das adversidades climáticas e para a convivência com a realidade da região (BRASIL, 2009, p. 10).

Por isso coloca a necessidade imperativa de articular em diversas frentes programas de combate à pobreza e à fome, de segurança alimentar, de segurança hídrica, de saúde e educação; e somados a esse os diversos programas de desenvolvimento regional (BRASIL, 2009).

Sobre a delimitação do semiárido, ou melhor, do Polígono das Secas, houve uma mudança em 2005. Até então a delimitação vigente vinha da Lei nº 7.827/1989, que definia o Semiárido como área que estava sob atenção da SUDENE, com precipitação pluviométrica anual igual ou inferior a 800 mm. Depois da extinção da SUDENE em 2001, ficou ao encargo do MI esse tipo de atribuição. Com o objetivo de elaborar um critério mais aberto, devido ao grande interesse de municípios em se inserir no Semiárido, a fim de obter um tratamento diferenciado das políticas de crédito e benefícios fiscais, o MI constatou a insuficiência do índice pluviométrico como critério exclusivo. Para isso, o MI convocou ministérios e instituições ligadas ao Semiárido e criou em 2004 um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para redefinir a delimitação espacial dessa área.

O GTI definiu três critérios técnicos: I) precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; II) índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e III) risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Com a aplicação desses novos critérios, somaram-se aos 1.031 municípios já inseridos, outros 102 que se enquadrassem em pelo menos um dos três critérios utilizados. O Mapa 10 mostra a mudança, considerando o antes e o depois do novo critério, com inclusão de municípios principalmente em Minas Gerais e no Piauí.

Mapa 10 – Nova Delimitação do Semiárido



Fonte: Brasil (2009)

O Programa Conviver foi concebido com o objetivo de elevar a autonomia e a sustentabilidade das atividades econômicas do Semiárido e, assim, promover a inserção produtiva de sua população. Desse modo, o público-alvo do Conviver é composto por cerca de 22 milhões de pessoas residentes nesses 1.133 municípios do Semiárido nordestino, incluindo o norte de Minas Gerais.

O objetivo principal do Conviver era contribuir para a diminuição das vulnerabilidades socioeconômicas dos espaços regionais com maior incidência de secas, e poder dinamizar a economia dessa área, fortalecendo assim sua base social, organizando a sociedade civil e promovendo a coordenação e a cooperação entre os atores locais. Para isso, o programa se propõe a desenvolver dois tipos principais de intervenção: a dinamização econômica dos espaços sub-regionais; e o fortalecimento da base social e a organização dos atores regionais (BRASIL, 2009, p. 16).

A atuação do MI prevê a organização social e do associativismo no Semiárido; a formação de agentes para o desenvolvimento integrado e sustentável; o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo; estruturação e dinamização de

Arranjos Produtivos Locais (APLs); o apoio à geração de empreendimentos produtivos no Semiárido; e o apoio à implantação de infraestrutura social e produtiva (BRASIL, 2009).

Para operacionalizar o Conviver, o MI contava com parceiros institucionais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Meio Ambiente, o Banco do Brasil, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), a SUDENE e o DNOCS. Fora do ambiente institucional do governo, há programas e projetos parceiros como o Projeto Organização Produtiva de Comunidades e o Pro-água Semiárido.

O resultado que o governo esperava alcançar seria a redução das carências decorrentes das condições climáticas dessa região, promovendo uma maior inserção econômica e social das populações locais, estimular investimentos nos Arranjos Produtivos Locais e em infraestrutura, fortalecendo e reestruturando a base econômica e social, gerando emprego e renda, e incentivando a convergência de políticas públicas multissetoriais no Semiárido (BRASIL, 2009, p. 30).

O curioso é que, de acordo com a interpretação proposta, o cenário de pobreza de boa parte da população e a concentração de vantagens econômicas extraordinárias em segmentos sociais privilegiados são, na leitura do governo, mantidos devido à inadequação do processo de gestão das políticas públicas implementadas na região (BRASIL, 2005).

O Conviver é um claro exemplo da aposta do governo em resolver o problema nordestino por via de instituições, prevendo a criação de fóruns, agências, conselhos, consórcios e, a partir disso, com um novo gerenciamento, resolver os problemas. Com isso ficou mais uma vez no campo da superficialidade, sem adentrar na dimensão social dos problemas, ignorando as relações de classe que sustentam essa situação através da concentração agrária de terras e água.

6.3.1.4 Um Balanço da PNDR até 2010

Diante dos novos tempos, que se inauguraram na década de 1990, a questão regional ficou relegada a último plano. Em grande medida, por conta do aprofundamento da globalização e da reestruturação produtiva com base na dimensão

financeira do capital em detrimento da esfera produtiva. Nesse sentido, o Estado brasileiro, na condição de mediador da produção do espaço, ficou refém dessas condições de produção e contradições impostas pela simbiose entre o território e o capital (BARBOSA, 2018).

Nesse contexto, por motivos diversos, a PNDR – apresentada aqui brevemente pelos documentos produzidos pelo Ministério da Integração em 2003; 2005 e 2009 (sobre o Conviver) e 2006 (especificamente sobre a Região Nordeste) – teve dificuldades de se firmar, mesmo dentro dos limites que a política implicava. Foi preciso negociações complexas para fazer avançar a proposta. Ela foi alvo de pressão por parte de parlamentares e governadores, em grande medida relacionados à reforma tributária, o desenho e o funcionamento do FNDR proposto, que previa uma vinculação mais estreita entre os novos recursos e os programas específicos de combate às desigualdades territoriais (KARAM, 2012).

As propostas de criação da nova SUDENE (promessa de campanha de Lula) e a PNDR foram encaminhadas ao Congresso ainda no primeiro ano do governo Lula, mas demoraram a se efetivar, dando a sensação que a política regional não era prioridade (CARVALHO, 2006). Foi somente em fevereiro de 2007, no início do segundo mandato do Presidente Lula – com Pedro Brito do Nascimento¹⁶⁵, que fazia parte da equipe de Ciro Gomes (ambos do PSB, à época), como Ministro da Integração Nacional – que a PNDR foi institucionalizada e teve seu marco legal instituído pelo Decreto nº 6.047/2007, implementando, em linhas gerais, a proposta de 2003. A Nova SUDENE foi criada um mês antes, em 03 de janeiro de 2007, pela Lei complementar nº 125/2007, quatro anos após o projeto ter sido encaminhado ao Legislativo. Contudo, essa instituição foi recriada sem musculatura política e/ou financeira, ficando muito aquém do potencial de intervenção que um dia teve nos seus primórdios.

A política regional, que nem tinha conseguido se firmar, passou por um esvaziamento político, especialmente quando a pasta do MI foi assumida por Geddel Vieira Lima (PMDB)¹⁶⁶, após 2007, e houve ainda mais dificuldade para se estabelecer.

165 Pedro Brito do Nascimento (1950-), cearense de Fortaleza, é economista brasileiro. Foi Ministro da Integração Nacional (2006-2007), e Ministro da Secretaria Nacional dos Portos (2007-2011).

166 Geddel Vieira Lima (1959-), baiano de Salvador, é administrador de empresas, fazendeiro e político brasileiro. Foi deputado federal pela Bahia (1991-2011), Ministro da Integração Nacional (2007-2010) e Ministro-chefe da Secretaria de Governo (2016).

João Santana¹⁶⁷, também do PMDB da Bahia, substituiu Geddel para que este pudesse disputar as eleições para governador daquele estado em 2010.

Julgamos importante destacar que Geddel Vieira Lima foi influente membro da base de apoio de FHC e somente converteu seu apoio à Lula no segundo mandato deste, o que contribuiu para que o PMDB do Nordeste fizesse o mesmo¹⁶⁸. Enquanto Ministro da Integração, foi acusado de favorecimento ao estado da Bahia, inclusive em debate na disputa para governador daquele estado. Ao rebater a acusação de ter destinado mais de 50% dos recursos de verbas emergenciais do Ministério ao estado, ele disse que se “foi ‘apenas’ 50%, a quantia deveria ter sido maior”¹⁶⁹. Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que a distribuição de verbas feita pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, não seguiu parâmetros técnicos. A análise mostrou que a Bahia foi, sem histórico ou análise de risco justificáveis, o estado mais favorecido com recursos do Programa de Prevenção e Preparação para Desastres durante a gestão do ex-ministro Geddel Vieira Lima¹⁷⁰.

Houve grandes dificuldades para consolidação da PNDR. Mesmo no âmbito do governo foi relegada a uma posição marginal. Isso pode ser evidenciado pela contínua expansão do leque de programas de desenvolvimento territorial, como o Programa Territórios da Cidadania (PTC), por exemplo, que foi lançado em cerimônia bastante concorrida no Palácio do Planalto, em fevereiro de 2008, sob os auspícios da Casa Civil da Presidência da República, inviabilizando a pretensão da PNDR de pautar o debate sobre desenvolvimento regional/territorial no país (KARAM, 2012).

Não é preciso insistir no quanto a PNDR esteve em segundo plano durante o governo Lula. Entre 2003 e 2010, a política regional seguiu com poucas dotações do Orçamento Geral da União. Pode-se perceber claramente uma incoerência entre o

167 João Santana (1944-), baiano de Nazaré, é engenheiro e político brasileiro. Foi Ministro da Integração Nacional (2010).

168 ANDRADE, Daniel. Quem é Geddel Vieira Lima, provável ex-ministro de Temer?. **Esquerda Diário**. 20 nov. 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Quem-e-Geddel-Vieira-Lima-ex-ministro-de-Temer> Acesso em 13 mar. 2020.

169 HENRIQUE, Aura. Geddel é acusado de favorecer a Bahia quando era ministro de Lula. **Último Segundo**. 12 out. 2010. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/geddel-e-acusado-de-favorecer-a-bahia-quando-era-ministro-de-lula/n1237747082313.html> Acesso em: 27 dez. 2016.

170 FABRINI, Fábio. TCU: Rio é o estado que recebe menos verbas federais para prevenção a desastres. **O Globo**. 7 abr. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/tcu-rio-o-estado-que-recebe-menos-verbas-federais-para-prevencao-desastres-3027916> Acesso em: 7 fev. 2017.

discurso proposto através desses documentos apresentados e a prática de governo, no que tange à redução das desigualdades regionais e às reais possibilidades de intervenção da PNDR. Coêlho (2014) critica que o Brasil permaneceu refém das negociações regionalistas, político-partidárias e de setoriais que vêm desintegrando o orçamento público em ações pontuais e fragmentadas. Mesmo em sua leitura desenvolvimentista, entende que os investimentos estão associados à preservação dos interesses constituídos.

A PNDR, mesmo após sua institucionalização, não se apresentou como uma política capaz de reduzir as desigualdades regionais, em parte devido à falta de recursos para viabilizar suas metas e objetivos (COSTA, 2019). O FNDR, que estava vinculado à proposição de Reforma Tributária, que seria o potencial financiador da PNDR, não avançou (ALVES; ROCHA NETO, 2014). Dessa forma, as propostas não puderam ser realizadas em plenitude. Nem o MI, nem a SUDENE, dispuseram de recursos humanos e financeiros para cumprir o planejado.

O grande mérito desse esforço foi ter reavivado o debate em torno das políticas de desenvolvimento regional, depois do abandono para que “o mercado” desse conta do problema das disparidades regionais. Entretanto, é preciso que se tenha claro que, além da execução limitada, a proposta também apresentava limites em sua concepção, visto que deixava de considerar uma série de elementos, ou os colocava de maneira marginal. Isso pode ser exemplificado com a questão agrária no Nordeste, expressa na concentração fundiária da região, que aparece de maneira profundamente tímida, quase invisível, sem indicar como pretendia enfrentar as oligarquias da região.

Dentro do proposto pela PNDR, resgatar expressões como “ações de planejamento”, “estruturando” não é o mesmo que uma ampla política de desenvolvimento estruturada para o “combate às desigualdades regionais”. Não foi nem uma sombra daquela que foi proposta por Celso Furtado no relatório do GTDN, nem da atuação da SUDENE nos seus primeiros anos. Não bastava colocar no texto expressões como “redistribuição de terra e água” – prevendo reestruturação fundiária com ampliação do acesso por parte de parcela dos camponeses com ou sem terra, visando aumentar a pequena produção familiar, e democratizar o acesso aos recursos hídricos na região – quando não se tinha intenções reais de fazê-lo, de enfrentar a estrutura agrária nordestina e as classes localmente dominantes.

Sem mencionar que a indicação de que se deve corrigir as disparidades regionais pela via da ampliação do acesso a serviços públicos de qualidade não faz sentido, visto que deveria ser o mínimo que se poderia esperar, mesmo numa limitada “democracia representativa liberal”, no Estado burguês. Afinal, não poderiam esperar conter o impulso e o anseio de participação política e econômica dos de baixo somente através da coerção.

Além disso, a PNDR enfrentou problemas para se firmar dentro do âmbito do governo. As mudanças de ministros e dos partidos desses ministros evidenciaram um problema de ordenação da política. A destacada importância de outras políticas de cunho territorial, como o PTC, sob a guarda da futura candidata de Lula para as eleições presidenciais de 2010, Dilma Rousseff¹⁷¹, demonstra a fragilidade política da PNDR como projeto desses governos.

Para além desses limites, pode-se observar a insuficiência nas propostas, havia um deficiente diagnóstico dos problemas nordestinos a partir de uma confusão, quase generalizada, entre causa e efeito. Como, por exemplo, a caracterização de que a desestruturação dos segmentos exportadores tradicionais seria o problema, quando na verdade era consequência do processo de globalização do capital, que afeta negativamente os setores de menor produtividade. E mesmo o apontamento para os indicadores sociais abaixo da média nacional e o baixo nível de emprego e renda como problemas, quando são resultados do desenvolvimento assimétrico e predatório do capital na dinâmica nacional.

As propostas privilegiavam os interesses das frações da burguesia interna que estavam em posição melhor no bloco no poder durante os governos petistas. Pode-se observar que as ações de infraestrutura, ligadas às grandes construtoras, estavam intimamente ligadas às melhores possibilidades de exportação para o agronegócio. Isso se evidencia também pelas cadeias produtivas beneficiadas pelos projetos, principalmente o agronegócio ligado à fruticultura irrigada e o agronegócio de grãos dos Cerrados nordestinos.

Também merece destaque a visão neoinstitucionalista das políticas, que entendem que os problemas nordestinos poderiam ser resolvidos com a criação de

171 Dilma Vana Rousseff (1947-), mineira de Belo Horizonte, é economista e política brasileira. Foi Ministra de Minas e Energia (2003-2005), Ministra-chefe da Casa Civil (2005-2010) e Presidente do Brasil (2011-2016).

fóruns, agências, conselhos, consórcios e através de um novo gerenciamento. O grande problema é que essa perspectiva desconsidera os interesses das classes sociais – que entendemos ser determinantes para a atuação do Estado. Por exemplo, no documento do Conviver está proposto que a pobreza e demais problemas do Semiárido eram mantidos “devido ao inadequado processo de gestão das políticas públicas implementadas na região” (BRASIL, 2009, p. 9), sem levar em consideração que a hegemonia exercida pelo grande capital financeiro mantém a política macroeconômica engessada, em seu benefício, enquanto as outras políticas figuram de maneira quase retórica.

6.3.2 PNDR – 2010-2015

Diante dos problemas e da clara dificuldade em efetivar a PNDR, o MI lançou, em novembro de 2010, o documento *A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós-2010* com horizonte até 2015, que constitui um esforço para elevar a PNDR à categoria de política de Estado¹⁷², e quem sabe assim fazê-la sair do papel.

O documento está dividido em duas grandes partes. A primeira está focada no contexto da PNDR entre 2003 a 2010, numa tentativa de fazer um balanço da política; e a segunda sugere um olhar para o futuro, a partir de um conjunto de propostas voltadas para o período pós 2010, com perspectiva até 2015.

Esse documento enfatiza, mais uma vez, o

[...] compromisso com a retomada plena da questão regional como prioridade do Estado Brasileiro, lançando olhar detalhado à redução das desigualdades regionais do país, indo ao encontro do que estabelece a missão institucional que lhe cabe de atuar na promoção do desenvolvimento das regiões brasileiras (BRASIL, 2010, p. 4).

Na primeira parte – FASE I (2003-2010) A experiência apreendida – retoma muito da discussão já apresentada. O quarto capítulo apresenta a herança da primeira fase da PNDR, como se deu a implementação da política, destacando principalmente os três grandes programas que objetivavam a reversão do quadro de desigualdade e

172 Dentro do debate de Políticas Públicas, políticas de governo são aquelas formuladas e implementadas pelo poder Executivo, como medidas e programas que deem conta de responder às demandas da agenda política corrente. Políticas de Estado, por sua vez, são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, podendo incluir, além do Executivo, o Parlamento ou instâncias diversas de discussão, tendo um significado mais perene, incidindo em setores mais amplos da sociedade (OLIVEIRA, 2011).

de exclusão das regiões brasileiras e de suas populações: o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais, o Conviver e o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Além disso, merece destaque a gestão dos planos regionais que foram desenvolvidos, especialmente para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste (BRASIL, 2010).

No mesmo capítulo, têm destaque as políticas que foram promovidas por outras esferas do governo, como os Territórios da Cidadania, a regionalização da estratégia do turismo, a regionalização da estratégia das políticas com viés social e uma agenda de infraestrutura (BRASIL, 2010).

Dentro da PNDR, ganharam destaque o modelo de governança e o papel das novas institucionalidades, apostando que:

[...] um novo modelo para o desenvolvimento (regional) do país, com novas premissas e requisitos de empoderamento, controle social, participação de atores no território, mister se faz considerar, simultaneamente, o protagonismo das novas institucionalidades que atuam regionalmente, bem como da inclusão territorial ao esforço nacional de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 59).

Nesse sentido, foi instituído um GTI em 2008 e daí seguiu-se a criação do Comitê de Articulação Federativa (CAF), congregando representantes de ministérios e entidades municipalistas, como a Associação Brasileira de Municípios, a Confederação Nacional dos Municípios e a Frente Nacional dos Prefeitos. O CAF atua como principal instância de negociação entre União e municípios (BRASIL, 2010). Esse não é o único exemplo. Foram criados Fóruns, Redes, Conselhos Administrativos, Comitês. Ou seja, foi criada uma série de arranjos institucionais, com propostas de tratar do desenvolvimento regional, que poderia se constituir em importantes instrumentos com vistas ao aperfeiçoamento das políticas.

Como falamos, a segunda parte do documento – Fase II (2011-2015) Proposta para Discussão – foi elaborada com a pretensão de projetar a PNDR da condição de política de governo para política de Estado.

A PNDR assumia três grandes premissas. A primeira é de *Dimensão de Política Nacional*, articulando os três níveis de governo, o setor empresarial e sociedade civil. O segundo é o *Perfil de Política de Estado*, que devia se consolidar articulando ministérios cuja atuação se organiza, integral ou parcialmente, em bases territoriais (Planejamento, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Cidades); ministérios da área de

infraestrutura pública (Transportes, Minas e Energia, Comunicações); ministérios responsáveis pelas políticas de desenvolvimento setorial ou regulação econômica (Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Turismo, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ciência e Tecnologia; Fazenda); e ainda ministérios diretamente responsáveis pelas políticas com forte impacto social (Desenvolvimento Social; Educação; Cultura). E, por fim, está a *Abordagem das Desigualdades Regionais em Múltiplas Escalas*, que propõe a superação da análise da questão regional focada exclusivamente no Nordeste e Norte, mas reconhecendo a existência de dinâmicas sub-regionais diversas em todas as macrorregiões do Brasil (BRASIL, 2010).

O documento destaca que uma das propostas mais concretas da Fase II da PNDR é o Mapa da Elegibilidade da Política, proposto para o período 2011–2015, que aponta para a universalização do apoio ao desenvolvimento regional, o que dá maior concretude à Política Regional. Este mapa prevê três objetivos: 1. Prioridade para os territórios de convergência, reunindo os grupos G2, G3 e G4¹⁷³ (territórios em processo de incorporação à dinâmica nacional; territórios com padrão prolongado de estagnação; e territórios com fragilidade econômica), prevendo-se mais de 60% dos recursos disponíveis à nova fase da PNDR para a realização desse objetivo. 2. Foco em territórios com padrão de competitividade consolidado, destinando até 30% (ao menos 20%) dos recursos totais. E 3. Apoio aos territórios de transição da estratégia da Fase I para a Fase II, isto é, as sub-regiões e os recortes territoriais priorizados pela PNDR na gênese, com até 10% dos recursos e com contrapartida a ser estabelecida a partir da tipologia apropriada a cada território elegível (BRASIL, 2010).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) ainda era uma proposição, com vistas a suprir o financiamento de infraestrutura econômica e social. Deve-se destacar que ele abrangeria tanto os tradicionais mecanismos regionais de financiamento ao setor produtivo das macrorregiões menos desenvolvidas, como também o direcionamento de recursos públicos para a promoção das chamadas externalidades positivas nas áreas de menor desenvolvimento, ambos sob comando das Superintendências de Desenvolvimento Regional e do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2010).

A proposta seguia no sentido de propor um Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional, na forma de uma superestrutura institucional que

173 Refere-se aos grupos sub-regionais prioritários apresentados no Mapa 6.

viabilizasse a PNDR enquanto política de Estado, articulando instituições cujas políticas tivessem impacto direto e indireto no desenvolvimento regional, e também na promoção do diálogo entre as instâncias federal, estadual e municipal para uma ação compartilhada (BRASIL, 2010).

O Sistema deveria ser estruturado a partir de quatro instâncias de deliberação e gestão – duas no âmbito federal, uma no estadual e uma quarta no supramunicipal: 1. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, em nível estratégico; 2. A Câmara Interministerial de Gestão Integrada de Políticas Regionais, em nível tático; 3. Os Comitês Estaduais de Gestão de Políticas no Território; 4. Na forma de associações de municípios, consórcios públicos, fóruns mesorregionais, comitês de bacias e demais organizações que atuem territorialmente, com distintos focos e interesses, mas que extrapolam o âmbito municipal (BRASIL, 2010). No Esquema 1 pode-se observar os principais componentes do Sistema.

Esquema 1 – Desenho Esquemático do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional



Fonte: Brasil (2010)

Esse Sistema Nacional de Governança para o Desenvolvimento Regional, cujo embrião já aparecia na proposta de Tânia Bacelar (1999b), seria um instrumento de aproximação do governo com os segmentos da chamada “sociedade civil organizada”. Ainda mais que, naquele primeiro momento, o papel das instituições ganhava destaque nesse projeto de novo “modelo de governança”. A grande aposta da PNDR II passou a ser o Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional com instituições de diversos níveis.

Sobre os Encaminhamentos e as Sugestões do documento, a primeira proposta era a realização de uma Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), abrangendo todo o território nacional. Esta conferência aconteceu em meio a um conjunto de outras conferências sobre as mais diversas temáticas, como proposta de democratização. No entanto, não se tratava de um amplo processo democrático de deliberação, mas apenas consulta sobre esses diversos temas. Para isso, muitas dessas conferências, como a de Desenvolvimento Regional, lançavam um documento de referência indicando os caminhos que as discussões deveriam perseguir.

As Conferências de Desenvolvimento Regional foram pensadas como espaços de reflexão, avaliação e aprofundamento das discussões sobre desenvolvimento regional no país, e tinham por finalidade a promoção de um debate que resultasse em princípios e diretrizes para reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, de acordo com o site do MI.

As conferências, promovidas pelo Ministério da Integração Nacional, foram realizadas entre 2012 e 2013, em diversas instâncias, mobilizando mais de 13 mil pessoas no processo, agregando diferentes segmentos da sociedade (ALVES, ROCHA NETO, 2014). A CNDR propunha etapas estaduais, macrorregionais e uma etapa nacional, culminando no resultado das discussões. Em julho de 2012, saiu um *Documento de Referência*, contendo uma série de pontos do que se pretendia com a PNDR a partir de então.

Vale ressaltar que quase 10 anos depois do seu lançamento para debate em 2003, a política ainda não estava firmada. Cabendo avaliar os limites do que foi proposto, ou seja, avaliar o que os formuladores da política propuseram e não foi cumprido, ao tempo que lançamos a crítica aos limites da caracterização dos problemas e das propostas de solução, esboçadas na política. É importante mencionar que, mesmo depois da Conferência Nacional, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional não foi criado, nem a PNDR se transformou num sistema como proposto.

6.3.2.1 Dificuldades da PNDR para se firmar

No período em que Dilma Rousseff esteve à frente da Presidência da República, a PNDR não esteve em melhor situação do que na gestão de seu antecessor. As dificuldades permaneceram. Em sua gestão, o MI ficou aos cuidados de Fernando Bezerra de Sousa Coelho¹⁷⁴ (na época PSB-PE).

Para o próximo passo da PNDR, a Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional se tornou elemento central, visto que através da sistematização das contribuições da conferência deveriam sair as propostas que deveriam guiar os próximos passos da PNDR. Isso seria encaminhado na forma de projeto de lei ao Congresso Nacional para instituir a nova PNDR ou PNDR Fase II.

Depois da saída de Fernando Bezerra, a pasta ficou sob o encargo de Francisco Teixeira¹⁷⁵, com experiência na área de Recursos Hídricos, ele monitorou de perto as obras da transposição do Rio São Francisco, mas sem grandes avanços na transposição, nem na PNDR.

No segundo mandato inconcluso de Dilma, por conta do golpe institucional (que trataremos melhor no próximo capítulo), o Ministro da Integração Nacional foi Gilberto Occhi¹⁷⁶, que ocupou o MI por indicação do PP, ficando no cargo até 13 de abril de 2016, quando esse partido rompeu com a base do governo. Em seguida, José Rodrigues Pinheiro Dória, foi nomeado para comandar interinamente o MI, mas pediu demissão antes que seu nome saísse no Diário Oficial da União¹⁷⁷; outra versão dos fatos diz que Dilma tornou sem efeito o decreto que o havia nomeado, pela manhã

174 Fernando Bezerra Coelho (1957-), pernambucano de Petrolina, é administrador de empresas e político brasileiro. Foi deputado estadual em Pernambuco (1983-1987), deputado federal por Pernambuco (1987-1992), prefeito de Petrolina (PE) (1993-1997; 2001-2009), Ministro da Integração Nacional do Brasil (2011-2013) e Senador pelo estado de Pernambuco (2015-).

175 Francisco Teixeira (1960-), cearense de Palmácia, é engenheiro e político brasileiro. Foi Secretário de Infraestrutura Hídrica (2012-2013) e Ministro da Integração Nacional (2015-2016).

176 Gilberto Magalhães Occhi (1958-), mineiro de Ubá, é advogado e político brasileiro. Foi Ministro das Cidades (2014-2015) e Ministro da Integração Nacional (2015-2016).

177 MATOSO, Felipe; BRASIL, Gioconda. Interino da Integração Nacional pede demissão, diz assessoria. **G1**. 14 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/interino-da-integracao-nacional-pede-demissao-diz-assessoria.html> Acesso em: 11 fev. 2017.

desse mesmo dia¹⁷⁸. Por fim, Josélio de Andrade Moura¹⁷⁹ ocupou o ministério, até Dilma ser afastada da Presidência da República.

Dentro dos limites do que foi proposto, pode-se dizer que as dificuldades políticas do segundo mandato de Dilma podem nos ajudar, em certa medida, a entender o não avanço da PNDR, em relação ao que se propunha. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, que seria o principal órgão de gestão da PNDR, não foi criado. A PNDR II, concebida a partir das propostas da Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional, foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo Senador Fernando Bezerra Coelho (Ex-ministro da Integração) em 2015, na forma de Projeto de Lei do Senado nº 375/2015, mas desde esse ano não avançou.

Wilson Cano (2017) destacou a impossibilidade de se firmar a PNDR diante da política macroeconômica que tem sido adotada no Brasil desde o Plano Real, com destaque para o tripé macroeconômico, de 1999 em diante. Essa política macroeconômica é uma “camisa de força” para qualquer política econômica, no dizer desse autor. Nesse sentido, o insucesso das políticas regionais de desenvolvimento tem relação direta com a falta de interesse na transformação nas regiões periféricas no século XXI. Mesmo que essas políticas figurem na agenda pública, aparecem mais como retórica do que como proposta decisória.

Observando os limites do que foi proposto, fica claro que mesmo que se tivesse obtido sucesso na criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, muito provavelmente seria apenas mais um conselho, sem poder político deliberativo ou financeiro para avançar no enfrentamento das disparidades regionais.

6.3.3 As Obras pelo Nordeste – O quanto saiu do papel?

Precisamos fazer uma avaliação mais detida da PNDR, especialmente do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, levando em conta as obras de ampliação e modernização da infraestrutura e logística do Nordeste que aparecem no Mapa 8. Devemos sublinhar que essas obras foram inseridas no âmbito do PAC,

-
- 178 RIBEIRO, Luci. Dilma anula nomeação de ministro do PP e Josélio Moura é novo titular da Integração. *Estado*. 15 abr. 2016 Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-anula-nomeacao-de-ministro-do-pp-e-joselio-moura-e-novo-titular-da-integracao,10000026110> Acesso em: 11 fev. 2017.
- 179 Josélio de Andrade Moura (1949-) baiano de Jequié, é médico veterinário e político brasileiro. Foi Ministro da Integração Nacional (2016).

lançado em 2007, que previa uma série de medidas com vista à expansão do crescimento econômico através de investimentos em infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento; criação de um ambiente favorável aos investimentos (marco regulatório, defesa da concorrência); promoção da desoneração e administração tributária e medidas fiscais de longo prazo.

Sobre o PAC, destacam-se o BNDES e a Caixa Econômica Federal (CEF) como instituições centrais de operacionalização do programa. O PAC I (2007-2010) tinha três eixos principais de investimentos: o sócio-urbano (R\$ 170,8 bilhões), logístico (R\$ 58,3 bilhões), e energia (R\$ 274,8 bilhões). Em termos regionais foram destinados 25,90% dos recursos para a Região Sudeste; 15,96% para o Nordeste; 10,10%, Norte; 7,44%, Sul; 4,78%, Centro-Oeste e 35,82% para investimentos de caráter nacional – que significa que estava localizado em duas ou mais regiões (ARRUDA, 2010).

Não podemos deixar de evidenciar que essas obras atendiam duplamente aos interesses das frações da burguesia interna que ganharam relevo no âmbito do neodesenvolvimentismo – construção civil e agroexportadores de *commodities*. A seguir, podemos verificar como estavam esses projetos nas áreas de transporte, energia e infraestrutura hídrica até 2016, ano que marcou abruptamente o fim dos governos petistas.

Em relação à duplicação da Rodovia Translitorânea BR 101 – que integra o litoral nordestino desde o Rio Grande do Norte até o leste da Bahia (indo muito além, até o sul do país), para atender o escoamento da produção da agroindústria canavieira, indústrias e serviço, e em especial o turismo –, encontrava-se concluída no Rio Grande do Norte e na Paraíba até 2016. Em Pernambuco, o corredor Recife-Maceió foi entregue somente em março de 2018, completando a duplicação de Natal a Maceió¹⁸⁰.

Mas esse é apenas um cenário parcial, porque em Alagoas, por exemplo, as obras estiveram paradas por anos desde 2013, devido ao processo de licitação ter sido judicializado por uma empresa que não foi declarada vencedora no certame, e assim o contrato não pôde ser assinado¹⁸¹. Até 2019 a obra só avançou parcialmente, em

180 MT. Duplicação do corredor Maceió-Recife da BR-101 Nordeste é entregue pelo MT. **Ministério da Infraestrutura**. 26 mar. 2018. Disponível em: <http://transportes.gov.br/ultimas-noticias/6915-duplica%C3%A7%C3%A3o-do-corredor-macei%C3%B3-recife-da-br-101-nordeste-%C3%A9-entregue-pelo-mt.html> Acesso em 21 abr. 2020.

181 PORTAL BRASIL. Obras de duplicação da BR 101, em Alagoas, serão retomadas. **Portal Brasil**, 24 nov. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/11/obras-de-duplicacao-da-br-101-em-alagoas-serao-retomadas> Acesso em: 29 dez. 2016.

Alagoas¹⁸², Sergipe e Bahia. É possível acompanhar uma série de informações sobre o andamento das obras do empreendimento no seu *site* oficial¹⁸³.

Sobre a Ampliação da Ferrovia Norte-Sul – incluindo a ferrovia já existem trechos de Barcarena (PA) a Açailândia (MA) e de Ouro Verde (GO) a Panorama (SP) –, esta encontra-se com eixos operacionais. Em 2014 foi inaugurado o primeiro trecho em Goiânia, mas só em 2015 houve a primeira viagem comercial oficial, na qual o trem (composto de três locomotivas, carregando 80 vagões de farelo de soja) saiu de Anápolis (GO) em direção ao Porto de Itaqui, em São Luís (MA). As obras não estão imunes a denúncias de irregularidades. O Ministério Público Federal em Goiás ofereceu denúncia contra oito pessoas suspeitas de superfaturar a Ferrovia Norte-Sul no estado, por exemplo¹⁸⁴.

Outra grande promessa era a construção da Ferrovia Transnordestina, que previa a construção de mais de dois mil quilômetros de estrada de ferro em bitola larga, Nordeste a fora. No entanto, muitos anos após o início das obras o pouco que foi construído está abandonado, de acordo com uma equipe do *Jornal do Comercio* que percorreu mais de 2 mil quilômetros por onde deveria passar a ferrovia¹⁸⁵. Além disso, a obra desrespeita povos tradicionais. No Piauí, a Justiça Federal determinou a suspensão das obras da Ferrovia Transnordestina no trecho entre as cidades de Trindade (PE) e Eliseu Martins (PI) por violação aos direitos da comunidade Quilombola de Contente, localizada no município de Paulistana (PI)¹⁸⁶. A Transnordestina, em 2019, tinha planos de ser retomada, mas até o início de 2021 não tinha saído do campo da proposição¹⁸⁷.

182 DNIT. Duplicação da BR -101, em Alagoas, é destaque nas entregas do DNIT neste ano. **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes**. 30 dez. 2019. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/noticias/duplicacao-da-br-101-em-alagoas-e-destaque-nas-entregas-do-dnit-neste-ano> Acesso em 21 abr. 2020.

183 Disponível em: <https://www.br101nordeste.com/> Acesso em 21 abr. 2020.

184 RESENDE, Paula. Após adiamento, trem parte de Goiás ao Maranhão pela Ferrovia Norte-Sul. **G1**. 10 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/12/apos-adiamento-trem-parte-de-goias-ao-maranhao-pela-ferrovia-norte-sul.html> Acesso em: 7 fev. 2017.

185 BELFORT, Angela Fernanda. Ferrovia Transnordestina está inacabada após 10 anos de obras. **Jornal do Comercio**. 3 jul. 2016. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/07/03/ferrovia-transnordestina-esta-inacabada-apos-10-anos-de-obras-240495.php> Acesso em 29 dez. 2016.

186 REDAÇÃO G1. Justiça manda suspender parte das obras da Transnordestina no PI e PE. **G1**, 2 dez. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/12/justica-mandar-suspender-parte-das-obras-da-transnordestina-no-pi-e-pe.html> Acesso em 10 dez 2016.

187 AMORA, Dimmi. Valec diz que terá opção para solucionar imbrólio da Transnordestina em três meses. **Agência Infra**. 30 jan. 2021. Disponível em: <https://www.agenciainfra.com/blog/valec-diz-que-tera-opcoes-para-solucionar-imbroglio-da-transnordestina-em-tres-meses/> Acesso em 18 fev. 2021.

Em relação à modernização e ampliação dos portos, considerando o Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco, como exemplo, o que se observou, entre outros problemas, foram graves danos ambientais, entre 2009 e 2013. O site da Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco apontou 24 autos de infração aplicados ao Complexo de Suape, entre advertências por escrito, suspensão parcial ou total de atividade e multa¹⁸⁸. Além disso, devemos considerar que toda a movimentação em torno de Suape estava intimamente relacionada com o *boom* econômico. Uma vez instalada a crise, no país e no Nordeste, o porto sofreu gravemente um processo de descontinuidade e rupturas, particularmente após 2016. Diante do fim de ciclo, o resultado para grande contingente de trabalhadores e grupos subalternos do local ou que migraram para lá foi de “terra arrasada”¹⁸⁹.

A rede de gasodutos do Nordeste encontrava-se em fase de negociações para ser vendida pela Petrobras, ainda em estágio embrionário até 2016¹⁹⁰, chegou de fato a ser vendida para a empresa Engie, no ano de 2019, por US\$ 8,6 bilhões, com empréstimos do BNDES¹⁹¹. Mas não avançou, além disso.

A Transposição do Rio São Francisco, mesmo depois de anos de obras e milhões de reais investidos, ainda não está em pleno funcionamento. Nem foi realizada segundo a proposta de que a bacia do Rio seria revitalizada. Foi concluído o Eixo Leste, que beneficia os estados de Pernambuco e Paraíba, entregue em abril de 2017. Mas há muito o que discutir sobre este tema no capítulo subsequente, por conta do fato político gerado em torno das inaugurações diversas desta obra.

O que se pode observar destes empreendimentos é que não foram concluídos no marco temporal dos governos petistas. Muitos se perderam pelo meio do caminho, foram paralisados ou foram parcialmente concluídos.

188 COUTINHO, Katherine. MPPE diz que supressão de mangue em Suape afetou fauna marinha. **G1**. 17 nov. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/10/mppe-diz-que-supressao-de-mangue-em-suape-afeetou-fauna-marinha.html> Acesso em: 29 dez. 2016.

189 A tese de doutoramento de Eduardo Martins de Brito, pesquisador do Práxis (UFCEG), deu conta de fazer uma investigação das metamorfoses sociais no município de Cabo de Santo Agostinho, diante dos desenganos de Suape, lançando grande contribuição à análise do neodesenvolvimentismo e as transformações no contexto de Suape. Cf. Brito (2019).

190 GAIER, Rodrigo Viga. Venda de unidade de gasodutos da Petrobras no Nordeste ficará para 2017, dizem fontes. **UOL Notícias**. 09 set. 2016. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2016/09/09/venda-de-unidade-de-gasodutos-da-petrobras-no-nordeste-ficara-para-2017-dizem-fontes.htm> Acesso em 29 dez. 2016.

191 ROSA, Bruno; ORDÓÑEZ, Ramona. Petrobras vende rede de gasodutos para Engie por US\$ 8,6 bilhões. **O Globo**. 05 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-vende-rede-de-gasodutos-para-engie-por-us-86-bilhoes-23576876> Acesso em 21 abr. 2020.

6.3.4 Neodesenvolvimentismo no Nordeste em números

A seguir trazemos alguns números sobre o Nordeste neste período mais recente, a fim de constatar a situação desta região, em diversas dimensões, perante o restante do país. O maior detalhamento nos dados e diversidade nas informações para esse período justifica-se, em parte, pela maior disponibilidade, mas também porque buscamos montar um panorama da questão nordestina neste início de século XXI. Além disso, para podermos perceber o que significou o neodesenvolvimentismo petista para essa região.

Iniciamos nossa avaliação com a relação dos PIBs regionais, na tabela 7, na qual podemos perceber que a participação do Nordeste no PIB brasileiro aumentou sua importância, mesmo que lentamente, chegando a 14,3%, em 2016.

Tabela 7 – Participação percentual das Grandes Regiões no PIB brasileiro (2002-2016)

Grandes Regiões	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte	4,7	4,7	5,0	4,9	5,0	5,0	5,0	5,0
Nordeste	13,1	12,8	12,9	13,0	13,2	13,0	13,1	13,6
Sudeste	57,4	56,5	56,5	57,5	57,7	57,4	57,0	56,3
Sul	16,2	17,1	16,8	15,9	15,6	16,1	16,0	15,9
Centro-Oeste	8,6	8,9	8,9	8,6	8,4	8,6	8,9	9,3
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	-
Norte	5,3	5,5	5,4	5,5	5,3	5,3	5,4	-
Nordeste	13,5	13,3	13,6	13,6	13,9	14,2	14,3	-
Sudeste	56,1	56,1	55,9	55,3	54,9	54,0	53,2	-
Sul	16,0	15,9	15,9	16,5	16,4	16,8	17,0	-
Centro-Oeste	9,1	9,1	9,2	9,1	9,4	9,7	10,1	-
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	-

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Elaboração: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

É importante frisar que somente em 2014, com um nível de 13,9%, atingiu um montante que superou o que tinha em 1985, que era 13,7%, se lembrarmos os dados

da tabela 3, no quarto capítulo. Observando atentamente os números do Nordeste ao longo desses anos, nesta tabela, vemos o salto de 13,1%, em 2008, para 13,6% em 2009. Nesse ano, no início da crise capitalista internacional, o PIB brasileiro registrou uma queda de 0,2%, o que pode ter influenciado no aumento da participação relativa do PIB nordestino no brasileiro, significando uma boa resposta da região naquele momento inicial da crise de 2008.

Devemos considerar, ainda, que esse movimento de elevação da participação do Nordeste no PIB nacional é resultado da ampliação dos gastos públicos, expansão do crédito, medidas tributárias expansionistas de recorte anticíclico, que auxiliaram na recuperação parcial e temporária da economia nordestina durante o agravamento da crise, nesses primeiros anos (FARIAS; ARAÚJO, 2013). Diante disso, percebemos que a boa resposta do Nordeste esteve relacionada com a política mais geral que produziu bons resultados na região, devido às suas particularidades, e não exatamente por conta de uma estratégia de desenvolvimento específico para a região ou mesmo pela PNDR.

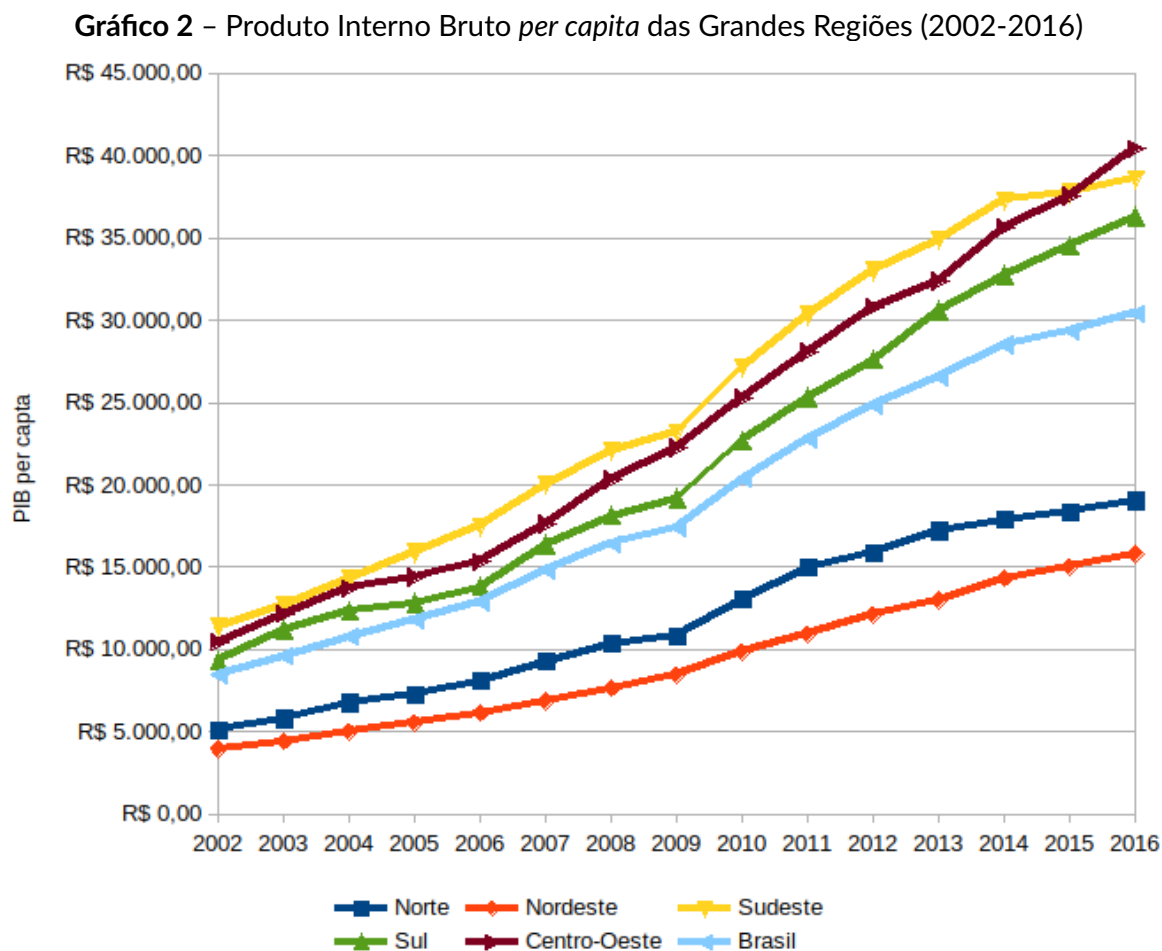
Na tabela 8, adiante, observamos o PIB *per capita* das regiões entre 2002 e 2017. Podemos perceber, através dos dados dessa tabela, que a região Nordeste passou por uma elevação de sua participação percentual, uma melhoria. Mas, ainda assim, continuou em última posição, se comparada com as demais regiões. Somente em 2016 atingiu um nível de PIB *per capita* de R\$ 15.779, passando, em pouco, da metade do PIB *per capita* do Brasil, que foi de R\$ 30.411. Para termos uma dimensão ilustrativa, no ano de 2013 o Nordeste chegou ao PIB *per capita* de R\$ 12.986, valor próximo ao que tinha o Sudeste 10 anos antes, em 2003, com R\$ 12.713.

Tabela 8 – Produto Interno Bruto *per capita* das Grandes Regiões (2002-2016)

Grandes Regiões	Valores Correntes (R\$)							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte	5.093	5.805	6.752	7.247	8.080	9.275	10.347	10.821
Nordeste	3.957	4.426	4.992	5.544	6.161	6.877	7.650	8.432
Sudeste	11.362	12.713	14.291	15.907	17.476	20.037	22.092	23.177
Sul	9.304	11.159	12.324	12.804	13.781	16.344	18.088	19.125
Centro-Oeste	10.444	12.184	13.699	14.406	15.329	17.615	20.308	22.266
Brasil	8.440	9.598	10.782	11.785	12.901	14.785	16.401	17.407
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Norte	13.040	14.975	15.878	17.219	17.879	18.359	19.043	20.509
Nordeste	9.849	10.905	12.115	12.986	14.329	15.002	15.779	16.649
Sudeste	27.142	30.324	33.017	34.911	37.299	37.771	38.585	40.032
Sul	22.647	25.261	27.586	30.570	32.687	34.486	36.242	37.838
Centro-Oeste	25.253	28.092	30.819	32.390	35.653	37.543	40.412	41.557
Brasil	20.372	22.749	24.825	26.521	28.500	29.326	30.411	31.702

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo, Superintendência da Zona Franca de Manaus e Coordenação de População e Indicadores Sociais. [Elaboração Própria]

O gráfico 2, que ilustra os dados desta tabela, mostra com clareza a distância entre os números do Nordeste e das demais regiões, mantendo alguma proximidade unicamente em relação à região Norte. Foi só no ano de 2014 que o Nordeste chegou à marca de metade da média do PIB *per capita* nacional, demonstrando o quão distante está essa região em termos de “crescimento econômico”, tanto em relação à média brasileira, mas, principalmente, em relação ao Centro-Sul. Inclusive, pode-se perceber no gráfico que algumas regiões têm aumentado sua distância em relação à média nacional, com destaque para o Centro-Oeste, nos últimos anos, que assume a dianteira, superando o Sudeste.



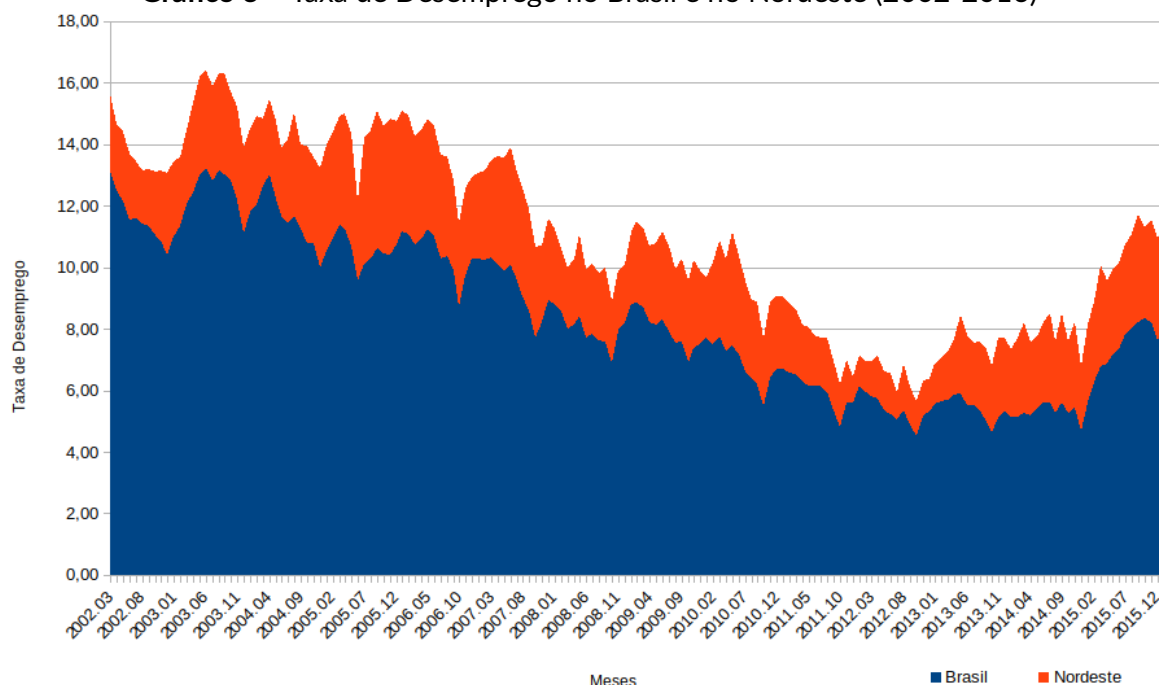
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo, Superintendência da Zona Franca de Manaus e Coordenação de População e Indicadores Sociais.
[Elaboração Própria]

Sobre o nível de desemprego do Brasil e do Nordeste, como podemos acompanhar no Gráfico 3, a redução do desemprego no Nordeste foi menos expressiva do que a média nacional. Observando o movimento (mês a mês) vê-se que o desemprego vinha caindo até 2012, mas voltou a subir expressivamente, e, em nenhum momento, o desemprego no Nordeste esteve abaixo do brasileiro.

Estamos usando os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, que considera a taxa de ocupação na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), entre março de 2002 e março de 2016. Consideramos o Nordeste, então, como o valor médio entre Recife e Salvador. Visto que está sendo considerados o desemprego nas regiões metropolitanas, o que não representa toda a dinâmica da região, que tem níveis de atividade econômica muito

inferior ao desses grandes centros urbanos como Recife e Salvador. Diante disso, entende-se que a situação era ainda menos promissora do que aparece no gráfico.

Gráfico 3 – Taxa de Desemprego no Brasil e no Nordeste (2002-2016)

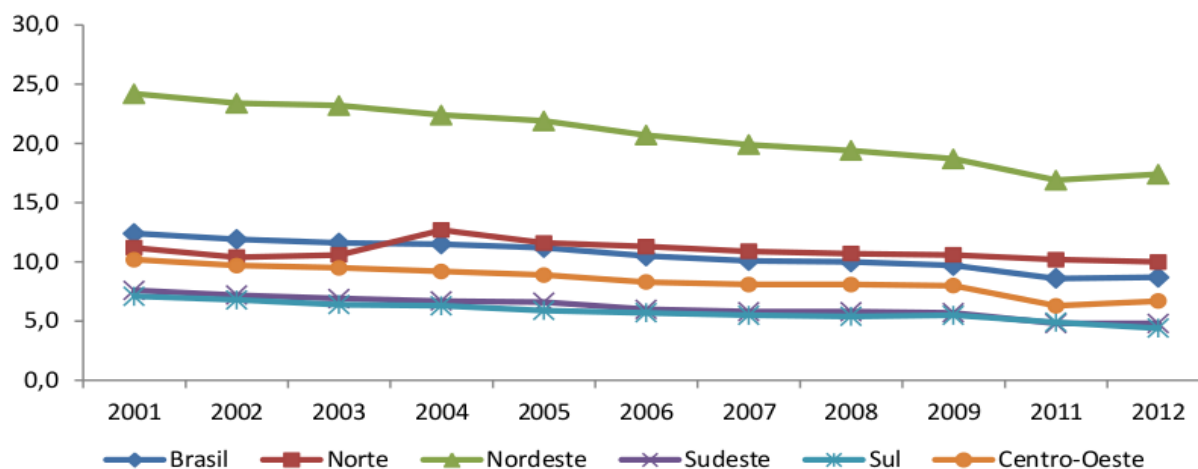


Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (mar. 2002-fev. 2016)

Taxa de Desemprego (período de referência de 30 dias), das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Regiões Metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Considerando o Nordeste a média das RMs de Recife e Salvador, e Brasil a média global. [elaboração própria]

Outro dado alarmante sobre o Nordeste brasileiro é a taxa de analfabetismo, como está apresentada no Gráfico 4, retirado do *Relatório Educação Para Todos no Brasil (2000-2015)*. Observamos que o índice de analfabetismo no Nordeste é muito superior ao que se pode encontrar nas outras regiões e no Brasil em média. Salta aos olhos a distância do Nordeste, ainda que venha em processo de queda, existe enorme abismo a ser superado. Esse dado é um prato cheio para os teóricos do, chamado, “capital humano” apontarem como responsável pelo atraso nordestino o aspecto educacional, reforçando argumentos como a baixa produtividade. Quando, quase sempre desconsideram a totalidade por trás desse atraso e, principalmente, o aspecto da disputa entre as classes sociais, que se expressa e produz, também, esse baixo nível educacional.

Gráfico 4 – Taxa de analfabetismo da população de 15 ou mais anos de idade para Brasil e Regiões (2001-2012)



Fonte: Microdados do PNAD (IBGE)

Elaboração: Brasil (2014)

Esses dados demonstram que a região Nordeste segue exemplificando, perfeitamente, a dependência dentro da dependência no âmbito da formação econômico-social brasileira. Ainda que a questão nordestina não tenha o tom dramático do passado, essa problemática permanece, a despeito das transformações pelas quais as economias nacional e regional passaram.

Wilson Cano, um importante economista desenvolvimentista, em entrevista a Arruda (2010), propõe uma crítica aos governos petistas, pela ausência de políticas de desenvolvimento econômico, destacando a ausência de um Estado planejador para intervir de maneira efetiva sobre a região Nordeste. Esse economista indica que o PAC, por exemplo, é, apenas, um conjunto de projetos, sem diferença significativa em relação ao *Avança Brasil* de FHC. E que o Brasil, depois que adotou as políticas neoliberais, passou a estar focado na exportação de produtos básicos e sofreu uma regressão na estrutura produtiva na indústria e na estrutura do seu PIB. Sobre a PNDR, especificamente, Cano considerava a proposta interessante, mas não via meios para que desse certo, devido à ausência de investimento e de planejamento. Desse modo, indica que a PNDR não foi capaz de cumprir nem o que se propôs, em grande medida, por conta da política macroeconômica adotada, desde a década de 1990, que impede uma atuação e intervenção planejada.

Nesse sentido, podemos incorporar, em parte, essas críticas formuladas por Wilson Cano, já que as políticas de desenvolvimento regional esbarram no modelo neoliberal periférico. Além disso, propomos, desde uma perspectiva marxista, a crítica

à lógica neoinstitucionalista, sob a qual estava pensada a PNDR, que acabava por privilegiar o papel das instituições nos processos sociais e nas políticas, ao invés de analisar a correlação de forças entre as classes sociais. Por isso não dá conta da complexidade da questão nordestina, ao não levar em consideração os profundos interesses de classe envolvidos e, conseqüentemente, não enfrentá-los. O que explica, em nossa visão, boa parte do insucesso dessas políticas.

A aposta nas instituições, para revolucionar os dilemas do conjunto das classes trabalhadoras e subalternas do Nordeste, impede de perceber (propositadamente ou não) que a reprodução das condições de pobreza está relacionada com a manutenção do poder das classes localmente dominantes e que o atraso nordestino faz parte do processo de desenvolvimento desigual do próprio capitalismo periférico, em relação à divisão nacional do trabalho e a divisão internacional do trabalho à qual o Brasil está submetido.

Além disso, percebemos que a PNDR, pensada como grande proposta política dentro dos governos petistas para dar conta da questão regional, teve grandes dificuldades para se firmar e dar respostas efetivas à problemática regional porque ficou relegada a uma posição marginal dentro do próprio governo. Ou seja, além da amarra colocada pelo modelo neoliberal periférico e abordagem neoinstitucionalista, houve dificuldades envolvendo o Ministério da Integração Nacional, inclusive com casos de corrupção. Além de que, a pasta do MI ficou sob a guarda de políticos nordestinos – Ciro Gomes, do Ceará; Geddel Vieira Lima, da Bahia; Fernando Bezerra Coelho, de Pernambuco – representantes de interesses oligárquicos, que muito pouco fizeram para transformar, de maneira estrutural, a realidade nordestina.

Mas não percebemos essa posição marginal da pauta regional no governo apenas no âmbito do Ministério da Integração Nacional, a atuação do BNDES também foi ilustrativa nesse sentido. Como apresentam Gislaine Quaglio e Cláudio Paiva (2017), a atuação deste banco de investimento, em termos regionais, neste início de século XXI, corresponde à mesma dinâmica que marcou o período pós 1980, de desintegração regional, através de uma distribuição do apoio financeiro com clara fragmentação e reconcentração regional das operações.

Podemos dizer que essas políticas tinham limites colocados pela própria lógica de acumulação capitalista e por isso não pôde cumprir o que se propôs (que dirá

resolver a questão nordestina), particularmente por conta da política macroeconômica herdada/adotada, incompatível com qualquer atuação intervenção planejada, a própria lógica em que foi pensada e implementada a política e, por fim, devido ao fato de o MI ter sido rifado no âmbito do “presidencialismo de coalizão” e os acordos feitos pelo Partido dos Trabalhadores.

Ainda cabe mencionar que a lógica de privilégio à integração produtiva com os países vizinhos, inaugurada na década de 1990, foi mantida e aprofundada, em contraposição à lenta iniciativa de integração produtiva experimentada entre as regiões do país durante a década de 1970. O Mapa da IIRSA (mapa 5) é emblemático porque demonstra os eixos de integração entre os países da América do Sul, ligando diversas partes do Brasil com os países vizinhos. Mas o Nordeste ficou apartado e isolado desse processo, não contemplado nos planos de integração entre o Brasil e a América do Sul.

Por outro lado, propomos que a superação dos problemas deve transpor o sistema de exploração, combatendo, simultaneamente, a concentração fundiária. Tendo por objetivo uma sociedade que não prime pela lucratividade dos capitais – sejam os regionais ou aqueles que migram para a região em busca de condições de exploração mais favoráveis –, mas sim a emancipação das classes subalternas.

6.4 O PT, o Neodesenvolvimentismo e o Nordeste

Diante do panorama do neodesenvolvimentismo petista eivado de contradições e baseado no mito da conciliação de classes, uma coisa chama a atenção: o Nordeste e a relação que se estabelece entre tudo isso. Eis o que intencionamos captar neste momento do texto.

Dissemos, algumas seções atrás, que os governos do PT foram marcados pelo esforço de conciliação dos interesses de diferentes classes, principalmente: o grande capital financeiro internacional e nacional, encastelado em sua posição desde que o neoliberalismo tornou-se hegemônico; uma burguesia interna, que passou por uma melhora significativa dentro do bloco no poder, em relação à década de 1990, em que se destacam o agronegócio e as grandes empreiteiras; mas, além destas, devemos destacar as classes trabalhadoras e subalternas que passaram por uma melhora

relativa na qualidade de vida, seja porque foram incorporadas à rede de proteção do Estado (através do acesso a serviços públicos) ou ao mercado capitalista (através da melhora no nível de renda da população mais pobre através do aumento do nível emprego, mesmo que informal e precarizado, em muitos casos, e de programas de transferência de renda).

É a partir das classes subalternas – compostas de trabalhadores desempregados, subempregados ou precarizados que vivem no interior do Nordeste ou na periferia dos grandes centros urbanos deste país – que se entende o vínculo tão profundo que se criou entre o povo nordestino e o Partido dos Trabalhadores. Esse vínculo superou as alianças que o PT fez com as oligarquias locais¹⁹².

Um conjunto de políticas, que não a PNDR, foram importantes e tiveram grande impacto sobre a qualidade de vida das camadas subalternas da população nordestina, como é o caso do Programa Bolsa Família (PBF), o Programa Luz para Todos, e o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), além da política de elevação real do salário-mínimo. Por isso vamos comentá-las, brevemente.

O PBF foi criado no governo Lula I com objetivo de minorar a extrema pobreza, através de um mecanismo de transferência de renda para famílias, habilitadas a receber, em troca do cumprimento de algumas condições nas áreas de educação, saúde e assistência social. No âmbito na educação, era obrigatório às famílias manterem seus filhos na escola, com frequência mínima mensal de 85% para filhos até 15 anos e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos. Sobre a saúde, deveriam ser acompanhados o calendário de vacinação de crianças menores de sete anos, e o pré-natal de mulheres entre 14 a 44 anos, entre outros.

Estudos demonstram o impacto positivo do PBF no crescimento econômico da região Nordeste. Ao agregar essa grande massa de pobres (público alvo do programa), a região se beneficiou através da transferência de renda para essa população, o que elevou a demanda e, conseqüentemente, produziu um maior crescimento econômico (BARROS; ATHIAS, 2013). Além disso, é importante destacar o impacto do PBF na redução da concentração de renda na região Nordeste, o que se pode verificar através da redução do índice de Gini (ZYLBERBERG, 2008).

192 Exemplificam as alianças com o PMDB em diversas partes do Nordeste: os Ferreira Gomes no Ceará, Sarney no Maranhão, Calheiros em Alagoas e Geddel na Bahia.

Ademais, a elevação real do salário-mínimo desde 2003 tem gerado um processo de maior participação econômica dos trabalhadores, aposentados, pensionistas, etc. cuja renda é regulada pelo preço do salário-mínimo. Desse modo, tanto os aumentos do salário-mínimo como as transferências de renda, através do PBF, impactaram positivamente o desempenho econômico da região Nordeste (BARROS; ATHIAS, 2013).

É importante, também, o Programa Luz para Todos, criado em 2003, com a intenção de levar energia elétrica às áreas rurais e/ou às casas onde ainda não tinham. Imaginem, em pleno século XXI, boa parte dos viventes dos rincões deste país ainda utilizarem querosene para alimentar suas lamparinas e dispor de alguma iluminação noturna. A estimativa, em 2003, era que cerca de 10 milhões de brasileiros seriam beneficiados pelo programa de acesso ao serviço de eletrificação pública. Após a política, em 2016, cerca de 15,9 milhões de pessoas foram beneficiadas com o programa, superando a meta inicial das 10 milhões, mas sem, ainda, atingir a universalização do serviço¹⁹³.

Não podemos deixar de mencionar o P1MC, que foi elaborado pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que tinha a intenção de distribuir 1 milhão de cisternas, Sertão adentro, que pudessem captar e armazenar água de chuva através dos telhados das casas. Em 2003, a ação passou a fazer parte da política de segurança alimentar e nutricional do governo federal, sendo uma das ações do Programa Fome Zero, sob o comando do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (CAMPOS; ALVES, 2014).

Desse programa observam-se bons resultados, por exemplo, na redução de 90% do total de tempo despendido na busca de água e a redução da dependência em relação aos carros-pipa. Apesar da boa avaliação da população atendida e dos “gestores” envolvidos com o P1MC, constatam-se os problemas associados à quantidade e qualidade da água disponibilizada, o que resulta na urgência de dotar as cisternas de dispositivos que propiciem a manutenção da qualidade da água. Cabe mencionar a profunda precariedade que marca a população rural do semiárido beneficiada pelo programa que precisaria de múltiplas técnicas para suprir as

193 MERELES, Carla. Luz para Todos: Você conhece esse programa social? **Politize**. 12 jul. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/luz-para-todos-programa-social/> Acesso em 26 abr. 2020.

demandas de água, para além da água de consumo doméstico, sem a qual não é possível a superação da vulnerabilidade socioeconômica (GOMES; HELLER, 2016).

Políticas dessa natureza produziram uma mudança na realidade nordestina, ao atingir aqueles que tinham menos, os despossuídos, os de baixo, as classes e os grupos sociais subalternos. É bastante ilustrativo o desenrolar da seca de 2012-2017, que foi uma das piores já registrada na história, tendo em vista sua duração. Mas, diferentemente das anteriores, o sofrimento do enorme contingente populacional do Sertão nordestino foi significativamente menor. Para entender a mudança que se operou nas condições de vida das classes subalternas da sub-região submetida às estiagens, retomamos aqui a hipótese lançada por Josué de Castro, que trouxemos no segundo capítulo, com a qual concordamos:

Se o sertão do Nordeste não fosse exposto às secas periódicas, ou mesmo sofrendo esse flagelo, se a sua economia se tivesse consolidado de forma a garantir a sua população um poder aquisitivo razoável, estou certo que o sertão do Nordeste não figuraria entre as áreas de fome do continente americano (CASTRO, 1967, p. 57).

Na medida em que concordamos, podemos reformular este argumento em novos termos. Considerando que os períodos de estiagem são mais nocivos aos de baixo, justamente porque desorganizam a economia como esta se consolidou no interior nordestino, as secas tiram dos despossuídos dessa região a possibilidade de aplicar seu único meio de vida, que é sua capacidade de trabalhar, seu predicado de ser “lavrador de terra má [onde] não há espécie de terra que não [se] possa cultivar”¹⁹⁴. Então, se o povo pobre dessa região fosse dotado de algum poder aquisitivo razoável, algo que fizesse suas vidas não dependerem exclusivamente das “roças que nesta chã podem dar”, a realidade seria diferente e o interior nordestino poderia deixar de figurar entre as áreas de fome do continente americano. Não só Josué de Castro, mas Celso Furtado (1998) também insistiu nesse aspecto da falta de renda monetária disponível aos trabalhadores daquela sub-região como grande problema para a convivência na região semiárida submetida às estiagens periódicas.

Essa hipótese lançada por Josué de Castro, mais de 50 anos atrás, encontra ressonância e nos ajuda a explicar o porquê de darem tão certo essas políticas, como aumento real do salário-mínimo – que no interior e cidades pequenas reverbera mais sobre aposentados (urbanos e rurais) e pensionistas do que em trabalhadores formais

194 Do poema “Dirige-se à mulher na janela, que depois descobre tratar-se de quem saberá” do livro *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto (2007, p. 101-106).

-, Bolsa Família, Programa Luz para Todos e as Cisternas de Placa, para citar algumas. Muito mais do que através de grandes obras, que atendem a interesses de poderosas frações de classes, o Partido dos Trabalhadores conquistou respeito e admiração das classes trabalhadoras e subalternas, dessa região, através dessas “pequenas coisas” que na vida dos “pequenos” faz uma diferença gigantesca. Ilustra essa situação a seca de grandes proporções de 2012-2016 que mesmo produzindo efeitos devastadores, não revelou situações de vida e morte severina, como sempre acontecia em secas anteriores.

Dotar as classes subalternas de uma renda monetária com míúdos recursos que mal chegam a pesar no bolso do orçamento do Estado brasileiro operou uma mudança significativa na vida de milhões de nordestinos. O resultado foi a retirada do Brasil do mapa da fome da ONU. Disso decorreu, em última instância, a construção de uma nova base de apoio (eleitoral) aos governos petistas.

Podemos dizer que houve uma modificação no senso comum. Entendendo-se senso comum, de acordo com Gramsci no § 12 do Caderno 11¹⁹⁵, como um elemento decisivo na concepção de mundo, na qual “destacam-se as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular” (GRAMSCI, 2015a, p. 101). De modo que, nesta concepção de mundo, encontram-se “elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista” (GRAMSCI, 2015a, p. 94). O que significa que, em geral, ela é ocasional e desagregada ao invés de crítica e coerente. Ainda destacamos que “não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devir histórico” (GRAMSCI, 2015a, p. 96), podendo coexistir, simultaneamente, muitos sistemas e correntes de filosofia e, conseqüentemente, muitos sentidos comuns.

Essa ideologia difundida entre os homens-massa que se converte numa concepção de mundo – expressando-se, ainda que implicitamente, nas artes, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas – corresponde ao senso comum. A transformação deste requer não só a descoberta do momento da crítica e da consciência individualmente, mas sobretudo “difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; e,

195 O caderno 11, escrito entre 1932 e 1933, encontra-se no Volume 1, e o § 12 entre as páginas 93 e 114 (GRAMSCI, 2015a).

portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 2015a, p. 95-96).

Nesse momento, através das políticas mencionadas, o Partido dos Trabalhadores operou uma mudança nas condições de vida de parcela significativa das classes trabalhadoras e subalternas do Nordeste, processo que gerou, por sua vez, uma transformação no senso comum. Mas a transformação foi significativa o suficiente para cativar corações e mentes, sem chegar a operar uma mudança qualitativa, no sentido de propor uma nova ordem intelectual e moral.

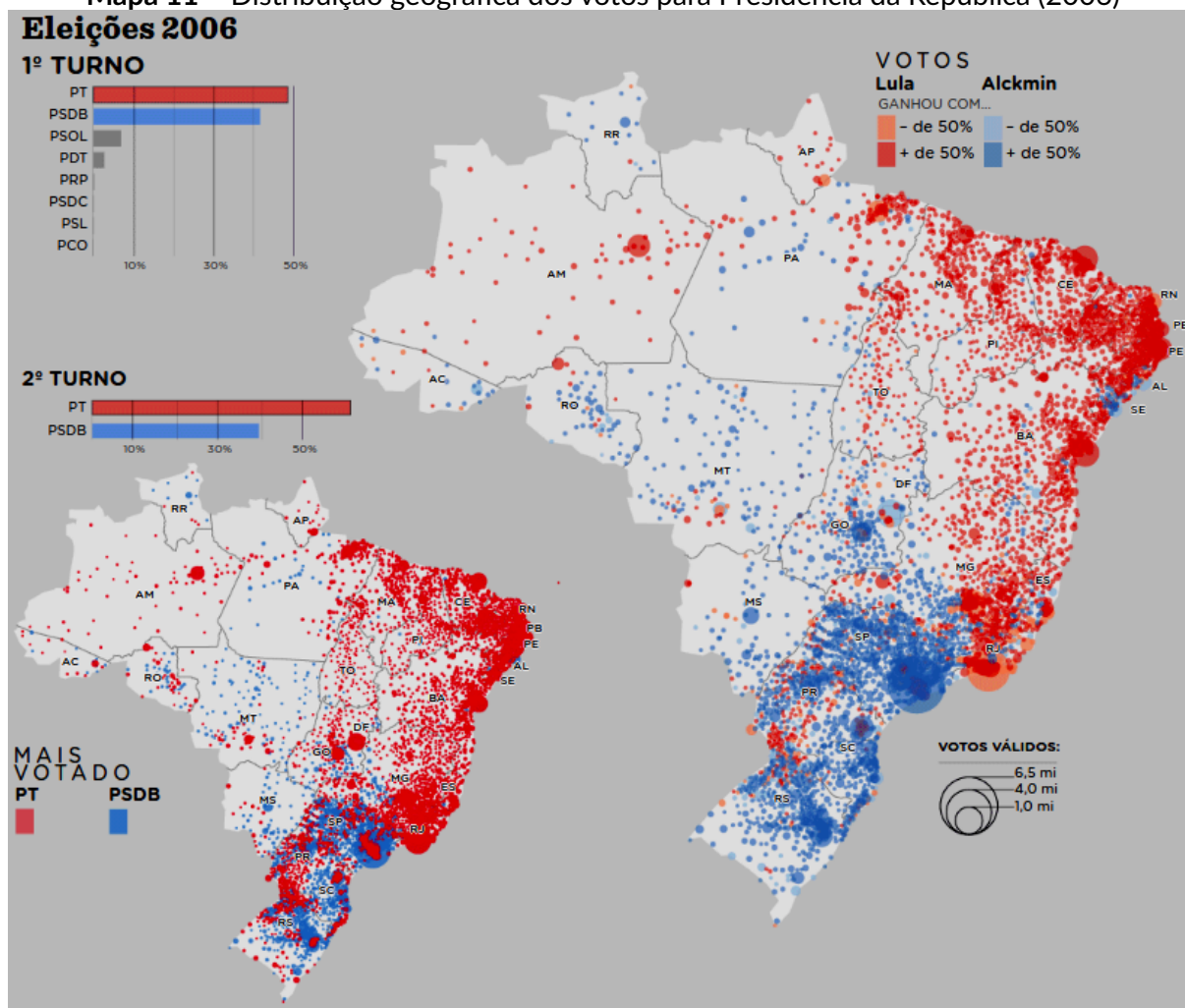
Isto implicou, inclusive, na mudança da base tradicional de apoio deste partido, que antes era composta por segmentos de trabalhadores organizados. Geograficamente – como se pôde ver nos mapas 4.1, 4.2 e 4.3 que tratam da distribuição geográfica dos votos para presidente em 1989, 1994, 1998, respectivamente – a base eleitoral do PT estava mais concentrada em alguns centros urbanos e regiões metropolitanas. Depois do governo Lula I se construiu uma nova base, na qual os segmentos mais empobrecidos aderiram de maneira difusa e sem direção aos governos petistas.

Não se trata de endossar o infame argumento que reaparece a cada eleição de que o PT teria comprado o povo nordestino com algumas poucas centenas de reais do Bolsa Família. Não se trata de uma relação de compra e venda. Na essência, se opera uma relação muito mais complexa que envolve a transformação da vida de milhões de nordestinos através desse pouco. Se vivia numa condição de precariedade tamanha que de pouco se fez muito, e a expectativa de melhoria nas condições de vida ficaram associadas de maneira afetiva e efetiva à gestão do PT, mesmo com todas as críticas que já lançamos à estratégia de conciliação de classes e a intocada hegemonia do grande capital financeiro.

De acordo com Pinho (2011), entre 2002 e 2006, observa-se uma mudança na base eleitoral do PT, com Lula perdendo o voto do seu eleitorado “tradicional”, devido às semelhanças entre seu primeiro governo e o governo FHC, inclusive por conta das denúncias de corrupção. Por outro lado, conquistou votos entre eleitores com um perfil empobrecido, com menor acesso à educação por conta das políticas sociais implementadas pelo seu governo.

O mapa 11 mostra a distribuição geográfica dos votos na eleição presidencial de 2006. Se comparado este mapa com o mapa 4 das eleições de 2002, verificamos a pronta aceitação que teve o PT, no interior nordestino, após o primeiro mandato de governo.

Mapa 11 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (2006)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Centro de Política e Economia do Setor Público-FGV.
Elaboração: Almeida; Zanlorenssi (2018)

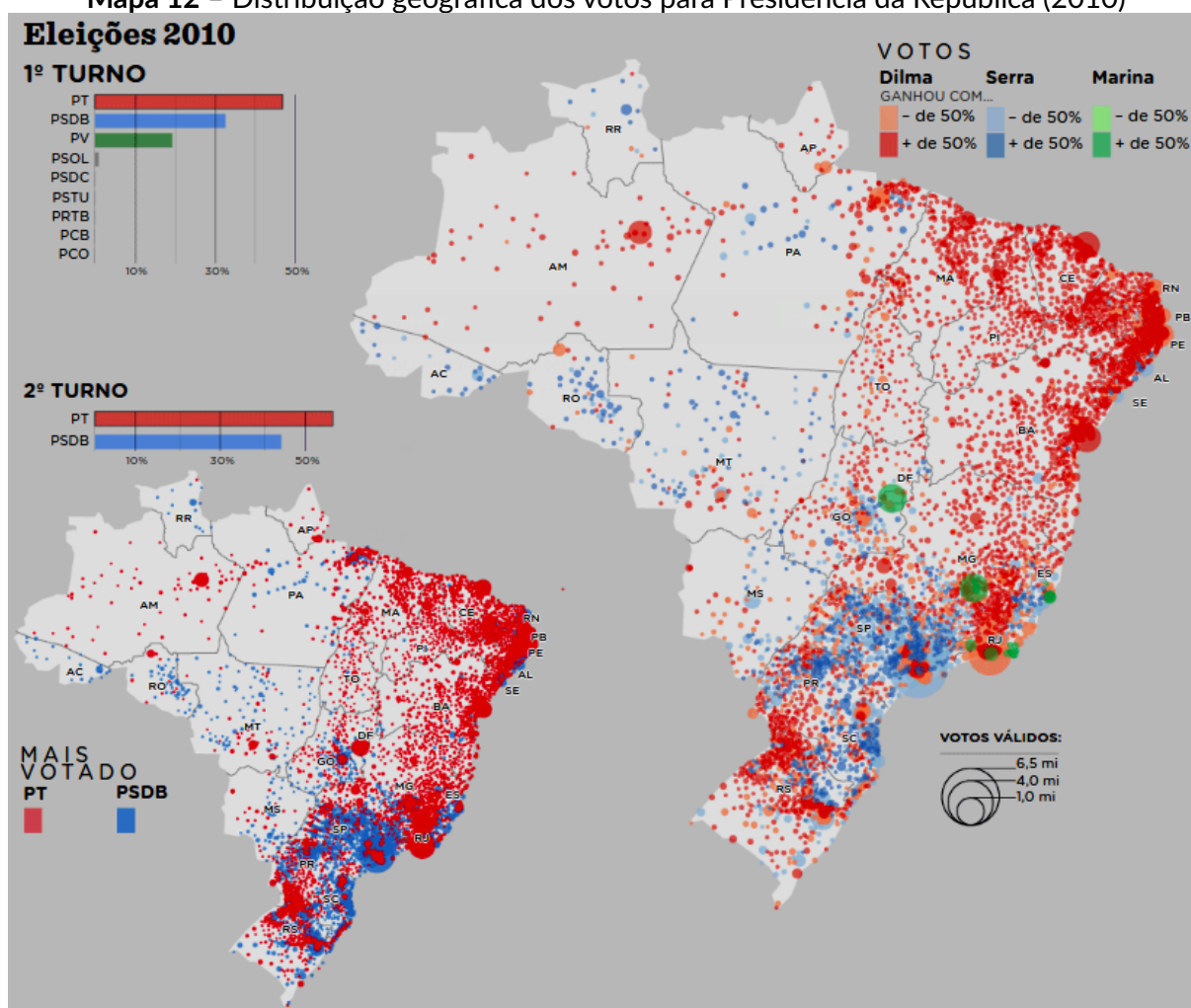
Nesta eleição, Lula da Silva concorreu à reeleição contra Geraldo Alckmin¹⁹⁶ do PSDB e o Nordeste fez a diferença. No primeiro turno, em Alagoas e Sergipe, ainda se veem expressivas manchas azuis do candidato tucano, bem como pontos dispersos em azul em outros estados da região. Mas, no segundo turno, o vermelho tomou conta, dando uma vitória razoavelmente folgada ao PT. Vale notar, também, no segundo

196 Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (1952-), paulista de Pindamonhangaba, é médico e político brasileiro. Foi deputado estadual em São Paulo (1983-1987), deputado federal por São Paulo (1987-1995), vice-governador de São Paulo (1995-2001) e governador de São Paulo (2001-2006; 2011-2018).

turno, o bom desempenho do PT no coração do Sudeste e em diversas outras áreas onde o PSDB tinha ganho no primeiro turno.

A eleição seguinte, de 2010, apresentou um complicador para o PT. Lula precisava transferir votos a uma sucessora, Dilma Rousseff, que não vinha de uma trajetória política similar à sua. Como adversários, Dilma encontrou José Serra, que concorreu com Lula em 2002, e Marina Silva¹⁹⁷ (Partido Verde, na época), que tinha construído sua trajetória política no PT e havia sido também ministra de Lula. O mapa 12 mostra a distribuição geográfica dos votos.

Mapa 12 – Distribuição geográfica dos votos para Presidência da República (2010)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Centro de Política e Economia do Setor Público-FGV.
Elaboração: Almeida; Zanlorensi (2018)

Ter Lula como cabo eleitoral colocou Dilma em franca vantagem diante dos concorrentes e, assim, ficou em primeiro lugar no primeiro turno, com Serra em

197 Maria Osmarina da Silva Vaz de Lima (1958-), acriana de Rio Branco, é historiadora, professora, ambientalista e política brasileira. Foi deputada estadual no Acre (1991-1995), ministra do Meio Ambiente (2003-2008) e senadora pelo estado do Acre (1995-2011).

segundo e Marina em terceiro. Como se observa no mapa 12, o candidato do PSDB teve destaque na base tradicional do partido e Marina Silva conquistou algumas áreas importantes como o Distrito Federal, pontos significativos do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. E o Nordeste, mais uma vez, foi significativo para a vitória dos petistas.

No segundo turno, entre Dilma e Serra, Marina Silva e o PV optaram pela “independência”¹⁹⁸ ou, de acordo com o ditado popular, “ficaram em cima do muro”. Ainda assim, se pode perceber que as áreas, antes, verde tornaram-se vermelhas e o Partido dos Trabalhadores conquistou seu terceiro mandato consecutivo para comandar o Palácio do Planalto.

Essas duas eleições e, ainda, a de 2014 que vamos analisar no próximo capítulo, demonstram a base sólida, mesmo que difusa, construída pelo PT nos segmentos mais empobrecidos da sociedade. No Nordeste isso é marcante porque ilustra geograficamente o peso que adquire o PT nesses segmentos.

Nas eleições de 2010 e 2014 (como também a de 2018), viram-se ondas de xenofobia em relação aos nordestinos por parte dos viventes de outras regiões, principalmente do Centro-Sul. As redes sociais tornaram-se o palco para essa tragédia quando das vitórias do PT, com destaque para a expressiva votação que recebeu no Nordeste, serviu de “justificativa” para os ataques com os mais depreciativos adjetivos.

Mas esse sentimento de ódio não é espontâneo. Ele ganhou vulto nas eleições de 2010 e 2014¹⁹⁹, através das redes sociais, mas vinha sendo construído paulatinamente. A matéria de capa da revista *Veja* de 16 de agosto de 2006 é bastante ilustrativa nesse sentido. A capa traz uma mulher segurando seu título de eleitor e a manchete diz: “Ela pode decidir a eleição”, e no subtítulo explica que esta: “nordestina, 27 anos, educação média, 450 reais por mês, Gilmara Cerqueira retrata o eleitor que será o fiel da balança em outubro”.

A matéria destacada na capa²⁰⁰ segue apresentando as muitas Gilmaras Cerqueiras que povoam o Nordeste. Colocava-se terror no seu leitor, por conta do

198 G1. Marina Silva e PV anunciam posição de 'independência' no segundo turno. **G1**. 17 out. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/marina-e-pv-anunciam-independencia-no-segundo-turno.html> Acesso em 25 abr. 2020.

199 MENDES, Natalia. Crescente desde 2010, discurso de ódio ao PT expõe racismo contra nordestinos. **Rede Brasil Atual**. 20 out. 2014. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/10/discursos-de-odio-contra-nordestinos-e-eleitores-do-pt-se-espalham-na-internet-4303/> Acesso em 26 abr. 2020.

200 DUAİLÍBI, Julia. Ela pode decidir a eleição. **Revista Veja**. 16 ago. 2006.

poder que têm essas eleitoras, jovens, de baixa escolaridade e de baixa renda no segundo maior colégio eleitoral do país, na época com 34 milhões de eleitores, contra 55 milhões do Sudeste (primeiro maior). O medo era manifesto “se Lula mantiver sua formidável dianteira no Nordeste, ou seja, se Alckmin não conseguir crescer entre os eleitores da região, é quase certo que o atual presidente será reeleito” (DUAILIBI, 2006, p. 52), e na matéria ainda é destacado que o Bolsa Família seria a maior alavanca eleitoral de Lula e que os eleitores votam com o bolso, criando o discurso simplista de que se trata de uma relação de compra e venda.

A revista *Veja*, bem como outras mídias e intelectuais associados à direita do espectro político, construíram e sedimentaram esse discurso, outro senso comum em sentido inverso a aquele consolidado nas classes subalternas do Nordeste. Na qual as Gilmaras – nordestinas, negras e pobres – representam o eleitorado do Nordeste em contraste com os leitores da revista, das classes “de cima”. Esses sim, seriam expressão do que “o Brasil deveria ser”, sabem votar, não votam com o bolso, mas “pelo bem do país”. Um infortúnio para eles, então, dividir a responsabilidade eleitoral com os negros, pobres, analfabetos ou de baixa escolaridade e nordestinos que compõem uma expressiva massa da população brasileira.

Esse é o embrião do sentimento que nas eleições seguintes vai se manifestar na aberração da xenofobia. Esse fenômeno tem duas dimensões, representados pelos dois sentidos comuns sedimentados: a primeira é como o projeto petista, em meio a suas contradições, cativou essa base despossuída a partir da hipótese de Josué de Castro, como já apresentamos; e a segunda é como em resposta a essa vinculação, não orgânica, as classes mais abastadas e intelectuais ligados a elas, criaram esse movimento elitista de rechaço às escolhas políticas das classes subalternas dessa região, acusando-as de todo tipo de coisa, no sentido de deslegitimar suas escolhas, principalmente, eleitorais.

Podemos traçar mais um paralelo entre a questão nordestina, que temos nos dedicado a análise nesta tese, e a questão meridional à qual Antonio Gramsci se debruçou na Itália. No seu texto *Alguns Temas da Questão Meridional*, Gramsci (1987a) busca entender o porquê as massas populares do Norte não compreendiam a miséria do *Mezzogiorno*, porque eles não compreendiam que a unificação do país não tinha acontecido numa base de igualdade. O senso comum instituído entre os meridionais

era que o Norte era uma “sanguessuga” que se enriquece à custa do Sul, o que permitiu o desenvolvimento econômico-industrial daquela região. Enquanto no Norte era difundida a ideia de que o Sul era a “bola de chumbo” que impedia o desenvolvimento italiano.

De modo que no projeto hegemônico das classes dominantes, as classes subalternas são colocadas umas contra as outras, usando, inclusive, o aspecto regional para fortalecer tal disputa. No caso do Brasil, ao longo dos governos do PT, viu-se um acirramento desse processo como demonstramos na construção de sentidos comuns nas diferentes regiões, particularmente com a importância que ganhou a camada subalterna mais empobrecida, que não à toa era majoritariamente nordestina.

Podemos retomar, diante dessa exposição, a crítica ao argumento de que o Nordeste teria sido inventado, para ventilar um pouco essa discussão. Na medida que esta tese de “Invenção do Nordeste” expressa o momento de crise de hegemonia do desenvolvimentismo, pouco mais de duas décadas depois, diante do neodesenvolvimentismo (versão moderada do neoliberalismo) não tem resposta a dar sobre esse velho sentimento, com nova roupagem e diferente justificativa, que é xenofobia contra os nordestinos. Não é contra o Nordeste inventado, que seria uma ideia conservadora e reacionária – até saudosa da escravidão, do império, etc. – de Durval Muniz²⁰¹ que são lançadas as afrontas racistas a cada nova eleição. Não é contra um mero jogo de linguagem que se dirigem os tweets furiosos mandando “matar um nordestino afogado”²⁰², mas a uma relação social impregnada de materialidade, cheia de um conteúdo ideológico classista e elitista que dão o tom da nova reconfiguração política caracterizada pelo neodesenvolvimentismo petista.

Mesmo sem precisar mexer nos de cima, em vista do cenário externo favorável, os governos petistas conseguiram fazer o que não se tinha feito até então, que foi dotar os de baixo de alguma renda, incluí-los na vida econômica, com todos os limites que existem no mercado capitalista de consumo. Essa tentativa de conciliação de

201 Em entrevista à TV Afiada, Durval Muniz de Albuquerque Jr. busca reafirmar a validade dos argumentos expostos no seu livro. *Part. 1 – é preciso dissolver esse Nordeste!* Disponível em: https://youtu.be/t_Z_e-EK19Y; *Part. 2 – o elogio da mestiçagem preserva a Casa Grande* Disponível em: <https://youtu.be/J6eKUTetU58>; *Part. 3 – o sertanejo é antes de tudo... um animal! A baleia!* Disponível em: <https://youtu.be/HaibBbb0FeA>. Acesso em 03 mar. 2020.

202 G1. Jovem é condenada por mensagem contra nordestinos no Twitter. **G1**. 16 mai. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/05/condenada-estudante-que-publicou-mensagem-contra-nordestinos-em-sp.html> Acesso em 26 abr. 2020.

classes deu resultados na primeira década do século XXI e as contradições foram, parcialmente, abafadas pelo cenário econômico favorável.

Dessa análise que propomos, inferimos que esse sentimento e os ataques xenofóbicos são os primeiros sinais da fratura do neodesenvolvimentismo, fratura que irá se expandir e tomar outras dimensões e proporções sobre as quais iremos nos debruçar no próximo capítulo.

6.5 Onde Foi Parar a Questão da Reforma Agrária?

Antes de avançar para o próximo capítulo, julgamos importante tecer alguns breves comentários sobre a reforma agrária nesse contexto. Visto que esta foi uma das principais bandeiras levantadas, desde a segunda metade do século XX, no âmbito da questão nordestina, em vista da busca por melhores condições de vida das classes trabalhadoras e subalternas do campo.

Da mesma forma em que haviam sido criadas grandes expectativas em relação às políticas de desenvolvimento regional, com a chegada de Lula à Presidência da República, nas eleições de 2002, houve grande expectativa em torno da possibilidade de realização de uma reforma agrária. Os movimentos sociais do campo, que vinham de um forte embate contra FHC, alimentavam a esperança de que, finalmente, aconteceria uma ampla reforma agrária neste país.

Não custa lembrar o que Lula havia dito na campanha eleitoral de 1994: “com uma canetada só vou dar tanta terra que vocês não vão conseguir ocupar”²⁰³. E, ainda, na *Carta ao Povo Brasileiro*, de 2002, indica que pretende valorizar a agricultura familiar, além do agronegócio, indicando, que faria uma reforma agrária que “assegure a paz no campo”.

Nesse ensejo foi elaborada uma proposta de plano para reforma agrária – sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio (na época do PT) – que tinha, entre outras metas, a de assentar 1 milhão de famílias, entre 2004 e 2007. No entanto, o plano aprovado pelo governo, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), tinha uma meta mais tímida, propondo assentar o total de 400 mil famílias entre 2003 e 2006.

203 GONDIM, Alexandre. Lula faz assentamento em projetos antigos. **Folha de S. Paulo**. 05 abr. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0504200406.htm> Acesso em 11 fev. 2021.

Número muito inferior à demanda estimada de famílias a serem beneficiadas pela reforma agrária, que, naquela época, estava entre o mínimo de 3,2 milhões de famílias (em extrema pobreza) e o máximo de 6 milhões de famílias (compostas por trabalhadores agrícolas sem-terra ou que não dispunham de terra suficiente para a sua manutenção) (CARVALHO FILHO, 2004, p. 344).

Chama a atenção o fato de ter sido Plínio de Arruda Sampaio²⁰⁴ quem apresentou a proposta de reforma agrária ao governo Lula I. Afinal, como disse Marx (2011), no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, a história se repete duas vezes, a primeira como tragédia e a segunda como farsa. Não custa lembrar que foi Plínio de Arruda Sampaio, enquanto deputado, que foi relator do projeto de reforma agrária que integrava as reformas de base do governo João Goulart, pagando um alto preço por isso, após o golpe de 1964, ao ter seus direitos políticos cassados e ser forçado ao exílio. Na mesma medida em que a tragédia primeira não foi responsabilidade sua, tampouco a farsa o foi. O projeto apresentado pela sua equipe, no início do governo Lula, foi podado antes de oficializado. E nem o tímido projeto oficial cumpriu o que se propôs.

A tabela 9 nos dá o número de famílias assentadas, entre 1998 e 2014 e o total de cada governo, para termos dimensão do avançar (ou não) da reforma agrária. Recordemos que a meta proposta pelo governo foi de 400 mil famílias assentadas ao longo do mandato, entre 2004 e 2006, e mais 150 mil em 2007 (CARVALHO FILHO, 2004, p. 339). Contudo, o governo Lula I assentou pouco mais de 265 mil famílias, e em 2007 foram, pouco mais de, 30 mil. Muito abaixo do prometido.

Tabela 9 – Número de Famílias Assentadas (1998-2014)

ANO	1999	2000	2001	2002	FHC II	2003	2004	2005	2006	LULA I
Nº de Famílias	50.436	33.012	33.186	25.696	142.330	31.430	36.730	104.176	92.962	265.298
ANO	2007	2008	2009	2010	LULA II	2011	2012	2013	2014	DILMA I
Nº de Famílias	30.589	29.998	27.346	13.373	101.306	6.986	6.513	11.708	8.693	33.900

Fonte: INCRA / Santana; Silva (2018, p. 9).

Elaboração própria

204 Plínio Soares de Arruda Sampaio (1930-2014), paulista de São Paulo, foi advogado e político brasileiro. Foi deputado federal por São Paulo (1963-1964; 1985-1986; 1987-1991).

Em função desse baixo desempenho do governo Lula I, no que se refere à reforma agrária, o MST e a Via Campesina lançaram uma carta, em outubro de 2005, criticando o não cumprimento da meta proposta no II PNRA e o próprio abandono do compromisso assumido pelo PT e por Lula no que tange ao problema de milhões de trabalhadores sem terra que estavam na expectativa da realização da reforma agrária. Em verdade, a essa altura já estava claro, aos movimentos sociais, que o governo Lula I representava uma continuidade ao governo FHC II, de modo que os programas inspirados na reforma agrária de mercado foram mantidos e o governo agia somente sob pressão dos movimentos sociais (PEIXOTO, 2017).

Ao continuar observando os dados desta tabela, percebemos que, daí em diante, a situação só piorou. O desempenho do segundo governo Lula foi consideravelmente inferior ao do governo Lula I deixando a desejar, inclusive, em relação aos números do governo FHC II. Já o governo Dilma I, por sua vez, ficou abaixo de todos os governos anteriores.

Os assentamentos de reforma agrária são criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde um imóvel passou por um processo de desapropriação, e terá como objetivo assentar famílias que não teriam outro meio para acessar a terra. Diante dessa informação, podemos observar o número de assentamentos por região, expressos na tabela 10, a seguir, para podermos ter uma boa dimensão da movimentação política em torno da reforma agrária.

Merece destaque, no governo FHC, em função da grande pressão exercida pelos movimentos sociais do campo, o significativo número de assentamentos, com destaque para 1998/1999 onde aconteceram 1425 no Brasil, sendo 561 desses no Nordeste – não à toa em um período de estiagem, o que pode ter dado um impulso adicional. Um segundo destaque é o biênio 2005/2006, no primeiro mandato do governo Lula, quando aconteceram 1525 assentamentos no Brasil, dos quais 684 foram no Nordeste. O destaque negativo, por sua vez, fica com Dilma, em seu primeiro mandato, em que o número de assentamentos foi de apenas 509 em todo o país.

Tabela 10 – Quantidade de assentamentos criados no Brasil por Região (1998-2017)

Grandes Regiões	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nordeste	329	232	197	205	235	151	291	426	258	175
Norte	173	143	64	108	54	69	62	215	299	74
Sudeste	55	87	33	28	19	20	32	98	38	35
Sul	74	121	58	62	29	10	18	24	18	26
Centro-Oeste	126	85	72	72	42	71	53	95	54	73
BRASIL	757	668	424	475	379	321	456	858	667	383
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nordeste	153	120	90	44	58	82	68	41	11	15
Norte	110	86	57	45	25	29	36	22	10	1
Sudeste	21	39	19	7	10	16	16	5	2	3
Sul	23	9	11	4	4	4	10	3	3	1
Centro-Oeste	20	45	34	11	21	6	13	10	2	7
BRASIL	327	299	211	111	118	137	143	81	28	27

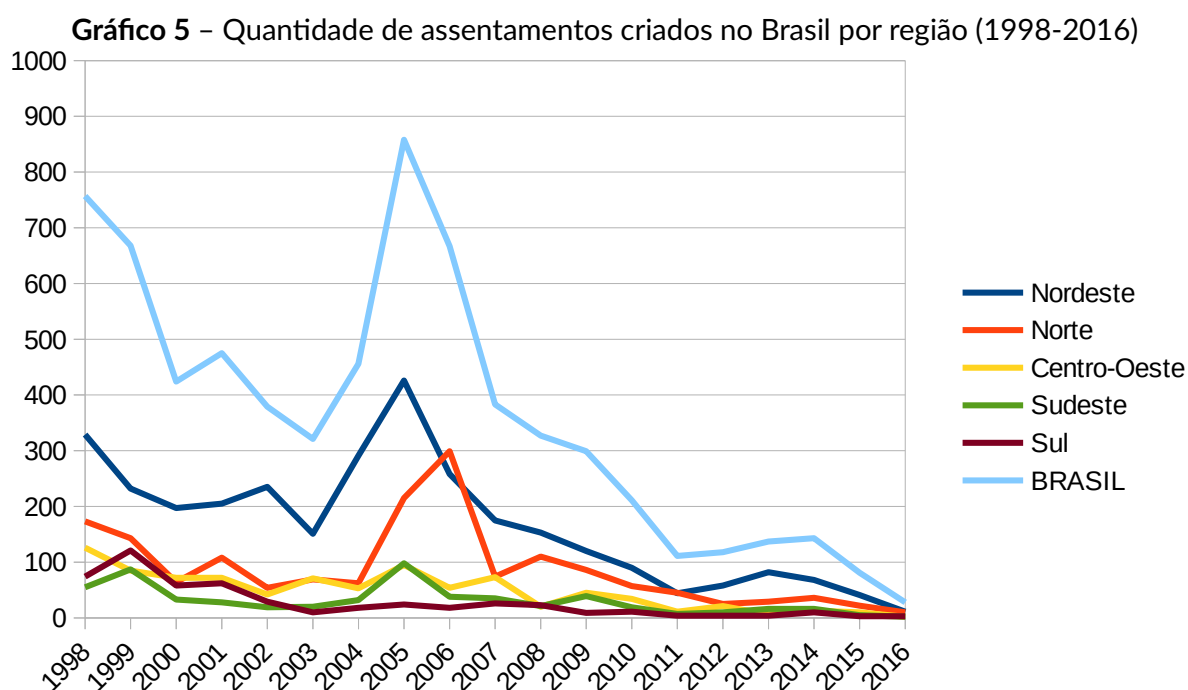
Fonte: INCRA

Elaboração: Santana; Silva (2018, p. 7).

No âmbito do projeto neodesenvolvimentista do PT, de valorização do agronegócio, a reforma agrária seguiu, então, a tendência da década de 1990, descaracterizada e irrealizada. Diante desse cenário, poderíamos questionar o porquê da permanência do MST na base de apoio aos governos petistas. Sérgio Peixoto (2017, p. 233) sugere algumas razões: em primeiro lugar o aspecto de MST ser um aliado histórico do PT. Em segundo, o fato de o MST ter contado com decisões importantes do governo para se recuperar dos desgastes infligidos ao movimento pela gestão FHC – através da revogação de medidas provisórias que criminalizavam o movimento, por exemplo. Também por conta da criação de programas sociais – como o Programa Luz para Todos e o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária – que beneficiavam aqueles que são a base do movimento. Nesse sentido, Peixoto ainda indica que de acordo com os cálculos dos dirigentes do MST, dadas essas condições, o rompimento com o governo seria prejudicial ao movimento e significaria o maior fortalecimento das medidas de esvaziamento da reforma agrária.

O gráfico 5, que ilustra os dados da tabela 10, nos dá uma ideia do movimento em torno no número de assentamentos. Um pico acontece nos anos de 2005/2006,

ao fim do governo Lula I daí em diante o movimento é decrescente, chegando aos níveis mais baixos a partir de 2011. A região Nordeste aparece com certo destaque, em azul escuro, dando o tom do movimento geral do Brasil, aparecendo como a região com maior volume de assentamentos, o que se justifica pela demanda histórica da região de uma ampla reforma agrária.



Fonte: INCRA / Santana; Silva (2018, p. 7)
Elaboração própria

Em termos regionais, é interessante notarmos que, até a década de 1990, figuras como Celso Furtado (1998) insistiam que a melhoria das condições de vida da população Nordestina passaria, fundamentalmente, por uma reforma agrária. Todavia, a PNDR dos governos petistas, numa chave neoinstitucionalista, não atribui grande importância a essa dimensão, a não ser de maneira marginal – como apontamos ao analisar os documentos da PNDR, neste mesmo capítulo. De modo que a PNDR e a II PNRA não confluíram numa proposta de reforma agrária ampla que tivesse como objetivo uma transformação profunda na questão agrária e na questão nordestina, simultaneamente.

A seguir, no capítulo sétimo, vamos nos debruçar sobre a crise do neodesenvolvimentismo, no âmbito de uma crise orgânica, a fim de compreender os desdobramentos dessa crise no destino da questão nordestina, entre 2016 e 2018.

CAPÍTULO 7 – O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA QUESTÃO NORDESTINA²⁰⁵

Neste último capítulo, que encerra nosso recorte temporal, investigamos a questão nordestina após o golpe institucional de 2016. Para isso nos propomos a compreender o processo que levou à deposição de Dilma Rousseff da presidência da república e a ascensão de Michel Temer²⁰⁶ ao governo. Por fim, buscamos contextualizar o Nordeste diante deste governo.

7.1 Crise Orgânica, Crise do Neodesenvolvimentismo e o Golpe de 2016

Em 2016, o governo do Partido dos Trabalhadores, sob a liderança de Dilma Rousseff, teve um fim abrupto através de um golpe institucional parlamentar, encerrando a proposta neodesenvolvimentista.

É importante contextualizar este golpe no panorama latino-americano, quando o fenômeno do neogolpismo desmantela as teorias da “transitologia” e “consolidologia” democrática no subcontinente, tão apregoadas pelos cientistas políticos desde a década de 1980 (VITULLO, 2001). Nos primeiros anos do século XXI, verificam-se golpes e tentativas de golpe – com razoável diferença em relação ao modelo de golpe “clássico” do século XX – na Venezuela, em 2002 (sem sucesso); Haiti, em 2004; Bolívia, em 2008 (sem sucesso); Honduras, em 2009; Equador, em 2010 (sem sucesso); Paraguai, em 2012 e no Brasil, em 2016 (VELADOR; IBARRA, 2019). Além do caso mais recente da Bolívia em 2019.

Marcas importantes do neogolpismo são: a ausência, mais direta, dos militares no processo; o uso de elementos como corrupção ou inaptidão dos políticos para justificar e propor uma saída golpista aos impasses políticos; a preocupação em manter a aparência democrática a todo custo, sempre se apoiando no judiciário e no legislativo para tal; e o aprofundamento de uma agenda neoliberal, ainda mais extremada, como pano de fundo ideológico (VELADOR; IBARRA, 2019).

205 O título do capítulo foi escolhido em alusão ao nome dado à disciplina: “O Golpe de 2016 e o futuro da democracia” que foi ameaçada de censura na UnB, e, em gesto de solidariedade, foi ofertada em diversas universidades do país.

206 Michel Miguel Elias Temer Lulia (1940-), paulista de Tietê, é um advogado e político brasileiro. Foi deputado federal por São Paulo (1987-1991; 1994-2011), vice-presidente do Brasil (2011-2016) e presidente do Brasil (2016-2018).

Além do contexto latino-americano, o golpe no Brasil deve ser analisado no bojo de uma crise orgânica que se abriu como desdobramento da crise capitalista internacional de 2008 e se aprofundou no primeiro mandato de Dilma e com as mobilizações de rua que aconteceram em junho de 2013.

A profunda crise econômica de 2008 foi desencadeada a partir do setor imobiliário estadunidense e vem se alastrando pelo globo – passou pela Europa, onde os PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha) foram os mais atingidos, chegou na América Latina e Brasil, principalmente após 2012. O avançar da crise econômica trouxe à tona as rachaduras das contradições do projeto de conciliação de classes neodesenvolvimentista dos governos petistas.

Enquanto o velho desenvolvimentismo tinha suas bases na crença de uma burguesia nacional que pudesse enfrentar as grandes tarefas nacionais e democráticas, o neodesenvolvimentismo ficava restrito à promessa de crescimento econômico com alguma redução das desigualdades. No entanto, com o avançar da crise e a ausência de crescimento econômico, não havia espaço para que todos seguissem ganhando. Na lógica capitalista, de primazia do lucro, alguém deveria pagar a conta.

Como apresentam Pinto *et al.* (2016), a desaceleração econômica somada ao cenário internacional desfavorável teve como resultado a redução das taxas de lucro, gerando expressivos impactos negativos na acumulação de capital no Brasil. Considerando, por exemplo, a rentabilidade das 500 maiores empresas não bancárias, vemos que elas passam de uma rentabilidade média de 10,1 % ao ano, no segundo mandato de Lula (2007-2010), para 5,3% no primeiro mandato de Dilma (2011-2014). Ou seja, a rentabilidade média das principais empresas do país caiu pela metade, como se pode observar na Tabela 11, a seguir.

Outros setores tiveram grande impacto negativo nesse mesmo período, por exemplo, as do ramo de Petróleo, Gás Refinado e Coque (Petrobrás), que passaram de 18,4% de rentabilidade média ao ano, no segundo governo Lula, para 4,0%, no primeiro mandato Dilma, com destaque para 7% negativos no ano de 2014. Neste mesmo ano, a rentabilidade das 6 maiores empresas da Construção Civil foi de 1,9% contra 15,7% em 2010, último ano do governo Lula.

Tabela 11 – Rentabilidade sobre o patrimônio Líquido (ROE %) – 2007-2014
(ano a ano e média anual por governo)

	500 Maiores empresas não bancárias	Setor Bancário/ financeiro	6 Maiores Construtoras	Indústria de transformação	Automóveis e Ônibus	6 Maiores Alimentos e Bebidas	Petróleo, Gás Refinado e Coque (Petrobrás)	6 Maiores Siderúrgicas
2007	12,0	25,3	13,3	17,7	101,0	10,7	19,0	23,7
2008	8,1	20,3	17,1	10,5	60,1	9,3	25,3	26,1
2009	9,7	16,3	17,7	17,2	47,4	12,7	17,9	20,5
2010	10,7	20,7	15,7	14,8	49,2	13,9	11,4	14,3
LULA II	10,1	20,7	15,9	15,1	64,4	11,6	18,4	21,1
2011	8,2	20,9	11,2	10,5	43,3	15,6	10,0	7,9
2012	4,1	20,2	11,0	10,2	38,2	19,5	6,1	-2,3
2013	5,3	21,6	18,1	-	14,5	11,2	6,7	-2,8
2014	3,5	23,3	1,9	-	-	13,2	-7,0	3,1
DILMA I	5,3	21,5	10,6	10,4	32,0	14,9	4,0	1,5

Fonte: PINTO *et al.*, 2016 (com informações da Revista *Exame* – *Maiores e Melhores*)

Essa brusca queda na rentabilidade das grandes construtoras e empresas ligadas ao petróleo pode ser explicada, em grande medida, pela desaceleração do investimento e pelo impacto do início das atividades da Operação Lava Jato sobre as empresas desse ramo (PINTO *et al.*, 2017). É oportuno mencionar que a Operação Lava Jato²⁰⁷ – que tem clara inspiração na Operação Mãos Limpas da Itália²⁰⁸ – se apresentou como profundamente parcial e colocou o judiciário numa posição de sujeito político importante, determinando os grandes acontecimentos políticos que se seguiram ao início da operação em 2014, elevando o ex-juiz, Sérgio Moro²⁰⁹, à posição de “herói nacional” numa cruzada contra a “corrupção”, produzindo, no processo, um grande impacto econômico negativo sobre a lucratividade desses capitais.

207 O Jornal eletrônico *Intercept Brasil* escancarou o verdadeiro caráter político da operação Lava Jato, através de uma série de reportagens intitulada #VazaJato. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/> Acesso em 14 abr. 2020.

208 A *Operazione Mani Pulite* (Operação Mãos Limpas) aconteceu na Itália, durante a década de 1990. O saldo da Operação italiana, apesar de ser notável, não foi um sucesso. Teve como resultado o imenso corpo documental de 1,3 milhão de páginas, 3200 pessoas julgadas, duas mil e quinhentas condenações, mas no ano 2000 apenas 4 pessoas estavam presas, mais de 40% dos processos contra parlamentares foram anulados porque o Parlamento manteve a imunidade de seus pares. O saldo final foi que os quatro partidos no governo em 1992 – a Democracia Cristã (DC), o Partido Socialista Italiano (PSI), o Partido Social-Democrata Italiano e o Partido Liberal Italiano – desapareceram posteriormente. Em seu lugar, emergiu o partido da direita Força Itália, liderado por Sílvio Berlusconi, inequivocamente ligado à máfia italiana (BARBIERI, 2019).

209 Sérgio Fernando Moro (1972-), paranaense de Maringá, é um jurista, ex-magistrado e político brasileiro. Foi juiz federal (1996-2018) e Ministro da Justiça e Segurança Pública (2018-2019).

Nesse contexto, chama a atenção o contraste entre as empresas não-bancárias em relação às bancárias e financeiras, que elevaram sua rentabilidade média ao ano, de 20,7% (2007-2010) para 21,5% (2011-2014), mesmo em tempos de crise; enquanto as (500) maiores empresas não bancárias, como já havíamos mencionado, tiveram queda, quase pela metade, de sua lucratividade média anual.

Pode-se constatar a ironia, tendo em vista que foi justamente o setor bancário e financeiro que foi preterido pela nova matriz macroeconômica da Presidente Dilma Rousseff e de seu Ministro da Fazenda Guido Mantega. Essa nova matriz macroeconômica apostava na redução forçada da taxa básica de juros (SELIC) e ataque aos *spreads* dos bancos privados, ao reduzir os juros cobrados nos bancos públicos; enquanto buscava favorecer o setor industrial através de uma nova política de desvalorização cambial (PINTO *et al.*, 2016).

Devemos nos reportar, ademais, à desaceleração econômica da China e às políticas de austeridade da Europa, em decorrência da crise de 2008, que resultaram em um processo de desordem da acumulação capitalista global. Poderíamos dizer, em termos keynesianos, que impactou negativamente a demanda agregada mundial, gerando dificuldades na realização do mais valor (ou mais-valia) das mercadorias, em termos marxistas. Essa situação impactou o Brasil, gerando uma reversão dos termos de troca do Brasil com o resto do mundo, caindo em 21% entre 2011 e 2015, impactando negativamente a renda e o balanço de pagamentos (PINTO *et al.*, 2017, p. 7).

O ano de 2013 foi marcante no contexto da crise orgânica que se inaugurou. Esse ano encerrou o período de relativa estabilidade social, econômica e política pelo qual o país estava passando. A crise econômica começou a dar sinais, seguida de crescente aumento da efervescência social, que apontavam para uma acelerada decomposição do pacto político neodesenvolvimentista. Neste ano, por exemplo, verificou-se, de acordo com Ricardo Antunes (2018, p. 284-285), grande protagonismo dos trabalhadores e uma onda grevista de grande amplitude – 2.050 greves registradas, em comparação com 877, no ano anterior, um crescimento de 134% de 2012 para 2013.

Ainda neste ano notaram-se, particularmente, grandes mobilizações de rua. Estas foram fruto das contradições existentes entre as aspirações de ascensão social

provocadas pela promessa da “nova classe média” em contraste com os limites estruturais de um país subordinado à espoliação do capital financeiro internacional (MATOS, 2019). Aconteceu então uma fratura, que se expressou nas ruas, entre um amplo conjunto das massas populares e o PT, que, outrora, detinha – junto às Centrais Sindicais, particularmente a CUT, e Movimentos Sociais – essa prerrogativa de “representar” as ruas.

Plínio Jr. (2017b, p. 245) destaca que “a emergência das classes subalternas no cenário histórico (como ocorreu na surpreendente rebelião urbana de 2013) alarmou as classes dominantes em relação ao risco de uma insubordinação dos pobres”. Basta observar o pronunciamento de Dilma, no dia 21 de junho 2013²¹⁰, no auge das manifestações, quando discursa no sentido de apaziguar os ânimos, esforçando-se para demonstrar que tinha condições de manter o jogo político.

É importante lembrar que as manifestações que iniciaram motivadas contra o aumento da passagem de transporte coletivo, impulsionadas pelo Movimento Passe Livre, logo tomaram outra proporção e atingiram as principais cidades do país num movimento muito maior de insatisfação. É no ano de 2013 que a crise econômica toma um corpo social e desemboca numa crise política. As mobilizações de rua somadas às greves de diversas categorias profissionais escancaram os limites das políticas de conciliação de classes.

Durante a pesquisa nos deparamos com um trecho do II Plano Diretor da SUDENE de 1966, certamente escrito por Celso Furtado, que diz o seguinte:

não se deve esquecer que o desenvolvimento cria em tôda (sic.) a população uma expectativa de melhoria de condições de vida, que exige satisfação, ainda que parcial, se se pretende evitar crescentes tensões sociais. Essa satisfação é alcançada através da distribuição cada vez mais equitativa do produto social, o que tem lugar não apenas através de salários reais crescentes mas também pela prestação de serviços públicos condizentes com os requerimentos da vida moderna e acessíveis à população em geral. (BRASIL, 1966b, p. 18).

Essa reflexão proposta, há muitos anos, no âmbito da SUDENE, ajuda-nos a compreender os limites do projeto neodesenvolvimentista, que não rompe com o neoliberalismo, mas busca, no limite, minorar os efeitos mais perversos para as camadas mais pobres. Desse modo, o que levou a juventude às ruas em 2013 foi a impossibilidade de se fazer cumprir a promessa de um capitalismo “social”, quando a

210 PRONUNCIAMENTO da presidenta Dilma Rousseff sobre as manifestações no Brasil. 2013. (9min). Disponível em: <https://youtu.be/ahEY59WxWRE> Acesso em 20 jan. 2020.

crise internacional impôs limites ao avanço na elevação substantiva do nível salarial e à melhora substancial dos serviços públicos, de modo a atender à expectativa de melhoria nas condições de vida do conjunto da população. Não foi por 20 centavos, mas para cobrar a promessa do “desenvolvimento”.

Após as manifestações, houve um acirramento da contradição dos interesses das diferentes classes e, conseqüentemente, o acirramento da luta de classes. Os jovens saíram a protestar pelo cumprimento do que havia de progressista na Constituição de 1988. As diversas frações da burguesia, em tempos de crise, apontavam pelo caminho inverso. Abriu-se, então, uma crise de autoridade.

Diante da crise, o petismo, através dos seus intelectuais, teve enorme dificuldade de manter a hegemonia. Diversos grupos de direita, extrema-direita, conservadores e ultraliberais ganharam terreno, somando-se ao já consagrado poder da mídia, e influenciaram fortemente os rumos das manifestações. A presidente Dilma Rousseff, que detinha elevadíssimos índices de popularidade, no nível de 63% de eleitores que aprovaram seu governo (considerando-o bom/ótimo), em março de 2013, após o início das mobilizações viu sua popularidade derreter, chegando a 55% em junho, e 31% em julho. Por outro lado, os que consideravam o governo ruim/péssimo subiram de 7% em março, passando para 13% em junho e atingindo 31% em julho²¹¹.

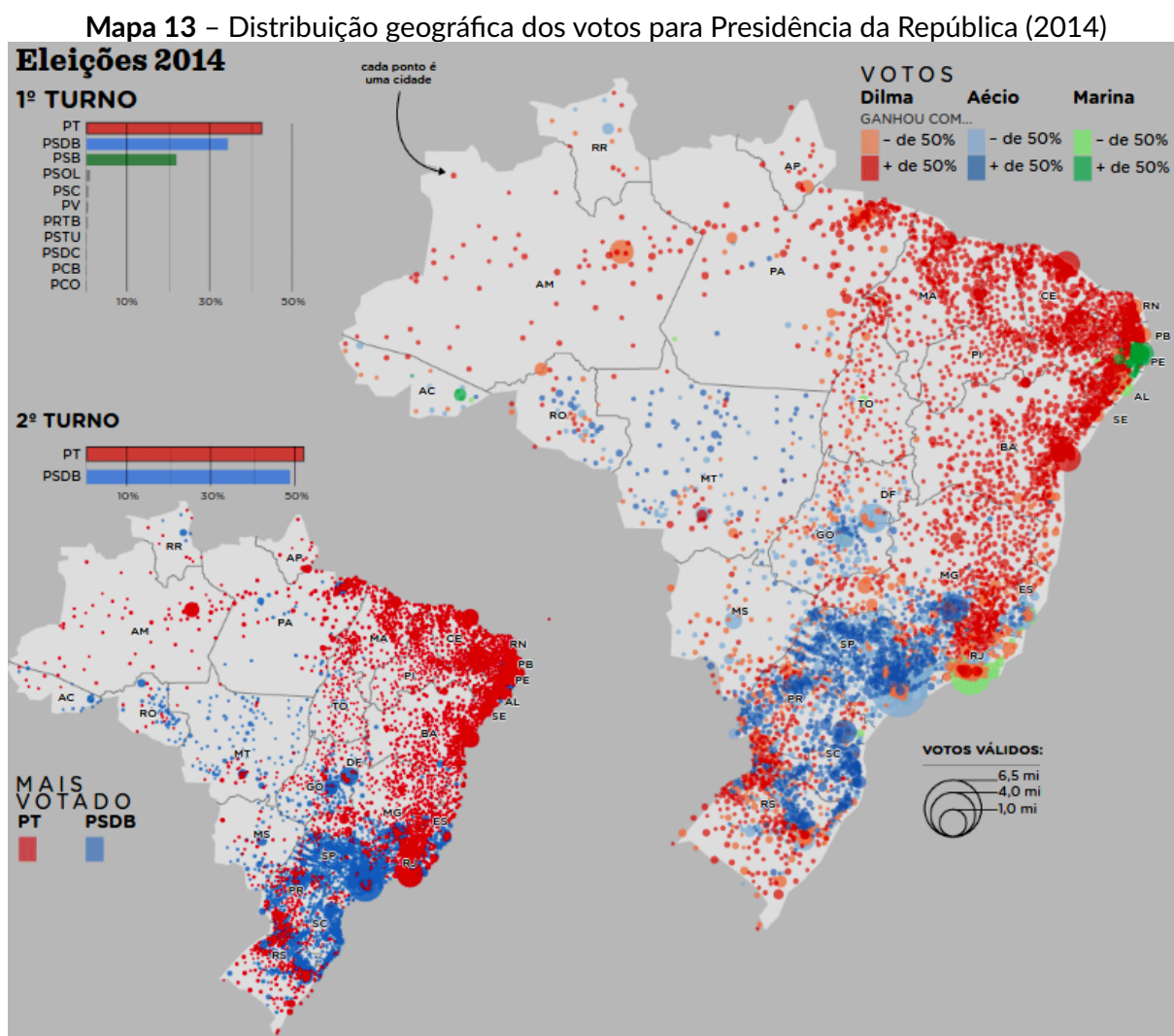
As mobilizações abriram esse enorme campo de disputa entre direita e esquerda da ordem pelo controle do Estado. Disputa que, a partir dos constrangimentos do capital, seria meramente para administrar o grau do ajuste econômico pelo qual o Brasil deveria passar sob pressão das novas exigências do capital em tempos de crise (SAMPAIO JR., 2017b).

É nesse contexto que Dilma chega às eleições 2014, com a crise internacional se acentuando e com a crise social e política aberta nas ruas no ano anterior. Na disputa eleitoral, no primeiro turno, estavam disputando principalmente, Dilma Rousseff, buscando reeleição, Aécio Neves²¹² (PSDB) e Marina Silva (PSB/REDE) que

211 OLIVEIRA, Mariana; PASSARINHO, Nathalia. Aprovação do governo Dilma cai de 55% para 31%, aponta Ibope. **G1**. 25 jul. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html> Acesso em 20 abr. 2020.

212 Aécio Neves da Cunha (1960-), mineiro de Belo Horizonte, é economista e político brasileiro. Foi deputado federal por Minas Gerais (1987-2002), governador de Minas Gerais (2003-2010), senador pelo estado de Minas Gerais (2011-2019) e novamente deputado federal por Minas Gerais (2019-).

substituiu o candidato Eduardo Campos²¹³ morto tragicamente, em agosto de 2014, durante a campanha, na queda de um jatinho na cidade de Santos (SP). No mapa 13 vislumbramos a distribuição regional dos votos.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Centro de Política e Economia do Setor Público-FGV.
Elaboração: Almeida; Zanlorenssi (2018).

No primeiro turno, Dilma ficou em primeiro lugar, Aécio Neves em segundo, e Marina Silva em terceiro (com destaque para a incorporação da base de votos de Eduardo Campos, particularmente, em Pernambuco). No segundo turno, Dilma saiu vitoriosa sobre Aécio Neves com uma pequena margem de 3,46 milhões de votos de vantagem. O Nordeste, que, ao longo da década anterior, tornou-se um importante reduto eleitoral do PT, foi particularmente importante nas eleições de 2014 para a

213 Eduardo Henrique Accioly Campos (1965-2014), pernambucano de Recife, foi economista e político brasileiro. Foi deputado estadual em Pernambuco (1991-1995), deputado federal por Pernambuco (1995-2007), Ministro da Ciência e Tecnologia (2004-2005) e governador de Pernambuco (2007-2014).

manutenção deste partido à frente do poder executivo federal. Pode-se ver neste mapa o Nordeste praticamente encoberto de vermelho, somado a boa parte de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, que garantiram a vitória do PT. Uma nota adicional é que o eleitorado de Marina Silva no Nordeste, no segundo turno, não acompanhou a candidata que apoiou o candidato do PSDB, e, em consequência, o mapa aparece pintado de vermelho.

Dilma, por sua vez, conseguiu vencer as eleições prometendo uma agenda de continuidade neodesenvolvimentista, com grande apelo às classes e grupos sociais subalternos. No entanto, após as eleições de 2014, diante da ofensiva política do campo neoliberal, optou por uma política de recuo e não de resistência, propôs e começou a aplicar o ajuste fiscal, demanda da burguesia neoliberal (BOITO JR., 2016a). Depois de vitoriosa no processo eleitoral, adotou o programa político derrotado nas urnas. A escolha do *Chicago boy* Joaquim Levy²¹⁴ para comandar o Ministério da Fazenda é emblemática. Sem mencionar o massivo volume de isenção fiscal que concedeu, na cifra de mais de R\$ 100 bilhões, somente em 2015²¹⁵, para “estimular” o investimento capitalista.

Apesar da guinada a uma agenda neoliberal, de ajustes, ainda manteve a lógica petista de governar. A tentativa de conciliação de classes ainda estava lá. Para ilustrar, podemos ter em conta o salário-mínimo real: em 2015 ele cresceu 2,46%, enquanto nos anos seguintes do governo de Temer, por exemplo, em termos reais diminuiu 0,10% em 2017 e 0,25% em 2018²¹⁶. Essa informação demonstra que o cenário não permitia mais uma busca de um jogo do tipo *ganha-ganha*. A crise econômica era imperativa e o Estado deveria escolher aqueles que iriam perder.

Nesse cenário – em meio à pressão das classes dominantes para uma mudança no leme da política econômica, demandando ajuste mais e mais duro em ataque à classe trabalhadora – entre 2015 e 2016 começou a se desenhar o golpe institucional parlamentar contra Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores. O governo, ao invés

214 Joaquim Vieira Ferreira Levy (1961-), fluminense do Rio de Janeiro, é engenheiro naval e economista brasileiro. Foi Secretário do Tesouro Nacional (2003-2006), Diretor do banco Bradesco (2010-2014), Ministro da Fazenda (2015) e presidente do BNDES (2019).

215 SOUZA, Leonardo; BÓAS, Bruno Villas. Dilma deu R\$ 458 bilhões em desonerações. **Folha de S. Paulo**. 06 set. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1678317-dilma-deu-r-458-bilhoes-em-desoneracoes.shtml> Acesso em 22 jan. 2020.

216 G1. Veja histórico dos últimos reajustes do salário mínimo. **G1**. 15 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/15/veja-historico-dos-ultimos-reajustes-do-salario-minimo.ghtml> Acesso em 22 jan. 2020.

de se apoiar no campo “democrático-popular”, ao qual dizia representar, e mobilizar esses setores populares em defesa do seu próprio mandato, lutando pela manutenção da experiência neodesenvolvimentista, deu preferência a lutar através de acordos de cúpula, cedendo, cada vez mais, às pressões liberalizantes. Não obstante, o que se observou foi a ausência de uma defesa popular expressiva ao voto dado um ano e meio antes. Os rumos e as escolhas de Dilma a afastaram das bases que a elegeram. O que se percebia era o descontentamento popular em resposta ao desemprego e problemas gerais do governo em cumprir o que havia prometido nas eleições.

Dessa forma, Dilma isolou-se de sua base social e abriu caminho para uma ofensiva reacionária ainda mais poderosa do que a que apareceu durante as eleições. Assim, “o sonho de que um governo de conciliação de classes seria capaz de criar um Brasil para todos” (SAMPAIO JR., 2017b, p. 246-247) acabou se tornando um pesadelo, com os eventos que se seguiram.

A crise orgânica – que é uma crise de conjunto: econômica, social e política – trouxe para o primeiro plano as contradições fundamentais das classes dominantes que não podiam ser resolvidas pelos métodos habituais. Abriu-se um período de questionamento da orientação da classe dominante que se expressou na crise do regime político e de seus partidos tradicionais (BARBIERI, 2019). De acordo com Gramsci (2016) esses momentos são delicados e perigosos, porque diante de uma crise orgânica se abre possibilidade para soluções de força, atividades de potência oculta representadas por homens providenciais ou carismáticos. Mas pode acontecer, ainda, uma recomposição do sistema político, visto que a classe dirigente tradicional pode mudar de homens e programa para retomar o controle que lhe fugia por meio da apresentação de promessas demagógicas.

O Golpe Institucional de 2016 é, justamente, essa tentativa de recompor o regime político, pela direita. A fala do senador Romero Jucá²¹⁷ (PMDB), em maio de 2016, é emblemática: “Eu só acho o seguinte: com Dilma não dá, com a situação que está. [...] Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria [...] Com o Supremo, com tudo”²¹⁸.

217 Romero Jucá Filho (1954-), pernambucano de Recife, é economista, empresário e político brasileiro. Foi governador de Roraima (1988-1990), Ministro da Previdência Social (2005), Ministro do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (2016) e Senador pelo estado de Roraima (1995-2019).

7.1.1 Nos Corredores da Pequena Política

Vale a pena mencionar alguns eventos no âmbito da pequena política que tiveram grande impacto nos acontecimentos subsequentes. De acordo com o pensamento de Gramsci, no § 5 do Caderno 13²¹⁹, a Grande Política refere-se “à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI, 2016, p. 21), enquanto a Pequena Política é a política do dia a dia, de corredor, de intrigas, que compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política.

Eduardo Cunha²²⁰ (PMDB), então presidente da Câmara dos Deputados, em março de 2015, declarou na CPI da Petrobras: “Não tenho qualquer tipo de conta em qualquer lugar que não seja a conta que está declarada no meu imposto de renda”²²¹. Em setembro do mesmo ano surgiram indícios, através de uma investigação aberta pelo Ministério Público suíço que ele tinha contas lá. Se comprovada a informação (como de fato foi) ele seria levado à Comissão de Ética da Câmara por quebra de decoro por ter mentido, perdendo assim seu mandato.

O golpe pode ter começado com o revanchismo de Eduardo Cunha (PMDB) contra o Partido dos Trabalhadores, em decorrência desse partido ter lhe negado apoio na Comissão de Ética. Essa desavença pode ter sido a fagulha, como o próprio Michel Temer falou: “Cunha autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram

218 G1. Ouça trechos dos diálogos entre Romero Jucá e Sérgio Machado. **G1**. 23 mai. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html> Acesso em 04 fev. 2020

219 O caderno 13, escrito entre 1932 e 1934, encontra-se no Volume 3, e o § 5 entre as páginas 21 e 22 (GRAMSCI, 2016).

220 Eduardo Cosentino da Cunha (1958-), fluminense do Rio de Janeiro, é um economista, radialista e político brasileiro. Foi deputado estadual do Rio de Janeiro (2001-2003), deputado federal pelo Rio de Janeiro (2003-2016) e presidente da Câmara dos Deputados do Brasil (2015-2016).

221 CALGARO, Fernando. Cunha negou em março à CPI da Petrobras ter contas no exterior. **G1**. 01 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/cunha-negou-em-marco-cpi-da-petrobras-ter-contas-no-exterior.html> Acesso em 22 jan. 2020.

no Conselho de Ética da Câmara”²²², mas não teria avançado caso não fosse uma demanda de poderosas frações da burguesia.

Em outubro de 2015, Eduardo Cunha aceitou um pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff, elaborado pelos juristas Miguel Reale Júnior²²³ e Janaína Paschoal²²⁴, acusando Dilma de ter editado seis decretos de abertura de crédito suplementar sem a autorização do Congresso e utilizado bancos públicos para financiar programas de governo, o que ficou sendo chamado de “pedaladas fiscais” (CAVALCANTI; VENERIO, 2017).

Em dezembro, depois de acolhido o pedido de *impeachment*, chegou ao público uma carta “desabafo” de Temer para Dilma, alegando que se sentia tratado como um “vice decorativo”, que tinha perdido “todo protagonismo político” que tivera, que só era chamado “para resolver as votações do PMDB e as crises políticas”; alegando a falta de participação do PMDB na discussão das formulações econômicas ou políticas; lamentou que o programa *Uma Ponte para o Futuro* do PMDB tenha sido considerado uma manobra desleal e terminou a carta alegando que a presidente Dilma não tinha confiança nele ou no PMDB²²⁵.

No 13 de março de 2016, nas ruas houve uma grande manifestação contra o governo petista – o que a direita chamou de “Maior Manifestação da História do País”²²⁶ – na qual se estima que tenham ido às ruas 3 milhões de pessoas pelo país. Poucos dias depois, o ex-presidente Lula foi nomeado ministro de Estado Chefe da Casa Civil, com objetivo de fazer a articulação política do governo, mas o ato foi suspenso pelo ministro Gilmar Mendes do STF, em virtude da divulgação de áudios de conversas do ex-presidente Lula com Dilma, alegando que a nomeação tinha o

222 GLOBONEWS. Temer diz que Cunha autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram no Conselho de Ética da Câmara. **G1**. 27 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/em-foco-com-andreia-sadi/noticia/2019/11/27/temer-diz-que-cunha-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-comissao-de-etica-da-camara.ghtml> Acesso em 22 jan. 2020.

223 Miguel Reale Júnior (1944-), paulista de São Paulo, é um jurista, político, professor e advogado. Foi Secretário de Segurança Pública de São Paulo (1983-1984) e Ministro da Justiça (2002).

224 Janaína Paschoal (1974-), paulista de São Paulo, é uma jurista, advogada, professora e política brasileira. É Deputada Estadual em São Paulo (2019-).

225 SADI, Andréia. Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. **G1**. 07 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html> Acesso em 22 jan. 2020.

226 O ESTADO DE SÃO PAULO. Maior Manifestação da História do País aumenta pressão por saída de Dilma. **Estadão**. 13 mar. 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047> Acesso em 22 jan. 2020.

objetivo de atrapalhar investigações contra ele. Quem retirou o caráter sigiloso das interceptações telefônicas de Lula e divulgou através da Rede Globo de Televisão foi o então juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato.

No dia 17 de abril, então, aconteceu uma das cenas mais bizarras da história política brasileira recente²²⁷, que foi a votação pela abertura do processo de *Impeachment* na Câmara dos Deputados, onde os “representantes do povo” em nome de Deus, da família, dos seus eleitores, de torturadores da ditadura militar, contra o comunismo, etc., por 367 votos a 137, aprovaram o processo de impedimento para ser encaminhado ao Senado Federal.

Em seguida, Dilma foi afastada por 180 dias enquanto o processo ia para os trâmites seguintes. Após o afastamento, Michel Temer discursou como presidente, no dia 12 de maio²²⁸, apresentando os novos ministros, quando aproveitou para pedir confiança ao povo brasileiro, confiança na “vitalidade da democracia”, confiança na “recuperação da economia nacional”; e aproveitou para destacar sua “absoluta convicção” de que era fundamental “resgatar a credibilidade do Brasil [...] para que empresários dos setores industriais, de serviços, do agronegócio, e os trabalhadores” retomassem os investimentos. Preparava-se o terreno, entre as frações burguesas, para sua efetivação no Palácio do Planalto.

Por fim, no dia 31 de agosto, o golpe foi consagrado, por 61 votos a 20, no Senado. Sem urnas, nem participação popular, Michel Temer do PMDB, tomou posse da Presidência da República, consagrando a vitória de um projeto neoliberal (mais ortodoxo) sobre o respiro de projeto neodesenvolvimentista, já em estado de falência múltipla.

Diante da crise capitalista, com a lucratividade caindo, era fundamental para a burguesia um governo que garantisse ataques mais profundos aos direitos dos trabalhadores. Ou seja, a luta de classes expressava-se na forma mais básica: a burguesia lutando para conseguir capturar um volume superior de mais valor, intensificando a exploração. O Golpe de 2016 foi esse esforço de recompor o regime político pela direita.

227 VOTAÇÃO do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara. 2016. (9h55min). Disponível em: <https://youtu.be/KWf7HsLMrY8> Acesso em 20 jan. 2020.

228 FOLHA DE S. PAULO. Leia íntegra do discurso de posse do presidente interino Michel Temer. **Folha de S. Paulo**. 12 mai. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml> Acesso em 04 fev. 2020.

Sobre o debate se a atribuição de golpe é apropriada para descrever o processo de *impeachment*, ressaltamos que as pedaladas fiscais, que foram a suposta causa para o tal crime de responsabilidade, imputado a Dilma Rousseff, foram legalizadas dois dias após o afastamento dela²²⁹. Nunca se tratou de um crime de responsabilidade, mas de uma manobra política, através do parlamento, para afastá-la. Para que não reste dúvida de que se tratou de um golpe, cabe mencionar que Aloysio Nunes²³⁰ (PSDB), que foi Ministro das Relações Exteriores no governo Temer, disse em entrevista (pós Vaza Jato) que houve uma manipulação política pelo *impeachment* da Lava-Jato e pelo ex-juiz Sérgio Moro. Até mesmo Michel Temer no programa Roda Viva²³¹, falou com todas as letras a expressão “golpe”.

7.1.2 Uma ponte para qual futuro?

Renan Calheiros²³² (PMDB) propôs, enquanto presidente do Senado, a *Agenda Brasil* fortemente alinhada com o ajuste fiscal e com a ideia de reformas em proveito dos capitalistas. A partir dessa agenda, o PMDB, em outubro de 2015, através da Fundação Ulysses Guimarães, lançou o documento: *Uma Ponte para o Futuro*, que seria o norteador do governo Temer, após o golpe de 2016.

Inclusive, Michel Temer disse que o afastamento de Dilma Rousseff e sua efetivação na Presidência da República foi consequência direta da não aceitação, por parte dela, do programa exposto no documento, ainda em 2016, em Nova York na sede da Sociedade Americana/Conselho das Américas²³³. Este pequeno documento, de apenas 19 páginas, tem início com a retórica que propõe “preservar a economia

229 IG SÃO PAULO. Dois dias após impeachment, Senado aprova lei que permite pedaladas fiscais. *iG*. 02 set. 2016. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2016-09-02/lei-orcamento.html> Acesso em 23 jan. 2020.

230 MARQUES, José; BÄCHTOLD, Felipe. Lava Jato manipulou impeachment de Dilma, diz Aloysio Nunes, do PSDB. *Folha de S. Paulo*. 27 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/lava-jato-manipulou-impeachment-de-dilma-diz-alloysio-nunes-do-psdb.shtml> Acesso em 22 jan. 2020.

231 O Programa Roda Viva da TV Cultura, entrevistou Michel Temer, ex-presidente da República, em 16 de setembro de 2019: <https://youtu.be/OGDCN8ikj8U> Acesso em 23 jan. 2020.

232 José Renan Vasconcelos Calheiros (1955-), alagoano de Murici, é um político brasileiro. Foi deputado estadual de Alagoas (1979-1983), deputado federal por Alagoas (1983-1991), Ministro da Justiça (1998-1999), e senador pelo estado de Alagoas (1995-).

233 VIEIRA, Inacio. Michel Temer diz que Impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou ‘Ponte para o Futuro’. *The Intercept*. 22 set. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/> Acesso em 22 jan. 2020.

brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos” (PMDB, 2015, p. 2). Mas na realidade é uma espécie de Consenso de Washington subalternizado do século XXI, no qual o PMDB sistematiza uma agenda de aprofundamento neoliberal²³⁴.

Grande peso da argumentação peemedebista está direcionada à questão fiscal, indicando que os problemas diversos da economia brasileira – a estagnação ou retração econômica resultante dos elevados impostos e juros, aumento da inflação, incerteza sobre a evolução da economia, pressão cambial e retração do investimento privado – teriam origem na crise fiscal do Estado brasileiro (PMDB, 2015). Como forma de combater essa crise fiscal propõem Reformas Estruturais, mesmo que estas venham a ser “muito duras para o conjunto da população”, o que demonstra, de cara, a quais interesses não servem essas reformas, justamente o interesse da maioria do povo brasileiro que é composto pelas classes trabalhadoras e subalternas.

A proposta, expressando toda sua dimensão ideológica, debate as duas faces da questão fiscal. Primeiro destacando quão elevada é a carga tributária brasileira, pois o país teria atingido uma espécie de limite da cobrança de impostos, e não seria mais viável taxar empresas ou famílias, de modo que não há mais de onde tirar. Por outro lado, o Estado segue gastando excessivamente, lançando crítica sobretudo aos gastos obrigatórios, que são garantidos constitucionalmente e estão alocados para as despesas em saúde, educação e assistência social; em seguida destaca, ainda, o tema da previdência social como um problema a ser resolvido, em função do seu “desequilíbrio crônico e crescente” (PMDB, 2015).

234 A crise capitalista de 2007/2008 se abriu no setor imobiliário estadunidense e desde então vem se difundindo pelo globo e chegou ao Brasil, particularmente, a partir de 2012, quando aqui se abriu aqui uma crise orgânica. Uma das grandes questões é que essa crise coloca em xeque a forma de reprodução a qual o capital vinha se manifestando desde a última crise estrutural da década de 1970. Essa crise acabou se tornando uma crise do neoliberalismo em crítica a uma “globalização fracassada” e tomou vulto com a vitória do Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, que, por sua vez, colocou em questão a disputa do mercado global entre Estados Unidos e China. O problema é que essa crise do neoliberalismo produz como resultado um estranho “novo neoliberalismo”, através da combinação do neoliberalismo, em termos da governabilidade, com uma crença de que a soberania nacional deve ser defendida pelo Estado-nação em crítica ao “fracasso da globalização”. Essa nova combinação direciona o inconformismo popular ao sistema de coisas, através de proposições demagógicas, em um sentido contrário aos próprios interesses das camadas populares. Mas essa crise do neoliberalismo aparece de maneira difusa nas diferentes formações econômico-sociais, no caso brasileiro, desde o golpe institucional de 2016, e até antes, a agenda neoliberal periférica tem se reforçado ao invés de arrefecer.

A conclusão inevitável, para o PMDB, é um conjunto de reformas nas leis e na Constituição que eliminem a “excessiva rigidez nas despesas”. Para isto, propõe “acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação” (PMDB, 2015, p. 9). Outro elemento é o fim das indexações, inclusive para salários, benefícios previdenciários e tudo mais. Ou seja, desatrelar os benefícios sociais, como aposentadoria, pensões, etc. do preço do salário-mínimo, que, em geral, tende a se elevar compensando ao menos a inflação anual. A proposta é que os benefícios sociais não tenham um aumento real, para não pressionar o orçamento. Um terceiro aspecto é a de um “orçamento com base em zero”, que significa que a cada ano todos os programas estatais serão avaliados por um comitê independente, que poderá sugerir a continuação ou o fim do programa, de acordo com os seus custos e benefícios” (PMDB, 2015, p. 10). Para amarrar essas três propostas fiscais, sugerem uma espécie de Autoridade Orçamentária que pudesse avaliar os programas públicos tendo em vista as despesas e receitas, com objetivo de uma mais estrita disciplina fiscal.

No que se refere à Previdência, o programa demanda uma reformulação profunda, para “adequar” as desproporções causadas pelo fato de as pessoas estarem vivendo mais, ampliando a idade mínima para a aposentadoria. A proposta é de uma idade mínima de 65 anos para os homens e 60 para as mulheres, com previsão de uma nova escalada futura. Além disso, o documento defende a completa desindexação da aposentadoria em relação ao salário-mínimo, para que o primeiro possa ser inferior ao segundo, e principalmente para não precisar acompanhar sua evolução (PMDB, 2015).

Outra preocupação deles é a questão dos juros e da dívida pública, no sentido de que o tão demandado “equilíbrio” fiscal sirva para aplacar o crescimento da dívida pública, através de superávits primários que cubram as despesas com os juros da dívida. Sobre a taxa de juros, argumentam que os juros são elevados, porque a inflação é elevada. E esta, por sua vez, deve ser controlada através do rigoroso ajuste fiscal de longo prazo proposto (PMDB, 2015).

A espinha dorsal do documento é a questão fiscal e um rigoroso ajuste, marcado pelas propostas de superávit primário e estabelecimento de limites às despesas de custeio com vistas à estabilidade da relação Dívida/PIB. Além disso, destaca-se o foco na iniciativa privada, abertura comercial (ainda mais ampla) e reforma trabalhista. Ou

seja, é uma reedição, com atualizações, do que foi o Consenso de Washington, 26 anos antes, mas piorado porque não precisou ser imposto de fora para dentro, mas foi elaborado internamente atendendo aos mesmos interesses daquele.

Mais importante, para fins da nossa análise, a conciliação de classes – marca do neodesenvolvimentismo petista – não tem espaço no programa do PMDB. As reformas estruturais propostas devem ser feitas, mesmo que sejam duras com o povo brasileiro, para garantir o “crescimento econômico” que supostamente viria após o ajuste fiscal.

7.1.3 O que representou o Governo Temer?

A principal referência para que possamos avaliar o que representou o governo Temer é o próprio programa exposto no *Uma Ponte para o Futuro*. Para avaliar o que o governo Temer, com seu conjunto de apoiadores, conseguiu fazer sair do papel, a partir daí, avaliando o que marcou esse governo, além da sua impopularidade e falta de legitimidade.

Ao final deste documento há uma suposta “agenda para o desenvolvimento” com 12 recomendações, a partir das quais podemos observar se o governo Temer conseguiu cumprir alguns dos objetivos propostos. Os demais objetivos foram deixados para o governo seguinte, que irá seguir à risca, também, esse programa de reforço neoliberal.

O primeiro ponto diz: “a) construir *uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro*, com superávit operacional e a *redução progressiva do endividamento público*” (PMDB, 2015, p. 18, grifo nosso). O documento tinha como elemento simbólico o equilíbrio fiscal de longo prazo, um desejo de que isso pudesse tornar-se um princípio constitucional, o que não aconteceu como planejado.

E, ainda, mesmo com o ajuste fiscal não houve uma diminuição do endividamento público, de acordo com dados do Tesouro Nacional. Em maio de 2016 o valor da Dívida Pública Federal era de R\$ 2.878,87 trilhões. No final do governo Temer, em dezembro de 2018, já estava em R\$ 3.877,06 trilhões e, em agosto de 2019, no governo seguinte, já tinha ultrapassado os R\$ 4 trilhões.

O segundo ponto dizia: “b) estabelecer *um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento*” (PMDB, 2015, p. 18, grifo nosso). Atendendo a este ponto, foi aprovada a famigerada Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (EC nº 95/2016), um rígido mecanismo de controle de gastos, que acabou com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação. Foi estabelecido um Novo Regime Fiscal para vigorar por vinte exercícios financeiros, de modo que no ano corrente deverá ser gasto o valor equivalente ao do ano anterior corrigido pela inflação. Dessa forma não haverá elevação real dos gastos, abrangendo os orçamentos fiscal e da seguridade social e para todos os órgãos e Poderes da República.

Um aspecto que recebe grande ênfase no documento que é a crítica às indexações dos salários e benefícios previdenciários não avançou. Alguns benefícios previdenciários ainda seguem sendo reajustados pelo salário-mínimo.

c) alcançar, em no máximo 3 anos, a *estabilidade da relação Dívida/PIB* e uma *taxa de inflação no centro da meta de 4,5%*, que juntos propiciarão juros básicos reais em linha com uma média internacional de países relevantes – desenvolvidos e emergentes – e taxa de câmbio real que reflita nossas condições relativas de competitividade (PMDB, 2015, p. 18, grifo nosso).

Sobre a dívida já falamos há pouco. Mas quanto à inflação, ela foi razoavelmente contida. A série histórica do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)²³⁵ do IBGE, mostra que ficou em 6,29% no ano de 2016; 2,95%, em 2017; 3,75%, em 2018. Isso ocorreu, em grande medida, por conta da profunda desaceleração econômica, elevado nível de desemprego e queda no consumo das famílias.

d) executar *uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada*, por meio de *transferências de ativos* que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência (PMDB, 2015, p. 18, grifo nosso).

Foram firmadas parcerias com o setor privado na construção e operação de infraestrutura. Mas o ambicioso projeto de privatizações não fora cumprido à risca, 35 dos 79 (44,3%) projetos iniciais foram concluídos. Em relação às Parcerias Público-Privadas, 193 projetos foram qualificados, sendo que 106 foram concluídos (54,6% do

235 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas> Acesso em: 17 dez. 2020.

total). Entretanto, as principais privatizações não foram concluídas, entre elas, a Eletrobrás, a Casa da Moeda, a Infraero e diversos aeroportos regionais²³⁶.

e) realizar a *inserção plena da economia brasileira no comércio internacional*, com maior abertura comercial e busca de *acordos regionais de comércio* em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que o nosso setor produtivo integre-se às cadeias globais de valor, auxiliando no aumento da produtividade e alinhando nossas normas aos novos padrões normativos que estão se formando no comércio internacional (PMDB, 2015, p. 18, grifo nosso).

Não aconteceram acordos regionais e de comércio como o proposto. Somente no governo seguinte se firmou um grande acordo entre MERCOSUL e União Europeia, com o Brasil tomando certo protagonismo nas negociações, mas nem por isso beneficiado pelo acordo.

f) promover legislação para garantir o melhor nível possível de *governança corporativa às empresas estatais* e às agências reguladoras, com regras estritas para o recrutamento de seus dirigentes e para a sua responsabilização perante a sociedade e as instituições (PMDB, 2015, p. 18, grifo nosso).

A Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) foi criada, com vista a garantir “melhor governança”, disciplinando a exploração direta de atividade econômica pelo Estado por intermédio de suas empresas públicas e sociedades de economia mista, prevendo novos tipos de controle para a ocupação de cargos nas empresas do governo.

g) reformar amplamente o processo de elaboração e execução do orçamento público, tornando o gasto mais transparente, responsável e eficiente;
h) *estabelecer uma agenda de transparência e de avaliação de políticas públicas*, que permita a identificação dos beneficiários, e a análise dos impactos dos programas. O Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes (PMDB, 2015, p. 18-19, grifo nosso).

Não foi criada a autoridade orçamentária, proposta no documento, que iria avaliar os programas públicos, medindo sua “eficiência”, a partir da qual se poderia criar um “orçamento com base zero”. Sobre o quesito transparência e avaliação de políticas públicas, não houve mudança significativa em relação aos programas existentes, como o Minha Casa, Minha Vida ou Bolsa Família.

O ponto seguinte dizia: “i) na área trabalhista, *permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais*, salvo quanto aos direitos básicos” (PMDB, 2015, p. 19, grifo nosso).

236 MANFREDINI, Beatriz. Eleição ofuscou agenda de privatizações e planos de Temer ficaram só no papel. **IG**. 17 dez. 2018. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2018-12-17/privatizacoes-temer-retrospectiva.html> Acesso em 04 fev. 2020.

Não só o aspecto das negociações coletivas passou por mudanças. Houve uma profunda reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que alterou a CLT em aspectos cruciais. Quanto às negociações, passou a prevalecer o combinado entre empregador e empregado, podendo diferir em relação ao estabelecido na legislação; a jornada de trabalho passou por modificações, tornando-se flexível através do trabalho intermitente, trabalho remoto, regimes de trabalho parcial; a obrigatoriedade do imposto sindical pago pelo trabalhador foi extinta; e as férias também se tornaram flexíveis, podendo ser divididas em 3 parcelas, e muitas outras.

Além da alteração na legislação trabalhista foi aprovada uma lei específica da Terceirização (Lei nº 13.429/2017) permitindo a terceirização para atividades-fim. Ainda que contrariando o principal argumento favorável ao trabalho terceirizado, que partia da noção que as empresas deveriam se concentrar na sua atividade vocacional, ou seja, sua atividade principal, deixando as atividades intermediárias para outras empresas prestadoras desse tipo serviço – segurança e limpeza, por exemplo – em busca da maior eficiência de todas as etapas envolvidas. Mas com a possibilidade legal de terceirizar as atividades-fim, fica claro que a pretensão, desde o início, sempre foi a fragmentação e precarização do trabalho, e não o ganho de produtividade pela especialização.

A reforma trabalhista, de acordo com Ronaldo Nogueira²³⁷, Ministro do Trabalho e Emprego, iria criar 2 milhões de postos formais de trabalho em até dois anos²³⁸ (entre novembro de 2017 e 2019). Na verdade, criou menos da metade em termos de empregos formais, de acordo com dados do CAGED nesse período, sendo quase 15% em regime de trabalho intermitente²³⁹, ou seja, com previsão de serviços esporádicos, nos quais o trabalhador recebe somente pelo período trabalhado, mesmo que fique à disposição da empresa. Enquanto isso, ainda restavam 12,5 milhões de pessoas desocupadas no Brasil, conforme os dados da PNAD Contínua do IBGE, em setembro de 2019.

237 Ronaldo Nogueira de Oliveira é administrador de empresas, pastor da Igreja Assembleia de Deus. Filiado ao PTB. Foi Ministro do Trabalho (2016-2017) no governo Temer.

238 MARTELLO, Alexandre. Reforma trabalhista vai gerar 2 milhões de empregos em dois anos, diz ministro. **G1**. 17 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/reforma-trabalhista-vai-gerar-2-milhoes-de-empregos-em-dois-anos-diz-ministro.ghtml> Acesso em 04 fev. 2020.

239 CAVALLINI, Marta. Em quase 2 anos de reforma trabalhista, 15% das vagas criadas no país são para intermitentes. **G1**. 25 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/09/25/em-quase-2-anos-de-reforma-trabalhista-15percent-vagas-criadas-no-pais-sao-para-intermitentes.ghtml> Acesso em 04 fev. 2020.

j) na área tributária, *realizar um vasto esforço de simplificação, reduzindo o número de impostos e unificando a legislação do ICMS, com a transferência da cobrança para o Estado de destino; desoneração das exportações e dos investimentos; reduzir as exceções para que grupos parecidos paguem impostos parecidos* (PMDB, 2015, p. 19, grifo nosso).

O governo não realizou reforma tributária, em nenhuma dimensão. Nem, tampouco, desonerou exportações e investimentos.

k) promover a racionalização dos procedimentos burocráticos e assegurar ampla segurança jurídica para a criação de empresas e para a realização de investimentos, com ênfase nos *licenciamentos ambientais que podem ser efetivos sem ser necessariamente complexos e demorados* (PMDB, 2015, p. 19, grifo nosso).

O governo não realizou nenhuma mudança nos procedimentos necessários e na flexibilização dos licenciamentos ambientais.

Por fim, o programa previa: “l) dar alta *prioridade à pesquisa e o desenvolvimento tecnológico* que são a base da inovação” (PMDB, 2015, p. 19, grifo nosso). Entretanto, não deu alta prioridade à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. Pelo contrário, diminuiu os orçamentos das universidades: em 2017 o orçamento das universidades foi o menor desde 2010²⁴⁰.

No âmbito do que foi proposto no documento *Uma Ponte para o Futuro*, o governo Temer buscou avançar o máximo possível na realização da sua agenda de ataques ao conjunto dos direitos das classes trabalhadoras e subalternas através de um reforço da hegemonia neoliberal. O não cumprimento da agenda por completo não se deu por falta de vontade política das forças golpistas, senão porque encontrou barreiras, inclusive nas ruas.

Outro aspecto que não aparece como um ponto específico, mas é destacado fortemente ao longo do documento é a questão da reforma da previdência, que não foi aprovada na gestão Temer, ficando para o encargo do governo Bolsonaro, no ano seguinte, seguir com ela em pauta até sua aprovação, em 2019, com destaque para a atuação de Rodrigo Maia (DEM), então presidente da Câmara dos Deputados.

No contexto da discussão que estamos propondo, neste trabalho, é importante mencionar a questão da reforma agrária, que, após o golpe, passou por um aprofundamento em seu esvaziamento. Entre as principais medidas adotadas pela

240 MORENO, Ana Carolina. 90% das universidades federais tiveram perda real no orçamento em cinco anos; verba nacional encolheu 28%. **G1**. 29 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml> Acesso em 04 fev. 2020.

gestão Temer, no aspecto da reforma agrária (ou contrarreforma agrária), Firmiano e Mafort (2018, p. 40-41) destacam: a Extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da sua fusão com Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), produzindo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, como síntese; os cortes no orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), retirando mais de 40 mil agricultores e duas mil cooperativas do programa; os cortes no orçamento de obtenção de terras; e, por fim, mas não menos importante, o fato de não ter nenhuma família assentada em 2017.

Ainda, devemos enfatizar que, na proposta peemedebista, não aparece o Nordeste ou a questão regional. Essa temática passa ao largo da abordagem neoliberal que forma a espinha dorsal d'*Uma Ponte para o Futuro*. A estratégia de “desenvolvimento” proposta, naqueles aqueles 12 pontos, toma o desenvolvimento como resultado do ajuste fiscal, na contramão da consagrada estratégia desenvolvimentista (ou neodesenvolvimentista) que atribui ao Estado um papel destacado neste processo.

7.2 Temer, o Golpe e o Nordeste

Depois de consolidado o golpe institucional, não houve uma mudança profunda no que tange a gestão do Ministério da Integração Nacional, que ficou sob a guarda de Helder Barbalho (MDB)²⁴¹, ex-ministro de Dilma nas pastas da Pesca e Aquicultura e depois na Secretaria Nacional dos Portos. Tampouco no âmbito da PNDR houve variação notável, em relação aos últimos anos, seguindo sem avanço. Compatível com a agenda de cortes orçamentários, uma vez mais, desviando a atenção da questão regional em favor da “sanidade fiscal”.

Merece um breve comentário o gabinete montado por Michel Temer após o golpe institucional. Este contou com a participação de Geddel Vieira Lima na Secretaria de Governo (havia sido Ministro da Integração Nacional no governo Lula II), de Fernando Bezerra Coelho Filho no Ministério de Minas e Energia (filho de Fernando

241 Helder Zahluth Barbalho (1979-), paraense de Belém, é administrador e Político brasileiro. Foi vereador de Ananindeua (2001-2003), deputado estadual do Pará (2003-2004), Prefeito de Ananindeua (2005-2013), Ministro da Pesca e Aquicultura (2015), Ministro-chefe da Secretaria Nacional dos Portos (2015-2016), Ministro da Integração Nacional (20016-2018) e Governador do Pará (2019-)

Bezerra Coelho que havia sido Ministro da Integração Nacional do governo Dilma I), e de Gilberto Occhi no Ministério da Saúde (que também havia sido Ministro da Integração Nacional no governo Dilma II). Destacamos esses três exemplos para ilustrar o quanto o MI, desde os tempos do governo Lula, já estava sob a guarda dos grupos que vieram a patrocinar o golpe institucional de 2016. Explicitando, nesta área, mais continuidade que ruptura.

Quanto a Michel Temer, especificamente, este ficou com receio de visitar a região Nordeste depois do golpe. Adiou compromissos na região, por duas vezes, temendo ser vaiado. Somente no dia 09 de dezembro de 2016, depois de 07 meses ocupando a posição de Presidente da República fez sua primeira visita, começando por Surubim (PE), com objetivo de inspecionar e assinar atos da barragem de Jucazinho. Em seguida, rumou para as cidades de Salgueiro (PE) e Floresta (PE), municípios que abrigam o reservatório do Programa de Integração do Rio São Francisco. Ainda seguiu para Fortaleza (CE), para assinar um decreto referente à liquidação e à renegociação de dívidas de crédito rural do Banco do Nordeste, onde se escondeu para evitar ser exposto a possíveis manifestações, descolando-se pela capital cearense de helicóptero²⁴².

Em sua segunda viagem ao Nordeste, em 27 de dezembro de 2016, desta vez em Maceió (AL), Temer anunciou o repasse de R\$ 756 milhões para 15 estados atuarem no combate à seca. Nesta ocasião expôs o sonho de que queria ser reconhecido como o “maior presidente nordestino que passou pelo Brasil”²⁴³, a despeito de ter nascido no município paulista de Tietê. Enquanto Temer anunciava seu sonho e os recursos de combate à seca, acontecia do lado de fora um protesto com faixas, cartazes e carro de som, em que se podia ouvir os gritos a plenos pulmões pelo “Fora Temer”.

Esses recursos para o combate à seca foram destinados a 15 estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba,

242 ESTADÃO CONTEÚDO. Ainda temendo vaias, Temer faz 1ª viagem ao Nordeste. **Exame**. 9 dez. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ainda-temendo-vaia-temer-faz-1a-viagem-ao-nordeste/> Acesso em 28 set. 2019.

243 G1 AL. Temer diz que sonha ser reconhecido como "maior presidente nordestino". **G1**. 27 dez 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/temer-diz-que-sonha-ser-reconhecido-como-maior-presidente-nordestino-do-brasil.ghtml> Acesso em 28 set. 2019.

Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe. Abrangia diversas regiões – incluindo também Norte, Sul e Sudeste – e não só o Nordeste²⁴⁴.

No mês seguinte, em fins de janeiro de 2017, Temer viajou pela terceira vez ao Nordeste, em busca de tentar reverter sua baixa popularidade na região. Nas palavras do pernambucano Mendonça Filho²⁴⁵ (DEM-PE) – então Ministro da Educação – a visita representaria que “o presidente Temer está mostrando que o Nordeste é sua prioridade com ações”²⁴⁶. A seguir podemos confrontar essa afirmação com os dados. Nessa viagem, Temer participou da inauguração da terceira estação de bombeamento hídrico do projeto de integração do Rio São Francisco, em Floresta (PE). Com o funcionamento da nova etapa o Eixo Leste do projeto permitiria o abastecimento de água em municípios de Pernambuco e da Paraíba²⁴⁷.

Em 10 de março, na sua quarta viagem à região, Temer inaugurou o Eixo Leste da transposição do São Francisco. Passou por Campina Grande (PB) e, depois, seguiu para Sertânia (PE) e Monteiro (PB). A transposição começou em 2007, depois de longos debates no primeiro governo Lula, e tinha previsão de conclusão em 2012, com orçamento inicial de R\$ 4,5 bilhões. No entanto, somente em 2017 o primeiro eixo foi inaugurado, com gastos que já superam os R\$ 8,2 bilhões²⁴⁸. Voltaremos ao tema da Transposição, analisando como está seu funcionamento depois da sua inauguração.

Em declaração à imprensa um dia antes da viagem, o porta-voz da Presidência, Alexandre Parola, destacou que “a conclusão do eixo leste traduz a ‘prioridade’ do governo para o desenvolvimento do Nordeste”, reforçando o discurso oficial do governo, já pronunciado por Mendonça Filho. E na inauguração Temer, sobre a disputa

244 SANCHES, Carolina. Temer anuncia R\$ 756 milhões para combater a seca em 15 estados. **G1**. 27 dez 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/12/temer-anuncia-recursos-para-combater-seca-em-15-estados.html> Acesso em 28 set. 2019.

245 José Mendonça Bezerra Filho (1966-), pernambucano do Recife, é um administrador de empresas e político brasileiro. Foi deputado estadual de Pernambuco (1987-1995), deputado federal por Pernambuco (1995-1998; 2011-2019), vice-governador de Pernambuco (1999-2006), governador de Pernambuco (2006-2007) e Ministro da Educação do Brasil (2016-2018).

246 ESTADÃO CONTEÚDO. Temer desembarca pela 3ª vez no Nordeste na semana que vem. **Gazeta do Povo**. 27 jan. 2017 Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/temer-desembarca-pela-3-vez-no-nordeste-na-semana-que-vem-4tlan6r263r2k2zaq53m1ggzw/> Acesso em 28 set. 2019.

247 AGÊNCIA BRASIL. Temer inaugura etapa da transposição do rio São Francisco. **Canal Rural**. 30 jan. 2017. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/temer-inaugura-etapa-transposicao-rio-sao-francisco-65831/> Acesso em 28 set. 2019.

248 AMARAL, Luciana. Temer inaugura nesta sexta no Nordeste eixo leste da transposição do São Francisco. **G1**. 10 mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-inaugura-nesta-sexta-no-nordeste-eixo-leste-da-transposicao-do-sao-francisco.ghtml> Acesso em 28 set. 2019.

da paternidade da Transposição, ainda disse “Eu não quero a paternidade desta obra. Ninguém pode tê-la. A paternidade é do povo brasileiro e do povo nordestino”²⁴⁹. Mas ainda assim buscava aplacar sua crise de popularidade na região recebendo os louros sobre a finalização parcial do projeto.

Pode-se observar que a rejeição percentual do governo golpista de Temer seguia se elevando na Região Nordeste. Em março de 2017, tinha 67% de avaliações ruins ou péssimas. Antes, em dezembro de 2016, este número era de 57%. A rejeição ao governo nos estados do Nordeste era significativamente superior em relação às demais regiões. No Sudeste, por exemplo, em que Temer tinha a segunda pior avaliação, 52% dos entrevistados avaliaram o governo como ruim ou péssimo, em março de 2017, contra 46% em dezembro de 2016²⁵⁰.

Em contraposição à inauguração de Temer, os ex-presidentes Lula e Dilma fizeram o que chamaram de “inauguração popular” da Transposição do São Francisco. A Caravana de Lula pelo Nordeste visitou diversos estados. Teve seu auge no dia 19 de março de 2017, na cidade de Monteiro (PB), onde Lula com diversos aliados, lançou-se como pré-candidato para as eleições de 2018, mas não pôde concorrer em virtude de sua condenação pela Operação Lava Jato.

Os ex-presidentes chegaram a Campina Grande, com uma comitiva que incluía governadores de diversos estados do Nordeste – da Paraíba, Ricardo Coutinho (PSB); da Bahia, Rui Costa (PT); do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB); do Ceará, Camilo Santana (PT); e do Piauí, José Wellington Barroso (PT) – senadores petistas e o ex-prefeito de São Paulo (futuro presidenciável em 2018) Fernando Haddad, além de deputados, prefeitos e vereadores de cidades da Paraíba e Pernambuco. De lá seguiram para Monteiro, onde aconteceu a segunda inauguração para a mesma obra. Diferente da anterior, essa contou com grande participação de pessoas²⁵¹.

Um importante fato, a seguir, foi a expressiva adesão à Greve Geral de 28 abril de 2017 no Nordeste contra o governo Temer e suas reformas. No Recife, por

249 G1. Temer diz que não quer ‘paternidade’ de transposição do rio São Francisco. **G1**. 10 mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/temer-diz-que-nao-quer-paternidade-de-transposicao-do-sao-francisco.ghtml> Acesso em 28 set. 2019.

250 BARBIERI, André. Com a economia arruinada, Nordeste contabiliza o maior repúdio a Temer no país. **Esquerda Diário**. 31 mar. 2017. Disponível em: <https://esquerdadiario.com.br/Com-a-economia-arruinada-Nordeste-contabiliza-o-maior-repudio-a-Temer-no-pais> Acesso em 29 set. 2019.

251 G1 PB. Lula e Dilma visitam obra do São Francisco na PB e fazem discurso. **G1**. 19 mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/lula-e-dilma-visitam-obra-do-sao-francisco-na-pb-e-fazem-discurso.html> Acesso em 28 set. 2019.

exemplo, houve um ato de grandes proporções, um dos maiores do país, contando com a participação de 200 mil pessoas, que marcharam da Praça do Derby em direção à Praça da Independência, interditando completamente avenidas como a Agamenon Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti e Conde da Boa Vista. Em Fortaleza, as atividades aconteceram pela manhã e início da tarde, agregando em torno de 100 mil pessoas. Em Salvador, reuniram-se cerca de 80 mil pessoas. Na capital norte-rio-grandense, Natal, além de bloqueios que fecharam rodovias e avenidas pela manhã, aconteceu, pela tarde, um grande ato que reuniu em torno de 70 mil pessoas na lateral do Midway Mall e seguiram pela Avenida Salgado Filho em direção à Praça Pedro Velho (Praça Cívica)²⁵².

Depois da greve geral de 28 de abril, Temer não voltou à região Nordeste, e seguiu seu mandato em frangalhos, mas não sem conseguir, ainda, a aprovação da PEC do Teto dos Gastos e a Reforma Trabalhista. A Reforma Previdenciária, por outro lado, ficou na gaveta, esperando o governo seguinte.

Chegando ao fim do mandato, Temer em entrevista que foi ao ar no Programa 20 Minutos, da TV Jornal, afiliada do SBT em Pernambuco, destacou que a principal ação para o Nordeste nos seus dois anos e meio de mandato foi a continuidade à Transposição do São Francisco, indicando que: “no meu governo nós conseguimos concluir o Eixo Leste, que levou água para a Paraíba, e boa parte de Pernambuco”²⁵³.

Temer, antes de deixar o cargo que ocupou desde o golpe, para amenizar sua impopularidade no Nordeste, ainda liberou R\$ 136 milhões para duas grandes obras na região. A Vertente Litorânea, na Paraíba, com vistas a ampliar o abastecimento de água do São Francisco neste estado, ao custo de R\$ 75 milhões e o Canal do Sertão Alagoano que deveria receber R\$ 61 milhões²⁵⁴.

252 BARBIERI, André; SANTOS, Nivalter Aires dos. Nordeste abrigou os maiores atos do Brasil na greve geral do 28A. **Esquerda Diário**. 29 abr. 2017. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Nordeste-abrigou-os-maiores-atos-do-Brasil-na-greve-geral-do-28A> Acesso em 2 out. 2019.

253 AGÊNCIA BRASIL. Temer faz balanço de realizações sociais do governo no Nordeste. **Exame**. 2 dez. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/temer-faz-balanco-de-realizacoes-sociais-do-governo-no-nordeste> Acesso em 28 set. 2019.

254 RAMOS, Murilo. De saída, Temer libera milhões para duas obras no Nordeste. **Época**. 07 dez. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/expresso/de-saida-temer-libera-milhoes-para-duas-obras-no-nordeste-23287688> Acesso em 28 set. 2019.

7.2.1 E a Questão Nordestina Pós-golpe?

É possível compreender que a economia nordestina, em fins de 2016, sofreu um impacto maior com a crise econômica e teve uma piora mais acentuada do que o restante do país. A combinação de alguns fatores foi fundamental para essa situação desfavorável. O baixo nível de renda, nesta região, que é inferior à média nacional, o que justifica, por sua vez, o elevado grau de dependência dos municípios por verbas públicas – que pode ser ilustrado pelo fato que um grande número de pequenos municípios têm cerca de 80% da sua renda formada por verbas repassadas pela União²⁵⁵. A defasagem do Bolsa Família, em relação à inflação que vinha desde 2014, e o reajuste de 2016 feito por Temer não foi o suficiente para compensar a inflação acumulada do período²⁵⁶. O ajuste fiscal que interrompeu importantes obras na região – grandes projetos neodesenvolvimentistas de investimentos foram abandonados devido ao ajuste fiscal, ficando inacabados e cessando os investimentos em estaleiros, refinarias, ferrovias, etc. E, não menos importante, a estiagem prolongada de grandes proporções que se estendeu entre 2012 e 2016²⁵⁷.

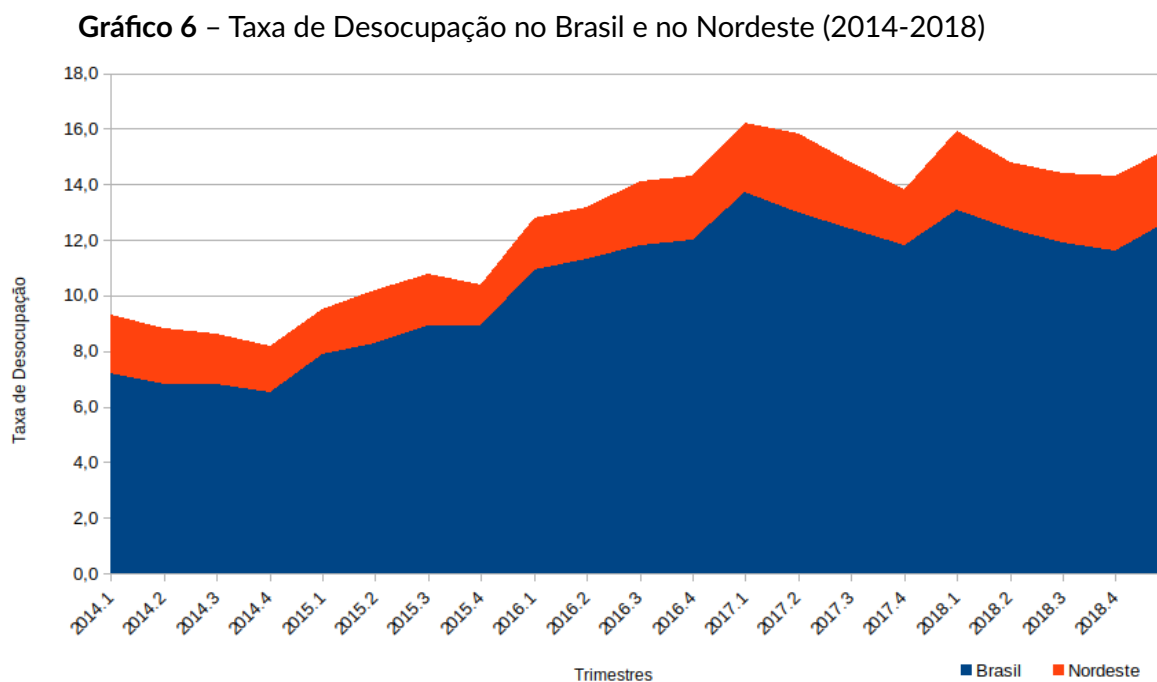
Além desses fatores podemos perceber os efeitos da desaceleração econômica nos setores que apareciam como mais dinâmicos na região. O Valor Bruto da Produção da Agricultura (tomando 2010 como ano de referência) diminuiu 4,90% (entre 2015 e 2016); na Construção diminuiu 8,44% (entre 2015 e 2016) e, se comparando 2016 com 2014, a Construção diminuiu 11,97% da sua produção bruta. A queda não foi completa porque outros setores se destacaram, como a Indústria de transformação nordestina que passou por uma elevação de 4,20% entre 2015 e 2016, e o setor de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que se cresceu quase 10,00%, nesses mesmos anos²⁵⁸.

255 CANZIAN, Fernando. Economia do Nordeste tem piora mais acentuada do que o restante do país. **Folha de S. Paulo**. 19 dez. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1842617-nordeste-tem-piora-mais-acentuada-da-economia-do-que-o-restante-do-pais.shtml> Acesso em 28 set. 2019.

256 CASTRO, José Roberto. Qual a trajetória dos reajustes do Bolsa Família desde 2003. **Nexo Jornal**. 15 nov. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/15/Qual-a-trajet%C3%B3ria-dos-reajustes-do-Bolsa-Fam%C3%ADlia-desde-2003> Acesso em 28 set. 2019.

257 SANTOS, Nivalter Aires dos. A maior das secas dos últimos 100 anos no Nordeste. **Esquerda Diário**. 14 out. 2016. Disponível em <http://www.esquerdadiario.com.br/A-maior-das-secas-dos-ultimos-100-anos-no-Nordeste> Acesso em 28 set. 2018.

Com relação à desocupação, é possível perceber que o desemprego no Nordeste aparece sempre superior à média brasileira, como se pode observar no gráfico 6.



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
[Elaboração própria]

Em 2016 se atingiu, no Nordeste, a média anual de 13,6% de desemprego contra 11,5% na média nacional; vindo de 8,7% em 2015 no Nordeste e 6,8% no Brasil; em 2017, o Nordeste atingiu o 15,2%, em comparação com 12,7% no Brasil²⁵⁹, Desse modo é possível perceber que, desde de que se instalou a crise, o desemprego no Nordeste foi superior à média brasileira, passando a se afastar mais a partir do último trimestre de 2015.

É marcante, nesta região, a forte dependência de recursos provenientes de aposentadorias e Bolsa Família, de modo que as famílias de grande parte do Nordeste

258 Valor Bruto da Produção 2010-2016. Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=resultados> Acesso em 28 set. 2019.

259 Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, no Nordeste. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados> Acesso em 28 set. 2019.

precisam, como fonte de sustento, desses recursos e a defasagem dos valores, especialmente do Bolsa Família, impacta no consumo das famílias.

Sobre a renda média das famílias nordestinas, considerando a Pesquisa de Orçamento Familiar, como se observa na Tabela 12, podemos comparar os números de 2008 com os de 2018. Através dessa comparação, percebemos que no Nordeste o rendimento proveniente do trabalho diminuiu de 57,8% do total para 52,6%, nesses 10 anos. Enquanto isso, os rendimentos por Transferência (que incluem aposentadoria, pensão no INSS, previdências públicas ou privadas e programas sociais federais) aumentaram, passando de 22,5% para 24,6%. Demonstra-se claramente que, no marco da variação patrimonial médio mensal das famílias nordestinas, o trabalho perdeu importância relativa e as famílias tornaram-se ainda mais dependentes das transferências. Estas fontes, por sua vez, garantem renda média para quase $\frac{1}{4}$ das famílias. Mesmo com a tendência de não crescimento real do salário-mínimo e do Bolsa Família após o golpe, essas fontes são a base de sustentação de grande parte da economia nordestina.

Um aspecto que não pode passar despercebido é que a proposta d'*Uma Ponte para o Futuro* representa um ataque direto à economia nordestina, que passou por melhora devido a esse volume de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família, mas, também, pela elevação real do salário-mínimo, que significou um aumento das aposentadorias e pensões no mesmo nível. Essa indexação é alvo de críticas pelo plano do PMDB, e pelo ministro da Economia do governo seguinte, mas foi a essência do que deu certo na política neodesenvolvimentista dos governos petistas nesta região.

Destaque-se, ainda, que tanto em 2008 quanto em 2018, a região Nordeste é a pior colocada em relação aos rendimentos do trabalho, e a mais dependente de rendimentos por transferência. Em 2008 o trabalho corresponde a renda média menor em 2,5% do que a segunda pior região nesse aspecto, o Sul, e 3,3% abaixo da média nacional; enquanto, em 2018, esse valor era de 4,5%, também em relação ao Sul, e abaixo 4,9% da média nacional.

Tabela 12 – Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar, por tipos de origem dos recebimentos, segundo as Grandes Regiões – período 2008 e 2018

Grandes Regiões	Total	Rendimento Total	Rendimento do Trabalho	Transferência	Rendimento de Aluguel	Outras Rendas	Rendimento não Monetário	Variação Patrimonial
Norte	100	96,1	65,6	13,3	1,1	1,7	14,5	3,9
Nordeste	100	97,1	57,8	22,5	1,2	2,0	13,6	2,9
Sudeste	100	95,4	61,2	18,5	1,9	1,2	12,5	4,6
Sul	100	94,2	60,3	17,1	1,7	2,3	12,9	5,8
Centro-Oeste	100	96,7	66,4	16,1	1,6	1,3	11,2	3,3
Brasil	100	95,6	61,1	18,5	1,7	1,6	12,8	4,4
2018 – Distribuição (%)								
Norte	100	94,6	61,0	16,3	1,0	0,7	15,6	5,4
Nordeste	100	95,0	52,6	24,6	0,9	1,1	15,7	5,0
Sudeste	100	93,8	58,1	18,9	1,9	0,5	14,4	6,2
Sul	100	93,7	57,1	20,0	1,8	0,5	14,2	6,3
Centro-Oeste	100	91,4	61,5	14,3	1,7	1,0	12,8	8,6
Brasil	100	93,8	57,5	19,5	1,6	0,7	14,5	6,2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2007-2008 e 2017-2018.

No que se refere às transferências como fonte de renda média, em 2008, o Nordeste estava com 4% a mais do que a segunda região mais dependente, o Sudeste, e com os mesmos 4% em relação à média nacional; em 2018 representava 4,6% a distância, dessa vez em relação ao Sul, e 5,1% em relação à média nacional. Em síntese, de acordo com essa mesma pesquisa, aproximadamente $\frac{2}{5}$ das famílias do Nordeste (39,4%) viviam com dois salários-mínimos ou menos, e, ainda, que o valor médio de rendimento dessas famílias era de R\$ 464,37.

A questão da transposição tomou grande vulto no primeiro semestre de 2017, em parte, devido à crise hídrica pela qual estavam passando diversas cidades que seriam abastecidas pelo projeto. O açude de Boqueirão, por exemplo, que abastece dezenove cidades do agreste paraibano, entre elas Campina Grande, seria beneficiado pelo projeto. Quando o bombeamento das águas do São Francisco iniciou, através do Eixo Leste, o açude dispunha de apenas 2,9% da capacidade, o pior volume desde sua

fundação, em fins da década de 1950, chegando até 20,18% de sua capacidade, em fevereiro de 2019, quando as águas do Velho Chico cessaram²⁶⁰.

Sobre a Transposição do rio São Francisco, tendo se passado pouco mais de três anos das suas inaugurações, a formal por Temer e depois a “popular” por Lula e Dilma, vê-se que definha: o canal do Eixo Leste está vazio e a obra apresenta sinais de abandono e deterioração. Os canais estão sem água desde fevereiro de 2019. Veem-se paredes rachadas, estações de bombeamento paralisadas, barreiras de proteção rompidas, sistema de drenagem obstruído e assoreamento do canal em alguns trechos²⁶¹.

Os tempos políticos não equivalem aos tempos de engenharia. Desse modo, a pressa para gerar um fato político importante no Nordeste, e melhorar a imagem de Temer, não foi compatível com o empreendimento que não suportou entrar em funcionamento antes do tempo. Basta observar que a drenagem não foi completamente executada e nem o sistema de controle estava completamente implantado. Diante desse contexto, foi por recomendação da Agência Nacional de Águas que o bombeamento da água ao longo do canal de 217 km de extensão foi interrompido em razão de risco de rompimento no reservatório Cacimba Nova, em Custódia (PE).

O Ministério Público Federal em Monteiro (PB) emitiu um laudo técnico apontando rachaduras no revestimento de concreto de mais de 1,5 centímetro de espessura. De acordo com a perícia “os canais da Transposição do São Francisco apresentam uma série de patologias que são incompatíveis com o tempo decorrido desde a construção”, e essas patologias estão associadas a problemas de concepção e/ou execução da obra e não a fenômenos naturais ou climáticos da região, como tentou se justificar o Ministério do Desenvolvimento Regional. Ainda mais que as fissuras, trincas e mesmo a ruptura do concreto indicam a má qualidade do material utilizado

260 ALVES, Iara. Após três anos da transposição na PB, açude de Boqueirão pode sangrar com águas de chuvas em 2020. **G1**. 18 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/04/18/apos-tres-anos-da-transposicao-na-pb-acude-de-boqueirao-pode-sangrar-com-aguas-de-chuvas-em-2020.ghtml> Acesso em 20 abr. 2020.

261 VALADARES, João. Inaugurada às pressas por Temer e Lula, transposição do São Francisco já definha. **Folha de S. Paulo**. 02 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/inaugurada-as-pressas-por-temer-e-lula-transposicao-do-sao-francisco-ja-definha.shtml> Acesso em 29 set. 2019.

ou uma deficiência na concepção das juntas de dilatação e controle ao longo do canal²⁶².

Entre 2016 e 2018 a questão nordestina ficou circunscrita, basicamente, à ligação (até afetiva) que as massas populares da região mantinham em relação ao Partido dos Trabalhadores, que, por sua vez, ajuda a explicar os baixíssimos níveis de popularidade de Temer na região; e a Transposição do São Francisco como obra redentora, sobre a qual disputaram sua “paternidade” na abertura dos canais, mas que saiu do radar depois dos festejos de inauguração, e quando as águas deixaram de correr, devido a problemas estruturais da obra, não teve repercussão na mesma proporção.

No futuro proposto pelo PMDB não havia espaço para o Nordeste. O conjunto de obras que marcaram o período neodesenvolvimentista foi ficando pelo caminho em nome do equilíbrio fiscal; e a região com pior nível de renda foi ainda mais prejudicada pela defasagem do Bolsa Família e baixo crescimento do salário-mínimo.

Para coroar, não esqueçamos o sonho de Michel Temer de querer ser reconhecido como o “maior presidente nordestino que passou pelo Brasil”. É “impressionante como cada palavra nesta sentença está errada”²⁶³. Temer está longe de ser o maior presidente. Nem mediano foi. Está mais para um presidente miúdo, que estava lá atendendo a interesses mesquinhos, chegando ao fim do governo com enorme rejeição, dado que 82% da população achava sua administração ruim ou péssima²⁶⁴. Tampouco foi ou é nordestino, sendo paulista de nascença com ascendência libanesa. Nem sequer contribuiu com melhoria na qualidade de vida da população nordestina. Muito pelo contrário. Passou pelo Brasil, mas passou atravessado, chegando à posição de presidente de forma ilegítima, através de um golpe.

262 G1 PB. Canal da Transposição tem rachaduras no trecho de Monteiro, na PB, diz MPF. **G1**. 29 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/07/29/canal-da-transposicao-tem-rachaduras-no-trecho-de-monteiro-na-pb-diz-mpf.ghtml> Acesso em 20 abr. 2020.

263 Frase do personagem Luke Skywalker no filme *Star Wars: Os Últimos Jedi* (2017).

264 PORTAL DA INDÚSTRIA. Popularidade do governo Temer mantém-se baixa, aponta CNI-Ibope. **Portal da Indústria**. 26 set. 2018. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/popularidade-do-governo-temer-mantem-se-baixa-aponta-cni-ibope/> Acesso em 27 jan. 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese que buscamos defender é: o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, no âmbito da formação econômico-social brasileira, produziu uma questão regional, condicionando o Nordeste a uma posição subalterna, particularmente, a partir dos processos de transformação no capitalismo nacional que se abriram no século XX. Essa condição subalterna, por sua vez, salta à vista nos momentos de maior agudização da precarização das condições de vida dos de baixo, como acontece, por exemplo, nos momentos de seca, de aprofundamento da superexploração da força de trabalho ou acirramento da luta de classes.

Essa condição impeliu o Estado brasileiro a intervir nesta região em diversos momentos ao longo do século XX e XXI. Mas, como pudemos perceber, diante do capitalismo, enquanto forma de organização social e da produção material, é colocada uma barreira intransponível à superação da condição subalterna da região dependente, num país dependente, num continente dependente. De modo que a atuação do Estado brasileiro foi, sempre, profundamente limitada em termos da capacidade de transformação desse quadro, quando não acabou reforçando, direta ou indiretamente, a subalternidade nordestina.

As particularidades regionais são o resultado histórico das contradições e combinações concretas de forças econômicas, políticas, sociais e culturais no âmbito de uma formação econômico-social. Nesse intuito o movimento de diferenciação entre uma região hegemônica e outra subalterna está ligado ao desenvolvimento desigual da relação capital-trabalho e a divisão socioespacial do trabalho. Compreendemos que a questão regional, ao ser analisada, não pode ser separada do entendimento em torno das classes sociais, em vista que as diferenças regionais guardam no seu âmago um aspecto relacional entre as classes – a relação que se estabelece entre os capitais hegemônicos e os capitais da região dependente e, conseqüentemente, com as classes trabalhadoras e subalternas – que condiciona a existência e perpetuação dessa questão.

Além disso, o Estado – pelo seu caráter de classe, sua constituição e características – organiza regionalmente o espaço nacional em prol da produção e reprodução do capital, no sentido de conformar o melhor arranjo para a divisão

regional do trabalho, ao tempo que exerce a mediação e a organização do espaço na formação econômico-social. Desse modo, a questão regional surge do conjunto de combinações e desigualdades no ritmo de desenvolvimento do capitalismo e vê-se legitimada e aprofundada, muitas vezes, pelo Estado burguês que, capturado pelos interesses da fração hegemônica da burguesia, condena a região mais atrasada a permanecer em tal condição desempenhando um papel subalterno.

Entendemos que o tipo de transformação vivenciado no capitalismo brasileiro, característico de um processo de revolução passiva em meio a “contra-revolução burguesa permanente”, tolhe sistematicamente o protagonismo das classes subalternas, subordinando a existência dos de baixo e reforçando a hegemonia dos de cima. Entretanto, a subalternidade traz consigo um aspecto passivo, de aceitação relativa da condição de subalternidade, e outro ativo, ligado às formas de resistência. É a partir dessa chave de interpretação que inter-relacionamos a questão nordestina com a atuação do Estado, as lutas de classes e o desenvolvimento desigual. A questão nordestina é a manifestação mais evidente do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro, aparecendo como a região subalterna diante do processo de integração nacional. O Estado, ainda que seja pressionado pelos de baixo, não tem condições de dar uma resposta efetiva à problemática regional, sendo uma tarefa democrática pendente que o Estado burguês pode apenas intrujar solucionar, haja visto o histórico dessa atuação, demonstrado ao longo dos capítulos desta tese. Por outro lado, somente através da luta de classes, rompendo as barreiras do capitalismo periférico e dependente, que as classes trabalhadoras e subalternas – sem se sujeitar aos interesses de uma pretensa fração progressista da burguesia – podem buscar cumprir aquilo que o capital apenas promete, avançando sobre o âmago do problema, ao invés de intervenções paliativas.

Colocando em termos claros, o atraso histórico da região Nordeste se constituiu na estrutura fundiária, com base na grande propriedade de baixa produtividade, e nas relações de trabalho precárias baseadas na superexploração da força de trabalho, associados a uma organização política marcada pela promiscuidade entre o público e o privado, por parte das classes localmente dominantes. Diante desse contexto, a integração nacional dos mercados regionais colocou em contato (e em contraste) as economias das regiões hegemônicas e subalternas, processo no qual se sobressaiu o

desenvolvimento desigual, em termos capitalistas, dessas diferentes regiões. Esse quadro histórico, ainda que tenha se transformado ao longo dos anos, pela atuação do Estado, mantém suas características essenciais, fundamentalmente, porque a armadilha da dependência dentro da dependência, que é a base da subalternidade nordestina, não pode ser rompida pela ação da tacanha burguesia brasileira ou nordestina.

A classe burguesa, no Brasil e no Nordeste, não guarda semelhança em relação às burguesias revolucionárias, de alhures, que, na luta pela superação do feudalismo, aliaram-se às classes subalternas em processos revolucionários, atendendo, inclusive, a várias pautas vindas de baixo, como, por exemplo, a reforma agrária. No Brasil, por outro lado, pelo condicionamento histórico da conformação das classes sociais, a burguesia, em suas diversas frações, sempre teve como inimigo fundamental as classes trabalhadoras e subalternas. Por isso, tivemos na história brasileira a ausência de uma revolução burguesa de fato, que assumiu a forma de uma revolução passiva, na qual os elementos de modernização e conservação se articulam dialeticamente num processo de desenvolvimento desigual e combinado. Daí a resignificação dos históricos problemas nacionais sem nunca enfrentá-los radicalmente, como tem acontecido com a questão agrária e a questão nordestina.

Retomando as hipóteses que lançamos, ficou claro, através do exposto nestas páginas, que a questão nordestina segue irresoluta, mesmo que tenha passado por um processo de transformação em seu caráter – em função das mudanças pelas quais passaram as economias nacional e nordestina, a partir dos processos de integração comercial (após 1930) e depois produtiva (após 1950), seguida por uma desintegração produtiva (após 1990) – na qual o Nordeste nunca deixou de ocupar uma posição subalterna.

A dependência desta região se manifesta, justamente, nos momentos de maior turbulência econômica, social, política e climática constringendo o Estado brasileiro a intervir através de diversas formas, particularmente, através da criação de instituições ao longo das décadas – DNOCS, BNB, SUDENE, ADENE, etc. – sem nunca conseguir criar as condições para que fossem superadas a distância econômica entre essa região e o Centro-Sul. Na mesma medida, não produziu um avanço, tão profundamente, nos

indicadores sociais, que seguem explicitando a distância na qualidade de vida, entre a periferia e o centro.

Então, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro conformou espaços sociais e produtivos distintos, nos quais áreas dinâmicas e atrasadas convivem e constituem as particularidades da formação econômico-social dependente e periférica que é o Brasil. Isso significou, para muitos, um apelo ao dualismo, através do entendimento de que existiriam dois “brasis”. Por outro lado, entendemos que a existência de diferenças regionais faz parte de uma totalidade, articulada dialeticamente, conformando as respectivas posições de região hegemônica, de um lado, e subalterna, de outro. Nesse quadro, o Nordeste, sem sombra de dúvida, ocupa a posição subalterna. O limitado processo de integração econômica entre as regiões que avançou a duras penas no período desenvolvimentista, incluindo sua fase autoritária (entre 1964 e 1985), foi desfeito a partir da década de 1990, quando a integração brasileira com o mercado global passou a ser preferível, no âmbito de um projeto de “integração competitiva”, em detrimento da integração nacional que estava se consolidando.

Confrontando outra hipótese com a pesquisa que desenvolvemos, podemos indicar que, a despeito da intervenção do Estado de maneira mais ou menos incisiva sobre o Nordeste, a atuação do Estado burguês não só consolidou, mas reforçou a questão nordestina, ao garantir plenas condições de desenvolvimento da região central, relegando à região subalterna um papel secundário, mesmo nos momentos de maior intervenção. Isso aconteceu pelo próprio caráter de classe do Estado que, ao organizar a divisão regional do trabalho, o faz em prol da produção e reprodução do capital hegemônico nos blocos históricos que se conformaram.

Nesse sentido, compreendemos – a partir do desenvolvimento desigual e combinado, em suas diversas dimensões: social, política e econômica, que explica a relação de subalternidade do Nordeste – que a medida que o Estado brasileiro atuou sobre a questão nordestina, essa região passou por uma transformação, ao tempo em que a própria atuação do Estado foi transformada, em função dos interesses da fração do capital que estava hegemônizando o bloco histórico nos diferentes momentos que cobrem nosso recorte temporal. Desse modo, podemos perceber, ao longo dos

diversos momentos, esse processo de transformação e ressignificação da questão nordestina.

Em nossa investigação encontramos algumas tendências que merecem ser destacadas. Uma primeira diz respeito à questão fiscal que, desde há muito tempo, se manifesta na gestão que faz o Estado brasileiro diante da questão nordestina. Quando as contas públicas ficam apertadas, o Nordeste é sempre despesa a ser cortada. Essa tendência se verifica de maneira emblemática desde o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) que, como nordestino que era, deu início a diversas obras na região por conta da seca de 1919; entretanto o seu sucessor, o mineiro Arthur Bernardes (1922-1926), em nome da sanidade fiscal, suspendeu todas as obras abertas no governo anterior. O governo de Epitácio Pessoa é emblemático, ainda, porque, a fim de justificar os gastos no Nordeste, gastou em quantidade superior no Centro-Sul. De modo que essas duas tendências se repetem ao longo das décadas subsequentes: quando a situação nordestina se deteriora, particularmente, por conta de algum período de estiagem ou acirramento da luta de classes, o Estado brasileiro intervém com recursos, obras e instituições, mas tão logo a situação se “normaliza”, o discurso da austeridade fiscal volta a ganhar terreno. Além disso, vê-se que para justificar os gastos no Nordeste, o Estado brasileiro gasta muito mais no Centro-Sul. Por exemplo, o PAC I no governo Lula, já no século XXI, demonstra isso, pois quase 26% dos recursos foram destinados para o Sudeste, enquanto para o Nordeste, muito mais carente de infraestrutura, foi destinado um montante sensivelmente menor, de quase 16% do total.

Percebemos, ainda, outra tendência mais profunda. Para além desse movimento “investimento público vs. austeridade”, temos o movimento “desenvolvimentismo vs. (neo)liberalismo”. Nesse sentido, as crises orgânicas, que cobrem nosso recorte, demonstram esse movimento pendular que, em última instância, relaciona-se com a fração hegemônica do capital no âmbito do bloco histórico.

Avaliando historicamente, a “revolução de 1930” inaugurou o bloco desenvolvimentista, em oposição ao liberal modelo agrário-exportador, a partir do processo de industrialização do Centro-Sul, que contou com incisiva atuação do Estado brasileiro, e foi-se aprofundando ao longo dos diversos governos,

particularmente através da atuação de Celso Furtado, entre fins da década de 1950 e 1960.

O golpe militar, fruto de uma crise orgânica que teve seu ápice em 1964, em um primeiro momento, tentou se colocar em oposição ao desenvolvimentismo e ao Estado varguista, num sentido liberalizante. Mas ao não conseguir romper com essa tendência, já em 1968, voltou-se com força ao intervencionismo característico do desenvolvimentismo, em uma versão autoritária, através da atuação de Delfim Netto, aprofundando a dependência externa da economia brasileira. O desenvolvimentismo enfrentou uma crise de hegemonia, de fato, na década de 1980, quando, no cenário internacional, já não havia recursos disponíveis que se pudesse financiar a estratégia de substituição de importações que vinha desde 1930 e se aprofundou na década de 1970, em termos de bens de capital.

A década de 1990 inaugurou a hegemonia do neoliberalismo, a partir de um constrangimento global, propondo uma reorganização do Estado e o desmonte do desenvolvimentismo. Na década seguinte o projeto neoliberal enfrentou uma crise, produzindo como resultado um conjunto de governos na América Latina com uma retórica crítica ao mesmo. No Brasil, o neodesenvolvimentismo petista buscava resgatar elementos do desenvolvimento, mas sem superar a hegemonia neoliberal, que vinha da fração financeira do capital, apenas buscando uma estratégia de “conciliação de classes”, o que permitiu a esse governo, enquanto o cenário externo esteve favorável, manter seu projeto de ganha-ganha, quando os de cima ganhavam muito e os de baixo ganhavam o bastante para ascender nas suas pautas de consumo e escapar da pobreza extrema.

Mas, a partir da crise capitalista internacional de 2008, abriu-se uma nova crise orgânica e a “conciliação de classes” se mostrou como o mito que é. Não havia espaço para que todos seguissem ganhando. Por isso, o PT foi golpeado em 2016, a partir de quando houve um reforço da pauta neoliberal, expressa no governo Temer. Esse movimento pendular faz parte da história brasileira há, pelo menos, um século. Ora a tendência desenvolvimentista prepondera, quando a fração industrial prepondera; ora o (neo)liberalismo, quando a fração agrária ou a fração financeira despontam como hegemônicas.

No âmbito desse movimento pendular, a questão nordestina aparece com maior ou menor grau de importância. Em termos regionais, observamos o período de formação, arranjos e rearranjos do bloco desenvolvimentista, entre momentos de autoritarismo e de “democracia” restrita (1930-1985), a questão nordestina se constituiu diante da integração dos mercados regionais, puxada pelo processo de industrialização que aconteceu fortemente concentrada no Centro-Sul e sob forte atuação do Estado desenvolvimentista. Somente, a partir da década de 1950, através do acirramento da luta de classes, particularmente no caso das Ligas Camponesas, e atuação de um conjunto de “forças progressistas” foi que o Estado voltou-se ao Nordeste com uma intervenção para além da questão da seca, numa busca de intervir através de técnicas de planejamento para levar o Estado desenvolvimentista à região periférica.

Entretanto, com a ruptura e a mudança no regime político após o golpe de 1964, o desenvolvimentismo autoritário demonstrou os limites das propostas de intervenção no Nordeste. As forças que sustentaram o golpe e o regime ditatorial consolidaram as condições institucionais para um padrão de reprodução do capital baseado no fortalecimento dos laços de dependência externa e na superexploração da força de trabalho. Tendo, no primeiro momento, transformado o Nordeste numa questão política, militar e policial, encerrou com mãos de ferro as aspirações dos grupos que estavam mobilizados em torno da transformação social. Ao fim do regime militar os problemas regionais continuavam a existir ainda que tenha havido uma transformação econômica pontual, os trabalhadores urbanos e rurais continuavam a trabalhar e sobreviver sob condições adversas, e a relação de dependência existente entre o Nordeste e o Centro-Sul apenas se reatualizara sob novos termos.

A partir da década de 1980, o desenvolvimentismo experimentou uma crise de hegemonia, no marco da mudança do padrão de acumulação industrial periférico e ascensão do neoliberalismo, particularmente na década de 1990, no bojo de um processo de reestruturação produtiva e aprofundamento da globalização do capital financeiro. O impacto mais direto em termos regionais foi o abandono do esforço de aplicação de técnicas de planejamento sobre a região periférica, ao tempo que se abandonou, também, a busca de integração produtiva entre as regiões brasileiras, em

função de uma integração competitiva no mercado global. Isso significou o abandono da questão nordestina pelo Estado para que fosse “resolvida” pelo mercado.

Com a chegada do novo século e uma ampla crise do neoliberalismo em diversas partes da América Latina, no Brasil despontou uma variação do projeto neoliberal, agregando elementos deste com elementos desenvolvimentistas, produzindo o neodesenvolvimentismo como síntese do novo momento, contando com um cenário internacional favorável. Isso permitiu maior margem de atuação, quando a hegemonia solitária do capital financeiro, que tinha acontecido nos anos 1990, passou a ser compartilhada com alguns setores da burguesia interna, particularmente o setor da construção civil e do agronegócio. Nesse ensaio neodesenvolvimentista a questão regional foi retomada através da PNDR, mas como vimos, na penúltima seção do capítulo sexto, foi outro conjunto de políticas – como é o caso do programa Bolsa Família, o Luz para Todos, e o P1MC, além da política de elevação real do salário-mínimo – que produziu um resultado mais profundo, transformando a vida das camadas subalternas da população nordestina, sem, entretanto, superar a condição subalterna da região Nordeste. Ainda assim, conseguiu criar um vínculo, até afetivo, muito profundo, entranhado no senso comum, entre essas classes subalternas e o projeto neodesenvolvimentista do PT, particularmente, com a figura de Lula.

A seguir, instalou-se uma nova crise orgânica, a da “nova república”, que se abriu em diversas frentes, agudização da crise econômica que teve início em 2008 nos Estados Unidos e chegou a América Latina com mais força a partir de 2012, e crise social e política que tomou as ruas a partir de 2013. Diante do novo contexto, e do golpe institucional de 2016, voltou-se ao aprofundamento de uma agenda neoliberal, sem os resquícios de neodesenvolvimentismo que marcaram o segundo governo Dilma e, então, as políticas de desenvolvimento regional passaram por um novo esvaziamento.

Diante dessa movimentação mais geral – relacionando o Estado, o desenvolvimento desigual e combinado, a luta de classes e a questão nordestina – percebemos que essa busca por “superar” ou minorar o “atraso” nordestino tem como barreira os limites do capitalismo dependente, expresso na tacanha mentalidade da burguesia periférica, da formação econômico-social brasileira. Em vista disso, reafirmamos nossa tese de que há uma questão regional irresoluta no Brasil, a questão

nordestina. Essa problemática é impossível de ser resolvida no marco do capitalismo dependente da formação econômico-social brasileira. As diversas experiências de intervenção e abandono sistemático demonstraram claramente os limites da atuação do Estado burguês de dar uma resposta efetiva a essa questão. Diante do (neo)desenvolvimentismo ou (neo)liberalismo o Nordeste segue subalterno, na medida em que os indicadores econômicos e sociais demonstram a discrepância desta região em comparação com a região central. E que o conjunto da população dessa região – que dispõe de quase 30% do povo brasileiro, ou seja, mais de 55 milhões de pessoas – segue com elevado grau de vulnerabilidade econômica e social.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ABRAMO, Basilio. Brasil tras el triunfo de Lula. **Estrategia Internacional**, n. 19, 2003. Disponível em: <http://www.estrategiainternacional.org/Brasil-tras-el-triunfo-de-Lula?lang=es> Acesso em: 15 fev. 2017.

ABREU, Alzira Alves de. Plano Nacional de Desenvolvimento. *In: Dicionário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas* (CPDOC-FGV), 2001a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd> Acesso em 10 ago. 2020.

ABREU, Alzira Alves de. Revolta Comunista de 1935. *In: Dicionário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas* (CPDOC-FGV), 2001b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-comunista-de-1935> Acesso em 11 jun. 2020.

AGUIAR, Jórissa Danilla Nascimento. **Análise das interpretações do governo Evo Morales: o legado histórico e o poder nacional-indígena**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALIAGA, Luciana. **Gramsci e Pareto: Ciência, história e revolução**. Curitiba: Apriis, 2017.

ALIAGA, Luciana. Revolução Passiva e desenvolvimento: a análise gramsciana sobre o processo de modernização do Estado na periferia do capitalismo. *In: Congresso Latinoamericano de Ciência Política - ALACIP, 8., 2015. Lima. Anais Eletrônicos...* Lima: Pontifícia Universidade Católica do Peru, 2015. Disponível em <http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2014/12/Revolu%C3%A7%C3%A3o-Passiva-e-desenvolvimento-artigo1.pdf> Acesso em: 23 jan. 2018.

ALMEIDA, Antônio Lúcio Campos. Pós-Modernismo, Pós-Estruturalismo e Nova História: A recusa da razão totalizante. **Pro-Posições**, v. 8, n. 2 [23], p. 86-91, 1999. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/1926/23-artigos-almeidaalc.pdf> Acesso em 07 mar. 2020.

ALMEIDA, José Elesbão; ARAÚJO, José Bezerra de. Um modelo Exaurido: O caso da SUDENE. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 12, n. 23, p. 97-128, 2004. Disponível em: http://cepeac.upf.br/download/rev_n23_2004_art5.pdf Acesso em 31mar. 2020.

ALMEIDA, Rodolfo; ZANLONRESSI, Gabriel. Um histórico das disputas presidenciais desde 1989, em mapas. **Nexo Jornal**. 21 set. 2018 Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/09/21/Um-hist%C3%B3rico-das-disputas-presidenciais-desde-1989-em-mapas> Acesso em 20 abr. 2020.

ALVES, Adriana Melo; ROCHA NETO, João Mendes da. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 1, n. 2, p. 311-338, 2014. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/extra/5525776c88b67.pdf> Acesso em 06 mar. 2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDRADE, Manoel Correia de. Uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Global, 2013. *E-book*.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, p. 125-130, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARANHA, Gervásio Batista. **Campina Grande no espaço regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907 – 1957)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1991.

ARRUDA, Danilo Raimundo de. **Quinze Anos Sem Política Regional: Uma Análise dos Planos do Governo Federal para o Nordeste de 1994 a 2009**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010.

AUED, Bernardete Wrublevski. Nos Caminhos da Cisão [1986] In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BACELAR, Tânia. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

BACELAR, Tânia. Brasil nos Anos Noventa: Opções estratégicas e dinâmicas regionais. **Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, p. 9-24, 1999a. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/34/20> Acesso em 26 mar. 2020.

BACELAR, Tânia. Entrevista. **Democracia Viva**, n. 44. p. 20-31, 2010. Disponível em: <http://issuu.com/ibase/docs/democracia-viva-45> Acesso em 29 mar. 2020.

BACELAR, Tânia. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 7-36, 1 abr. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8971> Acesso em 26 mar. 2020.

BACELAR, Tânia. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?**. Fundação Joaquim Nabuco, 2000. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/obte013.doc> Acesso em: 26 mar. 2020.

BACELAR, Tânia. Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. 2, p. 144-161, 1999b.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 2, p. 135-146, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a07v45n2.pdf> Acesso em 05 mar. 2020.

BARBIERI, André Augusto de Paula. **Fim de ciclo do governo pós-neoliberal no Brasil: O PT, o Estado e o golpe institucional**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

BARBOSA, Fernando de Holanda. Plano Cruzado. *In: Dicionário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas* (CPDOC-FGV), 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cruzado> Acesso em 10 fev. 2021.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. A Questão Regional no Neoliberalismo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 178-196, 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/viewFile/26569/17161> Acesso em: 28 dez. 2018.

BARROS, Alexandre Rands; ATHIAS, Diloá. Salário mínimo, Bolsa Família e desempenho relativo recente da economia do Nordeste. **Revista de Economia Política**, v.33, n.1, p. 179-199, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n1/a10v33n1.pdf> Acesso em 06 mar. 2020.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: Classes Sociais, Neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, n. 47, p. 31-38, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n47/04.pdf> Acesso em: 27 fev. 2018.

BOITO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, n.42, p.155-162, 2016a. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2017_03_03_10_57_34.pdf Acesso em: 27 fev. 2018.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas - "O acordo social necessário. Pode o Brasil ter uma estratégia nacional de desenvolvimento?", 2012. São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV, 2012a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1> Acesso em: 27 fev. 2018.

BOITO JR., Armando. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (org.). **Políticas e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012b.

BOITO JR., Armando. Neodesenvolvimentismo implode, mas governo Temer seguirá instável. **Revista Adusp**, n. 59, p. 6-13, 2016b. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/59/mat01.pdf> Acesso em: 27 fev. 2018.3

BOITO JR., Armando. Uma crise no caminho do neodesenvolvimentismo. **História e Luta de Classes**, n. 22, p.83-95, 2016c.

BRANDI, Paulo. Getúlio Dornelles Vargas. In: **Dicionário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)**, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas> Acesso em 30 jun. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, p. 07 - 40, 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702/550> Acesso em 07 out. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo. **Interesse Nacional**, n. 13, p. 76-85, 2011. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2011/10.26a.Brasil_Novo-desenvolvimentismo_InteresseNacional.pdf Acesso em: 27 fev. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, n. 3, p. 5-24, 2006. Disponível em: https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf Acesso em: 27 fev. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Novo Desenvolvimentismo. In: **Globalização e Competição**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009, p. 75-94

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, n. 143, p. 237-265, 2016a. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/143-1.pdf> Acesso em: 27 fev. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria Novo-Desenvolvimentista: Uma Síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, n. 19, p.145-165, 2016b. Disponível em: http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/9/pdf_1 Acesso em: 27 fev. 2018.

BRITO, Eduardo Martins de. **Desenganos do “Neodesenvolvimentismo” em Suape: Metamorfoses sociais no município de Cabo de Santo Agostinho**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 5, p. 5-31, nov. 1995.

BURITY, Joanildo. Estado e Capitalismo na "Revolução Passiva" Brasileira. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 4, n. 2, p. 175-194, 1988. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1045> Acesso em: 18 out. 2018.

CABALLERO, Mario; JUÁREZ, Martín; GALVEZ, Lucía. Mexico: La larga marcha zapatista hacia el Congreso. **Estrategia Internacional**, n. 17, 2001. Disponível em: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei17/mexico.htm> Acesso em: 20 mar. 2020.

CAMPOS, Arnaldo de; ALVES, Adriana Melo. O Programa Água para Todos: Ferramenta poderosa contra a pobreza. In: CAMPELLO, Tereza, FALCÃO, Tiago, COSTA, Patrícia Vieira da. (org.) **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. Textos para discussão. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, n. 200, jan. 2012.

CANO, Wilson. Apresentação. In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antonio. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: UNESP, 2007

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. **Lutas Sociais**, v. 21/22, p. 132-145, 2009. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/11_marcelo-grasiela.pdf Acesso em 07 mar. 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre a Reforma do Estado. **Novos Estudos**, n. 50, p. 5-12, 1998. Disponível em: https://www.e-law.net.br/ensaios/Notas_sobre_a_reforma_do_Estado.pdf Acesso em 06 mar. 2020.

CARPEAUX, Otto Maria. A Vida de Gramsci. **Revista Civilização Brasileira**, n. 7, 1966. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=125> Acesso em: 21 fev. 2021.

CARVALHO, Fernanda Ferrario de. **A Extinção da SUDENE: Um marco das Transformações na Política de Desenvolvimento Regional no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

CARVALHO, Fernanda Ferrario de. **Da esperança a crise: a experiência das políticas regionais no Nordeste**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2001.

CARVALHO, Soraia de. **Estado e luta de classes na Bolívia: Uma análise comparativa entre a Assembleia Popular de 1971 e a Constituinte de 2006-2009**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Reforma agrária: a proposta é uma coisa, o plano do governo é outra. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 337-345, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a31v1850.pdf> Acesso em 11 fev. 2021.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, n. 112, p. 613-636, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/02.pdf> Acesso em: 27 fev. 2018.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **OIKOS**, n. 1, p. 71-91, 2009. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/132> Acesso em: 27 fev. 2018.

CASTELO, Rodrigo. Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro. *In: MALTA, Maria et al. Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão: Ensaio sobre o Nordeste uma área explosiva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de informação legislativa**, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139 Acesso em 22 jan. 2020.

COELHO, Vitarque Lucas Paes. **A Esfinge e o Faraó: a política regional do governo Lula (2003-2010)**. 2014. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286401> Acesso em: 26 ago. 2018.

CONY, Carlos Heitor; ANGELI. **O Presidente que Sabia Javanês**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

COSTA, Simone da Silva. Políticas de desenvolvimento econômico para o Nordeste: Do GTDN à PNDR *In: SANTOS, Fabiane dos (org.). Geografia no Século XXI - Vol. 3*. Belo Horizonte: Poisson, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. *In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele, (Orgs.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 29-43.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Montecristo Editora, 2012. *E-book*.

DAL MASO, Juan. **O Marxismo de Gramsci: Notas de leitura sobre os Cadernos do Cárcere**. Ananindeua: Itacaiúnas, 2019.

DANTAS, Cauby. **Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casagrande com o menino de engenho**. Campina Grande: EDUEPB, 2015. *E-book*.

DAVIDOFF, Carlos Henrique. Revolução de 1932. *In: Dicionário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)*, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1932-1> Acesso em 11 jun. 2020.

DEL ROIO, Marcos. Prefácio. *In: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. *E-book*.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “Capital Financeiro na Agricultura” à Economia do Agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, n. 2, p.111-125, jan./abr. 2010.

DHOQUOIS, Guy. La Formación Económico-Social como Combinación de Modos de Producción. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 185-189, 1982.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/> Acesso em 23 fev. 2021.

EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 2011. E-book.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a Joseph Bloch setembro 1890. In. DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri (org.). **O Método em Karl Marx**. São Paulo: Edições Iskra, 2016a. p. 83-86

ENGELS, Friedrich. Prefácio [1895]. In. MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ENGELS, Friedrich. Resenha de Engels ao livro de Marx Contribuição à Crítica da Economia Política [1859]. In. DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri (org.). **O Método em Karl Marx**. São Paulo: Edições Iskra, 2016b. p. 89-101

EVANGELISTA, João Emanuel. Neoliberalismo e Pós-Modernismo: Algumas relações nem sempre óbvias. In: GICO, Vânia de Vasconcelos; LINDOSO, José Antônio Spinielli; COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **As Ciências Sociais: Desafios do Milênio**. Natal: EDUFRN, 2001.

EVANGELISTA, João Emanuel. Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos. **Cronos**, v. 7, n. 2, p. 271-281, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3207/2597> Acesso em 09 mar. 2020.

FARIAS, Dailson Batista de; ARAÚJO, José Bezerra de. O Nordeste do Brasil e a Crise Econômica do Início do Século XXI. **Revista Brasileira de Administração Política**, n. 6, v. 2, p. 113-140, 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15594/10710> Acesso em 20 ago. 2020.

FERNANDES, Florestan. A Constituição: A Perspectiva dos Trabalhadores. Folha de S. Paulo. 24 jul. 1988. *In: Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014a. p. 255-259.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo, Editora Contra Corrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. Anotações Sobre o Capitalismo Agrário e Mudança Social no Brasil. *In: Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008a. p. 171-189.

FERNANDES, Florestan. Apresentação [1978]. *In: LENIN, Vladimir Ilitch. O Estado e a Revolução: O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 9-17

FERNANDES, Florestan. As Lições dos Fatos. Folha de S. Paulo. 05 ago. 1988. *In: Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014b. p. 265-268

FERNANDES, Florestan. Autofagia. Folha de S. Paulo. 18 mar. 1987. *In: Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014c. p. 59-61

FERNANDES, Florestan. Constituição: O despique do governo. *Jornal do Brasil*. 25 jul. 1988. *In: Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014d. p. 260-264

FERNANDES, Florestan. Crise e Conciliação. Folha de S. Paulo. 19 ago. 1988. *In: Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014e. p. 273-276

FERNANDES, Florestan. **Marx Engels Lenin: A história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

FERNANDES, Florestan. **Nós e o Marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Florestan. O Desenvolvimento como Problema Nacional [1967]. *In: Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008b. p. 145-157.

FERNANDES, Florestan. O Produto Final. Folha de S. Paulo. 12 set. 1988. *In: Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014f. p. 277-280

FERNANDES, Florestan. O que é Revolução. *In: FERNANDES, Florestan; PRADO JR. Caio. Clássicos sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2012b.

FERREIRA, L. C.; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Negócios da China: as três dimensões da parceria estratégica Brasil-China. *In: Leila da Costa Ferreira: José Augusto Guilhon Albuquerque. (Org.). Brasil & China: desafios e oportunidades*. São Paulo: Annablume, 2013, p. 67-90.

FERREIRA, Maria do Rosário. **Industrialização dirigida e seus impactos no contexto regional arcaico e dependente: A experiência de Campina Grande (PB)**. (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1984.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real: Fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2006a.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006b.

FIORI, José Luis. Leitura Política de uma Industrialização Tardia. **A Terra é Redonda**. 15 set. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/leitura-politica-de-uma-industrializacao-tardia/> Acesso em 03 out. 2020.

FIRMIANO, Frederico Daia; MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. A reforma da contrarreforma agrária no Brasil. **Revista Libertas**, v. 18, n. 2, p. 33-48, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18610> Acesso em 13 fev. 2021.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. O Imperialismo: de Lenin aos dias atuais. **Outubro**, n. 17, p. 69-107, 2008. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-17-Artigo-03.pdf> Acesso em: 12 set. 2018.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Recife: FUNDAJ; Ed. Massangana, 1996. p.47-75.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Global, 2013. *E-book*.

FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. In: **Obras Autobiográfica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURTADO, Celso. *A Operação Nordeste [1959]*. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). **Celso Furtado Essencial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a. p. 357-361

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **Análise do 'Modelo' Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FURTADO, Celso. **Diários Intermitentes: 1937-2002**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. *Nordeste foi o mais prejudicado em 1964: Entrevista a Reali Jr*. **Estado de São Paulo**. 4 abr. 2004a. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311234540.entrevista_o_NE_foi_o_mais_prejudicado.pdf Acesso em 14 mai. 2020.

FURTADO, Celso. *O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento [1984]*. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). **Celso Furtado Essencial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b. p. 362-376.

FURTADO, Celso. *Obstáculos políticos ao crescimento brasileiro [1965]*. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). **Celso Furtado Essencial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013c. p. 405-427.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder: Entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GARBIERO, Gonzalo Gutiérrez. *Interpretações sobre a burguesia no Brasil: as perspectivas de Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini*. **Em Tese**, v. 15, n. 1, p.49-74, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2018v15n1p49/36907> Acesso em: 30 jun. 2020.

GARCIA, Álvaro Antônio. *Agricultura e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Os debates nas décadas de 50 a 70*. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 11, p. 198-222, 1990.

GOMES, Uende Aparecida Figueiredo; HELLER, Léo. Acesso à água proporcionado pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais: combate à seca ou ruptura da vulnerabilidade? **Eng Sanit Ambient**, v.21, n.3, p. 623-633, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/esa/v21n3/1809-4457-esa-21-03-00623.pdf> Acesso em 25 abr. 2020.

GRAMSCI, Antonio. Alguns Temas da Questão Meridional. *In: A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. p. 135-165.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Vol. 1**: Introdução ao estudo de filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Vol. 2**: Os Intelectuais. Os princípios educativos. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Vol. 3**: Maquiavel. Notas Sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Vol. 5**: O Risorgimento. Notas Sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

GRAMSCI, Antonio. Carta sobre a fundação de L'Unità. *In: A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. p. 83-86.

GRAMSCI, Antonio. Clérigos e Agrários. *In: A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c. p. 65-67.

GRAMSCI, Antonio. O Sul e a Guerra. *In: A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987d. p. 61-64.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica no Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 37-54, 1 abr. 1997. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8972> Acesso em 30 mar. 2020.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. Neoliberalismo como Destruição Criativa. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 2, n. 4, p. 1-30, 2007. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf> Acesso em 05 mar. 2020.

HERZOG, Pierre. El Punto de Vista de un Economista. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 196-200, 1982.

HESPANHOL, Gian Carlo Maciel Guimarães. **Um estudo sobre o pensamento econômico de Delfim Netto**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

HIRSCHMAN, Albert Otto. Os Problemas do Nordeste Brasileiro. *In: Política Econômica na América latina*. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1963.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. *In: MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octavio. A reconquista do Nordeste. *In: A Ditadura do Grande Capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 181-208.

IANNI, Octavio. **O Ciclo da Revolução Burguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

IANONI, Marcus. Políticas Públicas e Estado: O Plano Real. *Lua Nova*, n. 78, p. 143-183, 2009.

JULIÃO, Francisco. ABC do Camponês. *In: STEDILE, João Pedro (org.). A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das ligas camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p. 193-196

JULIÃO, Francisco. Carta de Alforria do Camponês [1961]. *In: STEDILE, João Pedro (org.). A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das ligas camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2012b. p. 197-207

JULIÃO, Francisco. Que São Ligas Camponesas? [1962]. *In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas – Vol. 1*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 271-297.

KARAN, Ricardo Antônio de Souza. A questão regional brasileira no século XXI: um olhar sobre o dissenso. *Inclusão Social*, v. 6 n. 1, p. 33-51, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1691> Acesso em 05 fev. 2018.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KUBITSCHKE, Juscelino. Discurso do presidente. *In: ROCHA, Jaime Vieira (org.). Sob o Signo da Esperança e da Responsabilidade Social: Anais do I e II Encontro dos Bispos do Nordeste*. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

LENIN, Vladimir. **A Falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

LENIN, Vladimir. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo [1913]. **Esquerda Diário**. 4 jul. 2017. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Lenin-As-tres-fontes-e-as-tres-partes-constitutivas-do-marxismo-1913> Acesso em: 18 ago. 2018.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo**: Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Centauro, 2005.

LIMA, Marcos Costa. Desenvolvimento e Globalização na Periferia: o elo perdido. **Perspectivas**, v. 32, p. 15-46, 2007.

LIMA, Policarpo. Economia do Nordeste: Tendências recentes das áreas dinâmicas. **Análise Econômica**, v. 12, n 21-22, p. 55-73. 1994. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10490/6150> Acesso em 26 mar. 2020.

LIMA, Policarpo. Nordeste do Brasil: Revisitando as Áreas Dinâmicas em Meio à Estagnação. *In*: Encontro Nacional de Economia Política – ENEP, 10, 2005, Campinas. **Anais...** Campinas, ENEP, 2005.

LOPES, Tiago Camarinha. O Estado Desenvolvimentista Brasileiro Ontem e Hoje. **Perspectiva Econômica**, v. 8, n. 1, p. 43-55, 2012. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/pe.2012.81.04/863 Acesso em 19 jun. 2020.

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LÖWY, Michael. Introdução. *In*: MARX, Karl. **Lutas de Classe na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LÖWY, Michael; DUMÉNIL, Gérard; RENAULT, Emmanuel. **100 Palavras do Marxismo**. São Paulo: Cortez, 2015. *E-book*.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. *E-book*.

LUPORINI, Cesare. Nota a Marx Segun Marx: La Noción de 'formación económica de la sociedad' y la Introducción de Eric Hobsbawm a las FORMEN. **Cuadernos Pasado y Presente**, n. 39, p. 162-166, 1982.

MACIEL, David. A Aliança Democrática e a Transição Política no Brasil. *In*: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014. *E-book*.

MACIEL, David. O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, n. 11, p. 98-108, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/11_artigos_o_governo.pdf Acesso em 21 mar. 2020.

MANDEL, Ernest. **El Capital: Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1998.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril, 1982.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/teoria.htm> Acesso em 9 dez. 2018.

MARCONSIN, Cleier; FORTI, Valéria; MARCONSIN, Adauto. Neoliberalismo e reestruturação produtiva: debatendo a flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, v. 14, n.2, p. 23-46, jan./jun. 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência [1973]. In: MARINI, Ruy Mauro; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obras**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

MARINI, Ruy Mauro. Prologo. In: BAMBIRRA, Vania. **La Revolución Cubana: Una reinterpretación**. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974. p. 9-16.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a Dialética da Dependência [1973]. In: MARINI, Ruy Mauro; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obras**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

MARINI, Ruy Mauro. Memorial: Por Ruy Mauro Marini [1990]. In: MARINI, Ruy Mauro; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obras**. São Paulo: Expressão Popular, 2011c.

MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo - um enfoque marxista. **Espaços e Debates**. n. 2, p. 61-99, 1981.

MARTINS, Lilian Juliana. Antonio Callado Jornalista: **A narrativa da grande reportagem e o ideal do Brasil possível**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação, Universidade Estadual de São Paulo, Bauru, 2018.

MARTINS, Paulo Henrique N.. Estado burguês e natureza do planejamento no Nordeste. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 3, p. 101-113, 1985. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/19-6.PDF> Acesso em: 18 out. 2018

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo: 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Políticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política [1857]. In: DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri (org.). **O Método em Karl Marx**. São Paulo: Edições Iskra, 2016a p. 43-78.

MARX, Karl. **Lutas de Classe na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: Livro 1: O processo de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Prefácio de Marx ao livro Contribuição à Crítica da Economia Política [1959]. In: DANTAS, Gilson; TONELO, Iuri (org.). **O Método em Karl Marx**. São Paulo: Edições Iskra, 2016b. p. 37-42

MARX, Karl. **Teorías sobre la plusvalía II: Tomo IV de El Capital**. México: Fondo de Cultura Económica. 1980

MATOS, Daniel. Bolsonaro: Fascismo ou Bonapartismo? In: URBANO, Edson (org.). Brasil: **Ponto de Mutação**. Ananindeua: Editora Itacaiúnas, 2019.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MELO, Demian Bezerra de. **Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2013.

MELO, Maria Cristina Pereira de. Comércio Exterior da Região Nordeste na Esteira do “Efeito China”. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, n. 2, p. 453-474, 2013.

MENESES, Valdênio Freitas. Um “Macartismo hidráulico” contra a Sudene: notas sobre a disputa entre o senador Argemiro de Figueiredo e Celso Furtado (1959-1963). **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, pp.83-102, jul.-dez. 2016.

MERCADANTE, Aloizio. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: análise do governo Lula (2003-2010). 2010. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286345> Acesso em: 06 mai. 2018.

MODONESI, Massimo. Revoluções passivas na América Latina. **Revista Outubro**, n. 30, 2018. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2018/05/04_Massimo-Modonesi.pdf Acesso em 05 jun. 2020.

MODONESI, Massimo. **Subalternidad. Conceptos y Fenómenos Fundamentales de Nuestro Tiempo**. Universidad Nacional Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Sociales. 2010. Disponível em: http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/497trabajo.pdf Acesso em: 09 mai. de 2016.

MOLINA, Eduardo. Ecuador, Bolivia, Argentina: Lucha de masas y autoorganización. **Estrategia Internacional**, n. 17, 2001. Disponível em: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei17/ei17americalatina.htm> Acesso em: 20 mar. 2020.

MORAIS, Clodomir Santos. História das Ligas Camponesas do Brasil [1969] *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: Mobilizações de Massa com Direção Burguesa. *In*: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014. *E-book*.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOVACK, George. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado**. São Paulo: Rabisco Criação e Propaganda, 1998. *E-book*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/novack/1968/lei/index.htm> Acesso em 19 fev. 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional Brasileira. **Educ. Soc.**, v. 32, n. 115, p. 323-337, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf> Acesso em 29 abr. 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira**: Crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. A navegação venturosa. *In*: **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo, 2003a. p. 11-38.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, n. 18, p.43-63, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro. *In: A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003b. p. 39-57.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução; Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAGE, Joseph. Caos no Campo [1972] *In: STEDILE, João Pedro (org.). A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p .103-131

PAULO NETTO, José. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEIXOTO, Sérgio Elísio Araújo Alves. **A reforma agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PERISSINOTTO, Renato. O conceito de Estado Desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 52, p. 59-75, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v22n52/05.pdf> Acesso em 21 jun. 2020.

PINHO, Tassia Rabelo de. Análise Comparativa da Distribuição dos Resultados Eleitorais para Presidente em 2006 e 2010. *In . Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*, 2, 2011. São Carlos. **Anais...** São Carlos, 2011.

PINTO, Eduardo Costa; PINTO, José Paulo Guedes; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; BALACO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos; NOGUEIRA, Isabela. **A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise**. Texto para discussão n. 4/2016 - Instituto de Economia da UFRJ/Brasil.

PINTO, Eduardo Costa; PINTO, José Paulo Guedes; SALUDJIAN, Alexis; NOGUEIRA, Isabela; BALANCO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos.; BARUCO, Grasiela. **A guerra de todos contra todos: a crise brasileira**. Texto de Discussão no 6/2017 - Instituto de Economia da UFRJ/Brasil, 2017.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020. *E-book*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36834&Itemid=448 Acesso em 09 Dez. 2020.

POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, Fernando Correa; CASTELO, Rodrigo. O Início do Fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. **Revista Passata**, v. 3, n. 1, p. 10-29, 2013.

PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira & A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2014. *E-book*.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUAGLIO, Gislaine de Miranda; PAIVA, Cláudio César de. A questão regional e o BNDES: uma análise da conformidade entre a atuação do Banco e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 337-368, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182017000200337&lng=pt&nrm=iso Acesso em 07 abr. 2020.

QUELER, Jefferson José; ZANGELMI, Arnaldo José. Por uma revolução branda no campo: significados do vocabulário político das reportagens de Antonio Callado sobre o Nordeste (1959-1960). **Revista de História**, n. 179, p. 1-29, 2020. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/154247/159297> Acesso em 25 jun. 2020.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, v. 7, n.1-2, p. 67-82, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf> Acesso em 28 abr. 2020.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. *E-book*.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A Revolução Brasileira”. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n.37, p.245-277, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100012&lng=&nrm=iso Acesso em: 15 jan. 2016.

ROCHA, Jaime Vieira (org.). **Sob o Signo da Esperança e da Responsabilidade Social: Anais do I e II Encontro dos Bispos do Nordeste**. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

RODRIGUES, Thiago. A campanha das “Diretas Já” como mecanismo da transição conservadora. **Ideias de Esquerda**. 01 mai. 2017. Disponível em: <http://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=204> Acesso em 16 mar. 2020.

ROJAS, Gonzalo Adrián; CASTILLO, Christian. Crises, Fim de Ciclo de Governos "Pós-Neoliberais" e Luta de Classes na América Latina. In: Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisa Marxista - EPMARX, 7, 2015, Campina Grande. **Anais Eletrônicos...** Campina Grande, EPMARX, 2015. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0B6pWnu4PpHwsZk04bG5EQ0xLems/view> Acesso em: 04 jul. 2018.

ROJAS, Gonzalo Adrián. **Os Socialistas na Argentina (1880-1980):** Um século de ação política. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROMANO, Manolo; SANMARTINO, Jorge. Crisis de Dominio Burgues: Reforma e Revolucion en Argentina. **Estrategia Internacional**, n. 18, 2002. Disponível em: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei18/ei18regimen.htm> Acesso em: 20 mar. 2020.

SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p.23-47, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a03.pdf> Acesso em 05 mar. 2020.

SALLUM JR, Brasílio. **O Impeachment de Fernando Collor:** Sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Crônica de Uma Crise Anunciada:** Crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarantes Editorial, 2017a. p. 149-162.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Por que voltar a Lenin? Imperialismo, Barbárie e Revolução. In. LENIN, Vladimir. **O Imperialismo:** Fase Superior do Capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Um desfecho melancólico In: **Crônica de Uma Crise Anunciada:** Crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarantes Editorial, 2017b. p. 244-255.

SANTANA, Eudes Barreto; SILVA, Juliana Oliveira da. Política Fundiária: uma análise sobre a criação de novos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: Semana de Economia: Políticas Públicas para o Desenvolvimento, 8, 2018. **Anais Eletrônicos...** 2008. Disponível em: www.uesc.br/eventos/viiiisemeconomia/anais/gt1/gt1_t6.pdf Acesso em 11 fev. 2021.

SANTANA, Laudiceia Araújo. **Transformismo e o sistema da dívida pública brasileira nas definições programáticas do partido dos trabalhadores e no governo Lula (2003-2010).** 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

SANTIAGO, Wandeck. Francisco Julião, As Ligas Camponesas e o Golpe Militar de 1964 [2004]. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil:** História e natureza das ligas camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Janaina Freire dos; AGUIAR, Danilla. O Conceito de Formação Econômico-social: Uma análise comparativa à luz de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 40, 2016, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Caxambu, ANPOCS, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st22-6/10368-o-conceito-de-formacao-economico-social-uma-analise-comparativa-a-luz-de-caio-prado-jr-e-jose-carlos-mariategui/file> Acesso em: 04 jun. 2020.

SANTOS, Janaina Freire dos. **Das “Veias Abertas” às Vias Abertas: Semicolonialismo, “neodesenvolvimentismo” e suas contradições a partir do Estado brasileiro por meio da IIRSA sobre a América Latina durante os governos do PT.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

SANTOS, Milton. O futuro do Nordeste: da racionalidade à contrafinalidade. In: GAUDÊNCIO, Francisco de Sales; FORMIGA, Marcos (orgs.). **Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado.** São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 99-107.

SANTOS, Nivalter Aires dos. 45 Anos de Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento do Nordeste (1959-2004). **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 39, p. 84-109, 2018. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5189/3501> Acesso em 10 jan, 2019.

SANTOS, Nivalter Aires dos. **A Integração do Mercado Nacional e o Ciclo do Algodão na Paraíba: Impactos na Economia de Campina Grande (1910 - 1985).** 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

SANTOS, Nivalter Aires dos. Elementos para Crítica à Tese de Invenção do Nordeste. In: Jornada de Pensamento Político Brasileiro – JPPB, 3, 2019, João Pessoa. **Anais Eletrônicos...** João Pessoa, 2019a. Disponível em: <https://pensamentopoliticobr.org/wp-content/uploads/2019/12/Anais-da-III-Jornada-de-Pensamento-Pol%C3%ADtico-Brasileiro.pdf> Acesso em 20 mar. 2020.

SANTOS, Nivalter Aires dos. Elementos para Crítica à Tese de Invenção do Nordeste. **REVES – Revista Relações Sociais**, v. 2, n. 3, p. 447-459, 2019b. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revs/article/view/8604> Acesso em 14 mar. 2020.

SANTOS, Nivalter Aires dos. Leituras do Neodesenvolvimentismo: um debate no interior do Marxismo. **Movimentação**, v. 5, n. 8, p. 85-105, 2018. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/8095/4876> Acesso em 10 jan. 2019.

SANTOS, Nivalter Aires dos. Movimento Regionalista e Geração Literária de 30: Uma Análise Gramsciana. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 40, 2016, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Caxambu, ANPOCS, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st02-8/10530-movimento-regionalista-e-geracao-literaria-de-30-uma-analise-gramsciana/file> Acesso em: 22 nov. 2018.

SANTOS, Nivalter Aires dos. O Método da Economia Política: Elementos para Investigação da Questão Regional no Marxismo. In: Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas - EPMARX, 9, 2017, Recife. **Anais Eletrônicos...** Recife: UFPE, 2017a. p.11-24. Disponível em https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1kki-4N1mv3QPUzEk5TpkVb_wkySTBbV8 Acesso em: 25 set. 2018

SANTOS, Nivalter Aires dos. Questão Nordestina: Esboço de uma interpretação a partir da questão meridional de Antonio Gramsci. **Movimentação**, v. 4, n. 7, p. 108-130, 2017b. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/7394/4477> Acesso em: 25 set. 2018.

SANTOS, Nivalter Aires dos. **Uma nova política de desenvolvimento regional nos governos petistas?** O nordeste e a questão regional brasileira. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

SCHLESENER, Anita Helena. **Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016. *E-book*.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura: Gramsci.** Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SCHNEIDER, Ben Ross. **O Estado Desenvolvimentista no Brasil: Perspectivas Históricas e Comparadas.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília - Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SENA JR., Carlos Zacarias F. de. Frente Única, Frente Popular e Frente Nacional: anotações históricas sobre um debate presente. In: V Colóquio Marx e Engels, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: IFICH-UNICAMP, 2007.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: A categoria de “formação econômico-social”. **MERIDIANO – Revista de Geografia**, n. 2, p. 297-346, 2013. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/n2/17> Acesso em 21 fev. 2021.

SILVA, David Wallace Cavalcante da. **O capital da construção civil no contexto do neodesenvolvimentismo e as teias das relações perigosas na estratégia do novo bloco de poder hegemônico no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana: 2009.

SILVA, Ludovico. **O Estilo Literário de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SILVA, Marcelo Lira. Notas gramscianas: golpe de estado e luta de classes no Brasil do século XXI. **Movimentação**, v. 4, n. 7, p. 01-32, jul. 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/8427> Acesso em: 20 jun. 2020

SOUZA, Nilson Araújo de. A Economia da Ditadura e da Transição. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014. *E-book*.

TASCHNER, Gisela B. A pós-modernidade e a sociologia. **Revista USP**, São Paulo, n.42, p. 6-19, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28451/30308> Acesso em: 08 de mar. 2019

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da Estagnação: Uma discussão sobre o Estilo de Desenvolvimento Recente no Brasil [1971]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 589-608

TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luís da Costa (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 449-489

TROTSKY, Leon, **A História da Revolução Russa – Vol. 1**. Brasília: Senado Federal, 2017a.

TROTSKY, Leon. ABC da dialética materialista [1939]. **Esquerda Diário**. 26 jun. 2017b. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Leon-Trotsky-ABC-da-dialetica-materialista> Acesso em: 30 mar. 2018.

TROTSKY, Leon. O Marxismo e nossa Época [1939]. In: **O Imperialismo e a Crise da Economia Mundial**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. p. 157-190.

TROTSKY, Leon. **O Que É uma Situação Revolucionária?** Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/12/19.htm> Acesso em 10 mai. 2018.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. São Paulo: Atlas, 2006.

VASCONCELOS, Silvano Alberto de. **A ascensão e queda da economia algodoeira de Campina Grande (1907 - 1940): Um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1980.

VELADOR, Octavio Humberto Moreno; IBARRA, Carlos Alberto Figueroa. Golpismo y Neogolpismo en América Latina: Violencia y conflicto político en el siglo veintiuno. **Iberoamérica Social**, v. 3, p. 98-122, 2019. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/wp-content/uploads/2019/03/Figueroa-C.-Moreno-O.-2019-Golpismo-y-neogolpismo-en-Am%C3%A9rica-Latina.-Violencia-y-conflicto-pol%C3%ADtico-en-el-siglo-veintiuno.pdf> Acesso em 14 abr. 2020.

VIEIRA, Flávio Lúcio R.. A Teia Inescapável do Regionalismo Nordestino: “A Invenção do Nordeste e outras artes”. **Revista Conceito**, n. 5, p. 53-63. jun. 2001.

VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado e o Nordeste no Pré-64: Reforma e Ideologia. **Proj. História**, São Paulo, v. 29, p. 53-86, 2004. Disponível em: <https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/9946-24690-1-sm.pdf> Acesso em 25 jun. 2020.

VITULLO, Gabriel E.. Ascensão, auge e decadência do neoliberalismo na América Latina. **Cadernos Pet: artigos acadêmicos**, v. 5, p. 31-48, 2011.

VITULLO, Gabriel Eduardo. Transitologia, Consolidologia e Democracia na América Latina: Uma revisão crítica. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 53-60, nov. 2001.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011. *E-book*.

WILLIAMSON, John. A Short History of the Washington Consensus. In: SERRA, Narcís; STIGLITZ, Joseph E. (org.). **The Washington Consensus Reconsidered**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 14-30

WILLIAMSON, John. Reformas Políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 1 (45), p. 43-49, 1992.

WILLIAMSON, John. The Washington Consensus as policy prescription for development. In: BESLEY, Timothy; ZAGHA, Besley (ed.). **Challenges in the 1990s: Leading Policymakers Speak from Experience**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 33-53 Disponível em: <https://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/0-8213-5872-3#page=47> Acesso em 18 mar. 2020

WILLIAMSON, John. What Washington means by policy reform. In: **Latin American adjustment: How much has happened**. Peterson Institute for International Economics, 1990. p. 90-120.

ZYLBERBERG, Raphael Simas. **Transferência de renda, estrutura produtiva e desigualdade: uma análise inter-regional para o Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Documentais

ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (AEB). **Balança Comercial Brasileira no vermelho**. Rio de Janeiro: EAB, 2014.

ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (AEB). **Radiografia Comércio Exterior Brasil: Passado, Presente e Futuro**. Rio de Janeiro: EAB, 2012.

BNB. **A Região Nordeste nas contas regionais do Brasil: 1995-2010**. BNB: Fortaleza, 2013.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em 21 jun. 2020.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm Acesso em 21 jun. 2020.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em 21 jun. 2020.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em 07 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 06 set. 2020.

BRASIL. **Ato Institucional nº 01**, de 09 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm Acesso em 24 jul. 2020.

BRASIL. **Ato Institucional nº 02**, de 27 de Outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm Acesso em 24 jul. 2020.

BRASIL. **Ato Institucional nº 04**, de 7 de Dezembro de 1966. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm Acesso em 07 ago. 2020.

BRASIL. **Ato Institucional nº 05**, de 13 de Dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm Acesso em 24 jul. 2020.

BRASIL. **Ato Institucional nº 12**, de 01 de Setembro de 1969. Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm Acesso em 06 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 13.687**, de 9 de Julho de 1919. Approva o regulamento para a Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13687-9-julho-1919-516701-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 28 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 16.769**, de 7 de Janeiro de 1925. Suspende, durante o exercício de 1925, todas as obras públicas que estão sendo executadas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16769-7-janeiro-1925-509310-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 20 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 45.445**, de 20 de Fevereiro de 1959. Dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45445-20-fevereiro-1959-384545-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 06 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.047**, de 22 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. Decreto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm Acesso em 02 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.619**, de 21 de Outubro de 1909. Approva o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das seccas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7619-21-outubro-1909-511035-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 91.178**, de 1º de Abril de 1985. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste, Projeto Nordeste. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91178.htm Acesso em 30 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 91.179**, de 1º de Abril de 1985. Dispõe sobre a definição da estratégia de desenvolvimento rural para pequenos produtores, e a criação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, no âmbito do programa de Desenvolvimento da Região Nordeste, Projeto Nordeste. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D91179.htm Acesso em 30 mar. 2020.

BRASIL. **Despacho nº 524 de 1955**, da Câmara dos Deputados. Concede um auxílio de Cr\$ 500.000,00 ao Congresso de Salvação do Nordeste. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1217151 Acesso em 25 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.486**, de 28 de Dezembro de 1945. Dispõe sobre a reorganização da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas (I.F.O.C.S.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (D.N.O.C.S.). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8486.htm Acesso em 28 out. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 16**, de 04 de Julho de 1997. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm Acesso em 22 abr. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm Acesso em 14 abr. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 125**, de 3 de Janeiro de 2007. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp125.htm Acesso em 13 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.303**, de 30 de Junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm Acesso em 30 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.429**, de 31 de Março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm Acesso em 14 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de Julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm Acesso em 14 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.692**, de 15 de Dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/1950-1969/L3692.htm Acesso em 06 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm Acesso em 23 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.827**, de 27 de Setembro de 1989. Institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm Acesso em 01 mar. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.146-1**, de 4 de Maio de 2001. Cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2146-1.htm Acesso em 31 mar. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.156-5**, de 24 de agosto de 2001. Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2156-5.htm Acesso em 02 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **A PNDR em dois tempos**: a experiência apreendida e o olhar pós 2010. Brasília, DF: 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste**: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI. Recife, PE: 2006.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**: proposta para discussão. Brasília, DF: 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Documento de Referência**: I Conferências Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: 2012.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semi-Árido**. Brasília, DF: 2005

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Conviver**: Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido. Brasília, DF: 2009.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. 2ª Edição. Recife, 1967.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 375**, de 2015. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121877> Acesso em 02 mar. 2020.

BRASIL. **Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015**: Versão Preliminar. Brasília, DF. 2014.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963)**. Recife, 1966a.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1963-1965)**. Recife, 1966b.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1966-1968)**. Recife, 1966c.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1969-1973)**. Recife, 1968.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> Acesso em: 15 dez. 2019.

Ficcionais, Romances e Poesia

ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1972.

CALLADO, Antonio. **Quarup**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014. *E-book*.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina: e outros poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. *E-book*.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Martins, 1970b.

REGO, José Lins do. **Bangüê**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980a.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980b.

REGO, José Lins do. **Usina**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980c.

Filmográficas e Vídeos

CABRA marcado para Morrer. Direção de Eduardo Coutinho. Brasil: 1984. (115min). Disponível em: <https://youtu.be/HGSRLIs8BGw> Acesso em: 23 jun. 2020.

DURVAL: é preciso dissolver esse Nordeste! Brasil: 2017. (10min). Disponível em: https://youtu.be/t_Z_e-EK19Y Acesso em 30 abr. 2021.

DURVAL: o elogio da mestiçagem preserva a Casa Grande. Brasil: 2017. (10min). Disponível em: <https://youtu.be/J6eKUTetU58> Acesso em 30 abr. 2021.

DURVAL: o sertanejo é antes de tudo... um animal! A baleia!. Brasil: 2017. (14min). Disponível em: <https://youtu.be/HaibBbb0FeA> Acesso em 30 abr. 2021.

LULA comenta sua relação com os empresários. Brasil. 2010 (2min). Disponível em: <https://youtu.be/U6X5UkZOPBY> Acesso em 02 fev. 2020.

MUITO Além do Cidadão Kane. Produção e direção de Simon Hartog. Reino Unido, 1993. (105min), em cores. Disponível em: <https://youtu.be/s-8scOe31D0> Acesso em 21 mar. 2020.

O DIA que Durou 21 Anos. Direção de Camilo Tavares. Brasil: 2013. (78min). Disponível em: <https://youtu.be/4ajnWz4d1P4> Acesso em 13 jul. 2020.

PARAHYBA, Mulher Macho. Direção de Tizuka Yamazaki. Brasil: 1983. (87 min). Disponível em: https://youtu.be/eXLJyyzsB_4 Acesso em 23 jun. 2020.

PRONUNCIAMENTO da presidenta Dilma Rousseff sobre as manifestações no Brasil. 2013. (9min). Disponível em: <https://youtu.be/ahEY59WxWRE> Acesso em 20 jan. 2020.

STAR Wars: Os Últimos Jedi. Dirigido por Rian Johnson. Estados Unidos: 2017. (152min), em cores.

VOTAÇÃO do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara. 2016. (9h55min). Disponível em: <https://youtu.be/KWf7HsLMrY8> Acesso em 20 jan. 2020.

THE TROUBLED Land. Produção e direção de Helen Jean Rogers. Coordenação de William Starkey. EUA: American Broadcasting Company, 1964. (25min), preto e branco. Disponível em: <https://youtu.be/6zTxCBIY7uE> Acesso em 23 jun. 2020.

Jornalísticas, Sites e Blogs

AGÊNCIA BRASIL. Temer faz balanço de realizações sociais do governo no Nordeste. **Exame**. 2 dez. 2018. Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/temer-faz-balanco-de-realizacoes-sociais-do-governo-no-nordeste/> Acesso em 28 set. 2019.

AGÊNCIA BRASIL. Temer inaugura etapa da transposição do rio São Francisco. **Canal Rural**. 30 jan. 2017. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/temer-inaugura-etapa-transposicao-rio-sao-francisco-65831/> Acesso em 28 set. 2019.

AGÊNCIAS INTERNACIONAIS. Gafe ocorreu em jantar com Figueiredo: Reagan confundiu Brasil com Bolívia. **Folha de S. Paulo**. 11 out. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc111011.htm> Acesso em 16 mar. 2020.

AITH, Marcio. Economia enfrenta cinco crises mundiais. **Folha de S. Paulo**. 19 dez. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912200215.htm> Acesso em 20 mar. 2020.

ALEIXO, Pedro. Íntegra do Voto. **Folha de S. Paulo**. 1968. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/pedroAleixo.html> Acesso em 28 out. 2020.

ALVES, Iara. Após três anos da transposição na PB, açude de Boqueirão pode sangrar com águas de chuvas em 2020. **G1**. 18 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/04/18/apos-tres-anos-da-transposicao-na-pb-acude-de-boqueirao-pode-sangrar-com-aguas-de-chuvas-em-2020.ghtml> Acesso em 20 abr. 2020.

AMARAL, Luciana. Temer inaugura nesta sexta no Nordeste eixo leste da transposição do São Francisco. **G1**. 10 mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-inaugura-nesta-sexta-no-nordeste-eixo-leste-da-transposicao-do-sao-francisco.ghtml> Acesso em 28 set. 2019.

AMORA, Dimmi. Valec diz que terá opção para solucionar imbrólio da Transnordestina em três meses. **Agência Infra**. 30 jan. 2021. Disponível em: <https://www.agenciainfra.com/blog/valec-diz-que-tera-opcoes-para-solucionar-imbroglio-da-transnordestina-em-tres-meses/> Acesso em 18 fev. 2021.

ANDRADE, Daniel. Quem é Geddel Vieira Lima, provável ex-ministro de Temer? **Esquerda Diário**. 20 nov. 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Quem-e-Geddel-Vieira-Lima-ex-ministro-de-Temer> Acesso em 13 mar. 2020

BARBIERI, André; Santos, Nivalter Aires dos. Nordeste abrigou os maiores atos do Brasil na greve geral do 28A. **Esquerda Diário**. 29 abr. 2017. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Nordeste-abrigou-os-maiores-atos-do-Brasil-na-greve-geral-do-28A> Acesso em 2 out. 2019.

BARBIERI, André. Com a economia arruinada, Nordeste contabiliza o maior repúdio a Temer no país. **Esquerda Diário**. 31 mar. 2017. Disponível em <https://esquerdadiario.com.br/Com-a-economia-arruinada-Nordeste-contabiliza-o-maior-repudio-a-Temer-no-pais> Acesso em 29 set. 2019.

BELFORT, Angela Fernanda. Ferrovia Transnordestina está inacabada após 10 anos de obras. **Jornal do Commercio**. 3 jul. 2016. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/07/03/ferrovia-transnordestina-esta-inacabada-apos-10-anos-de-obras-240495.php> Acesso em 29 dez. 2016.

CALGARO, Fernando. Cunha negou em março à CPI da Petrobras ter contas no exterior. **G1**. 01 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/cunha-negou-em-marco-cpi-da-petrobras-ter-contas-no-exterior.html> Acesso em 22 jan. 2020.

CALLADO, Antonio. Banabuiu o açude que teve um filho: DNOCS não é para dar água a ninguém. **Correio da Manhã**. 11 set. 1959a. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110506; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110497 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Cambão: resíduo da escravidão no nordeste: Prova de identidade recibo das sociedades mortuárias. **Correio da Manhã**. 18 set. 1959b. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110781; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110776 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Contra Igreja, Goulart e o PC, Julião ainda é líder no campo. **Jornal do Brasil**. 27 dez. 1963a. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48111 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Da grande mentira às primeiras sílabas de verdade. **Jornal do Brasil**. 15 jan. 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48774 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Engenho Galileia é mostra de paz no inferno do latifúndio. **Jornal do Brasil**. 24 dez. 1963b. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48055 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Entrevista com um sábio desconhecido: J. Guimarães Duque e a catástrofe das "emergências". **Correio da Manhã**. 16 set. 1959c. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110717; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110707 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Homens Livres no Engenho da Galileia: Francisco Julião e o velho Zezé. **Correio da Manhã**. 17 set. 1959d. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110749; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110742 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Igreja e Partido Comunista estão juntos doutrinando os camponeses. **Jornal do Brasil**. 29 dez. 1963c. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48173 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Indústria e Industrias da Seca: O PTB como juiz de ausentes & abastados. **Correio da Manhã**. 10 set. 1959e. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110472; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110468 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Julião e sua marcha de 50.000 camponeses. **Correio da Manhã**. 20 set. 1959f. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110857; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110854 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. No Nordeste o camponês mais triste do mundo: Nostalgia da seca e da escravatura. **Correio da Manhã**. 23 set. 1959g. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110989; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110984 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. O caso do Juiz que venera a letra da Lei. Iracy em busca de justiça para 'condiceiros'. **Correio da Manhã**. 02 dez. 1959h. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=112462; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=112457 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. O Caso tenebroso do açude de Pilões: um gaúcho paraibano e seu sindicato de gangsters. **Correio da Manhã**. 13 set. 1959i. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110583; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110579 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. O Óros, esse desconhecido: Rios mollhados e deputados escaldados. **Correio da Manhã**. 12 set. 1959j. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110549; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=110539 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Os Ribeiro e os Lundgren dominam a Paraíba, onde a revolta já aparece. **Jornal do Brasil**. 28 dez. 1963d. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48141 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Polícia apreende armas, mas o Exército as devolve a engenho. **Jornal do Brasil**. 25 dez. 1963e. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48085 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Quem manda na polícia de Santo Antão? Passeata dos foreiros detida a cano de rifle. **Correio da Manhã**. 29 nov. 1959k. Disponível em: part. 1: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=112335; part. 2: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=112329 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Revolução-piloto em Pernambuco. **Jornal do Brasil**. 22 dez.1963f. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48031 Acesso em 28 jun. 2020.

CALLADO, Antonio. Tiranos que viraram melado. **Correio da Manhã**. 11 dez. 1959l. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=112797 Acesso em 28 jun. 2020.

CANZIAN, Fernando. Economia do Nordeste tem piora mais acentuada do que o restante do país. **Folha de S. Paulo**. 19 dez. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1842617-nordeste-tem-piora-mais-acentuada-da-economia-do-que-o-restante-do-pais.shtml> Acesso em 28 set. 2019.

CASTRO, José Roberto. Qual a trajetória dos reajustes do Bolsa Família desde 2003. **Nexo Jornal**. 15 nov. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/15/Qual-a-trajet%C3%B3ria-dos-reajustes-do-Bolsa-Fam%C3%A9lia-desde-2003> Acesso em 28 set. 2019.

CAVALLINI, Marta. Em quase 2 anos de reforma trabalhista, 15% das vagas criadas no país são para intermitentes. **G1**. 25 set. 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/09/25/em-quase-2-anos-de-reforma-trabalhista-15percent-vagas-criadas-no-pais-sao-para-intermitentes.ghtml> Acesso em 04 fev. 2020

COUTINHO, Katherine. MPPE diz que supressão de mangue em Suape afetou fauna marinha. **G1**. 17 nov. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/10/mppe-diz-que-supressao-de-mangue-em-suape-afetou-fauna-marinha.html> Acesso em: 29 dez. 2016.

COUTINHO, Mateus; AFFONSO, Julia; BRANDT, Ricardo; MACEDO, Fausto. Delator da Lava Jato 'desenterra' emenda da reeleição no governo FHC. **Estadão**. 01 jul. 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delator-da-lava-jato-desenterra-emenda-da-reeleicao-no-governo-fhc/> Acesso em 22 abr. 2020.

CPDOC. Plano Cohen. *In: Dicionário do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)*, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen> Acesso em 20 jan. 2021.

DA REDAÇÃO. Bancos lucraram 8 vezes mais no governo de Lula do que no de FHC. **Veja**. 12 set. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc/> Acesso em 11 fev. 2020.

DA REDAÇÃO. Sair do mapa de fome da ONU é histórico, diz governo. **Exame**. 16 set. 2014. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/sair-do-mapa-de-fome-da-onu-e-historico-diz-governo/> Acesso em 06 fev. 2020.

DELFIN NETTO, Antonio. Íntegra do Voto. **Folha de S. Paulo**. 1968. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html> Acesso em 28 out. 2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Caso da Galileia: Denúncia contra Callado e Julião. **Diário de Pernambuco**. 05 dez. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pagfis=60637 Acesso em 28 jun. 2020.

DNIT. Duplicação da BR -101, em Alagoas, é destaque nas entregas do DNIT neste ano. **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes**. 30 dez. 2019. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/noticias/duplicacao-da-br-101-em-alagoas-e-destaque-nas-entregas-do-dnit-neste-ano> Acesso em 21 abr. 2020.

DUALIBI, Julia. Ela pode Decidir a Eleição. **Revista Veja**. 16 ago. 2006.

ESTADÃO CONTEÚDO. Ainda temendo vaias, Temer faz 1ª viagem ao Nordeste. **Exame**. 9 dez. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ainda-temendo-vaias-temer-faz-1a-viagem-ao-nordeste/> Acesso em 28 set. 2019

ESTADÃO CONTEÚDO. Temer desembarca pela 3ª vez no Nordeste na semana que vem. **Gazeta do Povo**. 27 jan. 2017 Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/temer-desembarca-pela-3-vez-no-nordeste-na-semana-que-vem-4tlan6r263r2k2zaq53m1ggzw/> Acesso em 28 set. 2019.

FABRINI, Fábio. TCU: Rio é o estado que recebe menos verbas federais para prevenção a desastres. **O Globo**. 7 abr. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/tcu-rio-o-estado-que-recebe-menos-verbas-federais-para-prevencao-desastres-3027916> Acesso em: 7 fev. 2017.

FARIELLO, Danilo; OLIVEIRA, Eliane. O mês em que o Brasil faliu. **O Globo**. 01 set. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/o-mes-em-que-brasil-faliu-5976901> Acesso em 16 mar. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. Deputado conta que votou pela reeleição por R\$ 200 mil. **Folha de S. Paulo**. 13 mai. 1997. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br//leitor.do?numero=13518&anchor=285377> Acesso em 22 abr. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. Há 20 anos, Câmara aprovou emenda da reeleição. **Folha de S. Paulo**. 25 fev. 2017. Disponível em: <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/02/25/ha-20-anos-camara-aprovou-emenda-da-reeleicao/> Acesso em 22 abr. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. Leia íntegra do discurso de posse do presidente interino Michel Temer. **Folha de S. Paulo**. 12 mai. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml> Acesso em 04 fev. 2020

FOLHA ONLINE. Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. **Folha de S. Paulo**. 24 jun. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> Acesso em 20 mar. 2020.

G1 AL. Temer diz que sonha ser reconhecido como "maior presidente nordestino". **G1**. 27 dez 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/temer-diz-que-sonha-ser-reconhecido-como-maior-presidente-nordestino-do-brasil.ghtml> Acesso em 28 set. 2019.

G1 PB. Canal da Transposição tem rachaduras no trecho de Monteiro, na PB, diz MPF. **G1**. 29 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/07/29/canal-da-transposicao-tem-rachaduras-no-trecho-de-monteiro-na-pb-diz-mpf.ghtml> Acesso em 20 abr. 2020.

G1 PB. Lula e Dilma visitam obra do São Francisco na PB e fazem discurso. **G1**. 19 mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/lula-e-dilma-visitam-obra-do-sao-francisco-na-pb-e-fazem-discurso.html> Acesso em 28 set. 2019.

G1. Jovem é condenada por mensagem contra nordestinos no Twitter. **G1**. 16 mai. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/05/condenada-estudante-que-publicou-mensagem-contra-nordestinos-em-sp.html> Acesso em 26 abr. 2020.

G1. Marina Silva e PV anunciam posição de 'independência' no segundo turno. **G1**. 17 out. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/marina-e-pv-anunciam-independencia-no-segundo-turno.html> Acesso em 25 abr. 2020.

G1. Ouça trechos dos diálogos entre Romero Jucá e Sérgio Machado. **G1**. 23 mai. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html> Acesso em 04 fev. 2020

G1. Temer diz que não quer 'paternidade' de transposição do rio São Francisco. **G1**. 10 mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/temer-diz-que-nao-quer-paternidade-de-transposicao-do-sao-francisco.ghtml> Acesso em 28 set. 2019.

G1. Veja histórico dos últimos reajustes do salário mínimo. **G1**. 15 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/15/veja-historico-dos-ultimos-reajustes-do-salario-minimo.ghtml> Acesso em 22 jan. 2020.

GAIER, Rodrigo Viga. Venda de unidade de gasodutos da Petrobras no Nordeste ficará para 2017, dizem fontes. **UOL Notícias**. 09 set. 2016. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2016/09/09/venda-de-unidade-de-gasodutos-da-petrobras-no-nordeste-ficara-para-2017-dizem-fontes.htm> Acesso em 29 dez. 2016.

GLOBONEWS. Temer diz que Cunha autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram no Conselho de Ética da Câmara. **G1**. 27 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/em-foco-com-andreia-sadi/noticia/2019/11/27/temer-diz-que-cunha-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-comissao-de-etica-da-camara.ghtml> Acesso em 22 jan. 2020

GONDIM, Alexandre. Lula faz assentamento em projetos antigos. **Folha de S. Paulo**. 05 abr. 2004. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0504200406.htm> Acesso em 11 fev. 2021.

HENRIQUE, Aura. Geddel é acusado de favorecer a Bahia quando era ministro de Lula. **Último Segundo**. 12 out. 2010. Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/geddel-e-acusado-de-favorecer-a-bahia-quando-era-ministro-de-lula/n1237747082313.html> Acesso em: 27 dez. 2016.

IG SÃO PAULO. Dois dias após impeachment, Senado aprova lei que permite pedaladas fiscais. **iG**. 02 set. 2016. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2016-09-02/lei-orcamento.html> Acesso em 23 jan. 2020.

MANFREDINI, Beatriz. Eleição ofuscou agenda de privatizações e planos de Temer ficaram só no papel. **iG**. 17 dez. 2018. Disponível em:

<https://economia.ig.com.br/2018-12-17/privatizacoes-temer-retrospectiva.html> Acesso em 04 fev. 2020.

MANFRINI, Sandra. FHC fechou três acordos com o FMI; confira o histórico. **Folha de S. Paulo**. 07 ago. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u53074.shtml> Acesso em 20 mar. 2020.

MARQUES, José; BÄCHTOLD, Felipe. Lava Jato manipulou impeachment de Dilma, diz Aloysio Nunes, do PSDB. **Folha de S. Paulo**. 27 set. 2019. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/lava-jato-manipulou-impeachment-de-dilma-diz-aloyisio-nunes-do-psdb.shtml> Acesso em 22 jan. 2020.

MARTELLO, Alexandre. Reforma trabalhista vai gerar 2 milhões de empregos em dois anos, diz ministro. **G1**. 17 jul. 2017. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/reforma-trabalhista-vai-gerar-2-milhoes-de-empregos-em-dois-anos-diz-ministro.ghtml> Acesso em 04 fev. 2020.

MATOSO, Felipe; BRASIL, Gioconda. Interino da Integração Nacional pede demissão, diz assessoria. **G1**. 14 abr. 2016. Disponível em:

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/interino-da-integracao-nacional-pede-demissao-diz-assessoria.html> Acesso em: 11 fev. 2017.

MENDES, Natalia. Crescente desde 2010, discurso de ódio ao PT expõe racismo contra nordestinos. **Rede Brasil Atual**. 20 out. 2014. Disponível em;

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/10/discursos-de-odio-contra-nordestinos-e-eleitores-do-pt-se-espalham-na-internet-4303/> Acesso em 26 abr. 2020.

MERELES, Carla. Luz para Todos: Você conhece esse programa social? **Politize**. 12 jul. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/luz-para-todos-programa-social/>

Acesso em 26 abr. 2020.

MORENO, Ana Carolina. 90% das universidades federais tiveram perda real no orçamento em cinco anos; verba nacional encolheu 28%. **G1**. 29 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml> Acesso em 04 fev. 2020.

MT. Duplicação do corredor Maceió-Recife da BR-101 Nordeste é entregue pelo MT. **Ministério da Infraestrutura**. 26 mar. 2018. Disponível em: <http://transportes.gov.br/ultimas-noticias/6915-duplica%C3%A7%C3%A3o-do-corredor-macei%C3%B3-recife-da-br-101-nordeste-%C3%A9-entregue-pelo-mt.html> Acesso em 21 abr. 2020.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Maior Manifestação da História do País aumenta pressão por saída de Dilma. **Estadão**. 13 mar. 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047> Acesso em 22 jan. 2020.

O GLOBO. Os números da economia no regime militar. **O Globo**. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/economia/entenda-os-numeros-da-economia-no-regime-militar.html> Acesso em 30 set. 2020.

OLIVEIRA, Marcos de. Na ditadura, cresceram desigualdade, inflação e dívida. **Monitor Mercantil**. 29 mai. 2018. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/na-ditadura-cresceram-desigualdade-infla-o-e-d-vida> Acesso em 30 set. 2020.

OLIVEIRA, Mariana; PASSARINHO, Nathalia. Aprovação do governo Dilma cai de 55% para 31%, aponta Ibope. **G1**. 25 jul. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html> Acesso em 20 abr. 2020.

PORTAL BRASIL. Obras de duplicação da BR 101, em Alagoas, serão retomadas. **Portal Brasil**. 24 nov. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/11/obras-de-duplicacao-da-br-101-em-alagoas-serao-retomadas> Acesso em: 29 dez. 2016.

PORTAL DA INDÚSTRIA. Popularidade do governo Temer mantém-se baixa, aponta CNI-Ibope. **Portal da Indústria**. 26 set. 2018. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/popularidade-do-governo-temer-mantem-se-baixa-aponta-cni-ibope/> Acesso em 27 jan. 2021.

RAMOS, Murilo. De saída, Temer libera milhões para duas obras no Nordeste. **Época**. 07 dez. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/expresso/de-saida-temer-libera-milhoes-para-duas-obras-no-nordeste-23287688> Acesso em 28 set. 2019

REDAÇÃO G1. Justiça manda suspender parte das obras da Transnordestina no PI e PE. **G1**. 2 dez. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/12/justica-mandar-suspender-parte-das-obras-da-transnordestina-no-pi-e-pe.html> Acesso em: 29 dez. 2016.

REDAÇÃO. “Jornal Nacional” faz mea-culpa sobre edição de debate entre Lula e Collor. **Portal Imprensa**. 23 abr. 2015. Disponível em: <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/71920/jornal+nacional+faz+mea+culpa+sobre+edicao+de+debate+entre+lula+e+collor> Acesso em 21 mar. 2020.

REDAÇÃO. Hoje no Senado, Fernando Collor enxerga semelhanças com o momento político atual. **Folha da Região**. 30 dez. 2019. Disponível em: <https://www.folhadaregiao.com.br/2019/12/30/hoje-no-senado-fernando-collor-enxerga-semelhancas-com-o-momento-politico-atual/> Acesso em 21 mar. 2020.

REDAÇÃO. Ricardo Antunes: “O PT acreditou no mito da conciliação de classes” [entrevista]. **Esquerda Diário**. 19 ago. 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Ricardo-Antunes-O-PT-acreditou-no-mito-da-conciliacao-de-classes> Acesso em 11 fev. 2020.

RESENDE, Paula. Após adiamento, trem parte de Goiás ao Maranhão pela Ferrovia Norte-Sul. **G1**. 10 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/12/apos-adiamento-trem-parte-de-goias-ao-maranhao-pela-ferrovia-norte-sul.html> Acesso em: 7 fev. 2017.

RIBEIRO, Luci. Dilma anula nomeação de ministro do PP e Josélio Moura é novo titular da Integração. **Estadão**. 15 abr. 2016 Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-anula-nomeacao-de-ministro-do-pp-e-joselio-moura-e-novo-titular-da-integracao,10000026110> Acesso em: 11 fev. 2017.

ROSA, Bruno; ORDOÑEZ, Ramona. Petrobras vende rede de gasodutos para Engie por US\$ 8,6 bilhões. **O Globo**. 05 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-vende-rede-de-gasodutos-para-engie-por-us-86-bilhoes-23576876> Acesso em 21 abr. 2020.

SADI, Andréia. Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. **G1**. 07 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integrada-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html> Acesso em 22 jan. 2020

SALES, Iracema. Seca no Ceará: da curiosidade científica ao flagelo humano. **Diário do Nordeste**. 20 jun. 2015. Disponível em: <http://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/seca-no-ceara-da-curiosidade-cientifica-ao-flagelo-humano-1.1341717> Acesso em 11 dez. 2018.

SANCHES, Carolina. Temer anuncia R\$ 756 milhões para combater a seca em 15 estados. **G1**. 27 dez 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/12/temer-anuncia-recursos-para-combater-seca-em-15-estados.html> Acesso em 28 set. 2019.

SANTOS, Nivalter Aires dos. A maior das secas dos últimos 100 anos no Nordeste. **Esquerda Diário**. 14 out. 2016. Disponível em <http://www.esquerdadiario.com.br/A-maior-das-secas-dos-ultimos-100-anos-no-Nordeste> Acesso em 28 set. 2018

SOUZA, Leonardo; BÔAS, Bruno Villas. Dilma deu R\$ 458 bilhões em desonerações. **Folha de S. Paulo**. 06 set. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1678317-dilma-deu-r-458-bilhoes-em-desoneracoes.shtml> Acesso em 22 jan. 2020.

SZULC, Tad. Marxists Are Organizing Peasants in Brazil. **The New York Times**. 01 nov. 1960. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1960/11/01/archives/marxists-are-organizing-peasants-in-brazil-leftist-league-aims-at-a.html> Acesso em 23 jun. 2020.

THE INTERCEPT BRASIL. Leia todas as reportagens que o Intercept e Parceiros produziram para a Vaza Jato. **The Intercept Brasil**. 20 jan. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/> Acesso em: 14 abr. 2020.

VALADARES, João. Inaugurada às pressas por Temer e Lula, transposição do São Francisco já definha. **Folha de S. Paulo**. 02 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/inaugurada-as-pressas-por-temer-e-lula-transposicao-do-sao-francisco-ja-definha.shtml> Acesso em 29 set. 2019

VALOR ONLINE. Brasil entrou no novo ciclo econômico do social-desenvolvimentismo, avalia Mantega. **O Globo**. 06 set. 2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega-4156829> Acesso em 05 fev. 2020.

VIEIRA, Inacio. Michel Temer diz que Impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou 'Ponte para o Futuro'. **The Intercept**. 22 set. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/> Acesso em 22 jan. 2020.